

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP



Mariko Hanashiro

População LGBTI+ e política de assistência social: Proteção ou desproteção social?

Mestrado em Serviço Social

São Paulo

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP



Mariko Hanashiro

População LGBTI+ e política de assistência social: Proteção ou desproteção social?

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Maria Lúcia Martinelli

Mestrado em Serviço Social

São Paulo

2024

Hanashiro, Mariko
População LGBTI+ e política de assistência social: Proteção ou
desproteção social?. / Mariko Hanashiro. -- São Paulo:
[s.n.], 2024.
538p. ; cm.

Orientador: Maria Lúcia Martinelli.
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço
Social.

1. Assistência Social. 2. LGBTI+. 3. Proteção social. 4.
Políticas Sociais. I. Martinelli, Maria Lúcia. II. Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós
Graduados em Serviço Social. III. Título.

CDD

Banca Examinadora

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. N° do Processo 130114/2022-7.

This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) número do processo 130114/2022-7.

AGRADECIMENTOS

A escrita dessa dissertação não foi feita de forma solitária, mas a partir de inúmeros diálogos e trocas. Agradeço:

À Prefeitura de São Bernardo do Campo pela liberação de carga horária para que eu pudesse comparecer às aulas do mestrado e aos meus colegas por terem me apoiado a todo momento e compreendido minhas ausências. Eles que antes mesmo de eu iniciar meu processo seletivo me incentivaram a tentar.

Às minhas amigas feitas na PUC que me fizeram me sentir em casa, naquele local que inicialmente era desconhecido. Obrigada por trocarem comigo experiências, dicas e sugestões. Em especial agradeço à Aline, Neno, André, Thiago, Ju Brito, Mariene, Paula, Bruno, Giovana, Bia e Tati.

Aos sujeitos participantes da minha pesquisa: Bob, Jéssica, Bruno, Sílvia, Neno, Samara, Atena, Joycee Karen e Janaina que gentilmente compartilharam comigo as dores e alegrias de suas trajetórias de vida.

À querida comissão revisora: Mariana, Thiago, Ingrid, Allie, Michelle que aceitaram esse desafio de ler e evitar equívocos na minha dissertação.

À Ingrid Caroline Giffoni Saraiva, Beatriz Moraes dos Santos e Giovana do Prado Machado Rosa que me auxiliaram na revisão de português e ABNT.

Ao meu companheiro Renan que me apoiou durante todo o processo.

À CNPq que me subsidiou com a bolsa de pesquisa.

Aos membros da minha banca: Guilherme Gomes Ferreira, Rodrigo Aparecido Diniz, Anabela Pavão, Bruna Carnelossi que atentamente leram meu trabalho e fizeram contribuições imensuráveis.

Aos professores da PUC que contribuíram com a minha formação

À professora Martinelli que não mediu esforços para me apoiar e orientar nessa dissertação.

E não menos importante ao movimento LGBTI+ e a todas as pessoas que tem lutado para que os direitos de existir, direitos civis e sociais avancem.

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio *nkali*: como são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder.

O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva.

Chimamanda Ngozi Adichie – O perigo de uma história única.

HANASHIRO, Mariko. População LGBTI+ e política de assistência social: Proteção ou desproteção social? **Dissertação de Mestrado**. Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil, 2024.

RESUMO

Essa pesquisa tem como tema o atendimento à população LGBTI+ na política de assistência social, buscando estudar como a política de assistência social tem se efetivado como parte do sistema protetivo a esse público. E tem como objeto as Mediações da Política de Assistência Social no atendimento à População LGBTI+ e a garantia de proteção e segurança social. Seu objeto geral é estudar de que modo a política de assistência social tem se efetivado como parte do sistema protetivo à população LGBTI+ e como essa política tem sido reconhecida e legitimada como garantidora de proteção social por esse grupo. Em relação à metodologia, o trabalho foi pautado nas bases ontológicas do pensamento materialista histórico-dialético. Para tanto utilizou-se a pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa empírica por meio de entrevistas. Foram realizadas dez entrevistas com diversos atores da política de assistência social: usuários, trabalhadores, gestores da política de assistência social e movimento social/ativistas. Tem-se como principais normativas sobre a população LGBTI+ e a política de assistência social a menção desse grupo no II Plano Decenal e a Resolução Conjunta CNAS e CNCD/LGBT N° 01/2018. Desta forma, a partir dos estudos foi possível concluir que não é possível afirmar que a política de assistência social não atende a população LGBTI+, mas que atende esse público em volume reduzido havendo gargalos entre a demanda (levantados a partir de movimentos sociais, estudos e dados do disque 100) e o real acesso a serviços, programas e benefícios. Não há ainda registros sobre trabalhadores LGBTI+ que compõe a política de assistência social. Foi unânime nas entrevistas, porém, o impacto da atuação dos profissionais no SUAS, sendo em última instância o sujeito que garantirá ou não a proteção social e os direitos de seus usuários alterando as experiências das pessoas atendidas e as vivências a elas proporcionadas. Dentre os entrevistados experiências diversificadas foram compreendidas em relação a essa política social, havendo situações de proteção social e experiências de violência e violação de direitos. Ao fim da dissertação foi possível pontuar alguns gargalos e propostas visando garantir a proteção social na política de assistência social para a população LGBTI+.

Palavras-chaves: Assistência Social; LGBTI+; Proteção social; Políticas Sociais

HANASHIRO, Mariko. The LGBTI+ population and social assistance policy: social protection or disprotection? **Master's dissertation**. Postgraduate Studies Program in Social Work. Pontifical Catholic University of São Paulo, SP, Brazil, 2024.

ABSTRACT

The theme of this research is care for the LGBTI+ population in social assistance policy, seeking to study how social assistance policy has been implemented as part of the protective system for this public. Its object is the Mediations of the Social Assistance Policy in the care of the LGBTI+ population and the guarantee of social protection and security. Its general aim is to study how the social assistance policy has been implemented as part of the protection system for the LGBTI+ population and how this policy has been recognized and legitimized as a guarantor of social protection for this group. In terms of methodology, the work was based on the ontological foundations of historical-dialectical materialist thinking. To this end, bibliographical and documentary research was used, as well as empirical research through interviews. Ten interviews were conducted with various actors in the social assistance policy: users, workers, social assistance policy managers and social movements/activists. The main regulations on the LGBTI+ population and social assistance policy are the mention of this group in the Second Ten-Year Plan and Joint Resolution CNAS and CNCD/LGBT No. 01/2018. Thus, from the studies it was possible to conclude that it is not possible to say that the social assistance policy does not serve the LGBTI+ population, but that it serves this public in reduced volume, with bottlenecks between demand (raised from social movements, studies and data from Dial 100) and real access to services, programs and benefits. There are still no records of LGBTI+ workers in social assistance policy. It was unanimous in the interviews, however, that the impact of the work of professionals in SUAS is ultimately the subject that will or will not guarantee social protection and the rights of its users, altering the experiences of the people served and the experiences provided to them. The interviewees had a wide range of experiences in relation to this social policy, including situations of social protection and experiences of violence and rights violations. At the end of the dissertation, it was possible to identify some bottlenecks and proposals aimed at guaranteeing social protection in the social assistance policy for the LGBTI+ population.

Keywords: Social assistance; LGBTI+; Social protection; Social policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ancestralidade travesti: Herdeiras de Xica Manicongo	35
Figura 2 - Quadro de sujeitas participantes.....	115
Figura 3 - Informações sobre as sujeitas participantes.....	116
Figura 4 - Folder da 27ª Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo.....	197
Figura 5 - Cartilha SUAS sem Transfobia	314
Figura 6 - Cartilha: Garantia da utilização do Nome Social para pessoas travestis e transexuais.....	316
Figura 7 - Cartilha “O dia 17 de maio e o papel do SUAS no combate à LGBTQfobia no Brasil”	317
Figura 8 - Cartilha SUAS Sem transfobia.....	318
Figura 9 - Novas pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual inseridas no acompanhamento do PAEFI por município- Dados agregados RMA 2017-2022.....	333
Figura 10 - Questão 15 do questionário do Censo Suas - Unidades de acolhimento.....	383

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estudo comparativo entre pessoas cisgênero, transgênero e pessoas não binárias.....	64
Tabela 2- Disforia de Gênero.....	67
Tabela 3 - Quantidade e percentual de pessoas entrevistadas e sua orientação afetivo sexual.....	69
Tabela 4- Quantidade e percentual de pessoas transexuais entrevistadas.....	69
Tabela 5- Análise dos instrumentais utilizados no SUAS.....	319
Tabela 6- Análise dos instrumentais do Cadsuas.....	324
Tabela 7 - Total de registros de acessos de casos no PAEFI com o perfil de vítimas de discriminação por orientação sexual no período de 2018-2022.....	329
Tabela 8 - Quantidade e percentual de cidades com determinada quantidade de registros agregados de 2017 à 2022 de pessoas vitimadas por orientação sexual.....	330
Tabela 9 - Ranking dos municípios que mais registraram casos no campo H1 de 2017-2022.....	331
Tabela 10 - Percentual de CRAS por estado que realizou capacitação nos anos de 2017-2022.....	334
Tabela 11- Percentual de CRAS por estado que realizou capacitação no ano de 2017-2019.....	335
Tabela 12 - Total de CRAS por Estado e percentual por tipos de atendidos à população LGBTI+ em 2020.....	338
Tabela 13 - Total de CRAS por Estado e percentual por tipos de atendidos à população LGBTI+ em 2021.....	340
Tabela 14 - Total de CRAS por Estado e percentual por tipos de atendidos à população LGBTI+ em 2022.....	343

Tabela 15 - Informação em percentual por Estado sobre capacitação sobre a temática nos anos de 2017, 2018 e 2019.....	347
Tabela 16 - Informação em percentual de CRAS por Estado que afirmou ter atendimento à pessoas Transexuais/transgênero/travestis/lésbicas/gays/bissexuais/intersexuais em 2020, 2021, 2022.....	349
Tabela 17 - Percentual de CRAS por estado que afirmaram frequentemente discutirem com os usuários o tema: orientação sexual e identidade de gênero.....	351
Tabela 18 - Percentual de CREAS por estado que nos últimos 12 meses ofertou atendimento para Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou da identidade de gênero....	353
Tabela 19 - Percentual de CREAS por estados que responderam que nos últimos 12 meses, a unidade proporcionou ou facilitou a participação das(os) suas(seus) profissionais em capacitação sobre o tema População LGBT, orientação sexual e identidade de gênero.....	354
Tabela 20 - Quantidade de CREAS que atendeu a população LGBT em 2017 e 2018 por frequência desse atendimento	357
Tabela 21 - Percentual de CREAS por Estado que desenvolveu determinadas atividades (Consultas à comunidade/povo/lideranças e Metodologia específica de acompanhamento) nos anos de 2017-2022	360
Tabela 22 - Percentual de CREAS por Estado que desenvolveu determinadas atividades (Articulação com Organizações/Movimentos Sociais de promoção e defesa dos direitos desse público e Articulação local com órgãos governamentais com atuação junto a esse público) nos anos de 2017-2022.....	361
Tabela 23 - Percentual de CREAS por Estado que desenvolveu determinadas atividades (Articulação com Conselho Tutelar para questões específicas desse público e Articulação com o conselho de direitos para questões específicas desse público e outros movimentos sociais) nos anos de 2017-2022.....	363
Tabela 24 - Percentual de CREAS por Estado que desenvolveu determinadas atividades (Articulação com o conselho de direitos para questões específicas desse público e outros	

movimentos sociais e Ações de mobilização e sensibilização para o enfrentamento das situações de violação de direitos específicas desse público) nos anos de 2017-2022..... 364

Tabela 25 - Percentual de CREAS por Estado que desenvolveu determinadas atividades (Atividades que envolvam a comunidade e Ações específicas com grupo de mulheres para o enfrentamento das situações de violência familiar/doméstica e outras violações de direitos) nos anos de 2017-2022..... 366

Tabela 26 - Percentual de CREAS por Estado que desenvolveu determinadas atividades (Utilização do Nome Social para pessoas travestis e transexuais e Utilização do Nome Social para pessoas travestis e transexuais - Não realiza para nenhum dos públicos mencionados) nos anos de 2017-2022..... 368

Tabela 27 - Percentual de Centro Pop por estado que afirmou ter atendido população LGBTI no Serviço ofertado pelo Centro Pop nos 12 meses anteriores ao momento em que o Censo SUAS foi respondido..... 370

Tabela 28 - Nos últimos 12 meses, a Unidade proporcionou ou facilitou a participação das(os) suas/seus profissionais em capacitação sobre os seguintes temas?..... 372

Tabela 29 - Percentual por estados de Centro Pop que realizaram oficinas/atividades em grupo com temas transversais no âmbito do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua nesta Unidade? com Tema LGBTI (orientação sexual e identidade de gênero)..... 373

Tabela 30 - Soma de pessoas trans acolhidas no momento do Censo SUAS por Estado.....375

Tabela 31 - Quantidade de unidades de acolhimento que possuíam 0 pessoas travestis, transexuais acolhidas no momento de resposta do questionário..... 377

Tabela 32 - Quantidade de unidades que responderam por estado se aceitam, ou não receber pessoas travestis, transexuais e transgênero..... 379

Tabela 33 - Percentual agregado por estado de unidades que afirmaram terem facilitado ou proporcionado capacitação sobre a temática LGBT para os trabalhadores..... 381

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Denúncias de violência contra população LGBTI+ no Disque 100.....	218
Gráfico 2 - Denúncias por Estado - Dados agregados de 2022 e 1º semestre de 2023.....	219
Gráfico 3 - Denúncias por estado em gráfico de mapa no ano de 2022 e primeiro semestre de 2023.....	220
Gráfico 4 - Denúncias agregadas por local das violações em 2022 e 1º semestre de 2023...	221
Gráfico 5 - Denúncias agregadas por vínculo/proximidade entre autor e vítima da denúncia em 2022 e 1º semestre de 2023.....	222
Gráfico 6 - Dados agregados por ano do item H1 DE 2017-2022.....	330

LISTA DE SIGLAS

ABC	Cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano
ABCDMRR	Cidades Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Rio Grande da Serra e Ribeirão Pires
ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros
ABRAI	Associação Brasileira Ubtersexi
AC	Acre
ADI	Ação Direta de Constitucionalidade
ADPF	Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Humana
AL	Alagoas
ALGBT	Assexuais, Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero
AM	Amazonas
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
AP	Amapá
ASTRAL	Associação de Travestis e Liberados
BA	Bahia
BDC	Banco de Dados do Cidadão (Sistema utilizado em Santo André)
BH	Belo Horizonte
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADSUAS	Sistema de Cadastro do SUAS
CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
CE	Ceará
CEAM	Centro Especializado de Atendimento à Mulher no Estado do Rio de Janeiro
Cellus	Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual
Centro POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CI	Confidence Interval

CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
SIPAT	Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNLGBTQIA+	Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras
COA	Centro de Orientação e Acolhimento
Coletivo Bi	Coletivo de bissexuais e lésbicas do Vale do Aço
CORSA	Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor
COVID 19	Coronavirus Disease 2019
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CRAM	Centro de Referência e Apoio à Mulher
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo
CS	Convergência Socialista
DF	Distrito Federal
DIP	Documento de Identificação Profissional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM	Exame nacional do Ensino Médio
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPS	Encontro Nacional de Política Social
ENTLAIDS	Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta e Prevenção à AIDS
ES	Espírito Santo

Espaso	Espaço Público do Aprender Social
FAMI	Famílias de Amor Incondicional
FAPEMG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FMI	Fundo Monetário Internacional
Fonatrans	Fórum Nacional de travestis e transexuais negros e negras
GAA	Gay Activistis Alliance
GAAG	Grupo de Atuação e Afirmção Gay
GALF	Grupo de atuação lésbica-feminista
GALF	Gay Liberation Front
GLS	Gays, Lésbicas e simpatizantes
GLT	Gays, Lésbicas e Trans
GO	Goiás
HIV	Vírus da imunodeficiência humana
HIV/AIDS	Vírus da imunodeficiência humana/Síndrome da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILPI	Instituição de Longa Permanência para Pessoa Idosa
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IST	Infecção sexualmente transmissível
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans*
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans* e outras sexualidades e identidades dissidentes
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans*, Intersexo e outras sexualidades e identidades dissidentes
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans*, Queers, Intersexo e outras sexualidades e identidades dissidentes
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans*, Queers, Intersexo, Assexuais e outras sexualidades e identidades dissidentes

LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans*, Queers, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-Binárias e outras sexualidades e identidades dissidentes
LOAS	Lei Orgânica e Assistência Social
MA	Maranhão
MAM	Museu de Arte Moderna
MAMI	Mães de Amor Incondicional
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MG	Minas Gerais
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
NB	Não-Binaria/e/o
NBG	Gênero Não Binário
NCA	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Criança e Adolescente - com Ênfase no Sistema de Garantia de Direitos
NEPI	Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade
NEPSAS	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Seguridade e Assistência Social
NIS	Número de Identificação social
NOB SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB SUAS RH	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – Recursos Humanos
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Pará
PAEFI	Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos

PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PB	Paraíba
PcD	Pessoas com Deficiência
PCF	Programa Criança Feliz
PE	Pernambuco
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PEP	Profilaxia Pós-Exposição
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PI	Piauí
PL	Projeto de Lei
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNEP/SUAS	Política Nacional de Educação Permanente no Sistema único de Assistência Social
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
POA	Porto Alegre
PR	Paraná
PREP	Profilaxia Pré-Exposição
Prouni	Programa Universidade Para Todos
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RF	Responsável Familiar
RG	Carteira de Identidade Nacional
RJ	Rio de Janeiro
RMA	Relatório Mensal de Atendimentos
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
SAICA	Serviço de Acolhimento institucional para Crianças e Adolescentes

SC	Santa Catarina
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SE	Sergipe
SINAN	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO
SISC	Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SOMOS	Grupo de Afirmação Homossexual
SP	São Paulo
SRFPMESS	Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social
STAR	Street Transvestite Action Revolutionaries
STF	Supremo Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TO	Tocantins
TT	Trans e Travesti
UBI	União Brasileira Intersexo
UF	Unidade Federativa
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO I - GÊNERO E SEXUALIDADE NO SISTEMA CAPITALISTA : CORPOS E CORPAS - EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS	33
1.1 CORPOS E CORPAS QUE ROMPEM O SISTEMA CIS HETERONORMATIVO EXISTEM E NÃO É DE HOJE.	33
1.1.1 Concepções de gênero são fruto de um determinado tempo histórico e localidade.	35
1.1.2 Protoativismo e ativismo no cenário internacional	37
1.1.3 E o Brasil?	42
1.1.4 A invisibilidade e a luta travesti e transexual	54
1.1.5 E as pessoas bissexuais?	56
1.1.6 E as pessoas intersex?	58
1.2 E O BRASIL HOJE?	60
1.3 CATEGORIAS E CONCEITOS	73
1.3.1 Cotidiano	74
1.3.2 Sociabilidade e identidade	75
1.3.3 Violência	79
1.3.4 Hierarquização e inferiorização	80
1.3.4.1 Cisgeneridade e heterossexualidade como sistemas hierárquicos	81
1.3.5 Preconceito	83
1.3.5.1 Preconceito contra LGBTI+	86
1.3.6 A invisibilidade: “Cegos que veem, cegos que, vendo, não veem”	89
1.3.7 Sofrimento ético-político	90
1.3.8 Território	91
1.3.9 Formas de resistência	93
1.4 CICLOS DE VIDA E ESPECIFICIDADES	94
1.4.1 Infâncias e adolescências LGBTI+	94
1.4.2 Envelhecimento LGBTI+	97
1.5 MARXISMO QUEER	100
1.6 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO	102
CAPÍTULO II - EXPERIÊNCIA E HISTÓRIA DAQUELES QUE “VÊM DE BAIXO”.	105
2.1 CONCEITUAÇÃO TEÓRICA	105
2.2 CONSTRUÇÃO DA PESQUISA EMPÍRICA	108
2.3 SUJEITAS/OS PARTICIPANTES E SUAS TRAJETÓRIAS DE VIDA	113
2.3.1 Karen	113
2.2.3 Silvia	115
2.3.3 Luiz Fernando Botelho Cordeiro - Bob	127
2.3.4 Bruno	140
2.3.5 Atena	144

2.3.6 Joycee	146
2.3.7 Samara	155
2.3.8 Janaina	156
2.3.9 Neno	159
2.3.10 Jessica	168
2.4 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO	172
CAPÍTULO III - ESTADO, GÊNERO, SEXUALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: POLÍTICA SOCIAL X PUNIÇÃO/CONTROLE/OMISSÃO	175
3.1 O ESTADO BURGUESES	175
3.1.1 O surgimento do Estado.	175
3.2 PROTEÇÃO SOCIAL	181
3.3 O ESTADO E A ORGANIZAÇÃO POPULAR	186
3.3.1 Estado Liberal	186
3.3.2 Estado de Bem Estar Social	189
3.3.3 Estado Neoliberal e o sujeito neoliberal	195
3.4 A RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E A POPULAÇÃO LGBTI+	201
3.4.1 O Estado que não protege	202
3.4.2 Disque 100: Dados oficiais sobre a população LGBTI+	204
3.4.3 Qual democracia?	210
3.4.4 Backlash	211
3.4.5 Um estado protetivo? O ciclo da cidadanização	213
3.4.5.1 Direitos conquistados/afirmados no Brasil:	216
3.4.5.2 Estado, Políticas sociais e pessoas LGBTI+: relato das experiências	217
3.5 PESSOAS LGBTI+ CHEGAM ÀS INSTÂNCIAS DE PODER	223
3.5.1 No legislativo	224
3.5.2 Em espaços do executivo	230
3.5.2.1 A fragilidade do executivo	231
3.6 OS ÓRGÃOS MULTILATERAIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA	231
3.7 ESTADO GARANTIDOR DE DIREITOS OU OMISSÃO E TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE PARA MERCADO E TERCEIRO SETOR?	234
3.7.1 A Casa Miga	237
3.7.2 A Casa Neon Cunha	242
3.7.3 O Mami	247
3.7.4 O mercado	253
3.8 EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO HUMANA.	254
CAPÍTULO IV - A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	257
4.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, GÊNERO E SEXUALIDADE	266
4.1.1 Experiência pessoal	268
4.1.2 Conceitos da política de assistência social e as particularidades LGBTI+	270
4.1.2.1 Famílias	270

4.1.2.2 Ciclos de vida	277
4.1.2.3 Território	279
4.1.2.4 Padrões de relação	283
4.1.2.5 Risco, vulnerabilidade e violência	284
4.1.3 Normativas e legislações	290
4.1.4 Formulários, instrumentais e manuais orientativos	299
4.1.5 Dados sobre atendimento da população LGBTI+ no SUAS	306
4.1.6 O atendimento: como todo concreto há contradições	359
4.1.6.1 Um local de proteção	359
4.1.6.2 Um local de proteção?	363
4.1.6.3 A política de assistência social como espaço de contradição	369
4.1.6.4 A política de assistência social como um espaço de tensionamento e construção:	386
4.1.6.5 - Seguranças afiançadas. Seguranças afiançadas?	390
4.2 Particularizar o atendimento em um serviço específico ou lutar por um real pertencimento?	400
4.3 O SUAS QUE TEMOS E O SUAS QUE QUEREMOS	407
NOTAS CONCLUSIVAS: Gargalos e propostas para um SUAS garantidor de direitos para pessoas LGBTI+.	420
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	439
APÊNDICE	452
ANEXO	458

INTRODUÇÃO

Em 31 de março de 2022, Suzy, usuária do Centro Pop, e de outros espaços públicos, morreu assassinada no Centro de São Bernardo do Campo.

Essa pesquisa tem como tema o atendimento à população LGBTI+ na política de assistência social, compreendendo como a política de assistência social tem se efetivado como parte do sistema protetivo a esse público. O interesse e aproximação com esse tema, surge a partir do encontro de duas mediações com a realidade, e as contradições existentes entre ela. Também a partir da escuta de jornais, revistas, canais do Youtube, movimentos sociais e ativistas sociais que traziam trajetórias de vida de inúmeras pessoas LGBTI+ e que são constantemente marcadas por violências, exclusões e privações de direitos e a organização construção de espaços organizados pela sociedade civil com caráter protetivo.

Assim, a partir de leituras e escutas, deparei-me com narrativas como o relatado por Bob Botelho (2022)¹, de um jovem que ao afirmar sua sexualidade ao seu pai teve seu corpo e seu quarto queimado. Ao escutar a narrativa de Naomi em Histórias de Ter.a.pia (2022)² percebe-se como a sua história foi marcada por situações de violências intrafamiliares, nas ruas, no núcleo familiar e em diversas dimensões: físicas, psicológicas e sexuais. Essas duas histórias, ainda que individuais, não são exceções, mas retratos marcados nos corpos dissidentes das formas de opressão de uma sociedade cis heteropatriarcal que ocorre cotidianamente. Chavoso da USP (Thiago Torres, 2023)³, ao compor a mesa de abertura da Faculdade de Direito de São Francisco, faz uma análise de alguns pontos da Carta em defesa da democracia escrita pela mesma em 2023, trazendo pontos importantíssimos como: Quem

¹Reverendo e pastor gay pela Igreja Antiga das Américas (IADLA), Co-fundador do movimento Evangelicxs pela diversidade (movimento que acolhe pessoas LGBTI+ que desejam pertencer a fê evangélica), membro associado regional (Religion Fellow) na ONU, co-autor do livro Sementes da Vida. Para ver a história partilhada por Bob ver do seguinte tempo 1:29:48-ao seguinte tempo 1:38:05 do vídeo. Acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=TfJEnpeymco&t=1866s>

² Projeto dos comunicadores digitais Lucas Galdino e Alexandre Simões, que coleta histórias de pessoas diversas com múltiplas experiências de vida buscando criar um espaço de diálogo, compartilhamento e troca e provocando as pessoas a conhecer outras vivências. Para ver a história de Naomi, acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=jE6eh3e-CDU&t=779s&pp=ygUPbmFvbWkgdGVyLmEucGlh>

³ Thiago Torres é estudante de Ciências Sociais na USP, nascido na Brasilândia e acessou a universidade na primeira turma de cotistas no vestibular de 2018, é palestrante e youtuber da área da educação. Realiza importantes trabalhos em escolas públicas e Fundações Casa incentivando o acesso ao ensino superior.

tem acesso a essa dita democracia? Quem não acessa os direitos propostos por essa democracia? E para quem esse não acesso é algo secundário na democracia? Essas perguntas, apesar de serem questionamentos referentes principalmente aos direitos das pessoas negras e periféricas podem ser estendidas para outros grupos, assim, cabe a pergunta: O Estado democrático de direito alcança a população LGBTI+?

Segundo dados da Folha de São Paulo (Avelar, 2023), em matéria publicada dia 20 de março de 2023 o Brasil teve neste mesmo ano um projeto de lei anti-trans por dia (na esfera federal, estadual ou municipal), totalizando 69 projetos somente no período. Conforme o dossiê ANTRA (2023), em 2022, 131 pessoas trans foram assassinadas e a idade mínima de uma pessoa trans assassinada e registrada no país é de 13 anos. Segundo dados do Disque 100, no segundo semestre de 2022 foram registradas 15.110 denúncias de violência contra pessoas LGBTI+.

Cabe questionar: Como as políticas sociais brasileiras alcançam e atendem as especificidades dessa população? Movimentos sociais como a Casa Neon Cunha, Casa 1, Associação Nacional de Travestis e Transexuais por outro lado surgem e se fortalecem como espaços de acolhimento, atendimento e denúncia, trazendo a urgência de abordar a temática. Ainda que Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD/LGBT) tenha sido extinto no governo Bolsonaro (Rodrigues, 2019), o Conselho Nacional Popular LGBTI+ elaborou em 2022 o Programa Brasil de Todas as Cores com o acúmulo das discussões realizadas nas Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT com um documento com princípios, pontos norteadores e propostas para as políticas sociais de forma que essas atendam as especificidades dessa população.⁴

Por outro lado, no meu cotidiano profissional como assistente social trabalhadora da Vigilância Socioassistencial da política de assistência social de São Bernardo do Campo, região metropolitana, deparei-me com a ausência de dados sobre o atendimento de pessoas LGBTI+.

Com base em dados do Relatório Mensal de Atendimento no período em 2020 no município não houve acesso ao CREAS de pessoas com perfil de “Pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual”, quatro casos em 2021 (Secretaria Nacional de

⁴ Em tempo, em 6 de abril de 2023 o Governo Federal recriou o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras (CNLGBTQIA+)

assistência social, 2021) e não havia dados sistematizados nos CRAS e Centro Pop. Ao ser provocada acerca de informações sobre dados de atendimento de pessoas LGBTI+ na política de assistência social e me deparar com a ausência de informações sobre, ocasionou em mim um incômodo e um questionamento que se materializou nesse projeto de pesquisa.

Em contrapartida, a Casa Neon Cunha no ano de 2020 realizou um pequeno Censo de pessoas LGBTI+ em São Bernardo do Campo que chegou a 156 respostas. Dessas, foi constatado que 78% não possuía CadÚnico e 89% não estava em nenhum programa social, ainda que 23% não possuíssem renda e 27% possuíam renda de até um salário-mínimo (Casa Neon Cunha, 2021). Essa lacuna entre esses dados reforçam o questionamento: A política de assistência social tem atendido pessoas LGBTI+? De que modo se tem dado esse atendimento?

No município de São Bernardo do Campo, desde as primeiras reflexões sobre o tema, foi possível inserir no levantamento de dados estatísticos da proteção básica dos CRAS um campo de coleta para informações de atendimentos à população LGBTI+.

Ainda, no ano de 2022 iniciou-se um grupo no CREAS para pessoas LGBTI+ e suas famílias. Ao mesmo tempo, em 31 de março de 2022 Suzy, uma atendida do Centro Pop foi assassinada no centro da cidade (Viva ABC, 2022). Ela, além de frequentar o Centro Pop frequentava outros espaços públicos da política de assistência social ou da prefeitura. Silenciosamente, porém era dado o recado nesses outros espaços que não era bem-vinda. As cadeiras em que se sentava eram removidas, por exemplo. Porém, logo após sua morte fomos chamados para realizar uma “oração” para ela quase em um movimento de alívio de consciência.

Falhamos com uma inclusão perversa, com um sistema de protetivo que não protegeu. Uma oração em um espaço público, em uma política social laica após falhas e violências não alivia os nós e gargalos que ao fim e ao cabo se não protegem, são coniventes, desprotegem, violentam e tem mãos também manchadas de sangue (E ainda ressalta a fragilidade da laicidade do Estado). Nenhuma pesquisa limpará nossas mãos ou trará de volta todes que morreram, mas poderá ser como um farol que permitirá tensionar e minimamente indicar um norte.

Esta pesquisa tem como objeto: mediações da Política de Assistência Social no atendimento à População LGBTI+ e a garantia de proteção e segurança social. E teve como problematizações: A política de assistência social tem sido garantidora de direitos socioassistenciais para as pessoas LGBTI+, ou tem desprotegido e violado direitos? Quais as propostas para um SUAS garantidor de direitos? Como são reconhecidas as demandas sociais e requisições por acessos a direitos socioassistenciais da população LGBTI+? Esses sujeitos se reconhecem dentro da política de assistência social? Que significados são produzidos pelos LGBTI+ usuários e pelos profissionais a partir de suas experiências sobre a proteção social ofertada pela Política de Assistência social?

Seu objeto geral foi estudar de que modo a política de assistência social tem se efetivado como parte do sistema protetivo à população LGBTI+ e como essa política tem sido reconhecida e legitimada como garantidora de proteção social por esse grupo. E possuía os seguintes objetivos específicos:

1. Realizar revisão bibliográfica e documental sobre a temática;
2. Estudar por meio de revisão documental dos instrumentais elaborados pelo governo federal se estes contemplam a diversidade de orientação sexual e de gênero visando compreender se estes propiciam o registro do atendimento desse público;
3. Compreender as experiências e as leituras de múltiplos atores sobre o tema por meio de entrevistas abertas.

Em relação à metodologia, esta pesquisa é pautada nas bases ontológicas do pensamento materialista histórico-dialético, visando apreender e desvelar a realidade de forma crítica (Netto, 2011). Para tanto utilizar-se-á da pesquisa bibliográfica, documental⁵ e pesquisa empírica por meio de entrevista. Utilizando a pesquisa bibliográfica buscou-se aprofundar os pressupostos teóricos sobre Estado, proteção social, políticas sociais, política de assistência social, relações sociais, diversidade sexual e de gênero/ corpos discentes o acesso da

⁵ Segundo Gil (2008), apesar da semelhança com a pesquisa bibliográfica, ela vale-se sobre materiais que ainda não receberam um tratamento analítico.

população LGBTI+ na política de assistência social pautada em autores da teoria crítica como: Marx, José Paulo Netto, Michel Foucault, Guilherme Gomes Ferreira, Mirla Cisne, Letícia Nascimento, Hailey Hass, Jaqueline Gomes de Jesus, Viviane Vergueiro, Renan Quinalha, Regina Facchini, Elaine Behring, Marilena Chauí, Marco Aurélio, Prado, Célia Lessa, Aldaíza Sposati, Luciana Jaccoud, Patrícia Mustafa e Abigail Torres. Ainda, foram consultados teses, dissertações e artigos que abordem a temática.

Foi realizada pesquisa documental visando analisar os marcos normativos da política de assistência social, os instrumentais federais utilizados em sistemas e formulários de atendimentos e os dados produzidos pela política de assistência social, dentre eles, documentos federais como Relatório Mensal de Atividades, questionários do Censo SUAS, formulários do cadastro único, prontuário SUAS. Assim buscou compreender como a Política de Assistência Social tem (ou não) normatizado e garantido o atendimento e os registros da população LGBTI+. Foram observados ainda dados produzidos pela Secretaria de Cidadania no Disque 100.

Assim como Ferreira (2015) se questiona sobre os limites que um pesquisador branco e cisgênero que não passou pelas mesmas questões de classe e raça e não vivenciou a mesma experiências conseguiria compreender e traduzir o real dessa pesquisa (2015, p.22) a mim perpassou e perpassa diversas vezes esse questionamento: como reconhecer as limitações de uma pesquisadora amarela, cisgênera, heterossexual, que até o momento nunca foi usuária da política de assistência social poderia compreender e traduzir o real por meio dessa pesquisa.

Para tanto, assim como Ferreira, optou-se por utilizar o recurso da história oral como metodologia de coleta de dados. Dessa maneira, por meio de entrevistas semiestruturadas será possível ouvir com o mínimo de interferência da pesquisadora sobre as experiências vividas, buscando, assim, não falar por eles, mas escutá-los e a partir dessa escuta realizar as mediações do cotidiano concreto, desvelando o real em sua totalidade e com suas contradições de forma dialogal com pesquisa bibliográfica e documental.

Visando apreender a temática em sua totalidade, foram realizadas dez entrevistas com diversos atores da política de assistência social: usuários, trabalhadores, gestores da política de assistência social e movimento social/ativistas como metodologia para compreender a experiência de vida desses atores sobre identidade de gênero e orientação sexual dissidente, a

política de assistência social, Estado e proteção social.

A partir de entrevistas foi observada a trajetória, as experiências e as impressões das pessoas participantes da pesquisa e tecidas análises com as narrativas, as teorias e as observações do cotidiano profissional a respeito do objeto da pesquisa.

Martinelli e Lima (2019), apontam que trabalhar com a entrevista na história oral pressupõe construir um terreno comum de troca entre os sujeitos envolvidos, constituindo uma relação de horizontalidade, reciprocidade e rigor ético envolvido na pesquisa. A entrevista como técnica de pesquisa é uma forma de interação social e é uma das formas de coleta de dados mais utilizadas nas ciências sociais, sendo uma técnica flexível bastante adequada para obter informações sobre o que as pessoas sabem, esperam, sentem, desejam, pretendem fazer, fazem, fizeram e suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes. Assim pode-se obter dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social e da profundidade acerca do comportamento humano, além de oferecer maior flexibilidade a partir do momento em que não exige que a pessoa entrevistada saiba ler e escrever, pode-se esclarecer o significado das perguntas, adaptar-se mais facilmente as pessoas e às circunstâncias das entrevistas, possibilita captar a expressão corporal, tonalidade de voz e ênfase nas respostas (Gil, 2008).

As entrevistas abertas são guiadas a partir de um roteiro com algumas perguntas disparadoras que permitem que o sujeito participante fale livremente, indicando novas possibilidades de apreensão daquela realidade. Reconhece-se que o sujeito tem autoridade da realidade a ser conhecida, mas ao mesmo tempo, tem limitado seu conhecimento ao plano circunscrito em que se encontra. As entrevistas estarão apoiadas na metodologia da História Oral, a partir de importantes autores como Martinelli e Portelli, que apontam-a como forma de trazer a visibilidade de sujeitos invisibilizados e silenciados a partir dos discursos vinculados à reprodução de uma sociedade de exploração, dominação e discriminação, dando a oportunidade destes serem protagonistas e contarem a história a partir da sua ótica, permitindo apreender não apenas o fato concreto, mas a subjetividade das pessoas, compreendendo não apenas o fato que ocorreu mas seu objetivo, intencionalidade, significado e uma avaliação posterior do episódio. Assim, a partir da palavra, conhece-se a experiência social dos sujeitos. É também, uma opção política de compromisso com vozes excluídas do discurso oficial.

Assim, as entrevistas foram realizadas de forma presencial ou virtual e posteriormente foram transcritas com uma escuta atenta, ainda devolvidas aos participantes entrevistados para validação, e posteriormente utilizadas ao longo da dissertação.

Ainda, visando mitigar erros e equívocos, foi criada uma comissão revisora do conteúdo que será apresentado na dissertação formado por pessoas LGBTI+ e financiado com a verba recebida da bolsa CNPq. Allie, Michelle, Ingrid, Thiago e Mariana (Bacon). Essa comissão revisou com muito afinco todo conteúdo dos capítulos e fez pontuações sugerindo adequações, supressão ou acréscimo de conteúdo. A dissertação tem como proposta possuir quatro capítulos para além da Introdução e das Notas Conclusivas:

O Capítulo I – “Gênero e sexualidade no sistema capitalista” tem como ponto de partida o ser humano como ser histórico e social. Buscou neste capítulo realizar um resgate histórico a partir da perspectiva da totalidade, não sendo algo endógeno mas a partir de relações políticas, sociais, econômicas, étnicas, culturais e históricas. Utilizou-se autores como Estevão Fernandes, Luis Mott, Trevisan, Regina Facchini, Letícia Nascimento, Jaqueline de Jesus, Marco Aurélio Prado, Frederico Viana Machado, Renan Quinalha, Guilherme Gomes Ferreira, João Silvério Trevisan, Megg Rayara, Shirley Acioly Monteiro de Lima. Ainda, a partir de dados recentes de pesquisas atuais feitas por Giancarlo Spizzirri et al apresentou-se um perfil estimado sobre a população LGBTI+ no Brasil. E ainda para desvelamento da realidade em sua totalidade e contradições foram estudadas as seguintes categorias e conceitos: cotidiano, sociabilidade, identidade, violência, hierarquização e inferiorização, preconceito e invisibilidade, sofrimento ético político, território e formas de resistência. Também introduziu-se as particularidades oriundas de ciclos de vida e foi realizada síntese do capítulo de forma ancorada com os postulados de um marxismo queer. Assim, a pretensão desse primeiro capítulo é sedimentar a dissertação com uma contextualização sócio-histórica de corpos e corpos de gêneros e sexualidades dissidentes no sistema capitalista, especialmente no território brasileiro.

O Capítulo II - “Experiência e história daqueles que “vêm de baixo” tem como proposta abordar a categoria experiência de vida, Essa categoria está calcada na materialidade a partir do concreto vivido pelas/os participantes. Essa categoria está inserida no marco da dialética marxista utilizando autores como Thompson, Portelli, José Claudinei Lombardi, Lia

Tibira, Livia Magalhães, Neusa Lima e Maria Lúcia Martinelli. Ainda buscou-se trazer luz às experiências de vida de Karen, Silvia, Bob, Bruno, Atena, Joycee, Samara, Janaina, Neno e Jéssica que gentilmente cederam entrevistas para que esse trabalho pudesse ser feito. Histórias que em alguns momentos convergem e em outros se contradizem, trazendo suas vivências cotidianas, suas relações com o território, vivências de rupturas de relações sociais ou em que as relações sociais potencializaram suas identidades e suas potências de ser. As entrevistas e experiências das/os sujeitas/os apresentadas/dos nesse capítulo fornecerá também subsídios que serão explorados nos capítulos III e IV.

O Capítulo III - “Estado, gênero, sexualidade e políticas públicas: Política social x punição/controle/omissão” buscou discutir sobre o Estado Burguês e políticas sociais no Brasil pautando-se nos autores: Engels, Marx, Rosa Luxemburgo, Rodrigo Castelo, Gramsci, Célia Lessa Kerstenetzky, Ivanete Boschetti, Elaine Behring, Luciana Jaccoud, Bell Hooks, Gracyelle Costa, Francisco Oliveira, Duriguetto, Montañó, Gota - Esping Andersen, Potyara Pereira, Dardot e Laval, Gentili, Anderson e Salama, Marilena Chauí. Ainda, buscou-se compreender a relação entre o Estado e a população LGBTI+ a partir de Gramsci, Souto-Maior e Renan Quinalha, Thiago Torres, Regina Facchini, de vivências de pessoas LGBTI+ em espaços de poder e a partir do conteúdo do Curso de Direito LGBT da UFMG ofertado em 2023 e dados do Disk 100. Utilizou-se ainda as entrevistas das/os sujeitas/os participantes buscando apreender suas experiências e vivências correlatas a presença ou omissão do Estado em seu caráter protetivo. Acresce-se ainda no capítulo a relação entre Estado, mercado e terceiro setor com as pessoas LGBTI+. É a partir da compressão das características do Estado burguês brasileiro e sua relação com a população LGBTI+ que pode-se fazer a discussão sobre a política de assistência social, política que constitui a seguridade social do Brasil.

Assim, o capítulo IV - “Gênero e sexualidade na política de assistência social. Garantidora de direitos?” inicia fazendo uma diferenciação entre o profissional assistente social, a política de assistência social e assistencialismo, faz um percurso na trajetória dessa política social por meio de seus marcos normativos e realiza uma leitura crítica dela por meio da autora Patrícia Mustafa, Aldaíza Sposati e Abigail Torres. Posteriormente busca compreender a relação entre a política de assistência social, gênero e sexualidades dissidentes

a partir a) de autores como Ribeiro, Silva e Barbosa, Guilherme Gomes Ferreira e do manifesto da Parada LGBTI de São Paulo de 2023, b) de como os conceitos famílias, território, ciclos de vida, padrões de relação, risco, vulnerabilidade e violência tão presentes na política de assistência social dialogam com a população LGBTI+, c) das normativas e materiais produzidos pela política de assistência social com relação à população LGBTI+, d) estudo sobre como os formulários instrumentais e manuais orientativos abarcam a população LGBTI+, e) dados de atendimento da população LGBTI+ no SUAS utilizando o Relatório Mensal de Atendimentos (RMA) e os questionários do Censos Suas, f) vivência das pessoas entrevistadas em relação à política de assistência social. Ao final, faz-se uma breve reflexão sobre o SUAS que temos e o SUAS que queremos.

Já as “Notas conclusivas: Gargalos e propostas para um SUAS garantidor de direitos para pessoas LGBTI+.” parte-se para as considerações finais fazendo uma síntese da discussão feita na dissertação e buscando fazer algumas mínimas propostas.

CAPÍTULO I - GÊNERO E SEXUALIDADE NO SISTEMA CAPITALISTA : CORPOS E CORPAS - EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

1.1 CORPOS E CORPAS QUE ROMPEM O SISTEMA CIS HETERONORMATIVO EXISTEM E NÃO É DE HOJE.

O sistema cisheteronormativo invadiu as Américas a partir da colonização. Estevão (2015) resgata que a heterossexualidade compulsória chegou não apenas por castigos físicos mas também por:

Políticas de casamentos interétnicos, rituais cívicos, imposição de padrões morais, de códigos de vestimentas, cortes de cabelos, nomes próprios, gestão da reprodução física, divisão do trabalho, pela educação, projetos de racialização, civilização, nacionalização e integração (Fernandes, 2015, p.15-16).

Em seu estudo, encontra diversas referências sobre práticas não cis heteronormativas em aldeias indígenas desde o século XVI de forma normalizada e também o incômodo dessas condutas pelos agentes coloniais que agiram de forma ostensiva. “Tibira” e “çacoaimbeguirá” eram termos utilizados para referir-se aos indígenas gays e lésbicas, respectivamente. Em 1549 tem-se o primeiro registro de assassinato nas terras tupis pelo sistema⁶, sendo o Índio tibira Tupinambá do Maranhão executado como bucha de canhão para “desinfestar esta terra do pecado nefasto”.

Havia registros de pessoas biopoliticamente⁷ designadas mulheres, indígenas, que realizavam funções de homens, cortavam seus cabelos de forma semelhante e eram casadas com outras mulheres. Entre os Guaycurús, existiam os Cudinas: pessoas biopoliticamente designadas homens que adotaram todos os modos das mulheres, vestiam-se como elas e ocupavam-se de ocupações femininas. Entre os Xambioá haviam homens dedicados a servir sexualmente a outros, entre os Nambikwara as relações homossexuais entre os adolescentes eram permitidas. Entre os Guayaki, há o registro de um[a] que vivia entre as mulheres, tinha cabelos longos e executava trabalhos femininos, possuía um cesto (símbolo do trabalho feminino) e não um arco (símbolo do trabalho masculino). Entre as Mchinaku, havia relações homossexuais femininas. Entre Tapirapé, relações sexuais entre homens. Entre os Krahó,

⁶ Cistema: termo utilizado pelas transfeministas para denunciar o sistema que impõe a cisheteronormatividade

⁷ Sugestão de utilização do termo pela revisora Allie. Expressão utilizada pela filósofa Abigail Campos Leal (2021)

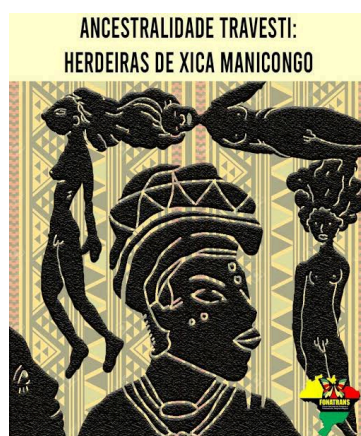
práticas homossexuais foram registradas. Entre a diversidade de povos existentes nesse território, registros sobre esse tema são extensos (Fernandes, 2015). Autores como Fernandes (2015), Mott (2006), Trevisan (2004) fazem um extenso trabalho em suas pesquisas sobre o tema e podem ser consultados para maior aprimoramento do tema. Infelizmente a maioria dos registros são a partir da ótica europeia, religiosa e colonizadora, com um olhar criminalizador em relação à sexualidade e ao gênero.

Trago à memória Xica Manicongo, batizada como a primeira travesti não indígena brasileira, trazida do Congo e escravizada em 1592, aproximadamente . Vestia-se mulher, identificava-se como mulher. Utilizava um pano que prendia com um nó para frente, à moda dos quimbanda, encontrava frestas de resistência e andava pela cidade, encontrava seus homens e era namoradeira. Apesar disso, foi vítima da inquisição e Matias Moreira exigiu inicialmente que usasse “roupas de homem”. Como se recusou, foi denunciada, recebeu a visita da Inquisição e foi acusada de sodomia. Esse crime, às vistas do código penal das Ordenações Manuelitas, tinha como punição ser queimada viva em um auto de fé em praça pública e ter seus bens confiscados pela Igreja Católica. Para continuar viva, abriu mão de suas vestimentas e passou a se vestir com as vestimentas tradicionais dos homens da época. Anteriormente, historiadores e estudiosos a chamavam de Francisco, nome que foi registrado pela Inquisição, e a consideravam um homem gay. Somente. No século XX, após uma releitura dos registros oficiais sobre a inquisição no Brasil a partir da ótica dos novos movimentos, foi compreendido que ela era uma travesti, sendo batizada de Xica Manicongo por Majorie Marchi, militante travesti negra presidente da ASTRA-RIO. Jaqueline traz ainda que:

Havia travestis não só ali na Ladeira da Misericórdia, mas também em Fez, na nação Tupinambá, em São Paulo de Luanda, no Deserto do Mojave, em Goa... em todo lugar e tempo, ainda não sendo chamadas ou denominando-se de travestis, porém trazendo outros nomes para esse afeto que nos une até hoje: o de nos reconhecermos onde o cis-tema (ou cistema) nos nega. Guerrilha de ser (Jesus, 2015,p.256).

Abaixo xilogravura que faz homenagem a Xica Manicongo:

Figura 1: Ancestralidade travesti: Herdeiras de Xica Manicongo



Fonte: Fonatrans

Nascimento (2021) resgata Yaya Mariquinas, que questionou no século XIX, na Bahia, entre os anos de 1860 e 1870 o sistema binário de gênero que a determinava como homem negro. Ela usava trajes femininos e reivindicava tratamento feminino.

Essa diversidade de gênero não está restrita, existe e existiu em diversas localidades e tempos. *Two Spirits*, na América do Norte, *Muxes*, no México, *Fa'Afafines*, em Samoa, *Hijras*, no sul da Ásia, *Sekrata*, em Madagascar, *Mahu*, no Hawaí, *Leiteis* ou *Fakaleitis*, no Tonga, *Banka*, nas Filipinas e Travestis, no Brasil e América do Sul, são identidades de gênero étnicas ou regionais.

1.1.1 Concepções de gênero são fruto de um determinado tempo histórico e localidade.

Até o final do século XVII e início do século XIX as ciências médicas acreditavam que havia um único sexo, o masculino. Entendia-se que as diferenças ocorriam pelo calor recebido na gestação: caso houvesse pouco calor, o órgão sexual do bebê retraía e formava a vagina, caso recebesse mais calor, o órgão sexual afloraria e apareceria na parte externa do corpo. Assim, não existia uma divisão binária da sexualidade humana. Nesse período, a passividade ou ser um homem afeminado não estava relacionado ao comportamento sexual passivo, mas sim àquele que se colocava passivamente em relação aos prazeres. Prado e Machado (2008) chamam a atenção para as hierarquias sexuais, que segundo eles, existiam de que no período do sexo único, mas que operavam de outra forma e com outra funcionalidade para sexualidade. Exemplos disso seriam os homens que praticavam a

pederastia na Grécia e conseguiam acessar o mundo da elite: era apenas essa relação que transformava o rapaz em um homem.

Na virada para o século XX alguns médicos começam a afirmar que as diferenças não seriam gradações corporais, mas uma diferença mais profunda interna e externa. Prado e Machado (2008) denominam-no como modelo do dimorfismo radical. As diferenciações passam a ser não apenas físicas, mas também morais e hierarquizadas. Binômios e diferenciações começam a ocorrer, seja no comportamento, na personalidade e também nos espaços que cada um deveria ocupar: mulher destinada ao espaço privado e o homem, ao espaço público. Assim, definem-se dois sexos opostos e estáveis.

Enquanto as ideias revolucionárias francesas de igualdade e liberdade ganhavam força, os homens precisaram criar uma diferença que justificasse que mulheres, assim como negros e povos colonizados, não tivessem os mesmos direitos que os cidadãos homens brancos, colocando-as então como “naturalmente inferiores”, ou seja, em um lugar subalterno. É esse pensamento que dará base às diferenças de gênero a partir da “essencialização” das diferenças e que será base da cultura ocidental moderna. Nesse período também passa-se a considerar que os indivíduos que se desviam dos comportamentos colocados como “naturais” são vistos como imperfeitos ou patológicos, surgindo a ideia de perversão e degenerescência.

A ciência moderna, a partir das ciências biológicas, psi e humanas e sociais cria nesse período uma fundamentação de verdade universal, com discursos que passam a regular papéis e comportamentos sexuais a partir dos valores morais e da ideologia da classe dominante. É nesse momento que há a distinção regulatória da heterossexualidade burguesa como “natural”, legítima, correta e criminalizando a homossexualidade (Prado; Machado, 2008). Ainda, Engels em “A Origem da família, da propriedade privada e do Estado”, apesar de não visibilizar corpos e relação não heterossexuais, apresenta em sua obra possibilidades diversas de ser família, apontando a monogamia como uma forma burguesa de defesa da propriedade privada.

Prado e Machado (2008) chamam a atenção para a distinção hierárquica entre heterossexuais e homossexuais e a patologização da homossexualidade, sendo não apenas negativa, mas também categorizada como crime, pois a sexualidade era regulamentada pela

Igreja e os comportamentos indesejáveis eram punidos, como crimes e pecados, com morte⁸. Com a patologização, os procedimentos punitivos foram substituídos por outros aparatos sociais, como “tratamentos”.“. Em dado contexto histórico foi a partir da luta militante que ocorreu a patologização da homossexualidade (Prado; Machado, 2008).

A *Mattachine Society* foi uma das primeiras a divergir de opiniões sobre como a homossexualidade seria tratada na esfera pública, a questionar publicamente a inferiorização dos homossexuais, associando a homossexualidade à noção de direitos. Assim há um novo avanço, o de ultrapassar a noção de doença e conceber a sexualidade em sua diversidade (Prado; Machado, 2008).

Somente na segunda metade do século XX a sexualidade passa a ser pensada em sua diversidade a partir da mudança dos discursos sobre a sexualidade e da reivindicação de grupos sociais organizados. Prado e Machado (2008) chamam-no de modelo da diversidade sexual. Assim, a sexualidade passa a ser pensada a partir da desessencialização ou desnaturalização da sexualidade, sendo questionados os elementos que davam sustentação ao preconceito social e a subcidadania das mulheres e não heterossexuais, sendo chamada de revolução sexual. Movimentos contraculturais e de rebeldia se exaltaram a partir dos anos de 1950 com outras formas de compreender e utilizar o corpo. Fortaleceu-se a representação de uma sexualidade como fonte de prazer e expressão da individualidade, e o reconhecimento de formas identitárias não hegemônicas de forma a contestarem os modos “tradicionais” (Igreja, família, comunidade), “modernas” (Estado, medicina e psiquiatria) de regulação da sexualidade (Prado; Machado, 2008).

1.1.2 Protoativismo e ativismo no cenário internacional

Segundo Quinalha (2022), o protoativismo homossexual surge na Alemanha no século XIX. Alguns elementos foram cruciais para que isso ocorresse: a presença de uma legislação de criminalização da homossexualidade masculina que foi um dos fatores que favoreceu a

⁸ A revisora Michelle reforça que: eram e ainda são tratados como crime de morte em alguns países como Arábia Saudita, Iêmen, Nigéria, Brunei, Mauritânia, Uganda, Irã e outros.

aglutinação e mobilização dessa geração por conta de nítidas situações de injustiças⁹, o alto nível de alfabetização, letramento e educação dessa sociedade, com a presença de intelectuais e centenas de jornais que circulavam, a existência de uma forte cultura de valorização da amizade masculina, virilidade e supremacia masculina em diversos ambientes monossexuados que permitiram o homoerotismo e, como quarto item, a urbanização e adensamento populacional que permitiu a criação de espaços de sociabilidade que toleravam pessoas que buscavam parceiros do mesmo sexo, principalmente de homens¹⁰. Desde o início, os gays tiveram mais visibilidade que as lésbicas¹¹. Alguns dos motivos foi a independência financeira e integração nas esferas públicas de trabalho e comunidade que possibilitaram explorar estilos de vida sexual alternativos. Os precursores do movimento homossexuais foram o jurista Karl Heinrich Ulrichs e Magnus Hirschfeld. Porém, com a ascensão do nazismo, a biblioteca e os documentos guardados no Instituto de Berlim foram queimados, incluindo os documentos da Liga Mundial pela Reforma Sexual, e assim, houve uma perseguição brutal aos homossexuais (Quinalha, 2022).

Com todo esse cenário, o epicentro da mobilização LGBTI+ cruza o oceano Atlântico e chega aos Estados Unidos, que já apontavam relevância no cenário político internacional. Ainda, a Segunda Guerra Mundial desenvolveu ambientes monossexuados, tanto homens, em ambientes de guerras, quanto das mulheres, que saíram das casas e foram trabalhar em indústrias e outras cidades. Assim, nesses ambientes puderam florescer relações homoeróticas, não somente sexuais mas também de troca de valores, ideias, perspectivas de mundo e que geraram vínculos emocionais e íntimos. Dessa forma, emergiu uma ética sexual de namoros e encontros que rompiam com o casamento como o único horizonte para construir laços e se relacionar em sociedade.

⁹ A sexualidade feminina era tão apagada que era circunscrita apenas ao casamento com o marido e voltada para a reprodução. Assim, nem na legislação havia reconhecimento de qualquer sexualidade fora desse padrão. Porém, Quinalha (2022) aponta que há registro de casos de mulheres que amavam outras mulheres e foram enquadradas no mesmo dispositivo legal.

¹⁰ Didier Eribon (apud Quinalha, 2022) afirma que as cidades foram “campos de refugiados” pela possibilidade de pessoas saírem de lugares menores e se libertarem do controle familiar e do olhar de reprodução de pequenas comunidades. Territórios mais urbanizados permitiam encontrar uma proteção relativa em guetos que preservam o anonimato dos frequentadores. Espaços públicos e semiprivados que permitiam encontros serviram para criar o senso de comunidade.

¹¹ A revisora Ingrid traz como sugestão salientar as mulheres lésbicas que tiveram relevância na história, dentre elas Anne Lister que viveu na Inglaterra. A série *Gentleman Jack* (2019-2022) retrata esse panorama de como era ser uma mulher lésbica nos anos 1800 na Europa.

Com o fim da guerra, as pessoas retornaram aos Estados Unidos alocados em bases militares em regiões mais populosas. Nesse ambiente, criou-se nas décadas de 1940 a 1970 uma subcultura gay urbana de forma parecida ao que ocorreu na Alemanha. Assim, gays e lésbicas brancos migraram para as cidades. Os bares foram os principais locais de sociabilidade entre os LGBTI+, em zonas mais isoladas e geralmente no período noturno. Ali, criou-se um circuito de subcultura LGBTI+ que permitiu não apenas a satisfação do desejo sexual, mas também a criação de uma identidade coletiva. Surgia uma cena próspera, com matérias de jornais, romances e cartas. As relações eróticas e sexuais passaram a ser percebidas para além dos papéis de gênero e permitiram a criação de uma identidade homogeneizada e universalizável: a gay (Quinalha, 2022).

As primeiras pautas de um movimento organizado foram o combate à discriminação no trabalho e o posicionamento contra as legislações que criminalizavam as relações homoafetivas. O movimento feminista e o movimento negro puderam abrir caminhos para o movimento homossexual. Nesse contexto, pode-se questionar o sonho do “*american way of life*”, com uma família nuclear, patriarcal, heteronormativa baseada no consumo. Emergia uma contracultura com amor livre, novas configurações familiares, direito ao prazer, ampliação da percepção pelo uso de drogas, dentre outros. Assim, começou-se a questionar a repressão e o controle no campo da sexualidade e do gênero (Quinalha, 2022).

O primeiro movimento homófilo surge em 1950 a partir de Harry Hay, o *Mattachine Society* (já citado acima). O movimento criou ainda a *Mattachine Review*, revista porta-voz do movimento. Outro ativista foi Frank Kameny, que após ter sido desligado do Serviço de Mapa do Exército por ser gay, levou o caso de discriminação até a Suprema Corte dos Estados Unidos. Apesar de não ter conseguido rever a situação, sua bravura o fez reconhecido como pioneiro da luta homossexual nos Estados Unidos. Ainda, vale o destaque para o *Daughters of Bilitis*, formado por mulheres sob a liderança de Del Martin e Phyllis Lyon. Desses grupos houve importantes atos convocados para denunciar injustiças praticadas como funcionários públicos. Manifestações ordeiras, com homens de ternos e mulheres de vestidos sóbrios e formais, que andavam em filas e carregavam faixas com reivindicações (Quinalha, 2022).

Uma mudança no modo de reivindicações irá ocorrer a partir da Revolta de *Stonewall*. Apesar dos bares serem o epicentro da vida homossexual e o território em que brotava a

comunidade, até a década de 1960 todos os estados dos Estados Unidos possuíam legislações contra a sodomia, sendo os homossexuais vítimas de constantes violências policiais. O status de semi legalidade dos guetos era utilizado pelas autoridades para assediar e extorquir pessoas. Assim, nesses ambientes, iniciaram também protestos e confrontos com a polícia. Em 1965, no baile de ano novo promovido pelo *Council on Religion and the Homosexual*, em 1966, na *Compton 's Cafeteria* e em 1967, no *Black Cat Tavern* em Los Angeles. Os embates entre a polícia e os homossexuais ajudaram a catalisar o senso de comunidade. Em 1969, ocorreu a mais estrondosa e contundente reação no *Stonewall Inn*, bar de Nova York que era frequentado por pessoas do “submundo”: pobres, latinas, negras, pessoas em situação de rua e LGBTI+. Nos poucos locais de sociabilidade LGBTI+ a corrupção e violência faziam parte do cotidiano a partir da violência policial. O bar era controlado por máfias que subornaram as autoridades policiais para manterem a casa funcionando. Porém, em 28 de junho de 1969 houve um desentendimento entre a polícia e a máfia, que resultou em abordagem agressiva dos agentes às pessoas que ali estavam, e como havia poucas viaturas e policiais para a quantidade de pessoas que queriam prender, foi necessário chamar reforços. Nesse momento eclodiu uma revolta espontânea por parte das pessoas LGBTI+ com gritos e pedras nas viaturas, iniciando uma rebelião. As pessoas resistiram às ordens policiais e jogaram latas, garrafas e pedras contra elas. Esse foi o momento em que surgiu o “*gay power*”, quando a polícia foi humilhada e a identidade gay se transformou em poder.

Esse evento teve uma enorme repercussão em jornais e panfletos, o que provocou outras revoltas contra o controle estatal. Quinalha (2022) chama a atenção para o fato de que Stonewall não foi a primeira revolta que irrompia na cena pública reivindicando direitos, porém tomou a proporção de mito devido a alguns fatores: Nova York ser uma cidade cosmopolita que estava no epicentro econômico do capitalismo estadunidense e também para onde inúmeras pessoas LGBTI+ migraram em busca de anonimato; a emergência de lutas por liberdade sexual e de gênero que sedimentaram condições para a emergência de uma nova perspectiva de corpo, desejo e sexualidade; uma afirmação de uma identidade homossexual coletiva e igualitária; a existência das legislações discriminatórias e de criminalização das homossexualidades (Quinalha, 2022).¹²

¹² A revisora Ingrid ressalta a importância da Vaguing e da cultura Ballroom como forma de resistência, militância e abrigo para jovens gays que eram expulsos por suas famílias nas “houses”. O movimento Ballroom

Stonewall trouxe legados, como: uma militância mais combativa e orgulhosa que desejava mudar as estruturas de poder da sociedade e a criação de um senso de comunidade cada vez mais politizada na esfera pública. Assim, Stonewall criou novos horizontes constituindo uma narrativa coletiva a partir da memória social dessa luta. Após esse evento, grupos começaram a estampar orgulhosamente a expressão “gay” nos nomes: *Gay Liberation Front* (GLF), *Gay Activists Alliance* (GAA). Ainda, é a partir de Stonewall que iniciam as marchas que darão origem às Paradas do Orgulho LGBTI+ com o objetivo de ocupar as ruas e romper com a invisibilidade imposta pelo gueto (Quinalha, 2022).

O movimento homófilo nesse período tinha como bandeira o fim da discriminação no trabalho e a luta pela despatologização da homossexualidade. Há ainda diferenças entre a primeira organização do movimento e o movimento pós-Stonewall, uma delas é que as primeiras manifestações eram mais ordeiras, com homens de terno e mulheres de vestidos, bem vestidos e sem gerar tumulto, após Stonewall há uma maior libertação no uso das vestimentas e as manifestações pregavam a rebeldia e a desordem (Quinalha, 2022).

Fora do centro norte-americano, outras organizações de pessoas LGBTI+ surgiram, como o grupo *Nuestro Mondo*, na Argentina em 1967, que participou da *Frente de Liberación Homosexual* em 1971. Essa frente criou o boletim SOMOS que serviu de inspiração para a primeira geração do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). No México, em 1971, foi criada a *Frente de Liberación Homosexual* (Quinalha, 2022).

Quinalha (2022), aponta ainda que os tensionamentos não demoraram a ocorrer no ativismo após Stonewall: enquanto um setor ganhava mais visibilidade e hegemonia, outros foram marginalizados dentro da própria comunidade, dentre eles, as drag queens. Os gays afeminados e as drag queens foram discriminados por mulheres lésbicas sob a acusação de “fingirem” ser mulheres, sem viver de forma integral a condição subalterna da posição do feminino na sociedade patriarcal. Por outro lado, por se assemelharem aos papéis e comportamentos atribuídos às mulheres, foram rejeitados por seus pares que aprenderam a reproduzir e desejar os modelos hegemônicos de masculinidade, reprimindo a presença do feminino.

andou de mãos dadas com Stonewall como movimento popular e manifestação LGBTI+. Assim, de manifestações culturais se tornam, para esses jovens, famílias (local de identidade e afeto). Ela recomenda o vídeo: Paris Is Burning (1990) disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mBVBipOI76Q>

Dessa maneira, Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera, drag queens e prostitutas, figuras importantes na Revolta de Stonewall, foram apagadas das memórias em disputa do episódio e deslocadas de seu protagonismo. Apesar de terem participado do GLF e do GAA, houve uma série de embates com os homossexuais que eram hegemônicos nos grupos, e, assim, em 1970 organizam o STAR (*Street Transvestite Action Revolutionaries*) com objetivo de fazer a militância tradicional de organizar atos de rua, e também de promover abrigo e proteção para jovens LGBTI+ que eram expulsos de suas casas. Porém, posteriormente, em 1973, por conflitos internos, dificuldades financeiras e problemas na ocupação do prédio, o grupo acabou.

Ao mesmo tempo, as mulheres lésbicas que se indispuseram com as drag queens, se auto-organizaram em coletivos próprios. Ainda que inicialmente tenham tentado participar do GLF, acabaram saindo do grupo por estar muito focado nas demandas dos gays. Ao mesmo tempo, o movimento feminista excluía as organizações lésbicas, pois a sexualidade, principalmente a lesbiandade, era um tabu dentro do feminismo hegemônico. Para elas, o foco da sexualidade era um desvio indesejável. Assim, as mulheres lésbicas se organizaram em um grupo exclusivo de lésbicas: Racialesbians, grupo que teve embates com pessoas heterossexuais e homens gays, e posições polêmicas, como a condenação da bissexualidade. O grupo foi encerrado em 1971 (Quinalha, 2022).

Esse é o início dos movimentos ativistas que irão desembarcar e influenciar parte do mundo, inclusive o Brasil.

1.1.3 E o Brasil?

A construção do movimento LGBTI+ ocorre a partir de representatividades, pautas políticas e também de disputas por visibilidade, mudando tanto os atores quanto as pautas. Até a década de 1980, o movimento foi denominado movimento homossexual (MHB), posteriormente, GLS. No final da década de 1990, tomou força e incorporou-se, fruto de muita luta, as travestis, alterando a sigla para GLT. Nos anos 2000 o movimento incluiu as pessoas bissexuais, tornando-se GLBT. No combate à misoginia do movimento, a sigla foi alterada para LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros). Adicionou-se o + para incluir

mais grupos. Em 2008, adicionou-se o I de intersexo. Hoje, há variações da sigla como LGBTQI+, LGBTQIA+, LGBTQIAPN+, demonstrando uma diversidade que rompe com a cis heteronormatividade. Ainda, outros termos ao longo da história foram construídos como “entendido/a”. Também houve a discussão entre as diferenças de “ativos” e “passivos”, porém, decidiu-se unificar todos como homossexuais, sem haver essa diferenciação. Termos também como hermafroditas, andrógenos e opção sexual, hoje considerados como termos ultrapassados e preconceituosos, também foram utilizados e posteriormente revistos.

Em 2016 foi realizada a 3ª Conferência Nacional De Políticas Públicas De Direitos Humanos De Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, sendo a última que ocorreu. Em 2018 estava prevista a IV Conferência Nacional LGBT, porém não aconteceu e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) foi extinto. Como forma de resistência, foi criado o Conselho Nacional Popular LGBTI+. Em 2023, o Conselho foi recriado sob o nome: Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras (CNLGBTQIA+), e tem como uma de suas atribuições organizar a próxima Conferência Nacional.

Atualmente é possível encontrar sigla de diferentes formas: LGBTI+, LGBTIA+, LGBTQIA+ LGBTQIAPN+, havendo divergências dentro do próprio movimento, dentre elas: a diferença entre Bissexual e Pansexual, Queer como identidade ou movimento, Não Binárias incluídas na categoria Trans*¹³ e a consolidação e clareza das pautas políticas de cada um dos segmentos para integrarem a sigla. Assim, o movimento, as identidades e a linguagem estão em constantes transformações a partir da disputa por visibilidade e pelo acúmulo no debate, não sendo algo estático.

Abaixo discorrerei rapidamente sobre a constituição do movimento LGBTI+. Para estudo mais aprofundado, consultar pesquisas de Luis Mott, Regina Facchini, Estevão Fernandes, Renan Quinalha, Megg Rayara, Letícia Nascimento, Marco Aurélio Prado e Frederico Viana Machado, João Silvério Trevisan, dentre outros.

¹³ Conforme Letícia Nascimento, o termo “trans* abarca “ transexuais, mulheres transgêneras, homens transgêneros, transmasculines e pessoas não binárias. Já o termo “mulheres trans” refere-se à mulheres transexuais e mulheres transgêneras” (Nascimento, 2021, p.13).

No Brasil, como já citado acima, a partir do momento em que houve a invasão europeia e iniciou-se a colonização, passou-se também a catequizar e a colonizar os corpos a partir das noções preestabelecidas pela sociedade europeia. Assim, considerando a visão de pecado ou sodomia, os corpos que não performavam a cis heteronormatividade foram criminalizados e punidos com a morte pela (nada Santa) Inquisição. Em 1830, as referências à sodomia deixaram de fazer parte do Código Penal brasileiro. Até 1940 havia o crime de travestismo, consistindo na proibição de “trajes impróprios” para disfarçar o sexo com intenção de enganar. Posteriormente, com o fortalecimento do Estado moderno e do avanço das ciências, o lugar dos corpos dissidentes foi a prisão e o manicômio. Ainda que, criminalmente, não houvesse nada explícito, leis como a lei contra a vadiagem ou perturbação da ordem pública e de atos obscenos foram utilizadas para repressão dos corpos LGBTI+. O policiamento e repressão não se restringia à esfera pública, mas também nos espaços privados. Nesse controle era autorizado também a violência para a normatização e normalização dos corpos, tornando um grotesco espetáculo público (RAYARA, 2018).

Ao discutir a microfísica do poder e as instituições e ao estudar o pensamento e a cultura, Foucault coloca o “outro” como ameaçador, estranho, excluído. Onde antigamente ocupava o lugar o leprosário, na idade moderna ocupa “o louco”, mantendo ainda a lógica de exclusão e segregação, em que a loucura é considerada a desrazão. A hospitais gerais ou casas de internamento eram destinados “Pobres, vagabundos, correccionais, desempregados, jovens que perturbam o repouso da família ou dilapidavam seus bens, devassos, pródigos, enfermos, libertinos, filhos ingratos, pais dissipadores, prostitutas, homossexuais, mágicos, suicidas, portadores de doenças venéreas, blasfemadores, alquimistas, pretensas feiticeiras, insensatos, cabeças alienadas, espíritos transformadores.” Assim, eram isolados socialmente e excluía-se os “loucos”. Esse cenário não é distante no Brasil. O hospital de Barbacena (MG) foi inaugurado em 1903, e fechado em 1980, e ali ocorreram as maiores barbaridades possíveis, sendo conhecido posteriormente como Holocausto Brasileiro (Muchail, 2018).

O período de 1964 a 1985, foi marcado no Brasil pela Ditadura Militar, que cometeu horrendas atrocidades. Havia, no período, um ideal de povo e corpo e realizou-se um processo de higienização e caça a homossexuais, travestis, transexuais e todos que desviassem do padrão cis heteronormativo. Para tanto, a ditadura amparou-se na ideologia cristã de família e

moral. Quinalha (2017) faz em sua pesquisa de mestrado, intitulada “Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)”, que posteriormente deu origem a um livro, um vasto estudo sobre as violências e resistências nesse período. Em relação à censura, as emissoras de televisão tinham uma aposta de entretenimento apelativo, apropriando-se de aspectos de cultura subalterna, explorando principalmente atrações vistas como aberrantes, deformações patéticas e ridículas. Dentre elas, homossexuais que se vestiam com figurino de “debochados, expansivos, espalhafatosos, histéricas, fúteis, com trejeitos exagerados e uma língua ferina” (Quinalha, 2017, p. 64), além dos gays, homens com trejeitos femininos e mulheres com comportamento masculino. que eram enquadrados na categoria de diversão de “clowns”.

Inúmeras censuras foram feitas contra homossexuais na programação televisiva ou moduladas para exibição de acordo com a régua moral do regime, impondo-se que os “desvios sexuais” fossem disfarçados ou apresentados de modo discreto. Clodovil, Denner, Clovis Bornay, Abelardo Barbosa foram pessoas que foram expulsas da televisão brasileira. No teatro, peças como *Blue Jeans*, *Brent*, *Village*, *As tias*, *Viva Sapata*, *As criadas*, *Night and Gay*, *Tem embrulho no pacote*, *Revolução*, *Fim de Caso*, *Paradise*, *O Réu da Cidade*” e tantas outras constam em relatórios da censura. No cinema, o filme “Orgia das libertinas” foi censurado.

O isolamento e confinamento de homossexuais em guetos vigiados e abordados por forças de segurança pública, não surgiu na ditadura, porém durante esse período houve a maior repressão contra as pessoas homossexuais, travestis e prostitutas nas ruas. Pontos de sociabilidade e diversão que eram frequentados por homens que desejavam outros homens e mulheres que buscavam outras mulheres sofreram monitoramento intensificado, batidas policiais constantes, prisões arbitrárias, torturas físicas e psicológicas, extorsões e outros tipos de violência. Ainda, violência sexual e trabalho forçado ocorreram nas delegacias e penitenciárias. Prisões ocorriam, não com o objetivo de extermínio, mas de limpeza moral e higienização social, enquadrando por motivos de vadiagem, atentado público ao pudor, corrupção de menores, violação da moral e dos bons costumes, furtos, roubos e uso de drogas. Batidas policiais constantes se transformaram em prisões arbitrárias que detinham as pessoas por horas ou dias, submetiam a humilhações e torturas, deixavam-nas dias

incomunicáveis em situações precárias, e, diversas vezes, as “bichas” e travestis eram extorquidas (Quinalha 2017).

No período em que houve maior afrouxamento da ditadura, na década de 1970, houve também registro de inúmeros abusos cometidos pelos aparatos de segurança contra essa população. Quinalha (2017) aponta que a visibilidade crescente a partir de maior exposição pública e da alta concentração de homossexuais e travestis nas grandes cidades pode ter sido um dos motivos que alimentou maior reação conservadora (Quinalha, 2017).

Como forma de sobrevivência à violência policial, as travestis andavam munidas com giletes e se cortavam para não serem levadas para a detenção, mas ao hospital.. Além disso, inúmeras vezes, além de fugir da polícia, as travestis ainda precisavam pagar subornos e propinas (Quinalha, 2017). Jovanna Baby relata ter sido presa diversas vezes sem motivos, enquadrada por vadiagem, presa na fila do cinema para ver um filme, sem direito nem de estar na rua. Ninguém saía de dia nas ruas.

No Rio de Janeiro, operações de higienização moral feitas por batidas policiais foram comandadas por Deraldo Padilha, e em São Paulo, pelo Delegado José Wilson Richetti. Diversas operações ocorreram, dentre elas: “Operação Limpeza”, em São Paulo, com o objetivo de limpar as ruas da “Boca de lixo” e proteger as famílias de assaltos, chantagens e da visão desagradável de pessoas oferecendo o corpo, “Operação Cidade Planejada”, “Operação Rondão”. Essas operações chegaram a prender 700 pessoas em um só dia, com média diária de 300 a 500 pessoas.. Idália foi presa 30 vezes em menos de dois meses, ao final desse período, suicidou-se. Ainda, houve o aval do Tribunal de Justiça para as prisões das prostitutas. Em Minas Gerais houve a atuação do delegado Francisco de Assis com o plano “Moralização da Cidade”, e posteriormente, com o comando de Joaquim Ferreira Gonçalves, foi feita a “Operação Cidade”. Recife teve uma onda Repressiva comandada por João Batista Acioly Sobrinho, em Salvador houve a “Operação Pelourinho”, dentre outras (Quinalha, 2017).

Acresce-se ainda violências e discriminações da sociedade brasileira contra LGBTI+. Os agressores tiveram a conivência dos órgãos oficiais da repressão, apoiados pelos próprios organismos estatais. Grupos de extrema direita colocavam bombas em bancas de jornais,

linchavam pessoas, castigavam homossexuais. Foram chamados de “esquadrão mata-bicha” e não era raro que esses grupos fossem formados ou integrados por policiais.

Apesar da violência desenfreada, é nesse período que as pessoas LGBTI+ começam a se organizar politicamente, seguindo o movimento de formação de resistência de diversos setores sociais, principalmente, a partir da década de 1970. A organização do movimento homossexual surge encorajado pela organização de mulheres, negros, estudantes e trabalhadores contra a ditadura militar. Nos meados do século XX, maior concentração de gays e lésbicas nos grandes centros urbanos, a exploração econômica de um mercado voltado para o segmento como bares, boates e festas permitiram um senso de conectividade, uma formação de comunidade com identificação, códigos, comportamentos e costumes compartilhados dentro de uma semi clandestinidade. Transformações culturais e sociais desde a década de 1950 permitiram lançar bases que viabilizaram a organização política dos homossexuais.

Iniciavam-se profundas mudanças nos costumes e na liberação sexual no Brasil, mas foram interrompidas e retrocederam com o golpe militar de 1964. O golpe inviabilizou e atrasou a emergência de uma mobilização política dos homossexuais no Brasil que já estava ocorrendo em outros países, como os Estados Unidos. Assim, somente no final da década de 1970 os homossexuais passaram a ter condições propícias de organização política, tentando “ir de zero a cem em uma única volta”. Ainda, a imprensa alternativa e a arte marginal foram elementos que proporcionaram a interpretação dos grupos homossexuais da conjuntura nacional. Destaca-se como forma de resistência nesse período também a elaboração dos jornais, além de eventos sociais, apresentações de travestis, folias carnavalescas, concursos de miss e desfiles de fantasias como formas de desafiar as normas rígidas de gênero e sexualidade.

Em 1976, houve a tentativa de organizar o I Congresso do Homossexual Brasileiro no Museu de Arte Moderna (MAM) e a instituir o Dia do Homossexual a partir de convites assinados por “União dos Homossexuais Brasileiros” no Rio de Janeiro. No dia marcado, 4 de julho, havia inúmeros jornalistas para cobrir o evento, porém, houve uma abundante presença policial intitulada “Operação Salto-Alto”, havendo mais policiais que gays, lésbicas e pessoas trans. Poucas pessoas, como Garrida, mulher trans que deu uma declaração para a

imprensa, compareceram, tendo como possíveis motivos o peso da repressão estatal e do preconceito internalizado (Quinalha 2017).

Em 1978, fruto do incansável esforço de João Silvério Trevisan, ocorreu a primeira reunião do Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, que já buscava ter uma ação e gramática de reivindicação de direitos. Nesse encontro, além de debaterem sobre a condição homossexual e temas abordados no *Lambião*, redigiram uma carta aberta à imprensa protestando a forma estigmatizada de como as homossexualidades eram retratadas na televisão. Esse núcleo deu origem, posteriormente, ao SOMOS, o primeiro grupo reconhecido do movimento homossexual brasileiro. Os encontros desse núcleo ocorreram de forma conturbada e na clandestinidade, além da precariedade de recursos econômicos e culturais entre os homossexuais. Deve-se trazer à vista que desde o início o movimento homossexual, que posteriormente se tornou o movimento LGBTI+, possuía diversidade de pensamento em seu interior. Posteriormente isso gerou cisões e diferenças entre formas de atuação. Dentre as divergências estava a defesa da atuação da militância centrada na homossexualidade e sem envolvimento e atuação junto a grupos políticos partidários. Ainda, houve a separação posterior do grupo entre gays e lésbicas. O grupo, além de querer fazer política, queria ainda pensar uma outra forma de fazê-la, revisando os métodos políticos machistas de outros ambientes, buscando uma forma de organização e contestação do poder a partir do “prazer e ternura”. No grupo havia a preocupação de não incorrer na burocratização excessiva, também de se manter autônomo aos partidos políticos,” pelo medo de virar uma organização de esquerda tradicional e de ser confundido com uma delas aos olhos da repressão. Viviam em um sistema de semi clandestinidade (Quinalha 2017).

Vale apontar que havia a discriminação de movimentos de esquerda em relação à luta feminista¹⁴ e de outros grupos discriminados. Em uma fala na “Semana de Minorias” da USP foi dito que “os homossexuais estavam conscientes de que para a direita eram um atentado à moral, à estabilidade da família e à base da sociedade, e para a esquerda eram o resultado da decadência burguesa”. Ainda, os militantes da época achavam que sexo não era uma preocupação política, que a classe operária não sofria “desvios” sexuais por não terem sexualidade nenhuma. No ato que ocorreu em São Bernardo do Campo, houve um

¹⁴ Revisora Michelle sugere como recomendação o livro de Amelinha Teles “Breve História do Feminismo no Brasil” que possui informações sobre a discriminação e divisão nos espaços sindicais e partidários

desentendimento no SOMOS sobre a participação ou não junto aos trabalhadores. Parte do grupo decidiu participar e parte realizou um piquenique no parque. Esse desentendimento transformou-se depois em uma cisão do grupo. Em 1979, dentro do SOMOS, a partir da auto-organização das mulheres, surge o Grupo de atuação lésbica-feminista (GALF), que se separaram do SOMOS oficialmente, em 1980, por motivos de marxismo e sexismo. Ainda que se separasse do SOMOS elas se colocaram abertas para futuras alianças e trocas (Quinalha 2017).

No início da década de 1980 já começavam a surgir grupos organizados de diversas localidades, dentre eles o Grupo de Atuação e Afirmação Gay (GAAG), em Duque de Caxias, “Libertos”, em Guarulhos, e outros grupos com o nome de SOMOS. Entre abril de 1978 e fevereiro de 1981 surgiram 22 grupos de militância homossexual e ao final de 1980 havia 21 coletivos organizados em diversos estados do país. Em 16 de dezembro de 1979 ocorreu o primeiro encontro nacional de grupos homossexuais, com 60 ativistas, sendo um encontro secreto. Em abril de 1980 foi realizado em São Paulo o I Encontro Brasileiro de Homossexuais. O encontro terminou com um ato público de encerramento no Teatro Ruth Escobar com mais de 1000 pessoas. Tal ato não passou despercebido pelos órgãos de repressão, e um relatório foi feito sobre o “I Encontro Brasileiro de Homossexualismo”. Em maio de 1980, após inúmeros conflitos, houve um rompimento do SOMOS: 9 ativistas saíram do movimento com o objetivo de criar um grupo autônomo e interessado propriamente na questão homossexual, liderado por Trevisan, opondo-se à proximidade que ocorria, partir de Green, entre o movimento SOMOS e a Convergência Socialista (CS) (Quinalha 2017).

Esses rachas em São Paulo se ampliaram para o Rio de Janeiro, onde ocorreria o “II Encontro de Grupos Homossexuais Organizados”, em 1981. Porém, a partir de desentendimentos e também do fim do “Lampião”, que permitia a circulação de informações, o encontro não aconteceu.. Ocorreu no período o I Encontro Paulista de Grupos Homossexuais Organizados e o I Encontro dos Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste no Recife (Quinalha 2017).

Enquanto nos Estados Unidos ocorreu a Revolta do Stonewall, em São Paulo ficou conhecido o Levante do Ferro’s Bar, em 1980, local que era ponto de encontro homossexual de mulheres desde 1960, assim como os bares Cachação, Canapé e Último Tango. Em 15 de

novembro de 1980 todos os bares lésbicos foram invadidos e quem fosse ou pudesse ser confundida com uma pessoa lésbica, foi presa. Em 1983, o proprietário e funcionários tentaram expulsar as mulheres lésbicas que resistiram. Sob a tentativa de bloqueio de acesso das lésbicas ao bar, foi feito um protesto sob liderança de Rosely Roth com imprensa, ativistas e parlamentares para a “retomada do Ferro’s Bar”. Esse movimento foi comparado com o Stonewall e chamado de “pequeno Stonewall brasileiro” (Quinalha, 2017).

A década de 1980 foi marcada pela redemocratização e pelo HIV. Apesar de em 1982 o SOMOS ter conseguido estabelecer uma sede, em 1983 ele se dispersou de vez. “Outra Coisa”, outro movimento que rompeu com o SOMOS, chegou a pautar temas de sexualidade na eleição de 1982 e passou a ser uma das principais organizações a divulgar informações sobre o HIV/AIDS, mas foi encerrado em 1984. O GALF também passou por crises e rachas, mas chegou até os anos de 1990. Essa década foi marcada também pela eclosão da epidemia do HIV/AIDS, que alterou as formas de ação política. A epidemia do HIV/AIDS foi rotulada de “Peste Gay”, devido ao crescimento rápido da epidemia e a vinculação a “um grupo de risco”, cujas práticas sexuais eram estigmatizadas como perigosas. Setores religiosos proferiram que seria um castigo divino para a promiscuidade dos homossexuais na área médica houve a legitimação do discurso científico de desvio a heteronorma, que legitimou violências contra as subjetividades dissidentes (Quinalha, 2022).

Nesse momento, o ativismo LGBTI+ se dividiu entre aqueles que acreditavam que o HIV/AIDS era uma forma de reestigmatização e patologização da homossexualidade e a parcela que iniciou um diálogo com autoridades estatais e médicas para tratamento e prevenção, ao constatar a gravidade da situação. O primeiro grupo defendia que a associação o HIV/AIDS aos homossexuais era uma tentativa de abortar os valores do amor desempedido de amarras morais, direito ao prazer e livre expressão da sexualidade, enquanto o outro foi um ator fundamental para construção de resposta comunitária e solidária à epidemia, compreendendo que, se os movimentos não dessem uma resposta comunitária, não seria o Estado ou as indústrias farmacêuticas que o fariam.

Ocorreram reuniões, campanhas, distribuição de preservativos, publicação de materiais, pressão nos poderes públicos para avançar no tratamento e prevenção do HIV/AIDS, traçando uma parceria entre ativistas, médicos e gestores públicos, como as

articulações feitas pela Escola Paulo Teixeira. Essa pressão deslocou a ação para o campo da saúde. Convênios e parcerias entre ONGs e governos foram firmadas, com recursos nacionais e internacionais. Para além do desenvolvimento de ações ligadas ao HIV/AIDS, isso permitiu uma profissionalização do ativismo e a implantação de infraestrutura. Foram criadas também redes de solidariedade, apoio e cuidado para pessoas que apresentavam o quadro da doença e não possuíam suporte financeiro ou afetivo de suas famílias. Ainda, o HIV/AIDS permitiu retirar a sexualidade do armário, tornando-se um tema não mais escondido, mas constantemente discutido, ainda que muitas vezes sob uma perspectiva conservadora, associando-o à promiscuidade (Quinalha, 2022).. Em 2021, o tema da parada LGBTI+ foi “HIV/AIDS: Ame+Cuide+Viva”, evidenciando que essa ainda é uma pauta importante para o movimento.

Em 1980 é criado juridicamente o Grupo Gay da Bahia, que encampou a luta pela despatologização das homossexualidades, reivindicando a retirada do código 302.0, do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), conquistando a vitória em 1985. Em 1982, pela primeira vez candidatos parlamentares falaram abertamente sobre a defesa de direitos homossexuais, havendo no período uma importante renovação nas agendas da esquerda, incluindo a questão homossexual, raça, gênero e ambientalismo. Também houve situações de famílias de origem de pessoas mortas em decorrência da AIDS, rejeitadas quando assumiram suas sexualidades, que ressurgiram para reivindicar espólio e deixaram os respectivos companheiros das vítimas da doença sem nenhum direito sobre os bens adquiridos. Assim, a AIDS traz também a luta pelo direito ao reconhecimento legal de união entre pessoas do mesmo sexo, aumentando a luta pelo reconhecimento e direitos jurídicos para os sujeitos LGBTI+. Em 1985 o Triângulo Rosa foi criado no Rio de Janeiro, sendo grupo que ocupou importante lugar na mobilização da constituinte de 1986 e 1987, buscando incluir no rol de discriminações proibidas a discriminação por “orientação sexual”. Apesar de não ter tido êxito, mobilizou diversos setores da sociedade e avançou no debate público do tema no país. A partir da discussão da constituinte, já nos anos de 1990, setenta cidades e três estados possuíam em suas Leis Orgânicas a proibição por orientação afetiva sexual. Em 1981, o movimento já exigia a equiparação dos crimes de LGBTfobia aos crimes

de racismo, sendo o direito conquistado em 2019 via Supremo Tribunal Federal (STF) (Quinalha, 2022).

Vale pontuar duas ressalvas: no momento em que internacionalmente a homossexualidade foi despatologizada, manteve-se a patologização da transgeneridade, seguindo assim até 2018, quando houve a alteração do transtorno de identidade de gênero para incongruência de gênero. Só nesse momento, a transgeneridade saiu da categoria de transtornos mentais para integrar o de “condições relacionadas à saúde sexual”. No evento da OAB de Santo André, em 2023, Neon Cunha evidenciou que o movimento homossexual abandonou e deixou para trás as pessoas trans durante suas lutas. Um exemplo é que, Mascarenhas, na luta pela proibição da discriminação sexual, dirigido aos homossexuais, proferiu inúmeras falas transfóbicas.

A década de 1990 foi fundamental para a saída do armário da comunidade LGBTI+, evidenciando um crescimento e reconhecimento dessa população na sociedade a partir do acúmulo de anos de experiência de ativismo organizado, diálogos com instituições de Estado e consolidação de um mercado voltado para esse segmento. Foi também a década em que tomaram corpo mobilizações de rua, entre 1995 e 1997, dando origem às paradas LGBTI+ no Rio de Janeiro e em São Paulo, e passaram a crescer em quantidade de participantes e em cidades. O momento mais aceito de início da Parada com sua formação atual é em junho de 1997, quando grupos como Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor (CORSA), o Centro Acadêmico de Estudos Homoeróticos da USP, a ABGLT, Mix Brasil, Expressão, Núcleo de Gays e Lésbicas do PT, Núcleo de Gays e Lésbicas do PSTU com apoio da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal paulistana e da Casa de Apoio Brenda Lee organizam uma grande manifestação com 2 mil pessoas, que saiu da Avenida Paulista e foi até a Praça Roosevelt. As Paradas de Orgulho passam a crescer e tornam-se a maior manifestação LGBTI+ do mundo e a mais numerosa mobilização popular brasileira desde a campanha das Diretas Já.

Na década de 2000 a 2010, houve a institucionalização e visibilidade pública. Porém, vale reconhecer que direitos reconhecidos atualmente são bandeiras de luta do movimento desde a década de 1970, e foram concretizados nesse momento, como: união estável, direito a nome social, direito à adoção, dentre outros. Em 2003, a Parada LGBTI+ do Brasil atinge

números que a colocam como uma das maiores paradas do mundo. As reivindicações de saúde e cidadania jurídica ganham força nesse período.

Vale pontuar que os direitos LGBTI+ até hoje não foram garantidos pelo Congresso Nacional, nenhuma lei específica em favor dos direitos LGBTI+ foi aprovada. Os direitos conquistados, em sua maioria, foram garantidos pelo executivo ou pelo judiciário via STF. Na década de 1990 ocorreram os primeiros casos de reconhecimento jurídico de uniões formadas por pessoas homossexuais para fins previdenciários e fiscais. Em maio de 2011, com a ADPF 132 e ADI 4277 foram reconhecidas as uniões estáveis homoafetivas de forma mais ampla. Em 2013, com a Resolução 175 do Conselho Nacional de Justiça, determinou-se o dever dos tabeliões de celebrarem a união estável e também o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Em 2015 foi garantido pelo STF a adoção por casais homoafetivos, em 2018 o direito à identidade de gênero diretamente nos cartórios, em 2019 a criminalização da LGBTfobia, em 2020 a doação de sangue LGBTI+, em 2020 a constitucionalidade da educação sexual e de gênero nas escolas, em 2021 o direito à escolha para presas travestis e transexuais de cumprirem penas em estabelecimentos prisionais masculinos ou femininos conforme a preferência. Esses direitos foram conquistados a duras lutas da comunidade LGBTI+.

Pode-se ter como exemplo a luta de Neon Cunha na alteração de seu nome e gênero, sem passar por cirurgia ou ser patologizada por sua identidade de gênero. Sua causa foi ganha em 2015 e abriu caminho para que tantas outras tivessem esse direito garantido. Em 9 de dezembro de 2020, a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou a lei Victória Judnet, que virou referência em relação à garantia do respeito à identidade de gênero no pós-morte.¹⁵ Porém, em 2023 o STF ainda morosamente analisa o direito das pessoas trans em relação ao uso do banheiro. Vale apontar também que direitos não são garantidos em pedra. No capítulo 2 falarei mais sobre o Estado, porém vale adiantar que em 2023 a Itália começa a remover nomes de mães lésbicas de certidões de nascimento, Uganda aprova pena de morte para pessoas LGBT+, nos Estados Unidos diversos estados começam a aprovar a retirada de direitos às pessoas LGBTI+. Um exemplo é a Flórida, que aprovou em 2022 uma lei chamada

¹⁵ Sugestão da revisora Ingrid. Essa lei foi uma resposta organizada dos movimentos trans junto ao mandato do deputado Fábio Félix (PSOL-DF) após a morte de Victória Jugnet. A partir dessa lei foi permitido o nome social em lápides, jazigos e certidões de óbito mesmo que a pessoa não tenha conseguido retificar seu nome em vida. Essa lei foi pioneira sendo uma conquista no legislativo.

de Don't Say Gay, que proíbe a discussão de temáticas LGBTI+ em salas de aula e censurando livros que abordem a temática. A Carolina do Norte (nos Estados Unidos) aprovou uma lei que proíbe tratamentos de afirmação de gênero para crianças e adolescentes, mesmo com autorização dos pais, no Tennessee proibiu-se eventos com drag queens na presença de crianças, ou até mesmo perto de parques ou escolas. Esses eventos apontam que direitos LGBTI+ estão constantemente ameaçados e em disputa, principalmente com o crescimento do fundamentalismo religioso evangélico e do conservadorismo ao redor do mundo.

Na década de 2010 até os dias de hoje há um movimento de crescente conservadorismo e fundamentalismo religioso na sociedade que refletiu-se na política institucional. Tem-se como exemplo as *fake news* do “kit gay” em 2010, a ausência da então presidenta Dilma Rousseff na 2ª Conferência Nacional LGBT em 2011 (e no mesmo ano ela ainda vetou a publicação de cartilhas - “Escola sem Homofobia” após pressão da bancada evangélica)¹⁶, a exclusão Exclusão de ação orçamentária exclusiva para políticas LGBTI+ na LOA em 2016, o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff e início do governo Temer, a extinção do Conselho Nacional de Direitos Humanos LGBT, a revogação da 4ª Conferência Nacional LGBT, o Fechamento do Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT em 2021, a defesa de um modelo único de famílias e reforço de normativas de gênero por ministros do governo federal, além de inúmeras falas LGBTIfóbicas do então (des) presidente Bolsonaro. Ele foi eleito defendendo a família tradicional, a heterossexualidade compulsória e o fundamentalismo religioso, a partir de *fake news* e do pânico moral. Ainda que nas eleições de 2022 Bolsonaro e sua agenda tenham sido derrotados no governo federal e a agenda de Lula inclua as pessoas LGBTI+ a partir da nomeação de Symmy Larrat, da recriação do Conselho e outras ações, o Bolsonarismo e sua agenda continuam vivos no legislativo e no executivo de diversos estados e municípios. Por outro lado, Facchini aponta esse período como um período em que houve uma diversificação do movimento LGBTI+ em diferentes espaços.

Ao acompanhar a memória do movimento LGBTI+ vale mencionar que embora Facchini e Mott tenham usado em textos diferentes gerações do movimento LGBTI+, assim

¹⁶ Sugestão da revisora Michelle

como Quinalha, hoje, Fachinni não separa mais os períodos em gerações. Quinalha (2022) divide a história do movimento LGBTI+ nos seguintes ciclos: “Quando as movimentações se tornam movimentos organizados”, “Ciclo de afirmação homossexual e combate à ditadura”, “Ciclo de HIV/AIDS e “ONGuização”, “Ciclos de institucionalização, visibilidade pública e mercantilização”, “Ciclo de cidadanização, da diversificação e dos direitos” e “Ciclo de *backlash* e bolsonarismo”. Já Facchini organiza o período por décadas. Ainda é importante ressaltar que a luta pelo direito de memória e pela memória LGBTI+ é feita a partir de fragmentos e de muito trabalho, feito principalmente pela comunidade LGBTI+, tendo em vista que a história única branca heterocisnormativa faz questão de apagá-la e invisibilizá-la.

Vale também problematizar o “*pink money*”¹⁷ a partir da década de 1990 e que segue crescendo até os dias de hoje: o mercado passou a produzir produtos e realizar propagandas específicas para pessoas LGBTI+ em situação de maior poder econômico, sendo uma combinação de visibilidade e mercantilização. Vale reconhecer que esse espaço foi também uma conquista de luta, porém não podemos ser ingênuos e deve-se ter ciência que o posicionamento de diversas empresas é de interesse econômico, não sendo realmente aliadas da luta LGBTI+. Inúmeras empresas ao mesmo tempo que fazem comerciais “LGBTfriendly”, cometem transfobia em seus atendimentos aos clientes ou reproduzem LGBTifobia no ambiente de trabalho. E raramente pessoas LGBTIs+ ocupam altos cargos de poder.

1.1.4 A invisibilidade e a luta travesti e transexual

No século XX os espaços destinados para as travestis eram a prostituição e o teatro de revista (sendo o teatro ocupado principalmente por travestis brancas), marginalizando-as, restringindo-as à vida noturna. Aos poucos começou a ser anunciado em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, a existência de travestis e mulheres trans em bares, portos, praças e bordeis. Esse início do século foi marcado também pelas teorias de racismo científico que colocava os homens negros como supostos potenciais perigosos e com propensão ao

¹⁷ *Pink Money*: dinheiro rosa. Termo utilizado para se referir à um nicho de mercado extremamente lucrativo com o objetivo de consumo pelo público LGBTI+ a partir de produtos ou propagandas voltadas para esse grupo. Restrita à lógica neoliberal individual.

crime. Esse racismo respingou também nas travestis, destinando às travestis negras, a partir da vigilância dos aparelhos do Estado e da sociedade normalizadora, o lugar periférico de pobreza, depravação, pecado, luxúria, violências e insalubridade (Rayara, 2018). Em momentos em que a vigilância diminuía, elas conseguiam aumentar a visibilidade e ampliar os espaços de atuação, ainda assim, as travestis só eram toleradas nesse período em seus locais de trabalho. Assim, a travestilidade era constituída na prostituição, malandragem, pobreza e violência. Como forma de resistência, criavam redes sociais de amigos que ofereciam apoio e sociabilidade.

Rayara (2018) ainda chama a atenção para o fato de que na década de 1950, no Rio de Janeiro, a comunidade homossexual branca de classe média conseguia transitar com tranquilidade, ao contrário das travestis. Elas só ganhavam visibilidade da imprensa com notícias relacionadas à desordem da cidade.

A identidade trans e travesti começou a se consolidar na década de 1970. Em diversos registros as drag queens e drag kings¹⁸ aparecem como precursoras dessa identidade. Jovanna Baby aponta também que no início o pronome não foi pauta de bandeira de luta, sendo as primeiras bandeiras o fim da violência e o nome social. Assim, em dado período histórico as travestis foram chamadas com o pronome masculino.

Nas décadas de 1960, 70 e 80, os shows de travestis se popularizaram e constituíram um novo estilo de performance e discurso. Delas, destacam-se Claudia Celeste e Weluma Brown, ambas negras. Rayane (2018) aponta como vanguarda o fato de terem construído corpos feminilizados com uso de hormônios femininos e silicone industrial permitiu que adentrassem espaços na televisão.

Ainda que no I Congresso do Homossexual Brasileiro no Museu de Arte Moderna (MAM) em 1976 tivesse uma mulher trans expondo-se em entrevistas e houvesse participação de pessoas trans e travestis e mulheres lésbicas no processo de articulação do movimento homossexual, Rayara (2018) aponta que o movimento foi denominado movimento Gay e priorizou as demandas dos homossexuais masculinos, contribuindo para a

¹⁸ Drag Queen e Drag King: Expressão artística caricata e performática em que mulheres incorporam um personagem masculino e homens incorporam uma personagem feminina para fins artísticos. Forma de arte performática que questiona padrões e estereótipos de gênero. Essa forma de arte como conhecemos hoje surgiu no final do século XIX e XX. Não confundir com pessoas trans*.

normalização da cisgeneridade e mantendo as mulheres transexuais e travestis em situações de extrema vulnerabilidade.

Em paralelo a essas lutas, em 1979, diante da violência às prostitutas e travestis, surge a primeira associação de prostitutas: Associação Damas da Noite do estado do Espírito Santo, organizado por Bianca. A principal bandeira era sanar com urgência as violências. Vendo a quantidade de travestis na reunião das Damas da Noite, Jovanna Baby, Elza Lobão, Joice, Monique do Baviê e Beatriz Senegal decidiram criar um movimento social organizado. (Fórum Black Trans Brazil - FONATRANS, 2020) As prostitutas tiveram um papel primordial para que as travestis se tornassem cidadãs, se tornassem reconhecidas. Assim, a partir dessa organização em 1992, é oficializado no Brasil o Movimento Social de Travestis e Transexuais com a fundação da Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL), para discutir questões próprias do universo travesti. Até 1992 não havia discussões sobre o pronome feminino para as travestis, não se discutia se a identidade era masculina ou feminina, eram pessoas travestis.

No Rio de Janeiro, em 1995, foi realizado o III Encontro Nacional de Travestis e Liberados com 250 participantes. A partir dos Encontro Nacional de Travestis e Transexuais Liberados que atuam na Prevenção da AIDS (ENTLAIDS). Junto à discussão sobre a prevenção da AIDS discutia-se também sobre a violência latente e sobre o nome social. A partir desse encontro novos grupos também surgiram no Brasil. O período da AIDS foi muito doloroso, pois muitas quando descobriram já estavam em estado terminal; Jovana, porém, afirma que a AIDS teve um papel significativo para a organização e autoafirmação das travestis no Brasil. Em 1997 a ASTRAL transforma-se na ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais).

Jovanna afirma que GLS foi uma sigla feita para segregar ainda mais as travestis e transexuais. Porém afirma que ainda que a sigla seja LGBT, anteriormente GLB, permanece transfóbica se as pessoas não se policiarem e reconhecerem que todas as pessoas são importantes. Foi uma luta terrível para que o movimento GLB aceitasse a letra T na sigla, na Conferência de Curitiba no Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (EBGL). A conquista ocorreu pelo apoio dos gays e lésbicas da Região Nordeste.

Em 2013 foi instituído o Fonatrans - Fórum Nacional de travestis e transexuais negros e negras. Após diversas avaliações realizadas pela população trans negra, concluiu-se que a maioria das pessoas que vive na prostituição, contrai doenças sexualmente transmissíveis e HIV são travestis negras.

No interior do movimento trans* há a priorização de pautas das mulheres trans e travestis, havendo um apagamento dos homens trans.

Ainda, no guarda-chuva trans há também as pessoas não binárias, termo guarda chuva para transmasculinos, transfemininas, gêneros fluidos, pessoas agênero.

1.1.5 E as pessoas bissexuais?

Nos Estados Unidos, as primeiras organizações políticas das pessoas bissexuais datam da década de 1970. Antes disso, as pessoas bissexuais já compunham os movimentos homossexuais. A necessidade de um movimento bissexual organizado separado do movimento homossexual se deve ao fato da vivência de bifobia no interior dos grupos, em que pessoas bissexuais podiam ser consideradas indecisas ou que não queriam se identificar como homossexuais, e até chegar ao ponto de mulheres bissexuais serem responsabilizadas por “passar a AIDS” dos homens gays para as mulheres lésbicas.

A incorporação do B na sigla, no Brasil, se deu principalmente pelo ativismo das pessoas bissexuais no exterior. Em 2003 chegou a ser discutida a modificação da sigla, colocando a letra B ao final da sigla ou retirando o B. As pessoas bissexuais até esse momento não estavam estruturadas como um movimento político organizado, mas existiam e se encontravam no interior do movimento homossexual desde seu início. Inácio dos Santos Saldanha (2022) ao trazer a história política dos bissexuais, traz uma edição do jornal “Lampião da Esquina” de 1980 que afirmava que a bissexualidade era algo que não existia, uma “bicha não assumida” ou uma pessoa esquizofrênica. Assim, esse jornal registra a bifobia vivida no interior do movimento homossexual.

A partir de 2004, então, o movimento bissexual começa a se organizar politicamente no Brasil. Grupos como o “Espaço B” e “Núcleo Bis do Grupo Estruturação” começam a

surgir de forma local. Um importante veículo de comunicação foi o Jornal Bis que passou a circular em 2004 e durou até 2006. Nacionalmente o Coletivo Brasileiro de Bissexuais foi o primeiro movimento nacional, criado em 2005 no XII EBGLT (Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros) e durou até 2007. Inácio (2002) aponta que um dos motivos para o fim do coletivo foi a disputa de vagas e invisibilidade de bissexuais dentro do movimento LGBT. Assim, gays ou lésbicas ficavam com cadeiras que eram destinadas para bissexuais (Furtado, 2014).

A década de 2010 foi um importante período para crescimento do movimento bissexual a partir de grupos, de ativistas, da promoção de debates e também para o aumento de produções acadêmicas sobre o tema. Em 2010 surgiu o bi-sides, inicialmente como blog, depois transformado em site, coletivo e grupo do facebook. Uma importante rede para memória do movimento e troca de informações, além da promoção de encontros. Em 2013 foi criado em Minas Gerais o Coletivo Bil – Coletivo de bissexuais e lésbicas do Vale do Aço, e ao longo da década diversos outros grupos surgiram pautando discussões como bifobia e saúde mental. Principalmente na segunda metade dessa década houve um crescimento de pesquisas sobre bissexualidades no Brasil (Furtado, 2014).

Em 2020 foi criada a Frente bissexual brasileira a partir do encontro de coletivos no Seminário Nacional de Estudos Bissexuais. Em 2021 foi escrito o Manifesto do Movimento Bissexual, que pauta a luta contra a bifobia, a diversidade de corpos bi, a resistência à norma monossexual, apontam demandas como a saúde mental, exigem políticas públicas adequadas, principalmente na área da saúde, desestabilizam a divisão binária entre homossexualidade e heterossexualidade, descolonizam e defendem a pluralidade de corpos, desejos e ideias e chamam as pessoas para a mobilização e luta contra os sistemas de opressão, dentre eles o capitalismo (Saldanha, 2022).

1.1.6 E as pessoas intersex?

No século XIX na Europa vigorava uma definição de hermafroditismo como se fosse uma definição mitológica em que coexistiam no mesmo indivíduo traços corporais masculinos e femininos. Em 1876, o biomédico T.A.E. Klebs propõe um novo sistema

baseado na “constelação endócrina”, diferenciando o hermafroditismo verdadeiro do pseudo-hermafroditismo. A constatação do hermafroditismo verdadeiro na época podia ser estabelecida somente depois da morte, quando o corpo podia ser aberto e examinado. Com o avanço da tecnologia, porém, pode-se fazer biópsias em pacientes vivos permitindo a medicina a identificar indivíduos com corporalidades ambíguas. Em 1930 iniciam as primeiras cirurgias no campo da medicina intervindo sobre o corpo. E essa começou a ser a ferramenta sociomédica de primeira ordem e são utilizadas até hoje, negando ao indivíduo a escolha da sua própria identidade e papel de gênero, e sendo um alívio na ansiedade dos pais para que seus filhos sejam tão normais quanto possível (Lima, 2007).

O termo intersexo foi proposto em 1923 por Goldsmidt para descrever vários tipos de ambiguidade genital física, sem conter a carga mítica do termo hermafroditismo. Hoje, inclusive, o termo hermafrodita está em desuso e é ultrapassado. Na medicina, então, o termo intersexo refere-se a uma pessoa que não apresenta sexo cromossômico, genitália externa ou sistema reprodutivo interno dentro do padrão considerado normal para o sexo masculino e feminino. Estima-se que no mundo tenha 130 milhões de pessoas intersexo.

Para a comunidade internacional, o Brasil é um país intersexofóbico. Em 2003, por meio da Resolução nº 1664, foram normatizadas as técnicas para tratamento para pacientes com anomalias de diferenciação sexual por meio de intervenções cirúrgicas ou tratamentos hormonais precoces. Assim, tratado pela biomedicina como uma patologia em que se faz necessário intervir de forma emergencial pediátrica no recém-nascido e como emergência psicossocial, ao afetar a família e a saúde psicológica da criança e buscando a normatização do corpo dentro do sistema binário de sexo.

Apesar de chamadas de cirurgias corretivas, são cirurgias de mutilação. Inúmeras pessoas intersexo, inclusive, têm parte da história de sua identidade roubada, sendo uma informação ocultada dos próprios indivíduos¹⁹. Segundo informações da cartilha de visibilidade intersexo, no país há aproximadamente haver 3,5 milhões de pessoas intersexo,

¹⁹“Quando Rosa (nome fictício) precisou procurar documentos pessoais para o mestrado, aos 33 anos, ela não imaginava que encontraria um relatório destinado à sua mãe e que mudaria tudo o que ela conhecia sobre si. O texto, escrito em 1996, dizia que ela era portadora de uma condição genética conhecida como “insensibilidade aos andrógenos”, e que, aos sete meses, passou por uma cirurgia de transição de gênero para o feminino. — Durante 33 anos eu vivi uma farsa. Eu sempre desconfiei de que havia uma história que não era contada sobre mim. Quando achei o relatório, comecei a investigar e, junto a uma amiga, chegamos à palavra ‘intersexualidade’ — relembrou.” Messias, 2022.

porém são dados subestimados por conta do baixo índice de reconhecimento da condição intersexo (Defensoria Pública do Estado Do Rio Grande Do Sul, 2022). Há mais de 40 formas de intersexualidade, e é uma condição que abrange fatores que vão do nível genético até o sociocultural (Lima, 2007).

Atualmente, grupos de pessoas intersexo têm se mobilizado para que a intersexualidade não seja entendida como patologia mas como variação, coibindo cirurgias genitais eletivas, irreversíveis e sem consentimento dos indivíduos, além da necessidade de apoio às famílias de pais de crianças intersexo por meio de acompanhamento psicológico. No Brasil, surge a Associação Brasileira Intersexo (ABRAI) reunindo ativistas intersexo e aliados. Iniciou-se a partir da página “visibilidade intersexo” e de grupo no facebook. Destacam-se os ativistas Eris Haru, Olívia Denardi e Dionne Freitas, Shay Bittencourt, Amiel Vieira, Alex Bonotto, Jéssica Torrano e Yume Lee, que criaram a União Brasileira Intersexo (UBI).

Em 2018 é regulamentada a ABRAI, após a luta de Thais Emilia de Campos dos Santos e Elisberto Campos (Beto), pais de uma criança intersexo que não encontraram uma associação ou ONG de apoio. Thais relata que seu filho, intersexo, não teve direito a existir legamente na certidão de nascimento por não ter sexo determinado (masculino ou feminino). Joel Filho (UFMG, 2023) relata que dos 15 aos 21 anos sofreu inúmeras violências intersexofóbicas de profissionais da psicologia e da medicina, como alegações que ele estava mentindo ou inventando coisas, que “era falta de procurar uma mulher”, além de ter sido prescrito prescrito Viagra pra ele, dentre outras violências.

A ABRAI (UFMG, 2023) defende que a sociedade é que precisa mudar sua conduta desumanizadora e violenta e não os corpos de pessoas intersexo, deixando de ser um sujeito de estudo da ciência e sendo considerado um sujeito de direito. Países como Alemanha e Nova Zelândia permitem que o gênero seja identificado por X e pode ser mantido pela vida toda ou alterado ao atingir a maioridade. Paquistão (2009), Bangladesh (2013), Índia (2014), Quênia (2014), Austrália (2014), Nova Zelândia, Nepal (2015), Malta (2015) e Canadá (2017) permitem o registro de “sexo neutro/indefinido/indeterminado/inespecífico ou intersexual”. Em 2018, em Portugal foram proibidas cirurgias em bebês intersexo que não corressem risco de vida.

Em 2018, pela primeira vez, uma criança intersexo brasileira conseguiu ter seu nome e gênero alterados por decisão de um juiz de primeiro grau. Era um menino intersexo que foi registrado como menina por desconhecimento da mãe sobre a intersexualidade, e que, em decorrência de complicações de saúde após o parto, somente teve contato com o bebê dias após o registro, quando tomou o conhecimento da genitália ambígua. Ela não aceitou que a criança fosse mutilada em cirurgia e após exames que atestaram a intersexualidade, descobriu-se que ele era um menino do ponto de vista genético. Depois de muita mobilização e luta, conquistou-se o direito de registro civil na certidão de nascimento como “sexo ignorado” a partir do Provimento 122/2021 do CNJ. Também, em qualquer momento poderá ser feita a alteração do campo sexo no registro civil de pessoas naturais (Defensoria Pública do Estado Do Rio Grande Do Sul, 2022). Esse é um pequeno avanço, não sendo mais necessário que o direito jurídico seja feito a partir de processos judiciais, porém ainda faz-se necessário avançar colocando a opção intersexo no sexo jurídico (UFMG, 2023).

1.2 E O BRASIL HOJE?

Ainda hoje, em 2023, temos uma ausência de dados sobre a população LGBTI+ por parte do Estado. Quem historicamente fez e continua fazendo a maior parte dos levantamentos sobre esse grupo são os movimentos sociais como Grupo Gay da Bahia e ANTRA.

Em 2019, o IBGE realizou pela primeira vez uma pesquisa sobre homossexuais e bissexuais no Brasil por meio da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS): Orientação sexual autoidentificada da população adulta. A partir desse estudo, 94,8% da população adulta (150,8 milhões de pessoas) identifica-se como heterossexuais, 2,9 milhões de pessoas de 18 anos ou mais se declararam lésbicas, gays ou bissexuais, correspondendo a 1,2% (1,8 milhão) de pessoas homossexuais e 0,7% (1,1 milhão) de pessoas bissexuais, 1,1% (1,7 milhão de pessoas) não souberam responder, 2,3% (3,6 milhões) recusaram-se a responder, e 0,1% (100 mil) disseram se identificar com outras orientações, como pansexual ou assexual. Ainda, constatou-se que a população homossexual é maior entre os que têm nível superior (3,2%), maior renda (3,5%), e idade entre 18 e 29 anos (4,8%). Entre as regiões, a região com maior percentual de homossexuais e bissexuais foi o Sudeste (2,1% dos entrevistados) e a menor, o

Nordeste, com 1,5%. Entre mulheres, 0,9% declara-se lésbica e 0,8%, bissexual e entre homens, 1,4% declaram-se gays e 0,5%, bissexuais (Tokarnia, 2022). O próprio IBGE reconhece que essa pesquisa foi realizada em caráter experimental e também que há uma subnotificação da informação que pode estar relacionada ao preconceito e aos estigmas: “A gente não está afirmando que existem 2,9 milhões de homossexuais ou bissexuais no Brasil. A gente está afirmando que 2,9 milhões de homossexuais e bissexuais se sentiram confortáveis para se auto identificar ao IBGE como tal”, diz a analista da PNS Nayara Gomes (apud Tokarnia, 2022)

Dois estudos foram realizados pelo Datafolha, aprovado pelo Comitê de ética da Unesp de Botucatu sobre a população Assexuais, Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero (ALGBT)²⁰ e trazem dados importantes que permitem um diagnóstico desse grupo.

O primeiro estudo comparou pessoas trans, pessoas cis e pessoas não binárias. Spizirri *et al* (2021) fez um estudo com 6000 pessoas adultas brasileiras em 2018 da seguinte forma:

(i) o número total de participantes a serem entrevistados em cada região geográfica foi calculado considerando a proporção da população brasileira residente naquela área; (ii) o mesmo processo de cálculo foi então utilizado para cada estado e município; (iii) cidades, bairros e locais de entrevista (praças, cruzamentos, avenidas, ruas comerciais, etc.) foram escolhidos aleatoriamente. Cento e vinte e nove cidades foram sorteadas de um total de 5.561 cidades, com probabilidade proporcional às suas populações. (SPIZIRRI *et al*, 2022, p.2 tradução livre)

Ainda:

Os entrevistadores foram instruídos a coletar dados de um número previamente acordado de pessoas de ambos os gêneros percebidos pelo entrevistador (masculino ou feminino) e de todas as faixas etárias. Para garantir a representatividade, após a coleta de dados de um número de indivíduos, o nível socioeconômico e a região geográfica também foram usados como critérios de seleção (SPIZIRRI *et al*, 2022, p.2 tradução livre)

Como resultado dessa pesquisa, 70 pesquisas tiveram que ser descartadas e obteve-se os seguintes quadros como resultado:

Tabela 1 - Estudo comparativo entre pessoas cisgênero, transgênero e pessoas não binárias

²⁰ Termo utilizado pelo autor.

Grupo de gênero, n = 5930 (100%)			
	Cisgênero, n = 5819 (98.07%, CI 95% = 97.7 to 98.4)	Transgênero, n = 40 (0.69%, CI 95% = 0.48 to 0.90)	Pessoas não-binárias, n = 71 (1.19%, CI 95% = 0.92 to 1.47)
Variável	n (%)	n (%)	n (%)
Região do Brasil			
Sudeste	2485 (43.7)	18 (47)	30 (45.6)
Sul	908 (14.9)	6 (12.4)	12 (14.2)
Nordeste	1484 (25.7)	11 (27)	21 (29.3)
Centro-Oeste	483 (7.7)	1 (2.5)	5 (6.5)
Norte	460 (8)	4 (11.1)	3 (4.4)
Urbanidade			
Capital	1501 (23.9)	13 (30.3)	19 (24.9)
Região Metropolitana	1106 (17.8)	8 (18.9)	14 (20)
Interior	3212 (58.3)	19 (50.8)	38 (55.1)
Educação			
Até o Ensino Médio	4969 (87.1)	38 (96.3)	62 (89.4)
Ensino Superior	850 (12.9)	2 (3.7)	9 (10.6)
Pertencente à População Economicamente Ativa	4161 (71.2)	29 (70.6)	54 (75.5)
Classe social			

A/B	1688 (24.1)	9 (17.3)	19 (21)
C	2665 (48.2)	15 (38.1)	32 (48.8)
D/E	1466 (27.7)	16 (44.6)	20 (30.2)
Idade Média	42.2 ± 15.9	32.9 ± 13.5	42.1 ± 16.5

Fonte: Spizzirri *et al*, 2021. Tradução Livre

A partir desse estudo, pode-se verificar que das 5930 pessoas, 5819 (98,07%) se declararam cisgênero, 40 (0,69%) transgêneros e 71 (1,19%) não binários. Na amostra, das 40 pessoas que foram categorizadas como transgênero, 20 foram registradas com o sexo masculino e 20 com o sexo feminino. Já em relação aos que foram categorizados como não binários, 33 foram registradas com o sexo masculino e 38 com o sexo feminino. A região com maior proporção de pessoas trans e não binários foi São Paulo (12,4% e 14,2% respectivamente), seguido do nordeste (27%, 29,3% respectivamente). Já em relação à urbanidade, a maior parte das pessoas trans e não binários eram de cidades do interior. Em relação à média de idade, foi significativamente menor para pessoas transgênero ($32,9 \pm 13,5$) quando comparadas com cisgênero ($42,2 \pm 15,9$) ou NGB ($42,1 \pm 16,5$). Em relação a estudos, a maioria das pessoas trans e não binários possuíam até o ensino médio. Ao comparar a escolaridade com as pessoas cis, 12,9% das pessoas cis afirmaram ter ensino superior, em comparação a 3,7% das pessoas trans e 10,6% das pessoas não binários. Em relação à população pertencente à população econômica ativa, 71,2% das pessoas cis, 70,6% das pessoas trans e 75,5% das pessoas não binários. Já em relação à classe social, enquanto a maior parte das pessoas cis e das pessoas não binárias eram da classe C (48,2%; 48,8%), 44,6% das pessoas trans eram da classe D/E.

Tabela 2- Disforia de Gênero

Em relação à disforia de gênero:	Grupo Transgênero	
	n	%
Q3a/b Atualmente você...		
Tem um corpo congruente com a forma como você se sente	7	19%
Deseja ter um corpo congruente com o que sente	7	19%
Não queira mudar seu corpo	23	62%
Q4a Você já sofreu por sentir que seu corpo não é congruente com o que você sente?		
Sem angústia	9	24%
Alguma aflição	8	24%
Muita aflição	10	27%
Q4b E hoje em dia você sofre por sentir que seu corpo não é congruente com o que você sente?		
Sem angústia	18	49%
Alguma aflição	4	11%
Muita aflição	5	14%

Fonte: Spizzirri *et al*, 2021. Tradução Livre

Já em relação com o corpo: 62% não deseja mudar o corpo, 19% tem um corpo congruente com a forma como se sente e 19% deseja ter um corpo congruente com o que sente. 51% afirma já terem sofrido com alguma aflição ou muita aflição em relação a seu corpo e no momento da pesquisa 25% aponta ter ainda alguma aflição com seu corpo e 49% afirma não possuir angústia, apontando uma diversidade em relação a relação com o corpo, ou seja, uma pluralidade. Apesar dessa pluralidade, a disforia é algo que em algum momento já foi motivo de angústia para a maioria das pessoas entrevistadas.

A partir da pesquisa amostral estimou-se que das 158.000.000 de pessoas no Brasil (IBGE), 1.090.200 poderiam se identificar como transgênero e 1.880.200 como não binário,

totalizando quase 3 milhões de pessoas que se identificam como gênero diverso (Spizzirri *et al*, 2021).

Em 2022, Spizzirri *et al* (2022) publicaram o segundo estudo que consideraram como a primeira avaliação sistemática da população ALGBT no país. Uma amostra de 6.000 pessoas adultas foram avaliadas pelo Instituto de Pesquisa DataFolha por meio de um método de amostragem complexa. Teve-se como metodologia para a amostragem:

A amostra foi estratificada por sub-região brasileira, estado, cidade, faixa etária, gênero percebido pelo entrevistador e nível de escolaridade. Para que a amostra fosse representativa da população adulta brasileira, foram adotados os seguintes procedimentos: (i) o número total de participantes a serem entrevistados em cada região geográfica foi calculado considerando a proporção da população brasileira residente naquela área; (ii) o mesmo processo de cálculo foi então utilizado para cada estado e município; (iii) cidades, bairros e locais de entrevista (praças, cruzamentos, avenidas, ruas comerciais, etc.) foram escolhidos aleatoriamente. Cento e vinte e nove cidades foram sorteadas de um total de 5.561 cidades, com probabilidade proporcional às suas populações. Este método permite que cada cidade e os grupos de cidades tenham representatividade demográfica na amostra. Os participantes foram escolhidos aleatoriamente em locais públicos (Spizzirri *et al*, 2022,p.2).

Das 6000 pessoas entrevistadas, 142 amostras não foram categorizadas por falta de respostas. Os resultados do estudo foram calculados a partir das perguntas e respostas das pessoas entrevistadas²¹ e chegou-se nestas informações:

²¹ A partir das perguntas: “1 - Qual das seguintes opções melhor descreve como você se sente atualmente?” (sinto-me homem; sinto-me mulher; sinto-me nem homem nem mulher), 2 - “E qual é o sexo na sua certidão de nascimento?” (masculino; feminino; indeterminado), 3 - “Com qual dessas situações você se identifica mais?” (Nasci homem, mas desde criança me sinto mulher; Nasci mulher, mas me sinto homem desde criança; Nasci homem e me sinto bem com meu corpo; Nasci mulher, e me sinto bem com meu corpo)” cruzou-se as respostas e foi definido cisgênero aos indivíduos que se identificaram com o gênero atribuído ao nascimento, como transgênero com pessoas que se identificaram com o gênero binário oposto ao atribuído ao nascimento e aos que não se identificaram com nenhum gênero binário categorizado como não binário. Já em relação à orientação sexual utilizou-se a pergunta: “Atualmente você se sente atraído por, quer fazer sexo ou ter um relacionamento com, ou fantasia sobre: (Apenas homens; Apenas mulheres; Homens e mulheres; Homens e às vezes mulheres; Mulheres e às vezes homens; Eu não sinto atração sexual)”. Categorizou-se então: heterossexuais quando relataram sentir-se atraídos apenas pelo gênero binário oposto ao seu. As mulheres que relataram apenas sentir atração por outras mulheres foram categorizadas como lésbicas. Homens que relataram apenas sentir atração por outros homens foram categorizados como gays. Os indivíduos foram categorizados como bissexuais quando relataram sentir-se atraídos por ambos os gêneros binários. Os participantes que relataram não sentir atração sexual foram categorizados como assexuados. Para os indivíduos que se identificaram como assexuados, ainda foi perguntado: “Ao longo de sua vida, você já sentiu atração sexual? (Não, nunca senti atração sexual; Sim, já senti atração sexual).” Para identificar informações sobre violência foi perguntado se já haviam sofrido violência psicológica, física, verbal ou sexual.

Tabela 3 - Quantidade e percentual de pessoas entrevistadas e sua orientação afetivo sexual

Quantidade	Percentual	Orientação afetivo sexual
55	0,94%	Lésbicas
83	1,42%	Gays
43	0,73%	Homens Bissexuais
89	1,52%	Mulheres Bissexuais
303	5,17%	Mulheres Assexuais
22	0,38%	Homens Assexuais
5588	95,39%	Heterossexuais

Fonte: Spizzirri *et al*, 2021. Tradução Livre

Tabela 4- Quantidade e percentual de pessoas transexuais entrevistadas

Quantidade	Percentual	Identidade de gênero
20	0,34%	Homens trans
20	0,34%	Mulheres trans
71	1,18%	Não binários

Fonte: Spizzirri *et al*, 2021. Tradução Livre

Assim, a partir do estudo estimou-se haver 158 milhões de pessoas ALBT no Brasil, aproximadamente 12% das 19 milhões e que 4,42% são Lésbicas, gays e bissexuais. Homens heterossexuais eram mais propensos a estarem em classes sociais mais altas em relação a mulheres lésbicas e assexuais, a integrarem o grupo de população economicamente ativa em relação a mulheres bissexuais, homens trans e homens e mulheres assexuais e a estarem em áreas metropolitanas em detrimento a mulheres heterossexuais e bissexuais. Porém, homens heterossexuais estavam menos propensos a estarem no ensino superior em relação a mulheres heterossexuais, lésbicas, homens e mulheres homossexuais e bissexuais, eram também, mais velhos que mulheres heterossexuais, lésbicas, mulheres bissexuais, homens e mulheres trans e

mais jovens que homens e mulheres assexuais, tinham mais filhos que homens gays e homens assexuais e menos que mulheres heterossexuais e assexuais. Vale apontar que o estudo não relacionou fatores como raça para alcançar essas informações.

A respeito das pessoas assexuais, verificou-se que grande parte das amostras que se identificaram com o grupo foi de 93,5%. Do grupo de homens assexuais, 50,6% já sentiram atração sexual ao longo da vida e 49,4% nunca sentiram. Já das mulheres assexuais, 82,3% já sentiram atração sexual anteriormente e 17,7% nunca sentiram. 1,1% da amostra, ou seja, 62 pessoas, afirmaram nunca terem sentido atração sexual.

Já ao estudarem o tema violência, mulheres bissexuais, homens e mulheres trans, pessoas não binárias e mulheres assexuais são mais propensas a reportarem violência psicológica do que os homens heterossexuais. Mulheres e gays são menos propensos do que homens heterossexuais a reportarem violência verbal, enquanto pessoas não binárias e mulheres assexuais são as mais prováveis. Todos são mais propensos que homens heterossexuais a reportarem violência sexual.

Em relação às perguntas sobre ter vivenciado situações de violência psicológica, física, verbal, sexual tinha-se como respostas sim, não, não sabe/não entendeu a questão ou recusou-se a responder. A partir da tabulação da respostas e associação das variáveis percebeu-se a proporção: para cada 1 homem cis heterossexual que respondeu ter sofrido violência psicológica, 3,81 homens trans, 3,15 mulheres trans, 2,09 mulheres bissexuais, 1,83 não binários e 1,45 mulheres assexuais afirmaram ter sofrido. Mulheres heterossexuais relataram terem sido menos vítimas de violência física do que os homens heterossexuais, na proporção de 0,64 para 1 respectivamente. Em relação à violência verbal, a cada 1 homem cis heterossexual que apontou ter sofrido, 2,18 pessoas não binárias apontaram, 1,28 das mulheres assexuais e 0,85 dos gays e 0,67 das mulheres cis heterossexuais. Já em relação à violência sexual, encontrou-se a proporção de 1 homem cis heterossexual para 25,48 pessoas trans, 15,17 pessoas não binárias, 12,94 mulheres bissexuais, 6,67 homens bissexuais, 5,95 mulheres lésbicas, 5,46 homens gays, 4,82 pessoas assexuais e 4,12 mulheres cis heterossexuais.

Vale apontar que o estudo não cruzou a identidade de gênero trans ou não binários com diferentes orientações sexuais. Ainda, que nas perguntas sobre violência, a pergunta não

foi vinculada à motivação que a originou, podendo não ter como motivo primeiro a identidade de gênero ou orientação sexual.

Esses dois estudos são relevantes por serem estudos de campo que entrevistaram sujeitos de diversas localidades do país e buscaram mapear e comparar condições de vida, trabalho e renda e situações de violência a partir do agrupamento de gênero e orientação sexual.

Fruto do trabalho histórico de movimento sociais, o Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ e o Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras, feito pela ANTRA, fazem um importante trabalho de mapeamento e registro das violências sofridas por esses grupos, tendo em vista praticamente no Brasil o poder público não possui informações e não produz estatísticas consistentes sobre.

O Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI no Brasil produz dados nacionais sobre mortes violentas de LGBTI+. Entre 2000 e 2021, 5.362 (cinco mil e trezentas e sessenta e duas) pessoas morreram em função do preconceito e da intolerância de parte da população. Somente em 2021 foram registradas 316 mortes de pessoas LGBTI+. O ano com maior número de mortes violentas de LGBTI+ de 2000 a 2021 foi 2017, com 455 mortes registradas, e o ano com menor número foi 2006, com 112 mortes registradas. Ao verificar quem eram as vítimas, constatou-se que: a população de homens gays, representa 45,89% do total (145 mortes); as travestis e mulheres trans, 44,62% dos casos (141 mortes). mulheres lésbicas 3,80% das mortes (12 casos); de; os homens trans e pessoas transmasculinas corresponderam a 2,53% dos casos (8 mortes); as pessoas bissexuais corresponderam a menos de 1% (3 mortes); e as pessoas identificadas como outros segmentos também corresponderam a menos de 1% dos casos (3 mortes). Houve, ainda, 4 pessoas cujo segmento (orientação sexual e/ou identidade de gênero) não foi identificado, representando 1,27% do total.

Ao verificar o tipo das violências: 262 homicídios, representando 82,91% do total, 23 latrocínios, que corresponderam a 7,28% , com 26 casos de suicídio equivalendo a 8,23%. Cinco outros casos corresponderam a situações particulares de óbitos violentos e/ou decorrentes da LGBTIfobia estrutural: a primeira foi apontada como desaparecida; “a segunda foi encontrada morta dentro de casa e com traços de violência, mas a fonte não indicou a tipificação do crime; a terceira teve um mal súbito enquanto fazia sexo com uma travesti em

espaço público; a quarta morreu com suspeita de overdose; e a quinta morte ocorreu durante uma aplicação de hidrogel nas nádegas da vítima” (Observatório de Mortes e Violência contra LGBTI no Brasil, 2021 p. 19).

Já, cruzando dados de tipificação de mortes com segmentos:

[...]em 2021, as travestis e mulheres transexuais (128 casos) foram as que mais morreram por homicídios, seguidas pelos homens gays (115 casos). Já as vítimas de latrocínio foram majoritariamente de homens gays: 20 entre 23 casos. Todas as mulheres lésbicas morreram em função de homicídios, enquanto homens trans e pessoas transmasculinas morreram principalmente por homicídio (5) e por suicídio (2). Os suicídios foram praticados, principalmente, por travestis e mulheres transexuais (10) e por homens gays (8). Em relação ao número de pessoas trans, tiveram 2 travestis/mulheres trans assassinadas fora do país, 3 casos de desaparecimentos e 1 morte suspeita que não foram considerados nessa pesquisa (Observatório de Mortes e Violência contra LGBTI no Brasil, 2021 p. 19).

Ao verificar a faixa etária, constatou-se que a idade das vítimas foi de 13 a 67 anos. 22 pessoas possuíam entre 10 e 19 anos (6,69% do total), 96 pessoas possuíam entre 20 e 29 anos (30,38%), 68 possuíam entre 30 e 39 anos (21,52%), 36 entre 40 e 49 anos (11,39%), 21 (6,65%) entre 50 e 59 anos e 13 (4,22%) entre 60 e 69 anos. Em 60 casos (18,99%) não foi possível levantar a faixa etária. Já em relação à raça e etnia das vítimas, 112 (35,44%) eram pretas e pardas, 127 (40,19%) eram brancas, 1 (0,32%) indígena. Para 76 pessoas (24,05%) não foi possível levantar a cor e etnia.

Em relação à localização geográfica das mortes, 116 foram no nordeste, 103 no sudeste, 36 no centro-oeste, 32 no norte, 28 no sul e 1 não informado. Por unidade federativa, as que apresentaram maior número de mortes foram São Paulo, com 42, Bahia, com 30, Minas Gerais, com 27 e Rio de Janeiro, com 26, correspondendo também aos estados mais populosos do país. Roraima foi o único estado que não apresentou nenhum registro de mortes violentas de LGBTI+ em 2021 (Observatório de Mortes e Violência contra LGBTI no Brasil, 2021).

Assim como os estudos de Spizzirri et al apontam que a população trans têm menor renda e que são as maiores vítimas de violência, principalmente sexual, a ANTRA vem trabalhando desde 2017 realizando dossiês sobre assassinatos e violência contra pessoas trans no Brasil. Entre 2017 e 2022, 912 pessoas trans e não binárias foram assassinadas, sendo 2017 o ano com o maior número de assassinatos até o momento, totalizando 179 casos. Houve em média, desde 2008, 121 casos de assassinatos de pessoas trans no Brasil. O país, ainda assume

o posto de país que mais assassina pessoas trans no mundo. Ao levantar o perfil das vítimas, em 2022, das vítimas que possuíam informações, 5 tinham entre 13 e 17 anos, 49 entre 18 e 29 anos, 30 entre 30 e 39 anos, 7 entre 40 e 49 anos, 2 entre 50 e 59 anos e 1 com mais de 60 anos. Ou seja, 89% das vítimas tinham entre 15 e 29 anos. 54% das vítimas eram travestis e mulheres trans que atuavam como profissionais do sexo. E, ao cruzar o fator raça, 79,8% das vítimas eram negras (Benevides, 2023).

Ainda, em relação à cidade de São Paulo, foi feito um relatório pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporâneo sobre o mapeamento de pessoas trans, realizado no período de 22 de dezembro de 2019 e 07 de novembro de 2020 e publicado em janeiro de 2021. Buscou-se compreender a diversidade da população trans, acesso à saúde, educação, trabalho e moradia e como estão sujeitas às situações de violência física e moral em ambientes domésticos e públicos. Mesmo que seja um estudo centrado em um município com condições muito específicas, a própria ANTRA aponta que as condições de acessos e violência são semelhantes em outros territórios, podendo servir para uma leitura ampliada. Foram entrevistadas 1788 pessoas (mulheres trans, homens trans, travestis e não binárias) de diferentes regiões da cidade. Dessas, 48% se identificaram como mulheres trans, 23% se identificaram como travestis, 23% como homens trans e 6% consideraram-se pessoas não binárias. 44% eram nascidos em São Paulo e 56% vieram de outros lugares (principalmente de outras cidades das regiões sudeste e nordeste), evidenciando um processo migratório para a cidade de São Paulo. 70% tinha idade entre 16 e 35 anos. Majoritariamente (75%), solteiros. 57% autodeclararam-se pretos ou pardos. Verificou-se, ao considerar a identidade de gênero, a prevalência da cor branca nas categorias homens trans (47%) e pessoas não binárias (58%). As mulheres trans apresentam os mesmos índices em relação às cores branca e parda (38%). E as travestis registram índices aproximados entre as cores parda (36%) e preta (33%). Em relação à escolaridade, verificou-se que 51% das pessoas entrevistadas completaram o ensino médio e 12% acessaram o ensino superior. Ao comparar o acesso de pessoas trans no ensino superior aos dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua, verificou-se que o acesso e permanência das pessoas trans no sistema de ensino é menor do que a média da sociedade. Percebe-se ainda que categorias homens trans e pessoas não binárias possuem maiores índices de conclusão do ensino médio (64% e 68%, respectivamente) em relação às

mulheres trans (48%) e travestis (39%). 81% das pessoas entrevistadas afirmaram que deixaram de se identificar com seu sexo biológico entre os 6 e 20 anos de idade. Destaca-se que enquanto Travestis, Mulheres Trans e Homens trans deixaram de se identificar majoritariamente entre os 11 e 15 anos, com as pessoas não binárias isso aconteceu entre os 16 e 20 anos. Ainda, verifica-se que 78% saíram da casa de seus pais até os 20 anos. Dessas, 29% saíram antes dos 15 anos. Ainda, ao fazer recorte por identidade de gênero, 37% das travestis entrevistadas e 34% das mulheres trans entrevistadas saíram antes dos 15 anos. Como motivos que resultaram na saída da casa dos pais, 52% alegaram por vontade própria, 17% por expulsão, 30% por conflitos familiares e 2% por outros motivos. Ainda, quando se considera a identidade de gênero nas expulsões, foram 24% das travestis, 16% das mulheres trans, 13% das não binárias e 9% dos homens trans. Ou seja, um índice mais elevado de travestis e mulheres trans.

Ao verificar com quem moram, 31% mora sozinho, 23% com companheiro ou companheira, 20% com amigos ou amigas, 18% com pais e 8% com familiares. Mulheres trans e travestis em sua maioria moram sozinhas, totalizando 36% das respostas por identidade de gênero. Já homens trans (31% do total dessa identidade de gênero), moram com companheiro ou companheira, e pessoas não binárias com amigos ou amigas (28% do total dessa identidade de gênero).

Ao verificar a situação em moram, 51% moram em moradias alugadas, 29% em moradias próprias, 9% em albergues/centro de acolhida, 3% em moradias cedidas por particulares, 3% em ocupações, 2% em república, 4% na rua. Chama a atenção ao comparar por identidade de gênero que: das mulheres travestis, 10% estavam em situação de rua, 18% em albergue/centro de acolhida e 1% moravam no local de trabalho, enquanto eram a minoria residindo em imóvel próprio (20%) ou alugado (42%). Das mulheres trans, 8% estavam em albergue/centro de acolhida e 3% na rua. Ao mesmo tempo, não foram encontrados homens trans e não binários morando nas ruas ou no local de trabalho. Os homens trans aparecem como o maior percentual residindo em local próprio ou alugado. Já das pessoas não binárias, 7% encontravam-se em albergue/centro de acolhida, 52% em imóvel alugado e 30% em imóvel próprio.

Em relação a trabalho e renda verifica-se que 64% das travestis, 58% das mulheres trans e 51% dos homens trans não possuíam formação técnica ou específica. Somente o grupo de pessoas não binárias possuía mais pessoas com formação técnica como maioria, 59% do grupo.

Já em relação à ocupação, 58% estavam em alguma atividade remunerada. O maior índice de ocupação por identidade de gênero foi das pessoas não binárias, com 64% delas exercendo atividade remunerada. Destaca-se ainda que 46% das travestis e 34% das mulheres trans declararam-se como profissionais do sexo, acompanhantes e garotas de programa. Nesse espaço socioocupacional não foram encontrados homens trans que se declararam profissionais do sexo, e 3% das pessoas não binárias afirmaram terem essa atividade. Constatou-se ainda que a maioria da população entrevistada possuía trabalho informal ou autônoma de curta duração e sem contrato, sendo a população mais precarizada a travesti, com 72% possuindo esse vínculo de trabalho. O trabalho formal com carteira assinada foi apontado de maneira mais significativa por homens trans, com 49% com esse vínculo empregatício. Ainda, mulheres travestis e não binárias se destacam por possuir uma segunda atividade.

Ao verificar a renda, constatou-se que 67% possuem renda de 1 / 2 a 2 salários mínimos. Apenas 11% do total recebe mais de 2 salários mínimos. Do total por identidade de gênero, 10% dos homens trans e 11% das pessoas não binárias afirmaram não possuírem renda, sendo o índice maior do que travesti (3%) e mulheres trans (6%). Ao verificar quem recebia até 1 / 2 salário mínimo, o maior grupo foi das travestis, com 24% em relação a 21% das não binárias, 14% das mulheres trans e 12% dos homens trans. Já de 1 / 2 a 1 salário mínimo, prevaleceu o percentual de não binárias, que deram essa resposta, com 37% delas em relação a 35% das mulheres trans, 31% dos homens trans e 29% das travestis. De 1 a 2 salários mínimos prevaleceram os homens trans, com 37%, em relação a 34% das mulheres trans, 33% das travestis e 22% das pessoas não binárias. Ainda, ao cruzar os dados de renda e cor/raça, verificou-se que as pessoas autodeclaradas pretas estão concentradas na faixa de até 1 salário mínimo, enquanto as amarelas prevaleceram nas faixas de 1 a 2 salários mínimos e com renda acima de 3 salários mínimos, indígenas e pardos prevaleceram na faixa de renda de 1/2 a 1 salário mínimo e pessoas brancas também aparecem concentradas na faixa de 1 a 2

salários mínimos, mas com significativa parcela com renda de 2 a 3 salários mínimos e acima de 3 salários mínimos.

Já em relação ao recebimento de benefícios após o início da pandemia, observou-se que 50% não recebia nenhum benefício e 41% recebeu auxílio emergencial (principalmente pessoas não binárias, travestis e mulheres trans). Apenas 7% recebia bolsa família, prevalecendo as travestis, com 14% e mulheres trans com 8%.

Em relação à violência, 43% da população entrevistada já sofreu violência física. Desse total, 58% das travestis sofreram, sendo o grupo com maior percentual de vítimas de violência física, seguido de 45% das mulheres trans, 39% das não binárias e 28% dos homens trans. Da população entrevistada que sofreu violência, verifica-se que 75% já sofreu violência física nas ruas ao menos uma vez, 37% já sofreu na escola, 34% na casa de pais ou de familiares. Ainda, destaca-se que 22% já sofreram violência física em banheiros. Chama a atenção que 8% já sofreram violência física em serviços de assistência social.

Já, em relação à violência verbal, 80% das pessoas entrevistadas afirmam já ter sofrido: 84% das travestis, 79% das mulheres trans, 76% dos homens trans e 88% das pessoas não binárias responderam de forma afirmativa. Dentre os locais em que sofreram violência verbal destacam-se a rua, escola, transportes coletivos, casas de pais ou familiares, locais de trabalho, banheiros. Destaca-se também que 20% das pessoas afirmaram já terem sofrido violência verbal nos serviços de assistência social.

Ao ser perguntado sobre deixar de frequentar algum lugar por não sentir aceitação por sua identidade de gênero: 44% das travestis e mulheres trans, 60% dos homens trans e 69% das pessoas não binárias afirmaram que sim. Dentre os locais, estão igrejas, escolas, casas de familiares e banheiros, principalmente.

Vale apontar que a luta pelo direito do uso dos banheiros é uma luta histórica do movimento trans e que aguarda o julgamento do STF de um processo travado por Luiz Fux desde 2015.

Já em relação à retificação/mudança de nome em documentos, apenas 32% das pessoas entrevistadas tinham retificado nome e 4% gênero. 54% afirmou que não havia feito, mas pretendia fazer e 8% afirmou que não pretendia fazer. Dos que haviam retificado nome e gênero, o maior grupo foi dos homens trans (40% deles), seguido das mulheres trans (35%).

Dos que haviam retificado somente o nome, o maior percentual foi de pessoas não binárias, com 7%. Já as pessoas que não haviam feito a retificação mas pretendiam fazer, o maior grupo que respondeu essa alternativa foi das travestis, com 6%, seguido das mulheres trans, com 55%, e do grupo que não pretendia fazer destacaram-se as pessoas não binárias, com 24% das pessoas. Os estudos feitos pela DataFolha permitem compreender a diferença de acessos entre as pessoas cisgêneras e transgêneras e das pessoas heterossexuais e LGBTI+. Trouxe um importante dado sobre estimativa da população LGBTI+ no Brasil e buscou captar a diversidade regional existente no país, ainda trouxe um olhar importante sobre as pessoas intersex. A ampla pesquisa da cidade de São Paulo permite realizar um vasto diagnóstico sobre perfil, acessos e não acessos e violências sofridas pelas pessoas trans, além de fazer uma importante intersecção com raça e gênero, apontando diferenças dentro desse grupo de acessos, renda, condições de trabalho dentre outros.

Para desvelamento da realidade materializada no resgate histórico de organização e luta da comunidade LGBTI+ e essas pesquisas, serão feitas mediações com categorias e conceitos que serão melhor trabalhados a seguir.

1.3 CATEGORIAS E CONCEITOS

Para o desvelamento da realidade em sua totalidade e com suas contradições, faz-se necessário utilizar-se de categorias e conceitos. Para tanto, apoiaremos-nos em cotidiano, sociabilidade, identidade, violência, hierarquização e inferiorização, preconceito e invisibilidade, sofrimento ético-político, território.

1.3.1 Cotidiano

Todo ser humano vive a vida cotidiana sendo impossível de se desligar inteiramente da cotidianidade. A vida cotidiana é a vida do ser humano de forma inteira, com sua individualidade, personalidade, capacidades intelectuais, paixões, habilidades manipulativas, sentimentos, ideias e ideologias. É atuante e fruidor, ativo e receptivo, heterogênea e hierárquica. A hierarquia é construída em função das diferentes estruturas econômico-sociais

que priorizam elementos em relação a outros, dessa forma, a dedicação ao trabalho ou a contemplação e divertimento podem ocupar lugar de centralidade. Está no centro do acontecer histórico e assimila a cotidianidade da sua época e o passado da humanidade. Assim, mesmo grandes feitos históricos como a Revolta de Stonewall ou o Levante do Ferro's ocorrem no fazer cotidiano. Também, é a vida do indivíduo que é ser particular e genérico, produto e expressão das relações sociais, então, ainda que indivíduo, é fruto da integração de classe, nação e humanidade. A consciência do ser humano é a consciência de nós. O ser humano é também singular, sendo relativamente livre dos elementos genéricos e particulares. O grau da individualidade pode variar, sendo o desenvolvimento dele antes de mais nada, suas possibilidades de liberdade que originam a individualidade unitária a partir da aliança da particularidade e genericidade (Heller, 2000).

O ser humano já nasce inserido na cotidianidade e em sociedade adquire as habilidades para viver a vida cotidiana em sociedade, assimilando a manipulação das coisas e também as relações sociais e amadurecendo a partir de grupos como famílias, escolas e pequenas comunidades que estabelecem mediação entre indivíduos e costumes, normas e ética de outras integrações maiores. É dessa forma que ensina-se como agir e como se comportar em determinadas situações. É nesse processo que a cis heteronormatividade é ensinada e imposta. A pessoa é considerada adulta quando já é capaz de sair deste grupo menor e interagir com grupos maiores, movendo no ambiente a sociedade em geral, podendo escolher sua própria comunidade e seu modo de vida, a partir das possibilidades dadas (Heller, 2000).

A partir das comunidades e do aumento de possibilidades, surgiu a necessidade da ética como exigências e normas que formam a intimidação que a integração específica determinada dirige aos indivíduos. A ética como moral é individual mas não moral. É individual na atitude livremente adotada diante da vida, sociedade e dos homens. Tem como função a inibição, o veto, a transformação, a culturalização das aspirações da particularidade individual e também da humanidade. A função inibidora se dá a medida que a estrutura da vida cotidiana está caracterizada basicamente pela muda coexistência de particularidade e genericidade (Heller, 2000).

Não existe vida cotidiana sem espontaneidade, pragmatismo, economicismo, andologia, precedentes, juízo provisório, ultrageneralização, mimese e entonação. São formas necessárias da estrutura e do pensamento da vida cotidiana porém não devem cristalizar em absolutos, podendo, caso ocorra, implicar na alienação da vida cotidiana, alienando as possibilidades concretas de desenvolvimento genérico da humanidade. Vale ressaltar que quanto maior a alienação produzida pela estrutura econômica de uma sociedade, mais a vida cotidiana irradia a alienação para outras esferas. Mas ainda assim, não é impossível empenhar-se na condução da vida, ainda que as condições econômico-sociais favoreçam a alienação. A condução da vida torna-se representativa, um desafio à desumanização que transforma a própria ordenação da cotidianidade (que é um fenômeno nada cotidiano) numa ação moral e política (Heller, 2000).

Assim, é na vida cotidiana que se constrói a sociabilidade, a identidade, a vivência no território. É também quando ocorre a cristalização das categorias da vida cotidiana como juízo provisório e ultra generalização que forma-se o preconceito.

1.3.2 Sociabilidade e identidade

A sociabilidade ocorre a partir da relação dos seres sociais com a natureza e com outros seres sociais, mediada pelo trabalho. O ser social é construído de forma historicamente e de forma dialética.

Ao adentrar a sociabilidade dos sujeitos é possível compreender conteúdos, vivências e experiências nos processos relacionais dos sujeitos, adentrar sobre suas interações familiares, sua identidade, interseção no mundo do trabalho, escolarização, relação com as políticas públicas, seus aportes culturais, seu processo de socialização, sua visão de homem e mundo, da sua rede de apoio, relacionamentos sociais, que configuram sua forma de ser e estar em sociedade (Martinelli *et al*, 2019. p.97).

Na sociedade capitalista, porém, a sociabilidade é perpassada pelos interesses econômicos da classe dominante que produz um modo de pensar e agir para toda a sociedade, em que as necessidades básicas de produção e reprodução da vida são definidas sob a forma de mercadoria a partir da compra e venda de mercadorias e da força de trabalho. Os valores sociais, inclusive morais, são transmitidos socialmente por meio da ideologia. A sociabilidade

capitalista não possui como pressuposto a igualdade, mas a desigualdade em que ocorre a coisificação das pessoas, trazendo o estranhamento e a alienação. Assim, a qualidade humana perde espaço para sua utilidade material (Martinelli *et al*, 2019).

A sexualidade é elemento determinante na constituição do sujeito. É o comportamento menos natural dos seres humanos pois são constituidores de formas de expressão de prazer, visibilidade e relação social encobertos por símbolos, rituais e valores que se estruturam e dão coesão a práticas e instituições sociais. Dependem da construção social de relações entre/pelos seres humanos amalgamados em contextos históricos, culturais, geopolíticos, padrões morais e posições sociais. As diversas práticas sexuais são entrelaçadas por relações sociais, identidades sociais e formas de inserção no mundo público. (Prado; Machado, 2008).

A construção da identidade não é ocorre de forma individual, mas a partir da interação com outras pessoas, afinal, somos seres sociais. Segundo Marx, os seres humanos criam sua história a partir das circunstâncias que lhe foram transmitidas, de forma relacional com a natureza e com outros seres. É no contexto de relações sociais e institucionais que os LGBTI+ se tornam categorias sociais que, diante da experiência social vivenciam desigualdade e exclusão. Assim, identidades de gênero e sexualidades não são somente práticas sexuais, mas identidades. Entende-se que identidade é a síntese de uma construção social, pessoal e grupal e de atribuição social. É a articulação de múltiplos discursos e práticas sociais, que envolve aspectos materiais e concretos da realidade. Não é algo estável, mas processual, por meio de articulações cognitivo-emocionais a partir de interações sociais que produzem significados e contextos disponíveis e levam a posicionamentos estáveis e provisórios que ancoram auto-atribuições sociais que irão definir sentimentos de pertencimento grupal e reconhecimento social. Assim, as sexualidades são construções sociohistóricas que se objetivam por meio das relações sociais e englobam para além das práticas sexuais, identidades, performances públicas, construções de direitos e deveres, vivências de opressão, questões circunscritas na moral e estética que a posição hegemônica impõe e objetifica indivíduos, grupos e sociedades. Identidade é um processo individual e coletivo de significações a partir de articulações que trazem implicações psicológicas e sociais. Ou seja, sujeitos homossexuais, bissexuais, heterossexuais, transexuais, pansexuais constroem e transformam identidades inscritas de forma política, histórica e social. (Prado; Machado,

2008). Exigem não somente pertencas mas elaboração e interiorização das atribuições sociais e direitos.²²

É por conta da hierarquização de corpos que distingue os superiores (dignos de humanidade) e os inferiores (que são excluídos, humilhados e não são dignos de humanidade), que os ambientes escolares e familiares que são incumbidos de normatizar os corpos desde a infância são os primeiros ambientes em que se sofre com a LGBTIfobia. Crianças são humilhadas a partir da pedagogia do insulto de do armário. São vítimas de “brincadeiras”, violência verbal, psicológica, quando não física ou sexual. Seus direitos são negados e violados, chegando ao ponto de ser insustentável e as pessoas desistindo de frequentar esses ambientes. Como exposto acima, as travestis e mulheres trans possuem menos anos de escolaridade e maior dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho. São privadas de acolhimento afetivo com experiências de expulsão, abandono de familiares e amigos e alvos de violência. Assim, a sociabilidade dos corpos dissidentes é permeada por violências que provocam a expulsão deles dos espaços cis heteronormativos, vivenciando contínuos processos de violência, exclusão, segregação e guetificação, arrastadas por uma “rede de exclusão”.

Ainda antes de criar um movimento organizado, as pessoas criaram territórios de sociabilidade, com possibilidade de realizar seus desejos: pequenos encontros, muitas vezes clandestinos dentro das casas; festas, bares, casas noturnas, territórios semipúblicos de pegação. É a partir de espaços de afetos e sociabilidade que posteriormente criou-se uma identidade coletiva e um movimento organizado.

Surgem, em muitos casos, as “famílias de escolha” ou “famílias de coração”²³. Uma análise de parentesco feita com grupos de gays e de lésbicas em São Francisco (EUA) na década de 1980 mostrou que jovens que eram expulsos de casa ao assumirem sua sexualidade ou que rompiam relações com suas famílias biológicas construíam laços profundos e duradouros com outros amigos homossexuais ou com pessoas que aceitassem sua identidade sexual (Rebellato, Gomes, Crenitte, 2023, p.96). Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera quando criaram a STAR, tinham como uma das propostas acolher em um hotel as pessoas LGBTI+

²² A revisora Ingrid sugere a leitura de Descolonizando Afetos da Geni Nuñez sobre a formação das estruturas monogâmicas e heteronormativas como forma de manutenção de poder na sociedade brasileira.

²³ A revisora Allie sugere a série Pose (2018-2021) em que é retratada a família por escolha.

expulsas de suas casas. Como citado anteriormente, no período da eclosão da AIDS, criou-se redes inovadoras de solidariedade e apoio fornecidas para pessoas que não possuíam suporte financeiro ou afetivo de suas famílias. Assim, os amigos, responsabilizavam-se pelo cuidado para assegurar sobrevivência e morte digna para vítimas de doença.

Iran Giusti, fundador da Casa 1, no curso de direitos das pessoas LGBTQIA+, módulo 4 (UFMG, 2023), compartilhou que iniciou a casa primeiramente ao notar que quando colocava parte de sua casa para alugar, atendia inúmeras pessoas LGBTI+. Assim, ele publica em uma rede social que seu sofá estava disponível para pessoas LGBTI+ expulsas de casa e mulheres cis vítimas de violência doméstica. Em dois dias havia 52 pedidos de pessoas LGBTI+ expulsas de suas casas. O trabalho de Iran resultou na fundação da Casa 1, uma casa de passagem que atende jovens LGBTI+ expulsos de suas casas. Porém esse processo de acolhimento não é inédito. Historicamente a população LGBTI+ tem se aquilombado em redes de proteção próprias.

Destaca-se ainda Luana Muniz, travesti, dona do bordão “travesti não é bagunça” que manteve, desde os anos de 1980, uma casa na Lapa-RJ para acolhimento de travestis, pessoas com HIV positivo, prostitutas em situação de rua e pessoas que foram expulsas de casa.²⁴

Assim, são criados espaços de aquilombamento²⁵. O aquilombamento, por sua vez, refere-se à criação de redes de apoio e solidariedade entre as pessoas transexuais e seus aliados. Essas redes oferecem suporte emocional, acolhimento, informações, compartilhamento de experiências e fortalecimento mútuo. Em termos de suporte emocional, as redes de apoio proporcionam um espaço onde as pessoas transexuais podem expressar suas emoções, angústias e alegrias, e serem compreendidas por indivíduos que vivenciam experiências semelhantes. Isso é fundamental para o fortalecimento emocional e para o enfrentamento dos desafios que vivenciam diariamente. (...) oferecem suporte social, permitindo que as pessoas transexuais se sintam pertencentes a uma comunidade e tenham acesso a recursos e informações importantes. Essas redes podem fornecer orientação sobre serviços de saúde,

²⁴ Sugestão da revisora Ingrid

²⁵ O termo "aquilombamento" faz referência aos quilombos, comunidades formadas por escravizados no Brasil colonial como forma de resistência à opressão. O quilombo é um lugar-espço de resistências, um sistema alternativo, brecha no sistema escravagista. Surge da necessidade do negro defender a sobrevivência e assegurar a existência de ser. Experiência para resgatar a liberdade e dignidade. Local em que a liberdade era praticada e os laços ancestrais revigorados. Já a partir da ótica de Eribon (2008 apud Santana, 2021) o aquilombamento é o processo de forjar uma política de amigos, redes e instituições que proporcionam encontros que permitem ver a si neles, ou seja um encontro de semelhantes, onde há identificação (Santana, 2021). Assim, o aquilombamento da população transexual consiste na criação de espaços que promovam a saúde ético-política, ou seja, lugares seguros e acolhedores, onde os indivíduos encontram apoio emocional, social e político e aumentam sua potência de ação (Misaka, Hanashiro, Aranha, 2023, no prelo).

direitos, apoio psicológico e informações sobre questões de gênero e identidade.(...) O suporte político é outro aspecto importante das redes de apoio. Elas fornecem um espaço para a mobilização coletiva e ações políticas em prol dos direitos e da inclusão da população transexual. Essas redes podem promover campanhas de conscientização, participar de protestos, pressionar por mudanças legislativas e advogar por políticas públicas que garantam a proteção e o reconhecimento dos direitos das pessoas transexuais (Misaka, Aranha, Hanashiro, 2023, no prelo).

Abigail Campos Leal (2021) utiliza o conceito de ‘aqueerlombamento’ referindo-se ao aquilombamento de pessoas LGBTI+.²⁶

A partir da discussão sobre sociabilidade, faz-se necessário falar sobre as relações sociais pautadas permeadas pela violência em forma de preconceito e invisibilidade a partir da hierarquização e inferiorização na sociedade.

1.3.3 Violência

José de Vasconcelos escreve no livro “Meu pé de Laranja Lima” que “Matar não quer dizer a gente pegar o revólver de Buck Jones e fazer bum! Não é isso. A gente mata no coração. Vai deixando de querer bem. E um dia a pessoa morreu” (Vasconcelos, 1975, p.94). Assim, a violência não ocorre somente de forma física ou quando se assassina alguém, mas se dá também a partir de atos pequenos, como olhares, pelo tom de voz ou também pelo silêncio.

Chauí (2007) traz como significados à violência:

- Oposto da ética (práxis que existe pela e na ação dos sujeitos individuais e sociais e a ação deve respeitar a natureza racional livre e responsável do agente e também a racionalidade, liberdade e responsabilidade dos outros agentes);
- Desnaturar: Tudo que age usando a ir contra a natureza de algum ser;
- Coagir, constranger, torturar, brutalizar: Ato de força contra espontaneidade, vontade e liberdade de alguém;
- Violar: ato de violação da natureza de alguém ou de algo que é valorizado positivamente na sociedade;
- Ato de transgressão contra coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito;

²⁶ Sugestão feita pela revisora Allie.

- Violência é um ato de brutalidade, maus tratos e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, medo e terror;
- Trata seres como coisas irracionais, insensíveis, mudos, inertes, passivos, desprovidos de razão, vontade, liberdade e responsabilidade.

É a partir dessa definição que Chauí (2007) descreve o racismo como violência.

Ainda, sintetiza o racismo como “uma ideologia das classes dominantes e dirigentes, interiorizada pelo restante da sociedade”.

1.3.4 Hierarquização e inferiorização

A partir da monocultura do saber, que deslegitima experiências que escapam da lógica única de saber, há a hierarquização que silencia diversas formas de sociabilidades e saberes, criando não lugares que, quando ocupados, recebem atribuições sociais negativas. Por meio da monocultura do saber cria-se verdades a partir de julgamentos morais de um grupo.

Prado e Junqueira (2011) definem a hierarquização como subordinação que estabelece a funcionalidade entre atores sociais, podendo ser uma relação de opressão não politizada, não reconhecida pelos atores como relação de injustiça e inferiorização social. Não são situações de antagonismo e aparecem como naturais para organização social, necessárias para reprodução da sociedade e instituem complementaridade entre diferentes posições identitárias que ainda não vislumbram espaços de disputa e reivindicação. Transforma-se as diferenças em desigualdades, interpretando as diferenças na lógica de hierarquização social, tornando uns mais aptos que outros, uns mais cidadãos que outros. É por conta da hierarquização de corpos que distingue os superiores (dignos de humanidade) e os inferiores (que são excluídos, humilhados e não são dignos de humanidade).

Já a inferiorização, Prado e Junqueira (2011) definem como relação de opressão, em que os atores subordinados reconhecem uma injustiça historicamente construída, questionando, refletindo e interpelando uma ordem social. É na lógica de opressão que negam a equivalência de direito. Assim, os atores subordinados evocam suas identidades como posições ameaçadas no campo dos direitos por outros atores sociais. Há a categorização de

grupos subalternos a partir de conceitos e significações atribuindo-lhes características naturais que condicionam-os como portadores de determinados elementos que os impedem de pertencer ao projeto hegemônico de sociedade. A inferiorização se materializa como subcidadania com menos direitos, menor acesso a políticas públicas, sofrimento, desigualdade e exclusão social.

A hierarquia passa a ser reconhecida como relação de opressão e inferiorização, quando ela é tomada e reconhecida pela comparação social como uma relação que oprime um dos atores do jogo. Assim, é necessário desnaturalizar valores e práticas que se estruturam na manutenção da inferioridade de determinados grupos sociais. A hierarquização de valores para práticas sociais compartilhadas, tornaram posições hierarquicamente inferiores ou superiores, construindo hierarquias sexuais das identidades sexuadas.

A sociedade brasileira se constituiu a partir de relações de violência desde a invasão dos portugueses, hierarquizando os corpos na sociedade. Assim, os brancos eram passíveis de direitos, enquanto indígenas e negros eram escravizados, coisificados, violados e violentados, quando interessava seus saberes eram utilizados para benefício dos europeus e quando não eram silenciados e catequizados. Mulheres e corpos dissidentes eram considerados inferiores, silenciados, considerados como “loucos” e aprisionados. Dessa forma a sociedade brasileira é formada a partir de bases patriarcais, paternalistas, cis heteronormativas, relações coronelistas e paternalistas e baseada em privilégios e não de direitos, e da defesa da propriedade privada e concentração de terras.

A hierarquização não se dá somente em ambientes cisheteronormativos, mas também no próprio espaço do movimento LGBTI+. Não por menos, houve a alteração da sigla de GLBT para LGBT por apontamentos de misoginia. Também, como relatado acima nas falas de Jovanna Baby há relatos e vivências de transfobia no movimento.

1.3.4.1 Cisgeneridade e heterossexualidade como sistemas hierárquicos

Monique Witting (2022) nomeia os discursos que pressupõem que o fundamento da sociedade é a heterossexualidade que oprime homens e mulheres homossexuais. São discursos que alegam dizer a verdade em um campo apolítico e colocam todos os outros

signos como insignificantes. Oprimem os corpos e silenciam, negam a possibilidade que outros corpos criem categorias. São ideologias mas criam violência física e material sobre os oprimidos a partir de discursos abstratos e “científicos”. Colocam para os oprimidos que esses não têm direito à fala porque seu discurso não é científico, nem teórico, que o nível de análise está errado, que há confusão entre discurso e realidade, que o discurso é ingênuo ou que se entendeu errado essa ou aquela ciência. É um pensamento opressor colocado como universal que produz conceitos e leis imutáveis e verdadeiras para todas as sociedades, épocas e indivíduos.

É a partir do pensamento hétero que define-se “homem”, “mulher”, “sexo”, “diferença” e toda a série de conceitos que leva essa marca como “história”, “cultura” e “real”. A relação héterossexual, relação compulsória e obrigatória entre “homem” e “mulher” possui um caráter irrefutável de conhecimento anterior a qualquer ciência, com um pensamento que desenvolve uma interpretação totalizante da história, da realidade, da cultura, da linguagem e de outros fenômenos subjetivos. O pensamento hétero é baseado na necessidade do diferente/do outro, colocando-o como sujeito a ser dominado e controlado. Hiper mitifica-se os mitos para manutenção da heterossexualidade a partir de um sistema de signos e figuras de linguagem. Witting tenciona inclusive que lésbicas não são mulheres pois “a mulher” somente tem significado em sistemas heterossexuais de pensamento e nos sistemas econômicos heterossexuais (Witting, 2022).

Segundo Bagagli (2015 p.13 *apud* Nascimento 2021 p. 54) a palavra cisgenero é uma palavra composta pela justaposição do prefixo “cis ” (do latim, posição aquém, ao mesmo lado) e do radical gênero. Faz oposição ao prefixo trans que significa “posição além”, “do outro lado”. Todos os gêneros passam por um processo de materialização a partir de práticas discursivas sobre o sexo, o corpo cis goza de um privilégio.

Segundo Koyama (2003 *apud* Nascimento 2021) o termo cis busca expor o grupo dominante como uma possibilidade de gênero rompendo com a ideia de que pessoas cis são a norma e trabalha a cisgeneridade não como marca identitária mas como categoria analítica usada pelo transfeminismo para questionar privilégios dos corpos que se entendem dentro de uma perspectiva naturalizante e essencialista de gênero. Denuncia o modo colonial de produção dos gêneros de base bioessencialista. Ainda, defende que o gênero é um dispositivo

de classificação e hierarquização social e não pode ser apartado das dimensões coloniais, capitalistas e cis heteronormativas.

A luta transfeminista busca afirmar a potência das subjetividades transgêneras na luta contra a cis heteronormatividade compulsória. Lugones (2014 apud Nascimento 2021), afirma que as construções socioculturais do Brasil, na América Latina e no Caribe produziram uma série de hierarquização social que traçam uma linha entre o humano e o não humano. Dentre muitas hierarquias, há a ideia de que o homem (possuidor de pênis) é superior a mulher (possuidora de vagina). Despreza-se e inferioriza-se aquilo que é feminino, estando isso fincado na colonialidade de gênero.

A LGBTIfobia é uma violência de gênero assim como a femeofobia, ambas fincadas no patriarcalismo e no machismo. Materializando-se por meio do ódio às mulheres cis, o ódio ao masculino que se feminiza nas mulheres trans e o ódio do feminino que se masculiniza (no caso dos homens trans e de mulheres lésbicas e bissexuais) (Ferreira, 2018).

A cis heteronormatividade hierarquiza as pessoas, colocando as pessoas heterossexuais como superiores e cidadãs e as pessoas lésbicas, bissexuais, gays, transexuais, assexuais, intersexo como subcidadãos, sem direitos, patologizáveis, excluídos, sem humanidade e, no limite, matáveis.

Vale ainda apontar que a cis heteronormatividade não vem descolada dos interesses da classe dominante, mas que a partir da ideologia dominante busca universalizar esse pensamento. Engels, em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, evidencia como a família burguesa foi criada como necessária para a proteção e manutenção da propriedade privada e da lógica capitalista, fornecendo mão de obra por meio da geração de filhos, no caso da classe oprimida, e mantendo a concentração de poder e da propriedade privada por meio da herança e do casamento.

1.3.5 Preconceito

Para fundamentação do preconceito, pautamos a partir de Agnes Heller (2000). O preconceito é uma categoria do pensamento e do comportamento cotidiano, como já apontado anteriormente. Quando, porém, desempenha função acima da cotidianidade, diminui o

aproveitamento das possibilidades que a comportam. Heller é categórica quando diz que quem não se liberta de seus preconceitos acaba fracassando inclusive pessoalmente.

A ultra generalização do pensamento ocorre ao assumir estereótipos, analogias e esquemas já elaborados por um lado, e por outro são aplicados aos indivíduos com muita força pelo meio que crescem e pode-se passar muito tempo até se perceber com atitude crítica esses esquemas recebidos. Toda ultra generalização vem de um juízo provisório ou de uma regra provisória de comportamento. Um juízo provisório pode ser falso e poderia ser corrigido mediante experiência, pensamento, conhecimento e decisão moral individual, mas não a corrigimos porque perturba o êxito, a correção evidente ainda que não a moral. Um juízo provisório quando já refutado pela ciência ou por uma experiência cuidadosamente analisada mas se conserva contra os argumentos da razão cristaliza-se como preconceitos. O afeto do preconceito é a fé: Os objetos e conteúdos dos preconceitos podem ser de natureza plenamente universal, referir-se a totalidade de nossa natureza ou de nossa classe, proposições morais ou religiosas e em troca as motivações e necessidades alimentam nossa fé, nosso preconceito e satisfazem nossa particularidade individual. Faz-de na maioria dos casos de modo direto, sem mediação, pois é cômodo e nos protege de conflitos, mas também indireto quando, não se pode alcançar seu objetivo de uma verdadeira atividade humano-genérica, consegue um “sentido” pleno no preconceito. A fé está vinculada aos sentimentos de amor-ódio, sendo a intolerância emocional consequência (Heller, 2000).

Um preconceito social típico não exerce função rígida de preconceito em todos os membros da sociedade, sendo muitas vezes somente um juízo provisório mantido até o momento em que o indivíduo se vê confrontado com as verdades que ignorava. Pode ser positivo ou negativo, acerca da própria vida, moral, preconceitos, comunidade, ideias e aos demais alienados e contrapostos a nós. Pode também ser individual ou social. Na maioria das vezes tem caráter mediato ou imediatamente social ao assimilá-lo de nosso ambiente e aplicá-lo espontaneamente a casos concretos por meio de mediações. Pode ser estereotipado ou não estereotipado. Todo preconceito dominante ou relativamente generalizado possui um núcleo estereotipado, em torno pode-se situar variantes semi-estereotipadas ou simplesmente não estereotipadas. A vida cotidiana produz na dimensão social os preconceitos, a base

antropológica é a particularidade individual e o “tecido conjuntivo” emocional é a fé (Heller, 2000).

Heller, com base em Allport, aponta a gradação de preconceitos negativos: ressentimento, racionalização (autojustificação) estereotipada, comportamento estereotipado (desde a discriminação até o extermínio, passando pela tortura física) (Heller, 2000).

Sistemas de preconceitos são provocados a partir das interações sociais nas quais vivem os seres humanos, sobretudo pelas classes sociais que vivenciam possibilidades de movimento mediante ideias e ideologias isentas de preconceito. Os preconceitos servem para consolidar e manter a estabilidade e a coesão da integração dada, raramente se inicia na parte ideológica, mas na defesa de uma coesão internamente ameaçada e se manifesta principalmente em momentos de relaxamento da coesão econômica, política e ideológica da integração social ativa em questão. A maioria dos preconceitos são produtos das classes dominantes tendo em vista que elas desejam manter a coesão de uma estrutura social que as beneficia e mobiliza a seu favor.

A classe dominante apela, por meio do preconceito, à particularidade individual que em função do conservadorismo de seu modismo e conformismo ou de seus interesses imediatos, é de fácil mobilização contra os interesses de sua própria integração e contra a práxis orientada no sentido do humano-genérico. A classe burguesa produz preconceitos buscando universalizar sua ideologia, porém ela não ocorre de uma única forma, sendo os pequenos grupos que transmitem ao indivíduo um sistema de preconceitos produzidos por eles mesmos e de natureza particularmente provinciana e efêmera (Heller, 2000).

Heller (2000) distingue os conteúdos dos preconceitos em: preconceitos-tópicos, morais, científicos, políticos, preconceitos de grupo, nacionais, religiosos, racionais. No preconceito moral, a moral é objeto de modo direito, porém mesmo em outros âmbitos, os preconceitos se caracterizam por uma tomada de valor moral, que são os falsos juízos de valor. A acusação de “imoralidade” costuma juntar-se a outros preconceitos, sendo a suspeita de moral o elo que mediatiza a racionalização do sentimento preconceituoso. Preconceito de grupo são aqueles que se referem a todo um grupo homogêneo, independente se essa homogeneidade se baseia em critérios essenciais ou secundários, ou se é uma integração fundamental ou derivada, trata-se de preconceitos contra os membros de um grupo tão

somente por serem membros desse grupos. A estereotipia de traços característicos é acompanhada de preconceitos quando a primeira não corresponde à função realmente desempenhada pelo grupo considerado no decorrer da história, mas sim a limitação mental encharcada de fé estereotipada.

O ser humano predisposto ao preconceito rotula o que tem diante de si e o enquadra em uma estereotipia de grupo, passa por cima das propriedades do indivíduo que não coincidem com as do grupo. Quando as percebe, registra-as como se tivessem produzido apesar da integração do indivíduo com seu grupo, contra essa integração. Não é capaz de corrigir o juízo provisório que formulou baseando-se em experiência posterior, não investiga se a integração do indivíduo ao seu grupo é casual ou escolhida, nem indaga qual a função que essa integração desempenha na existência e consciência do indivíduo. Não se impressiona sequer pelas qualidades éticas do indivíduo. Os preconceitos sociais individual-concreto são em grande parte de procedência histórica (Heller, 2000).

Os preconceitos poderiam deixar de existir se desaparecessem a particularidade que funciona com inteira independência do humano-genérico, o afeto da fé, que a satisfaz inteiramente, e por outro lado, toda integração social, grupo e comunidade que se sintam ameaçados em sua coesão. Tal desaparecimento não é utópico (Heller, 2000). Como a sociedade é dinâmica e mutável sempre existem forças conservadoras e dinâmicas, e como a possibilidade de elevar-se à condição de indivíduo real é dada somente a cada ente singular, os preconceitos não podem ser totalmente eliminados do desenvolvimento social, mas é possível eliminar a organização dos preconceitos em sistema, sua rigidez e a discriminação efetiva pelos preconceitos (Heller, 2000).

Todo preconceito impede a autonomia do ser humano, diminui sua liberdade relativa diante de um ato de escolha e ao deformar estreita a margem real de alternativa do indivíduo. O que é necessário para que o ser humano possa escolher com relativa liberdade? É necessário o conhecimento ótimo de suas alternativas e possibilidades, adequada representação do conteúdo axiológico dessas alternativas (relação entre valores das alternativas e valores que mais promovem o desenvolvimento humano nas circunstância em questão), e pressupondo que o ser humano é capaz de elevar-se ao plano do humano genérico, ao mesmo tempo que dispõe de conhecimento ótimo do ser humano e da situação em que se encontra. E o

preconceito inibe esses três momentos. O preconceito reduz as alternativas do indivíduo, mas em maior ou menor medida é objeto da alternativa, pois por mais difundido e universal que ele seja, depende de uma escolha relativamente livre de que alguém se aproprie dele ou não, sendo cada um responsável pelos seus preconceitos. Decidir em favor dele é uma escolha fácil fugindo do descontrole do particular-individual, de conflitos morais e tornando a firmeza algo supérfluo (Heller, 2000).

1.3.5.1 Preconceito contra LGBTI+

O Brasil é um país hierarquizado e autoritário desde a sua colonização, e utiliza-se da lógica de superiorização e inferiorização de grupos sociais para a fazer a manutenção de valores hegemônicos que colocam sujeitos, dentre eles os LGBTI+, em um local de subalternidade, de forma disfarçada pela excentricidade e preconceito. Essa lógica é traduzida em um conjunto de práticas sociais que subjugam de forma pública e socialmente categorias sociais. Não obstante, as sexualidades e identidades de gênero dissidentes se tornaram objeto de luta política e social no Brasil. A hegemonia é criada a partir da organização de consentimentos que se constroem subordinando consciências. Criou-se no discurso hegemônico contemporâneo o preconceito contra homossexuais como mecanismo para manutenção de hierarquias morais, sociais e políticas. A heteronormatividade ocorreu ao longo da história ocidental como capaz de construção de subordinação de outras práticas sexuais e sociais.

A partir dos dados apresentados acima sobre violências, opressão, marginalização e exclusão há a materialização das diversas formas de preconceito, discriminação e violência de um modelo social historicamente fundado em estruturas de privilégio, produto de diferenciações iníquas e desigualdades regadas à diferença e cinismo. A violência contra LGBTI+ ainda promove pouca comoção social e permanece invisível. Isso se dá pela sofisticação do sistema de opressão sustentado por instituições que historicamente estruturam-se em defesa de uma ideologia hegemônica que diferencia o “eu” o os “outros”, provocando uma hierarquização que promove e reproduz preconceitos e discriminação de classe, cor, raça/etnia, sexo, gênero, orientação sexual, capacidade físico-mental ou crença. Ou seja, diminui-se todo aquele que não atende aos quesitos do padrão adulto, masculino,

branco, cishétero, cristão, burguês e sem deficiência. Assim, a LGBTIfobia²⁷, assim como o classicismo, racismo, sexismo, ocorre não somente como elemento intruso das instituições, mas como valores que são cultivados no interior delas. Dessa maneira, em nome da cis heteronormatividade por meio da heterossexualidade compulsória, sustenta-se a reprodução da LGBTIfobia(Prado, Junqueira, 2011).

O indivíduo que tenta escapar das disposições heteronormativas são alvos de preços de marginalização. A marginalização serve para garantir o domínio do sujeito “normal”, garantindo as fronteiras dos dominantes e de reiterar a condição de marginalizado entre o “outro”, garantindo distanciamento entre eles. Assim, a parte da repetição das “verdades” colocadas entre os cis heterossexuais, distingue e eleva o grupo dominante: os heterossexuais cis, principalmente homens. Assim, enquanto um grupo recebe privilégios, outro é marginalizado. E para a manutenção desse sistema, dispositivos como a pedagogia do insulto servem para manutenção da homofobia. Por meio de insultos e injúrias camufladas com piadas ou brincadeiras, joga-se jogos de poder que moldam consciência, corpo e memória. Quando não, o preconceito aparece por meio de violência física. É a partir da violência, insulto e humilhação que hierarquiza-se os cidadãos por meio da hierarquia da sexualidade.

Prado e Junqueira (2011) apontam a pedagogia do insulto que promove posteriormente a pedagogia do armário, onerando drasticamente a revelação da homossexualidade, acompanhada da tensão entre ocultação e visibilidade da diferença. O armário é produto e produtor de hierarquizações e também prática de defesa em relação a insultos e humilhações.

A família e as escolas são as principais instituições heterocisnormativas da sequência sexo-gênero-sexualidade, sendo os espaços com maior discriminação homofóbica (Prado; Junqueira, 2011), sendo esses ambientes os primeiros locais em que as pessoas sofrem discriminação homofóbica. São instituições disciplinares com dispositivos, técnicas e redes de controle e sujeição que buscam disciplinar e normalizar corpos a partir de uma hierarquização de uma identidade em relação às demais. Enquanto uma recebe atributos positivos, as outras

²⁷ Guilherme Gomes Ferreira (2018) problematiza o termo LGBTIfobia pois o termo aponta que as pessoas que violentam LGBTI tem “aversão” ou “medo” desses sujeitos, quando eles é que impõem o medo e a soberania. Coloca-se a fobia como um problema individual do sujeito LGBTfóbico porém é um problema estrutural que norteia as relações sociais a partir de sistemas como a heteronormatividade e o cissexismo. Porém o uso do termo se mantém devido ao amplo acesso que esses termos têm no tecido social e também por pensar em que a “sociedade homofóbica” considerando a norma heterossexual e cissexista como frágeis e que precisam constantemente serem reiteradas por meio da imposição da violência.

são avaliadas de forma negativa e ocupam status inferior, tornando-as dignas de repulsa, reprovação e ocupando grau inferior ou nulo de humanidade.

O preconceito contra homossexuais age por mecanismos complexos que naturalizam as inferiorizações sociais geradas. Como outras formas de intolerância, articula-se em torno das emoções, condutas e dispositivos ideológicos e institucionais, criando e produzindo sistemas de diferenças que justifiquem a exclusão e a dominação de uns sobre os outros.

O preconceito é social mas também individual. Indivíduos inferiorizados assimilam na construção de suas identidades sociais as características sociais e psicológicas negativas atribuídas a eles, fortalecendo-as e legitimando os mecanismos e as formas de preconceito. No caso da não heterossexualidade, ocorre a LGBTfobia internalizada que se impõe como a impossibilidade de viver a experiência homossexual de forma legítima. O processo de “saída do armário” é um posicionamento de tornar visível a não heterossexualidade e demanda esforço psicológico e estratégias de enfrentamento para o “Paradoxo do armário”. É ressignificar características negativas assimiladas e também o enfrentamento público e político ao tornar visível os fundamentos que justificam a subalternidade e inferiorização. É um processo que é permeado muitas vezes por sofrimento aos sujeitos por ser necessário mudanças profundas e concretas, que obrigam muitas vezes a buscar novos espaços de sociabilidade. Sair do armário só é possível na maioria das vezes a partir da criação de sentimentos de pertença com grupos sociais capazes de elaborar sentimentos de significados positivos à experiência de outras identidades de gênero ou sexuais, sendo essa uma das funções mais relevantes do fenômeno dos guetos (Prado;Junqueira 2011 apud Hanashiro,2016).

Dentre as formas de manifestação do preconceito tem-se a invisibilidade, que será discutida abaixo.

1.3.6 A invisibilidade: “Cegos que veem, cegos que, vendo, não veem”

“Somos cegos, cegos que veem, cegos que, vendo, não veem” (Saramago, p. 310). Saramago utiliza essa frase no final do livro Ensaio sobre a Cegueira, obra que fala sobre a

epidemia da “treva branca”, que acomete parte dos moradores de uma cidade, mas que também fala sobre todos nós. Quem nós vemos? Quem nós, mesmo vendo, não enxergamos?

A invisibilidade não é somente ser ou não ser visto, mas como se é identificado e reconhecido pelo outro. Soares (2005 *apud* Arruda 2012) diferencia preconceito de indiferença, ainda que ambos anulem a pessoa. Entre a indiferença e a negligência, a segunda projeta uma imagem não verdadeira e pré formada.

Arruda (2012) em sua dissertação de mestrado organiza a invisibilidade em cinco tipos que se correlacionam, sendo elas:

- Projetada: “Construída a partir de estigmas, preconceitos, indiferença, negligência, humilhação, racismo, etc.” (Arruda, 2012, p.64).

- Intencional: “Quando é sabida a verdade e se tenta anular por alguma razão” (Arruda, 2012, p.64).

- Estratégica: “Construída para tirar proveito e/ou vantagem, ou para criar impressão diversa da realidade mediante alguma camuflagem”(Arruda, 2012, p.64).

- Naturalizada: “Qualquer atitude ou comportamento tomado por força maior de valores pessoais, sociais ou culturais, que não atraem a pessoa para a existência de um fato” (Arruda, 2012, p.64).

- Oculta: “Quando só é identificada em uma convivência maior. Essa invisibilidade se revela na compreensão de nossa incompreensão acerca das pessoas ou das coisas” (Arruda, 2012, p.64).

O sistema cis heteronormativo historicamente invisibiliza os corpos dissidentes como formas de ser e se relacionar, trazendo como verdade universal a heterossexualidade, a identidade cisgênero e a família tradicional nuclear. Assim, tira-se proveito a partir de uma invisibilidade projetada, intencional, oculta e estratégica a partir da linguagem ou de leis. No cotidiano das relações sociais há a materialização dessa invisibilidade, naturaliza-se a violência e o extermínio desses corpos sem que haja nenhuma comoção. O Estado invisibiliza ao não coletar dados sobre a existência e a violência contra LGBTI+, ao não pensar em políticas públicas de enfrentamento à LGBTIfobia.

Para esse enfrentamento, constrói-se identidades políticas que enfrentam as subalternidades e buscam reconhecimento de direitos sociais. Para tanto enfrentam a

desconstrução/ressignificação para depois construir o discurso e a ação pública. A visibilidade é importante para desconstruir e trazer novos significados para as identidades sexuais e para a construção de identidades coletivas.

Jaqueline Gomes de Jesus (2010) traz em sua pesquisa de doutorado reflexão sobre as Paradas LGBTI+ como espaços de liberdade, e portanto, espaços políticos, evidenciando que por ser um espaço festivo não diminui sua força como espaço de luta. As paradas são expressão viva da exigência por cidadania, não discriminação e liberdade de expressão. A visibilidade é uma estratégia de posicionamento público que remete a nitidez dos modos de vida constituintes desse universo, apresentando coletiva e literariamente suas particularidades e diferenças também.

1.3.7 Sofrimento ético-político

A psicologia social tem trazido uma grande contribuição para compreender a realidade. Bader Sawaia, ao cunhar o termo sofrimento ético-político nos ajuda a compreender a dialética de inclusão/exclusão a partir de autores como Souza Santos, Heller, Spinoza e Vigotski. Para tanto, Bader salienta a importância da afetividade como recurso de análise psicossocial da exclusão. Ao perguntar sobre sofrimento e felicidade, Sawaia coloca a exclusão não como sinônimo de pobreza mas a ideia de humanidade e do sujeito como ser social e relacional, sem desconsiderar desejo, temporalidade e afetividade. O sofrimento mutila o cotidiano, a capacidade de autonomia e a subjetividade dos homens, tornando a política mera abstração e instrumentação. Heller 1979, 1985, 1997 (*apud* Sawaia 2001) distingue a dor do sofrimento, sendo o primeiro próprio da vida humana, afecções e dos encontros e, o segundo é a dor mediada pelas injustiças sociais, de estar submetido dor e ``opressão. Um sofrimento psicossocial pode resultar em morte social e/ou biológica. A autora sintetiza o sofrimento ético-político como:

Abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica,

especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (Sawaia, 2001, p.104)

O banzo é “gerado pela tristeza do sentimento de estar só e humilhado por causa de ações legitimadas pela política de exploração e dominação” (Sawaia, 2001, p.104) e foi motivo de morte do negro escravizado brasileiro, do suicídio de jovens indígenas de diferentes povos. Essa exclusão social que pode ser motivada por raça, gênero, idade, classe, dentre outros, pode explicar o alto índice de suicídio de pessoas LGBTI+ no Brasil, como apresentado anteriormente pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil.

A humilhação social é como um fenômeno psicossocial para a constituição psíquica de formas de organização da sociedade. Humilhação como questão política é um problema intermediário que é um fenômeno histórico/social mas também do indivíduo. A homofobia como base na humilhação possui várias facetas de inferiorização, coerção às normas de gênero mas também de internalização e angústia pessoal que legitimam a exclusão por meio da angústia e humilhação (Prado; Machado, 2008).

O oposto de sofrimento ético-político é a saúde ético-política produzida a partir de encontros positivos que aumentam a potência de ação dos seres sociais a partir de afetos positivos. Como exemplo tem-se os movimentos de aquilombamento da população LGBTI+ que a partir de encontros, seja em bares, em baladas ou ocupando avenidas nas Paradas LGBTI+, buscam a felicidade e liberdade coletiva.

1.3.8 Território

Territórios não são apenas lugares geográficos, mas lugares habitados e transitados por pessoas de diferentes lugares na hierarquia social que integram e atribuem sentido e significado a esses espaços. A noção de território se constroi a partir da relação entre o território e as pessoas ou grupos sociais que dele se utilizam (Koga, 2011). Decorrente demarcação de fronteiras –nem sempre fixas, nem sempre físicas e quase sempre simbólicas – a definir identidades (Tizon, 1996). Os seres humanos se apropriam do território e criam e

recriam significados em torno disso. Assim, o mesmo local pode ser protetivo ou desprotetor para diferentes grupos sociais ou em diferentes períodos do dia (Koga, 2011). A polissemia é, portanto, sua característica intrínseca, pois serão tantos os territórios identitários quantos forem os grupos sociais a se apropriar do espaço produzido (Tizon, 1996).

O direito a ter direito é expressado, negado, abnegado ou reivindicado a partir de lugares concretos. O território representa o chão do exercício da cidadania, da vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, relações de solidariedade e relações de poder, é no território que as desigualdades se tornam evidentes entre os cidadãos.

Como citado por Rai, no documentário da Casa Neon Cunha (2023), na cidade são criadas barreiras visíveis e invisíveis que impedem o acesso de pessoas LGBTI+. “Existem barreiras visíveis e invisíveis, existem lugares e não lugares. Então assim, para os LGBTs existem muitos não lugares, né. Então muitos LGBTs não têm acesso à educação, saúde, porque não conseguem nem chegar nesses equipamentos públicos. Chega num equipamento de saúde na porta porque aquele ambiente já é um não lugar para aquela pessoa, chega na escola já é um não lugar, por causa das violências que sofre, os preconceitos e tudo mais” (Casa Neon Cunha, 2023).

Ao mesmo tempo, como apontado acima, são criados territórios seguros de sociabilidade. Na região do ABC, foi elaborado o Mapa LGBT pelo Sesc Santo André e Coletivo VoteLgbt+, levantando espaços do poder público e a sociedade que acolhem a diversidade na região. Já a startup Nohs Somos criou um mapa online para avaliar e identificar estabelecimentos amigáveis à população LGBTI+. A Fiocruz, em parceria com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) criou o aplicativo Dandarah, que propõe “um ecossistema digital para facilitar à população LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais, homens trans e intersexos) se informar, denunciar, registrar, enfrentar e evitar diversas formas de violência às quais essa população está sujeita.” (FIOCRUZ, 2019). Esses são exemplos de mapas materializados, mas muito antes da materialização desses mapas, os acessos e não acessos são criados e transmitidos oralmente entre os sujeitos.

Ao mesmo tempo, como apontado por Quinalha (2022), ao recuperar a história do movimento, traz o fator do deslocamento de pessoas LGBTI+ de cidades menores para

idades maiores, como uma possibilidade de anonimato e também de se distanciar dos olhos repressivos da família.

Santos e Martinelli (2018) apontam que não é raro, o desenraizamento da pessoa transgênero do território onde foi conhecida pelos determinantes do seu sexo biológico em busca do anonimato após a realização de todo o processo de intervenções corporais, fenômeno conhecido como *sealth* buscando viver no anonimato como uma pessoa não transexual dentro de um novo círculo social. Assim, território é uma categoria analítica da realidade importante que se constrói no cotidiano a partir das relações sociais estabelecidas entre grupos em determinado espaço geográfico.

1.3.9 Formas de resistência

Neno Rosa, a quem tive o prazer de partilhar essa trajetória do mestrado, pauta sempre a importância de produzir a narrativa sobre corpos LGBTI+ como narrativas que não devem pautar o preconceito, a violência e a inferiorização, sendo esse o lugar colocado pela cisheteronormatividade. Mas, colocando luz aos “corres” que essas pessoas sempre fizeram como sujeitos ativos, produtores de tecnologias, narrativas e trajetórias, tensionando e ressignificando categorias e relações sociais do sistema posto.

Ao longo da história corpos LGBTI+ sempre existiram e encontraram formas de resistir. Primeiro individualmente e depois coletivamente. Corpos dissidentes que produzem novas formas de ser e de se relacionar. Produtores de cultura, de linguagem, formas de cuidado, formas de ser família. Criadores do dialeto Pajubá e da linguagem neutra. Criadores de outras formas de ocupar o palco e as artes, com teatro, música e performances. Produzem tecnologias sociais e outras formas de se relacionar com os corpos. Jaqueline Gomes de Jesus (UFMG, 2023), aponta que tecnologias de saúde não foram feitas por profissionais de saúde mas das próprias travestis testando hormônios, silicone, substâncias de feminilização e masculinização de pessoas trans femininas e trans masculinas. Como Ray afirma, produzem outra forma de humanidade a partir de formas de aquilombamento e de outras formas de sociabilidade. Produzem saberes e conhecimentos a partir de experimentações em seus

próprios corpos e vivências a partir deles. Nomeiam categorias como a cisgeneridade, buscando assim tensionar e denunciar esse sistema.

Não são corpos e vozes para serem tutelados ou silenciados, mas para serem escutados, terem suas vozes potencializadas e seus direitos garantidos.

1.4 CICLOS DE VIDA E ESPECIFICIDADES

A idade deve ser compreendida como categoria política, histórica e contingente assim como gênero, classe social, sexualidade e ou raça/etnia (Lopes, 2014). Assim, infâncias e adolescências, assim como o envelhecimento LGBTI+ devem ser olhados a partir de suas particularidades.

1.4.1 Infâncias e adolescências LGBTI+

Para problematizar as infâncias LGBTI+ precisa-se primeiro problematizar a infância. O conceito de infância no ocidente é algo recente. Até pouco tempo atrás, crianças eram vistas como mini-adultos. É a partir do Estatuto da Criança e Adolescente que todas as crianças passam a ser vistas como sujeitas de direitos. Vale colocar nesse recorte, o recorte racial, em que crianças brancas historicamente foram vistas como sujeitas de direitos e que crianças negras desde a mais tenra idade foram adultizadas e exploradas como mão de obra.

Krenak (Redação, 2020) aponta que a criança no mundo ocidental é vista como um depositário, em que se deposita conhecimentos e ela é moldada para futuramente ser um ser completo/inteiro. Ainda é vista como propriedade privada de sua família e como um ser que deve ser moldado para futuramente ser mão de obra para a manutenção do capitalismo, ou ainda como alguém que vai servir para a manutenção do poder e das posses da família. Assim, dentro da hierarquia social, a criança está abaixo da mulher hétero cisgênero que está abaixo do homem hétero cisgenero.

Desde a mais tenra idade as crianças são pré-moldadas, sendo a família e posteriormente a escola como as primeiras instituições que transmitem os valores capitalistas cis heteronormativos. No momento em que se descobre uma gravidez, a primeira pergunta é

“É menino ou é menina?”. Hoje em dia ainda, está na moda o chá revelação, uma grande festa organizada para revelar aos pais e à sociedade o sexo da criança gerada. Ainda, nesses chás, reforça-se padrões como: “azul para meninos e rosa para meninas”. E a partir desse momento, projeções e expectativas são criadas. No evento Sementes de vida, foi falado ao pensar sobre infâncias, a importância de se sonhar com crianças trans. Da pessoa grávida se perguntar e desejar uma criança trans.

Preciado (2013) no texto “Quem defende a criança queer” aponta que a sociedade não defende as crianças. Em nome da defesa das crianças defende-se a família política heterocisnormativa, a criança heterossexual e a submissão dela as normas de gênero. Defende-se o terror, opressão e morte em nome da defesa das crianças. Crianças que são privadas de resistência, sem direito de governar. Preciado pergunta: “Quem defende o direito das crianças diferentes? Os direitos do menino que adora se vestir de rosa? Da menina que sonha em se casar com a sua melhor amiga? Os direitos da criança queer, bicha, sapatão, transexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança a mudar de gênero, se for da vontade dela? Os direitos das crianças à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade? Quem defende os direitos da criança a crescer num mundo sem violência sexual ou de gênero?” (Preciado, 2013, p.1). Defende-se bebês que se tornarão crianças e adultos heterossexuais, protege-se corpos docilizáveis. Para quem não é cisheterossexual é morte que te espera e os pais em geral não as protegem, mas reproduzem a defesa de normas sexuais e de gênero por meio da ameaça, intimidação, castigo e morte. Em nome da defesa das crianças, defende-se o direito de discriminar, punir e corrigir qualquer forma de dissidência ou desvio.

Assim que a criança nasce, violências são cometidas como furar a orelha para a bebê ficar mais feminina. E a partir desse momento começa-se a diferenciação binária entre o masculino e o feminino. Com as cores, brincadeiras e normatização de formas de agir (seja sentar, se portar diante de outros). Quando são crianças intersexo ainda, submetem-a a cirurgias mutiladoras. E é a partir do brincar que as crianças aprendem o mundo e as normas sociais. Ainda, no evento Sementes de vida, foi questionado, por que é perigoso um menino brincar de boneca mas não é perigoso dar uma arma de brinquedo para ele?

Prado e Junqueira (2011), apontam que desde cedo as crianças estão na mira da pedagogia da sexualidade que se traduz na pedagogia do insulto. Por meio de “brincadeiras”

materializadas em piadas, jogos, apelidos, insinuações, objetifica-se, silencia-se, domina-se, normatiza-se, marginaliza-se e exclui. Em prol da hierarquia social, garotos podem ser alvos de escárnio e humilhação como “gays” antes mesmo de se identificarem como ou saberem o que isso significa. Desde cedo, meninos são ameaçados e humilhados a partir da fala “vira homem”, visando padronizar e normatizar os corpos masculinos. Já para as meninas, a heterossexualidade se dá a partir do silenciamento do corpo e sexualidade. Subalterniza o feminino negando a possibilidade da lesbiandade, assim como realizando práticas coercitivas em relação ao adultério, prostituição e aborto.

Carol Iara traz a reflexão sobre crianças intersexo e suas infâncias, em que em sua infância foi apartada na escola de brincar com outras crianças no intervalo ficando com os professores, não sabiam qual banheiro deveria usar, colocando-a para usar o banheiro dos professores e que permeava ambientes masculinos e femininos tendo em vista que os adultos não sabiam em qual ambiente deveria socializar.

Pode-se acrescentar a isso que, além de adultos normalizarem crianças, as crianças aprendem muito cedo a serem fiscais de gênero uma das outras, fiscalizando modos de ser e agir, coagindo e punindo aquelas que transcendem a norma. Segundo Heller (2000) a primeira coisa observada pela criança são os modos de comportamento preconceituoso estereotipados e as racionalizações ou justificativas feitas pelos adultos, é a partir disso que depois a criança começa a sentir o ressentimento correspondente.

Há também, o fato de que as crianças a partir do momento que não correspondem a normativa de gênero ou com a performance esperada passam a ser adultilizados e erotizado aos olhos adultos, principalmente de homens hétero, se transformando do corpo que deveria ser protegido ao corpo que se tem permissividade para ser violado.

Quem protege a criança que não atende aos padrões cis heteronormativos, quando em prol dessa normatização são violentadas por sua família, em sua escola e seus corpos passam a ser vistos com permissividade para serem violados ?

Os dados apresentados acima sobre a cidade de São Paulo e dados da ANTRA apontam como a LGBTfobia atinge as crianças e adolescentes expulsando-as de casa, das escolas e assassinando-as. É no período da adolescência que a maioria adquire a percepção que seu sexo biológico não coincide com a sua identidade de gênero, que posteriormente gera

afastamento do ambiente familiar acompanhado de brigas, rompimentos familiares e expulsão de casa. A expulsão de casa em diversos casos não se dá de forma explícita mas também a partir de crescente violência, seja a partir do tratamento de silêncio ou de gritos, de violência física, de situações de constrangimento e/ou de cárcere privado.

Grupos conservadores têm levantado bandeiras em nome da defesa da infância, da criança e da família que tem como objetivo real defender a cisheteronormatividade, não tendo real preocupação para que todas as crianças tenham seus direitos e suas infâncias protegidas, sendo cuidadas, amadas e respeitadas em diferentes agrupamentos familiares.

1.4.2 Envelhecimento LGBTI+

Pensar em envelhecimento no Brasil é reconhecer uma desigualdade de expectativa de vida. Em estudo sobre a cidade de São Paulo, foi observado por exemplo que a expectativa de vida nas regiões mais centrais, com maior renda per capita e com mais pessoas brancas era maior do que nas regiões periféricas, com menor renda e com mais pessoas negras. Há uma diferença de expectativa de vida de 21 anos a mais de quem mora no Iguatemi em relação a quem mora na Zona Leste da capital. Essa diferença se dá também devido a acessos ou não à políticas sociais ou também a política de extermínio de determinados corpos (Patriarca, 2022).

Lopes (Jesus *et al*, 2014), aponta porém que o envelhecimento das mulheres é diferente do envelhecimento gay, que é diferente do envelhecimento das travestis, e são os três sujeitos com subjetividades produzidas por históricos e distintos processos de subjetivação, com diferentes experiências de estar no mundo, se constituir como sujeito, de agir, atuar e de se criar, tendo diferentes modos de viver, envelhecer e morrer. Há assim, não existe somente um envelhecimento universal, mas uma pluralidade de experiências sociais, culturais, políticas do envelhecer havendo intersecções entre gênero, classe, raça/etnia.

A agenda dos direitos sexuais e dos direitos das pessoas idosas jamais tiveram pontos de intersecção explícitos, não havendo pontos de encontro. Na hierarquização social as pessoas não produtivas são inferiorizadas e descartadas por não serem mais, na maioria das vezes, produtoras de mais valia. É válido apontar que corpos que envelhecem passam a ser

desidratados de sua sexualidade, com um ar quase angelical. A própria legislação de ILPIs²⁸, por exemplo, não prevê quartos para casais idosos, sendo necessário que fiquem em quartos separados. Ambos as falas provém do etarismo. Dentro da hierarquia sexual os homens idosos heterossexuais ocupam lugar mais elevado (como os sujeitos que devem se manter ativos sexualmente), seguido pelas idosas heterossexuais e na parte inferior da pirâmide estão as “sexualidades dissidentes”. Falar de sexualidade na velhice é desassociar sexo com reprodução, dessa forma, há um hiato entre o envelhecimento populacional e direitos sexuais. A velhice entre a população não heteronormativa tem historicamente pouca visibilidade tanto no ponto de vista acadêmico quanto político. As pautas políticas dos movimentos LBGT no Brasil não tem como atores centrais da disputa. As gerações mais velhas de gays, lésbicas e trans aparecem como herois, ícones de luta e experiência, mas seus direitos sexuais pouco são colocados em pauta (Henning, 2016 *apud* Duarte *et al*, 2023). Ainda que de forma incipiente, Croci e Duarte, apontam avanços recentes na pauta a partir de:

- a) ampliação da visibilidade de pessoas LGBTI+ na velhice;
- b) alguns avanços políticos, institucionais e acadêmicos da gerontologia LGBTI+;
- c) criação de instituições e organizações não-governamentais específicas para pessoas LGBTI+ na velhice, como o caso da EternamenteSOU; e, sobretudo
- d) nascimento e expansão de um orgulho grisalho que associa os movimentos LGBTI+ às pautas do envelhecimento (Rebelatto;Gomes; Crenitte, 2021, p.61)

Tony Reis evidencia que há uma cultura muito ruim em relação ao envelhecimento e uma cultura pior ainda em relação à velhice LGBTI+(UFMG, 2023) Homens gays mais velhos enfrentam então a dupla vulnerabilidade: como homossexuais e como idosos. (Jesus et al, 2014) No envelhecimento de LGBTI+ muitos precisam voltar para o armário para receber os cuidados familiares adequados. Por outro lado, Lala travesti entrevistada por Lopes (Jesus et al, 2014), aponta privilégios do envelhecimento gay em relação às travestis como por exemplo sair na rua e namorar pois “não acontece nada”.

²⁸ Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas é uma das modalidades do Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas idosas. Essa terminologia ILPI é oriunda da saúde mas ainda utilizada nas legislações que balizam os acolhimentos para pessoas idosas. A revisora Michelle pontua que conforme a Tipificação Nacional nos Serviços de Acolhimento para pessoas idosas está previsto que “Preferencialmente, deve ser ofertado aos casais de idosos o compartilhamento do mesmo quarto” (Brasil, 2014, p.45).

Para falar de envelhecimento LGBTI+ é necessário ainda problematizar sobre a expectativa de vida das travestis e mulheres trans. Apesar de atravessamentos como o HIV/Aids, o não acesso a serviços, a brutalidade das ruas e da prostituição, há travestis -ainda que poucas- que se tornam idosas. E assim como em outras idades, são vítimas de vigilâncias e regulamentações, são invisíveis e consideradas abjetas por não corresponderem a nenhuma categoria viável às históricas normas de gênero. São invisíveis e provocam estranhamento pois a cisheteronormatividade transfóbica espera que a morte trans (muitas vezes violentas ainda na juventude) seja um preço a ser pago pelo “estilo de vida” das travestis e transexuais. Assim, a longevidade travesti provoca surpresa por desafiar esse sistema (Jesus *et al*, 2014).

É um período assim como outro em que é passível delas sofrerem violências e exclusões. Porém, Lopes (Jesus *et al*, 2014)., resgata experiências como de Rudy e Lala que conjugam coragem travesti e alegria na estilização da existência, focalizam novos e possíveis caminhos para a arte de viver a vida e a velhice, trazendo novas possibilidades de existências, não aceitando a condição de abandono, de prostração, decadência das habilidades, frustração e solidão, rejeitam que a associação da velhice com doença invalidez e ausência de vida afetiva e sexual. Elas têm um papel de construção e reprodução do gênero, adotando travestis mais novas como se fossem filhas. Ainda assim, são excluídas da Terceira idade e do envelhecer positivo, pautado pela cisheteronormatividade como idade para satisfação por meio de programas como viagens, excursões, bailes e bingos promovidos como projetos para a população idosa heterossexual, vivenciando ainda nessa fase de vida a exclusão, violência e abjeção vividas pela heterossexualidade compulsória. As idosas travestis complexificam as noções de travestilidade, transgeneridade, velhice e envelhecimento. Ainda, expõe os privilégios heterossexistas nos e dos processos de envelhecimento fruto de uma sociedade de controle (Jesus *et al*, 2014).

Falar sobre envelhecimento LGBTI+ é falar também sobre o direito de ser chamado pelo seu nome social, de ocupar um leito conforme identidade de gênero e também ao ser enterrado. Bezerra (2022), em sua pesquisa, ao estudar sobre cuidados paliativos e diversidade sexual e de gênero constatou a reprodução de LGBTfobia entre os profissionais, demandas específicas das pessoas LGBTI+ não estão sendo acolhidas e cuidadas, seja pelo apagamento

das diferenças pelo preconceito e discriminações e compreensões difusas sobre identidades de gênero, principalmente as travestis.

Assim pensar o envelhecimento LGBTI+ é pensá-lo como experiências plurais mas que têm em comum o impacto da cisheteronormatividade que continua nessa fase da vida ainda invisibiliza, exclui e violenta corpos e corpos. No livro “Introdução as velhices” Croce e Henning (Rebelatto; Gomes; Crenitte, 2021) apontam como particularidades do envelhecimento de pessoas LGBTI+ a probabilidade maior de redes de apoio social frágeis, assim como um risco superior da solidão na velhice tendo como motivos:

- a) no passado muitas pessoas LGBTI+ não se casaram ou não tiveram filhos e isso diminuiria as suas redes de apoio social e cuidado na velhice;
- b) muitas também possuíam relações conflituosas ou rompidas com suas famílias de origem, após expulsões e violências baseadas em homofobia, lesbofobia e transfobia, e essa falta de apoio, desde cedo, diminuiria a eventual ajuda de parentes mais tarde na vida;
- c) muitas também perderam um grande número de amigos e apoiadores durante a eclosão da crise epidêmica do HIV/ Aids, e isso teria afetado suas redes de apoio social baseadas nas “famílias de escolha” e amizades;
- d) uma parcela significativa estaria imersa no contexto das comunidades LGBTI+, as quais seriam apontadas na literatura, em termos gerais, como valorizando a juventude em detrimento do envelhecimento e da velhice;
- e) a literatura também tende a afirmar que ao acessarem as redes públicas e privadas de saúde muitos LGBTI+ na velhice se defrontariam com preconceitos e violências institucionais que os fariam “voltar ao armário”, no caso de gays e lésbicas, ou mesmo “desfazerem” ou “ocultar” as suas identidades de gênero no caso de pessoas travestis, transexuais e transgênero (Rebelatto; Gomes; Crenitte, 2021, p.59)

1.5 MARXISMO QUEER

Guilherme Gomes Ferreira aponta como postulados de uma proposta queer marxista e auxilia na síntese do que foi tratado neste capítulo:

- a) Gênero não é fixo nem estável, acompanhando a processualidade do real: Gênero supera a lógica binária dual de masculino/feminino, apontando a realidade (e o gênero) como contraditória, em processo e movimento. Assim o gênero é, está sendo e pode deixar de ser no devir (Ferreira, 2015). Identidades sexuais e de gênero são construções históricas e sociais, como já apontado acima no texto, com identidades de gênero que comportam o terceiro gênero, por exemplo, ou gêneros considerados étnicos como a travestilidade.

b) Patriarcado, cissexismo e heterossexualidade compulsória como sistemas de opressão: O patriarcado como sistema de dominação objetiva tudo que está ligado ao feminino, não somente a mulher e seu corpo. Guilherme (2018), aponta que a lesmo-homo-bi-transfobia, assim como a femeofobia, são derivados do antropocentrismo e da dominação masculina, odiando o feminino cisgênero, o masculino que se feminiza nas mulheres trans, assim como o ódio do feminino que se masculiniza, no caso de homens trans e mulheres lésbicas e bissexuais. Os privilégios do patriarcado e do machismo devem ser analisados de forma conjunta aos corpos/sexos/gêneros/desejos/identidades e de seu processo de naturalização. Outros sistemas de opressão/subordinação como discriminação racial, de classe, normas estéticas, padrões de saúde doença, as experiências de privilégio/desprivilégio social devem ser levadas em conta para considerar que a violência não se materializa da mesma maneira;

c) Abjeção e performance dizem respeito a vidas imateriais e precárias: uma pessoa é considerada como mulher ou homem, ela precisa a partir de sua forma de expressar reiteradamente em gestos, comportamentos e atitudes masculinos ou femininos. Para que essa pessoa seja socialmente homem ou mulher ela deve reiteradamente se comportar de modos específicos e possuir certas capacidades “naturais”. A abjeção se relaciona com todo tipo de corpo cuja materialidade é entendida como não importante, de sujeitos fora da norma, sendo vidas consideradas como ilegítimas, dentre esses corpos aqueles que não performam conforme a norma. Nesse conceito, Butler assume que essa abjeção extrapola as sexualidades dissidentes, mas a vidas facilmente apagadas ou invisibilizadas, como pessoas em situação de rua, que vivem na pobreza, que estão presas ou pessoas com questões de saúde mental;

d) Gênero e sexo são independentes, andam juntos e nem sempre são “harmônicos”: Gênero e sexo são categorias distintas, mas não são dicotômicos. Não há sociedade que não esteja inscrita em uma matriz cultural, não sendo possível que o sexo não seja interpretado como gênero, mas nem todas as sociedades experimentam as mesmas normas, seguindo a binário de dois sexos e dois gêneros, tendo sociedades que possuem o terceiro gênero, ou gêneros fluidos. Ainda, o homem e o masculino podem significar tanto um corpo masculino quanto um feminino e a mulher e o feminino podem significar tanto um corpo masculino como um feminino;

e) Gênero e sexo, cultura e natureza?: Tanto o gênero quanto o sexo estão inseridos em uma materialidade de corpo, estão inseridos em uma teoria social e possuem história. O sexo, apesar de possuir estrutura biológica, é no social que ocorre a diferença morfológica do sexo em diferenças sexuais. Tanto o sexo quanto o gênero estão inseridos em um todo social, político, econômico e cultural, sendo objetos históricos. Assim o corpo é um reflexo também da sociedade, sendo produto concreto de processos sociais, para além de um processo biológico ou estético;

f) Gênero e sexualidade devem se conectar às análises de classe social e raça/etnia: Os sujeitos só podem fazer análises sobre gêneros e sexualidades se suas primeiras necessidades estiverem satisfeitas, como Marx já colocava na Ideologia Alemã, como primeiro pressuposto da existência humana, da história e do saber (Marx, 1932). Não é possível discutir gênero e sexualidade sem relacionar com determinações sociais, econômicas, culturais e políticas, compreendendo a centralidade da determinação econômica na vida cotidiana;

g) Um estudo queer marxista deve apropriar em sua análise o movimento dialético: Ao olhar um corpo, sem realizar mediações, é somente uma parte incompleta do

todo, um fato biológico não mediado, separado da mente, da alma e do conceito de pessoa, que não evidencia sua essência. Ele é parte de um todo. O corpo não é a última constituição do sujeito, sendo essa sua identidade que perpassa aspectos sociais e culturais. Assim o corpo passa a ter uma identidade de gênero específica. Ao mesmo tempo, pensar a identidade de forma purista, substituindo qualquer elemento natural, desconsiderando que é a partir do corpo que os indivíduos se reconhecem como sujeitos, não devendo também cair no equívoco que supervalorizar os processos de subjetivação do que os aspectos objetivos e concretos da vida. O real é móvel, múltiplo, diversos e contraditório, e as identidades também acompanham essa processualidade do real, não sendo fixas e que interagem com a classe e com a raça/etnia. Assim, tanto o corpo quanto a identidade são elementos históricos e sociais, mediados por contradições concretas que se constituem em partes do todo. O corpo não é apenas composto por informações genéticas e biológicas, mas é histórico e social. Assim, gênero e sexualidade são instáveis e estão sendo constantemente produzidos de maneira dialética a partir da construção das relações sociais e da interação entre ser humano e natureza;

h) Gênero explica as relações de desigualdade ante o modo de produção capitalista: Toda construção, produção e expressão humana é trabalho. Quando consciente, pode ser trabalho concreto pelo seu valor de uso, ou pode ser trabalho alienado. A categoria gênero ela não é abstrata, mas real, que dá destino a materialidade da vida, no plano material e simbólico. Encontro da teoria queer com os interesses das classes subalternas: enquanto o marxismo possui a perspectiva revolucionária, a teoria queer busca a transgressão, não buscando a assimilação, mas problematizando a ordem social e reinterpretando-a a partir das experiências dos subalternos, visibilizando os modos de vida e os sujeitos abjetos, opondo-se aos movimentos identitários de conciliação (Ferreira, 2015).

1.6 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO

Ao longo do capítulo trabalhou-se com: cotidiano, sociabilidade, identidade, território, hierarquização e inferiorização, invisibilidade e visibilidade e sofrimento ético-político. Ainda, pode-se resgatar a construção do gênero e da sexualidade ao longo da história, o sistema cis heteronormativo como um sistema de opressão e inferiorização, a materialização do preconceito em violências, diferenças de acessos, do trabalho e de renda. Também, o surgimento do protoativismo e do ativismo no mundo e no Brasil. Dessa forma pode-se concluir o capítulo com as seguintes considerações:

- Gênero e sexo são independentes, andam juntos e nem sempre são “harmônicos”, Tanto o gênero quanto o sexo estão inseridos em uma materialidade de corpo, estão inseridos em uma teoria social e possuem história. Gênero e sexualidade são instáveis e estão sendo constantemente produzidos de maneira dialética a partir da construção das relações sociais e da interação entre ser humano e natureza. Não sendo assim fixas

nem imutáveis, passando pelo modelo único, do dimorfismo radical e da diversidade sexual. Ainda, possuem significados diversos ou ocupam diferentes lugares na hierarquia sexual ao longo da história e das diferentes sociedades. Há inclusive gêneros étnicos que existem somente em determinada localidade e tempo histórico como Two Spirits na América do Norte, Muxes no México, Fa’Afa’ines em Samoa, Hijras no sul da Ásia, Sekreta em Madagascar, Mahu no Hawaii, Leiteis ou Fakaleitis no Tonga, Banka nas Filipinas e Travestis no Brasil e América do Sul são identidades de gênero étnicas ou regionais.

- Patriarcado, cissexismo e heterossexualidade compulsória como sistemas de opressão fruto de construção histórica que hierarquiza corpos e naturaliza esse sistema a partir do preconceito que corpos LGBTI+ desde a mais tenra infância até a velhice, sendo as primeiras instituições normatizadoras a família e a escola. São vistos como corpos abjetos que são colocados para viver às margens e são propensos a sofrerem violência (principalmente psicológica, física e sexual) e mortos. Inclui-se a essa informação a infância e adolescência tendo em vista que no estudo do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, constatou-se que 37% das travestis e 34% das mulheres trans saíram de casa antes dos 15 anos. Isso é materializado nos dados produzidos pelo Observatório de Mortes e Violência contra LGBTI totalizando entre 2000 e 2021, 5.362 (cinco mil e trezentas e sessenta e duas) pessoas morreram em função do preconceito e da intolerância de parte da população e pela Antra registrou-se que 912 pessoas trans e não binárias foram assassinadas de 2017 a 2022.
- Há a intersecção entre gênero, sexualidade e raça/etnia e classe social. Benevides (2023) constatou que dentre as vítimas de assassinato em 2022 das pessoas trans 54% eram mulheres trans ou travestis profissionais do sexo e 79,8% eram negras. No estudo do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, constatou-se que as mulheres trans e travestis eram as que possuíam menor escolaridade e vínculo de trabalho mais precarizado, não possuindo vínculos de trabalho em relação às pessoas não binárias e transmasculinos. E ainda, comparando com o grupo de cisgêneros constatou-se que

esses estão em classes sociais mais elevadas do que as pessoas transsexuais e não binárias.

- O gênero explica as relações de desigualdade ante o modo de produção capitalista: Toda construção, produção e expressão humana é trabalho. Quando consciente, pode ser trabalho concreto pelo seu valor de uso, ou pode ser trabalho alienado. Assim, a construção de linguagens, de sociabilidades, de movimentos sociais, a luta pela garantia de direitos também é trabalho.
- É no cotidiano, mediado pelas relações sociais que se constituem nos territórios que as relações de opressão, inferiorização, violência materializados e de sofrimento ético-político que podem ser nomeados como preconceito, assim como a construção de identidades coletivas e de movimentos organizados e de formas de resistência individuais e coletivos que possibilitam a construção de famílias, de redes, de tecnologias sobre o corpo, de linguagem de outras formas de produzir artes, conhecimentos e sabedoria.
- A teoria queer assim como o marxismo buscam não a assimilação ou conciliação, mas uma revolução, trazendo transformações sociais reais.]
- Há desafios também em se pensar sobre proteção social e especificidades de ciclos de vida. Como pensar em proteção social às crianças que fogem da cis heteronormatividade quando a família e a escola são os primeiros ambientes normatizadores? Como evitar que crianças e adolescentes sofram violências e sejam expulsas de seus lares na mais tenra idade? Ou como protegê-las para que não fiquem nas ruas mas em serviços de acolhimento adequados? Como garantir o direito à vida sexual às pessoas idosas? Como evitar que pessoas idosas que fogem da cis heteronormatividade tenham que “voltar ao armário” por não terem mais como se sustentarem e dependerem financeiramente ou de cuidados de sua família de origem

que não aceitam sua identidade de gênero ou sexual? Como garantir que as pessoas trans em sua vida e morte tenham seu nome social e identidade de gênero garantidas?

No próximo capítulo será discutida a categoria experiência a partir das entrevistas realizadas.

CAPÍTULO II - EXPERIÊNCIA E HISTÓRIA DAQUELES QUE “VÊM DE BAIXO”.

2.1 CONCEITUAÇÃO TEÓRICA

Thompson e Portelli trabalham na perspectiva de experiências pessoais, considerando que toda pessoa possui história, independente de quem ela seja. E a partir de sua história e experiência, conta-se não somente uma vivência individual, mas coletiva também. Todos são indivíduos sociais (Netto, 2012). Thompson, se debruçou a conhecer o cotidiano dos trabalhadores ingleses, conhecendo seus hábitos e sua cultura por meio da história oral e da experiência de campo, compreendendo assim o significado dos eventos vividos pelos “que vêm de baixo”, tornando científico não somente os registros escritos, mas a oralidade também.

A “experiência”, como termo, adquiriu ao longo do tempo diferentes sentidos a partir de abordagens distintas (filosóficas, hegelianas, kantianas, dentre outras). Essa dissertação busca utilizar a categoria de análise “experiência” a partir da compreensão materialista histórico-dialética, ou seja, na perspectiva marxista. Lombardi (Magalhães; Tibira, 2018) afirma que o sentido termo experiência aparece ao longo das obras de Marx e Engels, que apesar de não ser um conceito fundamental para a teoria do conceito marxista é utilizado ao longo das obras a partir do conceito filosófico, como referência ao mundo empírico e como forma de apreender o mundo sensível. Com relação a filosofia alemã, por exemplo, enquanto os hegelianos estavam divididos entre uma interpretação politicamente conservadora, e enquanto aqueles de esquerda ou jovens hegelianos que tomavam Hegel em seu sentido revolucionário, mas ainda atacando a base filosófica da religião para sabotar a base do Estado Corrupto e despótico Marx e Engels estavam envolvidos com a realidade dos trabalhadores fazendo profundas reflexões críticas sobre a situação da classe trabalhadora e as contradições existentes no capitalismo e sobre questões materiais como o roubo da lenha. Estudaram e analisaram a realidade concreta alemã, as contradições das relações da propriedade privada e das produção capitalista, analisaram as bases materiais da sociedade burguesa, a natureza e função das classes sociais e do Estado político. Em ideologia alemã por exemplo, criticaram o idealismo e o materialismo da filosofia alemã e propuseram o materialismo histórico e dialético, o entendimento da determinação material em termos ontológicos, colocando a

primazia da realidade material e das relações reais entre os seres humanos. Romperam com a aparência, com o imediato, com discursos e as ideias, mas partiram do processo real da produção da existência, focando em como os seres humanos produzem a vida material, suas relações de produção e forças produtivas, entendendo que elas condicionam a vida social. E foi pela via empírica (pela experiência) que eles buscaram entender as relações dos indivíduos reais, suas ações e condições materiais de existência e assim compreender como os seres humanos produzem sua existência (Magalhães; Tibira, 2018). Ainda, a ideologia e as representações produzidas pelos seres humanos partem de experiências vividas através de seus órgãos sensoriais e processadas pelo cérebro, partindo assim, do concreto.

Lia Tibira (2018) resgata que para compreender a realidade é necessário compreendê-la na totalidade, a partir de um concreto que é síntese de múltiplas determinações, captando as mediações, contradições e particularidades dos processos sociais forjados em um espaço/tempo economicamente e culturalmente determinados, e ainda pontua que as experiências de classe se situam em um diversificado e contraditório mundo do trabalho, devendo ser ampliado o conceito de classe trabalhadora incluindo nela diferentes grupos como homens e mulheres que desenvolvem atividades subalternas ou povos originários, compreendendo que ela possui uma formação cultural e econômica e que luta por valores. Ao lançar luz a singularidade dos seres humanos e suas particularidades no trabalho, cultura e formas de conceber o mundo é possível desvelar os processos de produção social da existência humana que provocam mudanças no ser social e originam a experiência modificada. Ela é determinante ao exercer pressões sobre a consciência social existente, propor novas questões e servir de material para que se desenvolvam exercícios intelectuais mais elaborados. A autora então, nos instiga a desvelar empiricamente a materialidade do econômico e do cultural na tessitura das relações sociais (Magalhães; Tibira, 2018).

As experiências de classe são diversas e ocorrem não apenas no ambiente de trabalho assalariado ou nos movimentos sociais como sindicatos e partidos, mas se manifestam nos mais diversos territórios e em qualquer instância das relações sociais (Magalhães; Tibira, 2018). Assim, quando se fala da experiência, entende-se aquela vivida, percebida e modificada a partir das condições objetivas/subjetivas dos processos históricos estruturados, vinculada à vida material e moral da sociedade da qual se está inserida e é transmitida por

meio da linguagem; remete-se à sua natureza, transmissão e incorporação por meio da memória social, coletiva e selecionada. Assim, produz uma memória coletiva de classe, reconhecendo a “identidade coletiva” (Magalhães; Tibira, 2018). Dessa maneira, trazer as experiências das pessoas LGBTI+ e de suas/seus familiares é resgatar vivências de uma parcela da classe trabalhadora.

Há diversos modos de produção da existência humana, por exemplo, quando indivíduos diferentes têm experiências vividas a partir de marcos sociais (pessoas, grupos, lugares, datas), a experiência passa a ser vivida de modo coletivo, ocorrendo registros de memória que são transmitidos por meio da linguagem. Assim, a partir da experiência histórica de determinados acontecimentos vividos diretamente, passa-se a construir a memória social coletiva formando assim uma consciência histórica. Livia afirma que a experiência inclui respostas mentais e emocionais dos sujeitos aos acontecimentos concretos. Essas experiências duram na memória social/coletiva de acordo com necessidades, acréscimos e interesses. Essas experiências históricas interferem no modo dialético entre passado e presente das sociedades. Quando transmitidas as experiências, servem de lições e aprendizados de como foram atendidas determinadas necessidades. Assim, ao dizer que “os homens fazem sua própria história, mas não o fazem como querem” e que “[...] a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”, Marx fala sobre as condições estruturais que determinam as experiências sociais, não sendo elas descoladas, mas dependentes das condições históricas, sociais, econômicas e culturais que determinam as experiências sociais. (Magalhães; Tibira, 2018).

Para Portelli, a oralidade é uma ferramenta de transmissão de narrativas e conta menos sobre a precisão dos eventos, mas mais sobre os significados que eles carregam. “Não conta apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e agora o que pensa que fez” e estão ligados a uma memória e uma consciência não somente individual, mas coletiva. Assim, por meio de uma narrativa, conta-se a vivência de muitas, muitos e muitas. Remete-se à memória e ao imaginário coletivo. Transmite-se reminiscência, ensinamentos e valores por meio de histórias narradas, fábulas e cantigas. Vale também pontuar que a história oral nem sempre traz a precisão dos fatos, mas o significado que eles têm/tiveram.

Entretanto, a história oral não é imparcial, mas perpassa pela atuação e entendimento do pesquisador. Lima e Martinelli (2019) pontuam que a entrevista na história oral é revelar vivências ocultadas e/ou silenciadas pelos discursos dominantes e vinculados à reprodução de uma sociedade de exploração. Assim, a história oral é uma opção política de compromisso com a voz excluída do discurso oficial, assim, possui determinações políticas marcantes na história oral. O uso da história oral como método implica um compromisso ético-político com quem a utiliza, havendo responsabilidade do/a pesquisador/a de retornar o documento da história coletada para o/a sujeito/a participante para conhecimento e validação.

Para Neusa e Martinelli:

A metodologia da história oral tem se mostrado particularmente importante e vincula-se ao reconhecimento da dimensão subjetiva como componente da realidade a ser considerado e à possibilidade de se trabalhar com o registro da história do tempo presente, a partir de sujeitos que vivem intensamente os processos pesquisados, retrocedendo ao tempo da memória. Histórias serão conhecidas se contadas. Assim, trajetórias podem ser reconstruídas, um evento e seu significado conhecidos, ou apreendidas diferentes perspectivas de um tema a ser estudado. Trabalhar com a história oral abre possibilidade para novas perspectivas, que articulam presente e passado, memória e história, objetividade e subjetividade, verdade do fato e significado social (Lima; Martinelli, 2019, p.109).

A própria história das travestis ou do movimento LGBTI+, suas estratégias e memórias são passadas muitas vezes por meio da transmissão oral, sendo registrada academicamente agora, quando Megg Rayara, Leticia Nascimento e outras, passam a ser as primeiras a acessarem o espaço acadêmico, mas até então eram transmitidas essas vivências, e muitas ainda são, por meio da oralidade. Diversos fatos sobre o movimento LGBTI+ abordados no capítulo I como as estratégias das mulheres travestis durante a ditadura militar, as manifestações e o surgimento dos movimentos organizados são memórias coletivas que chegam até nós.

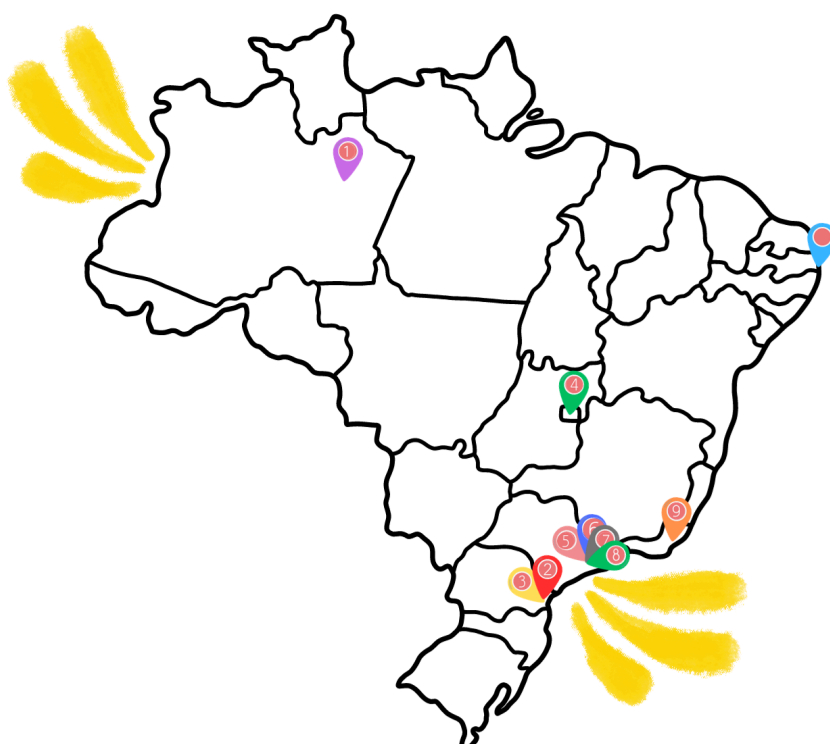
2.2 CONSTRUÇÃO DA PESQUISA EMPÍRICA

Assim, essa pesquisa contou com 10 sujeitas e sujeitos participantes que socializaram suas vivências, experiências e reflexões, mas que carregam com suas histórias que

representam multidões. A seleção das participantes não foi aleatória, mas pensada a partir dos objetivos da pesquisa. Entrevistei Silvia, Bob, Bruno, Athena, Joycee, Samara, Karen, Janaina, Neno e Jéssica Juliana. Pessoas de diferentes regiões do Brasil, usuárias, trabalhadoras e gestoras de diferentes instâncias (municipal, federal ou estadual). Cada um dos participantes trouxe a partir da oralidade (linguagem) sua experiência, ou seja, sua vivência como um ser social, relacional, com vivências fruto das condições materiais, concretas e pautadas no real. Assim contaram para mim como produzem sua existência, suas relações de produção e forças produtivas.

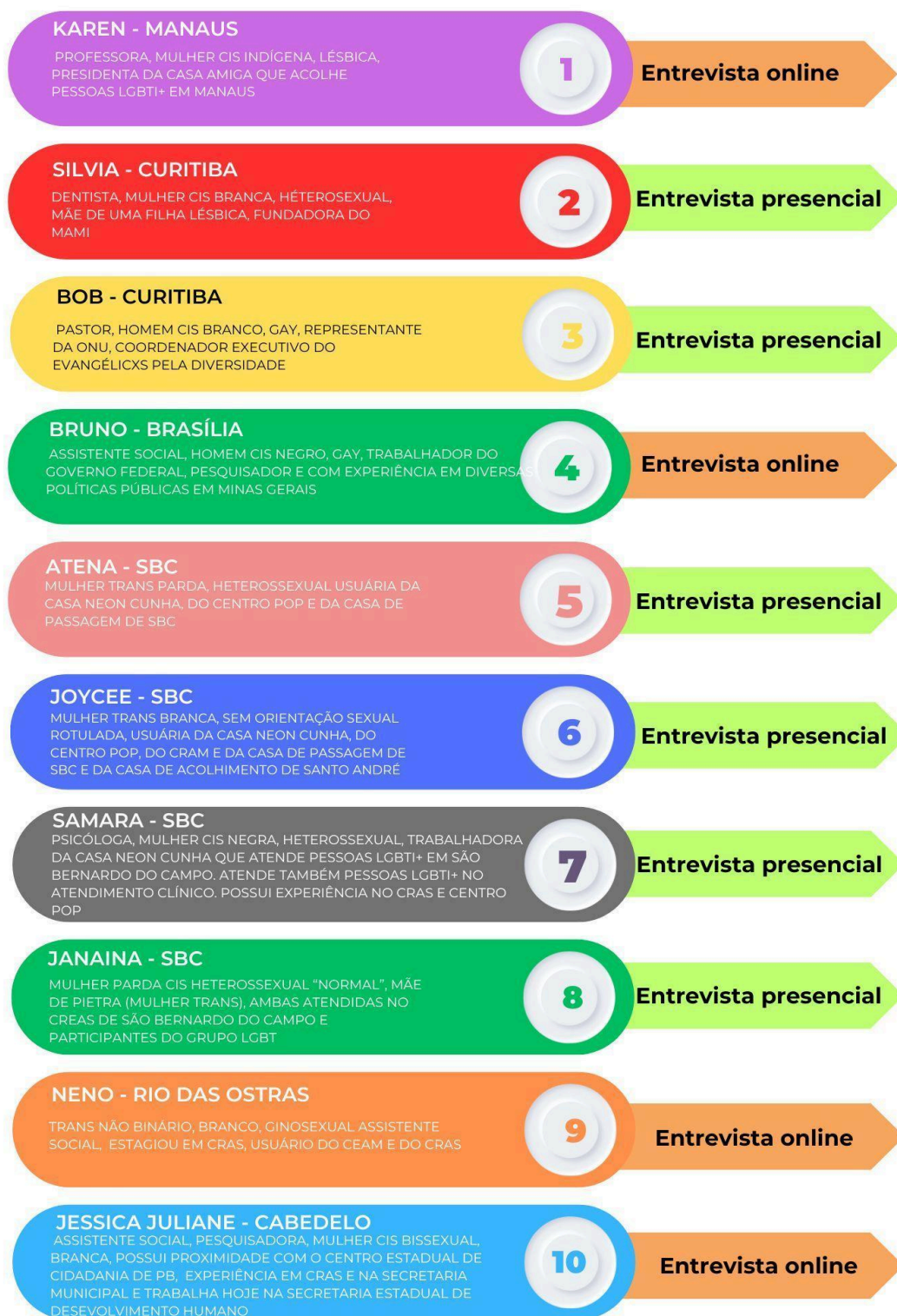
Figura 2 - sujeitas²⁹ participantes

SUJEITAS PARTICIPANTES



Fonte: Elaboração Própria

²⁹ Colocado no feminino pela maioria das entrevistadas utilizarem o pronome feminino

Figura 3 - Informações sobre as sujeitas participantes

Fonte: Elaboração Própria

Nas entrevistas realizadas foi pensado o seguinte roteiro a luz dos objetivos da pesquisa:

1-Breve apresentação da pesquisa e pesquisadora:

2-Apresentação do sujeito participante:

Nome:

Idade:

Você se identifica como pessoa cisgênero ou transgênero?

Qual sua identidade de gênero?

Orientação Sexual:

Raça/Cor:

3- Quem é você (de forma mais ampla), qual sua trajetória de vida? Quais as redes de proteção (ou quem) você identifica ao longo da sua vida?

4- De alguma forma sua história se encontra com a Política de Assistência Social? Se sim, quando/como?

5- De alguma forma sua história se encontra com o grupo LGBTI+? Se sim, quando/como?

6- De que modo você compreende que o grupo LGBTI+ dialoga com os conceitos de riscos, vulnerabilidades e violências?

7- Você sabe o que a Política de Assistência Social deve garantir? De que modo você compreende que esses direitos socioassistenciais chegam ao grupo LGBTI+?

A Política de Assistência Social, conforme a NOB/SUAS 2012 artigo 4º possui como objetivo assegurar as seguranças:

I -acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial,

II- renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

III - convívio ou vivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional

IV- desenvolvimento de autonomia

V- apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

9- Você enxerga que a Política de Assistência social tem sido eficiente para atender a demanda da população LGBTI+?

10- Diante da sua trajetória de vida, você tem sugestões de como a Política de Assistência Social poderia ou deveria aprimorar a proteção social às pessoas LGBTI+?

11- Gostaria de escolher outro nome para fins de anonimato? Se sim, qual?

Antes da realização da primeira entrevista, o instrumental foi testado e feitas adaptações para chegar no modelo apresentado acima. Entretanto, com a particularidade de algumas entrevistas, ao final, algumas foram mais fidedignas ao roteiro, enquanto outras tomaram caminhos distintos, que foram mantidos por respeito à narrativa dos entrevistados.. Alguns falavam mais e com uma pergunta desdobrava-se um grande diálogo que tornavam ricas, detalhadas e extensas narrativas, outros, respondiam de forma mais direta e era necessário fazer perguntas intermediárias entre elas. Vale pontuar também como, ao realizar a devolução da entrevista transcrita para apreciação do sujeito participante ver a reação que cada um teve alguns se sentiram super orgulhosos, enquanto outros perceberam que falavam muitas gírias ou fizeram a entrevista de forma muito coloquial.

Enquanto entrevistadora, antes de realizar as entrevistas senti insegurança, porém, com o resultado alcançado, senti imensa satisfação e proximidade com as pessoas

entrevistadas. Vislumbrei diferentes realidades e trajetórias e me senti, ao final, honrada por ser tratada com tamanho carinho nesse processo. Também trago à luz de como outras pessoas, que estavam na Casa Neon Cunha, expressaram o desejo de serem entrevistadas. Uma delas, no dia que fui levar a transcrição de Samara, Joyce e Atena falou: “Sabe a principal coisa que você pode fazer por nós? Conseguir emprego pra gente.” Então deixo essa fala aqui registrada, amplificando essa voz e esse pedido.

Vale pontuar que algumas pessoas chegaram a ser convidadas, mas não concretizaram, sendo respeitada a vontade individual do/a sujeito/a. Sinceramente, encontrei algumas dificuldades de acessar cidadãos/ãs usuárias/os de outras regiões, sendo mais fácil acessar gestores e/ou profissionais. Dessa forma, os usuários/as entrevistado/as ficaram concentrados/as principalmente no Sudeste. Também como limitação da pesquisa, as pessoas entrevistadas estavam principalmente em grandes centros urbanos, impossibilitando captar mais a fundo particularidades como a vivência e experiência na zona rural. Também, todas as pessoas entrevistadas eram pessoas adultas, com idade entre 18 a 59 anos, ainda que esse recorte não tenha sido um recorte proposital. Há ausência de sujeitas e sujeitos com mais de 60 anos ou menores de 18 anos, que com toda certeza enriqueceriam muito a pesquisa. As entrevistas apontaram elementos fundamentais que responderam aos objetivos desta dissertação.

Ao me contarem suas trajetórias, e como se aproximam da comunidade LGBTI+, nas narrativas aparecem diversos elementos apresentados no capítulo I e que vale a pena serem resgatados. Assim, trarei aproximações dessas falas fazendo mediações com o primeiro capítulo.

2.3 SUJEITAS/OS PARTICIPANTES E SUAS TRAJETÓRIAS DE VIDA

Assim, pude conhecer quem era cada um dos sujeitos participantes e sua trajetória de vida e quero apresentá-las:

2.3.1 Karen

Início com Karen, presidenta da Casa Miga, mulher cis, lésbica e indígena, nascida em Manaus:

Meu nome é Karen Arruda. Hoje, estou presidente da Casa Miga LGBTIA+. Sou uma mulher Cis, lésbica, indígena, me considero indígena. Sou daqui, do Norte. Nasci aqui, em Manaus, Amazonas. Já morei em algumas partes do Brasil, também de fora, mas voltei pra minha terra natal, onde eu tenho muito carinho (Karen, 2023)³⁰

Karen iniciou seu trabalho dando aula na Casa, porém com a notícia que a Casa iria fechar, aceitou o desafio junto com sua esposa (na época) de geri-la:

Eu sou professora de formação. E foi assim que eu comecei esse trabalho aqui na Casa Miga, dando aulas nos finais de semana, até que veio a questão, né? Da fechar a Casa, né? Iriam fechar a Casa por não ter mais condições de continuar. E foi quando eu e minha esposa na época entendemos que não tinha como a gente aceitar assim, fácil, vamos fechar sem pelo menos tentar alguma coisa, né? Então basicamente a gente se dispôs a tentar, né? A gente não tinha experiência com o trabalho, assim, não estar à frente e entender como funciona tudo isso, mas a gente se dispôs, né? Já que ia fechar, vamos tentar pelo menos ver o que acontece. E estamos aqui, mais de dois anos depois (Karen, 2023).

Assim que aceitou estar à frente do projeto, buscou apoio e capacitação. Nesse processo ela encontra, então, seu propósito, estando este ligado com sua história de vida e com sua vivência na infância e adolescência:

Quando a gente começou o processo de estar à frente da Casa Miga, a gente não tinha muita experiência, mas aí eu corri atrás, né? (...) Foi quando eu fui convidada na verdade pra participar de um curso do Instituto Amani aí de São Paulo, né? E eu participei da Fis Nove, se eu não me engano, em 2021. E tive a R. como mentora. Então assim, ela me ajudou muito nesse processo de entender o que eu estava fazendo e aí eu volto [para Manaus], né? Porque eu acho interessante que ela conseguiu extrair de mim assim, o porquê, né? De eu estar aqui. Não só porque eu quero, mas é muito além disso, né? **Então foi quando eu realmente parei pra refletir de que eu cresci vendo minha mãe acolher pessoas dentro de casa, né? Então ela acolheu minhas tias, minha tia lésbica em relacionamento com uma mulher quando meu avô lá expulsou de casa, minha mãe a acolheu dentro de**

³⁰Nas entrevistas serão mantidas palavras, conjugações ou flexões utilizadas na linguagem oral de forma proposital, tentando preservar os recursos orais como a “velocidade da narração” buscando apreender o significado das oscilações, velocidade e intenção do narrador. A linguagem é portadora de significados assim o tom, a pausa, o volume e ritmo carregam implicitamente significados e conotações sociais irreproduzíveis na escrita como a notação musical. A transcrição, inserção de pontuações e pausas quase nunca coincidem com os ritmos e pausas dos sujeitos falantes confinando o discurso dentro de regras gramaticais e lógicas não necessariamente seguidas por ele (Portelli, 1997).

casa. tinha, sei lá, uns cinco anos de idade, e cresci com as duas ali. Então sempre foi algo muito comum pra mim. Ao mesmo tempo, depois o meu tio quando saiu do armário, né? Se entendeu um homem gay também foi expulso da, de casa e minha mãe acolheu também. Nessa época a gente não morava mais em Manaus, a gente morava em São Paulo. E também lembro de várias pessoas que acabaram indo pra São Paulo, minha mãe acolhia dentro de casa. Então, essa questão do acolhimento eu entendi que era algo muito natural pra mim, né? Então isso faz todo sentido pra mim hoje: estar trabalhando com algo que eu cresci vendo, entende? Tive o privilégio de minha mãe sempre me acolher. Minha mãe nunca me expulsou de casa ou nem chegou perto disso, né? Claro que ela teve as questões dela de entender, de tentar compreender mas nada perto do que meus tios passaram, do que, né? Do que as pessoas que passam por aqui já sofreram e viveram. Então é um lugar de muita empatia, assim sabe? Eu nunca passei, mas eu vi pessoas muito próximas minhas passando, né? Pra mim, isso faz muito sentido. Ao mesmo tempo, né? (Karen 2023)

Nessa fala é possível aprender como sua mãe agiu de forma protetiva e como rede de apoio para outros familiares e outras pessoas que necessitaram de apoio, dentre elas, pessoas LGBTI+. Ela complementa pontuando a vivência familiar de sua ex-esposa, também testemunhando o acolhimento de outras pessoas em sua casa, por conta da mãe dela.

Eu sempre gosto de falar porque eu e minha ex-esposa, a gente começou isso junto, então ela também tem esse histórico aí de acolhimento dentro de casa, né? Da mãe dela. Então tudo fez muito sentido, né? De ainda a gente tá aqui, a gente ainda trabalha junta, a gente ainda tá por aqui. Então, tudo isso faz muito sentido pra mim, né? Do porquê que a gente está aqui mais de dois anos depois, sabe, é instinto mesmo é vem do instinto, eu acho, que não tem um curso que nos ensine isso, sabe? (Karen, 2023).

Na história de Karen, chama a atenção, a forma como ela abraça a Casa Miga no período da pandemia entendendo o papel e a importância que a ONG já possuía, arriscando gerenciar a ONG para que ela não fechasse. A partir dessa decisão, ela pode não somente mantê-la aberta, mas também ampliá-la. Destaca-se também sua trajetória familiar de senso de suporte e acolhimento feito por sua mãe a outros familiares, além de outras pessoas, e como a partir de sua vivência isso se tornou algo natural e vocacional para si. Elas, ao contrário de muitos e muitas, não tiveram seus vínculos familiares quebrados por conta de sua sexualidade, evidenciando como, a partir desses vínculos, puderam apreender sobre acolhimento e que se refletiu em sua missão a partir da Casa Miga de realizar a mesma ação para outras pessoas, sendo um local de apoio e amparo para pessoas que têm essa mesma possibilidade. Se evidencia também o papel da sua ex-companheira, que entrando juntas nesse projeto, compreendeu a importância dele. A experiência da Casa Miga e a visão de Karen

sobre a Política de Assistência Social e sobre o Estado serão abordados nos próximos capítulos.

2.2.3 Silvia

Silvia é uma mulher branca, cis, heterossexual, casada, possui duas filhas, com Ensino Superior em nível de pós-graduação, e que reconhece seus privilégios:

Então, eu sou Silvia Mara Camargo Kreuz, e estou com cinquenta e quatro anos. Casada, heterossexual, ciscigênero. Nós temos três filhos, eu e meu marido. Nós vivemos uma família funcional³¹ no ponto de vista da sociedade. Com suas disfunções normais de família e nós temos problemas também, quem não tem? O que que você queria saber mais.. ah eu me identifico como branca e me acho uma mulher bastante privilegiada por ter também curso superior, pós-graduação e a gente reconhece isso (Silvia, 2023).

Silvia reconhece como marco de sua vida o momento da descoberta da homoafetividade de sua filha:

Bom, eu acho que o que tem de mais relevância na minha trajetória vem justamente com a descoberta da homossexualidade, da homoafetividade de uma das minhas filhas que é ciscigênero, lésbica e, então, eu entendo que se eu fosse falar quem era a Silvia até os dezenove anos de idade da minha filha, da minha segunda filha, eu era uma pessoa, aquela famíliazinha exemplar que podia dar palestra na igreja, e depois que a Júlia se revela, então eu te falo de outra Silvia, né? Hoje eu entendo que a gente tem uma missão muito ampla, eu e minha família na sociedade. Essa missão pra nós é de afirmação da dignidade das pessoas, de todas as pessoas (Silvia, 2023).

A história da Silvia é marcada pelo seu aprendizado com suas filhas. Por uma de suas filhas a partir da sensibilização do tema de direitos humanos e do acolhimento de um amigo trans* desta, que foi rejeitado pela família. Pela outra, com sua afirmação da homoafetividade de sua outra filha.

A partir do momento que a J. revela, a gente já vinha passando por uma fase de sensibilização sobre direitos humanos, porque minha filha mais velha é professora de direito hoje, mas ela estudava (à época). Então ela ia trazendo pra nós alguns conceitos dos direitos humanos e das questões de igualdade e equidade, ela estava sensibilizando a gente. A gente tinha algum contato com essas informações e conceitos, mas viramos a chave quando a filha entrou no curso de Direito. Então, nós éramos pessoas sensíveis para muitas coisas, mas nós não éramos engajados em lutas antirracistas, anti-homofobia, a gente não tinha engajamento de luta social. A partir do momento que a L. começa a faculdade de Direito, e a J. revela homossexualidade, então eu te falo de outra Silvia. A gente compreendeu várias

³¹Vale destacar o termo “família funcional”, que será discutido em outro capítulo posteriormente.

vulnerabilidades de pessoas na nossa sociedade e a gente começou a se manifestar. Nós então nos tornamos aquelas pessoas que querem muito uma sociedade igualitária, e a partir dos nossos trabalhos, das nossas vivências familiares, a gente começa a sensibilizar outras pessoas (Silvia, 2023).

Também aponta, ao descrever quem ela é e sua trajetória de vida, um importante espaço de sua sociabilidade, a Igreja Católica. Esse pertencimento, porém, não ocorre de maneira acrítica, mas questionadora:

E aí um fato que eu acho que é relevante de falar é assim: dentro da igreja eu estou dentro da estrutura da Igreja, na Arquidiocese de Curitiba, na dimensão sócio-transformadora atuando ali dentro, questionando essa estrutura (Silvia, 2023).

Sua vivência religiosa perpassa gerações, sendo herança de sua mãe e que sua vida conjugal, sendo impactada pelo evento Jornada Mundial da Juventude³²:

Eu sempre fui católica, meu marido foi seminarista por 8 anos. Enquanto ele estava ainda no seminário, muito jovem, entrou com dez anos, não tinha nenhum discernimento, né? Então, aos dezoito ele resolveu sair, veio morar em Curitiba, a gente se conheceu. Minha mãe queria ser freira, minha mãe é uma pessoa que lê a Bíblia e evangeliza o tempo inteiro. Então, a gente tinha essa vivência dentro da Igreja Católica muito forte, mas foi em 2013 com a Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro que eu me ofereci a primeira vez pra ser catequista. Foi nesse momento de 2014 que eu comecei a me tornar agente de pastoral (Silvia, 2023).

É imersa neste contexto que Silvia estava quando recebeu a notícia da afirmação da homossexualidade de sua filha, Julia:

E aí, justamente um ano ou dois anos depois, a J. revela homossexualidade. Eu era muito juvenzinha como agente pastoral e já veio esse impacto. E aí eu falei: está bom, nós vamos viver a vida com isso como é, você vai ter namorada, você vai ter vida social, você vai viver normal! Mas por dentro me torturando: como é que é isso? Como é que vai ser isso? Mas eu falei pra minha filha: você não vai sofrer por causa disso. Eu não vou te causar sofrimento por causa disso (Silvia, 2023)

Antes da afirmação da sexualidade de J., Silvia me conta que acolheu um amigo de sua filha mais velha L., sendo esse encontro muito impactante em sua vida:

[...] uma pessoa, que é um homem trans, que foi colega de faculdade da minha filha mais velha. E esse homem trans ainda estava aqui cursando Direito, com uma

³²A Jornada Mundial da Juventude surgiu a partir de um encontro mundial instituído pelo Papa João Paulo II em 1984 e promovido com esse nome a partir de 1985. Esse encontro ocorre a cada 3 anos, cada vez sediado um país diferente. Busca trazer o protagonismo dos jovens e também é encontro para mostrar o poder da Igreja, mostrando “ao mundo o testemunho de uma fé viva, transformadora e a mostrar o rosto de Cristo em cada jovem.” (Canção Nova, sem ano)

identidade feminina, com um nome feminino, fazendo Direito aqui na federal do Paraná. E essa pessoa, sofria muito, tinha muitos problemas psicológicos, psiquiátricos, e a minha filha pediu pra gente cuidar, pra gente estar junto porque ele não tinha família aqui. Então, eu conheci uma mulher com muito sofrimento, com ideação suicida, que foi internada por uma tentativa e eu e a L. éramos o apoio dessa pessoa. (...) Ficou sob nossos cuidados quando teve alta hospitalar. Essa pessoa tinha um sofrimento tão grande que quando a J. revelou alguns anos depois, acho que uns quatro anos depois, eu já estava consciente do que a sociedade faz. Hoje eu entendo, essa pessoa foi um anjo que passou pela minha vida, que em um determinado momento parecia que ela era uma pessoa frágil que eu deveria cuidar. E depois eu percebi que na verdade ela veio para que eu melhorasse. Então, não era só ele que precisava de mim, eu também precisei dele por antecipação, sem saber. (...) Aprendi muito com ele, eu trato sempre no masculino, é um homem feliz dentro das suas dores, é um homem que está bem, que está funcionando muito bem, um mestre em Ciências Políticas. É uma pessoa que tem uma vida maravilhosa, tem uma namorada maravilhosa (...) E eu já agradei a ele muitas vezes o fato de ele ter me preparado pra minha filha. (...) ele me preparou pra que quando a J. falou eu disse assim “nossa eu não posso cometer nenhum deslize com a J.”, porque eu não quero esse sofrimento que eu já vi em outra pessoa, não quero esse sofrimento para a minha filha, né? Foi uma grande experiência (Silvia, 2023).

Silvia afirma que sua vivência e a de sua filha foram totalmente afetadas no ambiente religioso, a partir do momento que J. revelou sua sexualidade. Porém, ela já agiu de forma precavida, compreendendo que a vivência da religiosidade de sua filha não deveria ser afetada pelo que outras pessoas falassem:

Na hora da revelação, eu falei “tá tudo bem”, só que, como a gente convivia muito com o pessoal da igreja, eu falei “olha só que tem uma coisa eu acho que o povo lá da igreja vai fazer você pensar que você não é digna de chamar Deus de pai. Mas nunca duvide que Deus te ama, que você é filha de Deus, essa dignidade ninguém pode tirar de você (Silvia, 2023).

Chamá-la de digna de ser filha de Deus, e que Deus a amava, foi também uma ferramenta utilizada por Silvia para reafirmar o valor de sua filha e seu apoio e cuidado com ela. Em uma linguagem religiosa dizer que alguém não é digno de ser chamado filho de Deus, ou que não é digno de chamar Deus de pai, significa que a pessoa está “em pecado”, e que ela cometeu algum erro estrondoso, ou sendo ela mesma um erro que a envergonha. Assim, é também uma forma de diminuir, segregar e fazer uma diferenciação a alguém.

Thompson afirma que “as fontes orais contam-nos não apenas o que as pessoas fizeram, mas o que queriam fazer, o que acreditavam estar fazendo e o que agora pensam que fizeram” (Portelli, 1997, p.31). Quando Silvia me conta sobre o momento que sua filha afirma sua sexualidade, diz:

Ao mesmo tempo que eu sabia que ia ter alguns enfrentamentos e, além disso, eu acho que uma coisa assim que eu fiz, que eu fiz muito errado, foi que falei “olha, você é filha de Deus, Deus te conhece, sabe que você é assim, te ama sim, mas a única coisa que eu vou te alertar é que eu não aceito a promiscuidade”. **Isso, quer dizer, eu comecei pensando "eu não posso cometer deslizes e já cometi porque eu nunca falei isso pros outros filhos, né? E falei só pra filha lésbica".** Então, isso é uma coisa que a gente traz que é essa homofobia estrutural, né? Esse moralismo, que é colocado na nossa cabeça desde criancinha e que a gente comete esses deslizes (Silvia, 2023).

Nessa fala, Silvia traz **o que ela disse** “e uma coisa assim que eu fiz, que eu fiz muito errado, foi que falei “olha, você é filha de Deus, Deus te conhece, sabe que você é assim, te ama sim, mas a única coisa que eu vou te alertar é que eu não aceito a promiscuidade”. **O que acreditava estar fazendo** que era não cometer deslizes e **o que hoje pensa que fez**³³ “eu acho que uma coisa assim que eu fiz, que eu fiz muito errado” e “já cometi, porque eu nunca falei isso pros outros filhos, né?” e ela ainda compreende o porquê que ela agiu dessa forma: “Então, isso é uma coisa que a gente traz que é essa homofobia estrutural, né? Esse moralismo, que é colocado na nossa cabeça desde criancinha e que a gente comete esses deslizes.”

Ela ainda pontua que vive um processo constante de desconstrução da educação hegemônica e de aprendizado:

Então, eu acho que tudo é aprendido, em todos os aspectos a gente tá sempre crescendo. Talvez aqui hoje eu te fale alguma coisa inadequada, que eu precise aprender, que eu precise melhorar, entendeu? E acho que é isso, a gente estar aberto pra entender que a gente tem falas inadequadas porque a gente foi criado assim. A nossa estrutura é a influência do meio que a gente tá aí. (...) Então eu sou essa pessoa: eu me estruturei numa moral idiota, lá atrás, de achar que só as pessoas LGBTQs vão ser promiscuas, né? Os hétéros não vão ser e é ridículo isso. Mas eu acho importante eu dar esse testemunho (Silvia, 2023).

Então, várias conversões³⁴, nós fizemos várias conversões pra chegar num ponto que eu acho que hoje a gente é muito maduro e muito mais feliz. As pessoas se enchem de amarras e quando se soltam delas vão se tornando pessoas mais autênticas e mais felizes (Silvia, 2023).

E para ela há uma intencionalidade em contar essa experiência:

³³Essa análise está pautada em Portelli: “Nas fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez.” (Portelli, 1997, p.31)

³⁴Fazer várias conversões, significa que ela foi mudando a compreensão sobre o divino e foi mudando sua religiosidade. Assim, ao afirmar que realizou várias conversões se soltando de amarras, significa que ela foi rompendo com algumas certezas religiosas que ela possuía que a limitavam (seja por medo ou culpa).

Eu falo isso [de falar para sua filha não ser promiscua] sempre em todos os lugares que eu vou, pra que as mães que fizeram alguma coisa assim não se sintam tão culpadas, já me desculpei com minha filha, ao mesmo tempo eu entendo que a gente precisa declarar isso e dizer assim, por que só a lésbica (Silvia, 2023).

Apesar de ter tido uma atitude de acolhimento, Silvia pontua que passou por processos de dúvidas e questionamentos:

Mas depois da revelação, sozinha comigo mesma, eu comecei a pensar, questionar, aí, mas será que é pecado mesmo? Será que eu tô fazendo as coisas certas de acolher, será que é imoral, é uma escolha?, então eu precisava compreender. Mas essas dúvidas eu trabalhei comigo e não jogando na cara dela algumas coisas. Então, na minha intimidade, teve uma fase de superação e sentimentos, numa fase de buscar conhecimento, de superar ignorância, fui fazer pós-graduação em Sexualidade Humana. Eu fui buscar conhecimento (Silvia, 2023).

Pergunto para ela então se ela conseguiu conversar com outras pessoas sobre essas dúvidas e questões e ela me responde:

Então, assim, num primeiro momento, eu conversei com o pároco da nossa igreja e ele falou que eu estava certa em acolher minha filha, tudo bem, mas minha filha estava em pecado. Depois de um tempo, uma amiga me chamou pra fazer uma formação que um padre do Rio de Janeiro estaria dando aqui, em Curitiba, na PUC. E aí, esse padre me deu as respostas. Nesse dia, eu obtive as respostas que eu precisava: de que a interpretação da Bíblia tem que ser trazida para o conhecimento que nós temos hoje. A ciência ilumina a nossa interpretação. Então a Palavra, a Bíblia, é um guia para a nossa vida, mas se a gente traz junto com a ciência, então a gente vai trazer nova interpretação, para os nossos tempos. (...) Então para aquele tempo lá atrás, em que a Ciência não tinha se desenvolvido, falar de homossexualidade no tempo que Jesus viveu? Não existia a palavra homossexualidade, não existia o conceito. Existiam pessoas que amavam pessoas do mesmo gênero, existiam pessoas que não... Então, com certeza conviveram com Jesus também. Jesus nunca falou uma palavra sobre um homem que se deitasse com outro homem, Jesus nunca falou uma palavra. Então, aí, esse padre veio e falou tudo isso pra mim, eu: uau! Foi transformador pra mim e pra todas as pessoas que estavam lá. E nesse dia, eu chorava muito na plateia, as pessoas até ficaram cuidando de mim porque eu tive um gatilho emocional fortíssimo. Porque foi o dia que eu consegui botar pra fora toda aquela energia que estava guardando e que me causavam angústia... as minhas dúvidas, minhas inseguranças, incertezas e eu sendo forte, e eu conversando com o pessoal da comunidade, conversando com a minha filha, de repente o padre vem e fala: olha, esse texto bíblico tá sendo interpretado errado, o correto é isso! Ele trouxe vários versículos bíblicos pra explicar. (Silvia, 2023)

Nessa fala é possível apreender também que não há um único entendimento religioso católico sobre o assunto, pois é uma pauta em disputa. A vivência de Silvia e sua filha, J., também é marcada por violências, tratamento de silêncio e exclusão no ambiente religioso:

E a partir daí a gente começa uma nova caminhada e percebe que a **igreja é terrorista com pessoas que querem acolher a diversidade. Estou falando de qualquer diversidade.** Se a gente fala de diversidade religiosa, a Igreja também tem uma ala muito conservadora que não quer diálogo, então a gente vem com várias demandas né? Minha filha mais velha é umbandista. Então, veja, depois de tudo isso, quando ela veio me falar “sou umbandista”, ok. Nós já estamos muito bem com essa pluralidade, mas não estaríamos lá atrás (Silvia, 2023)

Nessa paróquia não [me encontro mais]. Não, porque eles se reuniram, foram até uma catequista que era coordenadora e pediram para me tirar porque eu seria uma má influência, né? Sendo que eu não ia pra igreja com símbolos da diversidade, eu ainda não era militante. Eu não ia com símbolo nenhum, eu só falei para umas pessoas amigas que a minha filha ia ter o direito de ter uma namorada e ia ter o direito de conviver socialmente com a gente, mas isso deixou eles com muito medo. **Eles acharam que eu seria uma má influência para os jovens e eu senti esse clima, ninguém vinha de fato falar pra mim, mas você sente quando o clima vai ficando hostil, né? As pessoas fundamentalistas são especialistas em fazer quem é diferente se sentir mal. Aí quando nós vimos que não dava mais, a gente foi se retirando devagar de uma atividade ou outra que a gente fazia.** Teve um momento bem chato, assim, que eu ainda não estava identificando isso e que a J. foi fazer um momento com um grupo de adolescentes e ela cantou uma música para em uma formação que eu estava dando sobre amizades. Eles amaram ela. Diziam que ela tinha que ir toda semana, todo sábado na verdade. Quando nós saímos de lá, um menino do grupo sabia que ela era homossexual e falou, mas eu não sabia. **E depois, durante a semana, eu conversando no grupo que eu era monitora, ninguém respondia minhas perguntas. Eu falei, olha, tem coisa aqui, ninguém tá me respondendo, o clima está diferente.** Quando chegou no sábado que a J. queria ir no grupo, eu falei, “ah, J., é melhor a gente não ir, tô com preguiça, vamos fazer outra coisa”F, e por fim, a gente acabou indo mais pra cumprir uma tabela e **a coisa ficou ruim e aí eu vi que no mês seguinte quando era a minha monitoria eles não me deram a monitoria. No mês seguinte que era de novo a minha monitoria, eles tinham outra desculpa e não me deram o espaço da monitoria. (...) Em dois meses seguidos, no terceiro mês eu fui no grupo e falei “olha eu estou percebendo que vocês estão diferentes, desde que a J. foi no grupo”, e falei o que eu senti.** “Então, claramente, vocês já sabem quem ela é. Vocês não estão mais permitindo que eu dê formação, eu senti isso”. **Coloquei todas as minhas desconfianças sobre as atitudes deles. Ninguém respondeu um “A” pra mim. Nada! Passou uma semana e falei “bem pelo que eu entendi encerramos aqui, né? Tá, vou sair do grupo”. E ninguém falou nada. (...) Não [nada que elas tinham feito anteriormente tinham validade], nem um mínimo respeito, uma mínima resposta, nada. Nenhuma satisfação. Ninguém falou comigo. E aí então a gente falou, “olha, é hora de sair. Não tem porque a gente ficar ali”. E a gente saiu** (Silvia, 2023).

Ela conta porém, que a relação com o padre dessa paróquia foi mantida e que a partir de conversas, a visão desse padre sobre homossexualidade mudou:

Então, voltando ao padre: no primeiro momento ele disse que eu estava certa de acolher a minha filha, mas que ela estava em pecado. Ele não conseguiu enfrentar a comunidade quando a comunidade começou a me colocar pra fora, mas ele se comunicava comigo. Então, ele mandava algumas mensagens de Whats mostrando alguns posicionamentos em relação à afetividade. E eu enviava pra ele, daí o

material que eu já estava estudando na pós, ou eu respondia com alguns artigos do padre L. , que era esse padre que veio aqui na PUC [e na concepção teológica desse padre a vivência de sexualidade dissidentes não era visto como um problema, mas com naturalidade e aceitação] e debatendo com ele. **Eu brinco que eu fiz o padre se converter. Porque ele começou daí a acolher, começou a pensar, a ler, a estudar e aí ele começava a atender mães em confissão, que falaram "eu tenho um filho homossexual", aí ele dizia: "olha, sobre seu filho eu não vou falar nada, você fala com a Silvia. Está aqui o contato dela. sobre todas as outras coisas eu te falo, mas sobre essa questão, quem pode falar melhor com você é Silvia."** Então, ele parou de falar o que ele falou pra mim, que não foi legal e mudou o posicionamento, dizendo: **"Olha, tem gente que está mais envolvida com essa temática e com os princípios cristãos, que é a Silvia, uma pessoa da nossa confiança, fala com ela."** Então veja que transformação desse padre, né? E ele fala da gente onde ele vai, ele foi transferido, chegou lá, já encontrou mães de outra cidade. Essas mães já formaram um grupo também. **Então, eu acho que é isso, eu não desisti do padre. Eu me retirei, mas eu não desisti** (Silvia, 2023).

É nesse ambiente que ela passa a criar estratégias e potência, para permanecer e transformar famílias, compreendendo "seu chamado".

Eu percebi que eu tinha um chamado muito forte pra essa militância de combate à homofobia, porque eu comecei a ver absurdos, o que a igreja fez comigo, aí eu pensava que a igreja, o que aquela comunidade faria pra pessoas LGBTs. Então eu percebi que estava tendo um chamado de missão e de militância. E aí, para trabalhar ali com aquele chamado, eu tinha que fundamentar as coisas que eu queria falar, muito bem fundamentadas para não ser derrubada no primeiro enfrentamento. Por isso eu fui estudar pós graduação em Sexualidade (Silvia, 2023).

Silvia conta que o surgimento do MAMI, Mães de amor incondicional (nome dado por sua filha L.) surge a partir do encontro de mães católicas de filhos/as/es LGBTI+:

Sem querer eu acabei por fundar esse grupo pra ajudar uma amiga que tinha uma filha lésbica, e que pensou em suicídio, a própria mãe pensou em suicídio. Fazia uns cinco anos que ela não estava bem com a filha e ela se culpava porque o marido trabalhava a semana inteira fora de Curitiba e ela achava que ela quem educou. Então, se a filha virou entre aspas lésbica é porque ela educou errado, ela se culpava muito, não falava direito com a filha e nós éramos amigas desde que as meninas eram pequeninhas e a minha filha quando revelou falou: "mãe, agora a gente precisa ajudar a L., porque elas não andam muito bem" (...) A L. e a J. são a causa de tudo. Então, a J. demonstrou que precisava de ajuda, surgiu a oportunidade de nos encontrarmos e, em um momento breve conversamos sobre isso (Silvia, 2023).

Nessa fala é possível compreender o peso da educação cisheteronormativa e a responsabilidade da família, principalmente da mãe de replicá-la. A tal ponto que quando uma filha rompe com essa estrutura, gera culpa e sofrimento na mãe, a ponto de ela pensar em suicídio. E o pai culpabiliza a mãe como pessoa responsável, cuidadora e educadora, que falhou na manutenção da cisheteronormatividade.

Sem pensar muito, eu falei pra J. que a gente devia tomar um café e conversar sobre o assunto. As mães, nós somos muitas católicas, sabe? Brinquei: **“a gente podia criar a liga das mães católicas com filhos gays, porque nós somos muitas”** e eu brincando, ela falou **“eu topo, eu quero, eu preciso”** e aí a gente tomou um café **quatro mães duas mães de lésbicas, duas mães de gays, a gente tomou um café e foi transformador, a gente dialogar sobre as nossas realidades, as nossas descobertas, as nossas dúvidas, mas os tabus... nesse café a gente não falava a palavra homossexual”**. Então a mãe diz assim, eu descobri isso, quando eu fui fuçar o celular dela. A outra disse assim, a gente convive com esse problema desde que ele entrou na faculdade. Aí eu parei pra escutar, falei **“o que? É “isso”, é o “problema”, “por que a gente não fala a palavra homossexual?”** Porque a gente tá pensando na relação sexual que nossos filhos vão ter com seus parceiros ou parceiras e a gente tá achando que é sujo e a gente acha que a gente não pode falar essa palavra. Eu nunca me preocupei com o tipo de relação que a L. tem com o noivado dela na intimidade deles. Nunca pensei nisso. Por que eu penso na relação da Júlia com a parceira dela? A gente tem que parar pra pensar que a relação não é só aquela intimidade e para até desmistificar isso, que essa relação seja suja ou errada, né? Aí eu provoquei, falei assim: **“vamos pensar que primeiro os nossos filhos vão sentir atração por alguém, vão chegar, vão conhecer, vão desenvolver um afeto e depois, como qualquer relação, pode ser que eles tenham uma relação íntima. Então, vamos pensar em homoafetividade, será que nossos filhos estão namorando?”** **No final, eu coloquei um desafio, “vamos chegar em casa hoje e perguntar: ‘Oi filho, você está bem? Você está feliz? Está gostando de alguém? Está namorando? Vamos fazer isso?’”** E elas toparam. E aí essa menina mandou uma mensagem pra minha filha dizendo: **“que milagre tua mãe conseguiu hoje porque numa conversa de uma tarde, a minha mãe hoje chegou em casa diferente, ela está olhando nos meus olhos e ela está fazendo uma pergunta que ela realmente quer ouvir a resposta. Minha mãe está diferente.”** Nisso as minhas filhas falaram **“Mãe, vocês têm que se encontrar mais vezes, porque isso foi tão transformador, numa única conversa. Vocês podem continuar se encontrando e talvez vocês possam ajudar outras mães.** Então foi especialmente a minha filha mais velha, a L. que falou: **vocês tem que criar um grupo, você tá criando um grupo de mães, e eu: “é?** (Silvia, 2023).

Ou seja, é a partir de um encontro, um local seguro de partilha, de dúvidas, de se desafiarem a romper com a cisheteronormatividade e fortalecer os vínculos com seus filhos/as/es, que surge o grupo formado por algumas mães. E desde o início já provocou aproximações como conversas sinceras com seus filhos, olhar nos olhos deles e transmitir afeto. Quando as experiências individuais são verbalizadas e partilhadas e passam a ser experiências coletivas realizando-se mediações, sai do aparente, ou do imediato, e possibilita a criação da consciência.

Ela encontra também, um grupo de católicos LGBTI+:

E aí nesse meio tempo eu encontrei nessa palestra da PUC, um grupo de católicos LGBTs. Fui apresentada pra esse grupo e aí eles já tinham um local de encontro numa igreja aqui de Curitiba, que é a Igreja Bom Jesus dos Perdões. Eu me aproximei, comecei a participar dos encontros (Silvia, 2023).

Ali, ela recebe o primeiro convite para dar palestra e, apesar de nunca ter falado sobre o assunto, ela aceita e convida uma amiga para falar sobre suas histórias e experiências com seus filhos. Nesta palestra, ela compreende que sua atuação como aliada não era somente por sua filha:

"Nessa primeira palestra que eu comecei a perceber os nossos privilégios. Então quando eu comecei a contar a nossa história e percebi que eu não estava lá pela J.. Cento e vinte pessoas na plateia e foi caindo a minha ficha assim no microfone: "Não estou aqui pela J., porque a J. tem a proteção da família, a J. tem carro próprio, ela não anda no coletivo, a J. é branca, faz faculdade, tem uma família que pode sustentar ela, não precisa trabalhar pra estudar, eu tô aqui por aquela mulher travesti/trans que tá lá na Getúlio Vargas. É por elas que eu tô aqui. Menina, mas isso foi no palco assim, sabe? Espírito Santo falando comigo. Falei, eu não tô aqui por ela, pela J.". E eu continuo não estando pela J.. A J. tá casada, tá vivendo no Canadá, ela não tá no Brasil. Não é mais pela J., nunca foi só por ela. É por ela e por todas as outras. É por quem precisa mais que a gente se movimenta na sociedade, são as pessoas trans e travestis (Silvia, 2023).

Porque de repente você pega uma lésbica bem sucedida, pouco masculinizada, entre aspas, né? Porque a sociedade vê isso também, qual a sua expressão de gênero. Então, você pega uma pessoa assim, com passabilidade na sociedade, bem sucedida, bom emprego, está se sustentando.. ah essa aí ok, ela não me incomoda. Quem é que incomoda? 'Ai um gay muito afeminado, não precisa dar pinta né?', ai tudo bem ser gay mas precisa desmunhecar? (Silvia, 2023).

Nas falas de Silvia, acima, é possível ver a hierarquização na sociedade, sendo alguns corpos de maior passabilidade e privilégios em relação a outros. Quanto mais esses corpos performaram, ou se aproximarem da cisheteronormatividade, mais próximos se encontram dos privilégios cishéteronormativos, se distanciando de outros excluídos e inferiorizados.

Em seu trabalho formativo e educativo, ela mostra que, apesar da vivência de violência e expulsão da sua paróquia de origem, onde fomentou uma transformação na visão do padre sobre o assunto dos LGBTI+, ela ainda mantém contato com essa comunidade e vem buscando realizar alguns diálogos:

Daquela comunidade, eu me retirei. Mas alguns sábados atrás, acho que tem umas duas, três semanas, eu marquei um horário com o pároco novo ali, ele sequer me conhece. Porque eles estão com várias mães de LGBTs. Três mães vieram falar comigo. E elas disseram, "Silvia, você precisa marcar com o pároco, ele tem que saber do teu trabalho", e porque esse trabalho também tá inserido na diocese de Curitiba, na arquidiocese. Então, quando eu tenho a oportunidade, eu converso com os padres. "O senhor já conhece o grupo de acompanhamento pastoral com LGBTs? Eu faço parte desse grupo." Eu fui até o padre por quê? Eles tiveram um caso de tentativa de suicídio muito cruel. Foi até hoje a pior narrativa que eu escutei, a mais violenta tentativa de suicídio. E é um menino que foi coroinha. E esse padre atendeu

a família sem saber que a tentativa de suicídio dele foi porque ele se sente homossexual. O padre não sabia. Então eu fui até ele com essa missão: vamos falar sobre suicídio, que era falar de situações que eles vivenciam ali, que é um menino dali que está fazendo catequese e tal. E falei: “eu não tô aqui, padre por mim ou pela minha filha ou porque eu quero que você conheça ou que isso e aquilo. Eu tô aqui porque três mães da sua comunidade pediram pra vir aqui falar com você, a tia desse menino que tentou suicídio pediu pra eu vir aqui falar com você. Por isso eu estou aqui. Então como a gente pode fazer?” Então a gente já está pensando, vamos fazer uma palestra sobre prevenção de suicídio? Dar um início, sabendo que a comunidade é conservadora, é difícil. Eu falei: “eu não quero chegar dando uma palestra sobre diversidade sexual e nem quero te oferecer uma palestra. Eu só quero te dizer como é que nós podemos conversar com pessoas pontualmente que podem provocar mudança. Pastoral da escuta, pode ser, porque às vezes ali eles fazem uma escuta e tem uma questão de diversidade sexual e indica pra gente acolher (...) Entende? Então assim, eu não vou mais à missa lá, eu não sou mais agente pastoral lá, mas eu não fechei. Eu tenho amigos nesta comunidade, eu fui conversar com o padre e daí agora vamos fazer um discernimento e ver o que e quando vai surgir a oportunidade pra gente falar (Silvia, 2023).

Nessa fala de Sílvia é possível aprender que o diálogo com a Igreja sobre a temática ainda está muito no início, sendo um terreno arenoso. E também é um trabalho extremamente desafiador pela ação de pessoas conservadoras e preconceituosas:

Eu já enfrentei denúncias, calúnias terríveis contra mim e que daí eu chego no pároco, tudo que falaram aqui é mentira. Eu dei uma palestra sobre isso, isso e isso. Eles disseram que eu falei sobre isso, isso, isso tudo mentira. (...) A pessoa não estava na palestra, ela viu depois do grupo, uma foto e inventou uma mentira. Sem nem ter ouvido o que eu falei. Então, eu falei pra eles, chama essas pessoas que estão fazendo a denúncia pra eu explicar e até pra trazer quem estava na palestra. Eu falei para catequistas, para freiras, vamos chamá-las pra contarem o que eu fiz? E chama essas pessoas, vamos conversar. Essas pessoas nunca quiseram me encontrar. Porque elas são mentirosas e valentes no anonimato. Elas falam pelas costas. Mentira. Então o que acontece é isso (Silvia, 2023).

Mas que ela realiza essa luta buscando preservar vidas e romper preconceitos, mesmo que vagarosamente, garantindo o mínimo:

E na igreja eu também falo isso. Sempre que vou falar com o bispo, com o padre, eu digo: “olha, a gente tem esse movimento, o grupo e o grupo LGBT de católicos, mas fiquem tranquilos, eu não tô vindo aqui pedir o sacramento do matrimônio pra minha filha. Porque isso talvez lá na frente a gente possa debater mas hoje eu ainda tô vindo aqui dizer pra vocês que o discurso religioso mata nossos filhos e filhas”. Então eu ainda tô na fase de afirmar a dignidade das pessoas LGBT que ainda não está protegida. Então, a gente tá num passo muito inicial (Silvia, 2023).

Eu falo pros bispos: “fica tranquilo, ninguém quer casamento gay, não. Porque se eu começar dizendo que eu quero casamento gay, eu não vou conseguir que você afirme a dignidade da minha filha enquanto filha de Deus.” E na constituição é a mesma coisa. Afirma a dignidade de todas as pessoas, todos tem seus direitos. A gente luta por políticas públicas pras pessoas LGBTs, mas a gente ainda não tá garantindo a

vida dessas pessoas quando você analisa a média de vida de uma pessoa trans no Brasil, você vê que tem que começar lutando pela vida. Então, é impactante porque é um absurdo. O Brasil é um país tão rico, tão maravilhoso, uma diversidade tão grande. E a gente tem que ainda afirmar o básico (Silvia, 2023).

Ela conta que em suas atividades sempre questiona que se no lugar dela estivesse uma pessoa trans, se o mesmo público estaria ali:

Ah, eu fui fazer uma palestra, não sei das quantas lá, pra pastoral familiar e falar diversidade sexual. Eu comecei a dizer, se fosse uma mulher trans aqui pra falar exatamente as mesmas coisas que eu estou falando, vocês estariam aí pra ouvir? Se a chamada dissesse que é uma mulher trans que vai dar a palestra, o público seria o mesmo? Então, de que forma essas pessoas estão dialogando? Muitas vezes através de aliados. Uma pena. Sempre que eu faço uma fala dentro da igreja eu digo: eu desafio vocês que na próxima vez seja uma mulher trans no meu lugar. Que não precise ser eu (Silvia, 2023).

Pergunto se alguma igreja já aceitou o desafio:

Aahm, dentro da Igreja Católica, para dar formação, não. Nós já levamos uma mulher trans na audiência do grupo pastoral LGBT para falar com o nosso bispo, pra mostrar o trabalho pastoral. Esta audiência acontece todos os anos, eu levo a coordenação do grupo e me apresento como assessora para as questões de família dentro do grupo pastoral LGBT mas a coordenação é das pessoas LGBTs. E assim a gente já teve audiência em que na coordenação tinha uma mulher trans e ela foi na conversa com o bispo também. Agora se nós levarmos essa mulher para fazer uma grande fala pode esperar que no dia seguinte tem alguém denunciando ou reclamando na arquidiocese, sempre tem. (...) As pessoas aceitam que você vá falar no pequeno grupo, acolhem, conversam beleza. Quando você chega num grande grupo, não. E aí eles vão e 'olha aqui ó, tão fazendo ideologia de gênero na minha igreja (Silvia, 2023).

E comenta como o preconceito e moralismo religioso extrapola os muros da Igreja, atingindo toda a sociedade, ou por outro ângulo: como pessoas preconceituosas utilizam um discurso religioso para ancorar e justificar seu preconceito:

Quando você observa o que esse discurso religioso faz, como ele tem influência na nossa sociedade, é cruel! E às vezes são pessoas que nem são assíduas em uma prática religiosa, mas são influenciadas por esse discurso pra agirem negativamente na sociedade (Silvia, 2023).

Por outro lado ela comenta que sempre que pode, principalmente em eventos acadêmicos, leva com ela uma pessoa LGBTI+, preferencialmente transexual:

Quando sou chamada para dar uma palestra na faculdade, vejo o tema e pergunto se posso levar uma amiga minha trans comigo. Aí eles deixam. Inclusive, quando você me falou dessa pesquisa eu já fiquei pensando, você tinha que conhecer K. N., aqui de Curitiba. (...) Então assim, sempre que eu puder levo alguém. Assim, né? Tem as

minhas referências. Ah é uma questão com homem trans, vem cá, tem o F., vamos lá. Então a gente tem essas e eu digo: se precisa a mãe abrir porta, a mãe abre, mas abre e deixa eles passarem primeiro, né? (Silvia, 2023).

Silvia partilha sua visão crítica sobre o “inferno” e sobre o lugar comumente colocado pelas religiões de matriz cristã:

Algumas mães me perguntam: meu filho vai pro inferno agora? Eu digo: se o inferno existe pra quem ele está reservado? Pra quem vive a verdade ou pra quem faz o mal? Porque eu acho que se existe tem bastante gente na fila pra entrar lá antes de mim né? E ainda assim eu acredito num Deus Pai misericordioso. Não desejo o inferno pra ninguém. Também acho que esse sofrimento que idealizaram de um inferno isso é uma infantilização das pessoas. Ai, tem que ser bom aqui porque eu tenho medo do inferno. Por mais que eu sofra aqui, mas na vida eterna eu vou ser muito feliz, vou viver em paz. Não! Você está sofrendo aqui, você já tá no inferno. Então eu acho que a gente tem que parar e pensar porque se usa a religião pra infantilizar as pessoas pra acorrentar as pessoas. E se usa religião também pra afetar a produção de políticas públicas. Se valem de um moralismo, de uma doutrina religiosa para dizer o que pode e o que não pode. Agora estão querendo acabar com o casamento homoafetivo de novo, quer dizer, a gente nunca tá com os direitos totalmente garantidos (Silvia, 2023).

No primeiro capítulo falamos sobre como a religiosidade cristã invadiu o Brasil de forma aliada a um projeto de colonização de corpos, hierarquizando e inferiorizando corpos, sexualidades e comportamentos, a partir da fermentação do medo e da culpa, praticando violência com discursos de “pecado” e “inferno”. Bem como por meio de violência física. Essa narrativa, até hoje, permanece sendo propagada em diferentes ambientes, religiosos, ou que deveriam ser laicos, como o Congresso Nacional. Ambientes, esses, que vêm sendo constantemente permeados por discursos religiosos e de moral conservadora.

Esses relatos, e os questionamentos vividos por Silvia, se encontram de forma semelhante com outras falas, como a de Bob, que será abordada abaixo. Trazer luz a esses questionamentos têm sua importância pois são comuns entre pessoas LGBTI+ que frequentam ambientes religiosos cristãos e de seus familiares, podendo aparecer em atendimentos realizados na Política de Assistência Social. A experiência do MAMI, será abordada no próximo capítulo mais detalhadamente.

2.3.3 Luiz Fernando Botelho Cordeiro - Bob³⁵

A história de Bob traz seus sonhos de infância (profeta das nações) num ambiente religioso evangélico e militar, sua tentativa e dificuldade de performar uma masculinidade cisheteronormativa, sua saída forçada do armário, seu adoecimento e tudo que teve que renunciar. Mas, também, as delícias e as dores de ser e se tornar um pastor gay, tornando-se referência na militância dos direitos humanos e religiosos e travando diversas disputas e sendo referência por necessidade e ausência de pessoas que ocupassem esse espaço. Hoje, Bob é casado e se reaproximou de sua mãe, que demonstra ter muito orgulho de quem o filho se tornou e da família que construiu:

Meu nome é Luiz com Z, Fernando Botelho Cordeiro. Não, não é Bob. É Luiz Fernando Botelho Cordeiro, embora conhecido como Bob Luiz Botelho. eu sou curitibano e nasci e cresci em Curitiba, eu nasci e cresci no contexto evangélico na periferia de Curitiba, numa vila chamada Vila São Pedro e lá na na Vila São Pedro, onde eu passei a minha infância, eu cresci numa igreja pentecostal, Igreja Metodista Wesleyana e lá era uma igreja de menos de cinquenta pessoas, todas formadas por pessoas que moravam no bairro e era uma igreja que era um suporte social, né, enfim, pras pessoas que tavam ali. Eu nessa igreja com oito anos de idade recebi uma participei de uma experiência pentecostal chamada, né, revelação profética onde o pregador disse que eu seria profeta das nações, nações missionárias. Então, eu sou uma criança, né? Nasci sendo uma criança evangélica, muito dedicada na vida religiosa porque eu entendia que Deus me tinha chamado pra algo muito grande. Eu lembro que naquele contexto foi falado que eu seria que eu falaria para líderes das nações. (...) Devido essa minha experiência pentecostal eu cresci tentando ser e me esforçando pra ser missão ou a seguir a vocação religiosa evangélica, com quinze anos de idade, quatorze pra quinze anos de idade eu ingresso num seminário pentecostal e eu passei a estudar teologia aos finais de semana, então todo sábado eu passava sábado inteiro das sete da manhã às sete da noite tendo aula e aí eu foi quando eu comecei a estudar por exemplo as disciplinas de seminário teológico homilética, hermenêutica, introdução ao antigo testamento, introdução ao novo testamento, história do cristianismo, história da igreja dos quatorze aos dezesseis pra dezessete, né? Quatorze pra quinze, aos dezesseis pras dezessete, né? Eu faço esse seminário, quando eu já completei dezessete anos eu entro no segundo seminário e nesse tempo de seminário o meu estágio foi abrir um grupo de estudos bíblicos na no colégio militar pra evangelizar (Bob, 2023).

Além da vivência no ambiente religioso, Bob conta que estudou no Colégio Militar, estratégia usada por seus pais para acessarem uma escola de qualidade:

³⁵ Coloco o nome completo de Bob no início desse subitem pois no começo da entrevista ele reivindica seu nome falando, “meu nome é Luiz Fernando Botelho Cordeiro, meu nome não é Bob”, sendo Bob seu apelido.

Eu estudei em colégio militar, então como a minha família era uma família de periferia, não era uma família com condições de pagar escola particular, somos em quatro filhos homens, eu sou o terceiro dos quatro e meu pai decidiu que a maneira da gente acessar uma educação de qualidade era através das escolas militares, então todos os quatro filhos estudaram no Colégio Militar de Curitiba, o sistema Colégio Militar do Brasil que pertence às forças armadas ao exército, né? (Bob, 2023).

Ele conta que apesar de sempre se esforçar muito, tentando gostar de coisas ditas masculinas, nunca correspondeu à expectativa de masculinidade que as outras pessoas tinham:

Eu fui um adolescente e desde a infância que eu percebia que eu não correspondia a expectativa de masculinidade das pessoas. Então, por exemplo, nunca fui hábil e nunca nem gostei de futebol. Sempre gostei muito de dança, sempre quis fazer dança, nunca fiz dança na infância, na adolescência, então fui pro teatro, fazia teatro no colégio militar, na igreja eu trabalhava com teatro, evangelismo. Aí dentro dos teatros eu colocava coreografias e isso não diz nada sobre a minha sexualidade, mas é... também percebia que além dessa performance de gênero de masculinidade diferente, eu tinha atração por meninos e eu percebia que meus colegas de colégio militar não tinham sempre conta a experiência do vestiário, né? No Colégio Militar na minha época, eu sei que o meu irmão mais novo não viveu isso, mas na minha época a gente tinha que trocar de roupa pra fazer educação física, não faz educação física de farda, né? E depois você tinha que tomar banho pra vestir a farda de novo, depois da educação física. E eu lembro, eu lembro que pra mim durante a adolescência era uma questão tomar banho, ficar nu na frente dos meus colegas, porque na minha época o colégio militar não tinha biombo entre os chuveiros. Então todo mundo que tava no chuveiro via todo mundo e isso era uma crise. E eu tinha vergonha porque eu percebia que eu tinha ereção involuntária, né? Na época da adolescência, e isso era uma crise, então eu era um jovem muito religioso, vivendo conflitos muito grandes na adolescência por conta de perceber que eu tinha questões que não eram entre aspas, né, naquela época eu vou chamar aquelas coisas normais, fecha aspas e dedicados a essa vida religiosa (Bob, 2023)

Rememora seu esforço na infância e adolescência de tentar performar a masculinidade cisheteronormativa:

Eu vivi, eu vivi com certeza [a opressão para se enquadrar na heterocisnormatividade e na expressão de gênero masculina], na minha infância, inclusive no meu trabalho de graduação de geografia eu falo sobre isso, né, eu vivi muito a experiência do que o Erving Goffman chama de pacto dramático, né? **Então, eu abracei a lealdade dramática de tentar interpretar o homem hétero, né? E não só um homem hétero, mas um homem que expressa a masculinidade de um jeito muito padrão, né? Então, eu tentei gostar de futebol, eu tentei gostar de Fórmula 1. Porque, veja, né, gostar de futebol não significa ser hétero e gostar de Fórmula 1 não significa ser hétero. Mas eu tentei não só gostar de menina, que aí sim tem a ver com a homossexualidade, como eu tentei performar essa masculinidade mas eu não jogava bem, eu fazia muitas perguntas durante a corrida e eu acabava atrapalhando porque eu não compreendia muitas coisas. E eu sempre tive os trejeitos, né? (Bob, 2023)**

E Bob diz como o ambiente religioso simplifica essa temática, tratando identidade de gênero e orientação sexual de maneira simplista e generalizadora, e como esse ambiente, assim como o escolar e outros espaços de sociabilidade, foram opressivos ainda que fosse apenas uma criança:

Aqui de novo, não diz sobre sexualidade, mas a igreja bate tudo no liquidificador, então a igreja não separa inden..É, pra eles tudo é gay, né? Pra eles uma travesti é um homem gay infelizmente. Então estou falando isso obviamente eu sei que são diferentes mas aqui estou falando pra você entender. **Então sim, eu sofri muita homofobia. Um exemplo típico por exemplo tinha amigo secreto da igreja, das crianças e dos adolescentes, né? E aí você tinha que escrever recadinhos, né? De oração pra o seu amigo secreto. Então todo domingo passando uma caixa, você deixa o seu recadinho pro seu amigo e eu lembro de um amigo secreto que uma pessoa que foi escrever o recado pra mim, ela mandou que ela tava orando pra eu parar de ser tão afeminado, de pra eu parar de desmunhear.** Eu tinha dez anos de idade e a pessoa tinha dez ou nove ou oito ou doze no máximo. E aí essa pessoa que eu não sabia quem era até o presente momento **ela mandou um recadinho fofo dizendo que ela estava orando pra eu parar de desmunhecar e isso é uma experiência de homofobia né, muito grande né?** Então, acho que essas coisas passaram pela minha infância e outras experiências. Eu lembro que eu era o adolescente que ministrava louvor na igreja, né de falar, mas durante a minha adolescência eu tive uma experiência na Igreja Presbiteriana Independente dos doze aos dezessete anos. Então eu fazia seminário pentecostal, mas eu frequentava uma igreja presbiteriana e **e aí eu lembro que na igreja eu ministrava o louvor e as pessoas reclamavam da maneira como eu levantava a mão pra no momento de entusiasmo porque eu não levantava a mão reta até o final o meu punho é torcia pra diagonal** e aí eu ficava tipo assim gente é o meu é o meu jeito de levantar a mão pra adorar e todas essas experiências foram experiências que eu registrei até hoje com muita eu poderia contar várias outras, poderia passar fazer um livro só de várias experiências assim. E então lembro por exemplo, no retiro [acampamento religioso] **era muito comum retiro ter jantar de menino de menina, jantar elegante, jantar...E eu lembro que todas as vezes que uma menina ficou sobrava pra ficar no jantar comigo porque eu também sobrava, essa menina ela era o alvo de piada por ter sido o meu par no jantar.** E esses, todos os, todos, cem por cento dos acampamentos de adolescentes, a menina que caiu pra jantar comigo, porque na verdade o homem tem que pedir, né? Na igreja funcionava assim, ia ter o acampamento, ia ter o jantar elegante, você tinha que chamar a menina pra jantar com você e eu sempre chamava e era recusado por todas as meninas. Alguma menina não era chamada por mais ninguém, tinha que cair comigo. Até o acampamento do ano seguinte, essa menina ia sofrer a piada de que ela foi o meu par no jantar. Então, e aí, eu posso contar muitas outras experiências (Bob, 2023).

Na fala acima, é possível notar como a vigilância do sistema cisheteronormativo era feito por outras crianças desde sua infância. Bob afirma como lutou e se esforçou para ser hétero e performar a masculinidade imposta, buscando estratégias para uma “cura gay” voluntária:

Então, eu sempre me esforcei muito, eu tive, eu abracei com afinco a ideia de tentar ser hétero, de tentar ser homem, de tentar expressar essa masculinidade, mas com muita dedicação assim, **eu eu fazia jejum de catorze horas pra tentar tirar meu homossexualidade, eu ungia meu travesseiro, eu tomava banho e eu ficava fazendo tipo esfregando a mão forte quase que arranhando, mas sem a unha, com o dedo assim e tentando expelir algum espírito de feminilidade, eu fiz jejum de Daniel, eu fiz ato profético de José do Egito, eu lembro que tive uma vez que eu dei voltas na quadra da minha própria casa, do apartamento onde eu tava, morava, dei sete voltas e eu gritei homens segundo o coração de Deus pra tentar derrubar a muralha de Jericó que era a minha femi..sabe? Então eu tentei, eu me esforcei muito pra tentar ser esse homem hetero padrão.** Tanto que tive uma noiva, né? Namorei, tive uma namorada quase noiva e também sofri a homofobia porque eu mesmo nessa minha lealdade dramática que é eu falo lealdade né? Eu falo lealdade dramática porque é o termo que Ervin Goffman escreve no livro ‘A representação do eu na vida cotidiana’. Acontecia também o que ao Ervin Goffman **chama de circunspeção dramática, que é quando todo o mundo ao redor fica medindo o quão dentro ou fora você está no personagem que você abraça.** Então, a lealdade normativa tem com o indivíduo que tenta ser circunscrito tem a ver com todo o mundo falando o tempo todo que você não está cumprindo esse papel que é o que eu sofria de homofobia ao meu redor. Então sim com certeza (Bob, 2023).

Bob, sobre seu crescimento em uma organização religiosa:

Criei um grupo de estudos bíblicos no colégio militar, conheci uma organização missionária que trabalha com estudantes universitários e estudantes secundários. Me filiei a essa organização, tornei-me um líder nessa organização. Fui pra universidade, comecei a fazer arquitetura e urbanismo na Puc Paraná, inclusive onde estamos agora e comecei a fazer geografia na Universidade Federal do Paraná enquanto eu fazia também um seminário de teologia, né? E trabalho com evangelização de estudantes, grupos universitários na universidade, universidades da região Sul e também mobilizando estudantes do ensino médio por todo o Brasil (Bob, 2023).

E o quanto foi custoso ter sua identidade gay relevada de forma forçada e violenta, impactando na sua sociabilidade e causando adoecimento mental:

Aos vinte e um anos de idade eu passo pelo processo de enfim me entendo como um homem gay e ter a minha identidade gay deflagrada e exposta pra todas as pessoas de uma maneira muito violenta, assim, eu sofri bastante, né? Dessa organização missionária de onde eu onde eu trabalhei e a partir desse processo entrei num processo de adoecimento mental, nesse processo de adoecimento mental, eu fui relatado com esquizofrenia quando eu tinha vinte e um anos de idade e faço tratamento até hoje e nesse processo todo eu e com a minha recuperação emocional (Bob, 2023)

Bob conta como foi seu processo e com quais redes de proteção ele contou. Afirma que enquanto estava “dentro do armário”, havia uma recusa dele de acessar redes de proteção que o apoiassem em relação a sua sexualidade, tendo em vista que ele a negava.

Ótima pergunta, eu acho que durante o meu processo dentro do armário, eu não tinha rede de proteção, porque eu não buscava proteção, porque eu buscava recusa, né? Eu comecei terapia com o psicólogo cristão por decisão própria, porque eu queria curar minha sexualidade, então eu não procurei proteger minha possibilidade de ser um homem gay ou o homem que não performa a masculinidade padrão. Eu procurava não ser. E aí eu não buscava proteção e naquela época eu não tinha referências nem discussões na escola. Eu estudei em colégio militar, nem referências na mídia, nem grupos de apoio, nem nenhum tipo de visibilidade da afirmação da minha possibilidade de ser. Não existia isso na minha época. Então, eu não tenho nenhuma rede de apoio, assim eu também nem queria, né? (Bob, 2023)

Esse movimento é abordado no capítulo I, ao falar sobre o preconceito social e o preconceito individual:

Indivíduos inferiorizados assimilam na construção de suas identidades sociais as características sociais e psicológicas negativas atribuídas a eles, fortalecendo-as e legitimando os mecanismos e as formas de preconceito e impõe como a impossibilidade de viver a experiência homossexual de forma legítima. O processo de “saída do armário” é um posicionamento de tornar visível a não-heterossexualidade e demanda esforço psicológico e estratégias de enfrentamento para o “Paradoxo do armário”. É ressignificar características negativas assimiladas e também o enfrentamento público e político ao tornar visível os fundamentos que justificam a subalternidade e inferiorização (p.93)

Bob, porém, tem sua sexualidade exposta antes de viver esse processo de ruptura interna com o preconceito individual e sem a criação dessas estratégias de enfrentamento:

Então, quando eu ingresso nessa organização de evangelização para universitários, eu conheço um rapaz, eu me envolvo efetivamente com ele. Mostra o movimento afetivo foi muito profundo, eu terminei meu noivo com a menina, né, que eu tinha uma relação e eu tive uma relação escondida com esse rapaz, até que eu descobri que esse rapaz tava me traindo e a história vem a público por conta de uma outra menina que sabia, nossa melhor amiga, né? **Quando isso acontece eu passo por um processo de adoecimento mental muito profundo porque eu tinha renunciado aos meus cargos dentro da Organização Missionária onde eu fazia parte para assumir o relacionamento com esse rapaz e descobrir que esse rapaz não tinha, não queria nada comigo sério. Ele estava me traindo, enfim. Esse processo faz com que eu perca as duas grandes coisas da minha vida, o amor da minha vida e o meu ministério que era afirmação da minha identidade** (Bob, 2023).

Essa saída brusca, sem a estratégia de enfrentamento, ou a superação do preconceito individual, somadas ao impacto que essas situações tiveram em sua sociabilidade e em seus projetos de trabalho e de vida, trouxeram como consequência um adoecimento. Viveu-se, então, um processo de exclusão do ambiente que ele frequentava: nesse processo ele teve como rede de apoio suas amizades:

Nesse processo, Mariko, eu acho que as coisas importantes assim, as redes de apoio que eu acessava, elas estavam dentro do repertório do mundo que eu tinha. Então o que eu tive de rede de apoio, amizades, essencialmente amizades, pessoas que decidiram ficar comigo e não soltaram a minha mão, pessoas que me ligaram de madrugada, pessoas pra quem eu ligava falando, tentei suicídio, não fui pra faculdade, pessoas pra quem eu chorava essas pessoas realizaram essa rede, então era uma rede, todo dia eu recebia mensagem de algum amigo. Até hoje eu não sei se os amigos se conversaram entre si sobre mim, mas assim, todo dia algum amigo diferente me mandava ‘como você tá hoje’, que aconteceu aí eu desabava com esse amigo, aí no dia seguinte eu desabava com outro amigo, eu desabava com outro amigo, muito online (Bob, 2023).

Um espaço religioso chamado “Igreja do Armazém”, com pessoas que se dispuseram a cuidar de Bob:

Em Curitiba o que eu tive de rede de apoio foi a Igreja do Armazém. É uma igreja que não existe mais hoje, mas era uma igreja orgânica, então era uma igreja que nunca teve formalização jurídica que reunia aos domingos em um estúdio de tatuagem no centro da cidade e **era formada por pessoas que não tinham nenhum estudo teológico sobre diversidade sexual de gênero. Eram apenas pessoas que estavam inconformadas com o sistema religioso cristão hegemônico, se reuniam no estúdio de tatuagem aos domingos e que aceitaram me acolher de maneira integral.** Então a Igreja Armazém, a gente tá falando aí Mariko de um grupo de treze pessoas, quando a reunião tava cheia, tinha trinta. De três a trinta, às vezes cinco pessoas na reunião. Essas pessoas me deram ceia. Que é a participação do pão e do vinho na reunião mensal. **E aí se você perguntasse teologicamente pra essas pessoas porque estavam dando ceia³⁶ pra um gay não sabiam dizer.** Não, porque não eram pessoas que estudavam (Bob, 2023).

As pessoas dessa igreja doaram seu tempo, atenção e cuidado, criando espaços seguros para Bob, como uma rede de apoio potente, preservando inclusive sua vida, em um momento em que ele não pode contar totalmente com o apoio familiar, estava sem renda e os vínculos com a organização que fazia parte estavam rompidos:

A igreja do armazém foi minha principal rede de apoio, então na Igreja do Armazém a gente tinha pessoas, alguns privilégios, eu tive acesso, por exemplo, a uma médica, a T. que ela era uma médica, ela tinha o carro e ela tava numa época em que ela mais tinha que fazer plantões, ela não tinha tanta agenda fixa. Então, eu lembro de algumas vezes em que eu tava beirando tentar suicídio, eu avisava ela e ela chegava na casa dos meus pais onde eu, porque aí eu tive que voltar a morar com os meus pais, voltar a depender financeiramente deles, **porque a organização que me doava não me doava mais. As pessoas me doavam porque eu trabalhava nessa organização.** O que aconteceu? A T. pegava o carro até a casa dos meus pais, eu

³⁶Tomar a ceia é uma prática religiosa que tem o significado de receber/consumir o “corpo e o sangue de Cristo”, no ambiente religioso te faz pertencente àquela comunidade religiosa comungando mutuamente. Assim, traz um sentimento de pertença. O não tomar ceia, ou não poder tomar a ceia traz uma exclusão/diferenciação, significando que a pessoa “não é digna, está impura ou em pecado” ou seja, há uma inferiorização do indivíduo no sistema hierárquico religioso.

entrava no carro do com a T., a T. pegava o carro comigo de Curitiba ao litoral do Paraná, a gente tá falando aí de duas horas de viagem, uma hora e meia, a gente passando a madrugada vendo o sol, ah via o sol nascer na praia andava, pé na areia, água do mar, ”respira Bob, conversa comigo”, né? Aí eu voltava de carro pra Curitiba e aí eu dormia. Ou por exemplo, ali o M., né? É o M., né? (...) Naquela época eu fiquei na casa deles, então a L. ela ela não tinha estudo teológico queer mas ela me abraçava e orava comigo. A L. ela, eu surtava eu não tinha coragem de contar pros meus pais sobre o que tava acontecendo, né, mas, meus pais viam que eu estava doente mental, que eu não saía da cama e quando eu ia ter surtos psicóticos muito profundos eu ia pra casa da L.. E aí a L. conversava com a minha mãe, tipo, ah não, o Bob está bem, mas na verdade eu tava surtado, tendo movimentos eu tinha movimentos de melhorias corporais, né? Eu ficava balançando o corpo pra frente e pra trás, ouvindo vozes e a L. ela ficava comigo naquelas madrugadas tendo surtos comigo e me acalmando. Eu tive o C. né? (..) o B., né? Como a gente chama. Que também foi uma pessoa muito importante porque ele tocava violão pra me acalmar. **Então foi um grupo diversificado de pessoas em Curitiba que eram minha rede de proteção que não necessariamente era uma rede de especialistas na área né?”** (Bob, 2023).

Pergunto se essa igreja já era uma inclusiva e/ou afirmativa³⁷ e como ele chegou nela, ele me responde:

Eu conheci a Igreja do Armazém desde 2014. Quando eu era missionário dessa organização universitária, muitos jovens universitários saíam das suas igrejas, porque ficavam, você entra na na universidade, você começa a ter crises de fé em relação a sua igreja local e eu também tinha crise de fé em relação a minha local mas a minha igreja local doava mensalmente pra mim, então eu não podia sair da minha igreja local, mas muitos jovens que saíam das suas igrejas locais na época da faculdade eu mesmo recomendava que fossem até a Igreja do Armazém. A Igreja do Armazém me conhecia, uma vez por mês eu ia pra lá, eu ia no churrasco porque eles tinham porque eu era muito amigo da L., né? E do J., né? Do M. então eu era amigo dos dois e quando tinha rolê eu ia no rolê com eles, e aí eu não participei da igreja do armazém porque recebia a doação mensal da igreja de Curitiba que eu frequentava. E aí quando eu saio, eu procuro essas pessoas que já eram minhas amigas, me conheciam como missionário na organização que eu trabalhava, né? **E eu falo pra elas, eu sou gay e aí elas olham pra mim e falam, tá, a gente te ama. . Não, mas eu sou gay e o pecado? Não sei, vamos, vamos caminhar.** Então sim, eu, no Armazém com todos já me conhecendo, sabendo quem eu era e eu chego no Armazém inclusive com as pessoas me vendo em frangalhos, né? Porque eles conheceram o Bob Estrelinha Gospel, que viajava muito pra pregar sobre universitários e recebem o Bob em surtos psicóticos, né? Tem reuniões no Armazém que eu tive surto durante uma reunião, o culto, o culto, né? A reunião parou porque todo mundo estava preocupado. Assim, eu mobilizei uma energia de cuidado do armazém muito grande, assim (Bob, 2023).

E seu terapeuta C:

Aí eu procurei terapia com psicólogo cristão que é o C. ele é um psicólogo cristão ele é muito famoso no mundo cristão. [mas] ele é um cristão que é totalmente contra a psicologia cristã ou cura gay. E eu acabei dando sorte porque eu procurei no

³⁷Termos usados para igrejas que são abertas para pessoas LGBTI+

consultório dele pedindo cura gay. Eu disse que quero deixar de ser gay. E ele falou assim vamos caminhar devagar? E aí hoje eu sou uma bicha que eu sou porque faço terapia com ele. Mas eu tive esse processo assim, essa rede de apoio, né? (Bob, 2023).

Bob confessa que acessou esse psicólogo em busca da Cura Gay. Porém, apesar de possuir grande bagagem religiosa, seuterapeuta foi ético e separou seu trabalho religioso, da Psicologia:

Não, então o C, eu chego no C. procurando cura gay né? Eu falei, eu falei aqui, eu tive um namorado, mas eu quero ser celibatário, eu quero gostar de mulher e eu tive uma sorte que foi a sorte de ter um psicólogo que é muito famoso no mundo cristão e que portanto eu achei que fosse me oferecer cura gay. O C. e tem um livro chamado Macho e Fêmeas os criou em referência ao versículo bíblico sobre homem e mulher. Eu jamais imaginei que o C. nunca teria intenção de me fazer ser entre aspas curado. **Então cheguei lá, o C. me acolhe então o C. também não fechou as portas falando aqui eu não vou fazer cura gay não, ele fala assim vamos caminhar com seu sofrimento e durante o processo terapêutico, todas as vezes que eu falei que eu ia renunciar à minha sexualidade**, que eu lembro, por exemplo, numa reunião que numa sessão de terapia, que eu falei assim, ah, C., mas você sabe, né, ser gay é pecado. **E aí eu lembro de um exercício que o C. me falava assim, olha pra parede do meu consultório, que tem os diplomas dele de mestrado, doutorado, graduação, alguns diplomas da Associação Brasileira de Terapia Familiar. Procure o diploma que diz que eu sou pastor. Aí na parede. Eu falei, não tem. Procura algum diploma de teologia que seja. Não tem, então. Eu respeito o que você pensa sobre Deus, sobre fé, mas aqui na terapia eu não vou falar sobre isso.** E eu falei, não C., eu sei que não, mas você é crente, né? Daí ele falou, eu sou. **Mas o que eu sou, aqui na terapia não importa.** E aí com esse tratamento do C., eu fui acessando, né? Repertórios de saúde mental, autonomia emocional, me desvinculando desse relacionamento que eu tive com esse rapaz, né? me desvinculando da organização missionária, lidando com as feridas, com as frustrações. Aí por exemplo, eu ia na balada e eu beijava rapazes na balada. E eu chegava na terapia superculpado. E aí o falava assim, tá, mas você gostou. E eu falei assim, claro que não? E aí ele ficou em silêncio, eu fiquei em silêncio e aí era tipo assim, dois minutos de silêncio que eram eternos. Ah, talvez eu tenha gostado, mas eu não posso gostar. E aí o C. falou, por que você não pode gostar? Eu falei, por que Deus não deixa e aí o C.com muito trato ele foi me permitindo **aí foi quando eu comecei a acessar outros repertórios teológicos e tal eu fui percebendo né, que, enfim, eu não teria cura gay ali, né?** (Bob, 2023).

Bob aponta outro ponto relevante: seu terapeuta não respondeu “eu não faço cura gay” e fechou a porta do consultório. Se tivesse feito, Bob com certeza teria procurado outro psicólogo [antiético] que o faria. Isso evidencia como o/a profissional precisa ter estratégias, conforme o repertório que a pessoa atendida apresenta para fazer o acompanhamento de forma adequada, sem causar afrontas e embates desnecessários. Bob ainda me denuncia ter sido atendido por uma psiquiatra cristã que tentou oferecer cursos religiosos para ele:

Mas acho importante dizer Mariko, eu comecei, eu comecei o tratamento psiquiátrico com uma psiquiatra cristã e a minha psiquiatra cristã no meio da consulta psiquiátrica ela me recomendou um curso da N. I. [de uma pessoa evangélica] pra eu fazer, é a cura da paternidade eu não vou lembrar exatamente agora porque foi dois mil e quinze isso. Mas ia ter o curso em Curitiba com a N. I, era um curso pra curar feridas emocionais de paternidade e ela era minha psiquiatra, ela me receitou medicação e **ela falou que ela pagaria pra que eu fizesse esse curso**. Então era uma mulher, médica, psiquiatra, Doutora C C. A. ou C.A.C, não me lembro da ordem do sobrenome e que falou que era pra eu fazer um curso de cura interior. Ou seja, de e aí sempre com aquele discurso assim, aí não, mas aqui eu não tô falando como psiquiatra, tá? Mas estava dentro do consultório psiquiátrico, no meio de uma consulta onde ela acabou de me dar um atestado com CID 10 F 20, que é o código de psiquiatra de esquizofrenia e receita psiquiátrica (Bob, 2023).

Cometendo uma infração ética³⁸:

Exatamente, cometeu uma infração ética. É ruim, porque quando eu fui elaborar tudo isso quando eu fui perceber que o que eu tava sofrendo no consultório, né, da doutora era violência, já tinha prescrito tudo, eu também não tinha repertório de mundo daquela época em energia pra lutar pelo direito, né. Mas sim, eu tive muita sorte de ter um psicólogo como o C.. Não sei qual seria o meu destino se eu tivesse.. porque inclusive a minha saída do acompanhamento psiquiátrico com a doutora C. acontece por causa do C. porque o C. é muito respeitoso, muito ético. O C. é psicólogo há mais de quarenta anos. Então ele tem um tato assim, uma experiência, né? Mas o C. com muito jeito me faz perceber que eu não estava confortável com a minha psiquiatra porque eu não queria dizer que eu não tava confortável e aí tipo, não, mas aqui é um espaço seguro. E aí eu falei assim, tipo, ah, C. , às vezes, ela insiste demais, que eu preciso perdoar meu pai. E aí, ele falou assim, mas o que perdoar seu pai, acho que você acha, enfim a ver com esquizofrenia, né? Que era o meu atestado na época e tudo isso assim foi um processo assim de muita sorte, eu eu sou pentecostal, acredito que não foi sorte, eu acredito que existe um Deus que conduz o Espírito Santo que tinha um projeto, né? Mas enfim. E, acho que isso é importante de dizer assim, aí quando eu vou pro doutor O G que então é o meu psiquiatra atual, bom atual não sei porque agora eu moro em Guarulhos, talvez eu tenha que mudar, mas meu psiquiatra desde 2016 , final de dezesseis em diante, que é um homem gay, assim, coincidentemente eu fui descobrir isso depois na consulta com ele, isso não era um ponto, mas anos depois, acho que em 2020, assim, ele falou “meu namorado...” é um psiquiatra extremamente ético, né? Extremamente respeitoso sobre a minha experiência de fé, mas acho importante dizer assim que minha saída do consultório teve a ver com o fato do meu psicólogo me abriu os olhos, né? Essas coisas que foram acontecendo no meio do meu sofrimento. Enquanto eu estava tendo surto de psicótico, enquanto eu estava ouvindo vozes, né? E aí essa foi uma rede de apoio assim. E aí também né? A a T, da igreja do Armazém era médica, né, ela é pediatra, mas eu contava pra ela as coisas que aconteciam com a com a minha psiquiatra e ela com muito jeito falava assim, “é, não sei...” (Bob, 2023).

³⁸ Segundo a Associação Mundial de Psiquiatria: A abordagem da religião e da espiritualidade deve ser centrada na pessoa. Psiquiatras não devem usar sua posição profissional para fazer proselitismo de visões de mundo seculares ou espirituais. Psiquiatras devem sempre respeitar e ser sensíveis às crenças e práticas espirituais / religiosas de seus pacientes, das famílias e cuidadores de seus pacientes. (World Psychiatric Association, 2016) - Sugestão de inclusão do revisor Thiago.

Com esse posicionamento, a psiquiatra C. realizou o que pode ser considerado uma atuação conservadora e moralista, pautada em suas convicções religiosas, o que infringe eticamente sua atuação profissional e desrespeita o paciente atendido, violando sua liberdade religiosa e seu direito de ser atendido de forma clínica, científica e laica.

Durante esse período, Bob comenta que chegou a procurar o Cadastro Único mas não prosseguiu com o atendimento após buscar orientação e não ser bem atendido (tópico que será abordado posteriormente), chegando a ser assistido pela política de assistência estudantil:

Outra coisa que aconteceu, né? Falando de política de assistência, política de assistência estudantil, né? Então, eu recebi por três meses uma bolsa de quatrocentos reais na Universidade Federal do Paraná porque eu declarei que eu tava e passando por situação de sair da casa dos meus pais por questões LGBTs né e violência LGBT e aí por três meses recebi quatrocentos reais na minha conta bancária para conseguir fazer faculdade. E fui bolsista, bolsista permanência né e então eu acho que não é da política, política de assistência, né? Elas atravessam muito, primeiro assim alcançar o repertório de que isso existia, foi um processo 2015 não conversava sobre isso, 2014 e não falava sobre isso é... e aí depois no meu trabalho muito, aí no meu trabalho muito, né? (Bob, 2023).

Sobre esse período, diz:

[nos anos de] 2014, 2015 eu tinha muita vergonha, eu não corri atrás das coisas [de direitos e políticas públicas], porque eu ainda tava num processo de tentar renunciar à minha sexualidade eu não procurei, talvez eu tivesse tido acesso, mas eu não queria procurar, eu não queria, enfim, não era um desejo meu, mesmo com as minhas amigas falando, vai lá, tipo, ah, não, obrigado (Bob, 2023).

Nesse processo, Bob, aponta que acessou outros repertórios teológicos:

Foi quando eu conheci mais a fundo teologia feminista, M. G, M. M. G.. Ela foi muito importante na minha vida, ela me ouvia, todo dia eu mandava áudios enormes pra ela, senão todo dia, dia sim dia não, ela lia a bíblia comigo, ela orava comigo, aí a pastora O. B., enfim, muitas pessoas da teologia foram sendo pessoas que foram me oferecendo outras leituras bíblicas e aí a terapia com o C. foi um lugar onde eu pude experimentar essas teologias com uma pessoa que eu sabia que era cristã mas que questão de fazer aquele espaço terapêutico terá espaço seguro. Aí quando eu fui me encontrando na teologia arco-íris (Bob, 2023).

E conta que a partir de dado momento, outras pessoas que viveram uma situação semelhante (religiosa e se entendendo como LGBTI+) passam a acessá-lo: “Ótima pergunta, foi uma coisa sem planejado. Essa é uma coisa que eu elaborei em terapia até hoje, uma coisa de ser referência, né?” (Bob, 2023) E continua pontuando que a Teologia *Queer*, ou teologias

que abordavam o tema LGBTI+, até existiam mas estavam mais no âmbito acadêmico que no ambiente pastoral, nos espaços de práticas religiosas:

Em 2014, 15 e 16 você não tinha muitas organizações evangélicas, religiosas [que] trabalhavam com o tema LGBT, **você tinha apenas acadêmicos, muitos acadêmicos, então você tinha o professor doutor André Muskoffi, que na época não era ordenado pastor, você tinha Ana Ester, que na época não era ordenado a pastora, que era acadêmico, a produção de teologia, né? Teologias afirmativas da diversidade, ela era uma produção muito como que eu posso dizer? Muito dentro do campo da academia, ela não tinha pastoralidade, ela não estava conectada com a vida da igreja, né?** Os posicionamentos de pastores eram muito tímidos, a pastora Odja Barros foi uma das primeiras assim, né, que teve um posicionamento pastoral, mais reforçado, público e ela era acadêmica, ela foi orientanda por André Muscoff (Bob, 2023)

Assim, a partir do momento que ele passa a escrever suas vivências em blogs e livros, as pessoas passam a procurá-lo como referência para partilha de vivências e aconselhamento:

Então, na minha época, quando eu produzi o conteúdo, eu escrevo textos, eu escrevo artigos num blog, no meu blog, eu escrevo como capítulos de livros que foram publicados. Eu não tinha uma veia acadêmica, eu tinha uma veia muito mais pastoral, eu falei de mim, eu me coloco no jogo, eu falo do meu corpo, da minha experiência de fé, eu valorizo a experiência de fé, oração. Então, pra mim é lógico que traduzir o grego é importante, mas ouvir Jesus, ouvir o Espírito Santo. **E essa linguagem pastoral de igreja, né? Ela foi fazendo com que as pessoas me acessassem. Então, muita gente que não acessou, por exemplo, o André, por causa do tipo de linguagem que ele tinha e ele teve que ter, não é um erro deles, né?** Enfim, as pessoas me acessaram e aí eu lembro que eu não estava resolvido. Eu lembro de responder e-mail de pessoas que falavam assim: “oi Bob, eu também sou gay.” Eu nem tinha falado publicamente que eu era gay. Eu lembro de ah eu lembro de responder o e-mail pras pessoas tipo assim olha eu não sei te dizer o que a Bíblia diz na época eu não era biblista mas eu sei que Jesus falou pra mim. Eu, eu por exemplo, eu sempre falei pras pessoas, quando você ficar com o cara, fala, fala com Jesus sobre isso, ou no caso de meninas lésbicas, né, fala pra Jesus, “beije, gostei”, assim que era exercícios que eu fiz, né? Exercícios, enfim, é... de me olhar no espelho e orar. Eu lembro de fazer estudos bíblicos, né, por exemplo, o estudo bíblico sobre o povo de Israel, saindo do cativeiro do Egito e eu fiquei pensando, tipo, pô, Israel poderia ter ficado no Egito, ter tomado o Egito. Eles eram muito mais numerosos do que o povo do Egito. Eles puderam ter feito uma revolução. Pra que eles saíram do Egito? Pra um lugar que eles nem sabiam que era um tal do Canaã. Porque Deus não queria que eles ficassem na terra de morte, às vezes mesmo revolucionando a terra onde você estava Deus não quer que você fique nessa terra, Deus quer que você saia. **E aí eu escrevia sobre isso nos emails para essas pessoas,** eu tenho esses e-mails salvos até hoje assim. Eu criei um drive com todos esses e-mails, **eles fizeram com que as pessoas se sentissem abraçadas e aí de uma maneira muito natural o conteúdo que eu passei a produzir na minha vida pessoal, na minha rede social era um conteúdo que dava resposta, alimentos pra essas pessoas e aí a gente foi criando grupos, então criou grupos de WhatsApp onde as pessoas me procuravam, porque essas pessoas eram um grupo ali de quatro pessoas que já tinham suas questões de sexualidade, conversavam entre si, uma delas me achou, passou o número pra outros, eles falaram, “o Bob a**

gente vai conversar com você”, essas pessoas entravam em contato comigo mandando áudio no WhatsApp comecei a responder, vou fazer chamada de vídeo e foi assim que o Evangelicxs que surge na verdade (Bob, 2023)

Seu trabalho pastoral a partir dessa partilha e do acolhimento que vai reunindo mais pessoas LGBTI+ evangélicas, que não sabiam como conciliar sua fé com sua sexualidade. A partir do agrupamento e coletivização dessas vivências, inicialmente em grupos no *Whatsapp*, começa um movimento nacional chamado Evangelicxs, que acolhe pessoas LGBTI+ que desejam vivenciar identidades de gênero e sexualidades dissidentes, sem abrir mão de sua manifestação religiosa.

Porque eu me percebo pastoreando, inclusive tive uma sessão de terapia que eu falei que eu nunca mais ia ser missionário, né? Porque eu fui expulso e tal. Teve uma terapia que o C. falou assim, você fala tanto sobre sair do armário, né? Você já saiu do armário sobre ser um homem gay? Será que essa é sua coisa de vocação religiosa que você tá chamando aí de pastoral, não precisa sair do armário e assumir que você é pastor de uma galera que te procura e aí eu saí daquela sessão, tipo assim, meu Deus, estou em crise, estou em choque. E aí quando o C. faz essa reflexão, eu jogo pra uma rede de apoio pros meus amigos, né? Pessoas que caminharam comigo. E aí nesse processo o Evangelicxs surge como um tipo ah vamos apenas assumir com o que eu faço é isso. Que eu pastoreio gente né? E aí a ideia do Evangelicxs surge como organizador e ou institucionalizador desse movimento que já me acontecia de ficar pastoreando as pessoas, ouvindo as histórias, conversando com a mãe, com o pai(...) E aí essas coisas foram e aí eu fui tendo que atender demandas de pessoas que chegavam pra mim e contavam suas histórias porque leram um texto meu e acharam que era uma referência eu nem tive repertório pra atender essa demanda dessa pessoa mas tive que ir correndo atrás e foi assim que eu me tornei rede de apoio assim sem muita pretensão. Enfim, foi uma resposta à necessidade e à falta de estruturas dentro dos campos de fé, das organizações de fé pra atender esse campo de maneira qualificada, né? Enfim (Bob, 2023).

Eu também lidei com outras pessoas que estavam na minha rede de social, na minha rede de interação, que também passaram por uma experiência profundamente religiosa e se entenderam como LGBTs e aí eu fundei uma organização chamada **Evangélicxs pela Diversidade**, que é uma organização que não é uma igreja, mas que é uma organização que trabalha dentro do mundo evangélico para a possibilidade da afirmação da diversidade LGBT dentro dos espaços religiosos cristãos (Bob, 2023).

Ou seja, seu trabalho surge de seu processo de escrever, compartilhar textos, escutar e acolher, dialogando a fé e a prática evangélica com corpos dissidentes. Bob passa a compor rede de apoio dessas pessoas que o buscam e este agrupamento se torna um movimento. Ao contar sobre a relevância de sua atuação, Bob relembra um caso em que ele pega carona na rodovia para atender um menino que havia sido queimado pelo pai:

Eu lembro que o Evangélicxs nem existia quando eu fui atender um menino no litoral que foi queimado pelo pai, e então, assim, quer dizer, o Evangelicxs que não existia, mas eu me prestei a pegar carona na BR pra ir pro litoral, atender um menino que conversava comigo pelo Facebook porque leu um texto no meu blog pessoal do blogspot da época e que mandava inbox pra mim. Não tinha o Instagram naquela época, não tinha direct. Então era inbox no Facebook mesmo. Atualmente é Messenger e aí quer dizer, olha, olha isso assim. Eu eu já fiz esses movimentos todos e aí me percebia naquele lugar que era uma crise, era uma, eu vivi, eu vivi a crise, eu ainda não eu não era biblista nessa época, eu não sabia de bíblia, de Deus, de Grego, né? **Então, acho que é isso assim, é me tornar-me rede de apoio, Mariko é muito ruim o que eu vou dizer assim, mas foi porque não tinha quem fizesse.** Entende o que eu quero dizer? Não tinha assim.

Assim, ele passa a estudar mais e se especializar na temática do ambiente religioso:

Foi aí que eu me tornei biblista, antes então eu não era especialista na Bíblia, não era especialista, né? Na área de tradução bíblica, mas aí eu pelo CEBI Centro de Estudo Bíblicos eu ingressei na carreira de tradução bíblica, de compreender, fui pra área de novo testamento e aí através do evangelho que eu comecei a desenvolver um trabalho de acolhimento de pessoas LGBTQs que estavam dentro das igrejas (Bob, 2023).

Em busca de se aprimorar para prestar o melhor serviço de escuta, acolhimento e orientação possível, tanto no âmbito de práticas religiosas quanto sobre identidades de gênero e orientações sexuais, direitos, prevenção e cuidados:

E aí eu e aí assim, tem que treinar o pessoal, né? Então, por exemplo, PEP, PREP. Eu nem sabia o que era. Aí a pessoa me acessa: “Bob, transei sem camisinha”. E aí eu falo “o que faz?” Aí eu vou para meus amigos médicos. Aí os meus amigos médicos me falam da PEP. E eu falo do PEP e da PREP. Aí eu vou com o menino no centro de testagem e aconselhamento, aqui em Curitiba chama COA Centro de Orientação e Aconselhamento. Faço o teste rápido com ele, coloco ele na PEP e explico pra ele sobre o PREP. Aí as duas pessoas ao redor do Brasil que eu comentei online sabiam que você teria que treinar esse pessoal explicar o que significa PREP. Aí vai o Bob pregar a palavra de Deus? Não, a palavra de PREP. “Gente tomem PREP”. Aí foi quando eu comecei, por exemplo, uma amiga minha, ela tava fazendo sexo com outra menina, eram dois corpos que tem vagina, né? E aí foi quando eu descobri, por exemplo, que a gente fala da falta de profilaxia de exposição para corpos que tem vagina, né? Porque quando dois corpos que têm vagina né vulva, então você vai fazer o quê? Vai colocar um plástico filme? Foi quando eu descobri que alguns sexos lésbicos entre duas mulheres que tem vulva acontecem com com papel filme e aí foi quando eu descobri que não tem políticas preventivas e aí foi isso assim, nunca foi um desejo Mariko...(.) Não [foi uma escolha voluntária], eu caí nesse campo. Fui caindo nesse campo assim aí fui descobrir o que era uma identidade trans e travesti e que que, por que isso é diferente de ser um homem gay? Pra que falar que você é mulher, você não pode ser só um homem gay? Ah, não, é porque tem a ver com identidade (Bob, 2023).

E conta que também participou de espaços de participação social:

Então, participei dos conselhos, né? Então, a organização dos conselhos municipais, de juventude, municipal, de direito LGBTs das secretarias, aí fez parte entender esse sistema assim, esse sistema aí começa a fazer sentido. Mas aí eu estou falando de 2019 / 20, né? Quando eu já tinha mais repertório sobre esse mundo e menos vergonha de falar que eu era gay também (Bob, 2023).

Pergunto a Bob sobre sua relação familiar:

Então meus irmãos sabem que eu sou viado há muito tempo. O meu irmão primogênito não. Não sei como ele não desconfiou. Ele disse que nunca desconfiou. **Mas os meus irmãos meio que sabiam já estavam preparados e ajudaram muito no processo com a minha mãe assim.** Então eu sou, somos em quatro homens, eu sou terceiro, os dois mais velhos e o mais novo apoiaram muito assim, **desde o começo, compraram brigas com a minha mãe e com meu pai,** então eu lembro que eu tava namorando e meu irmão chamou toda a minha família pra ir pra São Paulo visitá-los e eu estava com o meu namorado em São Paulo, meu namorado na época em São Paulo e o meu irmão mandou uma mensagem pros meus pais e falou assim, aqui na na minha casa o Luiz vai que aí me chamou de Luiz, né? Não me chamou de Bob. **Aqui na minha casa o Luiz vai vir com o namorado dele e vocês não estão convidados se vocês falarem que vocês vão colocar o namorado dele em uma situação constrangedora. A casa é minha, eu pago as minhas contas, eu não dependo financeiramente de vocês. Eu entendo que vocês podem estar sofrendo e respeito isso em vocês. Na minha casa o Luiz vai ser respeitado.** Isso foi um processo com os meus irmãos. **Nem sempre foram flores, mas eles foram muito rápidos nesse processo de aceitação e afirmação, não questionar sobre inferno, céu, sabe? E com tios e tias até hoje é um problema, não tem relações profundas mais com eles.** Algumas tias me amam, né? Ainda agora que estou na ONU e tal mas tem tios que não tem nenhum tipo de relação mais assim, não tenho vontade de ter, não visita mais a necessidade deles, onde eles moram, primos também, a mesma coisa, tem primo que eu é o não tem nenhuma vontade de saber o que acontece com a vida dele hoje em dia **Mas acho que talvez meu ponto com a minha família foi uma relação de de controvérsias né? O tempo inteiro. Era ia e ela vinha, ela ia e ela vinha hoje em dia tá ótimo, minha mãe ama muito meu marido, eu falo que ela ama mais o meu marido que me ama, mas enfim, é esse processo assim, enfim** (Bob, 2023).

A partir do momento em que sua sexualidade é exposta, a trajetória de Bob é permeada por ruptura, havendo um processo de expulsão e adoecimento, ou seja, é vivenciado um processo de sofrimento ético-político. Bob traz em sua narrativa o preconceito individual evidenciado em momentos em que busca combater sua sexualidade e encontrar a “cura gay”. Contou com uma rede de apoio da Igreja do Armazém, e de amigos, bem como de seus irmãos e da permanência estudantil de sua Universidade. Ao acessar outras formas de conhecimento teológico, pode tornar-se uma referência de acolhimento a partir de seus escritos em um blog, evidenciando que a história individual também pode ser coletiva, com vivências que falam não apenas de uma pessoas mas de muitas.

A partir de seu fortalecimento individual, se torna rede de apoio para outras pessoas de

forma orgânica e, posteriormente, institucionalizada (com o Evangelicxs). A partir de sua bagagem acumulada, passa a ocupar espaço na ONU, acompanhando situações com cunho ou com a temática que perpassa a religião. A atuação de Bob como militante de *Advocacy* surge por necessidade e ausência de quem o fizesse de maneira a denunciar o uso da Bíblia como ferramenta de violência e opressão aos corpos LGBTI+, também como possibilidade de usá-la para libertação desses mesmos corpos, permitindo o combate a discursos LGBTIfóbicos, partindo do mesmo embasamento (a Bíblia), embora acrescentando outros valores e possibilidades. Sua atuação na ONU será abordada no próximo capítulo, e suas vivências e sugestões sobre o SUAS, no capítulo IV.

2.3.4 Bruno

Bruno conta a importância da luta para garantia de direitos LGBTI+, e como usufruiu deles sendo casado, divorciado e pai de uma criança de 11 anos. Mas ressalta que, ao mesmo tempo que houve avanço nas pautas LGBTI+, importantes retrocessos ocasionados pelo conservadorismo também puderam ser observados:

Tem uma década né que o casamento civil já foi equipado, você tem milhares de pessoas casadas com filhos, enfim, né? **Eu inclusive usufruto de todos esses direitos, me casei, me divorciei, sou pai e assim né, como é isso?** (Bruno, 2023).

Bruno, em nossa entrevista, aborda ser filho de um pai violento, vítima de violência e chegando a acessar um CREAS, que não conseguiu compreender que a raiz da violência que ele sofria era causada pela LGBTfobia, tema que será abordado posteriormente.

Ele traz em sua trajetória a sua proximidade religiosa com a Igreja Católica, e também sua ruptura com ela, que ocorre, não por motivo de sua sexualidade, mas por conta das mudanças ocasionadas pela gestão do Papa Ratzinger Aínda, aborda a proximidade de sua família com espaços como o sindicato e com ambientes políticos partidários, sobre seus trânsitos no ambiente do serviço social e a participação de espaços do movimento estudantil. Cresceu em Minas Gerais, na região de Contagem, e atualmente reside em Brasília, em função de seu trabalho. Desde sua infância foi inserido e conciliou a vivência em ambientes engajados politicamente e também em ambientes religiosos:

Eu sou de formação católica né? Mas onde eu cresci né, era um bairro de operários né? Em função da região industrial que se formou na década de quarenta ali na região de Contagem né? Próximo a Belo Horizonte. Então os meus pais migraram pra essa região né? Pro onde a gente chama de cinco né? E eles trabalharam ali né e ali naquela região tinham uma forte influência dos padres do trabalho que trabalharam com comunidades eclesiais de base, né? Enfim. Então **minha tradição religiosa vem daí um pouco, que é onde começa a minha formação política, né?** Então eu fui da Juventude Operária Católica, fui da PJ, fui líder da pastoral da criança. Éé, a minha mãe é sindicalista né? Sindicalista do sindicato dos trabalhadores em educação né? Foi uma das fundadoras do Sind-UTE Betim e fui do Grêmio estudantil né? A minha família ela é historicamente ligada ao Partido dos Trabalhadores né? Então em vários municípios do Vale do Rio Doce nós fundamos o partido, tivemos vereadores, prefeitos..então a minha vida sempre circundou muito a vida política de maneira direta ou indireta, né? (Bruno, 2023)

Durante sua vivência universitária, ele participa de diversos espaços do movimento estudantil, como grêmio e centro acadêmico, fazendo parte da ENESSO e da UNE:

Aí em 2010, eu ingresso no curso de serviço social né? E eu sou estudante de serviço social na PUC de Contagem né? Na PUC no campus Contagem em Minas Gerais. Imediatamente eu **me filio ao Grêmio ao centro acadêmico**. Então eu participei de duas gestões do centro acadêmico, uma com o presidente, a outra como primeiro secretário. **Fui da executiva nacional de estudantes de serviço social, fui da UNE e mais...aí tranquei (...)** (Bruno, 2023)

Interrompe essa trajetória, porém, para ter uma experiência religiosa trabalhando com os Salesianos:

[...] **aí fui trabalhar com os Salesianos que é uma congregação religiosa italiana** e eles tinham como carisma o trabalho com os jovens. Com a juventude e tal. E Dom Bosco, na história ele é um santo, um homem que tentou distanciar o fazer da igreja da caridade, né, então ele acreditava que a gente poderia superar as dimensões das desigualdade, com desenvolvimento de potencialidades, de oportunidades para esses jovens, né? Principalmente na cidade de Turim onde ele foi, onde ele nasceu e viveu. Inclusive a gente faz uma divisão, né? Entre os Santos mais contemporâneos, né? Ele é dos anos mil oitocentos e oitenta e oito, por aí. E os anteriores, né? **Então aí eu vivo uma experiência religiosa com eles, né? Moro três anos numa missão religiosa trabalhando com jovens de comunidades carentes lá, de uma cidadezinha chamada Barbacena** que é a caminho do Rio de Janeiro, tá? Umas três, quatro horas do Rio (Bruno, 2023).

Porém, rompe com essa atuação religiosa a partir do momento em que há mudança teórica no ambiente com a ascensão do Padre Ratzinger, que tem uma teologia mais romana e persegue a Teologia da Libertação, que refletiu na dissolução desse grupo em que atuava:

Deixo a igreja né, nesse momento por uma ruptura teórica nesse momento [em que] a gente tem a ascensão do padre do a gente está vivendo aí sobre a gestão

do padre do do Ratzinger, então a igreja ela persegue muito a teologia da libertação e o nosso estudantado acaba sendo distribuída, né? E nessa dissolução do estudantado a inspetoria vai pra São Paulo aonde a teologia é uma teologia mais romana né? E aonde eu faço a escolha então por não ficar mais na igreja. Isso não tinha nenhuma questão com a minha sexualidade, isso era muito tranquilo. Era mais um aspecto missionário mesmo de acreditar que eu poderia transformar o mundo ali naquele lugar. Né? (Bruno, 2023).

Essa dissolução acaba minando sua crença nesse ambiente. Bruno ainda faz questão de evidenciar que sua ruptura não foi por conta de sua sexualidade sendo ela vivida com naturalidade nesse ambiente. Essa fala evidencia uma experiência diferente da vivida por Silvia e Bob no ambiente religioso. Com essa ruptura, ele retorna para o Serviço Social se interessando pela temática LGBTI+: “Aí eu volto pra escola de Serviço Social, já no terceiro ano, né? começo a me interessar pelo tema da comunidade LGBT” (Bruno, 2023).

Ele me conta sobre a importância do grupo Centro de Luta pela Orientação Sexual Livre (Cellus) em sua vida, o qual ele passou a frequentar em 2014:

Uma instituição que me formou, aonde eu tenho assim relações de muito afeto, né? inclusive o atual presidente assim é um grande amigo, é o padrinho do meu filho. Então eu tenho uma, né? Desenvolvi com essa instituição uma relação muito profunda de formação e assumi papéis de liderança, né? (Bruno, 2023).

Bruno afirma com orgulho que esse grupo completou agora vinte e cinco anos, sendo para ele um espaço de atuação política e também um espaço afetivo. A partir do momento em que retornou, a faculdade se envolveu com importantes projetos, pesquisas e trabalhos com a comunidade LGBTI+: “Tive uma relação muito... tenho uma relação muito intensa, né? Assim de muito respeito com a pauta, né? que me formou e tal” (Bruno, 2023).

Sua primeira experiência foi quando conheceu o menino R. em um acolhimento institucional (SAICA) a partir de um projeto de extensão bolsa dignidade, a ser abordado no capítulo da Política de Assistência Social. No Cellus, ele passa a conviver com maior intensidade com o público transexual e, ao contar essa história, ele cita N.L, uma importante liderança e uma grande amiga, já falecida. A partir desse contato ele passa a pesquisar a saúde da população trans* buscando estudar Saúde na perspectiva da Saúde Integral. E como justificativa da importância de sua pesquisa, ele apresenta que “Por que? É... em geral, né? A função do estigma e tal... esse público está sempre atrelada aos controles epidemiológicos. A sífilis, HIV.” Nessa pesquisa:

Enfim, então eu fiquei dois anos em campo trabalhando com a população trans, né? Foram dez sujeitos, né? Dez pessoas, dentre elas pessoas que estavam em trânsito, né? Belo Horizonte tinha uma grande zona de prostituição conhecida como Guaicurus, é muito famosa. Então a gente trabalhou ali com dez pessoas e a pesquisa mostrou exatamente isso. **Assim a gente trabalhou questões relacionadas ao bem-estar, né? Então o que era o bem estar físico, né? Emocional, então elas consideraram que o bem-estar físico estava relacionado ao bem-estar do corpo para a atividade laboral né? E também as dificuldades com os trabalhadores de saúde. Né? É...** aí foi uma pesquisa bem legal. A gente conseguiu apresentar né, publicar. Infelizmente das dez pessoas que eu entrevistei, três morreram em seguida das pesquisas, né? (Bruno, 2023).

Bruno me conta também de sua experiência na ONU:

Nesse período eu fiquei na ONU. Passei por um programa da Organização das Nações Unidas para formação de jovens em controle social né? De HIV/AIDS aí compus a comissão de HIV/AIDS do município por um período, então eu sempre pesquisei bastante o tema em torno da saúde especificamente, basicamente em torno da saúde assim né, dos agravos de saúde né? (Bruno, 2023).

Ele ainda faz uma importante ressalva:

O índice de mortalidade é alto. Apesar da gente ter uma falsa fala né? De que elas têm uma expectativa de vida de trinta e cinco anos, né? O que não é real né? É porque elas morrem com essa idade mas não quer dizer que é uma expectativa de vida (Bruno, 2023).

Em 2015/2016, ele assumiu seu primeiro cargo público, sendo Gestor da pauta de diversidade, ligado à Secretaria de Direitos Humanos, no município de Contagem. Depois que se formou, trabalhou no Parlamento e nesse espaço, lidou com orçamento pra população LGBTI+ e presidiu comissões. Ainda, trabalhou na frente humanitária de pessoas em situação de rua em Belo Horizonte durante o período da pandemia e posteriormente supervisionou o programa de prevenção chamado BH de mãos dadas contra a AIDS e hoje está no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

No período em que estive na frente humanitária, foi criado um grupo com as travestis e mulheres trans para trabalhar questões relativas à condição de rua, do que significava a rua, sendo apontado por elas como um lugar de exercício da identidade:

Mas assim, a rua é muito como esse lugar do exercício da identidade **Eu eu estou na rua porque na rua eu consigo exercer a minha afetividade, eu consigo ter o meu relacionamento eu estou na rua porque eu consigo me prostituir e aqui e na prostituição eu sou desejada como mulher, né?** (Bruno, 2023).

Vale aqui uma nota mental minha: nossa sociedade é tão violenta, tão transfóbica, com tantas rotas de exclusão, que a condição de rua torna-se o lugar-possibilidade de existir, enquanto identidade, afeto, desejo, relacionamento e trabalho.

A trajetória de Bruno é marcada pela vivência no ambiente religioso (comunidade eclesial de base), no ambiente de organização política (partidária e sindical) e de militância (estudantil e no Cellus). Ele também acessou diversos locais em que acumulou experiência de trabalho, pesquisa e extensão com a população LGBTI+ trabalhando nas áreas da Saúde, Direitos Humanos e Assistência Social; somado à experiência no parlamento, estando hoje no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, com um importante desafio de tornar a Política de Assistência mais diversa. Por outro lado, em sua trajetória de vida, houve diversos momentos em que a LGBTIfobia foi manifestada, como em sua infância quando sofreu violência física cometida pelo seu pai. Ainda, em sua trajetória, precisou lidar com a perda de pessoas LGBTI+ queridas. Bruno afirma também ter usufruído de todos os direitos conquistados pelo movimento LGBTI+, tendo casado (e divorciado), sendo pai evidenciando a importância e o impacto desses direitos no cotidiano e nas relações sociais.

2.3.5 Atena

Atena conta sua vivência como mulher transexual. Sua trajetória de itinerância entre o Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, a partir do momento em que seus pais não aceitam sua transição quando ela mostra “quem ela queria ser”. Perpassa por sua dificuldade em se manter durante a pandemia da COVID 19, quando a casa em que ela morava e fazia programa é fechada. E como ela chega a São Bernardo do Campo, São Paulo. Como não tinha qualquer rede de apoio, encontra refúgio na casa de uma cafetina, onde não consegue pagar a diária, tendo que ir para situação de rua. Traz também sobre dois relacionamentos que não deram certo e como encontra na Casa Neon Cunha um espaço de afeto, segurança e acolhimento e acessa direitos como a retificação de seu nome.

Ei, boa tarde, meu nome é Atena de Souza me considero como uma mulher trans da cor parda, tenho vinte e três anos estou aqui atualmente aqui em São Paulo, São Bernardo fazem três anos. Eu sou do Espírito Santo é Vitória e eu sou assistida pela Casa Neon, eu sou uma das antiga é da casa né? Agora a casa vai pra dois anos. Então, eu fui cair na rua, foi a partir de 2018, caí e comecei a fazer programas, fui

parar em Belo Horizonte, Minas Gerais, (...) aí e fiquei trabalhando no meu sobe e desce lá, né? Que tem, que tem pra trans, aí veio a Covid-19, a dona de lá ela entregou o prédio e não tive mais pra onde ir é devidamente..pelo que. os meus pais não terem é... me aceitado aí foi onde que eu vim daqui pra cá pra São Paulo mas sem uma rede de apoio nenhuma e eu também não conhecia, né? (...) (Atena, 2023).

Ela ainda conta que se identificou como uma mulher trans na adolescência, quando ainda morava com seus pais, porém, não foi aceita por seus familiares e teve que sair de casa:

É... na verdade já fui me descobrir mesmo mais na adolescência também **Eu estava morando ainda com meus pais, aí fui pra eles a forma que eu queria ficar, entendeu? Então realmente eles não me aceitaram da forma que eu me via antes. Então assim, a minha mãe já não me aceitou direito, meu pai também não.** Por eles serem separados eu acho que eu acho porque mais me afetou mesmo foi foi a separação deles, né? E pelo fato deles também não terem me aceitado minha mãe por ter casado com outro rapaz que não me aceitava e meu pai por por ter casado com uma outra mulher também não é me aceitava **então foi no dia que eu tive que sair de casa e comecei a viajar** (Atena, 2023).

Percorre então Belo Horizonte e depois São Bernardo do Campo. Pergunto se ela veio direto para São Bernardo do Campo, ou se passou pela cidade de São Paulo: E ela me respondeu que não: “Não, vim direto pra São Bernardo. Vim trabalhar na casa de uma é..cafetina, aí tem que e eu não consegui é... manter a diária aí foi onde que eu caí foi na rua mesmo né?” (Atena, 2023).

Em certa medida, as casas de cafetinagem foram lugares em que ela pode ser quem ela é, e locais em que pode suprir suas necessidades básicas de sobrevivência, seja trabalhando e tendo uma renda, ou morando. “Para fazer história é necessário primeiramente suprir as necessidades básicas”. Porém esses lugares, assim como outros espaços mercadorizados, a partir do momento que deixou de ser rentável foi colocada em situação de rua.

Ainda conta que viveu uma situação de violência doméstica:

Eu me envolvi com uma pessoa. Ele era muito ciumento, esses ciúmes dele já estava já, me prejudicando e foi aonde que é isso ele me deu uma facada por ele não é me aceitar a ter amizade com ninguém, entendeu? Queria que eu ficasse em casa presa e ir pro serviço e voltar naquela mesma rotina de sempre. Aí saí da casa dele, isso tudo em São Bernardo, sexta-feira saí da casa dele, cai na rua, quando conheci algumas meninas assistidas aqui da casa já. Aí eu conheci o Paulo que é diretor da casa que já tava com esse projeto já que já era Casa Neon isso daqui eu venho acompanhando ele até hoje (Atena, 2023).

E somente após todo esse percurso de ruptura de vínculo familiar, migração, de violência doméstica e de ser “descartada” por não conseguir pagar a casa de cafetinagem, é

que ela encontra a Casa Neon Cunha, dirigida por Paulo.

Atualmente, além de ser acompanhada na Casa Neon Cunha, Atena também é acompanhada pelo Centro Pop e está na casa de passagem:

Passei, passei pelo Centro Pop. Ainda ainda estou lá na casa de de passagem [acolhimento para pessoas adultas em situação de rua] porque, porque não deu certo com meu ex era isso e um outro cara que eu conheci aqui a gente estava morando em Diadema aí com ele também não deu certo aí tive que entregar na casa aí voltou pra casa de de passagem Aí agora eu tô ficando lá na casa lá de passagem (Atena, 2023).

Hoje, Atena deseja conseguir o mais breve possível sair da casa de passagem e alugar um local para morar. “Aí agora eu vou ver se eu alugo de novo um um lugar pra mim né? Até porque não é meu foco ficar dentro da casa de passagem e eu vou mesmo procurar um lugarzinho pra mim continuar” (Atena, 2023).

Atena não fugiu da estatística que assola muitas trans*, que vêem a prostituição como única forma de obter renda, além de constantemente se encontrar em situação de rua.. Ainda, aponta a vivência de violência doméstica em um relacionamento abusivo. Encontrou na assistência social (Centro Pop e Casa de Passagem) uma rede de apoio, ainda que permeado por violações e violências LGBTfóbicas (que serão trazidas nos próximos capítulos).

Como principal espaço seguro, elenca a Casa Neon Cunha, presidida por Paulo. Apesar de toda sua trajetória, Atena traz em sua narrativa diversas tentativas de recomeços, seja mudando de cidades, ou em novos relacionamentos, e continua nesse processo, apresentando enorme desejo de alugar um local para morar e ter maior autonomia.

2.3.6 Joycee

Joycee, mulher trans que realizou o processo de externalização de sua transexualidade em uma fase mais “madura”, e não gosta de rotular sua sexualidade:

Assim, em **relação à minha sexualidade, assim é..**eu estou um ano sem parceiro, porque passada violência doméstica não é uma prioridade para mim, entendeu né? **É lógico que eu gosto de meninos gays ou homens cis, mas eu não sou muito de qualificar isso em pretensões sexuais, pela performance que você faz sexualmente. Porque eu sou dessas que pensam assim. Ah é... se eu fugi dos padrões?!** tornando mulher trans (Joycee, 2023).

Ela me conta sobre sua transição madura/tardia e que teve como referência a própria Laerte, ressaltando a importância de referências públicas visibilizadas nas mídias e na telecomunicação.

[...] desde minha transição em [há] 5 anos, comecei minha transição em 2018, fazem só 5 anos, então eu sou recente. Eu cresci bissexual e faz 5 anos que eu estou transitada. **E transitar assim, madura, para mim foi uma novidade. Uma das referências para mim de transitar assim já tarde, foi a própria Laerte, que na época estava transitando por 60 anos, 61 anos** (Joycee, 2023)

Joycee comenta sua percepção sobre como a comunidade LGBTI+ apresenta resistência ao acolher pessoas trans que externalizam sua transição tardiamente:

Então, em contrapartida, **na comunidade LGBT, você transitar tarde, também há uma certa resistência deles em achar que é aceitável a gente vir como mulher trans.** Primeiro como mulher, depois como mulher trans, porque a concepção que eles tinham, que a mulher trans é só a travesti. Você tem que ser feminina, tem que ter peito, bunda, tem que ter uma voz nasalada, e manter aquele padrão feminino que a sociedade já coloca. Então, para mim, isso nunca foi interessante. **Desde que eu me coloquei como mulher trans, e aprendi a ser e estar uma mulher trans, então eu gosto de quebrar esses padrões, paradigmas de que tem que ser feminino. Então, se um dia, se eu quiser ter pelos nas minhas pernas, eu vou ter. Se eu quiser ter barba, eu vou ter. Se eu não quiser colocar prótese, eu não vou colocar. Se eu não quiser fazer a minha designação, eu não vou fazer.** Porque tem pessoas, tem mulheres trans, que elas não... tem tanta... como eu disse, uma delas tem tanta...um pouco assim... sei lá, ranço de estar no corpo errado, que ela nem ia ao banheiro para não se ver nua. Então, tipo assim, eu acho que para essas pessoas, eu acho que para todo mundo, é preciso de levar a transição até o nível que elas se sintem bem. Só que, não que isso seja uma obrigação. **Ah, eu sou uma mulher trans, sou obrigada a por prótese, a fazer a hormonização, a ser feminina copiando uma mulher cis.** Não, não, não. Eu tenho que ser eu mesmo. Me tornei mulher não para ser uma própria mulher cis. Eu me tornei mulher também não foi para vender o corpo, nada contra quem faça, não foi essa a minha intenção. Não me tornei mulher para ter mais parceiros sexuais, também não foi essa a minha intenção (Joycee, 2023)

E apresenta sua motivação de ter realizado a transição:

Eu me tornei mulher para me envelhecer mulher. E assim, então, o que eu vim falar com isso, que não será tudo isso que a gente foge na sociedade convencional. Se você quiser fazer isso pra nossa comunidade LGBTI vai acabar causando depois de tudo, que não é necessário mais manter (Joycee, 2023).

Na fala acima, é possível compreender a pluralidade e particularidades sobre ser mulher, havendo diferentes tipos de mulheridades e não necessariamente sendo uma cópia de uma mulher cis. Em diversas fala de Joycee, ela faz uma diferenciação entre ela e outras

mulheres transexuais/travestis com prótese, hormonização, “barraqueiras”, que usam shortinho e trabalham com prostituição, e a busca por romper com esse estereótipo. Mas, também, a diferença no sistema de hierarquia social, como a cristalização do ponto de vista da comunidade LGBTI+.

Há uma parte da narrativa de Joycee que me toca profundamente: o momento da escolha de seu nome e o momento em que é chamada por esse nome pela primeira vez. A Professora Martinelli sempre reforça em suas aulas e orientações sobre a importância do nome como construção de uma identidade e uma história e sobre a importância de nos atentarmos nos olhos das pessoas, gravar o nome e a história tornando cada atendimento único.

Ela narra o processo de escolha de seu nome:

Aí já pensei pelo meu nome, foi bem interessante, porque eu não queria ter um nome alegre nem um nome que parecesse um nome artístico, que a maioria das pessoas, das minhas amigas travestis, minhas amigas trans, como você já viu do grupo [antes] GLS, então LGBT era meio que novidade mas eu sempre trabalhei na noite como promotor de festas de flashback, lá de São Paulo sempre conheci muitos amigos meus, né, de festas musicais, gays, casas LGBTs, aí, drag queens. Então, sem dizer aqueles nomes artísticos, ou engraçados. Eu falei não, eu quero um nome que tenha muito a ver por mim. **Aí eu peguei e falei assim, não, então, como eu gosto muito de inglês, eu peguei a palavra joy, que é alegria em inglês e a consoante de ser, né, que é se, que é de querer, que significa carinho, se importar, cuidado, né. E aí juntou a consoante de se com joy, com joy se, que não deixa de ser joy também, né.** E a gente lembra que lá no século 16, 17, 18, na Inglaterra, **tinha até um santo, né, um santo cultuado que era a St. Joyce, né, porque é um nome masculino, (e) um nome feminino.** Aí, no início eu falei assim, não, então é esse o nome que eu quero, pra mim. E naquele ano, né, de 2018, foi quando eu já tinha, antigamente eu pedia retificação. Eu tô fazendo agora através da Neon, eu antigamente eu pedia averbação em juízo. Mas depois do juiz decidir se te dar o direito a fazer a retificação ou receber antes disso um nome social. Então foi, era chamado de averbação. Então eu escolhi Joycee. Sim, eu entrei com esse pedido em juízo. Aí foi quando eles agendaram pra mim o Poupatempo, lá do Shopping Atrium. E quando foi no, era pra eu estar lá, tipo, acho que uma hora, duas horas da tarde pra fazer meu novo RG, na época. **Eu tava assistindo aquele telejornal do meio dia, da cultura, o Jornal da Tarde. E quem tava apresentando o jornal era a Joyce Ribeiro, que é jornalista negra, bonita, inteligente.** Aí quando eu vi o nome dela lá. **Eu falei assim, nossa, é esse o nome mesmo, acho que é uma confirmação mesmo, sabe esse..? (...) Era o sinal de perceber as coisas.** (Joycee, 2023)

E conta como se sentiu e o significado que teve a primeira vez que ouviu ser chamada pelo seu nome:

Aí quando eu cheguei lá no atendimento da Secretaria de Segurança pública, dentro do Atrium, ela falou assim **“você decidiu qual é o nome que você quer, ou você pode decidir agora, tal, né”** Eu falei assim, **“não, já trouxe ele pronto, eu disse**

assim, ó, é assim, e nessa escrita que é Joy, né, com Y mesmo, né, de alegria E se é E, com duas letras É. Ah, ela que legal. então na hora já preparou tudo ali, tal E a primeira vez que eu ouvi o meu nome soar Joycee, quando ela chamou no, painel. Cara, eu fiquei tão emocionada, eu me sinto tão emocionado. Porque foi a primeira vez que eu me enxerguei alguém falando comigo Parecia que o menino que existiu até aquele ano, não era eu. Não era realmente eu, então tipo assim, quando ela me chamou lá para ver o restante já como menina(..)Nossa, aquilo abriu [uma chavinha], né. Nossa, ali eu me entendi, eu mesma, né. Então foi muito legal isso, então essa foi a parte da escolha do nome, né? (Joycee, 2023)

Nessa narrativa, percebe-se o lugar de importância do nome, e a relevância de tratar as pessoas por seus nomes verdadeiros (e não o de registro), tratando as pessoas com respeito e respeitando sua identidade e trajetória.

Ao falar sobre transição, Joycee fala o seguinte:

Que é a transição é feita de três partes, a primeira parte do período da transição que é quando se **escolhe transicionar**. Porque não adianta, Mariko, **quando a sua mente já escolheu transitar, você já tá transitada**, Então isso é o primeiro passo, porque o seu cérebro já começa a trabalhar, né? A tua alma, teu espírito, teu corpo começa já, virou a primeira escolha da transição a vontade de transitar. **Segundo é a transição corporal. E corpórea você decide. E corpórea você decide se você quer fazer as mudanças Semelhante a feminina Margem [aspas] do que a sociedade acha de feminino, ou se você quer ser você mesmo E a terceira e última fase é a documental**. Primeiro você deseja transitar, segundo você, claro, a transição é de mudanças seja corpórea, seja de roupa, seja de look e depois a documentação porque essa documentação pode levar até mais tempo . E outras exigências. Então quando eu resolvi assim mudar o meu o meu o meu vestuário já foi bem assim. Mesmo quando menino eu já gostava dos looks mais andrógenos Então eu já ia em festas Assim, aqueles looks bem balmânicos, *queer club*, *mainstream*. Todas assim, entendeu , então a pessoa já achava eu sou divertida, né. Então uma coisa que tinha, então bem à vontade, saias e vestidos (Joycee, 2023).

Joycee nasceu na Mooca e morou em um cortiço, onde conviveu com muitas pessoas diferentes. Perdeu sua mãe aos 16 anos.

Eu sou paulistana da Mooca. Nasci na Mooca em 74, 1974. Fiquei na pequena Mooca, só até os treze anos, aí quando eu estava com treze anos e meio, meu pai se mudou pra Santo André aqui, tinha comprado num grande terreno pra construir. A Mooca ficava do outro lado e eu estava assim na mais habituado então o diferente pra mim nunca foi diferente, porque você cresce na Mooca, você cresce com estrangeiros, tinha oriental, tinha muçulmano, meus avós espanhóis, tinha italiano, tinha portugueses. Então tipo assim, se estudar na escola mista, um bando de gente diferente nunca foi diferente. E ele morava aquelas moradias coletivas assim, sabe? Que tinha vários moradores juntos, tipo assim, num domingo as mulheres se reuniam, cozinhar, fazer um guisado (Joycee, 2023)

Mudou-se com sua família para Santo André, perdeu seu pai aos 23 anos e, apesar ter feito curso de Administração, teve empregos secundários e aponta ter sofrido LGBTIfobia.

Residiu um curto período em São Caetano, depois mudou-se para Sorocaba casou-se (ainda como pessoa cisgênero), teve filhos, se divorciou, retornou para São Paulo:

Só que eu cheguei em Santo André, que eu comecei a perceber que quem era diferente, era o mal tratado, jogado de escanteio, mas sempre fui muito estudioso, muito estudiosa, então eu fiz o fundamental, eu fiz o colégio técnico lá, né? O que era o ensino médio, Depois minha mãe faleceu de câncer nos rins, eu tinha dezesseis anos, né? Então, tipo assim, depois meu pai faleceu, eu tava com vinte e seis. Então, mesmo com diploma de administração do colégio técnico não tinha muita direção. E pra fazer trabalho secundário, a vida toda e por ser afetado e ser gay e ser bissexual, eu ia ser menosprezado do mesmo jeito e ia ser cancelado do mesmo jeito. Aí na minha adolescência cheguei a morar 6 anos em São Caetano porque eu gravei uma menina, não porque os pais pediram mas por conta da gravidez moramos juntos, ela acabou perdendo a criança e cada um seguiu o seu caminho e com trinta anos eu conheci a mãe dos filhos com trinta e um casei fiquei onze anos casado e como eu falei, eu voltei de Sorocaba pra cá, pra São Paulo, foi justamente porque assim, já não tinha mais nada a ver. Entendeu? (Joycee, 2023).

Acessou a faculdade de Gestão em Logística com o PROUNI. Durante seu processo de afirmação de identidade de gênero, trabalhou em uma empresa de *call center*, mas perdeu emprego durante a pandemia da COVID-19, como tantas outras pessoas:.

Sobre seu trabalho no telemarketing:

Eu trabalhei seis anos numa empresa lá em Santo André de telemarketing, só que eu desenvolvi tão rápido que eu só entrei na empresa de telemarketing, quando eu cheguei lá acabei progredindo pra uma outra função. Eu nem fiquei em telemarketing. Eu queria já atender o público, mas assim, eu ajudava os técnicos a fazer manutenção e as entregas de marketing no cartão de crédito. Então eu não tinha aquela parte convencional do telemarketing, de fazer ligação e coisa assim, aproveitei bastante ali na área de logística para cuidar de grandes contas, ainda mais a da marca c.. mais ainda foi quando assim né supercaras aquela coisa toda tal né aí quando ficou aí e durante esse período que eu fiquei lá eu também era meio politizada, fiz parte de quatro mandatos do CIPA, que é inclusivo então eu quero ver o que eu posso fazer pra ajudar as pessoas não é porque a empresa ela é inclusiva que ela recebe pessoas, que isso na prática funciona. Então, nesses seis anos que fiquei lá na empresa, houve um corte, aquele problema do outro governo federal e o governo passou muito problema com transfobia em rede social, perdi propostas de trabalho, né? Ai o que acontece, é que foi bem pós-pandemia.. Então eu fui uma das últimas a sair antes da licença da pandemia e na hora que a pós-pandemia também foi basicamente todo o meu setor foi desligado (Joycee, 2023).

Pontua estar com dificuldade de conseguir emprego, seja por transfobia, ou por etarismo, ainda que ela possua Ensino Superior, esbarra em diversas catracas que dificultam seu retorno ao mercado de trabalho:

Sou formada em Logística, né? Na faculdade Anhanguera, Gestão de Logística, né? Eu fiz tecnólogo lá. Mas o que o esquecem é você é preparado na faculdade como menino e isso vai me trazer benefício agora, só que não, eu fiz faculdade quando era menino, eu era menino porque eu sou neta e filho de negros, então fui cotista, fui pra prounista, uma batalha pra fazer o ENEM e conseguir fazer faculdade, mas tipo assim o talvez, a ele ajudou, mas aí eu sendo uma mulher trans, né? E ter quarenta e nove anos, primeiro se eles vão achar que independente de eu ter formação superior, eu vou continuar sendo uma mulher, uma mulher trans que vai a trabalhar na empresa, porque tipo assim, o empregador quando vai por vai contratar uma de nós, eles já imaginam como se estivesse contratando um PcD. “Ah, quer dizer que você conta pra um PcD?” “Eu vou ter que aumentar os banheiros?” “vou ter que trocar a rampa?” “vou ter que colocar o visto tátil?” Então, quando é contratar uma mulher trans, numa empresa, por mais inclusivo que ela seja, né? Que é só pra inglês ver, ela fala assim, “ah você não tem que colocar mais banheiros?” “Será que eu vou ter funcionários que vão querer conviver com uma pessoa muito diferente, o que será que eu vou ter que fazer?” o empregador já paga em gastos e não é isso, você está contratando uma mulher trans e homem trans, colaborador ou ser humano igual um do outro que as necessidades serão as mesmas do espaço físico, eu vejo, não é só entender que o meu profissional pelo quanto qualquer outro. (...) Então, por isso não tive facilidade de emprego em São Bernardo e pelo etarismo sofrido na minha área de logística, trabalho com logística, né? Se com a chegada daquelas empresas que vem depois pela internet é lógico que você contrata mais juvenzinho. Então quando não batia em relação à minha transição, batia em relação ao etarismo, entendeu? Fui tentando, tentando, tentando, tentando. E e assim, eu, a Casa Neon Cunha me ajudando nessa luta. E ao invés do Centro Pop estar me ajudando começou a me perseguir (Joycee, 2023).

Joycee registra ter sido vítima de violência de uma pessoa que tinha se oferecido para ajudá-la em seu momento de fragilidade, mas que estava com más intenções:

Então eu tenho [tive] condições de me manter por um tempo, logo eu perdi as condições financeiras e necessidades de ajuda. Quando eu precisei de ajuda, um pseudo amigo meu foi me ajudar mas na verdade não queria me ajudar. Queria trocar uma amizade por sexo. E aquilo lá me deixou tão assim indignada, tão revoltada, porque eu estava vulnerável. Eu tive que entregar minha casa, doar meus móveis, porque eu não tinha como esperar um mês para vender eles, uma venda de garagem, porque se não, ia gerar um aluguel, que eu não teria. **Então, eu fiquei na casa da pessoa assim passando por todo tipo de violência. E ainda mais nessa situação Foi até que um dia que eu aproveitei e esperei ele sair pro trabalho, peguei só meus documentos e a roupa do corpo. E fugi da casa .. E nunca mais voltei.** (Joycee, 2023)

Esteve em situação de rua, foi acolhida pelo centro de acolhida de Santo André, sofreu ameaças, foi transferida para São Bernardo do Campo, foi atendida pela Casa de Passagem e pelo Centro Pop, sofreu inúmeras violências institucionais. É também atendida pelo CRAM, onde reconhece ser esse um espaço protetivo, mas é na Casa Neon Cunha, uma referência de proteção social, em que ela pode ser ela mesma, onde pode se fortalecer. Sua trajetória no Centro Pop, Casa de Passagem e no CRAM será abordada nos próximos capítulos.

Ela traz em seu discurso a recente procura de suas irmãs por ela e pontua que aceita a reaproximação com a condição delas a aceitarem como ela é:

Então não quero que ninguém ou nada ache que eu estou assim...né? E as minhas irmãs como são evangélicas, elas, elas não me aceitavam, a caçula, a do meio é mulher de é... é... de um grande pastor lá em lá em Campinas né, na Nazareno, ela não me aceitava não. E desde que meus pais faleceram e eles me aceitavam como menino, mas transitada não. Até que há um mês atrás, minha irmã caçula foi lá no albergue me conhecer, conhecer a irmã, foi quando ela prometeu que ia se esforçar para me entender como mulher e me chamar de irmã. A mais velha ainda não, ela vai pegar meus dados com a caçula agora e aquela coisa toda.(...)Exatamente [está em processo de reaproximação] porque eu não tenho questão de uma reaproximação só quero que ela me entenda o garoto não existe mais. Faz cinco anos que não existe mais. Até mesmo os amigos que eram do círculo, se quiser caminhar comigo, eu sendo assim, seja bem vindo. Vamos juntos. Agora, se você era só amigo meu porque eu era menino. Acabou. Segue sua vida que eu vou seguir a minha. Nas minhas redes sociais agora só aceito o pessoal do passado, se eles querem caminhar comigo. Se me entender, sem me julgar, sem nada, tudo bem (Joycee, 2023).

Complementando sua vivência familiar, aponta ter contato com seu filho, mas não com sua filha, passando novamente, em sua leitura por uma justificativa religiosa:

Agora, por exemplo, é... eu só falo pro meu filho, a minha filha não falava comigo. Aí desde os sete anos, ela vai fazer quinze agora em outubro minha filha não fala comigo. Eu esperei né? (...) Mas estou dando tempo para que ela um dia me procure. Meu filho falou assim mesmo que eu deveria ter amor, respeito, aliança mesmo, não quero que minha filha tenha medo de mim, entendeu. Eu não vou muito lá pra Sorocaba porque não tenho condições, mas eu quero ir lá para entender as pessoas que são da igreja deles (Joycee, 2023).

Apresenta em sua fala também seu processo de divórcio e seu respeito com sua ex mulher:

Eu não vou lá procurar abrigo na minha ex mulher, porque quando eu saí de lá, a casa, eu deixei a minha parte com meus filhos e a parte dela era parte dela, o carro..eu gastei a minha parte pra vim pra cá entendeu? Então cara, foi um divórcio totalmente legal e e amigo. Entendeu? Pra pra ambas as partes, a juíza ela [disse] “nossa, nunca, nunca, fez uma separação tão fácil..” A gente é amigo, conversando, trocando mensagem de Zap. E até isso que eu achei a mãe deles chegou com a marca de ser uma grande mulher na minha vida (Joycee, 2023).

Ainda que em condições de vulnerabilidade, afirma pagar uma pensão de R\$ 400,00 para seus filhos, utilizando parte do valor que recebe como benefício do governo. Assim, procura manter a boa relação com a mãe das crianças e ser um exemplo para elas:

Então assim é... dos 600,00 eu devolvo 400,00 durante um mês. (...) Mariko, você acha que é a mãe dos meus filhos vai continuar boazinha comigo no momento que eu parar de pagar pensão?(...)Pensão ainda é a única coisa que dá cadeia. Me põe em juízo. Ai pensa, que lindo pros meus filhos “Ah depois que meu pai virou mulher trans ela foi até presa”. Imagina isso aqui tanta coisa pra evoluir, vou dar esse exemplo pro meu filho. Eu não quero que nem eles, nem ninguém, nem eu mesmo, ache que minha dificuldade de vida só aconteceu porque eu transitei, eu não quero acreditar que as minhas dificuldades na vida só aconteceram porque eu transitei. Eu não quero acreditar que as minhas dificuldades não passam na vida são porque eu transitei, viu? Porque eu não acho que o meu mal tenha sido eu ter transitado. Eu não quero que o I., G. pense que o pai só foi parar na rua só virou moradora de rua porque ela transitou, por ter transitado. Não é. Todo ser humano vai ter dificuldades porque a gente depende o financeiro fui parar na rua por uma dificuldade financeira não foi caso de droga, de vício, de confusão, de nada. Não que eu seja, seja melhor que ninguém, mas eu estou nas ruas por uma dificuldade financeira (Joycee, 2023).

A todo momento aponta seu carinho por eles e lamenta a distância e ausência, principalmente por falta de condições econômicas:

Porque agora meus filhos podem ter um bom pai assim, né? Porque assim, é foram muito queridos, muito desejados e aquela coisa toda e lá em Sorocaba o ensino é assim, o ensino é integral. Então eles ficam lá e no outro período eles praticam o esporte. Então meu filho é um excelente jogador de basquete do ginásio poliesportivo de lá e minha filha jogadora de vôlei. Tá? Porque são bem altos. Meu filho tem 1,95 e minha filha 1,85 então tipo assim eu também quero ser pãe, porque né? Junção de mãe e pai, né? Assim que é só o financeiro. Mas que só fica ligando pra se ver, ou seja, amiga da sua mãe, porque tem uma parte que é divertidíssima, ou pra puxar a orelha, essas coisas todas, mas que assim, me dói muito encontrar com eles [porque] perdi muita coisa. Quando eu deixei eles lá em 2016, né? Cheguei a ver depois, né? Mas parece que não são as mesmas crianças que eu deixei em 2016 eles eram pequenos, agora já são adolescentes.(...) São buracos que ficam assim. Nem são as mesmas só que agora podem enxergar como o mesmo pãe que eles têm (Joycee, 2023).

Joycee traz em sua narrativa duas ultrageneralizações;

O que é interessante também é o fato do ser homossexual. Então, fora do contexto homossexual, as pessoas acham que, tipo assim, que todo o fato de se sobressair talvez por inteligência, por talento, por aquelas coisas, as pessoas dizem, ah, fulano é assim, só tem criatividade porque é gay, só é bom nos estudos porque ele é gay, só é um bom, só é um bom, eu tenho filhos, né, com duas filhas só é um bom pai porque é gay, só é estudioso porque é gay, então, tipo assim, não, você é, né, você gosta, né, então é isso por isso que quando eu cheguei até a faculdade, bissexual, na faculdade, tinha muito disso, se apresentasse um bom trabalho é porque eu era gay mas, perai, mas eu sou bissexual, né, se eu não tivesse sido gay antes, eu teria sido gay, se eu tivesse sido, né, criado hétero, (..) a sociedade decidiu por mim que tudo que eu fazia de bom, de diferente, de interessante é porque eu era gay (Joycee, 2023).

Aqui você tem... aí você precisa ter uma defesa porque quando é uma discussão com uma mulher trans nunca é contra a Mariko, é por conta da sexualidade da Mariko. Então as brigas não eram com a Joycee, era porque a Joycee tinha bigulim

Era porque a Joyce era assim assada. . Era porque a Joyce é viado. É a mulher ..então era com as coisas pra se denegrir³⁹ (Joycee, 2023).

Joycee traz também em sua narrativa a presença da bifobia dizendo que:

Eu tava escondendo, eu ficava no armário, a comodidade, ah, nem existe bissexual, é que você não sai do armário e, assim, não fez mal, não, não se trata só da parte sexual né, é a parte também do, de você ter sentimentos por duas pessoas de sexo diferente é como se tivesse duas pessoas dentro de você, pensando como mulher e pensando como homem (Joycee, 2023)

Ela teve como rede de apoio a Casa Neon Cunha:

Quem me ajudava mais sempre foi a Casa Neon porque pra não ficar enfrentando aquelas filas de lavar roupa que falei, eu trazia aqui, então o sabão em pó era gasto era daqui, a secadora daqui, o varal é daqui, né? O amaciante era daqui, então não tinha gastos lá, porque sabonete já me fornecia. Se eu for tomar um banho aqui, eu não dava gastos lá, eu não tinha gastos. Então sabão em pó, creme dental, sabonete, não tinha gastos porque a casa Neon Cunha já me fornecia. Eu cheguei toda estilhaçada assim. Eu cheguei aqui toda despedaçada. De fevereiro pra cá né, a Neon ajudou, ela foi me reconstruindo como cidadã, ela foi me reconstruindo como pessoa. As minhas roupas eu não precisei mais pegar roupas assim que sobravam lá no lá na casa de passagem ou de doação de rua, que acontece, e aqui na Neon eu tive o direito de ter meu próprio look. De ganhar roupas As minhas novas. Novas, nunca usadas assim, de colaboradores E eu fui me encontrando E aqui e eu fui me encontrando e aqui com a parte psicossocial, atividades, né? Ah as psicólogas, né? A J. advogada, os cursos, né, profissionalizantes. então fui me tornando isso, quando eu encontrei essa porta aqui, eu fiquei tão emocionada que até chorei. Porque eu não tinha visto fora de São Paulo um lugar.. Quando eu gosto, eu gosto, quando não gosto, não gosto. Então, tipo assim, porque era um oásis. Nenhum lugar no ABCDMRR, que olhe a gente LGBT, nós mulheres trans nós mulheres trans, como seres humanos, como pessoas não tem. (...) Exatamente! Que eu posso ser eu mesma, então aproveitando essa força que a casa neon também me deu (Joycee, 2023).

Hoje Joycee reside na casa de uma amiga que conheceu na Casa Neon Cunha:

Até minha colega a N. que faz parte da equipe da casa que trabalha aqui na limpeza, falei assim, não, eu vou socorrer, vou levar isso pra minha casa, passar uns dias comigo. Não, eu quero só uns dias mesmo, eu não quero morar com você, porque eu quero que você tenha sua privacidade, pra você trazer um namorado, né? Pensa antes porque eu não quero ser um peso, né? Então eu quero que seja com pouco tempo mesmo, porque ao contrário do que lá no na casa de passagem, eu não consegui o que, dar a volta por cima né? (Joycee, 2023).

Joycee foi casada, teve filhos e se divorciou, tendo boa convivência com sua ex-mulher, é mãe de duas crianças, com formação em Logística. Se apresenta afirmando não gostar de rótulos, quando pergunto sobre sua orientação sexual, afinal “já lutamos tanto para

³⁹Não se utiliza mais o termo denegrir, sendo considerado um termo racista. O termo foi mantido, no entanto, por ter sido falado pela pessoa entrevistada.

romper com rótulos e padrões”. Conta que sua infância foi na região da Mooca, onde conviveu com uma enorme diversidade étnica e, posteriormente, mudou-se com sua família para Santo André.

Por um breve período, residiu em São Caetano e, posteriormente, em Sorocaba, onde nasceram os filhos fruto de seu casamento. Após o divórcio, retorna a Santo André. Tem seus filhos em lugar de importância e afeto, porém compreendendo sua responsabilidade civil enquanto genitora. Mantém bom relacionamento com sua ex-mulher.

Sua última experiência profissional formal foi em uma empresa de *call center*. Seu engajamento na luta por melhor qualidade de vida para todos e todas que trabalhavam lá, participando inclusive da CIPAT, saindo em um episódio de demissão em massa durante o período da pandemia da Covid 19.

Ela encontra barreiras para retorno ao mercado de trabalho, como a transfobia e o etarismo. Foi vítima de inúmeras violências desde que perdeu seu trabalho no *Telemarketing*. Primeiro, por um falso amigo mal intencionado. Depois, já em situação de rua, passa por outras situações de violência constante. Está aberta para retomada de vínculos com suas irmãs, desde que seja respeitada.

Joycee evidencia, em sua fala, como a religiosidade impacta de forma negativa seus vínculos familiares. Conta que, tanto no Centro Pop, como na Casa de Passagem, sofreu inúmeras violências, realizando contundentes críticas a esses espaços (que serão melhores abordadas nos próximos capítulos). Considera como lugares de acolhimento a Casa Neon Cunha e o CRAM. Sempre propositiva, faz atividades como dia de maquiagem para mulheres em situação de violência no CRAM e pensa em fazer uma cantata de natal, com muitas músicas potentes, com as usuárias do CRAM, que considera uma época bem triste para quem sofre violência. Conta também como se impactou quando encontrou a Casa Neon Cunha, afirmando nunca ter visto algo assim no ABCDMRR e como ali é um espaço seguro e de alento.

Joycee, fortalecida pela Casa Neon Cunha e pelo CRAM, participou da Conferência da Defensoria Pública e da Conferência Municipal de Assistência Social, ofertou um dia de maquiagem para as outras usuárias do CRAM, além de realizar palestra no Rotary sobre diversidade, evidenciando que a partir do momento que é garantida a proteção social há

possibilidade de desenvolver-se e ter voz ativa. Joycee gosta muito da Casa de Cultura, que fica no centro de São Bernardo do Campo, e busca conseguir um emprego, tem feito inúmeras entrevistas, para sair da situação de rua.

2.3.7 Samara

Samara é mulher negra, de pele não retinta, nasceu em Volta Redonda e está em São Bernardo do Campo, desde 2013. Teve seu primeiro contato com a Política de Assistência Social em 2016, estagiando em um CRAS, trabalhou no Centro POP, é psicóloga e atende na área clínica prioritariamente o público LGBTQIA+ e é coordenadora de equipe na casa Neon Cunha.

Meu nome é Samara Gonçalves dos Santos, tenho vinte e oito anos, sou psicóloga, tenho uma especialização em saúde mental e atenção psicossocial e agora tô cursando uma especialização também pela Fiocruz em direitos humanos, gênero e sexualidade, trabalhei na na Secretaria de Assistência Social com população em situação de rua no Centro Pop, trabalho na área clínica, atendendo prioritariamente também o público LGBTQIA+ e agora sou como coordenadora de equipe aqui na Casa Neon desde o ano passado, de maio do ano passado (Samara Gonçalves, 2023).

Em nossa entrevista, Samara, por ser mulher cishéteronormativa evidenciou muito mais sua vivência no Centro Pop e na Casa Neon Cunha, e sua visão sobre o atendimento à população LGBTI+, principalmente em situação de rua. Por isso essa entrevista será melhor trabalhada nos próximos capítulos.

Para desenvolver as entrevistas, fui à Casa Neon Cunha e, por duas vezes, pude verificar como as pessoas se sentiam à vontade nesse espaço, com afinidade com os profissionais, podendo se vestir como quisessem. Definitivamente, um espaço de trocas, afinidade e acolhimento. Também pude almoçar duas vezes, com a comida feita pelas mãos de Telma, mulher que foi formada pelo projeto “Cozinha e Voz”, fomentado e executado pela Casa Neon Cunha e a comida estava deliciosa.

2.3.8 Janaina

Minha aproximação com o grupo LGBTI+ do CREAS, de São Bernardo do Campo, ocorreu a partir da participação em um dos grupos. Ali estavam três participantes, dentre elas, Janaina. Sua filha, Pietra, é uma assídua participante do grupo, porém nesse dia, ela

estava internada por questões de saúde. A entrevista com Janaína foi a última a ser realizada e foi remarcada algumas vezes, mas como ela mesma disse “uma hora tinha que sair”, e saiu.

Janaína Santana da Cruz, tem 47 anos e é parda. Ao perguntar sua sexualidade, se era heterossexual, ou homossexual, ela me respondeu “Não, sou normal” (Janaina, 2023). Indaguei então se gostava de homens ou mulheres e ela afirmou gostar de homens. Perguntei então sua identidade gênero, se era uma pessoa cisgênero ou trans e ela me respondeu “Sou... eu não entendo disso aí, não. Sou uma mulher, né?” (Janaina, 2023).

Ela conta ter passado muita dificuldade, com muita coisa. Uma mulher nordestina, especificamente de Recife, veio para São Bernardo do Campo já casada e ainda adolescente, com quinze anos. Reside em São Bernardo do Campo há 20 anos. Teve cinco filhos. Depois de 20 anos casada, se divorciou. Janaína conta que é uma mãe protetora, sendo um dos motivos ter sofrido muito, inclusive violência doméstica.

Eu criei meus 5 filhos sozinha, então eu criei.. no ..do meu jeito, era muito trancada. Até hoje. Eles, a Pietra perto de 18 anos, ela não sabe andar muito porque eu criei, fui todo mundo trancado ali naquele lugar, eu criei como fosse uma uma uma, um pintinho, o cara falou uns pintinho debaixo da das asas, não soltei meus filhos, então hoje meus filhos acho que às vezes eu me culpo, porque eles estão sofrendo. Eles não sabem andar muito. Eles não sabem caminhar com os com os pés dele, sempre procurar a mãe, porque eu criei muito com medo da sociedade, com medo lá fora, eu sofri muito. Eu sofri muita, sofri muito, sofri violência doméstica. Hoje eu hoje eu uso dentadura em cima e embaixo. Eu com 14 anos, com quase 15 anos, meu ex-marido me batia. Hoje eu uso ponte em cima, embaixo da minha boca porque eu fui espancada (Janaina, 2023).

Hoje, reside na mesma casa Janaina, Pietra e D., seu outro filho de 27 anos. Janaína, apesar de estar desempregada, é uma mulher que gosta de trabalhar e ter sua autonomia financeira, buscando trabalho na área de limpeza:

Eu queria trabalhar, eu queria ter meu dinheiro, só que o emprego tá difícil, então eu fui atrás disso [do Bolsa Família], mas eu não aceitava esse negócio de pedir, sabe, pedir ajuda eu queria ter pra ajudar não tá pedindo, mas a necessidade. Nesse momento que eu to é pra pra mim ser ajudada. Mas eu queria ter a oportunidade de ajudar, sim, é legal (Janaina, 2023).

Janaina me conta no meio da entrevista ter um sonho: “Agora eu tenho um sonho de ser Assistente social. Ali no primeiro ano não quis mais estudar, mas é, mas até os 70 anos eu chego lá.” (Janaina, 2023). Essa parte da entrevista particularmente me toca muito, pois é

fruto do vínculo criado entre ela e as assistentes sociais do CREAS, tema que será abordado posteriormente.

Janaína conta que antes de participar do grupo do CREAS não aceitava a identidade de gênero de Pietra:

Porque eu não aceitava de jeito nenhum. Aí a pastora também tinha uma pastora que eu era evangélica, estava indo para a igreja também. Ela falava que não era de Deus. Que aí eu fui botando na cabeça dele, Ah, eu comecei a ler bíblia, comer bíblia, eu falei, isso não é de Deus, mas a escolha foi dele, não fui eu nem foi Deus. Então a gente tem que aceitar a escolha da pessoa (Janaina, 2023)

Nesta fala aparece também a influência do conservadorismo religioso como um elemento que fundamentou sua resistência a aceitar sua filha. Mas a partir do grupo ela passou a compreender seu papel protetivo e de rede de apoio à Pietra, desconstruindo também seus valores morais sobre uma pessoa trans*. Janaina afirma que, como mãe, tem medo do que outras pessoas podem fazer com ela “eu tenho meu filho, de 18 anos, eu tenho medo da sociedade espancar, matar é esse, esse é o medo.”

No processo de afirmação da identidade de Pietra, Janaína conta testemunhar a vivência de LGBTfobia com Pietra pela sociedade e o sofrimento que isso gera em sua filha, mas também de como tem tentado incentivar Pietra a ser quem ela é:

Antes dele completar os 18, o pai, ele dava 200 real e eu fui no mercado com ele, falei, falei, aí, compra um batom, compra uma coisa. Então ela ficou com medo que as pessoas olharam o jeito dela andar. Então ela se reprimiu porque o ser humano ele julga muito porque tem muito homossexualismo. Tem transexual que tira a própria vida, porque..(..)Não só pelo homossexualismo⁴⁰, pela cor, pela aparência. É. É como se diz, Ah, o cabelo da fulana é assim, o cabelo, sicrano, fulano, Ah fulano é mais escuro, fulano é mais claro, é a sociedade, é muito julgadora, julga muito. Não acolhe e, deveria acolher, pegar e acolher aquela pessoa que está precisando daquela ajuda, não joga mais pra pro buraco. ele se sente oprimido. É ele não pode botar pra fora o que eles são (Janaina, 2023).

Evidenciou também nessa fala de Janaina, como a sociedade deveria acolher as pessoas que estão precisando e não oprimir, ocasionando muitos suicídios das pessoas trans sua leitura e compreensão sobre como a sociedade trata as mulheres transexuais.

Pergunto como está a relação dela com Pietra hoje e ela me afirma que: “Tá bem, mas ela fica trancada. É difícil falar com ela” (Janaina, 2023).

⁴⁰Hoje não se utiliza mais o termo homossexualismo, sendo um termo pejorativo. O sufixo -ismo está relacionado à doenças. O termo utilizado hoje é homossexualidade, porém foi mantida a fala da pessoa entrevistada.

Janaina durante a entrevista fala que Pietra sofre com a não aceitação da sociedade se isolando em seu quarto:

Eu chamo pra sair, vamos passear com o sorvete. Não, não vou aí. Eu falo pra ela, você não escolheu ser homossexual, você não escolheu ser que você é, então tem dia que eu fico na minha casa tão revoltada que ela fica 24 horas naquele quarto, falo: Solta o Pablo Vittar que você tem dentro de você solta. Quem você escolheu? Você não deve ninguém, paga suas contas, ninguém, ninguém fez nada com você, foi você. Solta pra fora o que você quer ser (Janaina, 2023).

Pergunto se ela acha que Pietra ainda tem medo de ser quem ela deseja ser. Janaina me responde que sim e que busca incentivar Pietra a ser quem ela é, apesar da LGBTfobia cotidiana:

É oprimida, assim, meia..porque ela tem medo por causa dos outros, né? A gente anda, acho que ela vai reparar mais do que eu, a gente entra nos lugares as pessoas já olha diferente.(..) Meu papel agora é apoiar. A decisão foi dela, então eu não tenho como voltar para trás. A decisão não foi ela que tomou? tem 18 anos, então. É o que ela quer, aí ela decide o que ela quer. É isso que ela quer mesmo? Pergunto, é isso que você quer mesmo? Quer trocar seus documentos? Quer trocar de coisa? E tudo é isso que você tem que pensar, se é isso que você quer, porque não tem mais volta. Ele fala. Ela falou que é, é isso que ela quer tá bom. Eu digo, só peço uma coisa que vocês se tornam a mulher que você quer ser, sai desse quarto e vai viver o mundo aí fora. Vai quebrar a cara vai, vai ser julgada, vai, vai ser humilhada, vai, todos nós somos humilhado, sendo homossexual ou não somos humilhados. O ser humano é humilhado de toda forma. Não tanto como homossexual, como lésbica, [mas] é julgada de todo jeito. (Janaina, 2023)

O que foi decisivo para que Janaina apoiasse sua filha foi o grupo do CREAS: “Primeiro, eu não apoiava, não de primeiro. Eu falava pra (assistente social) M., não, de jeito nenhum, aí com o tempo, o grupo ajudou muito” (Janaina, 2023)

Pergunto a ela o que ela mais se orgulha de Pietra e ela me diz:

A Pietra é uma menina muito assim. Bom, ela não.. ela é calada. Ela não fala muito. Cozinha muito bem melhor do que a mãe. Eu não gosto de cozinhar não, eu ponho ela para cozinhar. Eu odeio cozinhar, eu faço tudo, menos comida. Ela cozinha, tem, tem o tempo dela. Eu gosto que ela se maquie, eu falo: Pra ela se maqueia é 1 kg de creme para o mês, mas quer dizer, meu cabelo que é cacheado, né? É 1 kg de creme no cabelo, mas eu gosto quando ela se arruma, eu me sinto orgulhosa quando ela se levanta e se arruma e se maquie agora, quando ela fica dentro daquele quarto, aí eu fico triste, eu choro. Eu falei, minha filha, não aceito aí dentro não é? Eu falei pra ela, quanto mais você fica aí, mais depressão te pega. Falo para, levantar, tomar banho, cachear o cabelo, se maquiar, vai para o mundo, mas não, não, não. Só quando ela quer mesmo, mas ela é muito boa, é muito meiga. É brigona, bate no irmão de 27 anos. O irmão de 27 anos tem medo dela que ela vai para cima (Janaina, 2023).

Pietra, assim como outras pessoas transexuais, infelizmente, entrou para a estatística do abandono escolar, saindo da escola no primeiro ano.

A entrevista de Janaína me toca pois evidencia falas que Bruno e Silvia trouxeram sobre apoiar famílias e proteção, escutando, legitimando seus sentimentos e apresentando ferramentas e indagações, para que assim elas possam compor uma rede de proteção para seus filhos, filhas e filhas. Como Sílvia falou, a mudança não acontece de uma hora para outra, mas aos poucos, sendo um processo. E é possível ver como Janaína tem se desafiado e avançado nesse processo de cuidado e parceria com Pietra, ainda que com algumas dificuldades.

2.3.9 Neno

Neno Rosa, por sua vez, quando eu peço, se descreve como uma pessoa expansiva, comunicativa, de uma família matriarcal, tendo a avó e a mãe como referência.

Cara, é uma pergunta muito difícil assim, eu não costumo muito me descrever assim, eu sou uma pessoa muito talvez expansiva, então eu sinto que as pessoas me conhecem muito em pouco tempo. Então, é difícil pra mim me descrever, sabe? Mas eu acho que eu sou uma pessoa comunicativa, que vem de uma família de mãe e vó, de uma família conturbada, mas com muito amor, enfim, de mulheres que trabalharam muito pra conquistar tudo que que tem, sabe? (Neno, 2023).

Quando Neno fala de sua família, ele pontua que apesar de tê-la como referência e sempre falar dela com muito carinho, teve dificuldades no momento em que afirmou sua sexualidade:

Talvez acho que não sempre, porque, por exemplo, quando teve a questão da minha sexualidade de gostar de mulheres foi muito difícil pra minha família principalmente pra minha mãe sabe? Ela me impediu de tudo, eu não podia, bagulho de ameaça sabe? E foi uma face da minha mãe que eu não conhecia até então a gente era muito amigo e eu podia desabafar muitas coisas com ela desabafava coisas muito pessoais comigo (Neno, 2023).

Ele acrescenta ainda que sua proximidade com sua mãe também foi motivada pela relação conturbada que havia de seu irmão com o restante da família:

Então de alguma forma eu fui o bonzinho de tão mau que ele foi... E aí entra esse local da LGBT, se você é LGBT você já vai ser o pilar da sua família. Mas eu acho que dentro da minha história talvez eu fui muito mais pilar pra minha família do que

eles foram pra mim, sabe? (...) Demorou muito pra minha mãe por exemplo estar de boa sabe com a com a questão da minha sexualidade, na questão da transição já é outro processo porque já passou o processo da sexualidade é, de alguma forma eu sou uma pessoa adulta que não dependo financeiramente dela então elabora-se outras características em torno dessa aceitação (Neno, 2023).

Após a entrevista via *Microsoft Teams*, pergunto via *Whatsapp* sobre sua situação familiar:

Você contou que na primeira vez que vc afirmou sua sexualidade pra sua mãe ela teve resistências e dificuldades e que foi um processo para reaproximação mas que quando vc afirma sua identidade de gênero pra ela foi mais tranquilo. Como foi esse processo de desconstrução ,aceitação, reaproximação de vc? Quem foram as pessoas que participaram ou como/o que foi importante pra ela nesse processo na sua visão? (Mariko, 2023)

E ele me responde:

Foi mais tranquilo mas não necessariamente mais aceitável, até pq a questão de gênero tem uma visão bem mais complexa do que a da sexualidade no senso comum, ainda mais complexo quando falamos sobre gênero não binário, dificilmente alguma pessoa cisgênero entenderá o que é. Quando digo que a transição foi um momento menos violento, acredito que tem muito haver com a minha autonomia financeira, não morarmos juntas, ser adulto... condições que tiraram minha mãe do local de "aceitar" para o local de "respeitar", afinal o que ela pode fazer? Me botar de castigo? Rs E dentro da minha particularidade, eu sempre fui muito parceiro da minha mãe, e mesmo com todas as precauções, eu tenho um privilégio muito grande dela escolher sempre me amar, e por isso, tentar me "entender". Mas todo esse local foi muito construído com diálogos, com a presença e convívio dela com pessoas trans do meu ciclo de amizades etc. Até hoje minha mãe não me chama pelo meu nome, não me trata no masculino... e mesmo sendo super parceiros, ela não sabe que me retifiquei, não sabe de vários processos... pq não sinto que ela está aberta pra isso, e mais que isso, sinto que tenho que resolver tudo pra ela, antes de resolver pra mim. E isso me desgasta muito. Você sempre se sente um peso a mais no meio de tantos problemas. (Neno, 2023)

Assim, a partir da fala de Neno é possível perceber que a autonomia dele, seja financeira, seja residindo em outra casa, foi o ponto crucial para melhor “aceitação” de sua mãe. Evidencia a escolha de sua mãe de sempre escolher amá-lo e por isso tentar entendê-lo, sendo esse processo construído com muito diálogo e também a partir do convívio dela em seu círculo de amizades. Porém, ele pontua, ainda hoje há algumas situações que ainda estão em processo, como o nome social, o tratamento com pronome masculino e situações que ele acaba não compartilhando com ela. Para além disso, ela cita seu papel como filho e sua preocupação de trazer mais peso e preocupação para ela.

Ele é de Macaé, interior do Rio de Janeiro, empático, solidário mas ao mesmo tempo sem paciência e com dificuldade de se encaixar em estruturas em que não se identifica, tem

amigos de muitos anos e é cercado por pessoas que o conhecem desde que ele é ele, e isso dá conforto em poder ser ele mesmo em espaços em que ele não o reconheçam. É da “geração lacração” que apesar de estudar em escola pública já chega na universidade sabendo sobre Karl Marx, luta de classes e feminismo, tendo debates políticos, filosóficos e sociais ainda no ensino médio:

Vindo do interior. Eu acho que vir de Macaé, do interior do Rio, é tudo que eu sou praticamente pelos meus valores, o meu caráter. Eu me considero uma pessoa muito empática, muito solidária mas ao mesmo tempo é meio sem paciência, não tenho muita paciência pra engolir sapos. E de alguma forma eu tenho muita dificuldade de me encaixar em estruturas que eu não me identifico, que os meus valores não se identificam, sabe? E eu acho que isso também me traz várias resistências ao caminho acadêmico, ao caminho profissional porque é difícil pra mim, não que eu não seja resiliente, mas a injustiça dos meus valores é muito difícil pra mim lidar e enfim eu venho de uma família com esse âmbito muito forte assim do tipo ser solidário mas ser justo sabe? Então eu venho de âmbito de amigos de muitos anos então de alguma forma eu sou uma pessoa cercada de pessoas que me viram desde que eu sou eu sabe? Então isso também gera um conforto de conseguir ser eu em espaços mesmo que não me reconheçam, sabe (Neno, 2023).

Neno se mudou de Macaé para Rio das Ostras por conta da sua faculdade:

Eu sou de Macaé, minha família é de Minas, meu pai do Rio e eu vim pra Rio das Ostras por causa da Faculdade de Serviço Social que eu vou fazer em Rio das Ostras que é uma cidade muito próxima ali de Macaé, tipo vinte minutos, sabe? Só que o meu bairro em Macaé é um bairro periférico, vamos dizer assim, então de Rio das Ostras pra Macaé eram duas horas, sabe? Do meu bairro pra Rio das Ostras eram duas horas, então me mudei muito nesse local de cidade do interior, você não tem facilidade de ir a ônibus, de ônibus é uma viagem que vai durar quatro horas, ela vai se estender mais de duas horas, então resolvi vir pra Rio das Ostras (Neno, 2023).

Neno conta também sobre seu processo de afirmação como pessoa trans não-binária houve dificuldade de compressão de alguns amigos:

Mas aí já foi complicado pros meus amigos, por exemplo, porque de alguma forma você está na vida da pessoa de acordo com o seu papel de gênero, sabe? Então eu era um melhor amigo sapatão que estava ali sabe sapatão. E qual era o meu papel agora enquanto uma pessoa sem gênero, enquanto amigo NB? Como elas tinham que se articular, qual era o problema das identificações que ela teria que elas teriam comigo a partir disso, sabe, se era um vínculo muito construído a partir dessa identificação dessa visualidade, dessa identidade sapatão. A resistência dos meus amigos, eu senti de alguma forma esse desconforto de que eles tinham que lidar com algo que eles que não estavam no âmbito deles. É esse não reconhecimento, esse local do não entendendo esse sofrimento, é diferente. E na minha característica tinham outras pessoas transexuais no meu ciclo de amizade, mas ninguém não binari. A gente fala pouco sobre isso, mas não binari é uma é um gênero muito ainda pouco dito, pouco complexificado, sabe? Então tudo fica meio quase num pós-moderno, sabe? Isso não é estrutural, então isso não existe Assim é isso é um local de conforto mas um conforto que foi construído. Não linear. Sabe? E sempre em disputa (Neno, 2023).

Mas teve em todo seu processo o apoio de sua companheira J. e de sua psicóloga:

Acho que a minha única rede de proteção full [total] foi a J. que é a minha companheira. Que ficou comigo full. Sabe? Tipo e a minha psicóloga eu faço há bastante tempo desde antes de transicionar então ela me acompanhou num processo muito forte assim mas acho que só isso assim Enfim, maior compreensão que eu tive foi desses dois locais, sabe? E eu tentei, claro, enfim, mas é é foda porque eu tenho vinte e cinco anos. Tá. Eu entrei na faculdade com dezoito . Transicionei com vinte na época do full da pandemia está ligado? Tipo vinte e vinte e um por ali eu enfim eu me deparei trans um mês antes da pandemia tá ligado? Então foi um processo inerentemente solitário sabe? Extremamente solitário. E que só foi mudar quando eu entro na PUC que aí eu saio de casa, volto a ser uma vida normal porque até o processo de ir para PUC que eu estava dentro de casa sem ver amigos, sem ver ninguém. Eu fui uma pessoa que realmente respeitou a pandemia, está ligado? (Neno, 2023).

Pergunto se nesse momento ele já residia com a J.:

Já, eu estou com ela há cinco anos e meio. Estou com ela desde 2018. Em 2019 a gente começou a morar junto. Na pandemia foi aquela loucura. Ela morava no Rio, morava aqui. E aí a gente decidiu morar aqui juntos. Porque ainda fazia faculdade estava terminando a minha graduação e tal (...) Quando a gente estava junto sim mas a gente ainda não morava junto [que ele publicizou sua transição]. E aí eu fui contando aos poucos pros meus amigos assim. Enfim hoje em dia eu estou numa relação muito saudável mas naquele momento lembro de contar pra uma das pessoas mais importantes assim da minha amizade e a pessoa fala pra mim ah mas você sabe que no movimento trans também não se aceita não binários porque é uma um local que ninguém entende e eu lembro de ficar tipo cara***! Já era difícil pra mim, sabe? (Neno, 2023)

Eu lembro de quando eu entendi que eu era uma pessoa NB eu ligar pra minha psicóloga e falar tipo cara acho que preciso tomar remédio, eu acho que eu tô tendo crises de identidade, sabe? Tipo, acho que eu tô precisando, acho que eu tô ficando esquizofrênico, sei lá, não é uma parada normal. Por que que na minha cabeça, tipo, como que ainda mais (...) eu entrei no serviço social com dezoito anos, minha personalidade foi muito baseada no Serviço Social estrutura marxismo e classe e raça e coisas estruturais e ninguém vai te entender sabe e a tecnologia tem que acabar e tá sabe? Então na minha cabeça é tipo assim *****, *****, ***** [nossa, nossa, nossa], e quando eu quebrei essas essas articulações eu fiquei tipo ***** [nossa] sabe? Bagulho existe, sabe? Então é isso e foi num momento de estar longe da faculdade, sabe? Momento de distanciamento de todos (Neno, 2023).

Neno ainda fala como há um local de incompreensão sobre o que é ser uma pessoa trans não-binária:

Eu era uma pessoa muito recalcada em relação a isso no local do tipo, uma vez eu eu estagiava no CRAS e teve uma palestra sobre a sigla LGBT. E aí dentro disso tudo falou-se sobre gênero fluído. E a pessoa na palestra pra capacitação profissional falou que gênero fluído você acordava um dia se sentindo homem dormia no outro dia você acordava se sentindo mulher, eu achei aquilo um absurdo eu fiquei tipo ***** [nossa] como que você fala isso, sabe? (Neno, 2023)

Havendo, como falado por um amigo, esse lugar de incompreensão, inclusive, dentro do movimento de pessoas trans (binárias).

Enfim hoje em dia eu estou numa relação muito saudável mas naquele momento lembro de contar pro uma das pessoas mais importantes assim da minha amizade e a pessoa fala pra mim ah mas você sabe que no movimento trans também não se aceita não binários porque é uma um local que ninguém entende e eu lembro de ficar tipo "*****![Caramba]" Já era difícil pra mim, sabe (Neno, 2023).

Dessa maneira sua fala vai no encontro da fala de Joycee sobre as dificuldades e limitações da comunidade LGBTI+.

Durante seu período no mestrado da PUC, ele residiu por um período em São Paulo:

Mas enfim eu acho que existem dois eus antes de ir pra São Paulo e depois assim que eu fui pra São Paulo eu voltei de alguma forma com mais maldade assim do tipo, não dá pra ser verdadeiro em tudo, não dá pra falar o que eu penso toda hora, sabe? E eu acho que é isso, eu sou um pouco esse carioca do interior mas dito fluminense, né? Que é melhor, que o carioca não gosta (Neno, 2023).

Na fala de Neno Rosa, ele rememora a luta das pessoas LGBTI+ com HIV/AIDS, nas décadas de 1980/90 na luta por um benefício tendo em vista o conceito de “incapacidade social”. E é por meio dessa luta que esse conceito é incluído no BPC. Essa luta se encontra com a toada da organização dos movimentos sociais e suas reivindicações, como colocado no item 1.1.3, trazendo à tona, não somente as pessoas como vítimas, mas como protagonistas na luta por direitos.

E aí achei uma súmula do tribunal que garantiu que essas pessoas conseguissem acesso ao BPC pela incapacidade social. E aí é isso. Foi um movimento muito forte de de da população LGBT dos movimentos sociais da comunidade LGBT no local do estado precisa resguardar políticas públicas pra essa situação porque até então era um problema do LGBT. A partir do momento em que homens cisgêneroheteros casados começam a transmitir HIV para suas mulheres cisgênero sabe?Então, quando esse problema começa a se desmistificar da população LGBT começa a surgir outras problematizações e aí entra esse local do BPC pela incapacidade social. Que depois eu vou estudar essa incapacidade social no caso da depressão aí já é outro contexto (Neno, 2023).

Ao mesmo tempo, Neno traz em sua narrativa como o cotidiano de pessoas trans é permeado por diferentes violências, sendo necessário escolher quais barreiras travar, até mesmo na hora de comprar um ingresso:

E mesmo assim por exemplo ontem eu estava tentando comprar o ingresso do jogo do Fluminense que está na final da Libertadores. Fiquei na fila minutos. Cara eu fiquei na fila muito tempo na hora de me cadastrar aí eu escrevi na e botei meu CPF. Não ia, constava inconsistência de dados. Que era meu nome. Pelo meu CPF eles interligaram viram que não era o mesmo nome, oh perdi [o ingresso]. Não, não. (Neno, 2023).

Comprar um cigarro:

Isso sabe eu vou então acho que é isso você não tem um conceito você só está sabe tipo vou comprar um cigarro ela quer um cigarro, ele. Por**, às vezes eu fico pensando, eu tenho que falar, eu tenho que falar que é ele, pra pessoa se sentir desconfortável quando vir outra pessoa, não passar por isso, pra pessoa pensar. Mas cara, eu vou só comprar um cigarro, só queria comprar um cigarro, sabe? (Neno, 2023)

Ou ir na academia:

Cara, eu acho que é difícil você na prática vivendo a violência, estabelecer conceitos, você só vai só vai estabelecendo ferramentas pra lidar com aquilo, sabe esses dias eu eu fui malhar e aí todo mundo olhou pra mim, pro meu peito, pro meu sovaco, olha pra minha cara, não tem uma mulher, mas olha pro meu peito, vê que é peito de mulher e olha pra minha perna, tem pelo, meu sovaco tem cabelo, meu cabelo é curto e e e aí cansado de me sentir aberração eu pensei tipo cara eu vou me raspar e é isso sabe, Porque é isso, ou eu vou de top pra academia ou eu vou com uma fita que vai me arrancar a pele do meu peito que eu já fiz isso não dá, sabe? Não dá, seu mamilo fica sem pele. Sabe ou você vai com o Binder⁴¹ que vai te matar porque você vai ficar sem ar e está fazendo exercício sabe? Então é isso a violência em cima da violência. Então você vai se encaixar naquilo de alguma forma pra só malhar. Sabe? Imagina. Pra só ir malhar... (Neno, 2023)

Assim, Neno sintetiza que uma das ferramentas de lidar com a violência dentro do cotidiano é escolher quais lutas travar, afinal, às vezes, ele só quer estar em um churrasco de boa e não ser o assunto. Essa é uma das estratégias para não ser “vencido pelo cansaço” da violência cotidiana e poder viver. Ainda cita um meme sobre esse cotidiano:

Eu vi um meme de uma mona que ela falando assim, hoje eu decidi sair e foi como sempre: Transfobia pra car****, quase morri, tava dançando quase me bateram, mas foi isso, bebi, não beijei ninguém como sempre, tô aqui em casa (Neno, 2023).

Neno traz vivências e me relata sua experiência com o Serviço Social, iniciando pela faculdade: “Eu lembro de chegar na faculdade enfim não ter uma uma uma matéria de gênero, não ter uma matéria de sexualidade só ter matéria de família pra dizer família lá na concepção

⁴¹Faixa utilizada por pessoas trans para apertar e reduzir o volume dos seios.

de família lá da **** * [do passado] (Neno, 2023)". Ainda denuncia situação vivida ao solicitar sua carteira no CRESS⁴²:

No CRESS que eu fui pedir minha carteirinha, pude usar o nome social, botei lá Neno Rosa, nada saiu com meu nome social, minhas declarações que eu tinha que assinar para fazer a carteirinha saiu com meu nome de registro. Eu tive que escrever uma carta. Gente, como "Assim? Vocês já requerem meu nome social e tudo que eu tenho que assinar está com meu nome de registro?" (Neno, 2023).

Contrasta-se com essa situação a experiência vivida por Jessica, na Paraíba, enquanto atuou no CRESS:

Sendo que eu percebo que isso é uma questão que está até lá no CRESS. Porque eu era da gestão anterior do do CRESS e a questão do nome social a categoria quando ia responder a ficha lá pra requerer o DIP colocava sempre o seu apelido lá no nome social. Então eu acho que existe uma banalização do que seja o nome social sabe. E aí eu vejo que a banalização que às vezes vai pros discursos de nós assistentes sociais. Não é? Que por exemplo na faculdade muitas vezes é meu apelido é Jujuba, aí o povo pergunta, aí o povo fica dizendo, o nome social dela, eu gente, não é meu nome social, é meu apelido, meu nome social era se eu fosse travesti ou transexual. Enfim, ficava meio que brincando, mas pra dar um se toca, né, nessa galera (Jessica, 2023).

Retomando a fala do Neno, ele aponta a contradição presente no Serviço Social:

Cara eu acho que o local que você botou já diz tudo né? Acho que é isso é um local de de solidão e principalmente de contradição né? Porque amo o serviço social é uma das profissões que assim, projeto ético político, código de ética, uma das profissões com maiores arcabouços teóricos, metodológicos, práticos no Brasil, sabe? Que se destaca na defesa de direitos sociais na história do nosso país. E aí quando você entra na prática disso, você vê que, como diz a Iamamoto ainda está na estrutura né? Ainda corresponde toda hegemonia que é essa estrutura porque por mais que tenha essas características está numa dimensão estrutural acadêmica tá numa dimensão estrutural de uma profissão de nível superior de uma historicidade de um significado social muito interligado a coisas hegemônicas e colonialistas então enfim por mais que tenha esse direcionamento universalista na prática vai corresponder a isso e aí pra mim entra a contradição porque a partir do momento em que essa profissão se coloca a crítica e não faz isso na prática, você está sendo contraditório, está sendo hipócrita, sabe. E eu acho que disso que vem essa vontade de escrever esse artigo⁴³ num local de me sentir sempre como objeto de estudo sempre deslegitimado no que eu estou falando no local de identidade ser reduzido a identitarismo como se isso não fosse uma pauta sobre explorações e sobre enfim desigualdades é, enfim eu acho que é contraditório nesse local de de que é uma uma profissão que eu acho que mais contempla as pluralidades na sua legislação, no seu

⁴²Resolução do CFESS 615/2011 que dispõe sobre a inclusão do uso do nome social da assistente social travesti e do/a assistente social transexual nos documentos de identidade profissional

⁴³ O referido artigo citado é um artigo produzido para o Encontro Nacional de Política Social de Vitória que ocorreu em junho de 2023 e pode ser encontrado no link:

direcionamento mas no seu corpo profissional ainda que contemple na na prática, na execução da profissão. em seu conhecimento, na sua produção teórica a gente sabe que são escassos, as pessoas que são não estão dentro de pluralidade, sabe? é... enfim, são pessoas que estão produzindo conhecimento ao serviço social durante décadas que não conseguem enfim ampliar o seu debate para além do seu corpo sabe? Para além da sua expertise (Neno, 2023).

E a solidão pesquisador e pós graduando trans, com inúmeras violências vividas evidenciando também sobre seu acesso e as barreiras no ambiente acadêmico da PUC:

Eu acho que o contato com o mestrado me demonstrou que enquanto você está num local de ser trabalhador da prática você vai ver muita diversidade. Eu estudei com sei lá na minha turma era eu e mais duas pessoas trans. Isso é muita coisa pra um nível superior sabe? Claro que brancos né? Porque a gente sabe que quem vai chegar primeiro vai ser o branco dentro desse contexto de desigualdade e até o branco trans mas tem até um estudo muito interessante que eu botei nesse artigo falando das identidades transgêneres que conseguem acessar assim a universidade de São Paulo se destaca nesse local sabe? De acesso de pessoas trans* ao ensino superior. **E e aí quando eu cheguei no mestrado pra ser pesquisador, pra produzir conhecimento pra essa profissão foi uma solidão. (...) Mas enfim, não tinha um professor que estava se aquele conhecimento não era gerado a partir de quem vivia e sim a partir de quem trazia aquilo como um objeto de estudo e isso que me deu mais esse gás pra escrever esse artigo sabe?** Nesse local do tipo muitas vezes eu me senti silenciado num local de será que o que eu estou falando isso vai ser visto como bobeira é... teve uma vez que eu falei numa sala e o professor não sabia o que que era o nome social, um professor extremamente reconhecido sabe. Eu escutei professores zoando a questão da transição, sabe? Tipo eu escutei uma palestra falando da LOAS inclusive da assistência social e aí a pessoa que tava palestrando falou, o LOAS e aí corrigiram não A, é a menina LOAS hoje, é a menina LOAS e aí a pessoa que tava palestrando falou, ah e daqui a pouco vão falar que a Loas é trans também, sabe? Então são esses desgastes são essas contradições e aí todo mundo ri, você não vai rir como você sabe? Todo mundo está ali que po*** pessoas que você admira estão rindo então como que você vai se ver ali naquele local? Quanto que aquele local vai te abarcar sabe? Quando que você não vai sabe pra você chegar numa secretaria acadêmica e a pessoa fala ah é Neno mas o seu nome tal está aqui tá? Ah não, você quer trocar do seu nome tal pra Neno né? No meio de todo mundo. Sabe? E eu chegar pra trocar o meu nome no sistema de de informática da PUC e a pessoa está falando o meu nome de registro pra todo mundo ouvir. “Você quer trocar esse por esse ou é esse por aquele? Não estou te entendendo. Fala aí pra mim que eu não estou te entendendo. Fulano vem aqui ver que ela quer trocar, ele, ah ele” então é isso, é uma solidão. Coisa que eu presenciei na PUC é uma coisa que eu presenciei na PUC é essa solidão era tão grande que quando eu falava algo que ninguém sabia, que ninguém tinha: “Mas se referiu a quem? Está se baseando em quem? Que que você está se baseando?” Então pra falar, pra participar da aula tem sempre que tá baseado em alguém, você não pediu pra ninguém se basear, aí quando eu vou falar eu tenho que me basear em alguém, sabe? O então eu já passei por situações e principalmente de falar pela tecnologia, então do tipo é uma pessoa (eu não peguei o trabalho de apresentar tecnologia a pessoa pegou falou de tecnologia e eu estou quieto participei da aula) e que que o Neno acha mas agora eu quero ouvir o que ele acha quero ver você falar, que que você acha baseado em quem? Ah eu falei o que que eu achava. Ah mas agora eu quero ver você botar isso na sua pesquisa. Quero ver você legitimar isso. Sistematizar isso. Então é enfim

é essas essas poucas coisas e pessoas que sabem tudo sobre política de gênero e sabe, eu vou falar o quê? Qual é a minha relação de poder dentro dessa solidão? Como que eu vou falar isso pra uma pessoa que po** está produzindo conhecimento há décadas no serviço social? Vou bater de frente? Sendo que eu não sou nada, se pa nunca vou ser nada por ser trans, sabe? Então tipo é isso é o fato que tem me feito sair do serviço social, eu não quero mais [essa solidão] sabe? (Neno, 2023).

Ainda, ao fazer uma comparação com professores da Tecnologia e da Engenharia, esses se mostraram aliados maiores do que os do Serviço Social:

Não quero mais essa solidão, é estranho eu ver por exemplo eu tive a oportunidade de fazer a disciplina e tecnologia o professor corrigia os alunos na sala quando alguém me chamava no feminino ele parava a aula pra falar. **“É ele, é o Neno, continua”**. Naturalmente sem me expor, sem me botar em lugar nenhum. Ele, Neno. Um cara que era formado em engenharia eu ficava assim, como assim está ligado? Como assim? Eu tive muito mais abertura, muito mais diversidade. E são essas coisas assim às vezes acho que a solidão não é nem estar sozinho no espaço mas você estar sem aliados é estar sem compreensão, sem empatia em volta de você, você tem que ser amado pra ter empatia, pra com você, sabe? Isso é muito louco, a pessoa tem que gostar de você pra ela pensar em você nas suas necessidades estruturais. Sabe. E isso é muito louco assim, acho que tudo isso eu acho que esse essa pesquisa é muito fruto desse descontentamento, sabe? De talvez eu acho que o serviço social não me deixa caber nele, sabe e agora que quem não quer caber sou eu (Neno, 2023).

Nesse momento, vale a interrupção neste trabalho para pontuar que Neno faz reflexões vanguardistas sobre tecnologia e políticas sociais e pessoalmente é lamentável perder esse quadro no âmbito acadêmico de nossa profissão.

Ele ainda traz a solidão de ser uma pessoa trans no exercício da profissão:

Quando eu me formei eu pensei muito nisso, tipo eu sempre vou estar sozinho quando que eu vou tá numa sala num CRAS porque é isso, a minha perspectiva também eu achava que eu só ia ser um profissional da prática, sabe? Você não se forma achando que você vai virar um pesquisador, você se forma pra trabalhar nas instituições de ponta das políticas, na execução. Sabe, então eu pensava, cara, eu vou chegar no postinho, eu vou chegar num numa escola, eu vou chegar. Qual que vai ser só eu? Como que vai ser isso? Ser só eu? Sabe? E enfim, a gente sabe que o serviço social quem consegue trabalho também são pessoas de de outras gerações de sabe? De outras faixas etárias que que tem outros valores outros contextos outras experiências de vida que tem mais resistência lidar com isso sabe? Que vão possuir um um caráter que você vai ter que explicar meio que o bê-á-bá da parada sabe. Não que com pessoas jovens seja diferente mas eu acho que existe um tradicionalismo maior dentro de sabe? (Neno, 2023)

Assim como Neno Rosa fala sobre escolher as batalhas diárias frente ao cotidiano Karen traz o relato da educadora social da casa:

Nossa educadora social mesmo ela passou vinte e seis dias na rua depois que ela foi expulsa de casa até ela encontrar a Casa Miga né? Que ela não conhecia Então é... nesse processo eu sempre conto essa história porque eu acho muito bonito né? Quando foi que ela teve que sair de casa ela destransicionou por medo ou né? Estava Estava na rua e não queria ser exposta, né? Então ela destransicionou é... por vinte e seis dias aí, né? (Karen, 2023)

Ou seja, a educadora social, quando se encontra em situação de rua, opta por destransicionar por uma questão de sobrevivência, numa tentativa de diminuir o risco de violência vivida nas ruas. E somente muda sua expressão de gênero de novo em um ambiente seguro e quando se sente segura, na casa de Karen.

Pra voltar a ser o que era. [transicionar novamente] Então demorou. Ela passou acho que uns dez meses com a gente no abrigo Aí ela começou a trabalhar e tudo e tal, né? Seguiu é... não transicionou novamente ainda aí ela teve um problema na questão do trabalho e e nisso depois que ela saiu eu sempre, sempre falo pra eles né a gente acaba construindo uma relação muito próxima, né? Aqui dentro. Né? Por estar todo dia aqui pra gente cuidar, pra gente né? Orientar e tudo. E alguns deles a gente sente assim afinidade, sabe? Mas assim, quando você está aqui dentro, eu sempre falo isso, não tem como a gente tratar ninguém diferente. Então, por mais que eu sinta que eu tenha afinidade com fulano, é..., isso precisa ser lá fora. Enquanto ele está aqui dentro do abrigo não dá pra ficar expressando isso sabe? Que isso causa uma diferenciação pras outras pessoas. é... então quando ele ela quando ela saiu do abrigo como a gente tinha afinidade então a gente acabou se aproximando né? De de realmente a gente criou um laço, uma amizade quando ela teve esse problema aí da no trabalho dela e teve que sair a Casa Miga não faz recolhimento então ela não podia voltar pra casa e estava casada na época então acabou voltando para a nossa casa. Então a gente começou a morar junto, né? E e como família mesmo, sabe? E ela foi só uma das quatro pessoas que a gente acolheu dentro de casa, né? Então, dentro de casa nesse período que ela realmente é... se sentiu segura o suficiente pra voltar né? Eu sempre eu falo que eu sempre é... ficava falando pra ela **“ah eu queria muito conhecer a Bruna, queria muito conhecer a Bruna”** assim brincadeira né, até o dia que ela chegou em casa assim falou já com a falta de meu cabelo crescer então preso assim aí um dia ela chegou com o cabelo solto é... pra todo mundo assim falou é... **'Oi eu sou a Bruna' foi muito bom, graças a Deus, muito bonitinho assim sabe? Foi assim que ela voltou né? Sempre falar ela voltou quando ela se sentiu suficiente pra isso e está aí com a gente né?** Foi uma daquelas pra trabalhar né? E hoje trabalha como educadora social (Karen, 2023).

A trajetória de vida de Neno é marcada por contradições em seus acessos X a LGBTIfobia estrutural, o acolhimento X dificuldades de compreensão de sua mãe e amigos com algumas pautas da Não-binariedade, o afeto e proteção de sua companheira X a violência do cotidiano na realização das menores coisas. Na fala de Neno é perceptível um cansaço e uma solidão de o tempo todo sofrer violências ou se encontrar como a única pessoa trans do espaço.

2.3.10 Jessica

Jessica Juliane me conta sua trajetória a partir do momento que ingressa na Universidade e tem contato com a temática de gênero e sexualidade, passando a ser a estudante que em todas as aulas questionava como ocorria a intersecção da disciplina cursada com essa temática. Participa de espaços de movimentos estudantis e decide desde o início que queria fazer estágio no Centro de Cidadania LGBTI, local que até hoje possui proximidade e afinidade. Conta sua trajetória a partir da perspectiva militante, trabalhadora e pesquisadora. Também me conta que é mãe.

Inicia-se apresentando:

Jéssica Juliana, sou assistente social formada pela Universidade Federal da Paraíba, em 2014, sou especialista em gestão de políticas públicas. Essa experiência do da especialização surgiu muito no contexto de de trabalhar com políticas públicas né? Pra pessoas LGBTI+, tenho mestrado em serviço social aqui pela Universidade Federal da Paraíba também concluindo agora em 2018 sou uma mulher, me considero uma mulher branca, sou uma mulher cisgênera e minha orientação sexual é bissexual(...)Moro na cidade de Cabedelo na Paraíba é uma cidade da região metropolitana de João Pessoa aqui na capital (Jessica, 2023).

Ela conta dividir sua trajetória em três dimensões, iniciando seu percurso no ambiente acadêmico:

Pronto, então ah eu eu costumo dividir a minha a minha trajetória, né...Em três em três dimensões que é acadêmica, a militante e a profissional. Muito por conta é... das experiências vividas antes de me tornar realmente uma assistente social que foi a vivência na Universidade Federal da Paraíba. Então lá na Universidade Federal da Paraíba eu cheguei em 2010 fui é... fui aprovada né? No PSS, comecei o curso de serviço social muito ainda naquela lógica e naquela dimensão né? De não saber muito e entender muito o que era a profissão e nem saber muito e entender muito também o que era né, o contexto da universidade. **E aí é... como sempre fui uma aluna muito curiosa participava de muitas palestras, formações oficinas ainda nesse comecinho mesmo do curso e aí uma das primeiras experiências que eu tive com a temática de gênero e sexualidade foi num seminário, né? Um seminário regional de formação profissional, aliás é aquele seminário de serviço social que tem uma sigla enorme. É o seminário regional, né? De formação profissional e movimento estudantil em serviço social. [SRFPMESS]E aí uma das questões que me deixaram assim mais é... curiosas foi primeiro ver muitas pessoas LGBTs juntas, reunidas não é? E o debate que se fazia em torno da linguagem, da linguagem mesmo, de gênero, né todos ou todas se usavam arroba ou se usar o X enfim então aquela toda aquela questão toda foi me instigando a a a estudar um pouco mais sobre aquilo.** Enfim, a gente chega, né? Aqueles sonhos da universidade, aquele mundo totalmente diferente do que você vivia e enfim (Jessica, 2023).

Assim, no SRFPMESS presencia um encontro com diversas pessoas LGBTI+ e com debates sobre o tema. Logo em seguida participa de uma oficina no Centro de Referência de direitos LGBTs:

E aí depois, um pouquinho depois eu participei de uma oficina do Centro de Referência é... de direitos LGBTs da Paraíba. Foi uma oficina comandada por uma das professoras do curso, a professora Nívea Pereira, uma professora super progressista, que discutia família, gênero, diversidade num tempo ainda em que essas disciplinas ainda nem constavam na nossa grade curricular. Eram tópicos especiais. E aí dentro dessa discussão de gênero foi apresentado esse campo de estágio que foi o que a gente chama de Espaço LGBT e aí eu me senti muito curiosa pra entender o que era esse o que era esse esse órgão né? Essa instituição.. E foi uma das das decisões que eu tomei ali ainda nos primeiros períodos do curso que quando eu fosse pra um campo de estágio eu ia pra esse campo de estágio, não sabia nem se ia dar certo mas enfim é... esse foi o estalo que me fez meio que escolher né qual qual que seria o meu caminho no serviço social o que é que eu ia estudar (...)(Jessica, 2023).

E essa conta ter cada vez aumentado seu engajamento sobre a temática, fazendo questionamentos em sala de aula e pontuando a ausência de professores que tivessem densidade sobre o tema:

Segundo pra terceiro período e foi quando eu comecei a me aproximar desse debate, foi quando comecei a ir em todas as disciplinas do curso de serviço social introduzir o debate do movimento LGBT, introduzir o debate, né? Sobre gênero e ainda num período que ali era 2011 Meados, né? 2011 por aí. **Um período em que essa discussão não era feita no departamento, não era muito bem absorvida ainda pelos professores, com a exceção de uma ou de outro que que tinha essa abertura e eu sentia muito que era um um campo muito difícil pra se discutir no departamento de serviço social da UFPB visto visto que que todo mundo pensava e dialogava sobre outros temas. Não tinha não tinha um professor né?** Ou uma professora a não ser a professora Nívea que fazia ainda o debate sobre as mulheres, só que eu queria discutir diversidade sexual, né? Então era um pouquinho mais difícil, foi quando eu comecei a introduzir nos grupos, né? No no movimento estudantil e comecei a construir, né? A pauta de diversidade, a gente chamava ainda de diversidade de gênero e sexual, né? Hoje em dia a gente tem outras nomenclaturas pra tratar né? Sobre a questão, né? cisgênerogênero, transgênero, a gente não faz, a gente não faz esse debate ainda, naquele tempo (Jessica, 2023).

Então foi meio que nessas construções, foi meio que fazendo com que esse debate circulasse nas disciplinas porque eu sempre era a metida do gênero era considerada na minha turma dessa forma né? A metida do gênero, porque se eu estava discutindo na disciplina de movimentos sociais eu discutia o movimento LGBT, questão social né? Discutia a questão da desigualdade, de gênero na sociedade, né? Que isso causava, né? Uma discrepância entre homens e mulheres quando a gente falava de sexualidade, isso causava uma discrepância maior, se tava discutindo política social, era política que tava sendo construída na Paraíba também, num é? Em torno desse debate, trabalho e sociabilidade.

Estava lá discutindo acesso a população LGBT ao mercado de trabalho então eu meio que transversalizava todos esses temas nas disciplinas até pra pra poder ter um pouco de de de reconhecimento não é? (Jessica, 2023).

No ambiente estudantil dá início também a sua vivência na militância:

E aí, é..., foi nesse inteirinho que eu comecei a militar no movimento Levante Popular da Juventude, ainda não era movimento Levante Popular da Juventude tinha uma outra nomenclatura é... era movimento levante lá na UFPB e a gente construiu a setorial a setorial de existiam várias setoriais a de mulheres, a de pessoas negras e a de diversidade sexual e de gênero. **E aí a gente construiu, né, meio que pioneiramente essa setorial. Foi uma época em que meio que causava na UFPB porque tinha uma aluna trans, então a gente fez manifestações por exemplo pra que essa aluna trans pudesse ter direito ao nome social né? E acesso ao banheiro né? Que se hoje existe uma polêmica ainda muito pesada, em torno disso imagina dez anos atrás ainda, né?** (Jessica, 2023)

E inicia seu campo de estágio no Centro de Referência LGBTI+ como era tão desejado:

A partir dos professores e também pra construir mesmo o meu caminho enquanto pesquisadora. Porque desde muito cedo também na universidade eu me inseria né? Nesse campo da pesquisa, nesse campo da extensão, estava sempre levando essa temática. Foi quando lá no sexto período, né? Já estava meio que amadurecida já. A minha ideia de que eu queria fazer porque quando vai chegando o fim do curso e a gente está na graduação a gente começa a trilhar o nosso caminho de pesquisa. Aí foi quando lá no sexto período, quando teve a distribuição de campos de estágio a gente preenchia uma ficha dizendo quais as políticas públicas que a gente queria atuar, aí tinha lá a política da assistência, política da da educação e eu marquei política da assistência, é... mas eu coloquei uma observação que eu queria atuar no centro de referência LGBT da Paraíba. E eu conhecia esse Centro de Referência enquanto enquanto um órgão da política de assistência por conta da do seu próprio desenho né? (Jessica Juliana, 2023)

Jessica realizou seu TCC sobre a população LGBTI+ e o acesso ao Bolsa Família (tema que será abordado na Dissertação posteriormente) e contou como pode ser bem orientada no TCC com a Professora Luciana Cantalice, coorientada pelo professor E.E.

E aí enfim defendi o TCC é... tive tive uma tive uma orientação assim mais do que mais mais do que especial porque enquanto eu meio que reclamava que não existia né? Nenhuma professora ou nenhum professor no departamento que bancasse essa temática. é... quando eu estava indo já pra pra disciplina de TCC eu conheci a professora Luciana Cantalice né? Uma professora super conhecida lá e Brasil afora, faleceu há pouco tempo, e aí Luciana me catou ali se simplesmente me acolheu e me apresentou outras professoras que discutem o debate de gênero no serviço social, inclusive a professora Mirla Cisne que é uma referência e a época Mirla tava desenvolvendo a sua teorização sobre relações sociais de sexo. Eu não banquei esse debate na graduação mas eu embarquei no debate de gênero muito a partir do que Luciana também foi me apresentando porque também ela como se preocupou em não ter tido esse não ter esse acúmulo teórico ela passou a buscar outros professores que tinham. Aí foi quando chegou também professor que é professor E. E., lá da UFC da Universidade Estadual do Ceará que topou também a minha coorientação.

Mesmo que na graduação a gente não tenha a cultura de ter co-orientadores né, mas ele me acompanhou aí durante essa trajetória e foi um trabalho muito importante, né? Pra época (Jessica, 2023).

Durante sua trajetória no mestrado, Jessica conta que estudou sobre a inserção de pessoas LBGTI+ no mercado de trabalho através do trabalho de *Call Center/telemarketing*:

Aí foi quando eu comecei a estudar também pro mestrado né? Em serviço social e aí dei esse salto também no tema que eu tava estudando, né? Durante o período da graduação e que atuava também que era política de assistência. Aí foi quando eu tive um insight de trabalhar não somente LGBTs que estavam ali em condições de vulnerabilidade social que é... estavam fora do mercado de trabalho e precisavam acessar benefícios socio assistenciais e passei a estudar LGBTs no mercado de trabalho mais especificamente no telemarketing. até porque essa era uma era uma das políticas de fomento de acesso da população LGBT que também era que também era discutida lá no centro de referência. Eu já não era mais estagiária lá mas como eu falei eu vivia por lá então eu sabia que o Centro de Referência ele estava sendo meio que uma porta de acesso pra população LGBT que quisesse fazer cursos e se inserir no mercado de trabalho. Mas qual era o trabalho oferecido pra população LGBT? Era o telemarketing. E só era o telemarketing. Foi naquela época, né? Meados de meados de 2015 que acendeu bastante, né? A questão do setor de serviços no Brasil o emprego que que dava né condições de a pessoa ter uma carteira assinada era o emprego no telemarketing né? Eu tive vários amigos, várias amigas que trabalharam nessas empresas e aí teve até propagandas né do governo do estado é... de de chamamento mesmo da população LGBT e se e se cadastrar lá no centro de referência pra é... pra poder ter acesso, né? Ao primeiro, inclusive muitas travestis, muitas transexuais que não não a gente sabe né? Da questão da escolaridade e aí o telemarketing ofereceu o quê? é... oferecia não na verdade um dos requisitos era que a pessoa tivesse terminado o ensino médio mas aí muitas travestis não tinham o ensino médio aí acabavam não acessando também enfim, essas inquietações também surgiram mas aí eu fui estudar né o eu passei né na seleção de mestrado com esse com esse projeto e foi estudar isso durante o mestrado, né? Durante dois anos e meio, eu fiz o mestrado um pouco, eu demorei um pouquinho mais pra terminar. Estudando essa, essa questão da inserção de de LGBTs no telemarketing a luz da teoria das relações sociais de sexo e sexualidade. Não é? Que foi uma das questões que até a banca abordou que quando a gente estuda gênero e sexualidade existe uma centralidade no gênero. A sexualidade ela fica um pouco meio que escanteada porque você você trabalha ali a relação entre homens e mulheres no mercado de trabalho por exemplo.pela condição de sexo mas também sexualidade né? Então eu foi o que? Eu fui estudar né? Durante o mestrado e agora talvez pra um doutorado, eu também queira queira é... aprofundar mais um pouquinho essas questões (Jessica, 2023).

Nessa fala é possível verificar a forma de inclusão no mercado de trabalho, sem necessariamente dar opções de escolha. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, a mediação do Centro de Referência permitiu o acesso de pessoas LBGTI+ ao mercado de trabalho. Provavelmente, sem essa mediação, o acesso seria mais complicado ainda. Junta-se isso, à dificuldade de conclusão dos estudos, por conta da expulsão das travestis e pessoas trans do

ambiente escolar.

Após estagiar no Centro de Cidadania, Jéssica trabalhou em um CRAS, em Cabedelo-PB, onde presenciou diversas situações de LGBTfobia e, hoje, trabalha na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Humano onde, entre outras atribuições, realiza diversas capacitações sobre inúmeras temáticas, incluindo identidade de gênero e orientação sexual, à luz da Política de Assistência Social. Sua experiência profissional será melhor trabalhada nos próximos capítulos.

2.4 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO

Uma flor nasceu na rua!
 Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
 Uma flor ainda desbotada
 ilude a polícia, rompe o asfalto.
 Façam completo silêncio, paralisem os negócios,
 garanto que uma flor nasceu.
 (A flor e a náusea-Drummond, 2012)

A partir das entrevistas, foi possível compreender o funcionamento da sociedade capitalista cisheteronormativa e como ela atua na manutenção do *status quo* permeando a educação dos filhos/as/es, culpabilizando principalmente as mães na “falha” da educação dos filhos Ainda, excluindo, violentando e criando barreiras de acesso aos corpos LBGTI+.

Ao mesmo tempo, é possível observar fissuras sociais, criadas a partir da tensão entre opressores e oprimidos, com novas formas de sociabilidade e cuidado. Além de espaços contraditórios, como os religiosos, ou as políticas públicas ofertadas. Contradições entre sofrimento e acolhimento, aceitação e afeto, falta de respeito ao uso do pronome e nome social nos ambientes familiares. Particularidades de vivências familiares protetivas ou violentadoras.

Essas experiências estão diretamente ligadas à materialidade da vida concreta, a partir da Economia e da Cultura, apontando dificuldades e possibilidades contra-hegemônicas de ser e sobreviver no individual mas também no coletivo, em novas formas de sociabilidade para além da égide imposta pelo capital. Partindo de um cotidiano duro, possibilitando a leitura da sociedade e criação de ferramentas para mitigar riscos e viver.

Em falas como as de Silvia, Bob, Bruno, Janaina e Joycee, é possível verificar o impacto do conservadorismo na sociedade e na religião como formas de coerção e violência contra corpos dissidentes, mas também, a partir da fala de Bob e Silvia, tentativas de transformação nesse espaço disputando narrativas e possibilidades.

Tanto na fala de Bob e de Silvia, quanto na de Atena, bem como na experiência de Karen, na Casa Miga, é possível ver como performa a cisheteronormativa, e a LGBTfobia, que aparecem desde a infância, ocasionando a saída ou expulsão de seu lar e a ruptura familiar, como na situação de Atena.

A fala de Neno exemplifica como há barreiras invisíveis que colocam a violência como algo comum dentro do cotidiano, sendo necessário criar estratégias e ferramentas para sobreviver.

Bob, Karen, Jessica, Samara, Silvia, Neno, Bruno, evidenciam também potências e possibilidades de encontrar brechas nesse sistema hetero-cis-patriarcal, e criar possibilidades de acolhimento, garantia de vida e de emancipação, seja em movimentos sociais, seja no Estado, gerando formas de resistência.

A partir de Karen, Bob, Neno, Janaina e Silvia, é possível constatar vivências familiares que tiveram, sim, um estremecimento em sua relação por suas sexualidades e identidades de gênero dissidentes. Porém, também permitiam uma construção e fortalecimento nessas relações. Já Atena e Joycee, apontam uma maior cisão de vínculos a partir da publicidade de suas identidades de gênero. Karen pontua, ainda, que as pessoas chegam tão machucadas pelas suas famílias de origem na Casa Miga, que não têm interesse, nem disposição para buscar resgatar os vínculos familiares que já foram rompidos, procurando outros espaços de sociabilidade.

Na fala da Joycee, ela relata como a LGBTfobia e o etarismo, ora um, ora outro, afetam seu retorno ao mercado de trabalho. Também, a partir de Neno, Atena e Joycee é possível verificar a dificuldade e exclusão do acesso ao mercado de trabalho, principalmente do mercado formal, sendo esse, assim como o de ruptura familiar e ausência de rede de apoio, elementos cruciais para as rotas de exclusão.

Na fala de Bob, é possível compreender o sofrimento ético-político no momento em que ele é “forçado a sair do armário” e vive formas de humilhação e exclusão, que resultam

em seu adoecimento. Janaina, ao falar sobre sua filha, evidencia o sofrimento vivido por ela de ter que lidar com olhares de preconceito e com o medo, sabendo que esse é o preço para viver quem ela é. Essa vivência gera adoecimento, narrado como “diversas internações por questões de saúde” e seu isolamento em seu próprio quarto.

Em todas as falas é possível ver exemplos reais e nítidos de como o cis-hetero-patriarcado faz parte de um sistema de hierarquia e inferiorização que violenta e invisibiliza corpos LGBTI+. Esse sistema é evidenciado por meio da ultra generalização e do preconceito.

Mas seja Silvia, com a criação do MAMI, Bob atuando na ONU e fundando o Evangelixs, Joycee participando de espaços de participação social com voz ativa e dando palestras, Neno produzindo artigos e debatendo o tema, Jessica dando formações na Secretaria de Estado, Bruno ocupando o Ministério Público, Samara fazendo parte do corpo diretivo da Casa Neon Cunha e Karen sendo diretora da Casa Miga, ou Atena se fortalecendo e conquistando sua autonomia, todas as histórias trazidas neste capítulo, evidenciam sujeitos com desejos e escolhas e que, quando com possibilidades, propositivos, capazes de levantar a voz, se organizando para criar lugares de acolhimento e fortalecimento, lutando pela emancipação e combatendo o cis-hetero-patriarcado.

Nos próximos capítulos, falaremos sobre Estado (protetivo e/ou punitivo), sua relação com as pessoas LGBTI+ e com a sociedade civil; também abordarei a Política de Assistência Social. Nesses capítulos, continuarei trazendo as experiências das pessoas entrevistadas, explanando melhor sobre a Casa Miga, a Casa Neon Cunha, o Mami e também sobre as vivências de cada um com a Política de Assistência Social, suas impressões a partir do concreto, e suas sugestões e desejos.

CAPÍTULO III - ESTADO, GÊNERO, SEXUALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: POLÍTICA SOCIAL X PUNIÇÃO/CONTROLE/OMISSÃO

3.1 O ESTADO BURGUEÊS

3.1.1 O surgimento do Estado.

Engels em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, buscou estudar como a configuração da estrutura familiar primitiva em grupos de interesses e propriedades comuns, regidas por leis do poder materno e paterno, se modificaram até se tornar a sociedade calcada na família nuclear monogâmica cis heteronormativa, tornando a também propriedade privada, assim como terras e meios de produção e tendo as relações mediadas pelo Estado.

Com a domesticação de animais e domínio do plantio, avanços das artes e ofícios domésticos, foi possível produzir mais do que necessário para subsistência e estabelecer trocas que, posteriormente, se tornaria o comércio. Também, com esse avanço, passou-se a conseguir mais força de trabalho por meio das guerras, transformando os prisioneiros em pessoas escravizadas, tornando a primeira divisão da sociedade entre exploradores e explorados. Os rebanhos deixaram de ser propriedade comum e passaram a ser propriedades dos chefes de família.

Nessa fase, as mulheres cis passam a ter participação no consumo do gado mas não da propriedade, subjugando-a na hierarquia familiar, assim, o trabalho doméstico da mulher perdia sua importância perante o trabalho produtivo do homem. A supremacia masculina cis foi consolidada e eternizada pela queda do direito materno, pela introdução do direito paterno e pela transição do casamento pré-monogâmico para a monogamia. Dessa forma, a família individual se tornou um poder ameaçando os *gens*⁴⁴ (Engels, 2019).

A segunda grande divisão social do trabalho, foi a separação das artes e ofícios da agricultura. Posteriormente, surge uma nova divisão, entre ricos e pobres, dividindo a sociedade em classes. A concentração de riquezas permitiu também destruir as antigas comunidades domésticas comunistas e a terra passou para o usufruto das famílias particulares. A partir disso, fortaleceu-se também as guerras, motivadas pela cobiça das riquezas dos

⁴⁴Organização de grupo a partir de consanguinidade. O agrupamento de gens compreendia uma “tribo”

vizinhos. As cidades passaram também a emergir com muralhas e fortificações (Engels, 2019).

A terceira grande divisão social do trabalho, foi a criação de uma classe intermediária entre dois produtos: o comerciante. Este tinha como ocupação realizar a troca de produtos. Com ela veio o dinheiro-metal, trazendo predomínio dos não produtores em detrimento dos produtores e da produção. Após a consolidação da venda de mercadorias por dinheiro, veio empréstimo, juros e usura. A riqueza em mercadorias e escravos, riqueza em dinheiro, fortalecia também a riqueza em terras, com o direito à posse, venda e penhora delas e a hipoteca. Grandes concentrações de terra e de riquezas estavam agora nas mãos de uma classe pouco numerosa. Cresceu-se também a quantidade de pessoas escravizadas (Engels, 2019).

Surgiu, assim, uma sociedade de antagonismos que não podia ser conciliada sendo necessário um outro poder situado acima desses conflitos, reprimindo conflitos abertos e permitindo que esses conflitos ocorressem somente no campo econômico de forma legal. Assim, surge o Estado, e desde o início já surge a serviço da classe dominante, a partir da conquista de territórios e de dominação de antigas organizações das *gens* não sendo um poder fora da sociedade, ou uma ideia ética ou da razão, mas um produto de uma sociedade dividida em oposições inconciliáveis. Como itens comuns dos Estados está a posse de territórios, a força pública para manter a ordem entre os cidadãos e a coleta de impostos para manutenção dele. Assim, o Estado é da classe mais poderosa, economicamente dominante que torna-se também politicamente dominante, não sendo uma entidade neutra entre as classes mas que vai adquirindo novos meios de repressão e exploração da classe oprimida. Foi dessa maneira que no Estado antigo os donos de escravos mantiveram as pessoas escravizadas subjugadas, no Estado feudal a nobreza manteve submisso os servos e camponeses e no Estado moderno o trabalhador assalariado é explorado pelo capital. O Estado também historicamente concede a cidadania para aqueles de detém maior poder econômico (Engels, 2019).

É nesse movimento, pela compreensão de Engels que surge o Estado, diretamente atrelado com a propriedade privada e com a família individual/nuclear.

Vale pontuar ainda que, apesar de Engels ter se centrado nas relações heteronormativas em seu trabalho, é possível observar em seus escritos como as famílias, antes coletivas, comunitárias, não hierarquizadas e não monogâmicas, foram se modificando ao longo do

tempo e de forma atrelada a lógica da propriedade privada, tornando-se nucleares, propriedades privadas e com o poder do homem cis hétero em primeiro lugar.

As classes sociais existem como conceito, utilizado por autores que vão dos economistas políticos clássicos até socialistas utópicos. Marx considerava que as classes sociais eram divididas entre aqueles que produziam riqueza (escravos, servos e trabalhadores) e proprietários dos meios de produção, sempre polarizada entre criadores e usurpadores da riqueza. Essas classes fundamentais fundam e caracterizam um determinado modo de produção e enfrentam interesses antagônicos (Duriguetto; Montañó⁴⁵, 2013). Elas em dado momento se tencionam e podem provocar a luta de classes sendo esse o motor da história e momentos de lutas revolucionárias dirige-se contra a classe que até então dominou (Netto, 2012).

O Estado foi estudado por diversos autores de diferentes vertentes políticas: como Hobbes, Lockie, Rousseau, Keynes, Hayek e Weber. O Estado burguês com a supremacia e hegemonia da burguesia foi estudado por Marx e por marxistas como Engels, Rosa Luxemburgo, Gramsci dentre outros autores.

Marx (Netto, 2012) e Engels (1884): “O Estado burguês possui como faceta primeira a de atender os interesses da burguesia e realizar a manutenção do capitalismo vigente a partir da defesa intransigente da propriedade privada e da extração da mais valia.”

Segundo Rosa Luxemburgo:

O Estado actual é antes de mais uma organização da classe capitalista dominante. Sem dúvida que assume funções de interesse geral no desenvolvimento social; mas somente na medida em que o interesse geral e o desenvolvimento social coincidam com os interesses da classe dominante. A legislação da protecção operária, por exemplo, serve igualmente o interesse imediato da classe capitalista e os das sociedades em geral. Mas, esta harmonia cessa num certo estágio da evolução capitalista. Quando essa evolução atinge um determinado nível, os interesses de classe da burguesia e os do progresso económico começam a cindir-se mesmo no interior do sistema de economia capitalista (Luxemburgo, 2002, p.11)

Ou seja, ainda que o Estado burguês, em alguns momentos, faça concessões como leis de protecção operárias e/ou outros interesses da classe explorada, essas concessões possuem

⁴⁵ Apesar da utilização desse livro, vale expor que Montañó cometeu violência doméstica contra sua companheira da época, a professora Luana Siqueira e foi condenado pela justiça. O revisor Thiago reforça que antes desse fato esse autor produziu conteúdos de importante relevância para o Serviço Social.

limites e são extintas quando atingem certo grau de evolução capitalista e não são mais de interesse da classe dominante.

Castelo (2013) afirma que o Estado não possui nenhum compromisso com a Democracia, podendo utilizá-la. Entretanto, a qualquer momento pode abrir mão dela e utilizar-se da ditadura e do autoritarismo para atender aos interesses da classe dominante. Para o atendimento dos interesses da burguesia e manutenção do Capitalismo, utiliza-se o consenso e a força, , quando lhe for necessário oprimir e “sacrificar” corpos isso será feito” (CASTELO, 2013). Ao longo da história em determinadas regiões ou períodos, o Estado adquiriu uma faceta mais ou menos democrática com maiores funções de lidar com as expressões da questão social, a partir de um caráter protetivo por meio da garantia de políticas sociais.

Já, segundo Gramsci (Simionatto, 2011) o Estado burguês integra ainda um complexo de atividades práticas e teóricas com os quais a classe dirigente justifica, mantém o domínio e consegue obter o consenso ativo dos seus governados, seja pela força ou pelo consenso, assim incorporando a sociedade civil à esfera estatal através de mecanismos que fortalecem sua hegemonia política em assuntos de seu interesse. Isso se dá por meio do monopólio de órgãos da opinião pública como jornais, partidos e parlamentos, além de outros “aparelhos privados de hegemonia”, como escola e Igreja, que garantem hegemonia e educam o consenso, fragmentando as classes subalternas e criando uma nova forma de senso comum.

Para Gramsci (Simionatto, 2011), o Estado se complexa desde a análise de Marx e Engels, sendo permeável às lutas de classe e atravessado por elas. Para ele, o Estado dá espaço para uma esfera pública “ampliada” com protagonismo político de amplas e crescentes organizações de massa. Gramsci trabalha a partir de duas esferas distintas no interior das superestruturas do Estado: a sociedade civil e a sociedade política. A sociedade civil no entendimento de Gramsci é “o conjunto de organismos chamados ‘privados’ e que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre a sociedade” (Gramsci 1977 p. 1518 *apud* Simionatto, 2011 p. 71), compreendendo as relações sociais e viver da vida cotidiana e em sociedade, com instituições, ideologias, projetos e interesses de classe distintos que são espaços de disputa pela hegemonia; já a sociedade política é o conjunto de aparelhos que a classe dominante utiliza para exercer a violência. “o aparelho de

coerção estatal assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não consentem nem ativa, nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (Gramsci 1977 p.1519 *apud* Simionatto, 2011, p. 71)

Diante disso o Estado moderno possui funções de hegemonia e dominação, coerção e consenso sendo ora mais coercitivo, ora mais consensual dependendo da autonomia relativa das estruturas, sendo a relação entre a sociedade civil (consensual) e política (coercitiva) elas uma relação dialética. As classes e grupos subalternos porém, podem organizar o pensar do senso comum, desorganizado transformando-o em um pensar crítico e histórico feito por meio da luta concreta, mediante a discussão dos seus problemas se chega à um nível de cultura crítica, uma nova cultura que permite a criação de um novo projeto político. Assim, os grupos saem da subalternidade a partir da tomada de consciência do significado do próprio operar, da posição de classe e das hierarquias sociais e políticas que permitem a elaboração de uma nova concepção de política, Estado e sociedade. Mediado pela consciência coletiva e ideológica das forças sociais que surgem agregações, movimentos e revoltas espontâneas que na maioria das vezes são rompidos pelos grupos dominantes até que se chegue a uma vitória dominante e permanente.

Acresce-se a essas definições de Estado que este é um espaço que reflete a correlação de forças da sociedade, sendo em alguns momentos, possível a realização de concessões da classe dominante à classe trabalhadora/classe e grupos subalternos. Porém, em períodos de crise econômica, inerentes ao capitalismo, não há nenhuma objeção em retirar direitos concedidos, como já afirmado anteriormente, intensificando formas de opressão e extração de mais valia, sendo um período de aumento do conservadorismo, e esse movimento se dará até a superação do Estado Capitalista.

Para se discutir essa temática em relação ao Brasil, faz-se necessário evidenciar a formação sócio-histórica do Brasil, que é pautada na herança escravocrata, colonialista e agroexportadora monopolista, patriarcal, autoritária e heteronormativa (Cisne;Santos, 2018). Esta natureza histórica realiza um apagamento e invisibilização sobre as existências e resistências de corpos dissidentes, como já explicitado no Capítulo I, além de trazer diversas expressões da questão social como a concentração de terras e riquezas em pouquíssimas

peessoas, deixando a maior parte da população sem acesso a terra (seja para moradia, seja para subsistência). Faz com que esses mesmos corpos tenham, em sua maioria, acesso a empregos precários e/ou precarizados, com condições arbitrárias de execução, seja ao sofrer assédio e/ou violência, estarem na informalidade, necessitarem aceitar os riscos de acidente e até de morte, altas jornadas de trabalho, ou receber baixos valores de pagamento. Não é incomum ver essas populações serem submetidas aos mais diversos sofrimentos no universo do profissional, não conseguindo suprir as demandas de sua sobrevivência e de suas famílias.

Segundo Chauí (2007), há o mito da não violência brasileira, como um país ordeiro, pacífico, generoso, que desconhece o racismo, sexismo, e não discrimina as pessoas por suas posições socioeconômicas ou escolhas sexuais. Ao falar sobre o mito, Chauí (2007) aponta que ele nega e justifica a realidade negada por ele, substitui o que é real por crenças, tornando invisível o axioma O mito produz valores, ideias, comportamentos e práticas que o reiteram na ação dos membros da sociedade, sendo assim, ultrapassam pensamentos e tomam formas de ação, sendo a base de ideologias, fabricando-as para que possa enfrentar mudanças históricas e negá-las, encarregando-se de manter a matriz mítica inicial.

O mito da não violência interpreta a violência dividindo a sociedade entre os grupos portadores de violência (lugares onde a violência se situa e se realiza: guerra civil, crimes, indistinção entre polícia e crimes) e os grupos impotentes de combatê-las (sociedade civil fraca, debilidade das instituições, crise ética). Essa interpretação se dá a partir dos seguintes mecanismos ideológicos: exclusão, distinção, jurídico e inversão do real.

A partir do primeiro mecanismo cria-se uma cisão entre “nós-brasileiros-não-violentos” e “eles-não-brasileiros-violentos”. Já do segundo, que essencialmente os brasileiros não são violentos, mas que a violência é acidental, um acontecimento pontual. Do terceiro, que a violência encontra-se no campo da delinquência e da criminalidade (relacionada ao ataque da propriedade privada), determinando os “agentes violentos” e legitimando a ação policial e protegendo “nós” “deles”. E do quarto, inverte-se a realidade colocando comportamentos, idéias e valores violentos como não violentos. Dentre os exemplos deste último mecanismo Chauí (2007), aponta a repressão contra homossexuais (e podemos estender a todes que rompem com a cis heteronormatividade) como proteção natural aos valores da família, da saúde e da vida (a partir da disseminação da narrativa da

AIDS como “câncer gay”) trazida pelos degenerados (Chauí, 2007). A partir desse mito, não se percebe a violência onde se origina e em relações sociais que perpetuam a coisificação de pessoas. E mais, a sociedade não percebe que as próprias explicações dela são violentas, cegando o lugar da produção da violência cotidiana na estrutura da sociedade.

Esse mito busca explicar por exemplo as relações de racismo contra a população negra desde a escravidão, diferenciando “nós - os que tem alma” e “eles - que não possuem alma”, os “dóceis” e os “agressivos”. Relações ainda muito presentes em nossa sociedade e fortemente denunciadas por pessoas como a Janaína do “ela é só a babá” e na obra “eu, empregada doméstica” coletânea da preta rara, sobre as relações de violência e exploração do trabalho doméstico. Também explica a naturalização do extermínio da população negra pelo Estado, incluindo crianças, ou a naturalização da baixa escolaridade e do não acesso ao trabalho formal e a proteção social (como no período da pandemia em que o trabalho doméstico foi colocado como essencial). Ainda, explica a violência contra indígenas, incluindo a expulsão deles de suas terras de forma brutal, dos assassinatos e da contaminação de suas águas e terras. Essa relação entre nós-brasileiros-não-violentos e eles-não-brasileiros-violentos também se concretiza da seguinte forma: A criminalização de militantes ou de lutas populares como “os que invadem” X “cidadãos do bem”; “baderneiros”, “vagabundos” X “defensores da ordem”. Movimento bem parecido com aquele que ocorre contra a população LGBTI+ X os defensores da cis heteronormatividade, com a naturalização da violência seja via educação cis heteronormativa, seja nas rotas de exclusão, ou nos assassinatos da população LGBTI+ como apontado no capítulo I.

3.2 PROTEÇÃO SOCIAL

Conforme Behring e Boschetti (2018), na Europa, entre os séculos XIX até a terceira metade do século XX, o Estado possuía um caráter liberal que defendia a autorregulação do mercado, contrário à intervenção estatal em Políticas Sociais e possuía dentre suas funções a defesa contra agentes externos e o provimento de obras públicas.

Por outro lado, conforme Jaccoud (2009), as sociedades historicamente garantiam a proteção social de seus membros a partir de bases familiares, comunitárias, e/ou redes de

solidariedade. Kerstenetzky (2012) complementa ainda que famílias estendidas, cooperativas de auxílio mútuo, organizações voluntárias ligadas ou não à Igreja Católica, foram no passado, quase que exclusivamente, fontes de providência.

Na Idade moderna, porém, como aponta Kerstenetzky (2012), essas formas de provisão foram se fragilizando como consequência das transformações sociais que limitavam as condições de existência e reprodução de formas de vida social de autogestão coletiva dos riscos de bem-estar, ao mesmo tempo que se estimulava provisões via mercado e Estado.

Behring e Boschetti (2018), ressaltam que algumas sociedades pré-capitalistas na Europa, principalmente a Inglaterra, assumiram responsabilidades sociais não com objetivo do bem comum mas para manutenção da ordem e com punição da vagabundagem (Como a Lei Speenhamland e as Poor Laws). Algumas dessas ações, junto da caridade e de ações filantrópicas possuíam características assistenciais e são consideradas protoformas das políticas sociais.

No período de industrialização e urbanização ocasionou também múltiplas expressões da questão social que ampliaram o risco social das famílias de caírem na miséria reduzindo a capacidade protetiva dessas redes. Assim, a partir de reivindicações e mobilizações da classe trabalhadora, o Estado é chamado para atender também demandas sociais, devendo atuar na mitigação de riscos sociais e na oferta de proteção social (Jaccoud, 2009). O primeiro modelo que se tem de proteção social é a partir da lógica do Seguro Social, desenvolvido por Bismarck na Alemanha em 1883, tendo essa política social um caráter contributivo e que visava atender principalmente a demanda dos trabalhadores em momentos em que esses se encontram incapacitados para o trabalho.

É somente em uma conjuntura histórica específica (fim da Segunda Guerra Mundial e início Guerra Fria, o “perigo” da União Soviética), que surge um novo modelo de proteção social, o modelo Beveridgiano, sendo esse um pacto de conciliação entre as classes, que possibilitou cidadania universal e acesso a direitos sociais sem a necessidade de contribuição prévia atribuindo maior responsabilidade do Estado de forma a ampliar as despesas deste com a proteção social.

Jaccoud (2009) aponta que inicialmente, a oferta de proteção social do Estado era de responsabilizar-se sobre os mecanismos de acesso à renda, quando havia impossibilidade de

acesso via trabalho, e posteriormente, passou a assegurar também serviços e benefícios que garantiam um patamar mínimo de Bem Estar Social. Jaccoud vai definir isso como “um conjunto de iniciativas públicas, ou estatalmente reguladas, para a provisão de serviços e benefícios sociais, visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais” (Jaccoud, 2009, p.58). Considera ainda na proteção social organizada um avanço de sistema de obrigações jurídicas que geraram os direitos sociais.

No Brasil, em relação à proteção social e de direitos sociais, via Estado, é necessário fazer rapidamente a trajetória da conquista do seguro social que tem como marco a década de 1930, e da seguridade social, com a Constituição de 1988. Assim, parto de uma concepção de proteção social que não é garantido somente por uma política social, mas por uma tessitura feita entre diversas políticas que quanto maior, mais forte e integrada essa trama, haverá uma mitigação dos riscos sociais e mais protegida estará a sociedade.

Vale pontuar que para uma pessoa estar protegida ou ter riscos sociais mitigados depende de uma tessitura protetiva que pode ser ofertada via mercado (ou seja, somente aqueles que possuem recursos financeiros conseguem acessar), via núcleos familiares e sociedade civil (redes de vizinhos, grupos de afinidade, associações, ONGs, OSCs, espaços religiosos..) e via Estado, por meio de políticas sociais.

Como exemplo de proteção social e mitigação de riscos por meio de redes ampliadas, podemos citar bell hooks (no minúsculo, como escolha política de grafia da própria), em seu livro “Tudo sobre amor”, capítulo 8, se debruça sobre a importância das comunidades, dentre elas, comunidades amorosas como redes de afeto e proteção em situações em que família nuclear não oferta essa amorosidade. Essa comunidade para ela são redes de amigos, família extensa, vizinhos e outros. Assim, ela exemplifica sobre a importância da proteção social por meio destas comunidades.

Se não experimentamos o amor em nossas famílias estendidas de origem (o primeiro âmbito de comunidade que nos é oferecido), o outro âmbito onde as crianças, em particular, têm oportunidade de construir uma comunidade e conhecer o amor da amizade. Uma vez que escolhemos nossos amigos, muitos de nós, da infância à vida adulta, temos nos voltado para eles em busca de carinho, respeito, conhecimento e do empenho geral para promover o nosso crescimento que não encontramos na família (bell hooks, 2021, p.151).

Em uma sociedade capitalista cis heteronormativa essa tessitura protetiva é profundamente contraditória: a depender do núcleo familiar pode proteger a pessoa LGBTI+, sendo um local de afeto e segurança ou pode ser a primeira instituição a normatizar e cometer violências contra ela, buscando cumprir inclusive a cartilha ensinada pela sociedade. Já a sociedade civil, ela é diversa e múltipla, mas infelizmente na maioria das vezes o primeiro contato que se tem é de uma sociedade punitiva e cis heteronormativa seja no ambiente escolar, religioso ou no território de origem, inclusive com instituições ou organizações que exibem uma face caritativa ou benevolente, mas que por detrás impõem uma contrapartida de adequação ao padrão cis hétero, além de outras condições, ou critérios de seletividade. Porém são nesses âmbitos, difundido boca a boca, ou pela internet que se encontram locais seguros de socialização, apoio e amparo entre iguais, como as Casas Neon Cunha e a Casa Miga⁴⁶. Já a proteção via mercado/consumo é a proteção enraizada no imaginário social de grande parte da população, em que através do emprego/renda terá acesso a uma moradia, alimento, roupas, acesso a cuidados, porém depende do acesso à renda e ao mercado de trabalho, que em uma sociedade cis heteronormativa, capitalista e hierarquizada, exclui e busca ter sempre um exército de reserva. Assim, as pessoas LGBTI+ são preteridas em relação às cishetero (ou as que performam como), assim como as pessoas trans* são preteridas em relação às pessoas cis, ou indígenas e/ou negras são em relação às pessoas brancas, e assim por diante.

Como evidenciado no capítulo I, o acesso à renda e ao mercado de trabalho (principalmente o formal) para as pessoas LGBTI+, especialmente pessoas trans*, é extremamente dificultado, fazendo com que essa população não possua acesso nem segurança através do consumo. Já o Estado, atende interesses do capital, porém a partir de disputas instaurou-se em alguns países a lógica da cidadanização, em que todas/es/os são cidadãs/ões/ães e devem (ou deveriam) ser protegidos pelo Estado a partir de políticas sociais, sendo que cada país formulou qual a teia protetiva que aquele local deve/pode ofertar. Há, então, a contradição entre um Estado cis heteronormativo, permeado por interesses capitalistas de produção e reprodução social, e um Estado garantidor de direitos universais, garantidor de proteção social. Vale pontuar que nem sempre esses espaços são binários, mas

⁴⁶Casas em que trabalham Samara (Neon Cunha) e Karen (Casa Miga), como já apresentado no segundo capítulo

muitas vezes contraditórios, protegendo parcialmente no âmbito da reprodução social, mas também cometendo violências.

É importante ressaltar que, historicamente, grupos e sociedades pensaram de diferentes formas e, até hoje, possuem significados e necessidades diferentes de proteção social. Gracyelle Costa Ferreira (2023), em sua pesquisa, evidencia, por exemplo, como os trabalhadores negros, no Brasil, iniciaram a lógica de proteção social anterior às legislações das Caixas e Pensões, sendo inclusive fonte de inspiração para tal, vivendo experiências africanas de proteção social. Já para os indígenas, a proteção social está ligada ao cuidado e preservação de tudo que Tupã deixou.

Bruno, durante nossa entrevista, disse que é necessário pensar a proteção social a partir das especificidades de cada público:

É, a gente tem discutido muita proteção social na perspectiva dos povos indígenas e nós temos um evento internacional com eles e a gente perguntou o que é proteção social pra você? A proteção social é eu poder...Wendel Tembê: É a gente poder cuidar do que Tupã deixou. Da terra, dos filhos, reproduzir culturalmente, né? E é um pouco assim, né? Vamos pensar o que é proteção social para a população LGBT? Temos colocações gerais pra toda política, mas o que é proteção social pra mulher vítima de violência? O que é o pra mulher negra..eu moro num condomínio e eu vejo né? Eu eu saio cedo e eu vejo as babás chegando. Ou seja, eu fico, eu sempre me questionei com quem é o filho dessas mulheres. (...) Então acho que [pensar de] forma unificada, mas trabalhando conforme particularidades. **Não só a gente tem que particularizar, tem que coletivizar né? A mulher negra, vítima.., enfim, acho que a gente tem que trabalhar mil questões pra dar conta desse universo.** É um tanto quanto angustiante, viu? Não é uma tarefa muito simples (Bruno, 2023)

Quando, na entrevista, pergunto para Samara sobre as redes de proteção que as pessoas LGBTI+ com fragilidade de vínculos familiares e em situação de rua ou vulnerabilidade podem contar, ela pontua que não há uma rede de proteção efetiva, pelo menos no ABC Paulista, e que mesmo a Casa Neon Cunha, em seu entendimento, é somente uma rede de apoio, pois às 17 horas, a Casa fecha e as pessoas que frequentam o local vão para o acolhimento institucional, ou para a rua.

Falar de proteção social é falar de uma trama protetiva intersetorial. Para tal, falar da população LGBTI+ e da proteção social é falar de direito à moradia, saúde, educação, assistência social, previdência social, segurança alimentar. É ter uma trama protetiva que impede com que as pessoas LGBTI+ caiam nas rotas de exclusão. A Parada LGBTI+ de São

Paulo de 2023 teve como tema "Políticas sociais para LGBTI+: queremos por inteiro e não pela metade"⁴⁷, chamando a atenção à proteção social estatal para as pessoas LGBTI+.

Figura 4: Folder da 27ª Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo



Fonte: Associação da parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo

Nesta pesquisa, porém, limitar-se-á aos conceitos de proteção social de seguro social e seguridade social, sendo eles utilizados nas sociedades capitalistas modernas, porém como Marx, Engels, Gramsci, Rosa Luxemburgo e outros autores evidenciam, a proteção social ofertada pela sociedade capitalista é extremamente limitada, sendo necessário romper com esse sistema a partir da revolução do proletariado (e dos outros grupos oprimidos) para que se vivencie a verdadeira proteção social, tendo em vista que é o próprio capital (com suas raízes na propriedade privada) que coloca as pessoas em situações de desproteção social.

3.3 O ESTADO E A ORGANIZAÇÃO POPULAR

3.3.1 Estado Liberal

Para autores contratualistas como Hobbie, Lockie e Rousseau surgiu a teoria dos contratualistas sobre o “direito natural” ou “jusnaturalismo”, que defendem a defesa e legitimação do Estado aos direitos inatos dos indivíduos, coibindo a violação de direitos individuais, sendo o poder político validado por pacto ou contrato social que se estabelece entre os seres humanos que renunciam sua liberdade individual e natural para viverem sob

⁴⁷Disponível em: <https://paradasp.org.br/queremos-politicas-sociais-para-lgbt/>. Acesso em 11 de janeiro de 2024.

uma autoridade e normas de convivência social. Locke dará origem ao pensamento do Estado liberal, que existe para proteger os direitos e a liberdade dos cidadãos, com ação limitada, garantindo o máximo de liberdade a cada cidadão. Assim, o Estado é fundado para proteção de sua propriedade e de si mesmo (Duriguetto; Montañó, 2013). Ele e outros autores liberais, como Adam Smith, fazem a defesa de um Estado mínimo com a menor intervenção possível no mercado, considerando que este se auto-regula. Mas exige investimento do Estado em infraestrutura, que dará condições para sua expansão. Também é atribuição do Estado a garantia da segurança pública por meio de forças de segurança. Defende-se o individualismo e a propriedade privada.

Como consequência desse modelo de Estado, Engels, na obra “situação da classe trabalhadora”, expõe o impacto da industrialização na Inglaterra com o que futuramente seria chamado de questão social, em que as pessoas eram expulsas do campo para trabalhar nas cidades, crianças eram expostas a jornadas extenuantes de trabalho desde cedo, mulheres davam à luz no local de trabalho, recebia-se pouco a ponto de não conseguirem se alimentar, moravam em condições precárias: amontoados, em que a cama nunca esfriava, quando um grupo levanta para trabalhar, outro deitava-se na mesma cama para dormir. Havia locais em que poucas palhas eram utilizadas como cama. Os alojamentos e casas eram úmidos e mal ventilados. Roupas eram de má qualidade ou trapos e os alimentos adulterados ou indigestos, além de caros.

A saúde das pessoas também sofriam e tinham marcas visíveis das péssimas condições de vida, havia índice altíssimo de poluição na cidade e consequentemente de doenças respiratórias. Não havia acesso a água de qualidade e os excrementos eram jogados nas ruas. Trabalhava-se até a exaustão física. Houve uma epidemia de Tifo pela falta de condições de higiene. As pessoas eram picadas por pulgas e insetos. Também escrofulose, raquitismo, problemas estomacais, Essas condições eram chamadas de assassinato social pela imprensa operária.

Em Liverpool, em 1840 a expectativa média de vida era de 35 anos para as classes altas (gentry, profissional mena etc.), de 22 anos para os homens de negócios e os artesãos abastados, e de 15 anos para os operários, os jornaleiros e os servidores domésticos. Os únicos prazeres que a classe operária tinha era o álcool e a prostituição. Trabalhava-se muito, recebia

pouco, vivia em péssimas qualidades, morria cedo. Ou seja, desde seu início, o capitalismo apresenta sua contradição entre riqueza e exploração. Fruto dessas condições, os trabalhadores começam a se organizar a partir de greves e manifestações reivindicando melhores condições de trabalho e vida.(Engels, 2020)

Após a organização de parte da classe trabalhadora na europa iniciou-se mobilizações, movimentos como greves e os movimentos ludistas (que destruiu inúmeras máquinas), como retratado em filmes como “O germinal”(1993) e “O Jovem Marx” (2017).

Behring e Boschetti (2018) sintetizam o liberalismo a partir das máximas: Predomínio do Individualismo; O bem-estar individual maximiza o bem-estar coletivo, Predomínio da liberdade e competitividade; Naturalização da miséria;Predomínio da lei da necessidade; Manutenção de um Estado mínimo; As políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício; A política social deve ser um paliativo.

A partir dessa organização, direitos foram sendo conquistados como por meio da Lei de Peel, a redução da jornada de trabalho, proibição do trabalho infantil noturno, a proibição da admissão de crianças com menos de 10 anos. Como marco protetivo no Estado Liberal tem-se a lei promulgada por Otto Von Bismarck, que instaurou o modelo do seguro social vinculado aos trabalhadores que trabalhavam de maneira formal, fazendo com que houvesse uma contribuição prévia para que posteriormente esses pudessem usufruir de direitos relacionados à saúde, à renda em momentos de desemprego (seguro-desemprego), ou à aposentadoria. Vale pontuar que nenhuma conquista de direitos ocorre por bondade do patrão ou do Estado, mas por conta da organização e pressão popular.

No Estado liberal, o principal modelo protetivo proposto foi o seguro social. A partir da pressão e organização dos trabalhadores, na Alemanha, Bismarck instaura o seguro social, trazendo proteção social aos trabalhadores (seguros doença, invalidez e acidentes de trabalho, velhice, serviços e pensões por seguro desemprego) mediante contribuição prévia, ou seja, uma proteção individual contra contingências futuras. Esse é o primeiro modelo de proteção social estatal. Essa proteção então não alcançava todas as pessoas, mas somente aquelas que trabalham formalmente e suas famílias (no formato cis heteronormativo, ou seja mãe, pai e filhos). Esse seguro traz quatro mudanças em relação a função do Estado em relação aos trabalhadores:

- a) o interesse estatal vai além da manutenção da ordem, e incorpora a preocupação de atendimento às necessidades sociais reivindicadas pelos trabalhadores;
- b) os seguros sociais implementados passam a ser reconhecidos legalmente como conjunto de direitos e deveres;
- c) a concessão de proteção social pelo Estado deixa de ser barreira para a participação política e passa a ser recurso para exercício da cidadania, ou seja, os direitos sociais passam a ser vistos como elementos da cidadania;
- d) ocorre um forte incremento de investimento público nas políticas sociais, com crescimento do gasto social: os Estados europeus passam a comprometer em média 3% de seu Produto Interno Bruto (PIB) com gastos sociais a partir do início do século XX (Pierson, 1991: 107 *apud* Behring e Boschetti, 2018 p.70-71).

Em grande parte da história do Brasil, não havia direitos sociais, sendo as pessoas exploradas até sua morte. Nesse período, os poucos acessos que se tinha era a partir de Santas Casas de Misericórdia e de ações caritativas e filantrópicas; ou para os mais abastados, acessos via consumo, inclusive através de tratamentos de saúde ou educação na Europa. É a partir da organização e pressão dos trabalhadores, principalmente urbanos, de serviços que moviam a economia da época, dentre eles, trabalhadores negros, como aponta Gracyelle Costa Ferreira (2023) que originou as Caixas e Institutos de Pensão que posteriormente deram origem a Lei Eloy Chaves, a primeira legislação de seguro social no Brasil, voltada para trabalhadores urbanos com trabalho formal, que representavam uma minoria. Esse seguro social garantia direitos previdenciários e de saúde para esses trabalhadores e suas famílias. Somente na década de 1970, que o seguro social passou também a beneficiar trabalhadores que ainda eram maioria no país. As pessoas LGBTI+, nesse período, não externavam sua sexualidade e ou sua identidade de gênero nos ambientes públicos ou de trabalho. Quando optavam por enfrentar a LGBTfobia da sociedade, exceto poucas exceções, não estavam majoritariamente nos ambientes de trabalho formal, mas no campo artístico, ou na prostituição, sendo assim, excluídos da proteção social.

3.3.2 Estado de Bem Estar Social

Keynes tem um papel muito importante de subsídio teórico ao ser contrário a auto regulação do mercado pela mão invisível e pautar o papel do Estado na atuação anticíclica,

evitando crises e restabelecendo o equilíbrio econômico. Coloca como responsabilidade do Estado: a planificação indicativa da economia, na perspectiva de evitar os riscos das amplas flutuações periódicas; a intervenção na relação capital/trabalho através da política salarial e do “controle de preços”; a distribuição de subsídios; a política fiscal; a oferta de créditos combinada a uma política de juros; e as políticas sociais. (Behring e Boschetti, 2012, p.94) Ele defende também a política de pleno emprego e o aumento da renda e combate a desigualdade por meio das instituições públicas.

Já o Fordismo buscava “a produção em massa para o consumo de massa e dos acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista em torno dos ganhos de produtividade do trabalho (Behring e Boschetti, 2018), sendo para além de um modelo de produção, uma regulação das relações sociais. O Keynesianismo aliado ao Fordismo, permitiram uma acumulação primitiva do capital no pós guerra de forma acelerada com expansão da demanda efetiva, altas taxas de lucro e elevação do padrão de vida das massas do capitalismo central, permitindo o ciclo de “30 anos gloriosos”. Para a classe trabalhadora houve um “pacto social” permitindo com que apesar de estarem sendo superexplorados a partir do modelo de trabalho rápido e repetitivo fordista, a melhoria na condição de vida fora do trabalho, por meio do consumo e do lazer e a sensação de estabilidade no emprego (Behring;Boschetti, 2018).

O Estado de Bem Estar Social surgiu, então, a partir do Keynesianismo e do Fordismo, e de um momento extremamente específico da história:

- Crise econômica de 1929;
- Pós guerras com países completamente destruídos e precisando serem reconstruídos;
- Retorno dos soldados aos seus países de origem, vários mutilados ou famílias que perderam seus respectivos provedores;
- Existência e fortalecimento da União Soviética;
- Terceira revolução tecnológica;
- Guerra Fria após a Segunda Guerra Mundial provocando um tensionamento tecnológico e ideológico entre os países capitalistas e os países socialistas.

O Estado de Bem Estar Social não rompeu com o modelo liberal, mas houve um abrandamento de alguns princípios a incorporação de algumas orientações social-democratas. Isso ocorreu pois foi realizado um pacto entre sociedade e/ou trabalhadores e o Estado (o Estado concede direitos sociais e garantias a partir da retenção do salário indireto e os trabalhadores não se rebelam contra eles). Essa aliança foi feita pois pelas evidências vividas naquele momento histórico (Crise de 1929, devastação causada pela II Guerra Mundial) constatou-se limitações do mercado em se autorregular, sendo necessária maior intervenção do Estado na economia e sociedade para o crescimento econômico e para o bem estar dos cidadãos..

Também é preciso evidenciar que o Estado de Bem Estar não ocorreu no mundo inteiro, tampouco no mesmo formato. Diversos países viveram a experiência desse Estado a partir da exploração da mão de obra e das riquezas de suas colônias ou de países do “terceiro mundo”.

O Estado de Bem Estar Social, traz como uma importante premissa a elevação de todas as pessoas daquele país como cidadãs detentoras de direitos civis, políticos e sociais. Colocou como primazia, não mais o indivíduo e sua proteção individual ou , mas um guarda-chuva protetivo via Estado para todas as pessoas. Também compreendeu o papel do Estado na regulação e intervenção da Economia, balizando o livre mercado, gerando empregos a partir de grandes obras. Tem-se como diferencial também a quantidade de recursos do Estado destinados para a garantia desses direitos sociais, disputando recursos do Fundo Público. As despesas destinadas para a reprodução social (educação, saúde, pensões), chegaram a mais de 24% do PIB nos países da OCDE (Oliveira, 1988).

Titmuss (1959) aborda o conceito de necessidades sociais como “necessidades oriundas da interdependência social: elas são definidas pela vida em sociedade, como padrão de vida corrente, e têm sua origem em dependências nela criadas (Kerstenetzky, 2012) Essas necessidades são naturais (como infância, doença, incapacidade e envelhecimento) ou fabricadas culturalmente e socialmente e que devem ser garantidos a partir de políticas sociais que não “arruinem identidades” estigmatizando as pessoas que a utilizam, sendo essa uma das consequências de políticas sociais seletivas. Assim, as “necessidades sociais” devem prover

não somente necessidades materiais mas, por meio de serviços universais, evitar a estigmatização e contribuir para a identidade das pessoas.

Esse autor traz também o conceito de custos sociais, sendo que a política social deve compensar os “custos sociais” da atividade econômica. Assim o bem estar social é promovido quando o custo social é compensado pelas políticas sociais. Como não é algo racionalmente calculável, o custo social as políticas sociais deveriam trazer uma garantia precoce e protetiva, seja antecipando de recursos como renda, riqueza e oportunidades sociais para proteger as pessoas das incertezas do mundo econômico e dos ciclos de vida ou garantindo políticas universais para prevenir, remediar e compensar indivíduos por perdas de causalidades difusas. “Serviços universalistas não discriminatórios são, em parte, consequência da causalidade não identificáveis. Se os desserviços são desperdiçadores [no sentido de serem os custos sociais difusos, então welfare também tem que ser desperdiçador. (Titmuss 1959 p. 134 *apud* Kerstenetzky, 2012, p. 26)

Evidencia-se T.H Marshall (Kerstenetzky 2012) como um importante pensador sobre direitos sociais que coloca a cidadania social como um importante pilar do Estado de Bem-Estar Social, igualando o status de igualdade entre os cidadãos. Assim o Welfare State é entendido como compromisso com os cidadãos, a partir da política de cidadania.

Já Amartya Sen, contemporâneo de Marshall (2000 *apud* Kerstenetzky 2012) trabalha o bem-estar social a partir da concepção de funcionamento (a realização efetiva das pessoas) e da capacidade, a extensão da liberdade efetiva/desfrutada. Assim a realização efetiva depende tanto das condições das pessoas quanto dos recursos dispostos e em uma sociedade heterogênea grupos ou indivíduos possuem capacidades diferenciadas de transformar recursos em realizações que valorizam. Dessa forma, Sen joga luz também as desigualdades e as individualidades para que as políticas sociais permitam a faculdade de “agência” ou seja a livre decisão de deliberar sobre os fins a perseguir, da aptidão em agir conforme os objetivos e causar mudança social evitando assim a alienação e a ruína das identidades sociais, respeitando as individualidades.

Gosta Esping-Andersen (1991) como um autor importante que buscou tipologizar os diferentes tipos de Estados de Bem Estar Social/Welfare State em três grupos: regime “liberal” em que se predominava a assistência aos mais pobres, com benefícios sociais no

lugar do trabalho e o Estado garantia somente o mínimo, encorajando principalmente a atuação do mercado e minimizando os efeitos da desmercadorização aplicado em países como Estados Unidos, Canadá e Austrália; o regime de corporativismo estatal em que os direitos sociais eram concedidos, onde o Estado estava pronto para substituir o mercado enquanto provedor de benefícios sociais mas predominava a preservação das diferenças de status, tendo um papel desprezível na redistribuição, também preservava a família tradicional e agia a partir da “subsidiariedade” interferindo somente quando a capacidade da família já se exauriu aplicado em países como Áustria, França, Itália e Alemanha; e o terceiro regime que atendia princípios de universalismo e desmercadorização dos direitos sociais atendendo não somente os mais pobres, mas as novas classe média e buscava promover a igualdade, não a partir do mínimo, mas dos melhores padrões de qualidade a partir da provisão do Estado, com política de emancipação do mercado e da família tradicional agindo protetivamente de forma antecipada e anterior a exaustão da capacidade protetiva da famílias, socializando os custos da família aplicado em países nórdicos. Esses autores não são marxistas, mas possuem uma grande relevância nas políticas sociais que refletem na conceituação delas em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, dentre elas na Política de Assistência Social. Vale apontar, como um parênteses, que o Estado de Bem Estar europeu foi possível graças a exploração a partir de guerras, expropriação, escravidão e opressão de países latinos, africanos e asiáticos.

A partir da década de 1970, inicia-se a crise dos Estados de Bem Estar Social quando o mundo capitalista avançado entra em uma longa e profunda recessão, combinando baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação. A crise desse modelo se avolumou pois um percentual maior do orçamento público estava sendo destinado à produção de bens sociais públicos e conseqüentemente menos à estruturação da reprodução do capital, devido a internacionalização produtiva e financeira da economia capitalista, dissolvendo a retroalimentação relativa à circulação nacional dos processos; a crise de superprodução, a crise do petróleo e estagnação do poder aquisitivo dos trabalhadores. Isso acabou com as promessas Keynesianas e de Marshall. A crise, porém, conforme análise marxista, é algo inerente ao funcionamento do capitalismo. Assim, direitos sociais foram sendo retirados e passou-se a incorporar o Estado neoliberal. O neoliberalismo surgiu a partir de Hayek, ainda na década de 1940, mas passou a ser incorporado como modelo de Estado apenas na década

de 1970, nesse cenário internacional de crise, e foi implementado entre violentas ações estatais em países como Chile e Inglaterra.

Nesse conflito entre o desenvolvimento do capitalismo e os interesses da classe dominante, o Estado alinha ao lado da última. A sua política, assim como a da burguesia, opõe-se ao desenvolvimento social. Deixa, dessa maneira, de ser o representante do todo da sociedade e transforma-se simultânea e progressivamente num puro Estado de classe. Ou mais exatamente, essas duas qualidades deixam de coincidir, para se tornarem dados internos contraditórios do Estado. Essa contradição agrava-se dia a dia. Por um lado, verifica-se o crescimento das funções de interesse geral do Estado,

É no Estado de Bem estar social que surge o modelo de proteção social chamado de seguridade social. Esse modelo bebe diretamente do Plano Beveridge, que possui como pilares 1) responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; e 3) implantação de uma “rede de segurança” de serviços de assistência social (Behring; Boschetti, 2018, p.94)

O modelo beveridgiano difere-se do bismarckiano pois tem como objetivo lutar contra a pobreza a partir de um sistema de proteção social que eleva todas as pessoas a condição de cidadãos, sendo os direitos universais e sendo os mínimos sociais garantidos pelo Estado. Há a unificação institucional e uniformização dos benefícios. O financiamento vem de impostos fiscais e a gestão é pública e estatal. Esses modelos de seguro e seguridade social foram denominados por T. H. Marshall (2000 apud Kerstenetzky 2012) como modelo de contrato (de contrato) e de status (de cidadão).

A seguridade social foi implementada, principalmente, em Estados de Bem Estar Social. Esse modelo tem como grande diferencial a disputa de recursos do fundo público e é uma grande parcela de recursos para investimentos sociais. Pereira (2003) aponta por sua vez que apesar dessas medidas terem trazidos avanços, não alteraram as relações burguesas ou as relações sobre a propriedade de terras, pois a função do Estado Social não era de

redistribuição de riquezas mas os custos dos riscos serem compartilhados por uma coletividade solidária a partir da direção do Estado.

No Brasil, com a Constituição de 1988, fruto da organização e do acúmulo de discussão e luta dos movimentos sociais que eferveceram, na década de 1970, surge a legislação de uma seguridade social como dever do Estado e direito de todos e todas, colocando todas as pessoas como cidadãos. Sabe-se, porém, que entre o legislado e o efetivado há um distanciamento. A seguridade social no Brasil foi colocada a partir do tripé: saúde universal (fruto do movimento da reforma sanitária), previdência social mediante contribuição prévia (a partir do histórico do seguro social) e a assistência social (ficando responsável por atender as pessoas que possuíam vulnerabilidade social e de renda e não possuindo contribuição prévia) como registrado na tese de Margarites (2019).

A seguridade social brasileira não é uma extensa rede de proteção, ficando de fora importantes políticas sociais como moradia, direito à cidade, lazer, esporte, transporte. Além disso, foi construída tardiamente, após a emergência e crise do período de Welfare State dos “30 anos gloriosos”. Dessa maneira, apesar de ter sido legislado em 1988, quando a seguridade social brasileira estava sendo consolidada, já sofria diversos ataques pois entrava em vigência a agenda neoliberal brasileira a partir do Consenso de Washington. Ainda, houve uma discussão sobre a seguridade social brasileira, sobre a efetividade de haver orçamento e direcionamento únicos, concepção derrotada, entrando em vigência uma disputa entre orçamento e interesses diferentes entre três políticas que compõem a seguridade social brasileira, havendo desde seu início então uma fragmentação.

A seguridade social, assim como outras políticas sociais, traz importantes marcadores: de sexo e gênero. Assim, há questões importantes como a colocada por Anabella (2023): para as pessoas trans, como fica a questão da contagem de tempo de serviço e tempo necessário para aposentar?⁴⁸ Ou a dificuldade de um homem trans* ser atendido por uma ginecologista.

Também dependendo da interpretação, coloca-se que a seguridade social deve agir somente após a proteção via família e sociedade falharem, não de forma preventiva para todas as pessoas.

⁴⁸ Fala na qualificação de mestrado da autora em 2023.

Ainda, apesar da Constituição em 1988 colocar todos no patamar de cidadãos com direitos sociais, civis e políticos pessoas intersexo não possuíam, até o ano de 2018, o direito de existir civilmente e, consequentemente, acessarem outros direitos.

Vale pontuar que falar de direitos sociais, no Brasil, é discorrer também sobre a disputa do Fundo Público e como, historicamente, retira-se recursos das políticas sociais para atender aos interesses do Capital. Sendo a população mais pobre duplamente punida pois é a que mais paga impostos e a que menos acessa benefícios por parte do Estado.

Falando em disputa do Fundo Público é necessário abordar que, após a Constituição de 1988, ocorre a formação e a fragilização das políticas sociais de forma concomitante, à luz do superávit fiscal no neoliberalismo brasileiro. Ou seja, ao contrário dos países nórdicos, ou outros países da Europa e da América do Norte, que viveram 30 anos de Bem Estar Social antes do neoliberalismo, no Brasil, não houve esse espaço temporal, ao contrário, há um processo concomitante de construção, fragilização e desmonte da proteção social.

3.3.3 Estado Neoliberal e o sujeito neoliberal

O neoliberalismo como projeto político e econômico foi pensado por diversos autores e discutido em seminários, havia pontos em comum, mas também de divergência. Tem-se como principais autores Friedrich Hayek, Milton Friedman, Ludwig von Mises. Esse projeto de Estado foi criado ainda na década de 40, porém implementado após a década de 1970. O neoliberalismo aparece como projeto político econômico implantado pelo Estado, primeiro no Chile e na Inglaterra por Augusto Pinochet e Margareth Thatcher - utilizando-se de enorme violência e coerção -, posteriormente em outros países na América Latina e em outros países do mundo, como também por organizações multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Tem-se como marco o Consenso de Washington, em 1989, como um conjunto de recomendações econômicas para a América Latina para a superação da crise da década de 1980. O neoliberalismo apregoa como princípio máximo o equilíbrio fiscal a partir do superávit, Estado mínimo para o social, o livre mercado.

Apesar dessa máxima, o próprio neoliberalismo precisou fazer concessões, tendo em vista que a sua implementação ocasionou um aumento da desigualdade de forma que foi

impossível não haver a intervenção do Estado. Assim, passou-se a defender políticas sociais pobres, focalizadas, condicionais e fragmentadas, buscando mínimos sociais a partir da criação de linhas de pobreza. Essas políticas sociais, porém, não poderiam afetar o equilíbrio fiscal, mantendo a primazia neoliberal e deveriam ser ofertadas em último caso, quando o indivíduo, a família e a sociedade “fracassassem” em fornecer suporte.

A mesma intervenção mínima do Estado no mercado é algo que não ocorre, sendo o Estado conclamado constantemente em períodos de crise para arcar com as “falhas de mercado”. Assim, essa máxima se transforma em: individualização dos lucros para o mercado, socialização das perdas para a sociedade via Estado. Em momentos de crises bancárias e financeiras o Estado amortiza as perdas, absorvendo-as. A própria dívida pública brasileira se deu a partir da absorção de perdas do mercado pelo Estado. Acresce-se a isso a um Estado que é conclamado para realizar isenções fiscais para diferentes setores do mercado, não realiza a cobrança de diversos devedores da previdência social, promove anistia da dívida de planos de saúde, a instauração da Desvinculação de Receitas da União (DRU) que retira recursos do social e destina para o fiscal, e outras medidas que tornam o estado mínimo para o social e máximo para o capital.

O Neoliberalismo como projeto econômico fracassou, como afirma Perry Anderson:

Economicamente o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e economicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se às suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um domínio tão abrangente desde o início do século como o liberal hoje. Esse fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes. (Gentili; Anderson; Salama, 1995, p. 23)

Essa fala, de 1995, continua atual, Dardot e Laval (2016), assim como outros autores, apontam como a lógica neoliberal foi absorvida pelos indivíduos enraizando esses princípios em seu cotidiano do ser humano “empresarial”, em que o ser é empresa de si mesmo. Essa lógica afeta não somente o trabalho formal, mas as relações de amizade, trabalho em associações, relações familiares e inclusive a vida sexual. O sujeito racionaliza o desejo e

incorpora a empresa como se trabalhasse para si, responsabilizando-se inclusive dos fracassos e prejuízos, é competitivo, maximiza resultados e o capital humano, busca sempre se superar, se aprimorar, melhorar seus resultados e desempenhos com auto-controle. Está inteiramente envolvido no trabalho e aceita as flexibilidades impostas pelo mercado. Tem o medo social criado pela insegurança do trabalho e o local de trabalho deixa de ser um local de cooperação se tornando um espaço de competição. Nas relações de trabalho há a vigilância e a competitividade.(Dardot;Laval, 2016) Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo. Transforma o trabalho no veículo privilegiado da realização social, sendo ele o garantidor de autonomia e liberdade. (Dardot; Laval, 2016) A liberdade é transformada em relação ao desempenho. Os problemas econômicos são entendidos como problemas organizacionais e problemas psíquicos relacionados com um domínio insuficiente de si e da relação com outros (Dardot; Laval, 2016).

Os novos paradigmas englobam o mercado de trabalho, a educação e formação por toda a vida e empregabilidade, com defesa ao empreendedorismo e a superação constante e esforço máximo. Exalta o combate, força, vigor, sucesso. Sujeito ativo e autônomo que desenvolve estratégias de vida para aumentar seu capital humano e valorizá-lo da melhor maneira. A epimeleia, hoje, consiste em “gerir um portfólio de atividades” de aprendizagem, casamento, amizade, educação dos filhos, administrar o capital da empresa de si mesmo. Supõe uma integração de vida pessoal e profissional, gestão familiar do portfólio de atividades, mudança da relação com o tempo (não mais determinado pelo contrato salarial mas por projetos). Essa atividade empresarial inicia-se ainda na adolescência. Tudo se torna empresa: trabalho, consumo e lazer. Cobra-se o domínio de si devendo demonstrar flexibilidade e empreendedorismo (Dardot; Laval, 2016).

Ser empresa de si é o movimento que fornece experiências e ferramentas que levam as pessoas a evoluir em seus contextos de vida: empresas, bairros, associações, família, redes de contato. Todas as atividades devem assemelhar a uma produção, um investimento, um cálculo de custos. Une todas as relações de poder na trama de um mesmo discurso. ética de “ajuda-te a si mesmo”, ética da autoajuda. Vincula a maneira como um ser humano é governado com a forma que ele se auto governa. A instabilidade no mercado de trabalho em projetos, missões,

variação de redes de contatos e equipes, tornando-se o mundo profissional uma soma de transações pontuais. Isso impacta na vida privada, na organização familiar e na representação de si. A ideologia do sucesso do indivíduo que não deve nada a ninguém destrói o vínculo social. Tudo é transformado em negócio, tudo é possível, tudo é duvidoso, tudo é suspeito. Tudo tem preço e negocia individualismo hedonista ou narcisismo de massa. Essa mudança no sujeito, implica também na sexualidade e suas relações:

O número e duração das relações, qualidade e intensidade de orgasmo, variedade e atributos dos parceiros, número e tipos de posição, estimulação e conservação da libido em todas as libidos tornaram-se objeto de pesquisas detalhadas e recomendações precisas (Dardot; Laval, 2016 p. 353)

Assim, a ótica neoliberal exige do sujeito o constante domínio de si exigindo que seja empresa de si mesmo. Essa ótica afeta todas as relações sociais e ideologicamente venceu com máximas de auto ajuda, individualismo, meritocracia, empreendedorismo, flexibilidade e esforço. Precarização do trabalho por meio da romantização do “empreendedorismo”, relações trabalhistas terceirizadas e da uberização como mostra o filme “Você não estava aqui” (2020). Esse ideário culpabiliza as pessoas que não conseguem acessar o mercado de trabalho, julgam e inferiorizam as pessoas beneficiárias de programas sociais, minimiza a solidariedade e maximiza a vigilância, o medo e a desconfiança. Sempre é possível se superar romantizando o trabalho de pessoas adoecidas e com idade avançada. Hobbies se transformam em formas de ganhar renda extra. Redes de solidariedade se esgarçam. A ótica neoliberal se torna hegemônica quando não se vê outra forma de pensamento econômico. Há ainda dentro do neoliberalismo momentos em que a intervenção do Estado no Social foi mais intensa, comprometendo parcela maior do fundo público para os direitos sociais. E momentos chamados ultraliberais em que os preceitos do neoliberalismo se acirraram.

Sob a égide do Estado Neoliberal o pacto protetivo que havia do Estado com os trabalhadores de possuir a primazia na proteção social é rompido, sendo resgatado preceitos liberais, ou seja, da proteção social a partir do núcleo familiar e da sociedade. Assim, as políticas sociais adotadas agem de forma subsidiária, são políticas focalizadas, privatizadas, descentralizadas, seletivas, residuárias, com condicionalidades e trabalham a partir de linhas de pobreza como pauta órgãos multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário

Internacional. Separa-se na sociedade aqueles que dependem de programas sociais e aqueles que podem pagar pelos serviços. Faz-se políticas pobres para os pobres.

As políticas sociais também estão sobre os preceitos neoliberais que possuem como a máxima o “equilíbrio fiscal”. Retira-se nesse momento do Fundo Público o orçamento da seguridade social para o Orçamento Fiscal, atendendo as demandas da acumulação do capital. Tem-se um estado máximo para o capital e mínimo para o social.

No Brasil a década de 1980 foi considerada economicamente como uma década perdida, pois apesar de inúmeras tentativas a inflação estava “descontrolada” com a diminuição do poder econômico da população e uma grande crise financeira. A partir da atuação de órgãos multilaterais como FMI e do Banco Mundial, o Brasil passou a adotar uma cartilha de ajuste fiscal que se consolidou após o Consenso de Washington. Assim, estava instaurado no país a agenda neoliberal, com a máxima de superávit primário, ajuste fiscal e defesa do estado mínimo (para o social).

É possível dividir o neoliberalismo no Brasil em algumas fases, sendo algumas delas defendidas por alguns autores como “neodesenvolvimentismo”. A primeira fase no final da década de 80 até o fim da década de 1990 teve como característica seguir à risca a cartilha do Consenso de Washington de ajuste fiscal. Rebateu na precarização do mundo do trabalho e na diminuição do Estado, passando de executor para gestor com contratações via OSC, OSCIP e OS e por meio da terceirização das atividades meio, dentre outras. Assim, a Política de Assistência Social acabou sendo desde sua criação na Lei de 1993 (sua primeira lei foi integralmente vetada) sendo permeada por termos vagos como “a quem dela necessitar”, com cortes de acesso por renda per capita, programas focalizados, seletivos e com condicionalidades. Também, nesse período foi criado o Fundo Social de Emergência que em 2000 foi chamado de Desvinculação Real da União (DRU), retirando orçamento da seguridade social e destinando para o orçamento fiscal. A DRU continua vigente até os dias de hoje retirando 30% do orçamento da seguridade social. Ainda através da Lei de Responsabilidade Fiscal maximizou a responsabilização no uso dos recursos públicos sendo balizado pelos preceitos neoliberais.

É nesse período também que é instituída a Lei Orgânica de Assistência Social, em 1993, após a primeira versão ser barrada integralmente e que começa então a realmente tomar

corpo a Política de Assistência Social, buscando romper a lógica assistencialista ou horizontal (que atende todas as políticas sociais com benefícios para quem não consegue acessá-las via consumo) e sendo uma política social com princípios e diretrizes. Vê-se nessa legislação rastros do neoliberalismo em termos como “mínimos sociais” e “necessidades básicas”, “cortes de renda”, “enfrentamento à pobreza”, ainda que traga a concepção de primazia do Estado, participação popular, universalidade e igualdade de direitos.

A segunda fase do neoliberalismo, que ocorreu na década de 2000, possui experimentalismos à brasileira, em que não se deixou de seguir a agenda neoliberal mas possui algumas flexibilizações. Nesse período houve uma tentativa de conciliação de classes, sem abrir mão da lei da acumulação financeira, mas com alguns programas que beneficiaram minimamente a classe trabalhadora, dentre eles o Programa Bolsa Família, a constituição do SUAS, o fortalecimento do SUAS, a programas de obras para geração de emprego e movimentação da economia, a constituição da política de habitação, algumas ações de demarcação de terras indígenas, atendimento à população LGBTI+ com o Programa Brasil Sem Homofobia. Nesse período houve também um aumento da destinação de orçamento para a seguridade social.

Porém é a partir dos requisitos dos órgãos multilaterais regidos pela agenda neoliberal que passou-se a trabalhar com os conceitos de linha de pobreza, tornando os benefícios seletivos, focalizados e restritivos muito presentes no SUAS.

Na transição do primeiro para o segundo mandato da presidenta Dilma há uma crise nessa agenda conciliatória ainda que as concessões para a acumulação do capital tenham aumentado, desembocando período ultraneoliberal com a agenda “ponte para o futuro” instaurado após golpe por Temer e Bolsonaro.

Nesse período de ultra neoliberalismo, houve a Reforma Trabalhista (Lei 13467/2017), a permissão de terceirização de serviços fins (Leis 13.429), a estrangulação orçamentária das políticas sociais a partir do Teto de Gastos (Emenda Constitucional 95/2016), a Reforma da Previdência (Emenda Constitucional nº 103/2019), dentre outras medidas. Ainda houve a tentativa de Reforma Administrativa (PEC 32). A política de assistência foi duramente afetada com a Portaria Nº 2.362, de 20 de dezembro de 2019 que desresponsabiliza o governo federal no cofinanciamento da política, acarretando em alguns

lugares o fechamento de serviços. Apesar de historicamente a transferência de recursos ter atraso de parcelas, havia uma responsabilidade em pagar as parcelas atrasadas e pagar o valor cofinanciado, porém com essa portaria, colocou-se que o governo não seria obrigado a pagar nem o valor cofinanciado nem as parcelas atrasadas, reduzindo o repasse a mais ou menos 30% do valor antes pactuado. Também ocasionou cortes de benefícios como o BPC e Bolsa Família e filas de espera longuíssimas para a concessão de benefícios⁴⁹.

Vale fazer um parênteses que o governo ultraneoliberal de Bolsonaro foi marcado pela pandemia de COVID 19 que impediu que outras ações de enxugamento do Estado fossem realizadas, principalmente pela ação do legislativo e judiciário, sendo o Estado conclamado a agir seja na compra de vacinas, no benefício Auxílio Brasil, construção de hospitais de campanha e fortalecimento do SUS e outras medidas, ainda que com total contragosto dos interesses do executivo.

E atualmente vive-se um novo governo Petista de Frente Ampla, que apesar de estar tentando novamente fazer uma conciliação de classes, segue a cartilha liberal, mantendo dispositivos como a Lei do Arcabouço fiscal, ainda que com o retorno de algumas poucas concessões à classe trabalhadora. Apesar do “novo” governo Lula ter iniciado com uma proposta de Governo do Povo, uma “reconstrução” do Brasil, essa eleição foi feita a partir de uma enorme aliança “em prol da democracia [burguesa]”. Dessa forma, é um governo que busca novamente conciliar interesses de movimentos sociais e da sociedade em geral com interesses burgueses, sem em nenhum momento abandonar o neoliberalismo. Assim, ao mesmo tempo que teve uma posse emocionante com “o povo” subindo a Esplanada dos Ministérios para entrega da Faixa presidencial, a posse de Symmy Larrat como Secretária na Secretaria Nacional dos Direitos da População LGBTQIA+, a recriação do conselho Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ também é um governo que se coloca em defesa da Nova Reforma Tributária e do novo Regime Fiscal.

⁴⁹Ver “Fila de espera do Bolsa Família tem quase um milhão de pessoas” em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/fila-de-espera-do-bolsa-familia-tem-quase-um-milhao-de-pessoas-24781175.html> Acesso em 03 de janeiro de 2024 e “Bolsa Família sob Bolsonaro “fecha a porta” a novos beneficiários: “Enquanto espero na fila, pego fiado”” em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-28/bolsa-familia-sob-bolsonaro-fecha-a-porta-a-novos-beneficiarios-enquanto-espero-na-fila-vou-pegando-fiado.html> Acesso em 03 de janeiro de 2024

Por outro lado, carta de Maceió de 2000, o CFESS com seu acúmulo de discussão produziu uma carta em defesa da seguridade social e contrária ofensiva do capital em relação às políticas sociais, defendendo o controle social, o orçamento público definido ao lado da população e contra a fragmentação, focalização e desfinanciamento. É nesse cenário de tensionamento e disputas que a seguridade social no Brasil foi se consolidando, com reformas e contrarreformas afetadas pela composição do legislativo, ações do judiciário e também das agendas do executivo.

É com esse pano de fundo, por exemplo, que no momento de cidadanização da população LGBTI+ ocorre o movimento de ONGuização, em que recursos são repassados do Estado e executados via terceiro setor. Ferreira e Aginsky (2013) pontuam que os movimentos sociais tematizam questões que parecem, em um primeiro momento, não possuir soluções satisfatórias de acordo com a ideologia de cunho neoliberal que a sociedade capitalista assume em sua organização, porém, é na década de 1990 que ocorre a mudança de perspectiva, pois, até então o Estado era considerado inimigo. A partir desse momento, os movimentos sociais de um modo geral passam a ser copartícipes das políticas públicas, se transformando em parceiros e aliados do Estado. Dessa forma, parte do movimento perde a perspectiva combativa e fragiliza-se, deixando de questionar a ordem social vigente.

3.4 A RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E A POPULAÇÃO LGBTI+

O Estado, historicamente, se mostrou omissos e negligente em relação à população LGBTI+. Porém, em sua natureza, possui a característica de ser coercitivo ou conciliatório, conforme Gramsci (Simionatto, 2011). Mesmo nos momentos em que se mostrou mais disponível para a população LGBTI+ (como a realização do Plano Brasil sem Homofobia e as Conferências Nacionais de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, ou com Symmy Larrat na Secretaria Nacional) foram em movimentos conciliatórios em busca desse consenso (tanto que o Plano Brasil Sem Homofobia não foi de fato efetivado e diversas pautas das conferências nacionais não foram aderidas), não deixando de ser coercitivo com corpos dissidentes, ou realmente almejando a emancipação política (quanto mais a humana) desses corpos. Ainda que morosamente, o Brasil avançou com alguns direitos LGBTI+ concedidos,

especialmente pelo STF. Porém, no Brasil, assim como os avanços e fragilização da seguridade social ocorreram de forma concomitante, com a população LGBTI+ não é diferente, pois a todo momento esses poucos direitos são ameaçados pelo conservadorismo, preferindo, por essa fragilidade, Ferreira (2018) chamar de afirmação de direitos ao invés de garantia de direitos.

3.4.1 O Estado que não protege

No primeiro capítulo foi possível aprender como o Estado vem de caravelas ao Brasil e, desde que chega atrelado a Igreja, subjuga e oprime (ou é conivente com a atuação da igreja) corpos indígenas, negros e corpos dissidentes, distinguindo-os como “os outros”, tratando como exóticos, colonizando, violentando e assassinando, baseados no Concílio de Trento, que impôs o Catecismo Romano (1566) como único modelo de moral católica. Tem-se como exemplo o Indígena Tibira do Maranhão e Xica Manicongo, que representam tantos outros corpos negros e indígenas, mas que não correspondiam à norma, conforme relatos de Souto-Maior e Quinalha (2023), nos registros se predominou a condenação de pessoas brancas, mas havendo também pardos, mulatos, mestiços, crioulos, mamelucos e pretos. E tendo eles as mais diversas profissões.

Essa moral foi imposta e fiscalizada por padres, bispos, visitantes e comissários do Santo Ofício da Inquisição e reforçada por agentes do Estado. Assim, termos como sodomia e pecado foram utilizados para manutenção dessa ordem. Houve um entrelaçamento entre justiça civil e episcopal e, conforme registro, mais de 200 pessoas foram denunciadas ou auto-delatadas, no Brasil, sofrendo ameaças e em casos “graves” rigorosos castigos nos Cárceres Secretos da Inquisição de Lisboa. Foi dado, em 1532, o poder para os capitães-mores das capitanias hereditárias condenarem à morte nem necessidade de autorização da metrópole, quatro crimes considerados gravíssimos: traição e aliança com índios e invasores; heresia; **prática da sodomia**; e fabricação de moeda falsa (Souto Maior; Quinalha, 2023, grifo nosso). Souto Maior e Quinalha, justificam a condenação na sodomia por revolucionarem os costumes e ameaçarem os alicerces do patriarcado, da moral e da dominação dos machos

brancos. Somente em 1821, é extinto o Tribunal do Santo Ofício Português e, em 1830, o primeiro Código Penal do Império do Brasil descriminalizou a sodomia.

Ainda que descriminalizada a Sodomia, outras estratégias foram criadas para a punição de sexualidades dissidentes. Por exemplo, no Código Penal Republicano, de 1890, passa-se a punir aqueles que disfarçarem o sexo com uso de trajes impróprios ao seu, “crime contra a segurança da honra e honestidade das famílias” ou “ultraje público ao pudor”. Em 1932, acrescentou-se nos atos de “ultraje público ao pudor” a circulação de folhetos, livros, periódicos e jornais que ofendesse a moral pública e, em 1940, o crime de ultraje ao pudor se praticado em público ou exposto ao público em imagens, vídeos ou encenações. Ainda, em 1890, foi legislado o crime de corrupção de menor que, na prática, enquanto normalizava a pedofilia e assédios heterossexuais, eram utilizados para punir corpos e relações dissidentes.

O controle também sai do âmbito da igreja e passa a ser feito pela medicina, a partir do controle terapêutico, e pela sociedade, sendo os corpos dissidentes considerados ameaças para ordem pública. Então, começa-se a segregar e enclausurar corpos dissidentes a partir da Medicina, com a conivência do Estado, sendo as pessoas condenadas ou tendo suas punições agravadas por “loucura moral”.

Já Renan Quinalha (2017), traz em sua pesquisa a brutalidade da ditadura civil-militar, iniciada em 1964, contra as pessoas LGBTQI+, relatada no primeiro capítulo. Cavalcanti, Barbosa e Bicalho(2018), no texto “Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização” trazem à luz que a perseguição contra corpos LGBTQI+ (principalmente de travestis) pelo Estado, ocorre mesmo pós- redemocratização.

Pelo observado, desde a gênese do Brasil (seja como colônia, seja como Estado) até os dias de hoje, como país e sociedade somos marcados por uma moral cristã heteronormativa conservadora importada da Europa, de um país que perseguiu, violentou e silenciou corpos dissidentes. Logo, enquanto a ação punitiva do Estado, ou conivente, ou omissa das punições sociais por parte dele ocorre desde a invasão dessas terras pelas caravelas até os dias de hoje, a dimensão protetiva do Estado só começará a surgir a partir da década de 1980 e 1990, a partir da pressão internacional e popular para o controle da HIV/AIDS no Brasil.

Vale pontuar ainda, que a omissão do Estado em levantar dados sobre perfil, violência e assassinatos LGBTI+ reflete também um posicionamento de omissão, pois sem dados não é possível traçar diagnósticos e pensar em políticas públicas, ficando a tabulação dessas informações a cargo dos movimentos sociais.

Essa dissertação busca pesquisar sobre a dimensão protetiva Estado porém não se pode perder de vista esse histórico de violências enraizado no Estado até os dias de hoje e das contradições presentes nessa pesquisa.

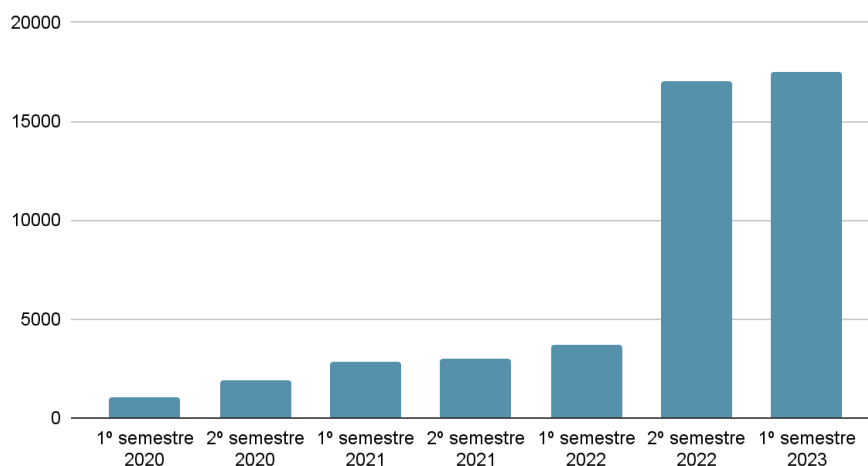
3.4.2 Disque 100: Dados oficiais sobre a população LGBTI+

É unânime a ausência de dados/informações nacionais sobre a população LGBTI+ coletados por órgãos públicos. Assim, não há de forma sistematizada dados oficiais sobre a quantidade de pessoas LGBTI+ que existem no Brasil nem seu perfil. Também é quase nulo o registro de dados de qualidade sobre violências cometidas contra a população LGBTI+.

Um dos poucos dados que temos sobre essa população são do DISQUE 100, que registra denúncias contra direitos humanos, que posteriormente são encaminhadas. Ou seja, não são dados coletados exclusivamente sobre a população LGBTI+ e são dados registrados daqueles que buscam o Disque 100 podendo ter denúncias equivocadas ou violências e/ou violações que não são registradas. Ainda assim:

Com base no Disque 100, pode-se apontar que:

Gráfico 1: Denúncias de violência contra população LGBTI+ no Disque 100.



Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria

Ao verificar o total de registros de denúncias de violência contra a população LGBTI+, nota-se um crescimento substancial do primeiro semestre de 2020 ao primeiro semestre de 2023, sendo esse aumento evidenciado, principalmente, nos dois últimos semestres analisados. Vale fazer duas pontuações sobre os dados: 1 há divergência em alguns dados apresentados pelo Governo Federal, entre a base de dados abertos⁵⁰ e o painel da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos⁵¹ ambos referentes as informações sobre as denúncias no Disque 100. Utilizou-se para este estudo a base de dados em detrimento ao painel. 2 a pessoa que realiza a denúncia é que informa os dados, assim, pode haver algumas inconsistências nas informações.

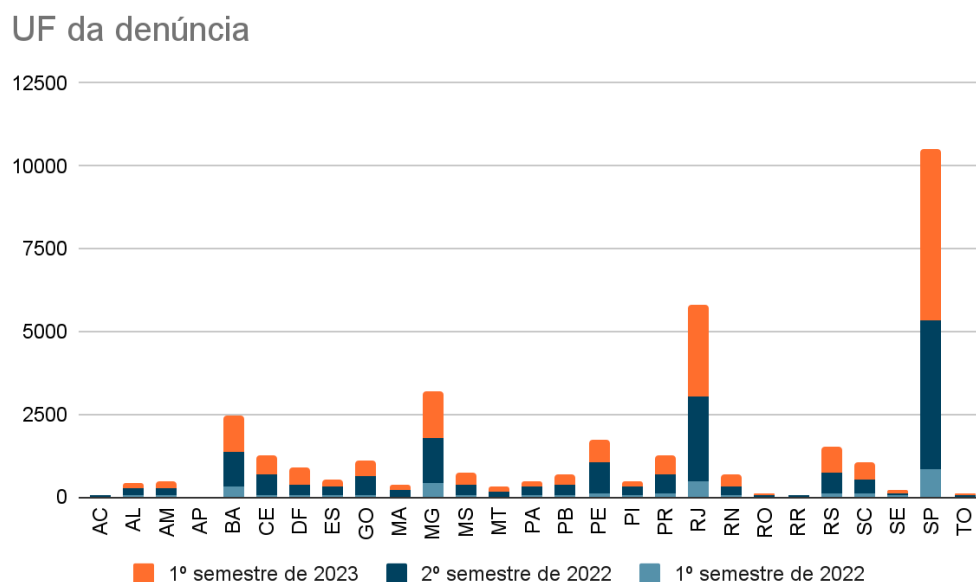
Para melhor apresentação dos outros dados, será utilizado o recorte do primeiro semestre de 2022 em diante. As denúncias em sua maioria ocorreram no Brasil, porém no 1º semestre de 2022 houveram 11 denúncias do exterior, no segundo semestre 54 e no primeiro semestre de 2023 56.

Ao observar o Estado da denúncia, verificou-se:

⁵⁰Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/disque100>. Acesso em 16 de março de 2024.

⁵¹Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>. Acesso em 16 de março de 2024.

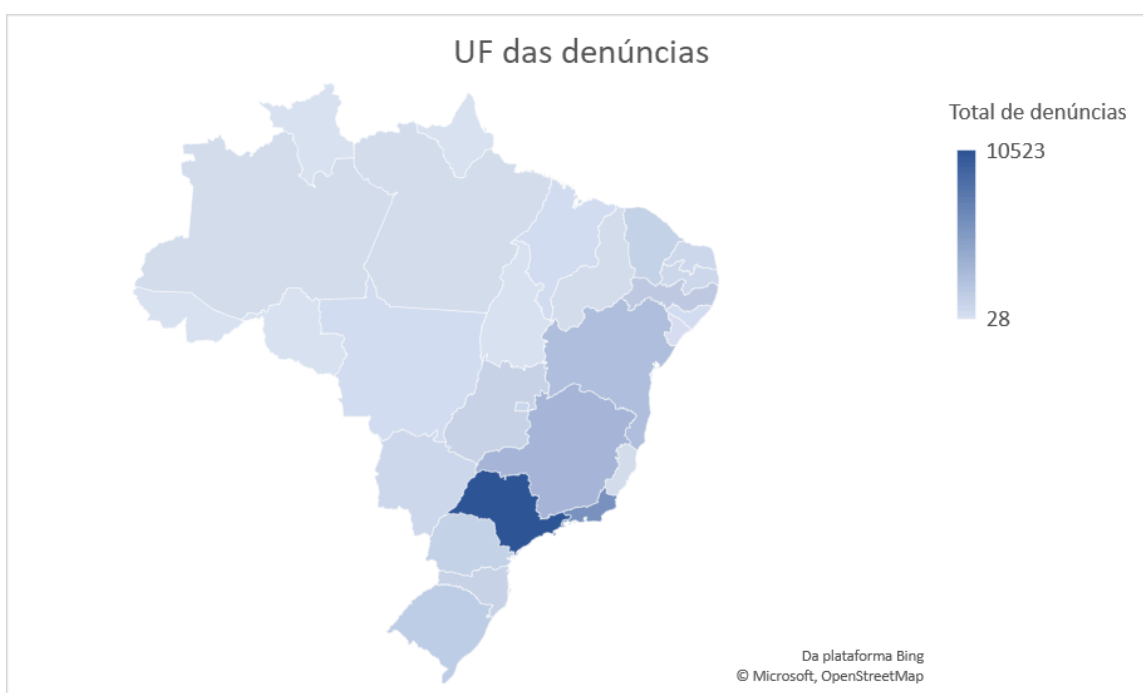
Gráfico 2 - Denúncias por Estado - Dados agregados de 2022 e 1º semestre de 2023.



Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria

Os Estados de denúncia não diferem dos estados de maior índice de assassinato de pessoas LGBTI+ no Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

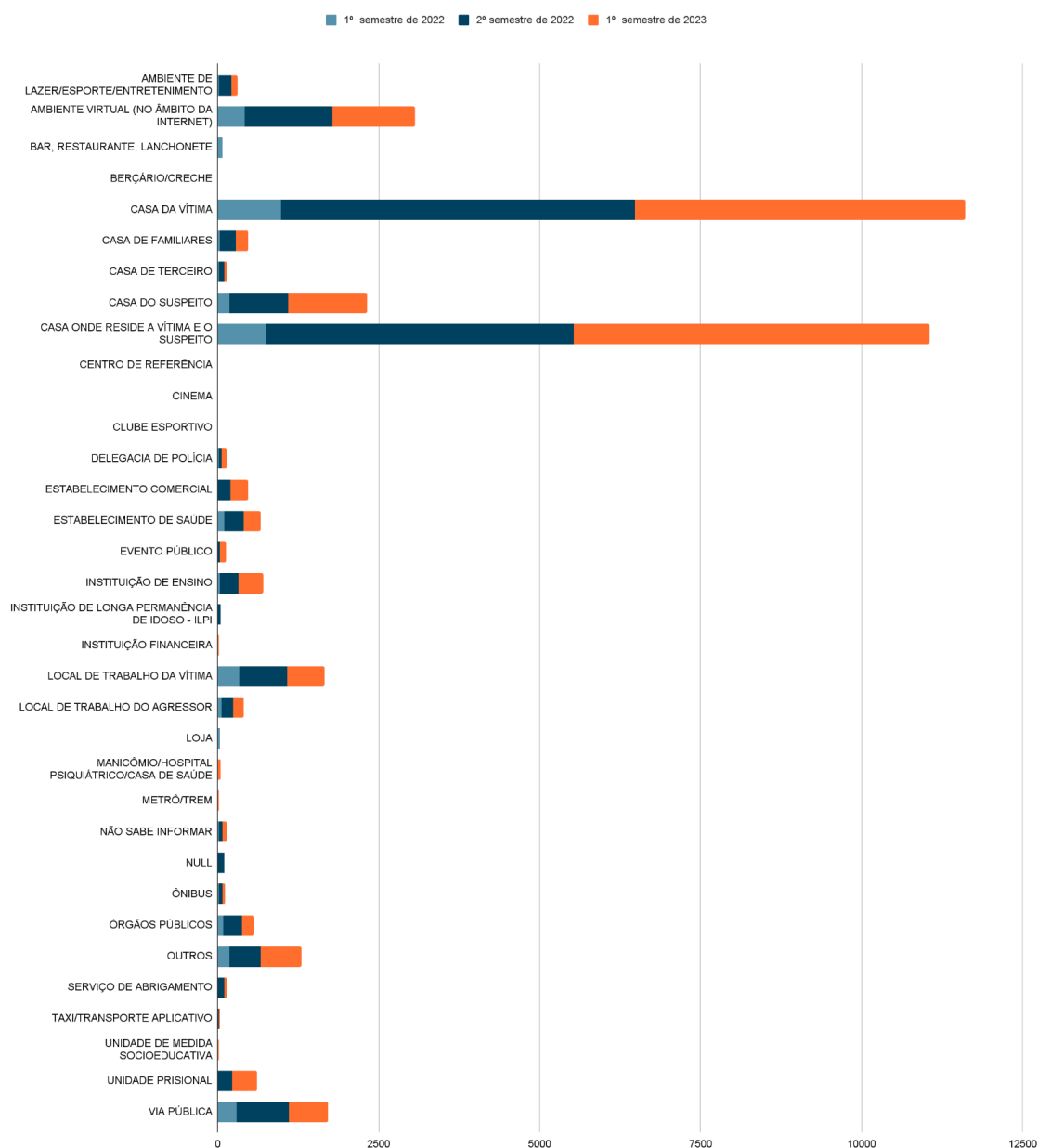
Gráfico 3 - Denúncias por estado em gráfico de mapa no ano de 2022 e primeiro semestre de 2023.



Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria

Gráfico 4 - Denúncias agregadas por local das violações em 2022 e 1º semestre de 2023.

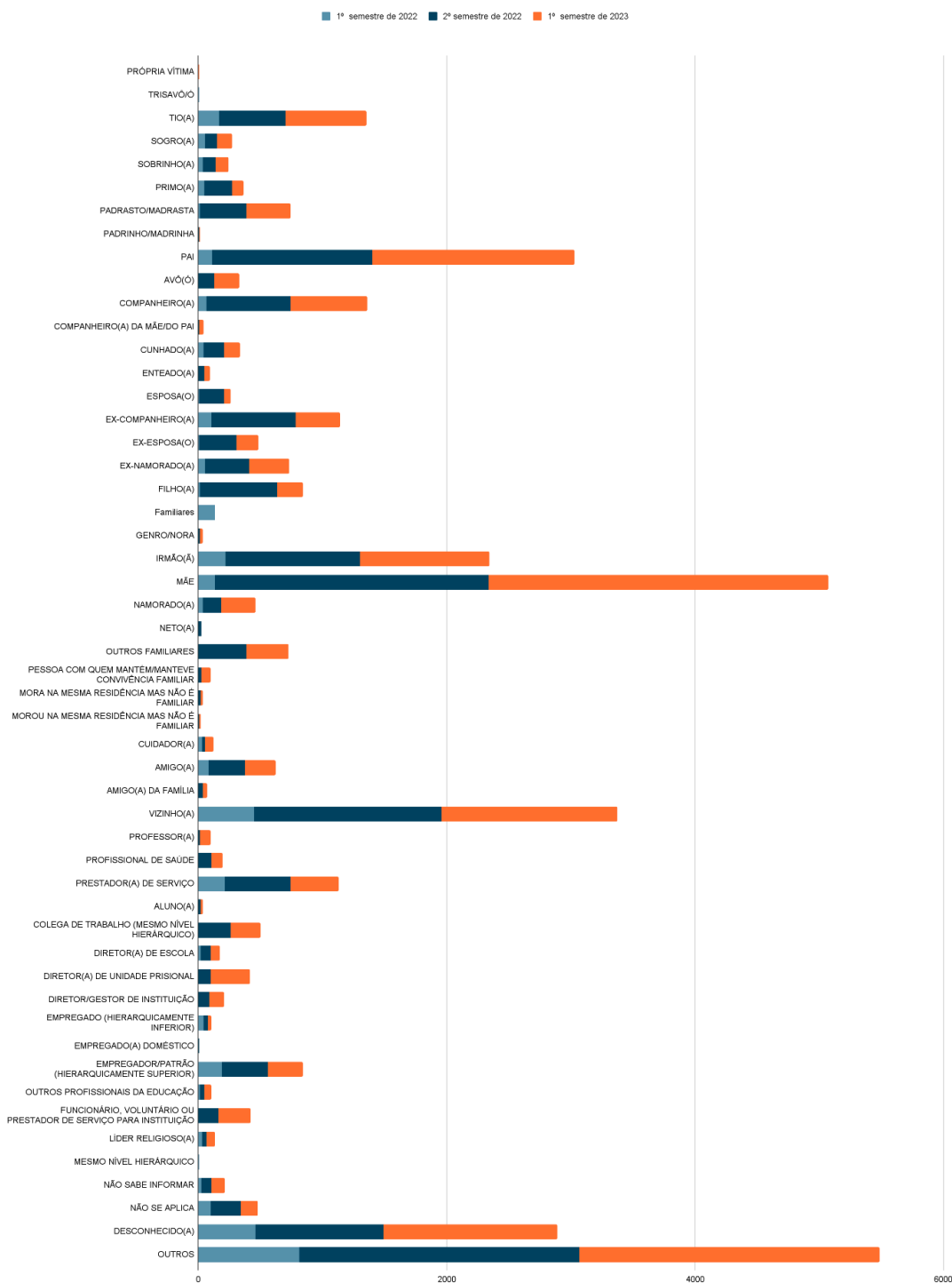
Local do cenário de violação



Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria

Ao verificar o cenário da violação, verificou-se a primazia da casa da vítima ou da casa onde reside a vítima e o suspeito. Para a pesquisa, chama a atenção também denúncias oriundas de serviços de abrigamento (149 denúncias) e ILPIS (196 denúncias), serviços esses que são da Política de Assistência Social, além de órgãos públicos, instituições de ensino e unidades de saúde. Locais que deveriam trazer proteção social, mas que cometem violência institucional. Também, delegacia de polícia e unidades prisionais conforme apontado cometem também violência institucional.

Gráfico 5 - Denúncias agregadas por vínculo/proximidade entre autor e vítima da denúncia em 2022 e 1º semestre de 2023.



Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

Ainda que ao olhar o gráfico chama a atenção que a maioria dos autores da violação encontra-se entre desconhecidos e outros, ao agregar os diferentes familiares presentes nesse gráfico, obteve-se que das 38218 denúncias, 20569 foram cometidas por familiares, cônjuges/ex-cônjuges ou pessoas que moram, ou já moraram, na mesma residência, correspondendo assim a 54% das denúncias. Se ampliar também para amigos, amigos da família, vizinhos e cuidadores, chega-se ao total de 24758, correspondendo a 65%. Esses dados são de extrema relevância para nós neste estudo, afinal estes dados apresentam desafios da Política de Assistência Social em efetivar a Segurança de convívio familiar e comunitário nos territórios. 11% das denúncias. 11% das denúncias estavam relacionados a pessoas com quem se tem vínculo social seja no âmbito escolar, de trabalho, de prestação de serviços ou espaço religiosos. E 24% foi realizado por desconhecidos, outros, não soube informar ou não se aplica.

3.4.3 Qual democracia?

Chavoso da USP (Thiago Torres, 2023), ao compor a mesa de abertura da Faculdade de Direito de São Francisco, faz uma análise de alguns pontos da Carta em defesa da democracia, escrita pela mesma em 2023, trazendo pontos importantíssimos como: Ditadura e tortura pertencem ao passado? Para quem a ditadura e a tortura acabaram? Quem tem acesso a essa dita democracia? Quem não acessa os direitos propostos por essa democracia? E para quem esse não acesso é algo secundário na democracia? Essas perguntas, apesar de serem questionamentos referentes principalmente aos direitos das pessoas negras e periféricas podem ser estendidas para outros grupos, assim, cabe a pergunta: O Estado democrático de direito alcança a população LGBTI+?

Ainda nesse viés, em 23 de junho de 2023, no evento “A luta LGBTQIAP+ e democracia no Brasil”, em Santo André, organizado pela OAB, Neon Cunha traz à memória diversos crimes transfóbicos contra pessoas trans como Luana Barbosa, Gisberta Salce Júnior e também apresenta parte de sua trajetória de vida permeada de rotas de exclusão e violência. Assim, questiona: Que democracia é essa? Para quem é essa democracia?

Quando não se preocupa com levantamento de dados sobre perfil, quando se é conivente aos assassinatos e às pessoas suicidadas⁵² LGBTI+, quando o Estado se silencia e é omissivo sobre LGBTfobia, quando são postas inúmeras barreiras invisíveis de acesso, quando não se buscam políticas de reparação histórica, de reconhecimento de identidades sexuais e de gênero, de acesso à emprego e renda, quando a violência estrutural via Estado e seus representantes ocorre seja no executivo, legislativo, judiciário, nas políticas sociais ou penais, vale questionar: que democracia é essa?

3.4.4 Backlash⁵³

A realidade é contraditória. Ao mesmo tempo que houve um aumento e garantia de direitos LGBTI+, ainda que mínimos e via STF, nas décadas de 2000 e parte da década de 2010 (que serão abordados no próximo item), há um movimento de Backlash a partir dos anos de 2011 (quando Dilma não vai a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, em 2011), e que culminou na eleição do (des)presidente Bolsonaro: alguém que abertamente proferiu frases homofóbicas, que colocou Ministros que defendiam a cisheteronormatividade, suspendeu o CNCD/LGBT e outras ações. Vale então dizer que a história nem a “evolução da sociedade ou do Estado” são lineares, mas pautados por contradições e tensionamentos que culminam em projetos de sociedade e de nação.

Com o crescimento do conservadorismo e do fundamentalismo religioso, além de falas e medidas altamente homofóbicas de representantes do governo executivo federal, os movimentos passaram a olhar novamente o Estado como inimigo, tendo em vista que a Conferência Nacional não ocorreu, o Conselho foi extinto, sendo criado um Conselho Popular pela sociedade civil, falas evocando a “morte dos homossexuais”, a defesa da família tradicional brasileira, e demarcações de gênero biologizantes a partir de “meninas vestem rosa e meninos vestem azul”. Nesse momento, não somente pessoas LGBTI+, como outras

⁵²Utilizou-se o termo suicidadas pois apesar do ato ser cometido pela pessoa ela foi assassinada pela sociedade e omissão/ violência do Estado

⁵³Termo utilizado por Renan Quinalha (2022) apoiado em Faludi (2021) que utiliza esse termo para fazer do refluxo anti-feminista, como um movimento de retrocesso e contra ataque aos poucos direitos que as mulheres conquistaram.

minorias como mulheres, negros, indígenas, quilombolas, foram altamente atacados pelas falas e ações dos envolvidos. Isso gerou um “racha” na sociedade, entre aqueles que consideravam a situação um absurdo e aqueles que se sentiram incentivados a fazerem o mesmo.

Em 2023, ocorreu a CPI - Tratamento para Transição de Gênero em Crianças e Adolescentes no HC, para investigar utilização de hormônios em crianças e adolescentes trans* pelo Hospital das Clínicas, sendo um retrocesso e uma perseguição às famílias e aos médicos da instituição, um dos poucos no Brasil que atende criança. Ao mesmo tempo, está em discussão na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados, projeto de lei (PL 580/2007), que proíbe o casamento civil ou reconhecimento de União Civil de pessoas do mesmo sexo, e ainda revoga as uniões civis de pessoas do mesmo sexo já realizadas e registradas.

Bruno comenta sobre essa situação:

Ele avançou muito, sabe assim, hoje eu acompanhei a Câmara né, ontem, hoje, meu Deus, o que é isso? Você autoriza uma audiência pública para discutir uma matéria que é inconstitucional. Tem uma década né. Que o casamento civil já foi equiparado, você tem milhares de pessoas casadas com filhos, enfim, né? (...) Assim e assim dificilmente isso vai ser revogado. Dificilmente será revogado. Mas isso volta à arena pública com frequência. **Ou seja, você gasta um tempo, você gasta uma energia para você defender aquilo que você já precisava estar lá na frente.** Não é um privilégio nosso né? (Bruno, 2023).

E traz um panorama internacional:

Os Estados Unidos um pouco que autorizaram né? A Suprema Corte autorizou de maneira, porque como eles são independentes né, os poderes eles não são uma federação, mas uma confederação, então eles têm poderes independentes, há pouco tempo o Supremo que legalizou pra todos pra todos os estados americanos, a união né. Então [antes] você mudava de estado para casar. Eu tenho um casal de amigos que morou em Michigan e teve que mudar pra poder fazer o casamento fora. Porque em Michigan não casava (Bruno, 2023).

Ainda, há países que punem com pena de morte:

Então, você tem, sei lá, oitenta países que ainda punem com pena de morte né? Eh é um debate bastante porque é um debate que tem a ver, Mariko, com os nossos conceitos [de risco, vulnerabilidade e violência]. À medida que a vida vai mudando né, encontrei o pastor Henrique aqui em Brasília, o Henrique Vieira, um cara fantástico, né? Assim e ele falando sobre isso, olha é muito maluco o que tá acontecendo, muito maluco, muito maluco mesmo porque é uma histeria coletiva. É a pauta que Bolsonaro foi eleito na pauta

moral. Então temos que disputar uma pauta moral de alguma forma, né? Enfim, acho que é um pouco assim (Bruno, 2023)

Nessa mesma linha, Bob ao comentar sobre seu trabalho na ONU em temáticas que envolvem religião afirma acompanhar os casos em que ela tem sido ferramentas para retirada de direitos LGBTI+ :

Como por exemplo o que acontece em Uganda. O que está acontecendo aqui na América Latina, na Argentina, na Nicarágua, enfim, todas essas questões, né, de pessoas usam a religião como instrumento de violação de direito de pessoas LGBTs (Bob, 2023).

Assim, pode-se compreender que esse movimento de retirada de direitos LGBTI+ não aconteceu somente no Brasil, mas de forma vinculada a um conservadorismo a nível internacional.

3.4.5 Um estado protetivo? O ciclo da cidadanização

Quinalha expõe como uns dos ciclos estudados, o da cidadanização, em que pessoas LGBTI+ tiveram direitos conquistados. Facchini e Quinalha ao estudarem a relação entre Movimento LGBTI+ e Estado apontam que na década de 1990 houve uma mudança na relação entre eles, por conta da AIDS, com um movimento de ONGuização, em que o Estado passou a repassar dinheiro (assim como entes internacionais), para que o movimento passasse a executar serviços.⁵⁴

Facchini aponta que a primeira vez que o governo federal falou sobre direitos LGBTI+, sem estar relacionado a AIDS, foi no I Plano Nacional de Direitos Humanos, no governo Fernando Henrique Cardoso. Nesse plano reconheceu que:

Direitos humanos são os direitos fundamentais de todas as pessoas, sejam elas mulheres, negros, homossexuais, índios, idosos, pessoas portadoras de deficiências, populações de fronteiras, estrangeiros e emigrantes, refugiados, portadores de HIV positivo, crianças e adolescentes, policiais, presos, despossuídos e os que têm acesso a riqueza. Todos, enquanto pessoas, devem ser respeitados e sua integridade física protegida e assegurada (Brasil, 1996).

⁵⁴No primeiro momento o movimento LGBTI+ estava pautado na clandestinidade, na década de 1970. Na década de 1990 há a formalização de vários desses grupos/movimentos em ONGs com CNPJ, Estatuto e Regimento Interno. Esses movimentos mudam a forma de tensionar com o Estado passando a serem “parceiros” (ainda que com posturas críticas em relação a ele). Assim, o Estado passa a repassar dinheiro para que esses movimentos (agora ONGs) passem a executar serviços voltados para o atendimento da população LGBTI+

E constava nas propostas das ações governamentais, a proteção ao direito à vida buscando em curto prazo: “Apoiar programas para prevenir a violência contra grupos em situação mais vulnerável, caso de crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros, indígenas, migrantes, trabalhadores sem terra e homossexuais.” (Brasil, 1996)

É na década de 2000 que ocorre a institucionalização de políticas públicas para a população LGBTI+ (Facchini, 2023). Em 2002, na II edição do Plano Nacional de Direitos Humanos constou:

Orientação Sexual:

- 114. Propor emenda à Constituição Federal para incluir a garantia do direito à livre orientação sexual e a proibição da discriminação por orientação sexual.
- 115. Apoiar a regulamentação da parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo e a regulamentação da lei de redesignação de sexo e mudança de registro civil para transexuais.
- 116. Propor o aperfeiçoamento da legislação penal no que se refere à discriminação e à violência motivadas por orientação sexual.
- 117. Excluir o termo ‘pederastia’ do Código Penal Militar.
- 118. Incluir nos censos demográficos e pesquisas oficiais dados relativos à orientação sexual (Brasil, 2002).

Já em 2009, foi realizado o III Plano Nacional de Direitos Humanos que constava o objetivo estratégico V: Garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero na Diretriz 10: Garantia da igualdade na diversidade. Com as ações programáticas:

- a) Desenvolver políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social;
- b) Apoiar projeto de lei que disponha sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo;
- c) Promover ações voltadas à garantia do direito de adoção por casais homoafetivos;
- d) Reconhecer e incluir nos sistemas de informação do serviço público todas as configurações familiares constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), com base na desconstrução da heteronormatividade;
- e) Desenvolver meios para garantir o uso do nome social de travestis e transexuais;

- f) Acrescentar um campo para informações sobre a identidade de gênero dos pacientes nos prontuários do sistema de saúde;
- g) Fomentar a criação de redes de proteção dos Direitos Humanos do segmento LGBT, principalmente a partir do apoio à implementação de Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia e de núcleos de pesquisa e promoção da cidadania do segmento LGBT em universidades públicas;
- h) Realizar relatório periódico de acompanhamento das políticas contra discriminação à população LGBT, que contenha, entre outras, informações sobre inclusão no mercado de trabalho, assistência à saúde integral, número de violações registradas e apuradas, recorrências de violações, dados populacionais, de renda e conjugais (Brasil, 2009, p.99).

Ainda na Diretriz 13: prevenção da violência e da criminalidade e profissionalização da investigação de atos criminosos. Objetivo estratégico V: Redução da violência motivada por diferenças de gênero, raça ou etnia, idade, orientação sexual e situação de vulnerabilidade há a seguinte ação programática:

- o) Implementar ações de promoção da cidadania e Direitos Humanos das lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBT) com foco na prevenção à violência, garantindo redes integradas de atenção. (Brasil, 2009, p.120)

Na Diretriz 16: Modernização da política de execução penal, priorizando a aplicação de penas e medidas alternativas à privação de liberdade e melhoria do sistema penitenciário. Objetivo estratégico I: Reestruturação do sistema penitenciário. Nas Ações programáticas:

Estava previsto elaborar projeto de reforma da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), com o propósito de, entre outros itens: “Assegurar e regulamentar as visitas íntimas para a população carcerária LGBT” (Brasil, 2009, p.136).

Diretriz 20: Reconhecimento da educação não formal como espaço de defesa e promoção dos Direitos Humanos. Objetivo estratégico II: Resgate da memória por meio da reconstrução da história dos movimentos sociais. Estava a ação programática:

- a) Promover campanhas e pesquisas sobre a história dos movimentos de grupos historicamente vulnerabilizados, tais como o segmento LGBT, movimentos de mulheres, quebradeiras-de-coco, castanheiras, ciganos, dentre outros. (Brasil, 2009, p.161)

Também nessa década, houve a construção do Plano Brasil sem Homofobia, em 2009, com 600 ações em 11 áreas de 8 secretarias e ministérios e a realização de Conferências. Ainda assim, Ferreira (2018) pontua que as metas desse plano visavam mais o fortalecimento de instituições não-governamentais que atuavam com a cidadanização da população LGBTI+ do que a responsabilização do Estado como executor dessas ações.

Houve ainda a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) e a realização de Conferências Nacionais LGBT, sendo realizadas três conferências antes da extinção do conselho e dessa instância de controle social pelo governo Bolsonaro.

Outros documentos ainda foram produzidos trazendo a responsabilização do Estado como o Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Homens Gays, outros Homens que fazem sexo com Homens (HSH) e Travestis, portarias na política de saúde, educação, sistema carcerário, de nome social dentre outras. Ainda, foram implementados 45 centros de referência LGBTI+ governamentais nos anos de 2005 e 2006. (Ferreira, 2018)

Dessa maneira, na década de 2000, até parte da década de 2010, houve o aumento da responsabilização do Estado na dimensão protetiva da população LGBTI+, mesmo que apenas no papel em boa parte delas. Diga-se de passagem, “no papel”, pois embora algumas pautas desses documentos tenham realmente sido implementadas, grande parte ainda não virou ação efetivamente. Ou normativas que apesar de vigentes não são colocadas em prática pelas pessoas que executam as políticas públicas. É nesse movimento, pela pressão e organização dos movimentos sociais, das lutas individuais e da pressão internacional que direitos foram conquistados no Brasil.

3.4.5.1 Direitos conquistados/afirmados no Brasil:

Com base no Curso de Direito LGBT da UFMG, de 2023, segue abaixo os direitos conquistados:

1 - “Constituição Federal de 1988 – o artigo 5º, caput prevê igualdade de todos perante a lei sem distinção de qualquer natureza.”

2- “1990: a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista de distúrbios psiquiátricos de sua Classificação Estatística Internacional de Doenças (CID). A transexualidade só deixou de ser doença para a OMS em junho de 2018.”

3- 2006: A Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) reconhece que as relações pessoais dispostas na lei independem de orientação sexual das vítimas

4- 2011: Por meio da ADI 4.277 e ADPF nº 132, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o direito ao estabelecimento de união estável por casais homoafetivos. O direito ao casamento veio a ser definitivamente assegurado por meio de resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que proibiu que cartórios se recusassem a celebrar o casamento nesse caso.

5- 2011: O Ministério da Saúde institui, no âmbito do SUS, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, por meio da Portaria nº 2.836/2011.

6- 2013: A Portaria nº 2.803/2013 redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela primeira vez em 2008.

7- 2017: Na Resolução nº 2.168, o Conselho Federal de Medicina permite o uso das técnicas de reprodução assistida para casais homossexuais.

8- 2018: Por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4275, o STF reconhece o direito à alteração de nome e gênero no registro civil sem a necessidade de procedimento cirúrgico para redesignação de sexo e de ação judicial.

9- 2019: Por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26, o STF decretou a possibilidade de atos homofóbicos e transfóbicos serem punidos como racismo, com base na Lei nº 7.716/1989.

10- 2020: No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5543, o STF reconheceu que homens bissexuais e homossexuais podem doar sangue, eliminando a restrição que existia no país desde 1991.

11- 2021: Atendendo a pedido da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), o ministro Luís Roberto Barroso, em decisão cautelar na ADPF 527, determinou que as presas transexuais femininas tenham direito de escolher cumprir pena em presídio feminino ou masculino.

12- 2021: O Provimento 122/2021 expedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) autorizou o registro civil de bebês intersexo sem o sexo definido.

13- 2023: Equiparou-se ofensas LGBTIfóbicas à injúria racial pelo STF (MANDADO DE INJUNÇÃO 4.733 Distrito Federal)

Desses, somente o 3 foi concedido pelo poder legislativo. Os direitos 4, 8, 9, 10, 11, 12,13 foram concedidos pelo judiciário, a partir de ações do STF e os direitos 5 e 6 pelo poder executivo federal. Isso aponta também, um reflexo de uma sociedade conservadora homolesbotransfóbica nas câmaras legislativas. (UFMG, 2023).

Por meio dessa lista pode-se constatar que alguns direitos sociais foram conquistados e podem ser afirmados. Vale a atenção que a maioria dos direitos foram concedidos pelo poder Judiciário, embora sejam frutos da reivindicação e luta da comunidade LGBTI+, que individual ou coletivamente, emplacaram disputas que desembocaram nesses direitos. Também, como afirmado acima, o Legislativo só aprovou um direito de toda a lista refletindo um espaço marcado pelo conservadorismo e pela homolesbotransfobia que representa grande parte da nossa sociedade.⁵⁵

3.4.5.2 Estado, Políticas sociais e pessoas LGBTI+: relato das experiências

Os sujeitos entrevistados na pesquisa se encontram em diferentes relações com o Estado e as políticas sociais, como usuários, trabalhadores ou gestores e ao longo de nossas conversas trouxeram relatos de suas experiências e opiniões sobre o Estado, políticas sociais e a população LGBTI+.

Bruno, ao trazer sua vivência pessoal como homem gay que casou, teve um filho e se divorciou, relata que usufruiu de todos esses direitos a partir das conquistas do movimento LGBTI+.

Ele ao partilhar suas experiências relata sobre quando ele pesquisou sobre como a performance de gênero aparecia nas políticas de assistência social, direitos humanos e saúde:

Como é que essa performance de gênero aparecia. A pergunta era: **Era uma questão pra política? E aí as respostas mostraram pra gente que a condição do sujeito eh daquela pessoa apesar de a colocar numa condição de vulnerabilidade não era considerada, não era considerado.** Ah vocês trabalham questões assim assim assado no serviço de convivência não... e isso é que eu não esqueço disso assim eu entrevistei um assistente social que trabalhou no CREAS e ela falou assim: **não, são questões de foro íntimo a gente não entra nisso né? Muitas vezes atendeu famílias em contexto de violência motivadas pela homofobia, porque o menino estava assumindo a sexualidade nanananã e esse assunto não era tratado não era, não estava na clivagem eu lembro que eu conversei com a professora de psicologia na época e ela falou olha é isso, não aparece! Não né? E na saúde sempre no viés epidemiológico. E nos direitos**

⁵⁵A revisora Ingrid comenta a necessidade de ressaltar que desses direitos a maioria não são leis mas instruções normativas. É necessário que sejam transformadas em deliberações legislativas para que virem PLs ou leis.

humanos uma perspectiva muito de reparação. Quando o bicho já pegou, ela já bateu, ela já..isso era uma coisa que trazia muito, isso apareceu muito na pesquisa, né? enfim (Bruno, 2023).

Nessa pesquisa, ele pontua então que a condição do sujeito apesar de colocá-lo em uma situação de vulnerabilidade não era considerado na assistência social. Já na saúde o olhar era a partir do viés epidemiológico, e nos direitos humanos haviam ações, porém muito mais de reparação do que de proteção. Ainda, ocupou cargos de gestão em Contagem e em Belo Horizonte.

Depois que eu desenvolvi, né, a pesquisa e tudo, aí eu assumi meu primeiro cargo público. Tá? Eu fui gestor em 2015, eu em 2016, dezesseis mais ou menos, no segundo ano do governo Pimentel, eu assumi a gestão da pauta de diversidade no município de Contagem, que era o município meu de origem, né? Fui convidado pela prefeita e assumi. E lá a gente estava então, quando eu assumi a gestão né? (Bruno, 2023).

Na experiência de Contagem ele explicita a necessidade dele, enquanto gestor da pauta da diversidade e de seus técnicos serem requisitados constantemente para mediar o atendimento de diferentes políticas públicas como saúde ou assistência social:

E então por exemplo se chegar ao ponto por exemplo elas iam pegar preservativo no posto de saúde. E aí o posto de saúde falava assim, não, mas eles usam em grande quantidade. É, então assim, tudo a gestão da diversidade tinha que intermediar. Vai fazer uma visita: É preciso chamar um técnico de gestão, das nossas técnicas, da minha equipe. Vai entregar preservativo: tinha que chamar o técnico da minha gestão. Então assim, acabou que se tornou um público que não atende a outras políticas que não fossem da política de diversidade (Bruno, 2023).

Bruno pontua em suas experiências nas cidades mineiras a dificuldade dos servidores da Política de Assistência Social em compreenderem que as mulheres trans e travestis que se prostituíam faziam parte do território de atendimento do CRAS e necessitavam de atenção para acesso a documentos, políticas sociais e ao convívio. E na saúde também, como pontuado acima, havia resistência em compreender as especificidades desse público, sendo necessário constantemente a mediação da pasta da diversidade para efetivação de acessos. Assim, havia uma pasta que compreendia a proteção e as especificidades LGBTI+ e outras que resistiam a essa efetivação de direitos para esse público.

Jéssica, em sua entrevista, faz me apresentar a Lei de Cartazes na Paraíba⁵⁶, um importante exemplo de política pública de combate à LGBTfobia.

Porque já existia uma Secretaria Nacional, existiam Frentes Parlamentares. Então assim o executivo ele estava muito além, ele estava muito além nessa questão da construção das políticas públicas, o estado da Paraíba avançadíssimo porque estava com centro de referência LGBT, promulgou a lei dos cartazes. Eu não sei se tu teve acesso a as informações mas aqui na Paraíba a gente tem a Lei dos Cartazes que é com todos os estabelecimentos públicos e privados estabelecimentos comerciais tem lá o cartaz né de não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero que foi uma lei, né? Essa lei vigora até hoje. A gente consegue até autuar alguns estabelecimentos que, quando eu digo a gente consegue é porque hoje do lugar que eu estou é o lugar de governo, não estou no movimento social, não estou não estou em outros espaços, então eu estou no lugar do governo. (Jessica, 2023).

Ao perguntar mais detalhes sobre a Lei dos Cartazes ela me diz, orgulhosa, que: “Tem multa e tudo”. Pergunto se os locais autuados são somente privados ou públicos também: “Os públicos principalmente porque em tese né? Tipo os públicos são nossos, né?

Mas tem sim.”Ela então explica como funciona essa lei e toda a rede que há para o seu cumprimento:

Eu não sei muito como se dá, confesso que eu não sei muito como se dá porque a rede ela é bem extensa, ela tem vários, vários, vários órgãos e a gente faz o processo de formação, conscientização, né? Por exemplo, existe algum estabelecimento que não tenha lá o cartaz. Vai lá, leva o cartaz, né? Tanto que a gente tem o nosso próprio, né? O layout mas os os estabelecimentos eles ficam livres também pra poder fazer com a logo deles, enfim, temos que fazer assim coisa mais linda do mundo e aí assim uma das coisas que é colocada que é colocada no cartaz é: “discriminação por orientação sexual e identidade de gênero é ilegal e acarreta multa.” Então existe uma multa que esses estabelecimentos são obrigados a pagar caso resistam e a gente tem uma delegacia também de crimes homofóbicos aqui na Paraíba. Aqui em João Pessoa inclusive, então é toda uma rede que funciona aqui em torno do cumprimento legal mesmo desse cartaz porque a gente poderia tipo o cartaz está lá e não acontecer nada também. E aí uma das últimas discussões que a gente tava fazendo na rede que é a REALP.. que é de quem e de quem é gerir né esse fundo, era uma das últimas discussões que a gente tava fazendo na rede. É de onde seria investido né? Essa porcentagem dessas multas que chegam porque eles realmente são multados. Então a gente estava discutindo né como que a gente iria investir esse esse recurso pra pra mais capacitações também pra pra rede pra outras questões que envolvessem também a política LGBT visto que como eu te falei a política que tem uma menor orçamento, né? Confesso que agora eu nem sei como que essa discussão, como ela está sendo encaminhada (Jessica, 2023).

⁵⁶A revisora Ingrid ressalta que, como boa parte do nordeste, a Paraíba foi considerada como um dos estados mais LGBTfóbicos do Brasil em 2015. Assim essa lei não acontece por acaso.

Pergunto então, se todo equipamento público precisa ter um cartaz desse e ela me confirma que sim:

Todos têm. Aqui na Paraíba todos têm. Tanto que foi até engraçado porque na Secretaria de Desenvolvimento Humano não tinha o cartaz né? Aí eu dizia 'gente pelo amor de Deus, isso aqui é uma vergonha. Vamos botar o cartaz aqui.' Porque eles são realmente obrigados a ter (Jessica, 2023).

A meu ver, esse é um exemplo de boas práticas que deveriam ser replicadas em todo o Brasil. Com o papel orientativo do Estado inicialmente, com o papel informativo dos estabelecimentos e serviços e em casos graves punitivos, pois nesses casos, não se pode alegar falta de informação, conhecimento ou orientação.

Relata em sua entrevista ainda, com muito orgulho, que na Paraíba fica o único acolhimento LGBTI+ financiado 100% com verba pública.

Por exemplo, aqui a gente tem uma casa de acolhida LGBT que é a única, olha só agora eu super me achando né? É a única nível de Brasil que é financiada cem por cento com recursos públicos. A gente não tem recurso de ONGs, de institutos, fundações. É cem por cento com recurso público (Jessica, 2023).

Também Jéssica possui experiência de estágio no Centro de Cidadania LGBTI+, um importante serviço de atendimento vinculado à Política Estadual LGBTQIAPN+ na Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana e aponta ali como um espaço protetivo, em que chegava também dificuldades e denúncias sobre acesso a diversas políticas sociais e seus serviços, dentre eles, da Política de Assistência Social. Sobre a Política Estadual LGBTQIAPN+, Jéssica pontua algo importantíssimo, pessoas LGBTI+ ocupando cargos nessa política:

Onde é que a pessoa se reconhece mais é no Centro de Referência LGBT e eu digo isso assim sem nenhuma dúvida sem medo nenhum de errar porque eu creio que é esse espaço da acolhida, é esse espaço do reconhecimento, esse espaço de você ter pessoas iguais a você lhe atendendo, porque no Centro de Referência aqui, não somente no Centro de Referência mas um ambulatório TT na Casa de acolhida na Secretaria da Mulher e Diversidade Humana como um todo as pessoas que trabalham lá também são LGBTs(...) Então a gente tem homens trans gerente de pasta de cidadania. A gente tem mulheres trans agente de direitos humanos. O coordenador da pasta de direitos sexuais reprodutivos. É um homem gay. Eh a coordenadora do do Centro de Referência de Campina Grande é uma mulher trans. Então assim, a gente tem um corpo de profissionais no governo do estado que são os sujeitos da pauta também.(...)Então eu acho que isso fortalece a questão do

reconhecimento (Jessica, 2023).

Se recordando de seu tempo de estágio, Jéssica cita um importante trabalho com o ambulatório para travestis e transexuais, evidenciando que em meados de 2010 os profissionais da saúde não sabiam como atender as pessoas LGBTI+, fazer registros e instrumentais de atendimento:

Eu esqueci de dizer, mas durante o meu período de estágio no ano de 2012 a gente abriu o ambulatório pra travestis e transexuais aqui na Paraíba. Hoje temos dois, com a perspectiva também de expandir pro alto o Alto Sertão entendendo que aqui no litoral e na Borborema ainda fica muito longe pra que as pessoas possam acessar esse serviço. E aí eu fui uma das pessoas que, enquanto estagiária (**Eu gosto muito de falar sobre isso também**), eu dei formação pra médicos, pra enfermeiros, né? Enquanto estagiária de como simplesmente tratar. A pessoa LGBT como fazer um acolhimento, como construir uma ficha de de de um um prontuário, uma ficha de identificação, e até hoje esse debate ele ainda vigora aqui na Paraíba (Jessica, 2023).

Por outro lado, Jéssica traz relatos de LGBTfobia reproduzida por outros profissionais ao longo da sua vivência profissional enquanto assistente social:

No hospital de referência aqui, mas como a gente fazia reuniões de rede é o... como a gente fazia reuniões de rede, né? As assistentes sociais da assistência, da saúde meu que se encontravam, aí eu escutei assim, sendo citado que um um homem gay foi até o hospital ele estava com com alguma IST, a gente chamava DST nessa época, né? Ele estava com alguma IST **e simplesmente nenhuma das médicas que estavam de plantão queriam atendê-lo pra não pra não tocar no seu órgão genital né?** Porque é uma pessoa muito suja né? [ironiza Jéssica] (Jessica, 2023).

Ela acresce como mais uma camada dessa discussão a localização do Ambulatório para pessoas travestis e transexuais que fica no interior de um hospital de doenças infectocontagiosas e problematiza se a localização escolhida do ambulatório foi por conta de facilidade de acesso ou da existência de um estereótipo que correlaciona corpos LGBTI+ com HIV/Aids:

Defendo que exista um ambulatório TT a gente chama aqui o ambulatório TT né? Que é pra pessoa travestis e transexuais. Ele ele a estrutura desse ambulatório ele é dentro de um hospital público, um hospital do estado aqui da Paraíba que é o Clementino Fraga e é o hospital de doenças infectocontagiosas. Aí a gente fazia muito debate também de que por que o ambulatório foi instalado nessa filial especificamente do hospital que atende por exemplo questões de HIV, AIDS, será que existe um estereótipo, ou será que realmente é assim mesmo e é mais fácil pra população chegar porque já conhece o Clementino (Jessica, 2023)?

Bob relata durante a entrevista sua experiência em um dado atendimento:

Eu tive uma vez que liguei no CAPS que eu estava em crise e eu estava sem plano, minha psiquiatra estava.. Quando eu liguei nos CAPS eu perguntei assim: você é qual profissional da saúde? Uma pessoa que estava no plantão do CAPS no telefone era uma assistente social. **Aí eu falei que eu estava em surto, em crise, ela pediu pra orar por mim. Por telefone.** Aí eu estava mal e deixei a pessoa orar, mas assim (Bob, 2023)...

Completo: “E não resolveu seu problema...” (Mariko, 2023) E ele:

Uh! E ele está sofrendo. Me deixa com mais angústia que aí “fala pra ele quem ele é em ti, Senhor Jesus”. Ela nem sabia a minha religião, eu nem falei quem eu era sabe enfim, então é complicado assim, né? Sério (Bob, 2023).

Quando pergunto para Janaína sobre o que poderia melhorar na Política de Assistência Social ela diz algo que extrapola essa política:

Ah, podia ser melhor se o prefeito desse uma área pra eles abrirem pra buscar essas pessoas LGBT lá fora, porque eu sei que é difícil, porque agora que tá começando o processo de andamento desse negócio das LGBT nesse grupo, agora. Mas o prefeito podia muito bem abrir e expandir não só no Creas, no posto [de saúde], em outras coisas. Ter esse apoio, porque LGBT não tem esses apoios. (Janaina, 2023).

Pergunto se na Educação também, ao que ela concorda. Nessa fala, Janaina faz uma provocação importante sobre a necessidade de serviços e atendimentos protetivos para as pessoas LGBTI+ do município, pontuando uma lacuna existente nas políticas públicas hoje.

Quando pergunta para Silvia se a Política de Assistência Social tem sido eficiente para atender a demanda da população LGBTI+ sua resposta também extrapola essa política:

Não, se fosse suficiente a gente estaria vivendo o paraíso, porque muitas vezes você vê uma política, uma ideia muito boa, mas você não tem um pessoal preparado para atuar. Veja, tem pessoas atuando na delegacia da mulher, que não está preparada nem para acolher a mulher cisgênera que sofreu violência, imagina para atender mulheres trans. Teria que preparar equipes que vão atuar lá dentro, que vão estar lá na ponta pra fazer a política funcionar. Então desde o básico de você preparar essas pessoas, às vezes tem gente que está dentro desses atendimentos, que sequer conhece os direitos das pessoas LGBTs. Na saúde, por exemplo, nós temos a situação de uma filha de uma mãe do grupo que foi lá dizer ‘Olha, eu quero entrar nesse processo de transexualização e tal, hormonização’ e a pessoa que estava atendendo ela disse, ‘não, não nós não temos isso. Não, a gente não tem isso aqui’. ‘Sim, tem’. E o caminho é através da unidade de saúde, ela está na unidade de saúde e a resposta é: ‘Não, a gente não tem isso’. Como não? Então a pessoa que está lá não sabe. Passamos pela preparação de uma equipe pra respeitar seus pronomes, pra respeitar o nome social, você já não tem isso. Aí quando você pega uma política boa, que é pra funcionar bem mas não funciona bem porque você não tem uma equipe

preparada ou você tem lá no papel mas não consegue efetivar. Ah não temos verba para trabalhar. No caso de garantias de moradia, se você perguntar pra quem tá na rua, alguns vão dizer que querem sair. Aí você sabe que existe uma política funcionando, mas na verdade não está funcionando adequadamente.(...) Uma situação assim que a gente tem uma conselheira tutelar amiga nossa e aí ela falou da dificuldade das conselheiras tutelares fazerem o atendimento correto. Não tem treinamento (Silvia, 2023).

Ou seja, em seu relato, aponta o despreparo de servidores, seja das delegacias, seja da política de saúde, seja de atendimento à população em situação de rua em relação a efetivação das políticas sociais como instâncias protetivas de atendimento à população LGBTI+.

Em nossas entrevistas nos deparamos com um Estado contraditório que garante direitos, mas por outro lado, em alguns momentos, é omissor ou violador de direitos. Na entrevista de Jessica, ela traz uma informação importantíssima e que deveria estar em todas as políticas sociais: diversidade na equipe inclusive na gestão (de identidade de gênero e sexualidade). Em minha opinião é necessário que essa diversidade também abranja raça/cor, pessoas com deficiência e outras, garantindo assim um olhar de totalidade da realidade.

As experiências em relação à Política de Assistência Social, apesar de serem extremamente pertinentes de estarem também neste item estarão no próximo capítulo, tendo em vista que teremos um capítulo inteiro dedicado à essa política social.

3.5 PESSOAS LGBTI+ CHEGAM ÀS INSTÂNCIAS DE PODER

A ocupação de pessoas LGBTI+ nos espaços políticos é uma conquista importantíssima, havendo aumento da ocupação desses espaços a partir de 2010. Porém, vale apontar que essa ocupação é diversa e em alguns momentos contraditória, tendo em vista que os corpos LGBTI+ que o ocupam são das mais diversas posições políticas, podendo ser ultraconservador até de partidos de esquerda. Fernando Holiday, Douglas Garcia, Thammy Miranda e Eduardo Leite são exemplos de LGBTI+ que defendem pautas conservadoras nos costumes e liberais na economia. Douglas Garcia inclusive proferiu fala transfóbica ameaçando” agredir uma transexual que usasse o mesmo banheiro que sua mãe ou irmã” em 2019 e é contrário à “ideologia de gênero”. Por outro lado, Érika Hilton, Guilherme Cortez, Bella Gonçalves, Carol Iara, Leci Brandão, Marielle Franco, Fátima Bezerra e tantas outras e

outros têm travado lutas importantíssimas pelos direitos LGBTI+ e por direitos sociais para todas as pessoas.

3.5.1 No legislativo

Fruto da organização e luta do movimento LGBTI+, há parlamentares LGBTI+ no Brasil. Tem-se como primeira vereadora LGBTI+ a Kátia Tapety que teve mandato entre 1992-2004 em Colônia do Piauí (PI). De 2009-2013 houve Leo Kret, transexual, vereador em Salvador (BA) e em 2013-2016 Paulo Diógenes, gay, em Fortaleza (CE). Em 2017, eleito Fernando Holiday, gay, em mandato até os dias de hoje; Marielle Franco eleita em 2017 e assassinada em 2018, bissexual; eleitos em 2020 e empossados em 2021: Duda Salabert, Érika Hilton (ambas transexuais e hoje deputadas federais), Monica Benício (Rio de Janeiro, RJ, lésbica), Thammy Miranda (São Paulo, SP, transexual), Carla Ayres (Florianópolis, SC, lésbica), Valdir Gomes (Campo Grande, MS, Gay), Thabatta Pimenta (Carnaúba dos Dantas, RN, transexual), Linda Brasil (Aracaju, SE, transexual), Bruno Cunha (Blumenau, SC, Gay), Jana Guedes (Videira, SC, Lésbica), Fabiane Peglow (São Lourenço do Sul, RS, lésbica), Iza Lourenzo - (Belo Horizonte, MG, bissexual), Carolina Iara eleita pela bancada feminista (São Paulo- SP, travesti e intersexo) e Anabella Pavão da Silva (Batatais, SP, transexual).

Como deputadas estaduais, a pioneira foi Elina Rabelo, bissexual, no Pará, com mandato de 2003-2006. Posteriormente Leci Brandão de 2011 até os dias de hoje deputada em São Paulo, lésbica, Fabiana Masur na Bahia, de 2015 a 2022, lésbica, Douglas Garcia em São Paulo, 2019-2022, Gay, Érica Malunguinho, transexual, deputada em São Paulo de 2019-2022, Isa Penna bissexual, deputada em São Paulo de 2019-2022, Fábio Félix, gay, DF e Dani Monteiro, bissexual, RJ, ambos de 2019 até os dias de hoje e eleitos em 2022 e empossados em 2023 Guilherme Cortez (São Paulo, bissexual); Thainara Faria (São Paulo, bissexual); Ediane Maria (bissexual, São Paulo); Linda Brasil, (Sergipe, transexual); Dani Balbi, (Rio de Janeiro, Transexual) Veronica Lima (Rio de Janeiro Lésbica) Bella Gonçalves (Belo Horizonte, lésbica), Rosa Amorim (Pernambuco, lésbica), Michelle Melo (Acre, bissexual) e Carolina Iara, codeputada (São Paulo, travesti e intereso)

Como deputados federais temos: Clodovil Hernandez no período de 2007-2009, Gay, Jean Wyllys de 2011-2019, Gay, de 2019-2022: Israel Batista e Marcelo Calero ambos gays, em 2021 Rafafá Gay, em 2021-2022 Vivi Reis Bissexual e eleitas em 2023: Érika Hilton e Duda Salabert, transexuais, Dandara Tonantzin bissexual, Daiana Santos lésbica e Clodoaldo Magalhães, Gay. Como senador em 2019 foi eleito Fabiano Contarato, primeiro senador abertamente homossexual no Brasil.

A ocupação, principalmente em espaços legislativos, não se dá, porém sem enfrentamentos. Nas eleições de 2022, foram eleitos 20 parlamentares abertamente LGBTI+, dentre eles, deputadas federais trans* (Duda Salabert e Érika Hilton) que ocupam pela primeira vez a tribuna.

Vale trazer para essa dissertação três falas de Érika Hilton: uma situação que ocorreu na CPMI do Golpe⁵⁷ em 11 de julho de 2023, outra fala de Érika que ocorre como desdobramento da primeira em 13 de julho de 2023. A última, respondendo à deputada Cristiane Lopes na Comissão da Mulher no dia 31 de agosto de 2023:

Senador Rogério Carvalho: é porque eu o senhor Mauro Cid foi homofóbico aqui, Ô o seu Abílio foi homofóbico, fez uma fala homofóbica, quando a companheira, quando a companheira tava se manifestando, ele acusou e disse que ela estava oferecendo serviços (sexuais)isso é homofobia,

Soraya Thronicke: foi mesmo senhor presidente, é homofobia

Senador Rogério Carvalho: é um desrespeito e eu peço a vossa excelência que peça pro deputado se retirar do plenário neste momento.

Soraya Thronicke: É verdade.

Senador Por homofobia.

....

Deputada: Érika Hilton: Presidente, pra aliviar o.. o.. o.. histerismo dos deputados que não compreenderam o que eu quis dizer, usarei o meu tempo pra me explicar quando falei sobre a carência do deputado Abílio. A todas as sessões o deputado parece querer chamar a nossa atenção. Parece fazer algo para chamar atenção, isso me parece um comportamento baseado na psicanálise, não em questões de gênero ou de sexualidade que é a única coisa que tem na cabeça dessa gente. Eu jamais entrei nesta seara, isso não é da minha competência. Quem discute essa temática e tende a perseguir esta comunidade não sou eu. É esta gente que está do lado de lá. Quando eu disse sobre carência era exatamente baseada no comportamento de querer o tempo inteiro chamar atenção. Eu poderia até aconselhá-lo a adotar um cachorrinho pra não se sentir tão só. Era sobre isso a que eu me referia. O comportamento do deputado não condiz com a posição dessa CPMI, por isso toquei no ponto da carência. Agora, todos os argumentos nefastos, de baixo calão, de baixo nível, fora

⁵⁷Também chamado de CPMI do 8 de janeiro ou dos atos antidemocráticos teve como objetivo investigar a depredação e do financiamento da destruição da praça dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023.

de um decoro que está sendo colocado aqui por parte desta gentinha é de fato assustador porque jamais, jamais entraria neste campo num debate tão sério como esta CPMI o que demonstra senhor Mário Cid, voltando que interessa que é o do depoente que está aqui é que o depoimento de vossa senhoria é tão importante que este caos histérico que está presente neste plenário é a tentativa de nos confundir é a tenta de nos tirar a atenção daquilo que de fato interessa, que são as tentativas de golpe antidemocrático que aconteceu neste país com a contribuição e participação de vossa senhoria. É isso que está colocado, a importância do de vossa senhoria é tão grande que aqueles que sabem que vossa senhoria tem algo extremamente revelador e importante a contar quer causar caos, desinformação, confusão, ataque, mentira. Mas nós e o brasileiro não nos distrairemos com essas tentativas de mudar o holofote daquilo que é central e necessário aos trabalhos desta CPMI **e digo mais senhor presidente não aceitarei e não tolerarei ser desrespeitada, interrompida ou colocada em comparações de baixo calão, de baixo nível. Trato todos os colegas com respeito, com diplomacia e assim também exijo e aqueles que o fugir desta diplomacia terão que responder criminalmente por qualquer tentativa estereotipada e criminosa da minha identidade.** Volto então a me referir ao senhor que a quem interessa senhor Mauro Cid e pergunta a vossa senhoria se o senhor sabe o porquê o senhor foi.. (SBT NEWS, 2023).

Nessa fala é possível constatar que algumas pessoas cis fizeram a denúncia e defesa de Érika ao lado dela. Porém é lamentável que a transfobia seja proferida nesse ambiente. Essa fala também remete a fala de Joycee sobre a ultrageneralização, que em momentos de conflito, tudo se recai a ataques sobre a identidade de gênero.

A segunda fala ocorreu em 13 de julho após situação de transfobia de Abílio Brunini em 3 de julho de 2023 na CPMI de 8 de janeiro:

Colegas usam essa tribuna hoje pra dizer que o que ocorreu ontem na CPMI do oito de janeiro além de um escárnio de uma extrema violência política de gênero rebaixa a preciosidade deste parlamento. **Um parlamentar que ousa fazer insinuações contra o trabalho de uma outra parlamentar da forma como ocorreu na tarde de ontem é algo extremamente gravíssimo e que não está atrelado apenas a homofobia, a transfobia, a homolesbotransfobia, mas a violência, a política de gênero e a misoginia recorrentemente este mesmo parlamentar interrompe as mulheres, faz piada, faz chacota,** nós nobres colegas temos um compromisso com o Brasil, com a democracia e com os nossos eleitores não estamos aqui a passeio, nós não estamos aqui de brincadeira, nós não estamos aqui para desrespeitar ou tratar com falta de decoro nenhum tipo de parlamentar. Eu acho que a disputa de narrativas estão colocadas, as diferenças são legítimas. Agora, a desonra, o desrespeito, a calúnia, a insulta, isso não será admitido e não adianta ocupar esta tribuna pra tentar se vitimizar. O parlamentar disse aqui que eu tentei, fui aos jornais, as mídias não dei nenhum tipo de entrevista. Eu não precisei me colocar nesse papel exatamente porque o comportamento que foi que foi ocorreu ontem na CPMI ele vai de ele vai contra exatamente a opinião pública. Foi a opinião pública baseada nas imagens nos vídeos que reproduziram matérias, manchetes. Eu não falei com nenhuma imprensa. Porque não tenho esta necessidade. Não tenho este meu, este compromisso. **O meu compromisso é com o enfrentamento a violência que leva este país a ser o primeiro país do mundo que ainda mata essa população. É o**

olhar do estigma, é o olhar do estereótipo, é o olhar do preconceito, é o olhar da desumanização que faz com que deputados tenham comportamento como foi o comportamento daquele parlamentar. Mas é preciso nobres colegas e senhor presidente, **a comunidade LGBTQIA+ chegou a esta casa e permanecerá, permanecerá nesta casa com projeto, permanecerá nesta casa com proposição e exigirá ser respeitada, tratada com dignidade fomos eleitos com os mesmos votos que elegeram vossas excelências.** Não aceitaremos chacota, ridicularização, piada, deboche. Acionaremos o Conselho de Ética ou qualquer outra instância criminal contra qualquer parlamentar que tentaram usar da nossa identidade ou da nossa orientação sexual para nos desqualificar. O nosso trabalho é sério, diferente de muita gente que acha que isso daqui é bagunça que acha que isso daqui é piada. Nós temos um compromisso sério porque nossas pautas são urgentes, nossas demandas são urgentes e não estamos aqui a passeio. Então aquilo que foi dito do lado de lá na tarde de hoje é uma tentativa de se afastar do mau comportamento, **mau comportamento que foi condenado por toda a sociedade e por boa parte dos parlamentares desta casa, que já compreendem que não pode haver espaço dentro do parlamento brasileiro para o ódio, para discriminação e para a intolerância** (UOL, 2023).

Na primeira situação, é apresentado o cenário de transfobia e outras perseguições (como gravações) vividas por Érika no plenário da CPML. A situação gerou confusão no plenário enquanto uns parlamentares defendiam Érika e outros se colocaram ao lado de Abílio, a partir da fala proferida por Érika sobre Abílio ser “carente” e afirmando não ter havido transfobia. A decisão do presidente da mesa Arthur, foi de coletar as imagens e enviar para a polícia parlamentar investigar a situação, porém como alertaram alguns parlamentares, possivelmente a fala não foi coletada na filmagem tendo em vista a fala não ter sido feita no microfone. Ou seja, somente a fala de diversos presentes não foi suficiente para uma tomada de decisão mais severa em relação ao Abílio.

Na segunda fala Érika reafirma a situação de transfobia vivida, em réplica a fala de Abílio Brunini ameaçando deputados que o acusaram de homofóbico e afirmando nunca ter falado fala homofóbica e que combate a intolerância e homofobia. Érika aponta a homolesbotransfobia e a violência de gênero e misoginia frequente na câmara dos deputados, uma das câmaras mais conservadoras desde a ditadura militar. Apontou seu compromisso com o enfrentamento à misoginia e a homolesbotransfobia, que é a origem da violência feita por Abílio. Afirma que a comunidade LGBTI+ chegou na câmara e permanecerá com projeto e exigindo respeito e dignidade, não aceitando serem tratadas como menores, vítimas de piadas, ridicularização e deboche, e que foi eleita da mesma forma que os outros candidatos. No fim de sua fala, aponta um avanço que ocorre na sociedade e no parlamento que é a condenação

da sociedade e de parte do parlamento ao ódio, discriminação e intolerância. Infelizmente, não acredito que a condenação tenha sido por toda a sociedade, acredito que assim como reflete o parlamento parte considerável de nossa sociedade defende o pensamento do deputado. Alguns verbalmente ou em atos, como apontam os dados já apresentados no capítulo 1, outros silenciosamente sendo coniventes.

Ainda assim, é um avanço termos parlamentares LGBTI+, sobretudo parlamentares trans*, para ocupar e disputar esse espaço fazendo com que avance um outro projeto de país que atenda às pautas LGBTI+ e reiterando a homofobia e transfobia presente naqueles que constituem o Estado brasileiro. Porém, é inaceitável que o preço que parlamentares trans paguem por ocuparem esses lugares seja de ter sua voz diminuída, ser vítima de olhares, chacota e discursos de ódio. Vale inclusive lembrar da parlamentar Marielle Franco (negra, bissexual e periférica) que foi assassinada a tiros. Benny Brioli e Jean Wyllys saíram do país após ameaças de morte. Parlamentares como Felipa Brunelli e Duda Salabert sofreram ameaças de morte.

Temos ainda uma terceira fala de Érika, essa direcionada a Deputada Cristiane Lopes na Comissão da Mulher em 31 de agosto de 2023:

Tentar usar características biológicas pra excluir para desqualificar a mulheridade de mulheres trans travestis é sim transfobia. É sim transfobia escrachada. Inclusive esse discurso biológico já foi utilizado muitas vezes.

Já disse uma outra oportunidade e vou repetir pra dizer, por exemplo, que mulheres negras não precisam de anestesia no parto, porque as mulheres de verdade são as mulheres brancas, que as mulheres negras, isso, que mulher é o discurso biológico da exclusão.

O discurso biológico do preconceito, discurso que não leva em consideração qual é o recorte histórico social a qual nós mulheres transexuais e travestis estamos inseridas na sociedade brasileira.

Esta comissão aprovou uma nota de solidariedade a mim quando um deputado foi extremamente violento, esta comissão tem que chamar pra si a responsabilidade de não permitir que falas como essa mascarada de preocupação com a mulheridade, com mulheres de fato o que é mulher de fato dizer da mulher que pare, pra dizer da mulher que menstrua, pra dizer da mulher que tem cólica, nós precisamos tripudiar, massacrar, açoitar, violentar o direito de outras mulheres porque estas mulheres ao não terem estas práticas biológicas são menos mulheres, não são vítimas do patriarcado população vivem às margens da sociedade.

Nós estamos em dois mil e vinte e três e somente nesta legislatura nós conseguimos chegar a esta casa. Sabe por que não estávamos aqui agora? Por exatamente discursos como esses que nos empurram pras mazelas da sociedade. Porque a sociedade ainda nos enxerga como menos mulher e ao nos enxergar como menos mulher também nos enxerga como menos cidadã.

Cidadã que não merece proteção, cidadãs que não podem estar nos esportes, cidadãs que não podem receber como a deputada falou ser consagradas em agremiações e em festivais. Nós temos que estar aonde? Nas esquinas de prostituição? Nos cárceres? No drogadicídio? Aonde que é o nosso lugar? **Se também não é aqui discutindo uma agenda de direito a todas as mulheres, a luta das mulheres transexuais e travestis desse país nunca excluíram nenhum tipo de mulher porque a luta de outras mulheres precisam excluir a nossa existência.**

Sem contar que nós estamos diante de um de um cenário que aumenta gradualmente a violência contra nós e quando parlamentares que foram eleitas pelo povo usam deste espaço de representação para dizer contra a dignidade dessa população o que nós vemos são travestis que têm seus corações arrancados o que nós que nós vemos são travestis e mulheres transexuais que não conseguem empregos, porque não são consideradas dignas do mercado de trabalho, são expulsas de sua casa **porque existe um sentimento no parlamento brasileiro que corrobora com a cultura de ódio, de preconceito e porque o Supremo Tribunal Federal precisou discutir sobre a proteção destas mulheres, porque este parlamento segue calado, não só calado, porque seguir calado seria menos pior, mas segue borferando, segue dizendo asneiras ou o tempo inteiro abrindo a boca pra dizer aquilo que não conhece falando em opção sexual.**

O que tem a ver é a identidade de gênero de mulheres transexuais travestis com orientação sexual, discursos, burros, discursos rasos discursos preconceituosos, discriminatórios e nós chegamos aqui sim deputada mas não pra discutir apenas os direitos das mulheres transexuais travestis porque eu não sou apenas uma mulher transexual e travesti eu sou uma mulher assim como a senhora queira a senhora ou não na sociedade a sua opinião não me importa. Vítima da violência, do ódio, do estigma, do preconceito e a senhora terá que aceitar que nós não falaremos só sobre a agenda de direito de mulheres transexuais e travestis. **Nós temos nós temos um projeto pra este país, um projeto que inclui todas nós, um projeto de dignidade, um projeto de emancipação, um projeto de vida, um projeto de pertencimento, um projeto de direito e um projeto que vai na contramão daquilo que é produzido numa tentativa de parecer proteção de grupo A ou grupo Z** (Érika Hilton, 31 de agosto de 2023 na Comissão da Mulher rebatendo a deputada Cristiane Lopes (União-RO) - Grifo nosso)

Em sua fala Érika aponta a transfobia na fala de Cristiane, apontando uma disputa entre gênero a partir de questões biológicas e da construção de ser mulher ((como ensina Simone de Beauvoir ao dizer que “ninguém nasce mulher, torna-se”), e apontando também como discursos biologizantes são utilizados para oprimir e excluir. Aponta como ponto comum de todas as mulheres serem vítimas do patriarcado e que travestis e mulheres trans vivem à margem da sociedade. Ainda que seja por conta desse preconceito e exclusão que, somente em 2023, as mulheres trans chegaram à Câmara dos Deputados Federais. E que o discurso de mulheres trans e travestis serem menos mulheres também, reflete a ideia de que estas sejam são menos cidadãs, que não merecem proteção e devem ser excluídas. Ainda, denuncia como o parlamento brasileiro corrobora com a cultura de ódio e preconceito, não

legislando a favor de direitos das pessoas trans* e ainda proferindo transfobia. Como já afirmado, todos os direitos LGBTI+ foram garantidos via STF, não havendo a aprovação de uma lei sequer a partir do legislativo brasileiro.

Vale ressaltar que, segundo dados da Folha de São Paulo (AVELAR, 2023), em matéria publicada dia 20 de março de 2023, o Brasil teve neste mesmo ano um projeto de lei anti-trans por dia (na esfera federal, estadual ou municipal), totalizando 69 projetos somente no período. No dia 5 de setembro, estava sendo discutido na Câmara dos Deputados, na comissão de família, a proibição de união e casamento homoafetivo.

Também, Érika aponta que elas não propõem somente uma agenda de direitos de mulheres transexuais e travestis, mas que elas possuem um projeto de país que inclui todas as mulheres, um projeto de dignidade, emancipação, pertencimento e direitos.

3.5.2 Em espaços do executivo

A ocupação de pessoas LGBTI+ que se afirmam na instância máxima do espaço executivo são poucas. Katya Tapety, pioneira, foi vice-prefeita em 2004. Temos Fátima Bezerra (PT), governadora do Rio Grande do Norte, mulher, negra e lésbica, em segundo mandato, sendo a única mulher no país a governar um estado da federação no período de 2023-2027. Eduardo Leite (PSDB) em 2021 se assumiu gay, sendo governador do estado do Rio Grande do Sul. Em prefeituras tivemos: Astrid Maria Cunha e Silva bissexual, de 1996-2004 em Viseu no Pará, Jorge Allen em POA (SP) de 1997-1998, Edgar de Souza em Lins (SP) de 2013-2020, Paulo Alves de 2021- até o momento em Mariluz PR e Diego Singolani em Santa Cruz do Rio Pardo de 2021-até o momento, sendo eles gays.

Symmy Larrat em 2023 foi empossada como Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ no Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Realizou-se um edital para Organizações da Sociedade Civil (OSCs), para a celebração de Termo de Colaboração com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania com o objetivo de executar, em âmbito nacional, projetos de promoção e de defesa de direitos

das pessoas LGBTI+. Em outubro de 2023, foi realizado o 1º Encontro Nacional de Centros de Referência LGBTQIA+ e, em 08 de dezembro de 2023, no Encontro Nacional de Conselhos LGBTQIA+, marca institucionalização de políticas públicas Symmy Larrat apresentou a Estratégia Nacional de Enfrentamento à Violência contra pessoas LGBTQIA+, o Programa nacional de Fortalecimento das Casas de Acolhimento LGBTQIA+ Acolher+ e a Instalação da Comissão Nacional Intergestores da Política LGBTQIA+. Dessa forma, Symmya tem promovido mudanças nesse governo de frente ampla apesar de todos os desafios, não sendo somente um cargo figurativo de representatividade.

Érika Hilton na parada LGBTI+ "Vamos preparar o Brasil para que ele tenha, sim, uma presidenta travesti" “Nós estamos na rua por um novo projeto de país. O nosso corpo e as nossas bandeiras são múltiplas, plurais e já não aceitamos um projeto de país sem as LGBTQIA+”. Sigamos lutando e sonhando, quem sabe não teremos Érika como presidenta⁵⁸?

3.5.2.1 A fragilidade do executivo

Tanto Bob, quanto Samara, pontuam nas entrevistas sobre a fragilidade das políticas destinadas aos LGBTI+ que avançam a muito custo e são facilmente desmontáveis em trocas de gestão.

Tem que haver uma política de estado e não uma política de governo que trabalhe com o acolhimento disso, não dá mais pras casas de acolhimento para pessoas LGBT serem do terceiro setor. Isso é uma vergonha pro Estado. O Estado tá fracassando miseravelmente. Então a gente precisa ter a compreensão de que não é assim que se organiza, né? (Bob, 2023).

3.6 OS ÓRGÃOS MULTILATERAIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

A ONU possui projetos e programas importantes de diplomacia e de diminuição de desigualdades. Bob, em sua entrevista me relata um importante papel de *advocacy* que vem realizando nesse espaço. Bruno também compartilha que passou pela experiência de na ONU

⁵⁸Presidentra: alteração linguística para uma presidenta trans

no programa de controle social para jovens, com a temática de HIV/Aids. Já a Casa Neon Cunha recebe verba da OIT da ONU para a realização do Projeto Cozinha & Voz.

Vale pontuar que a ONU é um órgão multilateral que surgiu após a II Guerra Mundial com o intuito de garantir a paz mundial, ainda que em seus assentos se sentem os maiores estados bélicos e que com a justificativa de paz ou democracia, se tolera invadir e destruir povos e países como o que está acontecendo na Palestina em 2023. A ONU também defende preceitos que somente podem ser alcançados para todas as pessoas do planeta com a superação do capitalismo que exclui e segrega. Assim, ela possui diversas limitações em suas ações práticas, mas não deixa de ser um espaço importante a ser ocupado e também de garantir direitos e acesso como no combate ao HIV/AIDS e na geração e capacitação de emprego para pessoas LGBTI+.

Bob ao compartilhar sua experiência ele traz o motivo pelo qual passa a ocupar esse espaço:

A mesma coisa da política e direito humano assim. Eu não, eu não sou um militante de *advocacy* por excelência. Eu eu estou nas Nações Unidas eu sei que eu sou bom não estou querendo fazer falsa modéstia nem fingir que “Bob é tão humilde”, não quero fazer essa linha não, mas o que eu quero te dizer é assim, eu tô na ONU **porque não tem quem fale, faça o que a gente faz é muito inovador, em 2023 parece que é muito inovador, LGBTs que estão lendo a Bíblia, reivindicando a Bíblia e dizendo, você não vai usar a Bíblia pra promover violência e ódio contra mim e meu corpo.** Então, é complicado assim, mas foi assim que eu me tornei (Bob, 2023)

Como consequência, sua atuação se torna um trabalho de incidência política e ele chega às Nações Unidas:

E esse trabalho acaba caindo num trabalho de incidência pública, não era o plano, nunca foi um ativista político de direitos LGBTs, nem era dessa área. Mas diante do cenário político do Brasil de fundamentalista religioso, de uso da religião pra tirar direitos de pessoas LGBTs e o Evangelicxs acaba sendo uma resposta a essa demanda e aí por causa desse meu ativismo político hoje eu sou membro da Associação das Nações Unidas na área de religião e eu trabalho monitorando todos os conflitos diplomáticos que envolvem o tema da religião e no meu caso políticas especificamente relacionadas a pessoas LGBTs como por exemplo o que acontece em Uganda. O que está acontecendo aqui na América Latina, na Argentina, na Nicarágua, enfim, todas essas questões, né, de pessoas usam a religião como instrumento de violação de direito de pessoas LGBTs (Bob, 2023).

E ele explica sua posição na ONU de United Nation Religion Fellow, atuando em temáticas da ONU em que é perpassado o tema religião;

Então, minha posição na ONU, ela é uma posição em inglês United Nation Religion Fellow. São sete pessoas ao redor do mundo inteiro, cada um de nós, de uma região do mundo. Então, eu sou da América Latina do Caribe, tem uma pessoa da Panáfrica, tem uma pessoa da Ásia Pacífico, tem uma pessoa da Europa, enfim, regiões do mundo. Nós sete ao longo do ano de 2023, estamos acompanhando ou tentando acompanhar porque não damos conta mesmo só sete pessoas de todas as agendas das Nações Unidas envolvendo temas de religião. Então, por exemplo, no início do ano essa notícia eu tenho autonomia pra contar porque ela veio a público. Não chegou no Brasil porque o Brasil não se importou muito, mas na Turquia no início do ano, pequeno terremoto, muitas, enfim, muitas pessoas foram feridas e tal e quando tem terremoto, desafiador, as pessoas doam muita coisa, doa roupa, colchão, dinheiro, comida e aí teve uma galera que doou Bíblia pra pessoas que estavam numa situação de terremoto assim e aí a ONU tem que fazer o que com essas bíblias? Faz o quê? Aí chama, aí a gente que é *United Nation Religion Fellow*, acompanha esse processo que envolve esse tema onde a religião é um tema diplomático numa situação de emergência ou numa negociação (Bob, 2023).

E exemplifica como, ainda que esteja se tratando de políticas sociais, direitos civis ou sobre economia, diversas pautas são transpassadas pela prática religiosa das pessoas:

Eu lembro quando fui fazer o treinamento do United Nation Religion Fellow, ele sempre usou o exemplo do avião de carne que não aconteceu comigo, mas é um, não é um exemplo que eles usam. Então, teve um avião com carne de fêrias que parou na Índia e aí foi interceptado e ele não seguiu a viagem porque na Índia, parte da Índia onde estava, não é em toda a Índia, mas a parte da Índia onde parou, as vacas são sagradas e você não pode ter vacas mortas lá e aí eles pegaram o avião e aí você, “ah é um conflito econômico, né?” A empresa perdeu dinheiro, aí você pergunta pra empresa, não tinha outra rota? Tinha, mas a gente escolheu essa. Aí então minha empresa, você poderia ter pesquisado um pouco (Bob, 2023).

E ele defende que há momentos em que a religião é utilizada como argumento para violência e opressão ou para possibilidades de construção de paz:

Então, basicamente assim, quando a religião é utilizada como argumento de violência, de opressão ou até o contrário, pra promover paz mundial, Conselho Mundial de Igrejas, sobre projetos, projetos eu... Quando é projetos religiosos apoiam né? Zilda Arms por exemplo né? A famosa Zilda Arns com a Pastoral da Criança que virou um projeto da UNICEF né? Apoiado pela UNICEF, então a religião é utilizada como movimento de promoção (Bob, 2023).

Sua atuação específica, por conta do motivo de seu envolvimento é em situação em que envolve religião e direito LGBTI+:

A gente acompanha esses processos em todas as agências da ONU e eu, Bob Luiz Botelho, me envolvi com religião e direito LGBTs. Então, todas as vezes que os direito LGBTs são ameaçados por motivos religiosos ao redor do mundo, a gente cai de cabeça, uma coisa que a gente fez, por exemplo, foi acompanhar o que aconteceu em Uganda, Uganda aprovou a pena de morte pra pessoas que cometem o crime de homossexualidade, né? Que lá é crime e aí eu me envolvi nessa causa, então eu

recebi os relatórios, acompanhei os processos, a gente conseguiu convencer o Banco Mundial a retirar todas as operações de Uganda, a gente, enfim, tá fazendo uma série de articulações institucionais pra ver se a gente consegue fazer com que a religião, a igreja republicana global, né... O bispo da Cantuária, o arcebispo da Cantuária fez uma nota dizendo que dentro da comunhão anglicana não há espaço pra defender a morte e a gente vai tentar fazer essas expressões políticas para que os direitos LGBTs não sejam retirados porque uma pessoa tem uma verdade religiosa X ou Y, né? Tipo, com todo respeito a verdade religiosa de quem quer que seja ou sua verdade religiosa não pode ser justificativa pra você defender a morte de quem quer que seja, né? E aí minha função é essa, acompanhar, fazer reunião com embaixada, eu faço então, em maio eu fui pra Nova Iorque e eu fui pra Nova Iorque três vezes esse ano, né? Fui pra Bolívia também e também fui pra Amsterdã em viagens oficiais e aí nessas viagens eu me encontro com diplomatas, eu..., eles contam o que os países deles fazem, eu recebo esses relatórios, eu visito as agências da ONU, por exemplo, eu conversei, eu tive um relatório da UMFA português, fica o fundo das nações unidas para a população, né? E aí eu conheci o relatório de projetos que eles fazem, que eles apoiam, projetos de organizações baseadas na fé. E aí a gente vai descobrir esses projetos e ver quais são os que têm similaridade, convergência, enfim. Esse é o nosso trabalho assim, esse é o meu trabalho. Não é um cargo remunerado, sempre importante dizer. Eu, na verdade, como eu trabalho numa posição entre aspas, que audita, fecha aspas, a ONU, não é bem uma auditoria, mas é como se fosse, a gente não recebe recurso justamente pra que haja lisura no processo e a ONU não vai poder dizer que me pagou pra eu dizer as coisas que eu digo, né. Então basicamente é esse o meu trabalho assim, acompanhar esses projetos, supervisionar essas ações e atuar de maneira corajosa, né? Enfim. Enfrentando esses diálogos com essas galeras todas (Bob, 2023).

Bruno, por sua vez, cita de forma breve sua experiência na ONU: “Passei por um programa da Organização das Nações Unidas para formação de jovens em controle social, né? De HIV/AIDS” (Bruno, 2023).

Já Samara, em sua entrevista, explica sobre o projeto Cozinha e Voz fomentado pela OIT/ONU. Esse projeto foi um dos pilares do recurso financeiro para a manutenção da Casa Neon Cunha em 2023.

[...] é um projeto pra Organização Internacional do Trabalho e com a ONU, então a gente tem o Cozinha e Voz dentro do âmbito do projeto e o Transformação. O Cozinha e Voz é um curso voltado pra área de cozinha dentro do do Sistema Firjan, então eles recebem um certificado do SENAI, o SENAC de curso básico de cozinha industrial e o curso de voz que que é complementar ao de cozinha é que trabalha toda parte socioemocional, comunicação, e como que essas pessoas se posicionam em entrevista, oratória, complementar a isso (Samara, 2023).

3.7 ESTADO GARANTIDOR DE DIREITOS OU OMISSÃO E TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE PARA MERCADO E TERCEIRO SETOR?

Regina Facchini em sua fala (2023) e em suas pesquisas, assim como Renan Quinalha, trás como a pauta LGBTI+ surge a partir da organização popular em um contexto de inúmeras violências e opressões e, posteriormente, se transforma em organizações sociais formalizados que passam a se profissionalizar e em diversos casos a receber verbas internacionais e verbas públicas nacionais para executarem programas e serviços e atendimento a população LGBTI+. Inicialmente, na área da Saúde, em seguida capilarizando para outras áreas. Dessa maneira, foi sempre e ainda em 2023 continua tendo grande relevância o protagonismo da sociedade civil para a garantia de acessos a direitos, prevenção, combate a preconceito e proteção social à comunidade LGBTI+.

Para Bob, a iniciativa privada e o terceiro setor tem sido mais responsáveis por garantir alguma proteção social que o Estado:

Os projetos de empregabilidade de trans*, de empreendedorismo LGBT, eles são muito mais vinculados ao terceiro setor ou ao setor de negócios sociais, dois e meio que a gente fala, né ou até a iniciativa privada. Então você tem a Renner, que é uma grande corporação, que agora, né? Você tem agora o Burger King, que trata dessas políticas de contratação de pessoas LGBTs. Aí aqui em Curitiba você tem o Império T. R., né? Monarquia T. R. assim. Então você tem o ativista do A. R., que é do grupo do grupo Dignidade, da Aliança Nacional LGBTI, que é um cara que capta recurso por emenda parlamentar e pela iniciativa privada pra fazer um monte de coisa, testagem, HIV, é, ele tem uma biblioteca de direitos LGBTs, né? Então tô falando isso assim porque você tem de tudo assim do terceiro setor, entendeu? Que chega, né. Ah enxergo de um jeito ruim assim [se a Política de Assistência Social tem atendido as demandas da população LGBTI+] poxa sabe realmente assim Burger King tá coloca travesti pra colocar no subemprego que tipo assim, travesti pra ser faxineira do fast-food. E aí fala assim, contratamos quatrocentas pessoas trans* com o salário defasado, sabe? Com uma carteira assinada lá no último. Não é isso, não é emprego, mas você não vai ter uma política de estado e as travesti não vão poder romantizar a militância dela. Entende? Sim. Então a gente, alguns corpos têm urgência, né? Eu sempre falo isso, tem algum tem urgência, corpos LGBT tem urgência, então... E pro Burger King usar holofote, entendeu? Nossas trans* maravilhosa. Tipo, pô, não, enfim (Bob, 2023).

Na experiência de Karen na Casa Miga:

[...]Beleza, temos uma, um abrigo LGBT aqui, né? Do terceiro setor. Então basicamente o que acontece é: ah, é LGBT, vai [para Casa Miga] nem tentam, sabe?... É é basicamente isso (o Estado não atende e só encaminha). Sem receber um tostão (Karen, 2023).

A experiência da Casa Neon Cunha também evidencia a ausência do Estado e transferência de responsabilidade:

Então, a Casa Neon Cunha a a porta de entrada é demanda espontânea, hoje a gente consegue eh ter um um pouquinho mais de articulação com alguns serviços da região **mas muito muitos vem a Casa Neon como um depósito de pessoas LGBTs ‘ah você é LGBT vai lá na casa neon’ eh e aí como encaminhamos** (Samara, 2023).

Mas não recebem nenhum financiamento do Estado: “Eh hoje a gente não recebe nada em nenhum dos três níveis de de governo.” (Samara, 2023).

Pergunto então se a responsabilidade, o papel do Estado é dar um encaminhamento:

Isso, porque a gente resolveu resolver a situação e na verdade a gente tem muito muita dificuldade em em trazer articulações pra conseguir fazer o acompanhamento integral dessa pessoa **justamente por esses lugares só encaminham (...) e colocam aqui** (Samara, 2023).

Ou seja, além dessas ONGs estarem fazendo um serviço que o Estado deveria realizar, este resolve a demanda de atendimento dessa população encaminhando-as para essas ONGs. Pelo olhar da Samara, essa atitude provoca além de uma sobrecarga na casa uma dificuldade de garantia de atendimento integral, pois um atendimento protetivo depende de um bom atendimento e acompanhamento em diversas políticas como saúde, educação, assistência social, moradia.

Na Casa Miga em Manaus, Karen por sua vez aponta que as relações com o Estado são muito mais personificadas por pessoas que compreendem as demandas e especificidades do que por programas/projetos e relações institucionais.

Tem algumas iniciativas dentro do Estado de aí eu vou citar só um que eu acho que é o que está mais estabelecido dentro do Estado eh da Secretaria de Saúde que foi uma doutora que que entendeu né e encheu o saco lá encheu o saco lá pra criar o ambulatório transexualizador né mas assim é aí o o ambulatório em si ,ele ainda não está legalizado. Ele funciona assim por por muita insistência, né? (...) Então eu digo assim o dia que sei lá, se a doutora quiser sair ou quiser fazer qualquer outra coisa, quem é que vai dar continuidade né? (Karen, 2023).

Ao perguntar se no município, ou na região, há serviços específicos para a população LGBTI+, seja acolhimento institucional, ou outro serviço fornecido pelo Estado, Karen afirma que: “Não, iniciativas do estado ou do município não. O que tem é o que a gente faz. Que a

que a sociedade civil faz, né? O terceiro setor.” (Karen, 2023).

Joycee, usuária da Casa Neon Cunha, aponta em sua fala a nitidez de uma fala crítica ao Estado que não deve se isentar de cumprir seu papel transferindo as responsabilidades para a Casa Neon Cunha:

E não adianta também o Estado transferir para a Casa Neon Cunha terceirizando as obrigações dela, ‘ah, tem a Neon lá dá roupa, comida para as trans* então eu não vou colocar na minha mão não’. A Neon é uma casa que ajuda porque ela recebe ajuda, ela não tem obrigação nenhuma de nós como cidadãos que o principal obrigação é do município, do Estado, eles são um complemento pra nos dar e ser assim sabe? O nosso farol. Nosso farol ali nosso parquinho que na tempestade tem o poder de ajudar essa caminhada nossa mas na hora de de girar ao social é o tipo assim, enxergar a gente, mas todo mundo chega e fala ‘quem entrou aqui foi a Joycee e Mariko que estão chegando’, porque quando eu passei no Centro Pop e foi tratada como invisível. Engraçado, só a Mariko que veio, eu estava invisível, não! Eu estava ali nas cadeiras. Passou um ano, quando eu tava empregada por trinta e três anos eu não paguei [imposto]? (Joycee, 2023)

Também, nessa fala evidencia-se o significado que a Casa tem, fornecendo meios materiais (roupas, comida) e também simbólico e afetivo (o nosso farol). Há ainda um importante trabalho pelo terceiro setor de incidência política cobrando e pautando a necessidade de atuação do Estado:

Sim a casa faz um um trabalho de incidência política também né? Eh quando dá tempo pra gente ser bem sincera porque um trabalho desse é complicado mas a gente faz sim. Então a gente tem a articulação com as secretarias tanto municipal quanto do governo de assistência social, de direitos humanos, de saúde, então a gente está participando assim das reuniões, dos conselhos, quando tem os fóruns e tal. A gente está lá, a gente está também construindo. Recentemente a gente começou a construir, a gente participou do grupo condutor com a construção do plano municipal pra população LGBT, porque ainda não tem, e aí estamos na tamo agora conversando com a Secretaria de Saúde montando isso também né?(..) Então eu digo assim, infelizmente a gente está num estado ultraconservador, sou bem sincera. Então a gente está andando bem devagarinho, a gente está andando.(...)E a gente está fazendo parte dessa construção também (Karen, 2023).

Ao observar as ações atuais do Ministério dos Direitos Humanos, percebe-se que o órgão está seguindo a cartilha neoliberal de enxugamento do Estado, as ações estão sendo pautadas no sentido de transferir recursos para a sociedade civil que já vem realizando esse trabalho, deixando o Estado nesse local de gestor.

3.7.1 A Casa Miga

A Casa Miga é uma casa que oferece acolhimento para pessoas LGBTI+, localizada no Amazonas, especificamente em Manaus. A capacidade da casa é para 12 pessoas mas a quantidade de vagas ofertadas depende do recurso disponível, frisando que não adianta só ter número sem poder de fato atender as necessidades de cada pessoa que está acolhida lá:

Ah, isso também depende muito do recurso financeiro que a gente tiver. Mesmo tendo doze camaS eu sempre falo isso mesmo tendo doze camas não quer dizer que a gente vai ter doze pessoas aqui. Porque cada cada pessoa tem um custo, né? Então a gente precisa estar muito ciente do nosso recurso financeiro e quanto que a gente realmente tem pra ter pessoas aqui dentro (...) Eu faço uma média de cada pessoa aqui custa em média, (dependendo das suas necessidades a gente é bem eh bem específico quanto a isso, né? Que as pessoas tem necessidades diferentes) mas custa em média mil e quinhentos, dos dois mil reais. De uma pessoa aqui dentro, sabe? (...). **Então eh se eu não tivesse dinheiro todo mês, não adianta colocar alguém aqui pra dentro.**(...) Só pra dizer só pra ter número, sabe? (...) eu prezo muito por isso por qualidade não somente números (Karen, 2023).

Karen ainda pontua que a casa não recebe nenhum recurso público. Como equipe na casa tem-se:

Eu estou como diretora presidente, minha ex esposa ela está como eh coordenadora operacional, e nós nós temos uma psicóloga, nós temos uma educadora social, nós temos uma assistente social e nós temos a minha vice-presidente que ela faz um trabalho de arte e cultura aqui dentro e temos voluntários. Eu acho que hoje esse mês esse semestre a gente abriu o edital de voluntários então a gente ainda é bastante voluntário Hoje a gente tem em média uns vinte e cinco voluntários. Atuando em áreas diferentes, né? (Karen, 2023).

Vale aqui fazer uma pontuação: apesar de nós do Serviço Social fazermos uma defesa constante de profissionalização e remuneração, contrários ao serviço voluntário e defendendo a execução de serviços e programas de garantia de direitos via Estado, historicamente quem tem olhado e garantido esse atendimento à população LGBTI+ tem sido principalmente os movimentos sociais e, mais recente, a onda de ONGuização, do Terceiro Setor. Isso não é motivo de orgulho, mas de uma verdadeira omissão do Estado apoiado no conservadorismo e no neoliberalismo que defende um estado mínimo. Também vale fazer uma outra contraposição: assim como movimentos sociais e ONGs têm realizado trabalhos de proteção e garantia de direitos, outras, ligadas ao conservadorismo e muitas vezes a movimentos

religiosos tem agido de forma oposta, infringindo direito por meio de ações como a Cura Gay,

Quando eu peço para Karen falar um pouco sobre o que é ofertado na Casa Miga ela apresenta o seguinte:

[...] A casa ela é mais que o abrigo né? A gente faz um trabalho de média complexidade também né? O que a gente fala então o abrigo é o principal né? **O serviço do abrigo e tudo mas a gente estendeu tudo que a gente faz aqui dentro que seria moradia, alimentação, né?** Começa com isso, eh a gente faz o **atendimento psicológico, a gente faz atendimento social [...]** (Karen, 2023).

O trabalho de capacitação e empregabilidade por meio de cursos e parcerias com empresas, chamado de Capacita Miga:

A gente trabalha toda questão da **empregabilidade** também, então **investimos em cursos de capacitação, a gente investe em parcerias com empresas também pra que a gente consiga encaminhar, né?** Para ser mais certo e ter pra onde encaminhar os acolhidos que chegam aqui e é basicamente isso **aí, depois que eles começam a trabalhar a gente também faz tem uma estratégia de saída onde eles tem um tempinho pra guardar dinheiro, a gente trabalha educação financeira com eles também pra que eles saiam daqui com a mínima segurança possível** (Karen, 2023).

O trabalho de média complexidade:

Eh aí a gente chegou num ponto onde a gente conseguiu abrir né? Isso pro público externo. **São pessoas que estão em vulnerabilidade e ainda tem um lugar onde morar mas que mesmo assim ainda precisa de algum tipo de assistência né? Então todos esses outros serviços que eu falei aí pra você é ofertado pra eles também né?** Só muda um pouco a forma, né? A gente adequa, a gente se adapta, mas é oferecido também. Eh que mais? E é isso aí dentro disso tudo que gente tem a gente deu o nome, pra cada programa (Karen, 2023).

Ainda, tem a Feirinha da Miga, “que é a questão da alimentação”. O projeto Acolher:

A gente tem o Projeto Acolher que é que são os atendimentos psicológicos e atendimento social assim é com hora marcada então qualquer pessoa externa que queira algum tipo de de atendimento social, só marcar com assistente social, tá? O V. então ele faz isso, não tem um nome pra isso mas a gente também faz esse trabalho (Karen, 2023).

E, o desejo de retornar com o curso preparatório para o ENEM:

Tem o preparo amiga também que a gente vai voltar ano que vem, que é o preparatório pro pro ENEM né? A gente quer começar desde o começo do ano com isso, seria o público externo o foco, os acolhidos aqui dentro quem quiser participar pode participar mas não é muito foco por causa do tempo de duração e tal mas a gente vai oferecer esse prepara miga durante o ano todo de 2024 é o objetivo

pra que a gente consiga né? No final pelo, eu sempre digo, pelo menos uma pessoa na universidade já é uma vitória. (Karen, 2023).

E também um importante trabalho feito na casa sobre a prevenção de HIV/Aids.

Tem também uma uma questão que a gente bate muito em cima que é a questão do da prevenção do HIV né? A gente pede pra todos eles, não é obrigatório, mas também nunca ninguém se recusou a fazer os exames de ISTs né? Logo que entra na casa. (...) Porque ainda existe um tabu muito grande contra o HIV e um dos nossos pilares é tentar quebrar isso né? (...) De entender o que é o tratamento de se entender né? De fazer esse teste e entender onde que você está Quais são os cuidados que você tem que tomar e consequência disso é muitos acolhidos, (aí eu falo de homens gays e mulheres trans, travestis) descobriram o HIV aqui dentro da casa né? Nesse fluxo e entenderam que há vida né? Não é uma morte. Não é a morte ali, né? É de concluir o tratamento, de persistir no tratamento, então isso é um trabalho que a casa faz assim muito, muito precioso no meu ver com eles, sabe? Pra que não chegue num num ponto onde tipo, realmente já não vai ter mais vida, sabe? E e muitos deles vivem da prostituição antes de chegar. A exposição é enorme e é por isso a gente continua fazendo esse trabalho, a gente bate muito na tecla da prevenção de falar de PREP e tal, mas assim acontece muito assim de descobrirem o HIV aqui dentro da casa (Karen, 2023).

Dessa maneira a casa oferece diferentes serviços, integrando diversos segmentos como saúde, assistência, educação, olhando sempre para as particularidades LGBTI+.

Karen conta que nesse acolhimento a maior dificuldade é que as pessoas não querem ir embora por se sentirem em casa.

E uma das principais queixas que eu ouço tipo as pessoas não querem ficar ali, as pessoas querem ir embora rápido, querem sabe tipo seguir pro lugar, ser um lugar muito bom de estar. E eu sempre fico assim impressionada porque eu falo assim cara **o problema da Casa Miga é outro problema da Casa Miga é que as pessoas não querem ir, entendeu? E elas precisam ir e é esse o nosso trabalho aqui dentro né?** De não deixar que ninguém se acomode e por mais que seja muito bom mas a gente é um abrigo não é um lugar onde deveríamos estar. Mas vamos parar pra pensar assim, **a maioria deles acaba, mesmo que saiam daqui, acabam tendo a casa como rede de apoio então se não moram perto, no entorno, aqui acabam mantendo sempre contato. Então, isso pra pra gente é um é um retorno assim o objetivo do trabalho né?** (Karen, 2023).

O objetivo da Casa é que seja temporário, que eles consigam ter emancipação, autonomia e independência. “Que a gente consiga emancipá-los, dar autonomia, dar independência pra que eles sigam a vida né? Esse é o objetivo. Ponto.” (Karen, 2023).

E esse vínculo é mantido, ainda que com a saída das pessoas da Casa, tendo esse lugar como referência de rede de apoio. Ainda diversos deles retornam para trabalhar como voluntários, sendo para ela o maior reconhecimento do trabalho realizado.

Mas nesses dois anos que a gente está aqui, muitos deles voltaram, para trabalhar como voluntários.(..) Para devolver. Então pra isso pra mim assim, quando ele começou a acontecer, eu acho que talvez seja o maior reconhecimento do nosso trabalho, sabe? De quando de quando as pessoas que passam por aqui entendem a importância disso e entendem a importância desse trabalho continuar e voltam que é pra justamente fazer isso unir forças (Karen, 2023).

Karen aponta ainda em sua fala que o Estado muitas vezes nem tenta acolher pessoas LGBTI+ por existir a Casa Miga, simplesmente encaminhando-os para lá. “Ou até mesmo encaminhados porque às vezes eu sinto que tipo eh ...Beleza, temos uma, um abrigo LGBT aqui, né? Do terceiro setor. Então basicamente o que acontece é LGBT, vai, nem tentam, sabe? Sem receber um tostão.”(Karen 2023)

Ao perguntar sobre público que a Casa acolhe:

Ahm eh o público trans*, né? Desses cinco anos de casa, né? Agora tem esse número total cinco anos, cinco anos e dois meses, três meses de casa, nós já colhemos quatrocentos e doze pessoas. Dessas quatrocentas e doze eh **quarenta e nove por cento são refugiados**, e em sua maior em sua **maioria venezuelanos mas tem número bem pequeno de cubanos e colombianos** também que já passaram por aqui eh desses quatrocentos e doze eh **setenta e dois por cento são pessoas trans*, travestis**. Então é majoritariamente pessoas trans travestis e dentro dessa **comunidade trans*, travesti eh noventa e dois por cento são mulheres trans ou travestis. são são poucos homens trans** né, que passaram por aqui (...)Eh de todas as pessoas que eu te falei e é um número que né? Eh não tem como ser diferente. **Cem por cento né, já sofreram algum tipo de LGBT fobia durante a vida. Dos refugiados cem por cento também sofreram algum tipo de LGBTfobia no fluxo migratório dentro do país, né? Eh dos refugiados a maioria são homens gays ou travestis**. Nós recebemos pouquíssimas mulheres lésbicas. Eu acho que nenhum homem trans né? Posso confirmar depois, mas eu acredito que zero homem trans. E seis mulheres lésbicas. Se eu não me engano. **O resto ou homem gays ou travestis. Essa é a maioria** (Karen, 2023).

Aí já dentro aqui da população brasileira né? Desse número que eu te falei, todos eles sofreram algum tipo de violência eh intrafamiliar. Então seja ela psicológica, verbal, física, sexual. Então todos eles e e a maioria dessas pessoas elas chegam aqui com algum histórico de de documento perdido muitas vezes pela família ou nesse processo de sair e vim acabam perdendo e ao assim eu não sei te dizer números mas a gente tem, é bastante pessoas que antes de chegar no abrigo moraram na rua mesmo por um tempo pra onde ir até encontrar o abrigo (Karen, 2023).

Há na Casa Miga ainda possui um desafio intercultural tendo em vista receber refugiados e imigrantes. Assim, há um choque cultural que traz um ranço de conservadorismo, sendo uns dos desafios da casa lidar com os conflitos gerados:

E dentro disso a gente sabe que a Venezuela é um país supermachista né? Então infelizmente eles acabam reproduzindo isso aqui dentro. E aí entra a questão dos conflitos com a população brasileira aqui dentro. Porque bem ou ruim a gente ainda tem muito mais liberdade dentro do nosso país. Então aí os brasileiros não aceitam os comportamentos, as falas, e aí que entra o nosso trabalho de mediar sempre essa situação. Porque enquanto um homem gay venezuelano eles não aceitam as pessoas trans* com muita facilidade. Somente travestis. Então tem muito de não respeitar pronome né? De querer dizer que isso é coisa do diabo. Não é coisa de Deus, são muito religiosos também, sabe? Então eu sempre digo que a xenofobia ela chega bem depois da LGBT fobia, aqui, trabalhando com os dois públicos. Mas assim, o trabalho que a gente tem feito é tentando prevenir que isso aconteça. Trabalha na chegada do de qualquer refugiado venezuelano aqui, a gente sempre faz isso. De ele entender, de ter uma cartilha de direitos, de ele entender que aqui no Brasil não pode. Dentro do abrigo ou fora. Entende? Que é crime. Que ele pode ser processado. Se a pessoa quiser processar ele. Etcetera etc etc etc Então e eu sempre falo que eu ainda fico aqui na na coisa assim bem de assustar mesmo, é crime, é lei pra tentar realmente evitar e que eles entendam, né?" (Karen, 2023).

Quando pergunto sobre a faixa etária do público atendido Karen expõe o seguinte:

A gente nunca teve parâmetro. parâmetros que eu digo nunca nunca negligenciou ninguém por causa de idade. A gente só pode atender maiores de dezoito então eu acho que a pessoa mais velha que a gente já atendeu tinha quarenta e três anos. No abrigo que era um que era um venezuelano até e ele acabou sendo interiorizado pra outra cidade no sul do país. Menores de idade a gente não pode acolher mas a gente tem procura, muita procura. Então a gente acaba encaminhando pro conselho tutelar. Quando é caso de abuso casos mais graves a gente não tem muito o que fazer, sempre falo que é meio complicado assim pra gente porque principalmente numa situação dessa assim desesperadora a gente não né, legalmente não pode fazer nada assim somente orientar.(...) Nas nossas rodas de conversa que são abertas ao público eles também procuram né? E aí pelo ECA né? Eles podem vir né? Os adolescentes podem vir podem procurar conhecimento e tal. Então a gente não impede, a gente fica muito receosa, né? Porque a maioria é público adulto e as pessoas falam abertamente de tudo (..) Então dependendo da idade eu fico muito receosa tipo 'talvez a pessoa não sabe nada da vida e está ouvindo as coisas aqui'. Eh eu fico com umas neuras assim sabe? Depois fala que aprendeu tudo na Casa Miga (Karen, 2023).

Pergunto a idade da pessoa mais nova que chegou procurando a casa:

Eu acho que o mais novo que já chegou aqui tinha **quatorze anos, catorze anos**. A gente teve uma situação, uma vez de um menino gay que tinha dezessete. Aí ele queria ser acolhido e tal toda a sua história. Aí ele eu acho já sabia da questão da idade ele veio com RG falsificado dizendo que tinha dezoito, né? Que já tinha feito dezoito. E a gente só percebeu depois quando a gente prestou atenção na certidão de nascimento dele. Aí não tinha como ficar, né? Mas assim, se não fosse, ia passar

batido, achando que tinha dezoito anos, entendeu? Então a gente já teve essa situação também (Karen, 2023).

A Casa Miga, por meio da entrevista de Karen evidencia particularidades como o atendimento de refugiados e migrantes LGBTI+. Também o desafio de como realizar a proteção social de adolescentes LGBTI+.

3.7.2 A Casa Neon Cunha

Samara, Joycee e Atena trazem nas entrevistas as experiências com a Casa Neon Cunha idealizada por Paulo. Samara (2023), conta que ainda quando trabalhava no Centro Pop e começou a receber pessoas LGBTI+ foi pesquisar e estudar sobre políticas públicas específicas para esse público para contribuir nos seus atendimentos e encontrou um suposto Centro de Cidadania Neon Cunha. Porém, ao procurar pelo endereço se deparou com um depósito [que era onde na época se guardava os suprimentos e doações]. Mas depois conheceu Paulo:

Paulo ia periodicamente lá [no centro pop], a Casa Neon Cunha não tinha um espaço físico ainda, esse galpão ele usava pra guardar doações, né? Ele fazia ações pontuais nas ruas, entrega de marmita, material de higiene, essas coisas assim (Samara, 2023).

Esse trabalho foi realizado dessa maneira no período de 2018 a 2021. A casa foi inaugurada em 2021 após uma imensa dificuldade em conseguir alugar um imóvel pois chegaram a encontrar diversas casas antes disso, porém quando falado para qual objetivo a oferta de locação era retirada, evidenciando mais uma LGBTfobia.

Hoje, Samara faz parte do corpo diretivo da Casa e ela em sua entrevista me conta os serviços ofertados pela entidade, dentre os quais o atendimento psicossocial:

Então a nossa porta de entrada é essa, hoje a gente conta com uma psicóloga e uma assistente social, tem um atendimento psicossocial aqui, então faz a primeira escuta, a gente tem um plano individual de acompanhamento aqui também e aí a gente tem uma coisa que (ainda bom não sei se mudou também, mas que não não tinha no CRAS, nem no CREAS, nem no próprio centro pop), que é a orientação jurídica (Samara, 2023).

E orientação Jurídica para a efetivação de direitos já existentes:

Então, a gente tem uma advogada aqui na Casa Neon, entendendo que é essa população sofre muitos tipos de violência e até mesmo na questão de retificação de nomes e enfim é pago pra fazer e tudo mais, sem orientação acabam por não fazer porque enfim não é só ir no cartório né? Você chega no cartório e aí a pessoa, não, mas cê vai mudar de nome.. Não, mas como que é? E a própria pessoa do cartório não sabe, então o nosso acompanhamento jurídico aqui eu considero que é muito importante e um um um, não posso nem falar que é um plus você é o mínimo assim que o pessoal deveria ter de acompanhamento. Mas é muito importante pra que esses direitos aqui a gente está falando sejam minimamente garantidos né? Desde uma ida na delegacia pra fazer um boletim de ocorrência até um assédio na empresa ou então uma retificação que tá demorando por tempos pra fazer, então a orientação jurídica assim eu considero muito importante nesse nesse caso (Samara, 2023).

Samara pontua, a importância de um trabalho mais humano realizado na casa, menos mecânico e mais atento às particularidades, permeado por afeto e cuidado. Pontua ainda, como isso que deveria ser a regra é a exceção:

E essas pessoas estão tendo acesso ao atendimento psicossocial dessa forma que a gente faz aqui eu falo mais humano pela primeira vez, né? Então passaram por muitos estados, muitas cidades antes de chegar aqui em São Bernardo e conseguirem esse acompanhamento. E é um trabalho assim de formiguinha, né? (Samara, 2023).

A casa se mantém financeiramente a partir de projetos, dentre eles o Cozinha e Voz, financiado pela OIT com a ONU, como apontado anteriormente.

:

Que a gente que a gente tem dentro dos recursos que nos são disponibilizados. A Casa Neon se mantém através de projetos, né? Hoje a gente tem dois projetos que a gente considera nos ajudou muito visibilidades de manter o caso de RH da casa que é um projeto pra Organização Internacional do Trabalho e com a ONU, então a gente tem o Cozinha e Voz dentro do âmbito do do projeto e o Transformação (Samara, 2023).

Vale a ressalva de Samara sobre o empreendedorismo no neoliberalismo, que nada mais é do que a precarização do mercado de trabalho com outro nome, mas que é oferecido como parte do curso e permite o acesso a uma renda:

Aí já dentro do âmbito desse projeto que tem a parte de empreendedorismo, o que ainda assim é uma ilusão, acreditar nas outras pessoas estão empreendendo, né? A gente tá falando de uma sobrevivência, né? Vender bolo de pote, vender bala do farol, trabalhar em feira, enfim, a gente chama aqui de empreendedorismo, mas num é bem assim (Samara, 2023).

E também, neste curso ainda possui a formação sindical:

E agora eles estão terminando esse curso com a formação sindical que a gente também considera que é uma chavinha ali pra pras pessoas que conseguirem um emprego, conseguirem também ó, fácil acesso aos sindicatos, saber que existe, né? Um serviço por mais que a gente veja até às vezes não funciona, mas sabe que tá ali, saber se posicionar também dentro das empresas, enfim nós tivemos pessoas que hoje tem e são empregados a partir desse projeto CLT, alguns autônomos, outros como autoemprego, né? (Samara, 2023).

E esse curso não foi realizado somente em São Bernardo do Campo, sendo essa troca entre estados enriquecedora para o trabalho realizado pela casa:

Mas esse curso foi muito bacana, a gente fez ele em cinco estados, seis cidades. Então, ampliou muito também a nossa visão em relação a regionalidade também. As necessidades aqui de São Bernardo são diferentes, o pessoal lá do de Macapá, que são diferentes do pessoal de João Pessoa. Então isso trouxe ainda mais pra casa um um embasamento porque a gente recebe pessoas de vários lugares aqui, né? (Samara, 2023).

E que traz como impacto direto a formação de quadros de militância LGBTI+ no ABC, algo que hoje praticamente não há:

A transformação que esse curso em parceria com a ONU e a gente trouxe aqui pro pro ABC pensando que a gente tá do lado de São Paulo, mas dificilmente as coisas chegam aqui, principalmente, né, aí pro pra pras pessoas LGBT, E essas pessoas estão sendo formadas justamente pra área de militância, né? Então são pessoas jovens se a gente for pensar um nome referência de pessoas LGBTs aqui no ABC não me veem muitos nomes na mente, então pensando justamente nessa base pra que essas pessoas consigam militar com consciência, né? Pra não ficar falando coisas que são inverdades por aí. Então, estão recebendo essa formação (Samara, 2023).

Com essas parcerias então fornecem qualificação profissional, ainda que com os desafios conjunturais de inserção dessas pessoas às empresas:

Então a gente também tem um trabalho de qualificação profissional. É. Né? E acho que isso, enfim, a gente não espera que essas pessoas cheguem em empresas que essas empresas não querem a nossa galera, mas a gente espera qualificar essas pessoas pra que essas pessoas consigam ter acesso, né? A minimamente a moradia, minimamente ah são pessoas riquíssimas em nível de conhecimento, então algumas pessoas que estão estudando pra concurso hoje aqui, né? Estudam para o concurso de São Caetano que vai acontecer, então a gente tá buscando dar base pra que essas pessoas eh cheguem em lugares, que pessoas cheguem especificamente onde ainda não chegaram, né? Bom, pelo menos por aqui. Então, a qualificação profissional também é um bom trabalho da Casa Neon (Samara, 2023).

Acrescido a tudo isso, a Casa Neon Cunha ainda realiza oficinas, grupos e atividades de convivência, além de refeições e espaço de descanso:

Fora isso, a gente tem oficinas, a gente tem grupos, discussão de filmes e tudo mais. Hoje a gente consegue separar convivência do acompanhamento, então muitas pessoas estão em acompanhamento, mas infelizmente a gente não consegue trazer a convivência. É servida três refeições por dia, as pessoas durante o dia podem descansar aqui a gente ainda não funciona a noite né? (Samara, 2023).

Fazem também, com parceria de empresas e doações da sociedade civil, o importante trabalho de retificação de nomes:

Eh mas enfim, a gente faz o auxílio na retificação de nomes, então hoje a gente tem com [o dado] da última lista, Paulo trouxe, a gente tinha cento e oito pessoas retificadas pela Casa Neon, então a gente traz essas parcerias com empresas. Vocês auxiliam retificar uma pessoa da nossa empresa e aí em troca a gente registra uma pessoa da Casa Neon. Então, a gente vai fazendo essas trocas através dessas também que existem as doações e financiamentos de projetos (Samara, 2023).

E recebem doações da sociedade civil que são repassadas para as pessoas usuárias da casa: “Ah é né, acho que com apoio da sociedade civil também. Com roupa, alimento, material de higiene pessoal e tudo mais” (Samara, 2023).

Possuem uma equipe de trabalho diversa, inclusive empregando pessoas que chegaram como usuárias da casa:

A gente tem uma equipe aqui na Casa Neon que eu considero muito bacana, a gente tem pessoas, recebendo pessoas do primeiro emprego e na nossa equipe nós temos lésbicas, nós temos gays, nós temos pessoas travestis e nós temos homens trans também (Samara, 2023).

Atena pontua que no momento que chegou no ABC, sem nenhuma rede de proteção, após sofrer violência e ficar em situação de rua, conheceu Paulo e a Casa Neon Cunha, passando a ser atendida pela casa. No documentário produzido sobre a Casa Neon Cunha, Atena pontua como esse lugar é importante espaço de pertencimento e acolhimento.

Joycee relata que a casa é um importante espaço para reconstrução de sua trajetória, a partir de elementos materiais como roupas mas também de atendimento

psicossocial, orientação jurídica e cursos profissionalizantes :

Eu cheguei aqui toda despedaçada. de fevereiro pra cá né, a Neon ajudou, ela foi me reconstruindo como cidadã, ela foi me reconstruindo como pessoa. As minhas roupas eu não precisei mais pegar roupas assim que sobravam lá no lá na casa de passagem ou de doação de rua, que acontece, e aqui na Neon eu tive o direito de ter meu próprio look. De ganhar roupas. As minhas, novas. Novas, nunca usadas assim, de colaboradores. E eu fui me encontrando aqui com a parte psicossocial, atividades, né? Ah as psicólogas, né? A Juliana advogada, os cursos profissionalizantes (Joycee, 2023).

E traz o significado que esse espaço possui, chamando de oásis no ABC:

Então fui me tornando isso, quando eu encontrei essa porta aqui, eu fiquei tão emocionada que até chorei. Porque eu não tinha visto fora de São Paulo um lugar.. Quando eu gosto, eu gosto, quando não gosto, não gosto. Então, tipo assim, porque era um oásis. [Não tem] Nenhum lugar no ABCDMRR, que olhe a gente LGBT, nós mulheres trans nós mulheres trans, como seres humanos, como pessoas não têm (Joycee, 2023).

E sendo um lugar em que ela pode ser quem ela é:

Mas quando eu venho aqui na Neon Cunha, tudo mundo é simpático é comigo, eu não venho aqui por um prato de comida, ou pelas roupas que eles me dão, ou o que eu posso arrancar da Casa Neon se eu tivesse que ficar sofrendo violência, ficava em casa por que lá tudo tinha um preço, as violências, o estupro. Então, tudo tinha um preço. **Então, quando eu falo que eu estou aqui, não é por causa de nada material. Aqui, eu vou conseguir a atenção, o carinho, o trabalho deles, porque o que eu queria mesmo era proteção. Eu vou dar atenção no trabalho deles. É porque o que eu queria era proteção, eu queria amor, ser eu mesmo, alguém chamar de Joycee, oi sou eu.** Ou receber. Então, isso que eu vi aqui Eu não vim pelo que eu poderia receber Eu não vi por isso, mas de um lugar que eu possa ser eu, eu vou entrar em mulher e saio em mulher por aquela porta, sem ninguém questionar (Joycee, 2023).

Essa fala de Joycee, talvez responda o que problematizamos sobre proteção social e sobre o questionamento de Bruno que é: O que é proteção social para as pessoas LGBTI+?

Tanto na Casa Neon Cunha quanto na Casa Miga, é possível apreender como esses espaços são espaços para além de fornecimento de cursos ou abrigo mas de afeto, pertencimento, fortalecimento de identidade, atendimento e acompanhamento que possibilita olhar para as particularidades e fragilidades individuais e fortalecer as pessoas, pois como Samara afirma, quando há inúmeras barreiras invisíveis não adianta só dar um

encaminhamento. Vale pontuar que essas casas, além de fornecerem atendimento também fazem um importante trabalho de *advocacy* cobrando e pressionando o Estado por políticas públicas.

3.7.3 O Mami

O grupo Mami, é o grupo coordenado por Silvia, une majoritariamente mães em para trocas de experiências, definido por Silvia como “Terapia em Grupo”. Esse grupo se reúne de tempos em tempos, na casa de uma das mães, sendo esse um espaço seguro para compartilhar suas vivências com familiares e amigos LGBTI+, em diferentes estágios de aceitação da identidade de gênero e/ou sexualidade de seus filhos/filhes/filhas.

O MAMI é um grupo que se reúne de tempos em tempos na casa de uma das mães e funciona como uma terapia em grupo. A formação que eu tenho ajuda nos encontros. Eu sou sexóloga, sou uma estudiosa de sexualidade, eu não sou uma terapeuta que às vezes as pessoas já querem fazer, ah, eu quero fazer terapia com você, não, eu não sou psicóloga, mas eu sou uma estudiosa de sexualidade. Mas isso me permite fazer a mediação dos encontros com um pouco mais de propriedade. Com um pouco mais de cuidado até do ponto de vista de evitar gatilhos emocionais, quando a gente vê que alguém tá se passando, a gente dá uma controladinha assim no sentido de equilibrar as coisas (Silvia, 2023).

Um espaço de escuta e fala, podendo assim acolher sentimentos e dores:

Mas nós não temos censura. Então, as mães vão falar e às vezes elas olham dizendo: aí, pode ser que eu esteja falando uma coisa errada. Eu digo, não tenha medo de falar o que você está sentindo, o que você está pensando. Esse é o lugar seguro pra você falar, pra cometer seus deslizes e a gente te dá quem sabe a gente possa te dar uma orientação. Porque às vezes com um pouquinho mais de caminhada que a gente já tem, a gente pode colaborar pra diminuir o sofrimento dessa mãe (...) (Silvia, 2023).

Silvia pontua que utiliza a metodologia de fazer perguntas como ferramenta para reflexão e superação de preconceitos:

Mas quando elas fazem falas bem preconceituosas a gente traz perguntas. Perguntas. Eu nunca entro assim: “você está errada porque o conceito diz isso ou algum autor fala aquilo, não.” Então assim, quando ela fala uma coisa muito preconceituosa, eu faço uma pergunta em cima pra fazer ela raciocinar e ela mesma perceber. Aí ela vai respondendo e ela sozinha diz: nossa tô sendo preconceituosa, né? Então isso faz com que o grupo seja muito acolhedor porque a pessoa entra, às vezes, com medo de cometer um erro e ela percebe que a gente acolhe tudo. E que ela sozinha vai dizer, “hm eu não tô certa nisso”. Isso funciona muito bem! (Silvia, 2023).

Silvia traz a importância do falar e ouvir sua história, algo que é tão caro para o NEPI e para os pesquisadores da história oral:

E aí elas contam a história delas, o impacto da revelação e elas vão purificando esse sentimento. Tem mãe que já contou a mesma história três, quatro vezes e que continua sofrendo e a gente ouve e vai sempre perguntando: “Mas e hoje, como é que tá? E agora?” Então, a gente sempre está questionando como é que tá a caminhada atual também (Silvia, 2023).

Assim, é no coletivo, na oralidade e na escuta, nos questionamentos que permitem romper com o aparente, com o preconceito cristalizado, que se faz um importante trabalho de fortalecimento de vínculos familiares e de superação de preconceitos.

Silvia reconhece que um ponto importante é que os familiares estejam abertos para evoluir, superando preconceitos e a rompendo com crenças iniciais.

Porque eu penso que é isso, você faz o encontro para entrar num processo, pra digerir mas você tem que estar buscando a evolução. Sem ficar cristalizado naquelas crenças iniciais. É preciso romper com os preconceitos e quebrar mesmo. Pra poder então expandir. Funciona muito bem (Silvia, 2023).

E me conta sobre a metodologia do grupo a partir da escuta e a de perguntas provocativas:

[...] sempre na conversa as mães começam muito falando da cria, e eu vou indo, eu vou deixando contar muita coisa, mas chega uma hora que eu começo a dizer assim, mas e você? Então eu começo a fazer a mãe olhar pra ela mesma, porque ela tá sempre assim: ah ele optou por fazer isso porque ele teve influência não sei o que, ah ele não tá ele, ele, ele, ela, ela, ela. Eu digo, mas e você o que tá te impedindo de abraçar a tua cria? (Silvia, 2023).

Nesse processo, Silvia pontua que sempre válida e evidencia o sentimento dessa pessoa, tendo uma atitude acolhedora e não de julgamento, a partir de uma horizontalidade na relação:

O que tá te impedindo então, vamos olhar pra você. Aí olhar para o teu sentimento e valorizar o teu sentimento, então eu valorizo essa mãe. Vamos parar de olhar lá, vamos olhar você agora. Aí, a partir do momento que eu valorizo ela e que eu falo: “olha, esse teu sentimento é válido enquanto mãe.” Porque essa mãe, ela tá pensando: “é minha culpa, é minha responsabilidade, eu falhei. Ela traz isso. O que a sociedade vai falar, né?” Porque a gente quer apresentar filhos bem sucedidos na sociedade. Foi assim que ensinaram pra gente. Eu agora, olho assim, eu não quero apresentar nada para a sociedade, eu quero saber se minha filha está feliz. A J. amando a M., é a pessoa mais feliz que eu já conheci na vida, a J. casada com a M., é a melhor J., a melhor versão da J. que eu conheço. Então aí eu vou dando esse

testemunho de que não precisamos treinar nossos filhos para serem bem-sucedidos. Nós precisamos que nossos filhos sejam felizes e se ela estiver feliz por consequência as coisas na vida dela vão andar bem. Quando a gente começa a acessar isso nessa mãe, com leveza e simplicidade. E ela vai “é mesmo, né? O que que eu tô fazendo?” Aí ela parou para assimilar (Silvia, 2023).

Busca formas de romper com o preconceito discutindo também a conjuntura e fazendo mediações a partir de ferramentas que tragam uma sensibilização:

E aí no MAMI a mesma coisa, quando a gente tá conversando que se entra um pouquinho nessa questão da militância, a gente traz essa conscientização. Quer dizer, primeiro a gente tenta sensibilizar, né, traz um vídeo de alguma coisa bem bonita, bem impactante, às vezes até pra mexer com o nosso emocional. E aí, a gente vem com as afirmações que precisam ser feitas também (Silvia, 2023).

Ainda, ao final do encontro ela sempre busca propor um gesto concreto de mudança:

Em todas as conversas que eu tenho, no final eu quero um gesto concreto. A gente faz muito isso na igreja, não sei se você tem esse conhecimento, mas na Igreja temos métodos de abordagem. Por exemplo, o ver, julgar e o agir. Então você vai ver a situação, você vai ajudar no que está acontecendo e propor uma ação. Então, ao final da conversa, eu pergunto o que a gente pode fazer de gesto concreto. “Depois que a gente conversou tudo isso. Será que você pode só abraçar teu filho hoje? Será que você pode só mandar uma mensagem e dizer assim, com que nome você quer que eu te trate? (Silvia, 2023).

E nessa trocas, ela também busca orientá-las com sugestões baseado no propósito que o grupo tem:

Tem uma mãe que ela tem acho que é um filho trans* e ela tá no grupo de Whats e eu encontro com ela em algumas situações da igreja assim e daí ela vem pra mim, “olha hoje eu vou encontrar com minha filha, eu não sei nem como que eu vou tratar com o nome tal ou o nome tal”, falei assim: pergunta pra ela. “Ai mas eu não sei, se ela disser que quer que trate pelo outro que eu não tô conseguindo falar”, “você vai tratar pelo outro e vai conseguir falar né?” E daí eu falei, “só de você perguntar isso, a tua cria vai perceber que você está se sensibilizando”. Depois ela encontrou comigo e ela falou assim: “você acredita que ela disse que eu podia escolher com qual eu queria tratar?” Falei, e daí? “Ai, eu não consigo ainda tratar com outro nome,” eu falei, “não, mas ela queria que você tratasse com outro nome, né?” Então, a filha também não está tendo essa coragem de falar: “mãe, você sabe”. Porque era isso que ela queria. “Mãe, você sabe como me tratar.” A mãe pensa que ela deixou à vontade para escolher, quando, na verdade, ela espera que a mãe acolha e faça o certo. Então são essas coisinhas que vão acontecendo e as pessoas assumindo. Todas as vezes que conseguimos falar e repetir, repetir. São oportunidades de conversão e de acolhimento (Silvia, 2023).

Apesar no nome MAMI, esse grupo tem também pais:

Mãe e pais, mas tem muito mais mãe preocupada com isso. Os pais eu sempre digo que são os PAPIS, mas eu acho que no grupo de Whats por exemplo nós temos três PAPIS. Pra tipo oitenta mães. Tem avós que nos procuram, tem madrinha, que procura, mas nem todo mundo se sente confortável a estar nesse grupo, receber informações as pessoas me procuram pra uma conversa, eu dou uma orientação ou eu encaminho pra psicóloga e depois eu não fico mais sabendo. É comum eu conversar com casais, quando eu converso com casais eu sempre trago meu marido junto. Às vezes eu vou dar uma palestra, eu tive esses tempos falando com a pastoral familiar de uma igreja aqui perto. Meu marido sempre vai junto. Uma das mulheres assistindo à formação perguntou: “e os pais. Você fala MAMI, MAMI, e os pais?” Eu virei pro meu marido: quer você falar? Porque daí você tem propriedade, alguns pais na plateia vão se sentir melhor representados. Meu marido dá um testemunho, ele não gosta muito mas ele fala, porque eu acho que a fala de um homem nessas questões vale muito. A homofobia, a transfobia batem sempre com o machismo, né? Então, quando o homem fala, outro homem ouve melhor do que quando uma mulher fala, “ah, é só uma mãezinha ali, ó, querendo defender a cria, né?” E meu marido já começa dizendo assim: “Sabe aquela piadinha homofóbica que a gente faz? Não dá mais. E a gente tolera que outros amigos façam, não dá mais.” Ele continua: “Quando alguém faz alguma piadinha assim na minha frente, eu digo assim, não entendi, você pode me explicar? Aí a pessoa vê o quanto é ridículo o que ela está dizendo, se ela tiver que explicar. Então ela vai lidar melhor com essa questão.” Ele vai assim, de mansinho, contando a nossa experiência, falando da importância do diálogo, admitindo que também sofreu. Isso é natural, a gente não quer que os filhos sofram. Ele admite que perguntou pra Julia se não tinha outra opção: “você realmente vai ser lésbica?” Isso é uma coisa que passa na cabeça do pai e da mãe (Silvia, 2023).

Pontua ainda como a sociedade cisheteronormatividade patriarcal impacta diretamente na relação dos pais com filhos LGBTI+

Mas a gente percebe que os pais são mais fechados, às vezes os pais de lésbicas são mais abertos que os pais de gays. Os pais de gays eles acham que é um fracasso total, que eles não foram um exemplo macho pro filho, né? Sempre um estigma causado pela masculinidade tóxica. E poucos se abrem, poucos falam mas os que falam se tornam militantes. Meu Deus! Aí eles dão testemunho. Nós temos um pai que é militar e tem uma filha trans*. Você precisa ouvir este pai falando. Maravilhoso! Ele simplesmente diz assim: “onde não tem espaço pra minha filha bissexual e pra minha filha trans*, não tem espaço pra mim.” Rompeu com uma porção de pessoas da família. Ele fala: “querem ser preconceituosos, OK, longe de mim. Não preciso conviver.” E acho que tem gente que é assim, mesmo na minha família tem algumas pessoas que eu desisti. Quer ser preconceituosa, vai ser longe de mim. Mas a gente tem isso, talvez os pais ainda tenham uma influência dessa masculinidade tóxica, deste machismo (Silvia, 2023).

Silvia compreende que as mudanças vão ocorrendo de ato concreto em ato concreto, devagar, ao longo de um processo:

Que é bem devagarinho mesmo. As mães não fazem grandes conversões rapidamente. Algumas sim. Algumas que no começo já dizem que vão pedir perdão pra minha filha. Então vai e fica perguntando: “será que eu chamo ela com uma namorada junto ou só? Ela sozinha primeiro?” Então, ela já começa a ver aquele momento possível de reaproximação. Depois as mães me ligam: “Silvia eu tenho que te contar, ela queria me mostrar a casa dela, ela estava feliz.” A família não falava com a menina fazia uns sete anos e de repente, após uma conversa a filha chama a mãe pra conhecer o apartamento dela. Então esse testemunho já me indica o nosso caminho. Outras mães também querem essa transformação nas suas vidas, sabe? Poucas não fazem. Alguns pais são mais resistentes, mas a gente acredita que uma palavrinha após a outra chega uma hora que eles dão uma relaxada e, né, infelizmente alguns não (Silvia, 2023).

Esse trabalho realizado, salva vidas. O intuito aqui não é construir uma hierarquia de sofrimentos, ou de afirmar que é tal qual o sofrimento de pessoas LGBTQs, pois não é. Mas é um sofrimento real fruto da sociedade cis heteronormativa, e esse trabalho de educação popular (trabalhar com o concreto a partir da realidade das pessoas, com a escuta e de trazer elementos para uma mudança de consciência), transforma vidas e famílias:

Teve uma mãe que eu encontrei em São Paulo, ela pensava em suicídio e um padre falou pra ela me procurar. Ela tem dois filhos LGBTQs, eu nem sabia dessa questão de ideação suicida dela. Foi uma amiga que depois me falou: “ela pensava em suicídio e você salvou a vida dela”. Não, ela salvou a vida dela, porque ela quis sair daquela situação, ela quis dar o passo de me procurar. Ela queria acabar com aquele sofrimento dela. Aí, quando ela me procura, aí sim, vem o papel do MAMI, do que essas mães que estão no grupo falam quando encontram outras mães (Silvia, 2023).

O acesso ao grupo ocorre de forma muito orgânica em que mães encontram outras mães com filhos LGBTQ+ e que estão em sofrimento ou com dúvidas de como aceitar seu filho/a/e LGBTQ+, partilham a experiência que já viveram no grupo e fazem o acolhimento dessa pessoa:

Então é muito comum uma mãe ligar e dizer: “Silvia, encontrei fulana assim, em tal situação, você pode adicionar ela ao nosso grupo, eu fiz um acolhimento?” Então uma MAMI faz a primeira conversa, explica o nosso trabalho, tranquiliza a mãe, faz ela ver que o mundo não acabou. A partir dali, essa mãe vai encontrar um mundo mais colorido, mais vivo, mais vital, mais autêntico. A verdade é que o filho está vivendo na mentira, você não pode viver na mentira. Então a gente dá essas coordenadas. E vamos lá, vamos começar a conversa. A gente tem mães no grupo que estão em diferentes estágios de superação de preconceito. E elas têm todo o nosso respeito. Pode falar o que quiser (Silvia, 2023).

Esse trabalho acolhe também pessoas de outras cidades para além de Curitiba:

Em alguns momentos fazemos também reuniões virtuais. Porque tem mães que durante a pandemia entraram pro grupo e não são de Curitiba. Então hoje temos mais de setenta, oitenta mães no grupo de Whats e elas não são todas da mesma cidade. Então a gente tem que fazer encontros virtuais (Silvia, 2023).

E também já serviu de inspiração para outros grupos de familiares de pessoas LGBTI+:

E a gente acaba influenciando outras mães, por exemplo, em Brusque se formou o Grupo FAMI, Famílias de Amor Incondicional. Que são mães com menos tendência religiosa, porque no grupo MAMI tem muitas mães católicas e evangélicas, tem mães espíritas, tem mãe ateia. Mas a gente tem muito essa pegada de falar de religiosidade. O FAMI é mais um grupo dos militantes mas inspirado na caminhada e na trajetória do MAMI. Outra situação é a de uma freirinha que criou um grupo de mães em Unai. Meu Deus, o que é isso? Então, aí a gente faz uma chamada virtual, conversa com essas mães e dá um direcionamento e elas continuam caminhando por elas mesmas. Então, é interessante como a gente acaba pelo nosso testemunho influenciando e não é assim, aí a gente quer que todos os grupos sejam MAMI, eu quero centralizar as coisas, eu digo não, eu quero mais é descentralizar. O melhor é que mais mães estejam se encontrando e fazendo a diferença e cada uma com a sua tendência. Com a tendência cultural de cada lugar ou como for, desde que seja para quebrar o preconceito. E eu vejo que o MAMI é uma boa influência, temos muitos testemunhos (Silvia, 2023).

Silvia porém, afirma que há limites no grupo também, dentre eles de posicionamentos políticos:

A gente só não aceita vir com conversa que é contra, especialmente em questões políticas. Então como aconteceu ali véspera de eleição. Infelizmente nós tivemos um debate muito sério no grupo do whats porque quando se coloca alguma coisa que é contrário à defesa da vida da nossa cria, não serve. E aí apareceu um debate ali e eu fui até o fim. Eu não desisti de debater e argumentar e infelizmente a pessoa saiu do grupo. Mas eu sinto muito se ela não entende que a prática política interfere diretamente na vida de nossos filhos, que a influência que se exerce dentro do Congresso Nacional, com conservadorismo, com bancada evangélica essa influência é péssima para nossos filhos. Nesta questão, a gente tem que falar seriamente aí eu não posso acolher essa ignorância, aí eu tenho que entrar com informação, né? E dizer, olha, então, para o bem dos nossos filhos, a gente tem essa e essa situação, essas pessoas não agem favoravelmente com políticas que afirmem a dignidade dos nossos filhos. Quem dirá conceder direitos dos nossos filhos. Então a gente ainda está numa fase que nós lutamos para manter a vida das pessoas LGBTs (Silvia, 2023).

E também que a proposta do grupo efetiva resultados, desde que haja uma predisposição das pessoas de transformação e ruptura com o preconceito. Mas que há pessoas que não estão dispostas a isso e preferem a exclusão e ruptura de contato com sua/seu familiar LGBTI+:

É muito triste, né? A gente pensa nisso. Ontem mesmo a gente estava falando de uma pessoa da nossa família, ele expulsou a filha de casa e não quer nem saber e não quer nem saber faz anos e a menina está num país estranho, sozinha e não quer saber e a vó vive aqui. A gente tenta falar com essa avó, mas ela não quer saber, também é preconceituosa igual, e essa menina vai viver a vida dela sozinha. Com a parceira dela, mas sem o apoio familiar né? Eu penso, que tristeza! Porque essa pessoa não pediu pra vir ao mundo, né? Ela não pediu, ela não decidiu ser assim, ela simplesmente é e a família não acolhe a verdade dela, a autenticidade dela. Pra mim isso é um horror, é um horror. Mas não querem, tem gente que não quer evoluir, não quer se converter. Se acreditarem no inferno, eles vão ter que prestar contas disso. Porque abandonar uma filha (Silvia, 2023).

A partir da entrevista com Silvia sobre o MAMI podemos ver como há brechas em todos os espaços, inclusive os religiosos, para a transformação da sociedade, da superação do preconceito e do fortalecimento de vínculos familiares, fornecendo elementos para que a família exerça seu papel protetivo, como pontuou Bruno. Outros grupos da sociedade civil como “Mães pela diversidade”, “Mães do arco íris”, “Mães da Resistência”, também realizam trabalhos semelhantes de fortalecimento de vínculos familiares por meio do combate ao preconceito e sendo um espaço seguro para familiares de LGBTI+. Também, por meio do MAMI, há uma provocação ao Estado para que ele seja o ator do trabalho de proteção social às pessoas LGBTI+, fornecendo ferramentas para que os familiares das pessoas LGBTI+ não sejam violentadas, mas forneçam proteção aos seus filhos/as/es. Afinal, por meio da trajetória de vida de Atena, que materializa tantos dados apontados anteriormente, a ruptura de vínculos familiares, principalmente quando ocorre na fase da infância e/ou adolescência, é um dos elementos que compõem a trajetória de exclusão das pessoas LGBTI+.

3.7.4 O mercado

Tende-se a separar o Estado e o Mercado, a partir de uma dicotomia, como se um fosse bom e outro fosse mau, sendo que ambos são aliados em prol da acumulação primitiva do capital. O capitalista e os grandes conglomerados da burguesia que controlam o mercado, a mídia e influenciam o Estado, possuem como interesse transformar D em D'. Por pressão da organização de parte da sociedade, interesses de isenção de imposto, ou redirecionamento e destinação da carga tributária para alguma causa social, o mercado entendeu ser necessário trazer uma aparência “humanizada”, ainda que seu interesse seja inteiramente o consumo das

massas. Essa visão ocorre por meio de institutos sociais e de propagandas e marketing, vendendo sentimentos, vontades e ideais, criando novas necessidades. Neste contexto, diversas empresas consumiram as pautas de luta da diversidade, seja racial, seja LGBTI+ e criaram um nicho em busca do *blackmoney* ou do *pinkmoney*.

Por outro lado, são essas empresas que, por meio de institutos, oferecem capacitações, doações financeiras e parceria com casas e projetos LGBTI+ como a Casa Neon Cunha, fomentando projetos. São elas também que têm financiado custos cartoriais de alteração de nome e gênero, que são extremamente custosos, sem incentivos financeiros do Estado. Neno me contou em sua entrevista, que está fazendo a alteração de seus documentos por conta de um programa da Doritos para pessoas não binárias, já que é necessário arcar com custos judiciais para alteração documental. Algumas empresas fomentam programas de emprego para LGBTI+ permitindo que elas acessem ao mercado de trabalho formal. A diversidade no mercado, porém, ocorre por meio de empregos precários e de baixos salários, não havendo incentivos para “diversidade” nos altos cargos de chefia e diretoria, sendo essas posições concentradas nas mãos de pessoas brancas, cis e, em sua maioria, homens.

Apesar disso, em um sistema capitalista neoliberal que prioriza uma proteção social via mercado, são essas vagas que tiram inúmeras pessoas LGBTI+, principalmente trans*, da informalidade. A Transempregos foi criada com o intuito de fazer a ponte entre vagas de emprego e pessoas trans* que buscam inserção no mercado de trabalho. Vale também a crítica de que a representatividade midiática em propagandas, ou a contratação de pessoas para as vagas de emprego voltadas para a “diversidade LGBTI+,” excluem uma diversidade de corpos como negros, gordos, PCDs, ou nerodivergentes. Essas vagas também não são suficientes para incluir toda a população LGBTI+, especialmente trans*, que é a mais excluída do mercado formal, estando sua maioria à margem da formalização. É recorrente pessoas LGBTI+ esconderem sua sexualidade ou não expressarem sua identidade por medo de perder o emprego, pois isso ainda é frequente. Também de empresas que fazem um marketing LGBTI+ *friendly*, mas não praticarem qualquer ação efetiva contra o preconceito em seu cotidiano de trabalho.

Em nossas entrevistas Joyce e Athena apontam a dificuldade de acessar o mercado de trabalho. Samara aponta que “essas empresas não querem a nossa galera” (Samara, 2023). Já

Karen (2023) pontua que a Casa Miga realiza parceria com empresas para que as pessoas façam cursos de capacitação e posteriormente sejam empregadas por essas empresas parceiras. Infelizmente, em nossa sociedade, acessar o mercado de trabalho é romper com o estigma de “depender do Estado”, de ter autonomia, fazer escolhas e de ter acesso a produtos básicos: seja onde morar, o que vestir, o sabonete ou desodorante que deseja usar, já que as políticas sociais, como apontou Joycee, não olham para as especificidades e desejos individuais.

3.8 EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO HUMANA.

Ao pensar e discutir sobre direitos sociais no capitalismo, é necessário reconhecer os limites possíveis da emancipação política e que a emancipação humana somente será possível com a superação do modo de produção capitalista, ainda que a superação do capitalismo não implique diretamente no fim das relações de opressões raciais ou de gênero e sexualidade, mas uma possibilidade de vir-a-ser a partir das transformações sociais.

A emancipação política é um progresso, sendo a última forma de emancipação no interior da ordem mundial até aqui, porém não é desprovida de contradições. Nela, o ser humano é reduzido a um membro da sociedade civil, indivíduo egoísta independente e por outro lado, a cidadão, uma pessoa moral. O limite da emancipação política, segundo Marx (Netto, 2012), é de que o Estado pode ser um estado livre ainda que o ser humano não o seja.

Rosa Luxemburgo (2002), pontua que a democracia é mais dispensável para a burguesia do que para a classe operária, tendo em vista que ela criou formas políticas que podem ser utilizadas como o trampolim na luta pela transformação revolucionária da sociedade burguesa, e também porque é por meio da luta pela democracia e exercício de direitos que o proletariado adquire a consciência dos seus interesses de classe e suas tarefas históricas. É pela democracia que se torna necessária e possível a conquista do poder pelo proletariado. Prado e Machado (2008), defendem a construção de uma sociedade mais justa, dando visibilidade às formas de enfrentamento do preconceito sexual e participando ativamente no processo de democratização da nossa sociedade.

Assim, ao discutir sobre direitos sociais e políticas sociais é reconhecer também suas possibilidades e limites da transformação social dentro da democracia capitalista. Ao discutir sobre direitos humanos LGBTI+, Ferreira (2018) utiliza o termo “afirmação de direitos” em contraposição a “garantia de direitos”, apontando que sistematicamente precisa-se afirmar como necessários, debatidos, disputados e em nenhum momento garantidos. Tem-se como exemplo, o momento que é vivido nos Estados Unidos de redução de direitos das mulheres e de pessoas LGBTs com o crescimento do conservadorismo.

Rosa Luxemburgo (2002) reforça em “Reforma ou Revolução” que as relações fundamentais capitalistas são de dominação e que nesse sistema é impossível substituí-las por outras, sendo necessário para tanto, superar esse sistema. Marx (Netto, 2012), ao discutir a emancipação humana, traz como possibilidade a superação das relações a partir da lógica de exploração pautada na propriedade privada, originando novas formas de relações sociais. Possibilita também a realização do trabalho concreto em substituição ao trabalho abstrato, de forma que o valor de uso reocupe a centralidade das relações com a natureza e com outros seres humanos, ao contrário do valor de troca hoje vigente. Consuma-se a emancipação humana, segundo Marx (Netto, 2012) quando o ser humano se torna um ser genérico, que reconhece e organiza suas “*forces propres*” como forças sociais, não separando de si a força social/política. Quando esse processo ocorre consuma-se a emancipação humana.

Ferreira (2015), aponta a convergência entre a teoria *queer* e o marxismo ao apontar o encontro da teoria *queer* com os interesses das classes subalternas. Enquanto o marxismo possui caráter revolucionário, a teoria *queer* não busca a assimilação e se opõe a movimentos identitários de conciliação, mas visa a transgressão, problematizando a ordem social e reinterpretando-a a partir das experiências dos subalternos, visibilizando modos de vida e sujeitos abjetos. “Quem desejar o reforço da democracia deseja o reforço e não o enfraquecimento do movimento socialista” (Luxemburgo, 2002, p. 25).

Ao fazer a discussão desse capítulo é possível evidenciar como o Estado brasileiro ocupa esse lugar que tem como obrigação primeira atender a acumulação do capital, sendo na maioria das vezes omissa, conivente com a LGBTfobia e reprodutor dela por meio da LGBTfobia estrutural. Enquanto isso, instituições como a Casa Miga, da Casa Neon Cunha e do MAMI, ensinaram como o trabalho que parte da sociedade civil vem realizando proteção

social, e ainda atendendo o público encaminhado por serviços do próprio Estado, sem receber nenhum financiamento público. Esse trabalho desempenhado pelo Terceiro Setor, evidencia bastante a lógica neoliberal brasileira vivida que apregoa o Estado Mínimo ao Social, omitindo-se e deixando a responsabilidade de proteção social para a própria sociedade.

Porém, compreendendo a lógica da proteção social via Estado, fruto da luta e organização popular, inicialmente pelo seguro social depois pelo conceito da seguridade social, equiparando todas as pessoas como cidadãs, evidencia-se que pode ser cobrado e tensionado para ser um elemento protetivo por meio da garantia de direitos sociais e políticas sociais como pontuados no item 3.5.5. Um outro exemplo do fruto desse tensionamento é o acesso das pessoas LGBTI+ nos espaços políticos conquistados com muita luta, podendo amplificar suas vozes e assim pensar em políticas públicas e também em outros projetos societários apresentado no item 3.6.

No próximo capítulo abordaremos sobre a Política de Assistência Social, a partir de suas normativas, conceitos, dados e das experiências trazidas pelos/as sujeitos/as participantes.

CAPÍTULO IV - A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Vale para o início do capítulo fazer uma diferenciação entre Política de Assistência Social, o profissional assistente social e o assistencialismo. Apesar de ser uma diferenciação abordada logo no início de nossa graduação, colocá-la aqui torna-se importante tendo em vista que no cotidiano há uma confusão sobre esses termos, principalmente para quem não é da área. Assim, como reflexo dessa realidade, e nas entrevistas há momentos nas falas das pessoas entrevistadas em que se confunde o que é a Política Pública e o que é a profissão. As citações utilizadas serão mantidas de forma fiel a como foi falado, porém, quando necessário haverá uma observação ou explicação sobre a qual termo realmente se referia.

O Assistente Social é o profissional regulamentado pela Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, com graduação em Serviço Social e inscrição ativa no conselho regional. Conforme o Código de Ética do Serviço Social a profissão tem, dentre seus princípios:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2012)

O CFESS possui alguns posicionamentos históricos e pioneiros em relação a população a população LGBTI+, a partir de resoluções, produção de materiais:

- Resolução CFESS nº 489/2006: Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional.
- A Campanha: O Amor fala todas as línguas - Assistente Social na luta contra o preconceito, lançado em 2006.
- Resolução CFESS Nº 615, de 8 de setembro de 2011 - que Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional.
- Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate realizado em 2015.
- A Resolução CFESS nº 785/2016 dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e da/do assistente social transexual no Documento de Identidade Profissional (DIP).
- O Serviço Social foi a primeira categoria profissional no Brasil a garantir a utilização do nome social no exercício profissional às/aos profissionais trans e, posteriormente, a assegurar o nome social no Documento de Identidade Profissional (DIP).

- Resolução CFESS nº 845, de 26 de fevereiro de 2018 - que Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador.
- Série assistente social no combate ao preconceito: transfobia Caderno 4 produzido em 2016.
- Cartaz “nem rótulos, nem preconceito, quero respeito”⁵⁹
- Orientações para o atendimento de pessoas Trans no Conjunto CFESS-CRESS

Apesar desses posicionamentos, como pontuado no capítulo II por Neno, há ausência de disciplina sobre gênero e sexualidade em sua graduação e a vivência de transfobia no momento em que foi expedida sua documentação profissional no CRESS. Jéssica também pontua as dificuldades dos assistentes sociais saberem o que é nome social no momento de solicitar a DIP (Documento de Identidade Profissional), colocando muitas vezes o apelido. Já o assistencialismo são ações caritativas e filantrópicas de “ajuda”, com cunho de dominação e troca de favores (Fialho, 2020).

A Política Nacional de Assistência Social possui como marco normativo a Constituição Federal de 1988 normatizado na seção IV do Título VIII nos artigos 203 e 204 que definem os objetivos e a fonte dos recursos das ações governamentais. Como já falado no capítulo III na tese de Margarites (2023) a política de assistência social entra na Constituição principalmente para atender as pessoas que não tinham contribuído formalmente, estavam em situação de vulnerabilidade econômica (e social) necessitavam receber um recurso financeiro.

Vale apontar que a primeira versão dessa lei foi integralmente vetada, em 1991, pelo então presidente Collor. Essa edição foi escrita pelo IPEA, junto da UnB. Fruto da mobilização de ativistas pró-LOAS e também do cenário político em 1993, foi aprovada a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (Gutierrez, 2017). A

⁵⁹ Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/2018CartazCFESS_VisibilidadeTrans-Atualizado.pdf
Acesso em 2 de janeiro de 2024.

LOAS posteriormente foi alterada, pela Lei nº 12.435, de 2011 e outras legislações. Nela há definições, objetivos, princípios, diretrizes, da organização por tipos de proteção (básica e especial) e da gestão (descentralizada e participativa) e sobre as competência Federal, Estados e Municípios, sobre o Cadastro Único, os órgãos de participação social, sobre benefícios (dentre eles BPC), serviços, programas (dentre eles PAIF, PAEFI, PETI) e projetos de Assistência Social), Projetos de enfrentamento da pobreza e financiamento da assistência social.

Posteriormente, em 2004 normatizou-se a PNAS (Política Nacional de Assistência Social). Ela foi organizada em três grandes partes: Análise situacional, política pública de assistência social e gestão da política nacional de assistência social na perspectiva do SUAS. No segundo item expõe os princípios, diretrizes, objetivos, usuários, as proteções e as seguranças afiançadas a partir da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. No terceiro item trabalha conceitos como: Matricialidade Sociofamiliar, Descentralização Político-Administrativa e Territorialização, e sobre gestão a partir dos itens: Novas Bases para a Relação entre o Estado e a Sociedade Civil, Financiamento, Controle Social, Recursos Humanos e Informação, o Monitoramento e a Avaliação.

Na V Conferência de Assistência social em 2005 foi definido como Direitos socioassistenciais:

1. Todos os direitos de proteção social de assistência social consagrados em Lei para todos: Direito, de todos e todas, de usufruírem dos direitos assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro à proteção social não contributiva de assistência social efetiva com dignidade e respeito;
2. Direito de equidade rural-urbana na proteção social não contributiva: Direito, do cidadão e cidadã, de acesso às proteções básica e especial da política de assistência social, operadas de modo articulado para garantir completude de atenção, nos meios rural e urbano;
3. Direito de equidade social e de manifestação pública: Direito, do cidadão e da cidadã, de manifestar-se, exercer protagonismo e controle social na política de assistência social, sem sofrer discriminações, restrições ou atitudes vexatórias derivadas do nível pessoal de instrução formal, etnia, raça, cultura, credo, idade, gênero, limitações pessoais;
4. Direito à igualdade do cidadão e cidadã de acesso à rede socioassistencial: Direito à igualdade e completude de acesso nas atenções da rede socioassistencial, direta e conveniada, sem discriminação ou tutela, com oportunidades para a construção da autonomia pessoal dentro das possibilidades e limites de cada um;

5. Direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade: Direito, do usuário e usuária, da rede socioassistencial, à escuta, ao acolhimento e de ser protagonista na construção de respostas dignas, claras e elucidativas, ofertadas por serviços de ação continuada, localizados próximos à sua moradia, operados por profissionais qualificados, capacitados e permanentes, em espaços com infra-estrutura adequada e acessibilidade, que garantam atendimento privativo, inclusive, para os usuários com deficiência e idosos;

6. Direito em ter garantida a convivência familiar, comunitária e social: Direito, do usuário e usuária, em todas as etapas do ciclo da vida a ter valorizada a possibilidade de se manter sob convívio familiar, quer seja na família biológica ou construída, e à precedência do convívio social e comunitário às soluções institucionalizadas;

7. Direito à Proteção Social por meio da intersectorialidade das políticas públicas: Direito, do cidadão e cidadã, à melhor qualidade de vida garantida pela articulação, intersectorial da política de assistência social com outras políticas públicas, para que alcancem moradia digna trabalho, cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à segurança alimentar, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infra-estrutura urbana e rural, ao crédito bancário, à documentação civil e ao desenvolvimento sustentável;

8. Direito à renda: Direito, do cidadão e cidadã e do povo indígena, à renda individual e familiar, assegurada através de programas e projetos intersectoriais de inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo, que assegurem a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, nos meios urbano e rural;

9. Direito ao cofinanciamento da proteção social não contributiva: Direito, do usuário e usuária, da rede socioassistencial a ter garantido o co-financiamento estatal – federal, estadual, municipal e Distrito Federal – para operação integral, profissional, contínua e sistêmica da rede socioassistencial nos meios urbano e rural;

10. Direito ao controle social e à defesa dos direitos socioassistenciais: Direito, do cidadão e cidadã, a ser informado de forma pública, individual e coletiva sobre as ofertas da rede socioassistencial, seu modo de gestão e financiamento; e sobre os direitos socioassistenciais, os modos e instâncias para defendê-los e exercer o controle social, respeitados os aspectos da individualidade humana, como a intimidade e à privacidade (Brasil, 2005, p..1-2).

Em 2007, foi construído o I Plano Decenal do SUAS com a chamada: Compromisso Ético da Provisão dos Direitos Socioassistenciais.

Há também a tipificação dos serviços socioassistenciais a partir da resolução Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 alterada pela Resolução CNAS Nº 13, de 13 de maio de 2014 que tipifica os serviços socioassistenciais de proteção básica e especial, construindo fichas com nome do serviço, descrição, usuários, objetivos, provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidade, período de funcionamento, abrangência, articulação em rede, impacto social esperado e regulamentações.

Em 2012 foi aprovada a NOB SUAS/2012 dividida em 11 capítulos: SUAS, Gestão do SUAS, planos de assistência social, pacto de aprimoramento do SUAS, processo de acompanhamento do SUAS, Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS, vigilância socioassistencial, gestão do trabalho no SUAS, controle social do SUAS, instância de negociação e pactuação e regras de transição,

Conforme a NOB SUAS RH e a Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014 é composto por profissionais de nível superior (assistente social, psicólogo, pedagogo, terapeuta ocupacional, advogado e outros), profissionais de nível médio (educadores, cuidadores) e profissionais de nível fundamental (auxiliar de cuidador, profissional de limpeza, cozinha e lavanderia, copeiragem, transporte e outros).

Já no II Plano Decenal elaborado em 2015 houve a necessidade de “ Universalizar SUAS, respeitada a diversidade da realidade brasileira, com garantia de unidade em seu processo de gestão, para consolidar a proteção socioassistencial na seguridade social” (p.22)

Assim, ao longo do período houveram diversos avanços normativos e também práticos no cotidiano. É necessário, porém, olhar para essa política social de maneira crítica, compreendendo que há diferentes compreensões sobre sua função no capitalismo tardio e a maneira como foi pensada e como vem sendo executada. Mustafa (2013) no artigo problematiza a LOAS e a PNAS em relação ao provimento de mínimos sociais para garantia de necessidades básicas, garantia de direitos e condições dignas de vida:

Como através do provimento de mínimos são garantidas necessidades básicas? Como se pode definir necessidades básicas? Como se pode garantir proteção social através de provimento de mínimos? A política de assistência social é capaz de prover as necessidades básicas? O que são condições dignas de vida? Sobre estas questões, entende-se que todas as pessoas deveriam ter supridas suas necessidades humanas, entendendo-as não somente como as necessidades corpóreas (de comer, vestir-se, morar), ainda que estas sejam fundamentais para a vida mas, sobretudo, às necessidades de realizar-se em sua humanidade (Mustafa, 2013, p.64).

Mustafa tensiona em sua crítica a limitação do próprio capitalismo, seja em relação à precarização do trabalho e também em relação à emancipação humana via capitalismo. Traz ainda reflexões sobre o capitalismo moderno com a atualização da violência, trabalho escravo e homicídios. Assim, seja via trabalho (alienado e precarizado), seja via parcas políticas sociais, a satisfação das necessidades humanas básicas não são possíveis neste sistema.

Ao problematizar os riscos e vulnerabilidades, Mustafa (2013) aponta como a política de assistência social, ao tentar definir qual é o seu público, focaliza-a tendo em vista que não se propõe a ser universal. Essa política ao adotar o conceito de risco e vulnerabilidade esses substituem o conceito de sociedade de classes pelo conceito da sociedade de riscos, assim, nessa concepção pode-se dizer que não há mais pobres e ricos mas que todos estão expostos aos mesmos riscos. Dessa forma, retira a economia política desse íterim, despolitizando o debate, quando na verdade a política de assistência social lida diretamente com a questão social ocasionada pelo conflito entre as classes.

Ao tensionar sobre a categoria “Exclusão”, Patrícia discute como essa categoria usada pela política de assistência na realidade diz respeito sobre a inclusão perversa feita pelo capitalismo. “Para conduzir este debate, precisa-se deixar claro se exclusão social refere-se à pobreza ou não, o que se entende por pobreza, e, principalmente, os fundamentos dela” (Mustafa, 2013, p.183).

Assim, não existe inclusão ou exclusão, mas aqueles que acumulam capital e meios de produção, e aqueles que não conseguem suprimir suas necessidades materiais pela precária ou nula inserção, na venda de sua mão de obra, sendo ambas faces da mesma moeda. A pobreza, não deve, portanto ser entendida como “carência” mas como resultado do processo de acumulação capitalista.

Dessa maneira, deve-se ter em vista que a política de assistência social é eclética, utilizando-se de autores como Amartya Sen, Titmuss e Robert Castel.

Para falar de política de assistência social é importante também falar sobre sua gênese. A assistência social no Brasil surge a partir de ações assistencialistas filantrópicas e/ou de caridade, feitas por organizações religiosas ou não. Posteriormente aparece, a partir do Varguismo, ligada ao primeiro damismo. Apesar de haver ações via Estado, essas ações previam muito mais a transferência de recursos para que organizações executassem essa política, sem nenhum tipo de padronização. Ou seja, o que era concedido, como, para quem, com qual frequência, pautadas principalmente a partir de princípios religiosos, moralistas e higienistas. Assim, orfanatos, asilos, instituições manicomiais (que abrigava todos os “desajustados”), a Febem (que abrigava crianças pobres “menores”, “potenciais criminosas”), além da oferta de cestas básicas e auxílios aos desfavorecidos, atendimento à população pobre

ou em situação de rua, eram feitos pautados na missão da instituição e na opinião dos profissionais ou voluntários. Pontuar essa gênese, não é desmerecer o trabalho feito anteriormente, mas reconhecer que a política avançou, delimitando o papel da política de assistência social (que antes incluía oferta de fraldas, órteses, próteses e itens de outras políticas) com normativas nacionais sobre serviços, programas, projetos, benefícios e aquisições socioassistenciais a serem ofertadas.

Sob a concepção hegemonizada, principalmente pela visão conservadora, liberal e neo socialliberal, a assistência social é transversal, porque está dedicada a possibilitar acessos materiais que não estão disponíveis no mercado aos convencidamente pobres, com explícita demonstração de sua precariedade. Confrontar essa maneira de ver, significa adotar a concepção de que a assistência social é uma política que atende determinadas necessidades de proteção social e é, portanto, o campo em que se efetivam as seguranças sociais como direitos (Sposati, 2009, p.14 e 15).

Porém na prática, ela ainda convive e integra passado e futuro, havendo vícios e ranços que permanecem. Um deles, é que inúmeras organizações que chegaram antes da existência do SUAS, agora prestam serviço a esse sistema seja por meio de inscrição nos conselhos municipais de assistência social ou por termos de parceria/colaboração. Apesar de haver inúmeras organizações que fazem prestam um ilustre serviço ao SUAS, defendendo e garantindo o que é previsto nas normativas, outras, apresentam a resistência dos dirigentes e/ou dos profissionais de se adequarem ao que a política de assistência social prevê, imputando práticas e opiniões pautadas no conservadorismo, na opinião, na missão da organização ou na visão religiosa que essa possui. É inegável que diversas dessas organizações possuem orientação religiosa, havendo inúmeras vezes conflitos entre a missão da organização e os serviços prestados na política de assistência social. Assim, há uma disputa de narrativas. Ainda que não se possa generalizar, afinal, diversas organizações realizam um trabalho sério e comprometido com a política de assistência social, nesses conflitos e disputas de narrativas pode-se em alguns casos, prevalecer o conservadorismo e valores morais religiosos que ainda estigmatizam corpos dissidentes carimbando neles o selo de pecado.

Falar sobre o grupo LGBTI+ e a política de assistência social é realizar um recorte de um grupo historicamente marginalizado e vítima de inúmeras violências e violações. Porém esse grupo é apenas um dos grupos que estão sob o guarda chuva dessa política social. Sendo

uma política destinada “para quem dela necessitar” (termo genérico e polêmico), essa deve olhar para um público diverso e heterogêneo e possui o desafio de garantir acesso e atendimento adequado para todas as pessoas que dela necessitar. Dentre esses grupos estão povos tradicionais e específicos como quilombolas, indígenas e ciganos, ribeirinhos, imigrantes, refugiados, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades tradicionais, agricultores familiares, assentados, acampados, pessoas em situação de rua, vítimas de exploração sexual, tráfico humano, trabalho escravo, trabalho infantil, catadores de materiais recicláveis, pessoas com deficiência, pessoas em todo o ciclo de vida em situações de pobreza, fragilidade de vínculos familiares e comunitários ou em situação de violação de direitos ou violência. Assim, a assistência chama para si uma responsabilidade e um desafio gigantesco que exige de seus profissionais capacitações constantes por meio da educação continuada, a necessidade de uma extensa rede de equipamentos com capilaridade nos territórios, que possuam infraestrutura adequada com acessibilidade (seja ela física com rampas, piso tátil, espaços e corredores que permitam que passe cadeiras de rodas ou com profissionais que saibam libras e outras línguas, materiais em braille), computadores, meios de transporte (carro e em alguns lugares barcos e lanchas), rede de internet, salas que garantam sigilo, luz, água, materiais de escritórios, materiais lúdicos para que possam ofertar serviços, programas e projetos com qualidade. Apesar de parecer óbvio, ao nos depararmos no cotidiano profissional não raro é ouvir relato de equipamentos com problemas de infraestrutura (como chove mais dentro do que fora), ausência de internet, constante queda de energia, profissionais que comprem materiais lúdicos ou de escritório com dinheiro do próprio bolso para exercerem suas tarefas cotidianas, a não realização de visitas ou busca ativa por falta de meios de transporte, sobrecarga de profissionais por ausência do quadro previsto na NOB RH ou de quantidade de equipamentos ou profissionais inferior ao que se prevê na legislação. Em São Bernardo do Campo, por exemplo, há CRAS com mais de 15 mil famílias referenciadas. Em outro município em que cheguei a participar de uma assessoria a equipe de um CRAS era uma assistente social que também fazia papel de coordenadora e uma auxiliar de serviços gerais.

Assim, urge falar também sobre a necessidade de garantia de orçamento para a política de assistência social no âmbito municipal, estadual e federal, a garantia de recursos no interior

da política de assistência social para serviços, programas e projetos, tendo em vista que hoje mais de 90% do orçamento é abocanhado por benefícios de transferência de renda⁶⁰.

Então parece muito, então por exemplo nós temos um orçamento de cento e trinta e dois bilhões de Bolsa Família? E temos um orçamento de é.. dois bilhões de serviços. Então assim, isso é muito discrepante. Mas nós temos serviços no oito, nos oito, nos cinco mil quinhentos e setenta municípios. Só de Cras tem quase nove mil (Bruno, 2023).

E também sobre a participação, principalmente dos Estados, na capacitação continuada e no financiamento do SUAS e da necessidade que os cargos de chefia/diretoria/secretaria sejam ocupados por profissionais com conhecimento e experiência na política de assistência social e não sejam transformados em cargos como moeda de troca de favores políticos. Talvez até seguir o modelo da política de educação (que hoje já se encontra em disputa) com concursos específicos para cargos de diretoria e chefia.

Outro item fundamental é a participação dos usuários/as/es no controle social, possuindo um lugar de fala e escuta, e em que suas reivindicações sejam de fato acolhidas e que se busque solucionar suas demandas. Inúmeras vezes tem-se visto que espaços como conselhos e conferências não têm dado esse espaço ou que as reivindicações não têm sido legitimadas e realmente acolhidas nas políticas sociais a ponto de trazer mudanças no cotidiano dos serviços.

4.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, GÊNERO E SEXUALIDADE

Ribeiro, Silva e Barbosa (2018), pontuam que na PNAS 2004 e em todas as normativas anteriores há a ausência do termo LGBT, orientação sexual e identidade de gênero, referenciando a categoria gênero apenas as mulheres, fechando os olhos para violência que pessoas LGBTI+ são submetidas no Brasil. Somente a partir do Programa Brasil Sem Homofobia que se irá pensar nesse grupo dentro da Política de Assistência Social.

Ferreira (2018) ao avaliar as políticas sociais e o tema de gênero e sexualidade, aponta que os serviços da Política Nacional de Assistência Social não reconhecem as demandas específicas da população LGBTI+. Ao centrar a maioria das práticas nas famílias, os serviços

⁶⁰ Ver mais em: O FINANCIAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: <https://www.unicef.org/brazil/media/24431/file/policy-brief-01-financiamento-suas.pdf>

em geral utilizam um conceito limitado conservador e heteronormativo de família nuclear que considera como ideal a monogamia e famílias com filhos, não priorizando nos serviços, benefícios e programas pessoas que não possuem famílias ou que possuem outros arranjos familiares ainda que possuam demandas específicas como as travestis profissionais de sexo que vivem na maior parte das vezes em situações de extrema vulnerabilidade e risco.

As principais requisições do movimento LGBTI+ para a política de assistência social ao longo das conferências foi adequação de instrumental, inserção das categorias de identidade, gênero e orientação sexual no SUAS e na PNAS, serviços específicos de acolhimento e qualificação dos profissionais. (Mello et al, 2013)

Somente em normativas mais recentes como o II Plano Decenal e a Resolução Conjunta CNAS E CNCD/LGBT Nº 01/2018 que esses termos aparecem de forma mais incisiva, apesar de poucas aparições em alguns cadernos de orientações técnicas e na Tipificação Socioassistencial de 2009.

A Parada LGBTI+ de 2023, que teve como tema “Políticas Sociais para LGBT+: Queremos por inteiro e não pela metade” e no manifesto, destacam a “invisibilidade da população LGBT+, ou parte considerável desta, é fato concreto dentro das políticas públicas e assistência social do país.” E acrescenta ainda que:

Pouco, ou quase nada, é falado do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Presente em todo o Brasil, o SUAS deveria garantir a proteção social aos cidadãos, prestando apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. No entanto, mostra-se fragilizado quando se trata do público LGBT+.

A maior parte dos seus planos, programas, projetos, serviços e benefícios são disfarçadamente direcionados às famílias e indivíduos cisgêneros e heterossexuais. Essas distorções ficam evidenciadas quando procuramos fazer parte desses programas, que possuem requisitos quase sempre inalcançáveis pelas genealogias LGBT+. Não existe um olhar específico para essa comunidade, que sobrevive em um país que viola suas vidas (Associação da Parada do Orgulho LGBT, 2023).

O manifesto apresenta uma esperança no governo Lula, após quatro anos de gestão desastrosa do governo Bolsonaro, pontua a Parada como instrumento para evidenciar vivências da população LGBTI+ e para cobrar respostas e soluções para os problemas enfrentados. Reivindicam um modelo gestão participativa, um SUAS que articule esforços e

recursos em todas as instâncias federativas para a execução e o financiamento de políticas nacionais de assistência social LGBTQ+. Finalizam afirmando a necessidade de expor a situação vivida pela população LGBTQ+ de baixa renda em insegurança alimentar e/ou situação de rua e legitimar a luta fazendo com que se atenda as especificidades dessa parcela da população enfrentando “a discriminação e a exclusão, que agrava a situação dessas pessoas, além de fomentar o vício em drogas, o que as leva à viver nas ruas e passar fome.” e também tornando o SUAS mais conhecido dentro da comunidade e do ativismo LGBTQ+. (Associação da Parada do Orgulho LGBTQ, 2023)

Ou seja, historicamente a política de assistência social pouco olhou para as demandas específicas da população LGBTQ+ centrando-se principalmente em famílias cisheteronormativas com filhos ao mesmo tempo que a comunidade LGBTQ+ também assume no material da Parada de 2023 pouco acúmulo de discussão especificamente sobre o SUAS.

Conforme dados apresentados no primeiro capítulo, no relatório pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporâneo sobre o mapeamento de pessoas trans, chama a atenção que 20% das pessoas afirmaram já terem sofrido violência verbal nos serviços de assistência social.

4.1.1 Experiência pessoal

Ao compartilhar meu tema de pesquisa, obtive alguns relatos dentro e fora dos muros da PUC uma amiga de graduação, por exemplo, que hoje trabalha em um CREAS do Oeste Paulista compartilhou que ao ter contato com meu tema de pesquisa voltou-se aos prontuários em seu CREAS e concluiu que não havia nenhuma pessoa LGBTQ+ referenciada, sendo necessárias ações de divulgação do serviço e de aproximação da comunidade.

Em 2022, no dia do evento em comemoração do Dia do/da Assistente Social, em São Bernardo do Campo, Abigail Torres ao realizar uma palestra para trabalhadores da política de Assistência Social fez um breve comentário de que a comunidade LGBTQ+ não reconhecia a política de assistência social como uma política protetiva garantidora de direitos.

Ao partilhar meu tema de pesquisa em um NEPIencontro, lembro-me de outro

compartilhamento sobre a vivência de uma pós graduanda em um CREAS do Estado de São Paulo que presenciou uma situação em que uma usuária foi selecionada para trabalhar em um programa de "Emprego apoiado", e entendendo-se que dentre os equipamentos públicos, a política de assistência social teria mais arcabouço e proximidade com a discussão trans, encaminharam essa usuária, uma mulher trans para trabalhar no CREAS. Ao chegar no CREAS, um profissional passa a demonstrar interesse por ela e flertar com ela com a intenção de conquistá-la. E sim, ela chegou a corresponder. Porém, depois foi revelado que tudo consistia em uma aposta entre dois trabalhadores de que um deles conseguiria "conquistá-la", objetificando-a, sem a menor consideração por ela e pelos seus sentimentos. Dessa forma, uma política social que deveria garantir a segurança do convívio (dentre outras seguranças) fomentando a autoconfiança, o autorrespeito e a estima social, como afirma Abigail Torres (2013), seus trabalhadores estavam proporcionando seu oposto: humilhação e sofrimento. Essa experiência cruel partilha e aponta o despreparo e a perversidade de alguns profissionais que compõem nosso suposto sistema de proteção social, apontando que ao mesmo tempo que ele tem potência protetiva, pode ter uma face perversa transfóbica e violadora de direitos.

Outra Nepiana relatou que uma amiga pessoal que mora em uma pequena cidade no noroeste paulista mesmo passando por inúmeras dificuldades (tanto financeira quanto de vínculos e inúmeras situações de transfobia) opta por não buscar o CRAS buscando resguardar-se de olhares preconceituosos e de posicionamentos conservadores das profissionais que ali atuam. Uma terceira nepiana compartilhou em outro encontro que no CRAS em que trabalha a técnica de nível médio que trabalha na recepção ao atender uma mulher trans não soube como preencher a ficha e a entregou sem preencher o campo "nome".

Na disciplina de Política de Assistência Social, um aluno não binário apontou a falta de referência de outros profissionais trans e travestis atuando em serviços e pensando essa política. Essa ausência trouxe insegurança em seu processo de afirmação de gênero enquanto fazia estágio em um CRAS.

Ou seja, ao longo do percurso acadêmico pude ouvir diversas experiências que demonstraram o quanto a política de assistência social necessita avançar para garantir o atendimento e também para acolher profissionais LGBTI+.

Em março de 2023 pude ministrar uma palestra na “Jornada de Estudos, Pesquisas e Publicações na área da Assistência Social, com o tema "População LGBTQ+ e a política de assistência social: Proteção ou Desproteção Social?" promovida pela ESPASO (Espaço Público do Aprender Social) ao lado de Neno Rosa. A atividade foi destinada para trabalhadores do SUAS da cidade de São Paulo. No início da oficina apresentamos as diferenças entre orientação sexual, identidade de gênero, sexo biológico e expressão de gênero. A lâmina que no planejamento duraria 5, 10 min ocupou praticamente metade da oficina com inúmeras dúvidas das pessoas participantes dentre elas “Se nasceu como uma menina e se identifica como menino, é mulher trans ou homem trans?” Ao mesmo tempo, pode-se perceber no *chat* outros relatos de trabalhadores compartilhando experiências no atendimento à pessoas LGBTQ+ nos mais diversos serviços de proteção básica e especial. Assim, pode-se perceber que há diferentes níveis de acúmulo sobre a temática. Ainda, verificou-se a resistência de alguns profissionais com determinados temas, dentre eles “pronomes e linguagem neutra”.

A partir desses relatos, podemos perceber que ainda estamos distantes de uma Política Nacional de Assistência Social que garanta a proteção social de pessoas LGBTQ+.

Por outro lado, durante a realização das entrevistas tive gratas surpresas com relatos que me impactaram positivamente como Jéssica e Bruno que tem trabalhado arduamente para a transformar essa política tornando-a mais diversa e também a experiência de Janaina no grupo do CREAS de São Bernardo do Campo que transformou sua relação com sua filha Pietra.

Para problematizar e discutir a política de assistência social e a temática da diversidade (orientação sexual e identidade de gênero), para além desse relato introdutório, o capítulo será trabalhado da seguinte forma: a) por meio da discussão de alguns conceitos da política de assistência social e as particularidades LGBTQ+, b) explorar as normativas, instrumentais e orientações do governo federal, c) utilizando dados quantitativos e d) por meio de informações qualitativas obtidas por meio das entrevistas.

4.1.2 Conceitos da política de assistência social e as particularidades LGBTQ+

A política de assistência social trabalha a partir de conceitos de território, matricialidade familiar, proteção social e outros. Apesar de já terem sido abordados no primeiro capítulo, vale a pena recuperar alguns deles para olharmos à luz da política de assistência social.

4.1.2.1 Famílias

Há em primeiro lugar ao pensar em família que não existe uma família, mas múltiplos formatos e que a comunidade LGBTI+ provoca essa ideia da família nuclear cis heteronormativa com famílias transcentradas, casamentos homoafetivos, adoções de casais LGBTI+, filhos LGBTI+. Mas esse modelo é muito mais um ideal criado do que a realidade em que há inúmeras famílias monoparentais, ou famílias matriarcais de avó, mãe e filha, famílias não sanguíneas, filhos/as/es sem registro paterno ou com abandono paterno e outros modelos.

Soares (2012) ao estudar sobre a configuração de famílias na política de assistência social faz uma importante comparação entre como aparece esse conceito na PNAS 1998 e nas NOB SUAS 2004 e posteriores. Enquanto a primeira configura família a partir da família nuclear e de laços consanguíneos ou aliança sendo um grupo doméstico que vive sobre o mesmo teto e divide as economias. Já em 2004 busca-se conceituar famílias não a partir de sua configuração incluindo a possibilidade de diferentes arranjos familiares, porém, conceitua-a a partir de suas responsabilidades protetivas de cuidado, proteção, educação, sociabilização, padrões de moral e ética. Porém ainda coloca a família como a principal responsável pelo bem estar dos seus membros e continua centrando sua atenção prioritárias nas famílias que possuem filhos, privilegiando assim as famílias cis heteronormativas.

Como pensar a matricialidade familiar, quando na maioria dos casos, a primeira violência que as pessoas LGBTI+ conhecem é a violência intrafamiliar, como exemplificado na vida de Atena e em tantos dados apresentados das pesquisas e do Disque 100? Quando grande parte das mulheres trans e travestis saem de casa ainda na pré-adolescência ou adolescência, Nas entrevistas pudemos observar de diferentes óticas esse tema.

Samara resgata que seu primeiro atendimento no Centro Pop foi de um menino gay

negro que havia sido expulso de casa por sua orientação sexual e lembra como isso a marcou. Ela traz que seu primeiro atendido no Centro Pop foi de um homem cis preto gay que foi expulso de sua casa por conta da sua orientação sexual e que sua rede extensa (avó), não conseguiu sustenta-lo por uma questão financeira:

Fooooi, foi o meu primeiro atendimento no Centro Pop foi com homem gay e ele tinha sido ele tinha saído de casa, convidado a se retirar, expulso de casa justamente por questão de orientação sexual mesmo, a mãe era evangélica e enfim ele tinha se assumido pra essa mãe e a mãe tipo aqui em casa você não fica, né? Daí ele foi ficar um tempo com a vó eh da vó não deu por conta de questão financeira mesmo e aí teve a situação de rua e aí meu primeiro atendimento no Centro Pop, e ele era um homem cis preto gay né? **E aí ali naquele momento por mais que eu ainda não tinha contato ainda com pessoas LGBT+, já fiquei, nossa, ele foi expulso de casa porque só porque é gay, né?**
(Samara, 2023).

Bruno ao me contar sobre sua trajetória acadêmica ele me conta sobre um projeto de extensão chamado Bolsa Dignidade que atendia crianças e adolescentes oriundas de unidades de acolhimento institucional no contraturno escolar e ali ele tem um encontro com Ruan:

Com um adolescente de nome R. que foi criado, por uma travesti. Ele foi abandonado pela mãe,, a mãe era uma profissional do sexo e essa mãe conhecia essa pessoa e ele passa a ser criado por essa por essa pessoa que em função da vida né, das questões precisaram ir embora do país e não conseguiram levá-lo. Então ele acaba sendo institucionalizado né? **É.. aí no cotidiano do acolhimento o R. começa a querer falar dessa mãe dessa pessoa que proveu pra ele os cuidados, né? E ele sofria um rechaço muito grande porque a equipe tratava aquilo como algo muito esdrúxulo, né? “Ela não tinha capacidade de ser mãe, como é que ela era a mãe dele?”** então, isso me causa um incômodo muito grande. Então naquele mesmo ano **meu projeto de extensão de intervenção foi sobre formação de educadores, né? É, em gênero e sexualidade pra aquela equipe (...)** por onde eu fiquei muito assim uns dois anos mais ou menos (Bruno, 2023).

Ou seja, ainda na vivência escolar, Bruno já se depara com uma realidade em um acolhimento institucional em que os profissionais não compreendiam sobre outras formas de vivências familiares e que reproduzem discursos carregados de preconceitos e moralismo, deslegitimando um importante vínculo para aquela criança. Também, identificado aquela demanda, ele realiza um projeto de formação sobre gênero e sexualidade para aquela equipe.

Ainda, Bruno aponta o desafio de olhar para essas famílias não somente como famílias

violadoras, culpabilizando-as, mas trabalhando -as para que possam exercer sua dimensão protetiva.

Ao falar sobre proteção social, Bruno coloca que:

Olha, eu acho que a primeira perspectiva da proteção social é o **reconhecimento**. Eu reconheço que essa condição esse sujeito está mais exposto, né? E que **ele precisa de muita proteção**. Então **as famílias precisam de muita proteção pra lidarem, com o fenômeno, com as características eh sociais e subjetivas que são novas**. É novo pra elas, pra elas não violarem elas precisam de proteção, elas precisam de estratégia de convivência, de cuidado, de afeto. Então você precisa prepara-las né? **Não [tornar] alvo**. Porque a história da política social brasileira é isso né? As famílias são alvo da política, não componentes da, né? E elas precisam estar preparadas para isso. Eu acho que é um pouco sobre isso assim, um pressuposto com base que é o reconhecimento. E o segundo é como proteger? Eu fico pensando nisso. Talvez (Bruno, 2023).

Nessa fala, Bruno traz um ponto importante sobre como contar com as famílias e dar ferramentas para ela não violar, sendo protegidas e apreenderem ferramentas e estratégias de convivência, de cuidado e de afeto. Nessa fala, também, Bruno reconhece o fantasma do familismo na política de assistência social.

Por meio de Sílvia, pudemos compreender uma estratégia metodológica para o fortalecimento de vínculos fragilizados:

Eu digo, não tenha medo de falar o que você está sentindo, o que você está pensando. Esse é o lugar seguro pra você falar, pra cometer seus deslizes e a gente te dá quem sabe a gente possa te dar uma orientação. Porque às vezes com um pouquinho mais de caminhada que a gente já tem, a gente pode colaborar pra diminuir o sofrimento dessa mãe, mas quando elas fazem falas bem preconceituosas a gente traz perguntas. Perguntas. Eu nunca entro assim: “você está errada porque o conceito diz isso ou algum autor fala aquilo, não.” Então assim, quando ela fala uma coisa muito preconceituosa, eu faço uma pergunta em cima pra fazer ela raciocinar e ela mesma perceber. Aí ela vai respondendo e ela sozinha diz: nossa tô sendo preconceituosa, né? Então isso faz com que o grupo seja muito acolhedor porque a pessoa entra, às vezes, com medo de cometer um erro e ela percebe que a gente acolhe tudo (Sílvia, 2023).

Porque sempre na conversa as mães começam muito falando da cria, e eu vou indo, eu vou deixando contar muita coisa, mas chega uma hora que eu começo a dizer assim, mas e você? Então eu começo a fazer a mãe olhar pra ela mesma, porque ela tá sempre assim: ah ele optou por fazer isso porque ele teve influência não sei o que, ah ele não tá ele, ele, ele, ela, ela, ela. Eu digo, mas e você o que tá te impedindo de abraçar a tua cria? (...)O que tá te impedindo então, vamos olhar pra você. Aí olhar para o teu sentimento e valorizar o teu sentimento, então eu valorizo essa mãe. Vamos parar de olhar lá, vamos olhar você agora. Aí, a partir do momento que eu valorizo ela e que eu falo: olha, esse teu sentimento é válido enquanto mãe. Porque

essa mãe, ela tá pensando: é minha culpa, é minha responsabilidade, eu falhei. Ela traz isso. O que a sociedade vai falar, né? Porque a gente quer apresentar filhos bem sucedidos na sociedade. Foi assim que ensinaram pra gente (...) Quando a gente começa a acessar isso nessa mãe, com leveza e simplicidade. E ela vai “é mesmo, né? O que que eu tô fazendo?” Aí ela parou para assimilar. Em todas as conversas que eu tenho, no final eu quero um gesto concreto (Silvia, 2023).

Porque eu penso que é isso, você faz o encontro para entrar num processo, pra digerir mas você tem que estar buscando a evolução. Sem ficar cristalizado naquelas crenças iniciais. É preciso romper com os preconceitos e quebrar mesmo. Pra poder então expandir. Funciona muito bem (Silvia, 2023).

E com Janaina como um trabalho do CREAS possibilita a aceitação e o fortalecimento desse papel protetivo familiar de sua filha Pietra:

Eu tive um filho chamado [nome de registro], não Pietra. Eu vim com ele, fui frequentando, frequentando, depois fui abrindo a mente que a escolha é dela, não é minha. Ela tem que aceitar, mesmo que a gente não tenha que aceitar, mas a gente tem que ir, porque se dentro da sua casa você não tem aquela liberdade, se você não apoiar você, mãe, pai, não apoiar O..o sexualismo do seu filho, quem vai apoiar lá fora não vai apoiar lá fora. Vai ser pior. (...)Então, abriu o mundo. Esse grupo abriu muito a minha mente. (...)Meu papel agora é apoiar (Janaina, 2023).

Joycee traz alguns pontos importantes sobre família, como ser mãe de dois filhos. seu compromisso com eles (ainda que no momento principalmente financeiro):

Então tipo assim eu também quero ser mãe, porque né? Junção de mãe e pai, né? (Joycee, 2023).

Então assim eh dos 600,00 eu devolvo 400,00 [para meus filhos] durante um mês, por isso que eu não tenho condições financeiras pra tomar altas atitudes, assim, né? (Joycee, 2023).

E também sobre sua relação com suas irmãs, com a possibilidade de reaproximação desde que elas compreendem-a como Joycee:

Até que há um mês atrás, minha irmã caçula foi lá no albergue me conhecer, conhecer a irmã foi quando ela prometeu que ia se esforçar para me entender como mulher e me chamar de irmã. A mais velha ainda não, ela vai pegar meus dados com a caçula agora e aquela coisa toda.(...) Exatamente [está no processo de reaproximação] porque eu não tenho questão de uma reaproximação só quero que ela me entenda que o garoto não existe mais (Joycee, 2023).

Já Karen, traz uma outra situação: e quando os/as usuários/as já foram tão machucados por sua família nuclear que apresentam resistência no restabelecimento de vínculos?

Desse número que eu te falei [de todas as pessoas atendidas pela Casa Miga] eh todos eles sofreram algum tipo de violência eh intrafamiliar. Então seja ela psicológica, verbal, eh física, sexual (Karen, 2023).

Eh nosso assistente social esse semestre tentou implementar a questão da eh de você estar reestabelecendo seus vínculos familiares né? E eu assisti com ele eu falei eu acho que isso não vai dar certo porque né? As as violências vem da família, né? (...)Então acho que isso não vai dar certo, não vai dar certo, mas ele insistiu um pouco e achei com os nossos que estão aqui hoje pelo menos, né? Foram muito resistentes quanto a isso então eh eles não gostam de participar muito de rodas de conversas com com temas assim sabe? (Karen, 2023).

Neno em sua trajetória pontua a admiração por sua mãe e avó. Ao mesmo tempo pontua a dificuldade de sua mãe compreende-lo primeiramente como mulher lésbica e posteriormente como não-binarie. Em sua fala coloca como ele e sua mãe possuem uma relação de parceria, mas como ao mesmo tempo há assuntos da qual ele não toca com a sua mãe e o fato que até hoje sua mãe o trata pelo nome e sexo atribuído no nascimento:

E dentro da minha particularidade, eu sempre fui muito parceiro da minha mãe, e mesmo com todos os percalços, eu tenho um privilégio muito grande dela escolher sempre me amar, e por isso, tentar me "entender ". Mas todo esse local foi muito construído com diálogos, com a presença e convívio dela com pessoas trans do meu ciclo de amizades etc. Até hoje minha mãe não me chama pelo meu nome, não me trata no masculino... e mesmo sendo super parceiros, ela não sabe que me retifiquei, não sabe de vários processos... pq não sinto que ela está aberta pra isso, e mais que isso, sinto que tenho que resolver tudo pra ela, antes de resolver pra mim (Neno, 2023).

Por meio do relato de Silvia e Janaína é possível perceber como a LGBTI+fobia atinge não somente as pessoas LGBTI+ mas também famílias que decidem por permanecer com seus filhos/as e serem protetivos, e não repressivos e punitivos, evidenciando uma cobrança social do papel da família na educação cisheteronormativa:

Ah, eu já sofri porque as pessoas falam pra mim não, mas você teve o [nome de registro], Você não teve Pietra, seu filho, se chama [nome de registro]. Tem muitas pessoas que ainda fala pra mim, não, não é pra aceitar o nome Pietra, é pra aceitar João Victor, eu digo não, mas é o que ele quer ser Pietra. As pessoas já me falaram uma vez, eu fiquei chateada, eu falei, mas ele quer ser o do jeito que ele é (Janaina, 2023).

Ainda, Janaina me contou, que foi culpada pelo pai da Pietra por ela ter se tornado a Pietra:

Às vezes o pai dele me julgou, sabe, o pai dele a depois que aconteceu esse tipo de ele está sendo de vez em quando ele fica doente. Que é dele mesmo, o psicológico dele põe pra fora, então aí outra vez fui conversar com o pai dele, o pai dele falou que a culpa era minha porque eu criei o meu filho (Janaina, 2023).

Não, porque eles se reuniram, foram até uma catequista que era coordenadora e pediram pra me tirar porque eu seria uma má influência, né? Eh sendo que eu não ia pra igreja com símbolos da diversidade, eu ainda não era militante. Eu não ia com símbolo nenhum, eu só falei para umas pessoas amigas que a minha filha ia ter o direito de ter uma namorada e ia ter o direito de conviver socialmente com a gente, mas isso deixou eles com muito medo. Eles acharam que eu seria uma má influência para os jovens e eu senti esse clima, ninguém vinha de fato falar pra mim, mas você sente quando o clima vai ficando hostil né? As pessoas fundamentalistas são especialistas em fazer quem é diferente se sentir mal. Aí quando nós vimos que não dava mais, a gente foi se retirando devagar de uma atividade ou outra que a gente fazia. (...)aí eu vi que no mês seguinte quando era a minha monitoria eles não me deram a monitoria. No mês seguinte que era de novo a minha monitoria, eles tinham outra desculpa e não me deram o espaço da monitoria. Em dois meses seguidos, no terceiro mês eu fui no grupo e falei olha eu estou percebendo que vocês estão diferentes, desde que a Júlia foi no grupo e falei o que eu senti. Então claramente vocês já sabem quem ela é vocês não estão mais permitindo que eu dê formação, eu senti isso. Coloquei todas as minhas desconfiças sobre as atitudes deles. Ninguém respondeu um A pra mim. Nada! Passou uma semana e falei “bem pelo que eu entendi encerramos aqui, né?” Tá, vou sair do grupo e ninguém falou nada. (...)Não, nem um mínimo respeito, uma mínima resposta, nada. Nenhuma satisfação. Ninguém falou comigo. E aí então a gente falou, olha, é hora de sair. Não tem porque a gente ficar ali e a gente saiu (Silvia, 2023).

Bob nos traz a reflexão sobre violência patrimonial e psicológica de pais em relação a filhos LGBTI+:

Tem casos de o menino faz faculdade, mora longe dos pais, aí se assume no meio da faculdade. Aí eu por exemplo, não falo pra ninguém se assumir enquanto depende financeiramente dos pais. [Porque] Se assume financeiramente aí o pai para de dar dinheiro pro filho. Só paga a mensalidade. Aí paga o aluguel, e aí esse caso que eu estou te falando Mari, são alguns tá? O menino faz uma universidade privada numa outra cidade ou a menina conta pra família e aí a família paga o aluguel da casa onde mora ou da pensão divide quarto sei lá, paga a mensalidade ou quando a universidade pública dá, paga o dinheiro do RU e tal e aí quando a pessoa se assume o pai e a mãe só pagam as despesas. Não paga nem mais comida pra essa pessoa,

entendeu? Como se fosse um tipo de pressão psicológica. Como é que, o que eu posso dizer que ela foi? Ela foi? É, ela e aí como que protege? Como que como que garante isso assim? Não? É muito complicado assim, é muito difícil assim (Bob, 2023).

Dependendo da situação, é possível o desmembramento de um único código familiar no cadastro único para dois, ainda que se morem na mesma casa, se houver vivência de violência psicológica/patrimonial e a garantia de acesso a renda para a vítima da violência? São reflexões que são necessárias a nível federal para aprimoramento da proteção social às pessoas LGBTI+.

Para tanto, a fala de Bob talvez nos traga uma solução que evite a permanência em situações de violência ou a ida para a rua que é: um benefício de transferência de renda para pessoas LGBTI+ em situação de violência.

Faz-se necessária uma leitura habilidosa do profissional sobre a possibilidade de fortalecimento de vínculos intrafamiliares ou a necessidade de ruptura e fortalecimento de outros vínculos, seja com a família extensa, seja de amizades e/ou vínculos comunitários.

Ainda, rememoro no evento realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Criança e Adolescente - com Ênfase no Sistema de Garantia de Direitos (NCA) em que Anabella (2023) afirmou em sua pesquisa sobre adoção que não há dados e nos instrumentais e prática profissional não é perguntado para as famílias adotantes sobre a possibilidades de crianças LGBTI+ ou como a família lidaria caso a criança se identificasse como LGBTI+ posteriormente.

Santos, Freitas e Ceará-Silva (2019) problematizam no artigo: "Violência conjugal lésbica: relatos de assistentes sociais que atendem mulheres na cidade de Niterói" pontua os desafios de mulheres lésbicas que sofrem violência doméstica, sendo necessário "sair duas vezes do armário", a primeira em relação à orientação sexual, a segunda em relação a violência sofrida. E por conta disso inúmeras mulheres acabam ocultando o fato dessa violência.

Ou seja, ao falar sobre famílias e pessoas LGBTI+ há inúmeras possibilidades de situações a serem exploradas e discutidas com inúmeras particularidades, que não se esgotam neste item, mostrando assim que não há uma família ou uma situação mas inúmeras que

chegam à nossa política de assistência social e que os/as profissionais devem estar capacitados para prestarem atendimento.

4.1.2.2 Ciclos de vida

A política de assistência desde a Constituição de 1988 dá atenção específica aos períodos do ciclo de vida em que as pessoas necessitam de maior atenção e cuidado: infância, adolescência e a velhice. Historicamente quem se responsabiliza por esses cuidados são as famílias e em sua ausência a sociedade e o Estado. Apesar de possuir o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Pessoa Idosa, em ambos não há menção de especificidades LGBTI+.

Como já visto em relatos de Atena e Bruno, nem sempre as famílias são protetoras mas violadoras quando se trata de crianças LGBTI+. Porém, como Bruno relata, em sua experiência na faculdade ao se deparar com o SAICA e como Ruan estava sendo tratado no acolhimento, pontua como diversos acolhimentos não estão preparados para atender crianças LGBTI+. Frangie Iskandar (2015), ao fazer uma pesquisa em SAICAS em Curitiba pontua como apesar da “boa vontade” de cuidados dos profissionais em tratar as crianças e adolescentes LGBTI+ como “normais como as outras” esses não observaram as especificidades delas e as invisibilizam quando não há necessidade de lidar com elas. Reforça-se ainda a expressão e a reprodução de comportamento ditos “masculinos” por esses meninos no comportamento, vestuário e atitudes para evitar situações de violência, discriminação e culpabilização. Pontou-se necessidade de formação (requerida por diversos profissionais) e parceria de rede com outros serviços e profissionais qualificados.

Karen pontua, por exemplo, como apresentado no capítulo passado que adolescentes buscam o serviço da Casa Miga mas ela não pode acolhê-los, notificando o conselho tutelar. Alguns participam das atividades de média complexidade apesar de seu receio sobre os temas tratados. O adolescente mais novo que procurou o serviço possuía apenas catorze anos.

Em nossa pesquisa, infelizmente, nenhuma pessoa idosa foi entrevistada. Porém, na fala da Joycee, ela aponta a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho ocasionado pela

transfobia e pelo etarismo, apresentando assim uma dupla barreira para reintegração ao mercado de trabalho. Portanto, para tal discussão nos apoiaremos em alguns artigos e falas de pessoas que possuem maior proximidade com o tema:

Torelli, Bessi e Graeffi em “Preconceito contra pessoa idosa LGBTQIA+ em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI): uma revisão de escopo”, de 2023, pontua que foram poucos os estudos realizados sobre o tema, inclusive no ambiente internacional. Aponta tendência de pessoas LGBTI+ “retornarem ao armário” ou “não saírem dele”, o receio de pessoas LGBT+ que envelhecem de irem para ILPIS por considerarem-as heteronormativas e assim terem o receio de má qualidade de atendimento ou de sofrerem discriminação, medo de isolamento e insegurança. Também identificou-se que a família, profissionais das ILPIS e os residentes são potenciais agentes de preconceito, discriminação, ações intolerantes e hostis. Nas ILPIS há relatos de guetificação de pessoas LGBTI+ ou de coloca-los com pessoas com demência para que não reclamem de suas presenças, discriminação ou separação de parceiros de longa data, também foi encontrado nos estudos a presença LGBTIfobia por parte de profissionais e outros residentes das ILPIS (Torelli, Bessi e Graeffi, 2023).

Vale pontuar que as crenças religiosas de instituições filantrópicas que possuem ILPIS também são propagadas e sustentadas pelos profissionais que ali trabalham. Por outro lado a ausência de profissionais capacitados, de protocolos de atendimento para pessoas LGBTI+, de profissionais LGBTI+ e a ausência de ILPIS específicas para pessoas LGBTI+ (apesar de não haver consenso sobre o tema pois ao mesmo tempo que pode ser um lugar de proteção e afeto pode também aumentar a guetificação), itens fundamentais para melhor acolhimento das pessoas LGBTI+ nas ILPIS. E pontua em sua tese (2023) como sugestões e recomendações a reformulação de formulários de identificação, adaptação de espaços, banheiros plurais, privacidade de quartos a casais e capacitações internas nas ILPIS. Já no Relatório produzido pelo Longevidade, há importantes reflexões e registros de trajetórias de vida de pessoas LGBTI+ de Belo Horizonte. Com relação às ILPIS:

[...] Como é que o asilo vai acolher pessoas trans, se o asilo não dá oportunidade de trabalho para uma pessoa trans?! No seu quadro de trabalho não tem uma pessoa trans. [...] Para inserir uma mulher travesti, uma transexual em um asilo, primeiro os asilos têm que contratar pessoas trans para trabalharem nesses espaços. Se o asilo

não tem funcionário trans, é porque o asilo não sabe lidar com identidade de gênero. Se o asilo tem um funcionário trans e uma funcionária trans, é porque ele está apto a lidar com isso. Então, não adianta eu mandar travesti para o asilo, se o asilo não contrata uma trans para trabalhar. Então, você vai morrer lá, de tanta violência, de tantas risadas da sua imagem de idosa, está entendendo?! (Travesti, parda, heterossexual, entre 60 e 64 anos) (Nicoli *et al*, 2023, p.140).

Ainda, no relatório do Longeviver consta que das pessoas entrevistadas quatro delas foram discriminadas e recusadas em ILPIs e 7 pessoas sofreram violência ou discriminação em espaços públicos como INSS, CRAS ou CREAS. Conforme dados do Disque 100 em 2022 foram relatadas 45 denúncias de LGBTfobia em ILPIS.

Ainda no relatório do Longeviver, as pessoas entrevistadas pontuaram a necessidade de haver centros de convivência para idosos LGBTI+ em Belo Horizonte e a reflexão de que a prática de cuidados é voltada para pessoas cisheteronormativas retirando as pessoas LGBTI+ de receberem cuidados em várias dimensões sociais, sendo necessário, quando idosos negociarem esses cuidados.

Ou seja, há um despreparo tanto de familiares quanto institucional para agirem de forma protetiva tanto com as crianças, adolescentes e idosos LGBTI+

4.1.2.3 Território

Desde a NOB SUAS 2004, as pessoas atendidas são relacionadas a seus territórios, sendo a lógica territorial utilizada nos serviços, mas também na vigilância socioassistencial. Utiliza-se a lógica territorial macro (País, Estado e municípios, esses últimos de diferentes portes) e da lógica micro, a partir de bairros e territórios onde a vida ocorre no cotidiano. Na lógica de organização dos municípios é utilizada como uma variável para financiamento e cálculo de quantidade de equipamentos a partir da classificação dos municípios por porte populacional. É a partir dos territórios vivos e territórios vividos que se pensou as situações de risco e violações de direitos e as particularidades de cada local, além da necessidade de capilarização dos serviços. Assim a política de assistência social aborda também a questão do território desde o lugar de produção e reprodução da vida cotidiana com potencialidades e fragilidades

A dimensão território a partir da vivência LGBTI+ foi bastante falada no capítulo I, mas pode também ser exemplificada na fala de Bob de como a mesma rua pode ter riscos diferentes para pessoas diferentes:

Por exemplo, pessoas bissexuais que estão em relacionamentos com pessoas do gênero oposto, né? Eu vou usar um jeito errado de explicar, mas só pra entender. Pessoas bissexuais que estão em relacionamento, abre aspas, heterossexuais fecha aspas então um homem com uma mulher cis. Os dois são desse. Eles vão viver o risco de uma maneira diferente. Você entende? . Porque todo mundo vai olhar pra ele e vai falar o casal hétero. Então eles vivenciaram riscos soci... Eles não vão, eles não vão correr riscos de apanhar na rua. (...) Oh. É a é a mesma rua é a mesma rua à noite. Eu e meu marido andamos de mãos dadas. Duas mulheres não. Na mesma noite, mesmo corpo. É como joga a teoria da percepção, né? Eu nunca tive medo de sofrer estupro corretivo. Eu nem sei o que é isso, eu sei porque eu estudo, porque eu leio, porque eu lido com gente. Mas você entende que eu não sei o que é eu ando, eu ando na rua de mão dada com meu marido com medo de receber a lampadada, xingamento, agressão física. Agora ser estuprado eu e meu marido a gente nunca sentiu. Quando a gente anda de mão dada em um lugar que a gente sente medo o medo não é ser estuprado. Vê entende o que eu quero dizer? Uma mulher, bissexual, uma travesti sofre o medo de sofrer tudo o que eu sofro, apanhar a lâmpada e também sofrer o estupro, percebe? Sim. Então com certeza, com certeza o homem cis gay tá num topo ali de e aí muda, né? A A. não tem a opção de não ser percebido. A minha filha vai ser percebida o tempo inteiro. O corpo dela sozinha ou acompanhado é o corpo., passível de vulnerabilidade não existe uma rua segura pra A., a menos que ela performe o que ela não seja. Aí é uma negociação que custa o quê? Custa ela, né? Porque aí ela não está sendo ela. Você entende? Então, com certeza com certeza com certeza (Bob, 2023).

Nessa fala, Bob aborda pontos que explicitam o que foi escrito no capítulo I, sobre território, hierarquia social. Assim, contraditoriamente, o mesmo território pode não ofertar risco ou apresentar risco mínimo para um corpo (em geral cishetero branco masculino) e ao mesmo tempo apresentar risco de estupro ou morte para outros corpos.

Bruno, por sua vez, ao falar sobre seu trabalho em Contagem e em Belo Horizonte relata o não reconhecimento e a necessidade dos CRAS reconhecerem as mulheres trans e travestis em situação de prostituição como público da política de assistência social e pertencentes àquele território. Também em sua experiência fala sobre a rua como espaço para ser quem se deseja ser e ser desejado por outras pessoas. Ou seja, as vivências em espaços inclusive de vulnerabilidade podem ser permeadas também por possibilidades e potencialidades. Rai comenta ainda sobre o direito conquistado recentemente das pessoas trans de estarem na rua, direito conquistado há mais ou menos 10 anos, pois anteriormente eram assassinadas antes mesmo de chegarem à situação de rua. Santos, Martinelli (2019)

pontuam apoiadas em Silva, Bezerra e Queiroz que a rua em diversas situações é lugar de acolhida, aceitação e transformação do corpo oferecendo um nova rede de apoio a partir da experiência comum de vulnerabilidade, sendo um lugar de sociabilidade em que circulam durante o dia e trabalham durante a noite. Ou seja, há uma convergência da fala e experiência de Bruno com as pontuações de Santos e Martinelli.

Ainda, ao falar sobre território Santos e Martinelli, (2019) pontuam que não é raro ocorrer quando ocorre a exteriorização e a expressão do gênero do qual se identifica ocorrer também desenraizamento da pessoa transgênero do território onde foi conhecida pelo seu sexo biológico numa tentativa de apagar seu passado, buscando assim um êxodo para o anonimato. Assim, pensando que diversos benefícios ou serviços possuem como pré requisito tempo de moradia no município, as pessoas trans por fazerem esse êxodo acabam sendo excluídas ainda que estejam em situação de vulnerabilidade.

Já Jéssica, ao me contar sobre sua experiência no CRAS, fala sobre sua inquietação:

E aí ficava muito inquieta, muito inquieta lá no CRAS porque a política de assistência social ela é a política porta aberta. É uma política de porta aberta. E a gente que está na ponta né? Enquanto profissionais a gente passa a conhecer os territórios e aqui em Cabedelo a gente dividia os territórios em sete e eu ficava com quatro e nos territórios que eu era que eu era responsável eu ficava me perguntando né? **Onde estava as mulheres em situação de violência, que elas não chegam até o CRAS. Onde está a população LGBT quando no Brasil a gente está discutindo isso fervorosamente? Né?** (Jessica, 2023).

Jéssica também faz uma provocação em seus cursos sobre: onde está a população LGBTI+ no seu território? Não tem ou ela não chega?

Bruno compartilhou que foi trabalhar na gestão da pauta de diversidade, em Contagem, e como a partir dessa experiência se aproximou da política de assistência social. Esse território possui, como uma de suas características, ser cortada por grandes rodovias, sendo também pontos de maior prostituição. E no trabalho de mapear a casa onde as meninas moravam ele se aproxima da temática sobre assistência social e população LGBTI+:

Contagem é um município que por ter a questão industrial é cortada por grandes rodovias, então a Fernão Dias, é, a 040, a via expressa né, grandes canais de escoamento passam pelo território. **Então obviamente são pontos em que tem maior prostituição. E aí a gente começou um trabalho junto com a Universidade Federal de Minas Gerais de mapear as casas que essas meninas moravam. Aonde elas estavam localizadas, e aí foi quando a gente, quando eu**

me aproximei da temática de assistência social relacionada à população LGBT (Bruno, 2023).

E ele prossegue contando dessa realidade e do trabalho intersetorial:

E aí o que que acontecia? A gente tinha por exemplo uma casa na região do ressaca que tinha uma média de quarenta e cinco a cinquenta meninas né? Vindas de todos os lugares do país: Recife... a maioria do Nordeste, né? **E a maioria sem documentação. Sem documentação.** E aí, o que que acontecia? **Eu chamava o CRAS pra conversar. Falava assim olha no território de vocês tem uma casa né? Que moram pessoas com esse perfil tananã, tananã, tananã. Então eu acho que você precisa desenvolver alguma estratégia ali. De documentação, de acesso à direitos, do Bolsa Família. Eh de convivência** que tinha isso, né, a questão da convivência, elas convivem mais entre elas e tal, e **o CRAS ele é resistente porque o CRAS não entendeu o que elas pertenciam ao território.** Entende? (Bruno, 2023).

Assim, não somente com a política de assistência social, mas também a saúde, era necessário uma constante interlocução:

Então assim, acabou que se tornou um público que não atende a outras políticas que não fossem da política de diversidade. Então foi mais um encontro assim com a política de assistência (Bruno, 2023).

Ou seja, um dos trabalhos protetivos da Pasta da Diversidade era de fazer com os serviços fossem protetivos, e não violadores, de direitos da população LGBTI+. A experiência no programa “BH de mãos dadas contra a AIDS” em Belo Horizonte, Bruno aponta que não foi diferente:

Porque nós tínhamos, em Belo Horizonte tem um grande fluxo, né, uma média de quatro mil e quinhentas mulheres em trabalho, eh remuneradas sexualmente e muitas casas, muitas casas. **Essas casas elas não entravam no mapeamento territorial da assistência né? Era uma coisa tipo assim pra ir no CREAS tinha que ser com o redutor acompanhando né?** e por elas estarem de longe né, de outras idades e tal. **Então tem uma dificuldade muito grande de acesso assim né?** (Bruno, 2023).

Assim, enquanto Jéssica se perguntava onde estava a população LGBTI+ em outros lugares, aquelas pessoas não eram reconhecidas como público para ser atendido na política de assistência social.

O fato de alguns grupos de pessoas não chegarem ao CRAS, o não acesso já é um sinalizador, seja de barreira invisível, seja de falta de informação ou falta de reconhecimento daquele serviço como compositor da rede de proteção. E também há um desconhecimento dos territórios e do que há e de quem habita nesses territórios, suas demandas e que como

apontado acima há demandas para a política de assistência social.

Rai (Casa Neon Cunha, 2023) fala no documentário sobre a Casa Neon Cunha de como há barreiras visíveis e invisíveis que afastam as pessoas LGBTI+ em situação de vulnerabilidade dos serviços públicos, havendo inúmeros não lugares que as colocam como não bem vindas. Não conseguem adentrar os serviços públicos por violências e preconceitos (ditas e não ditas).

Bob relata casos em que a identidade de gênero não foi respeitada, principalmente pessoas que estavam no início do seu processo de afirmação de gênero:

Eu tenho boas experiências geralmente em grandes centros, região metropolitana de Belo Horizonte. Eu lembro de um caso, mas eu tenho, tenho pessoas, principalmente pessoas trans que não são respeitadas em seus nomes sociais. Quando é uma pessoa trans é sempre uma questão assim. Geralmente porque as pessoas, todas que eu atendo são pessoas que não fizeram uma transição. Então você olha pra Erika Hilton, você vê uma travesti, né? Você vê. Eu tenho uma filha do coração, que é a A., né? No início da transmissão da A., ninguém olhou pra A. Não? As pessoas viam uma pessoa de cabelo curto, de barba, elas vêem uma pessoa que tinha uma fisionomia, um jeito de ser no mundo, né que era lido como masculino. Então se a A chega numa né num lugar falar assim, eu sou o A, pessoal dava uma estranhada, né? (...) Então sim eu já tive experiências de pessoas trans não tiveram seus pronomes respeitados, já tive experiência inclusive é de uma pessoa que chegou pra mim dizendo que o atendente ou a atendente não lembro quem era a pessoa e falou assim, ah vem aqui, deixa eu te mostrar um negócio, aí mostrou caixa de doação, tipo de doação de comida, né? E falou, isso aqui vai pra uma família que tem cinco filhos, que a mãe tá não sei o que, não sei o que, isso aqui vai pra um não sei o que, que o pai tá internado, não sei o que, não sei o que, isso aqui não sei o que, não sei o que aí o profissional do do CRAS, né? Acho que acho que era CRAS, não era CREAS. Falou assim, não é que aqui a gente lida com problema real, viu? Pode voltar pra casa dos seus pais e resolver sua picuinha de família. Então eu lembro desse caso assim que foi tipo interior do Maranhão (Bob, 2023).

Na fala do Bob há também uma questão sobre territórios, ou portes populacionais, em que cidades de grande porte e/ou metrópoles em sua experiência de acompanhamento tem um atendimento mais qualificado para pessoas LGBTI+ do que cidades mais interioranas.

Ou seja, pensar em território na Política de Assistência Social com olhar direcionado para pessoas LGBTI+ é nos questionar onde elas estão? Conhecemos onde elas moram, trabalham e transitam em nossos territórios? Chegamos nesses lugares? Quais são os locais e horários protetivos e ameaçadores? Reconhecemos-as/os como usuários/as da nossa política? Nossos profissionais reproduzem o conservadorismo em seus atendimentos?

4.1.2.4 Padrões de relação

Qual a principal entrega da política de assistência social? Bruno ainda faz uma ressalva sobre como a assistência social ainda não conseguiu superar o lugar do benefício “A assistência é muito no lugar do benefício. Né? Então o benefício ele toma um lugar muito grande né da política, mas ele tem um apelo importante que é o apelo do serviço.” (Bruno, 2023). E faz a defesa de que a principal entrega da assistência social é uma entrega de padrões de relação:

E qual é a entrega do ser.. eu tenho o José Cruz fala muito isso e eu concordo com ele. **Qual é a entrega da assistência social? Ela é uma entrega relacional, né? Ela é uma entrega de padrões de relação. Porque ninguém bate na porta de um CRAS, né? Nenhum pai, nem uma mãe, nenhum, ninguém e fala assim bom dia, boa tarde, eu estupro meu filho, né? Então a gente precisa e tem uma coisa né? A pandemia ela particularizou os atendimentos socioassistenciais, né? (Bruno, 2023).**

E exemplifica:

Então eu acho que isso a gente inclusive tá discutindo agora com o Banco Mundial, né? Numa missão da Zâmbia, a Zâmbia **vem ao Brasil para conhecer a nossa estratégia de proteção e de prevenção à violência em que a gente vai chamar a equipe do Ceapa de Belo Horizonte, porque eles eles têm grupos reflexivos com homens, né?** Com homens agressores. Aí você tem toda uma estrutura né? Que trabalha a questão da vítima que é muito importante proteger né? Mas e esse homem? E esse homem, né? O machismo afeta os homens. Ele, não sei se a gente pode dizer que os homens são vítimas do machismo que eu acho que é o forçar um pouco a barra. Mas eu acho que nós somos, né? Como homens relegados a práticas machistas pela estrutura social. Somos educados dessa forma né? Eh e é interessante ouvindo a gestora do programa dizer que olha, **essa relação de violência que esse homem estabelece pra essa mulher é a mesma que ele estabelece com a mãe, com a irmã, com a empregada, com a faxineira, com a secretária dele, com a colega de trabalho, né? Então é tudo um é um pulo de questões. não adianta você fazer um grupo de mulheres que sofreram violência, né? Que vão voltar para seus maridos, eles vão voltar pros seus companheiros. Não tenhamos ilusões, eu costumo dizer que na violência tem afeto. E tem. Então eu prefiro viver com um tapa na cara do que viver sozinho. Porque pelo menos o tapa na cara me faz sentir algo. Mesmo que seja a dor, né?** E essas mulheres trazem esse relato. Ah, ele não me bate, mas ele coloca as coisas dentro de casa. Ah não ele me bate pois ele é um bom pai. Né? **Então que padrões de relacionamento também a gente pode estabelecer aí né, com essas mulheres e esses homens agressores, né? Ou e que foram agredidos também né, que foram obrigados a ter a primeira relação sexual muito jovens, pelos pais, né? Foram abusados, tudo isso é muito intenso. Acho que tem uma intensidade muito grande assim (Bruno, 2023).**

Janaina, em sua entrevista, evidencia como sua vivência no CREAS foi fundamental para mudar seu padrão de relação com sua filha. Porém, por outro lado, ao retomar o item experiência de vida com as narrativas compartilhadas comigo ao longo da trajetória acadêmica me pergunto: até que ponto os CRAS, CREAS, CENTRO POP, SCFV e outros serviços tem realmente alcançado e conseguido estabelecer novos padrões de relação para pessoas LGBTI+, suas famílias e seu território?

4.1.2.5 Risco, vulnerabilidade e violência

Considerando que os conceitos de risco, vulnerabilidade e violência permeiam a política de assistência social, pergunto nas entrevistas como os entrevistados compreendiam que o grupo LGBTI+ dialogava com os conceitos de risco, vulnerabilidade e violência. Em diversas respostas esses conceitos extrapolaram a política de assistência social, mas envolveram também riscos de saúde e outras.

Para Bruno, o risco, a vulnerabilidade e as violências são constantes. Historicamente há uma vivência da sexualidade de forma clandestina, envolvendo assim riscos e vulnerabilidades. Assim, há carências que para serem atendidas acabam sendo negociadas e que diversas vezes envolve violências, riscos de ISTs e outras situações de “provas de amor”:

Olha assim primeiro que **risco, vulnerabilidade e violência são constantes em nossas vidas**. E estou terminando de ler Paraíso das Maravilhas que eu acho que é uma boa indicação de leitura do Luiz Morando, é, e **historicamente a gente sempre viveu a nossa sexualidade de maneira muito clandestina né? Então era nos guetos, nos inclusive, o Paraíso das Maravilhas contam a importância dos parques da nossa sociabilidade né? E então assim a ideia do risco ela é premente né? Tanto é que a taxa de jovens de quinze a vinte e nove anos, que se infectam com a com HIV, cresceu 700% dos últimos dez anos, né?** E por que que ela cresce? Ela não só cresce pela desinformação. Ah, o menino tem informação? Não, ele tem dados, né? Ele tem.. Você precisa ter um processo de elaboração disso, de né? **Mas porque a vivência é clandestina. E existem carências. Existem carências que são ali no processo de afeto que são negociadas. Então vamos sem, né? Então prove que me ama, é...a violação patrimonial, né? E então eu acredito que o risco ele é o tempo todo assim, né? É um risco o tempo todo assim, a ponto de você fazer uma escolha de não querer se relacionar (Bruno, 2023).**

Ainda complementa como o risco de vivência de LGBTfobia é constante, perverso, e traz um componente de culpa, inclusive em situações em que as pessoas LGBTI+ precisam ser protegidas ou são inocentes mas que são culpabilizadas e penalizadas.

Porque é isso **o tempo todo tem algum risco que você pode correr, é, enfim, então acho que o risco ele é perverso porque ele traz um componente de culpa.** Ou seja, você está correndo um risco porque você tem esse comportamento né, e você não tem... eu mesmo passei por situações de risco né, **em que eu fui levado pra delegacia com o meu companheiro numa situação de violência e nós é que saímos de lá culpados.** Não civilmente, mas verbalmente ‘Olha, se vocês não estivessem lá essa hora fazendo isso não teria acontecido’. Então acho que tem uma revitimização o tempo todo desse lugar assim apesar que.. de achar que muda mas não muda tanto não, porque eu acho que ao mesmo tempo que nós avançamos o conservadorismo avançou(..) (Bruno, 2023).

Bruno compara os assassinatos das pessoas trans no Brasil com a pena de morte existente em mais de 80 países no mundo:

E quando eu vejo os dados de morte por exemplo de pessoas trans é uma morte violenta, né? É o membro arrancado, é o olho furado, é o, é um extermínio assim, né? E aí a Bento⁶¹ que é uma autora que eu gosto mais vai dizer olha é o extermínio do meu desejo eu não dou conta tanto disso em mim que eu preciso matar no outro, né (...)(Bruno, 2023).

Bruno traz ainda um relato e conta que ao perder um amigo assassinado, foi culpado pela mãe desse amigo:

Eu me lembro quando comecei a militância, nós éramos em três jovens. E um deles né? O A. está bem e tudo mas um deles conheceu um cara né numa cidade e a gente foi se empoderando participando de grupo e tal então ele sentiu necessidade assim de abrir a vida né de contar e tal e esse parceiro não aceitou. E esse parceiro não aceitou e o matou. Ele foi morto com uma..um pedaço de um bloco assim, uma coisa assim. É, eu lembro que o nosso.. era em Vespasiano assim e nós fomos até lá no velório, né? E a mãe, ela, **assim a culpa é nossa, né?** (Bruno, 2023).

E traz outro exemplo:

Como teve o caso de P. de Montes Claros que foi assassinado, né? E a gente, a família disse que não queria a investigação porque eles eram de uma família influente e isso ia expor a família no território de origem então assim é tudo muito permeado por esses né? Enfim preconceitos né? (Bruno, 2023).

Já, quando pergunto para Atena, ela me diz:

⁶¹ Berenice Bento

Aí eu vejo assim, é meio di..difícil, né? A nossa situação, pra quem já mora já na calçada, a **gente fica mais eh eh vulnerável na rua, até porque tem pessoas que aceitam, tem outros que não aceita, tem uns que querem bater essa gente, né?** Então fica uma coisa mais difícil, né, de aceitar (Atena, 2023).

Ou seja, viver em situação de rua, apresentada por Rai (Casa Neon Cunha, 2023) como um território conquistado pela população trans, é permeada por diversas situações de risco de violência ou até risco de vida. Além da situação de risco de apanhar por LGBTfobia há ainda a dificuldade de descanso adequado, de proteção às intempéries do tempo, acesso a higiene básica, a alimentação e outras situações que colocam-as em extrema desproteção. Atena, por exemplo, sobrevive “mangueando” na rua, ou seja, do pajubá, pedindo esmola.

Já para Bob, ele me responde a pergunta iniciando sua fala sobre o risco e proteção à saúde:

Eu acho que a gente teria que dividir essas letras. Risco, vulnerabilidade e violência. Violência. Eu acho que depende da letra. O grupo T é muito cuidadoso. Sabe o que é um risco, sabe o que é uma vulnerabilidade e sabe o que é uma violência, se preocupa com isso, mitigar o risco, mitigar o dano, se esforça pra perceber estratégias de sobrevivência, de vencer, de superação, o grupo ter, né? As pessoas trans, travestis, transexuais, transgêneros, elas elas são pessoas que tem uma compreensão do que é o risco. Uma mulher travesti que está fazendo sexo desprotegido, falando de risco, né? Falando é uma mulher travesti que tem plena consciência do que ela está fazendo porque ela está fazendo, de como ela está fazendo, né? É diferente de uma gay, um homem cis gay que eu não eu não sabia. Entende o que eu quero dizer? E agora falando de risco social, socioeconômico, né? Então que lugares da rua vão acessar, que horários vão, que horários vão estar, em que locais da rua e da cidade pra ocupar, que horas eu compro o meu pão aí fazendo uma metáfora bíblica com a com a mulher do poço, né? Do tanque de Betesda Não, tanque de não, a mulher do poço, né? (Bob, 2023).

Completo: “A mulher samaritana” (Hanashiro, 2023). Bob então prossegue:

Que Jesus fala me dá água e ela fala, dá água, então acho que tem uma questão assim de que as pessoas sabem o local que elas têm que ir buscar água. Elas sabem o horário que elas têm que lidar com risco, com a vulnerabilidade e com a violência. O próprio atende à vulnerabilidade uma das outras, sabe? Com as pessoas trans é diferente de como com as pessoas G, homens cis gays assim. Uma pessoa trans pode ser gay também, mas eu estou me separando, né? Uma pessoa cis-gay ela depende da classe social dela, da cor da pele dela. Ela vai a gente vai falar toda semana “usa a camisinha”, toda semana vai ser um “aí mas é que” ainda romantiza. Ah, mas é o frenezi da aventura. Vou pegar HIV ou não. Eu falo pô mano. 2023, sabe? Então isso é uma coisa ruim assim. Por exemplo, eu não tenho nada contra você ir na sauna, numa balada, na dark room até vou inclusive assim às vezes assim. Mas há uma série de cuidados que você tem nesses locais que entendeu? É. Que o pessoal não tem assim. E aí depois agora no mesmo no estado de São Paulo fazendo surto de gonorreia. De novo entre quem? Homens gays. Entende? (Bob, 2023).

Essa fala acima, dialoga com a de Bruno, quando ele fala da sociedade vivida historicamente na clandestinidade e como ainda hoje as carências e necessidade de afeto para serem supridas precisam ser negociadas. Mas na leitura de Bob há uma diferença de comportamento e consciência dos riscos dos quais vale ou não arriscar em cada um dos grupos que fazem parte da comunidade LGBTI+.

Bob prossegue, falando das mulheres lésbicas:

Então eu acho que teremos que separar mulheres lésbicas lidam com vulnerabilidade e com risco, mulheres cislésbicas, né? De uma maneira que é, faz o como? Porque a camisinha vaginal, ela não é uma camisinha vaginal para duas vaginas, ela é uma camisinha para o pênis. Então, como você vai falar de risco agora falando de saúde, né? Depois eu falo de segurança. Como você fala de risco e de sexo protegido com duas mulheres que têm vulva? E aí é de fato, elas pegam o filme plástico que não aguenta, não foi preparado pra aguentar fricção, sacanagem, né? Isso, aí depois vai falar o que? Não se protegeu? Aí depois, enfim, tem uma série de questões (Bob, 2023).

Nessa fala de Bob ele traz a tona um problema de saúde pública muito sério, pois como se falar de prevenção a ISTs quando em 2023 ainda não foi pensado em uma forma de proteção adequada para relações sexuais entre mulheres.

Então passa a falar sobre risco social e aponta que o risco de violência está ligado tanto a performance, quanto ao local que ocupa na hierarquização social, quanto na forma de interação nas relações sociais e ao território:

(...)Mas risco social, né? Socioeconômico, assim. A mulher lésbica, ela tem uma tendência às ser extremamente excelente em tudo, mulheres, de uma forma geral, né. Mas a mulher lésbica ela tem uma tendência, inclusive, a aceitar violências no ambiente de trabalho, por exemplo. A não ser tão feminista. Porque dentro dos espaços a sexualidade dela vai ser jogada contra, nas minhas experiências de aconselhamento de atendimento, né. Então, por exemplo, falando de vulnerabilidade. Homem gay se coloca como prioridade sempre. Sempre é sobre ele. Primeiro. Porque ele já sofreu demais, ó, tadinho. Isso, de fato, sofreu, né? LGBTfobia, homofobia é ruim também, sabe? Mas eu acho que as letras mudam muito. A bissexualidade permite, eles sofrem de bifobia. Às vezes, da própria comunidade LGBT, mas eles têm vulnerabilidades e riscos de uma maneira ou outra. E portanto eles performam. É lógico, uma pessoa bissexual que tá num relacionamento com uma pessoa do mesmo gênero, homem com homem, dois homens bis, eles vão ser lidos como um casal gay.. E aí eles tomam risco de uma vulnerabilidade que esses mesmos dois homens enfrentam relacionamentos com mulheres. Então, depende da letra, depende muito da letra, depende muito da cor da pele, depende muito de que cidade a gente tá falando. Ser LGBT em São Paulo, capital é ótimo. Principalmente se você mora em Santa Cecília, Augusta, eh ali, Bela Vista..Nossa, eh eu e eu tava falando isso pro meu marido, a gente, a gente veio pra Curitiba passar o fim de semana agora, a gente tinha esquecido, como é ter medo de

andar com andar de mão andando na rua. Porque em São Paulo a gente não tem medo, aqui em Curitiba em alguns lugares tem medo. Perto da nossa casa de madrugada a gente não anda de mão nada. Eu e meu marido. E a gente esqueceu porque em Guarulhos, em São Paulo, a gente só não pensa. Você entende o meu ponto?. Então eu acho que é muito complexo pra estabelecer um padrão assim. Agora, das coisas que eu tenho pra dizer, homens cisgêneros, homossexuais, homens gays, lidam com a palavra risco, violência, vulnerabilidade, de uma maneira muito menos responsável, pra não dizer irresponsável, eu vou dizer menos responsável do que L, T e B. Totalmente. Tenho certeza disso. Eu reconheço de longe o meu privilégio (Bob, 2023).

Bob evidencia que mães de homens gays se sensibilizam em geral mais do que mães de lésbicas, trans e bissexuais.

Assim, Oh. Eu vou dizer não só de risco, mas inclusive de sensibilização. É.. mães de homens gays geralmente são as mães pela diversidade. Você tem pra cada pra cada uma mãe de trans pra cada uma mãe de lésbica, a cada uma mãe de bissexual, você vai ter umas cinco mães de homens gays. Porque o é mais fácil ter dó, até a comoção da causa, ela é mais fácil pro homem gay. Sim, ela é mais fácil. Minha mãe não teve que lidar com meu nome, o meu novo gênero, com me ver vestido de mulher, né? Então, pra minha mãe, cê entende meu ponto assim? Com certeza, homem cis gays estão, estão dentro da LGBTfobia, eu sofri, não tô falando que eu não sofri, entendeu? Mas a gente tá num lugar de violência, de vulnerabilidade... Vixe...O patriarcado ainda tá a favor desses homens. É. O machismo ainda está a favor desses nomes, né? (Bob, 2023).

É nessa fala que Bob cita sobre como diferentes corpos, ainda que todos LGBTI+ estão em diferentes situações de risco no mesmo território, transitando na mesma rua. E prossegue.

Assim, exemplifica como os corpos transitam e também como sofrem diferentes tipos de ameaças à violências conforme o lugar que ocupam nessa hierarquia social. E ainda traz a evidência que além da identidade sexual ou do gênero há outros elementos que influencia nessa hierarquização social, como raça/etnia e gênero:

O homem negro e aí tem as interseccionalidadess, que não é o ponto agora, mas o homem negro e a mulher branca tem questões em alguns tipos específicos de violência de opressão para o homem negro vão ser diferentes daquelas para uma mulher branca lésbica, né? Então enfim varia depende né? (...)Acho que assim lógico estou falando de vulnerabilidade, mercado de trabalho, né? Homens gays negros têm menos oportunidade que mulheres lésbicas brancas. O chefe que já é o chefe já é LGBTfóbico mas pra fase final do processo seletivo foi só a lésbica branca e o homem negro gay. Ele provavelmente vai contratar uma mulher lésbica branca. Daí tem recorte racial ali. Mas enfim sim. A experiência é totalmente diferente (Bob, 2023).

Ou seja, a vivência de riscos sociais depende também da relação entre corpos e os territórios vivos do qual habitam e se relacionam.

Porém, ainda que esteja em uma situação de privilégio em relação ao restante do grupo LGBTI+ ainda assim, há vivência do risco, vulnerabilidade e violência, de preconceitos e LGBTfobia:

Ah não, sim ser um homem cis muda muito já. óbvio, é óbvio é óbvio mesmo, mesmo, por exemplo no caso desse menino ele foi queimado, né, pelo pai. Mas mesmo eu e meus irmãos assim eu tive que me assumir. Meus irmãos nunca tiveram que assumir. Eu tive que lidar com o universo simbólico, subjetivo do né? De quem eu sou meus irmãos não tiveram. **Acho que isso faz parte sim. Ainda ser homem gay ainda é difícil.** Esse menino do litoral, né? Ele foi enfim, pai dele tacou fogo nele, né? Primeiro espancou e depois tacou fogo, jogou álcool e fogo no quarto com ele dentro e ele era um homem gay. (...) eu acho que sim tem uma questão de vulnerabilidade de violência de legitimação da do acesso do meu corpo, entendeu? As pessoas sentem vontade de acessar meu corpo, porque sim porque é sim porque elas querem. Enfim. Na balada sabe que eu sou homem gay, passa a mão, bate, mesmo homens héteros, entendeu? Tipo, então sim, tem uma questão (Bob, 2023).

Pergunto para Janaína se as pessoas LGBTI+, na opinião dela, têm mais chance de sofrer com algum tipo de violência ou vulnerabilidade e ela me responde que:

Ah, acho que LGBT eles têm mais medo da violência, porque com eles são violentos mesmo, né? Que tem homem que não aceita aquele homem sem mulher? Então eles vão para cima. Como você vê muito caso que você vai ver no jornal, morre mais. É pessoa do LGBT do que é o normal. Que as pessoas não aceita quer matar e falar que é aberração, fala que fala que são Ah, é aberração que Deus não fez isso? As pessoas querem machucar quer dizer, esse é o meu medo sempre eu tive esse medo de a minha filha ir pro mundo e chegar na minha casa machucada. A gente quer, mãe, não vai aceitar isso (Janaína, 2023).

Já Silvia, quando pergunto como ela compreende que o grupo LGBTI+ dialoga com riscos, vulnerabilidades e violências, ela me responde que:

O grupo em si, como eles dialogam, gente, eles são o alvo de violência, né? Eu conheço vários grupos organizados buscando essa conscientização da sociedade. Temos aqui em Curitiba o Dignidade, que tem uma atuação muito forte, mas mesmo dentro desses grupos LGBTs também existem construções de hierarquia. Então a gente vê que mesmo nos grupos se reproduz a estrutura de uma sociedade machista. Também se reproduz. E vejo de grande importância vários grupos que a gente tem e que se tornam referências fortes de atuação e de acolhimento, também pra gente indicar pessoas. Então às vezes eu tenho uma mulher trans em determinada situação e eu tenho referência daquela pessoa, daquele grupo, que pode nos ajudar. A consciência da população LGBT de uma forma geral já é muito alta, no sentido de criar redes de proteção. Porque desde muito jovem, a pessoa LGBT já descobre que ela vai ter que buscar esses mecanismos de combate à violência (Silvia, 2023).

Ao falar sobre essas vivências de violência, ela aborda as infâncias trans e como crianças que deveriam estar brincando estão lidando com situações de LGBTfobia:

Se você pegar uma criança trans de quatro anos na escola, ela já tá vivendo as suas vulnerabilidades, desde você pensar em que banheiro essa criança vai, isso se nós tivermos falando de pai e mãe que compreendam essa criança trans. Então essa criança muito cedo já sabe das batalhas que ela vai enfrentar na vida. Nós temos aqui em Curitiba, a Maria Joaquina uma patinadora maravilhosa, ela é adolescente. Ela enfrentou situações que muitos adultos não suportariam, de ela estar pra entrar em um ringue pra uma competição e entrarem com um mandado de segurança que ela não pode competir porque é uma criança trans. Não pode competir nessa categoria. Que crueldade é essa? Então essa menina desde muito cedo aprende a ser mais forte, a superar essas violências, microviolências, não é a violência que alguém vai lá e dá um tapa na cara. Mas ela sabe da realidade e ela tem pais maravilhosos, sabe? Uma rede de proteção muito boa, uma vó maravilhosa. Mas de que forma se tem esse diálogo sobre preconceito e violência com uma menina? Gente é muito cedo, quando uma criança tinha que estar se ocupando com os brinquedos, sendo livre e feliz, despreocupada. A criança trans tem preocupação com a vida dela. Um medo real. E como que está acontecendo esse diálogo? Cheio de medos e preconceitos e com violências de todos os tipos. As pessoas LGBTs, elas muitas vezes, não são ouvidas na sociedade (Silvia, 2023).

Todas as pessoas entrevistadas, então, enxergam a LGBTfobia que coloca a população LGBTI+ em mais situações de risco que as pessoas cishetero. Das pessoas entrevistadas a maioria apontou que ainda dentro do grupo LGBTI+, as pessoas trans são as pessoas que correm mais riscos e sofrem as maiores vivências de vulnerabilidade e violências. Também, ao perguntar sobre o tema, apareceu não somente riscos e vulnerabilidades correlatas à política de assistência social, mas também sobre políticas como a saúde, educação e acesso a trabalho e renda. Trataram também em diversas entrevistas sobre a luta para existir frente aos índices de violência e assassinatos de pessoas LGBTI+. Assim, diante de tal violência o primeiro risco é de não existir, ou a maior violência é a de ser assassinado com requintes de crueldade. A violência, ela perpassa de maneira transversal em todo o cotidiano, sendo mais difícil realizar uma atividade física, ir ao mercado, permanecer na escola, acessar serviços públicos e em diversas relações a partir de percepções generalizantes, culpabilizadoras ou preconceituosas que podem contribuir que essas pessoas sejam marginalizadas e entrem em rotas de exclusão.

4.1.3 Normativas e legislações

A política de assistência social, apesar de como já apontado anteriormente não possuir menções diretas à população LGBTI+ e outras formas de família, ao longo de sua trajetória e amadurecimento foi produzindo alguns materiais e normativas, ainda que, como Jessica Juliana aponta, na maioria das vezes são desconhecidas pelos profissionais que a executam.

Na Tipificação Nacional de serviços socioassistenciais no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI) aparece nos usuários: Famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos e dentre os diferentes tipos de violações direitos, aparece o grupo: Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; e em Serviço de Acolhimento Institucional aparece na descrição do serviço: “Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.” (BRASIL, 2014, p. 46).

No II Plano Decenal de Política de Assistência Social 2016-2026 estava prevista proteção social para todas/os brasileiros/as, buscando universalizar o SUAS, respeitando a diversidade brasileira, considerando que no primeiro plano decenal buscou-se consolidar a política como direito do cidadão, construir o comando único a partir do Estado com unidade e padronização do conteúdo e da nomenclatura da rede socioassistencial, implementar o padrão básico do SUAS em todo os municípios, firmando o compromisso com o desenvolvimento social e estabelecendo diretrizes de recursos humanos do SUAS e assim, ainda que com dificuldades foi feito, tirando o Brasil do mapa da fome e implementando serviços (principalmente em CRAS) em todo o território nacional, totalizando 8 mil CRAS, esse segundo momento previa o aprimoramento do SUAS a partir das seguintes diretrizes:

- Diretriz 1. plena universalização do SUAS, tornando-o completamente acessível, com respeito à diversidade e à heterogeneidade dos indivíduos, famílias e territórios. (Brasil, 2016, p.22)
- Diretriz 2. contínuo aperfeiçoamento institucional do SUAS, respeitando a diversidade e heterogeneidade dos indivíduos, das famílias e dos territórios. (Brasil, 2016,p.25)

- Diretriz 3. plena integração dos dispositivos de segurança de renda na gestão do suas em âmbitos federal, estadual, do distrito federal e municipal. (Brasil, 2016,p.26)
- Diretriz 4. plena gestão democrática e participativa e estruturação de política de comunicação em âmbito federal, estadual, do distrito federal e municipal (Brasil, 2016,p.27)
- Diretriz 5. plena integralidade da proteção socioassistencial (Brasil, 2016,p.28)

E, dentre as diversidades a serem pensadas no SUAS estão:

Indígenas, quilombolas, ciganos, população negra e outros grupos étnico-raciais; migrantes, refugiados, população em situação de rua e outros grupos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos; gênero e população **LGBT**; ribeirinhos, pescadores, marisqueiros, comunidades de religião de matriz africana e de terreiro, e outros povos e comunidades tradicionais; geracional; presença de deficiência e/ou dependência de cuidados; pessoas retiradas da situação de tráfico de pessoas; famílias com presença de trabalho infantil; e ii. as diversidades e especificidades territoriais, tais como áreas de fronteira, de grande extensão territorial, semiárido, amazônia legal e territórios rurais. (Brasil, 2016, p.23, grifo nosso)

Dentre os dados e informações apontados sobre população LGBTI foi trazido o diagnóstico que:

Ainda de acordo com o Censo SUAS 2015, nos CREAS, um número razoável de unidades declarou possuir profissional com capacitação nos temas de violência e violação de direitos (82%) e álcool e outras drogas (77%), mas quando os temas abordam públicos específicos, os percentuais são significativamente menores: pessoa com deficiência (53%), gênero (43%), população em situação de rua (41%), população LGBT (27%), Raça e Etnia (22%) e Povos e Comunidades Tradicionais (16%). (Brasil, 2016, p.97)

E que:

O Disque 100 registrou 2964 atendimentos relativos a violações de direitos da população LGBT. É importante destacar que 53,85% das denúncias de violações a população LGBT foram devido a situações de discriminação, o que demonstra a importância da ampliação e da qualificação da rede de atendimento e de proteção social, bem como de políticas públicas para o combate ao preconceito. De acordo com a pesquisa realizada pela Transgender Europe -TGEU rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênero, entre janeiro de 2008 e março de 2014, foram registradas 604 mortes de travestis e transexuais no país, que faz do Brasil o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. (Brasil, 2016,p.118)

Assim, esses dados apontam a urgência e a necessidade de qualificação no atendimento para LGBTI+ que até então não foi uma prioridade dessa política.

Em 2018 foi feita uma importante Resolução, a Resolução Conjunta CNAS/CNCD LGBT 1/2018⁶² que estabeleceu “parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no Sistema Único da Assistência Social – SUAS” normatizando dentre as orientações:

Deve-se garantir o uso de nome social, banheiro, quartos e vestiários conforme a identidade de gênero, o reconhecimento da identidade de gênero deve ser estendida para crianças e adolescentes dialogando também com os pais e responsáveis; deve-se constar os campos de identificação para Nome Social, Orientação Sexual e Identidade de Gênero nos instrumentais de registro de atendimento, prontuários, cadastros e planos de atendimento, a vigilância socioassistencial deve coletar dados de atendimento e acompanhamento de pessoas LGBTI+ nos territórios, a proteção social básica deve garantir por meio de serviços e programas estratégias, parcerias e metodologias que previnam situações de vulnerabilidade, risco e violência, e a proteção social de média e alta complexidade devem garantir que seus serviços e programas possuam metodologia cultural e socialmente adequada às particularidades LGBTI+, os serviços devem garantir atenção especial às crianças e adolescentes LGBTI+ para a trajetória de construção de identidade trans e travestis.

Deve-se atuar conforme as diretrizes:

- I - Reconhecimento das famílias compostas por membros e/ou responsáveis LGBT, sejam os laços formalizados ou não, no eixo da Matricialidade Sociofamiliar;
- II - Prevenção e combate ao preconceito relacionado à identidade de gênero e à orientação sexual por meio da realização de atividades, campanhas e outras iniciativas de comunicação;
- III - Promoção de uma cultura de respeito e de não violência por meio de debates, oficinas e seminários que discutam as demandas da população LGBT;
- IV - Qualificação do atendimento e do acompanhamento individual e familiar por meio do fortalecimento da capacitação dos profissionais que atuam no SUAS, na

⁶² Vale pontuar que essa nota técnica foi publicada em um cenário em que já havia o crescimento do conservadorismo e do fundamentalismo religioso no Brasil, tendo a tentativa de suspensão dessa resolução por meio do PDC 1037/2018 pelo deputado Flavinho (PSC-SP) encaminhada para as As Comissões de Direitos Humanos e Minorias; Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania e arquivada em dezembro de 2019.

lógica da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS- PNEP/SUAS, para tratar da temática LGBT;

V - Realização de pesquisas e diagnósticos sobre o público LGBT;

VI - Adoção de formas de tratamento adequadas às identidades de gênero de mulheres transexuais/travestis e homens trans;

VII - Observância das particularidades das identidades LGBT na elaboração de metodologias de atendimento e acompanhamento, instrumentos de registros e cadastros. (Brasil, 2018, p.3 - 4)

Essa resolução foi amparada pela nota técnica: “Nota sobre a resolução conjunta CNAS e CNCD/LGBT Nº 1, que estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no SUAS” que traz dados sobre a LGBTIfobia, e “Parâmetros para a construção da equidade no Sistema Único De Assistência Social: A garantia dos Direitos Socioassistenciais da População LGBT” a partir de acúmulo de discussão oriunda da Tipificação Nacional, da proposta do II Plano Decenal, de diálogos no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção de Direitos da população LGBT, da denúncia de LGBTIfobia no interior dos serviços da assistência social e da solicitação dos/as trabalhadores/as de parâmetros balizadores no atendimento de pessoas LGBTI+ no SUAS.

Cartilhas e folders foram realizados pelo Ministério visando orientar, publicizar e garantir um “SUAS sem Transfobia”. Em 2017 foi feito o Folder SUAS sem Transfobia com explicação de conceitos, e o SUAS e o respeito a identidade trans, sendo:

[...] imprescindível que as unidades do SUAS enquanto garantidores de direitos respeitem as identidades de gênero e a orientação sexual das/os suas/seus usuárias/os, proporcionando a liberdade e individualidade no uso dos espaços, incorporando modos de tratamento e especificidades no acompanhamento socioassistencial, fortalecendo a autonomia e cidadania desta população (Brasil, 2017, p.04).

E devendo os profissionais respeitarem o nome social das pessoas trans.

Figura 5: Cartilha SUAS sem Transfobia



Fonte: Brasil, 2017

Foi feita a cartilha sobre a garantia de nome social para pessoas travestis e transexuais (sem ano). Esta aborda sobre o gênero ser fruto de construção social, dados sobre o disque 100 em relação a denúncias sobre Transfobia e orientações sobre o nome social e identidade de gênero

Tanto nas formas de tratamento a esse usuário/usuária no atendimento socioassistencial, quanto na inserção deste campo em seus instrumentais de atendimento, registro e monitoramento, como protocolos, fichas, cadastros, formulários, históricos, diários de campo, planos individuais, sistemas de informação e congêneres. A adoção desta postura permite a fuga de ocorrências de situações de revitimização e de preconceito institucional, em espaços que tem como principal característica a defesa, a promoção e a proteção de direitos (Brasil, 2017, p.06).

Também há o informativo sobre a inclusão do campo “Apelido/Nome Social” no Cadastro Único. E orientações sobre para qualificar a acolhida, a informação e o acompanhamento prestados às pessoas LGBT nos Equipamentos da Assistência Social:

- É importante que as trabalhadoras e os trabalhadores do SUAS garantam a utilização do Nome Social das pessoas travestis e transexuais desde a recepção e primeira acolhida nos equipamentos de assistência social. Postura que deverá ser mantida durante todo o desenvolvimento do trabalho socioassistencial.
- É necessário incluir em todos os instrumentos de registro, acompanhamento e monitoramento dos equipamentos da rede de assistência social os campos “Nome Social”, “Orientação sexual” e “Identidade de gênero”.
- O preconceito institucional, que se refere a comportamentos LGBTfóbicos, encontrados em algumas instituições pautados no medo, na aversão, no preconceito, na discriminação ou no ódio irracional dirigidos a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e a todas aquelas e aqueles que manifestem orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões heteronormativos, deverá ser evitado, denunciado e veementemente repudiado.
- A utilização do Nome Social para se referenciar as pessoas travestis e transexuais, respeitando suas autodeterminações sobre o modo de tratamento em torno de sua identidade de gênero, se refere à garantia de um direito para pessoas que historicamente vivem violações, o que pode atuar como um importante elemento para o desenvolvimento do acompanhamento socioassistencial.
- Procurar informações sobre a existência de conselhos, comitês, serviços públicos, grupos, instituições e organizações que trabalham com a temática ou que militam na causa LGBT. A articulação com estas instâncias pode potencializar o atendimento e ampliar a rede de cuidados e defesa de direitos, além de servir como parceiros para qualificação do atendimento da rede socioassistencial diante das demandas específicas da população LGBT.
- Ofereça uma escuta qualificada às pessoas LGBT que buscam o acompanhamento dos equipamentos da rede de Assistência Social. Lembre-se que este é um segmento da população que historicamente encontra-se diariamente submetida a situações de preconceito e discriminação. Ouça com atenção os relatos, procure entender os múltiplos fatores que envolvem os problemas apresentados, principalmente em relação à violência intrafamiliar que frequentemente acompanha a trajetória das pessoas LGBT, e, acima de tudo, se mantenha afastado de leituras moralistas ou de cunho religioso sobre a identidade de gênero ou orientação sexual.
- Informe sobre o acesso a benefícios, serviços e programas socioassistenciais, como o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos-SCFV e o Acesso ao Trabalho como também sobre programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.
- Em relação ao Serviço de Acolhimento, tanto nas unidades exclusivas para um gênero, quanto nas mistas, deverá ser garantido a utilização do Nome Social. Ainda, para fins de alocação dos usuários e das usuárias travestis e transexuais nos espaços destas unidades, deverá ser considerado como critério de alocação a sua identidade de gênero, como consta na publicação

do MDS “Perguntas e Respostas do Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias”.

- É importante perceber que o desafio da assistência social ao enfrentamento à violação de direitos se dá por duas frentes: A primeira voltada à provisão direta do atendimento qualificado às pessoas que sofrem violência e violações e a segunda voltada para ações que envolvem o atendimento ao usuários e também os trabalhadores do suas por meio de atividades que promovam mudanças culturais em torno dos valores que aprofundam as desigualdades e perpetuam a violência nos territórios.

- Utilizar como tema para reflexão em oficinas, seminários, debates e congêneres a questão do preconceito contra a população LGBT abordando temas como: Identidade de gênero e Orientação sexual (Brasil, S/A, p.07-09).

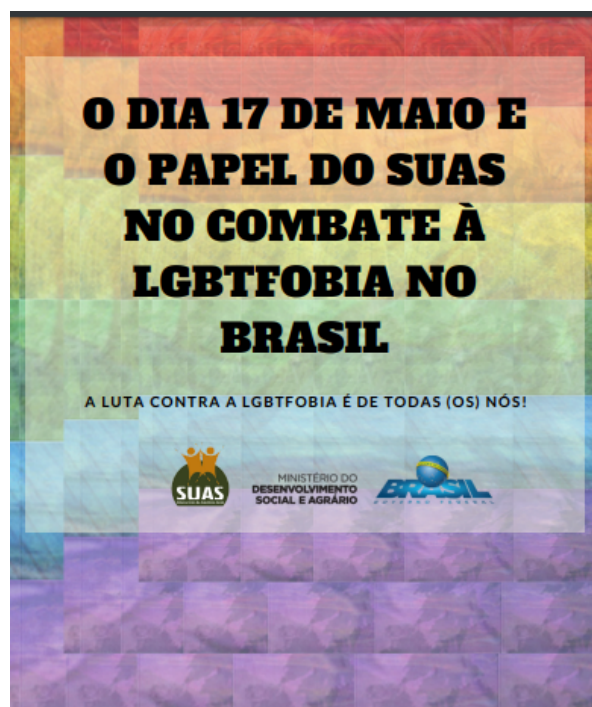
Figura 6: Cartilha: Garantia da utilização do Nome Social para pessoas travestis e transexuais.



Fonte: Brasil, s/a

Em 2020 foi feita a cartilha:

Figura 7: Cartilha “O dia 17 de maio e o papel do SUAS no combate à LGBTfobia no Brasil”



Fonte: Brasil, 2020

Com orientações sobre o que é LGBTfobia, o compromisso do SUAS de combate a LGBTIfobia, dados sobre atendimento em CRAS, CREAS e unidades de acolhimento a partir de dados do Censo SUAS, glossário de conceitos e terminologias e dicas de mobilização para o dia 17 de maio:

- Articulação com movimentos sociais LGBT para realização de Mutirão nos Equipamentos da Assistência Social e na comunidade;
- Produção de murais informativos;
- Rodas de Conversa;
- Atividades Artísticas e lúdicas;
- Cineclube;
- Realização de Palestras, Minicursos e outras atividades de capacitação (Brasil, 2020).

Apesar dos avanços legais e orientativos, ainda assim, no cotidiano encontram-se dificuldades e desafios no acesso e garantia de atendimento à população LGBTI+. Também é importante afirmar que o Brasil passou por uma gestão ultraneoliberal, conservadora e fundamentalista religiosa que defendia o gênero a partir do sexo biológico, assim, os avanços que (ainda que em um cenário conservador) vinham acontecendo até o governo Temer

cessaram. Assim, apesar da Resolução Conjunta prever a coleta de dados da vigilância socioassistencial e da adaptação de instrumentais e formulários com informações sobre identidade de gênero, orientação sexual e nome social, na prática, houve poucos avanços na questão dos instrumentos federais.

Ainda, em 2024, rompendo o silêncio sobre a pauta após todo o (des)governo Bolsonaro foi lançada a cartilha SUAS sem Transfobia em 26 de fevereiro, sinalizando uma reabertura no governo Lula para essa pauta.

Figura 8: Cartilha SUAS Sem transfobia



Fonte: Brasil, 2024

A cartilha, apesar do relevante papel político na conjuntura vivida, não aprofunda a temática, trazendo um material sucinto e com sua importância com glossário de termos e as resoluções existente, porém ainda assim se faz necessário se avançar nos conteúdos desses materiais relacionando-os com as seguranças afiançadas pelo SUAS e direitos socioassistenciais, trazendo metodologias e sugestões concretas para a atuação no cotidiano da Política de Assistência Social.

4.1.4 Formulários, instrumentais e manuais orientativos

Em artigo publicado no ENPS sintetizei em um quadro a atual situação dos instrumentais, formulários e manuais orientativos do governo federal.

Tabela 5- Análise dos instrumentais utilizados no SUAS

Instrumental	Análise
Cadastro Único	· Possui Campo “Nome Social, fundido com “Apelido”⁶³. · Há uma breve explicação sobre “Nome Social” · Há campo sobre “sexo” e conforme manual deve-se seguir o sexo jurídico a partir de documento de identificação apresentado. · Não há menção sobre “identidade de gênero” ou “orientação sexual”
RMA	· No RMA do CREAS há o campo discriminação por orientação sexual. Em observância ao manual de preenchimento do RMA, o título do item H deve contabilizar não somente de vítimas de discriminação por orientação sexual mas também por identidade de gênero. · No RMA do CRAS não menção sobre “sexo”, “identidade de gênero” ou “orientação sexual” das pessoas atendidas. O RMA do CREAS e Centro POP traça o perfil dos usuários a partir das categorias “faixa etária” e “sexo”.

⁶³ Vale apontar que inicialmente o campo “Apelido/Nome social” era somente “Apelido”. Essa alteração foi realizada em 2015, possibilitando a inserção do Nome Social. Essa alteração, como apontado acima, é fruto de luta LGBT materializado nos anais das Conferências

SISC	· No SISC há o campo “sexo” · No sistema e no manual do SISC não há menção de “Orientação Sexual” nem de “Identidade de gênero”. · Os dados dos usuários são extraídos do Cadúnico e não permitem o acréscimo dessa informação. Para a realização do cadastro provisório (de usuários que não possuem NIS) é necessário incluir dados como: Nome e Sexo, considerando somente o sexo jurídico.. · A extração de dados é automática do Cadúnico e que conforme apresentado acima, o cadastro único mistura apelido com nome social assim há uma suspeita da autora que durante o processo de extração do nome do usuário pelo SISC seja omitido o nome social e apresentado o nome de registro.

Prontuário SUAS: CRAS e CREAS	· Há a sugestão em uma observação sobre o primeiro campo “Nome da pessoa de referência na família” para utilizar o Nome social caso a pessoa manifeste interesse e solicitação, quando necessário. · Há uma breve explicação sobre nome social no manual tanto para “Nome da pessoa de referência na família” quanto para a Composição familiar · No item “sexo” há a instrução de que se preencha o sexo jurídico de cada membro familiar e sugere-se que caso seja necessário registrar informações sobre identidade de gênero e orientação sexual dos usuários realizar a anotação em outra página (03), privilegiando a informação sexo jurídico em detrimento de identidade de gênero. · Há uma nota sobre diversidade sexual, a importância do cuidado com esse tema no acompanhamento familiar e que os profissionais de referência devem estar preparados para atender o(a) usuário(a) e trabalhar essas questões em reforçar a discriminação e o preconceito. · Em convivência familiar e comunitária há o item “A família, ou algum de seus membros foi/é vítima de ameaças ou de discriminação na comunidade onde reside?” com um destaque de que nesse item a equipe de referência deve identificar no território famílias ou indivíduos com vivência de diversos tipos de discriminação, dentre elas a por gênero ou orientação sexual. E que essa informação é fundamental para desenvolver ações de superação de preconceitos e também para a superação de situações de ameaças ou discriminações vividas no território. · No item “situações de violência e violação de direitos” ao pontuar famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, cita-se a discriminação em decorrência da orientação sexual com uma definição de discriminação em decorrência da orientação sexual.

Prontuário SUAS para acolhimento de crianças e adolescentes	· No campo “Cadastro de Usuário” para além do campo Nome há também o campo Nome Social e para além de Sexo há o campo “Gênero”, “Orientação Sexual” e “Identidade de Gênero”. · Orienta-se que no campo “nome de registro” deve-se registrar o nome de nascimento, em “nome social” o campo deve ser declarado pela pessoa atendida refletindo sua expressão de gênero em contraposição ao seu nome de registro civil e que uma vez declarado o nome social a pessoa deve ser assim chamada. · Em “Sexo”, deve-se preencher as opções feminino ou masculino de acordo com o registro civil. Já o campo “gênero” possui a orientação de ser um campo a ser perguntado se a pessoa atendida deseja declarar seu gênero e que o conceito busca distinguir a dimensão biológica da dimensão sociocultural e da realidade social. · Em “Orientação Sexual” deve-se perguntar se a pessoa atendida quer declarar sua orientação sexual e há a explicação no manual que esse termo refere-se a atração afetiva e/ou sexual de uma pessoa para com outra. · “Identidade de gênero”, um campo também declaratório. Conceitua-se que a dimensão da identidade diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social. · A máscara inicial da Unidade de Acolhimento apresenta os campos “Nome” e “Sexo”, não apresentando nem nome social nem identidade de gênero, invisibilizando as pessoas que rompem com a cisgeneridade.

CENSO SUAS	· No questionário de CRAS, ao levantar o volume mensal de pessoas em atendimentos coletivos no PAIF trabalha-se na caracterização e quantificação do público a partir lógica de idade e sexo. Há a pergunta sobre ações ou estratégias de potencial preventivo e informativo que o CRAS participa ou realiza e dentre as opções há a “Campanha de enfrentamento à discriminação e à intolerância às diversidades (de gênero, racial/étnica, de orientação sexual e identidade de gênero, de condições de deficiência, de religião ou crença, etc.)” . · Nos questionários de CRAS e Centro de Convivência há questões que buscam levantar dados sobre o atendimento à Transexuais /transgênero /travestis /lésbicas /gays /bissexuais/ intersexuais. · No questionário do CREAS há o campo que busca diagnosticar se o CREAS via PAEFI ofertou o atendimento à pessoas vítimas de Discriminação/violência em decorrência da orientação sexual e/ou identidade de gênero nos últimos 12 meses. Também em ações e atividades realizadas pelos profissionais, busca-se saber se como elas foram desenvolvidas para alguns públicos, dentre elas População LGBT, assim verificar-se-á o uso de metodologias específicas, articulação com Organizações/movimentos sociais, conselhos de direitos, utilização de nome social, dentre outros; · No de Centro Pop há questão sobre quais públicos foram atendidos pelo Serviço nos últimos 12 meses, dentre eles a população LGBTI e se nesse mesmo período os profissionais do Centro Pop participaram de alguma capacitação sobre diversas temáticas, dentre elas População LGBT, orientação sexual e identidade de gênero; · Nos acolhimentos há levantamento de pessoas acolhidas a partir do perfil de idade e sexo. Dentre as pessoas acolhidas há levantamento dentre outras especificidades, somente de pessoas Travesti, Transexual e Transgênero não levantando informações sobre orientação sexual homo ou bi afetiva.

	Nos outros questionários não há menção sobre identidade de gênero ou orientação sexual Em todos os questionários, ao traçar o perfil dos trabalhadores dessa política, não há qualquer menção de nome social, orientação sexual ou identidade de gênero trabalhando a partir dos campos Nome e Sexo.

Fonte: Hanashiro, 2023.

Tabela 6- Análise dos instrumentais do Cadsuas

CadSUAS	Possui somente campo de nome e sexo, não possuindo campo para nome social nem orientação sexual ou identidade de gênero

Fonte: Elaboração Própria, 2024.

No RMA do CREAS e do Centro Pop, percebe-se a utilização prioritária da categoria “sexo” em relação a “identidade de gênero” dificultando assim o registro de atendimento à essa população que consequente impacta no planejamento (como por exemplo, a demanda de camas em acolhimentos, tendo em vista que neles deve ser respeitada a identidade de gênero).

O Cadsuas vale utilizar para problematizar que hoje é falado (ainda que minimamente) sobre os direitos/os das/os usuárias/os LGBTI+ mas não é falado dos direitos das/os trabalhadores. Assim, em tempos em que há a integração de múltiplos sistemas como Receita Federal, GOV.BR e outros sistemas da política de assistência social, complexifica-se ainda mais e consolida-se a violência institucional pois o/a trabalhador/a não pode utilizar sua identidade de gênero ou nome social se não estiver retificado pois o sistema realiza o cruzamento de nome, RG e CPF com outros sistemas. Assim, ainda que se deva utilizar o nome social, constantemente nos sistemas e documentos emitidos ainda se constará e ficará em evidência o nome morto /nome de registro, sendo assim algo agressivo e violento contra esse/a trabalhador/a. E ainda que tenha ocorrido a retificação, após a primeira inserção de dados, itens como nome e sexo não são permitidos livre atualização, sendo necessária maior burocracia para a mudança. Deve-se assim problematizar e visibilizar essa discussão incluindo não somente os/as usuários/as mas também daqueles que trabalham nela

(Hanashiro, 2023).

Já em referência ao Prontuário SUAS de CRAS e CREAS, a falta de visibilidade para itens como retificação de nome social, acesso à saúde para a população trans e intersexo relacionados a assuntos como transição, hormonização e/ou cirurgia de redesignação ou encaminhamento para retificação de nome/identidade de gênero. Por outro lado há destaques para o cadastro único, acesso a benefícios e equipamentos da política de assistência social (CRAS, CREAS, SCFV, outras unidades de Proteção Social Especial) e também serviços de saúde, inclusive, possuindo destaque em item específico destinado para serviços de outras políticas sociais, incluindo o acesso de órteses e próteses para pessoas com deficiência, geração de renda, microcrédito, tarifa social de energia elétrica etc.

Ao analisar o “Censo SUAS, nos questionários de CRAS, Centro de Convivência, CREAS, Centro Pop e acolhimento, existe a busca por coleta dados sobre o atendimento à população LGBTQIA+, ainda que, contraditoriamente, em outro momento trabalhe com quantidade e perfil de pessoas atendidas a partir do campo “sexo” (Hanashiro, 2023, p.12).

Pergunto a Jessica, sobre sua opinião em relação a adequação que o Cadastro Único realizou inserindo junto do campo Apelido a opção de colocar nome social. E se essa inserção foi o suficiente para adequar o cadastro único:

Então, eu tenho algumas opiniões, né? Em relação a isso. Eh inclusive recentemente eu tava discutindo com com uma das assessoras do MDS que são responsáveis pelo Cadastro Único né? A gente teve né? A grata sorte de ter elas aqui na Paraíba um dia desses e e discutindo pro Cad SUAS, né? E aí eu fui lá e lancei, lancei a polêmica lá no meio do plenário com todos os municípios presentes, né? Falando dessa incompatibilidade ainda da ficha do Cadastro Único com as realidades. Porque por exemplo um debate sobre populações tradicionais específicas eu creio que está avançando muito né? No âmbito do do governo federal, no âmbito do governo estadual a gente já faz isso há muito tempo no entanto quando a gente vai pras questões de gênero é uma confusão pessoal confunde nome social com apelido até hoje e às vezes eu digo nesse tom bem irônico sabe? Bem irônico mesmo pessoal os municípios eu faço direto quando eu vou dar capacitação no nos municípios que uma das capacitações que eu dou sempre todos os anos pras equipes técnicas é sobre gênero e sexualidade também. Eh a gente a gente avançou ano anos luz em ter em em termos de nomenclaturas a gente tem uma secretaria específica na na estrutura organizacional do governo e a gente ainda trata nome social como se fosse apelido e não é (Jessica, 2023).

Assim, considerando que o Cadastro único é utilizado como uma das bases de dados, talvez a principal para diagnóstico e planejamento da política de assistência social:

a fusão do campo “nome social/apelido” e a ausência dos campos “identidade de gênero” e “orientação sexual” constitui em uma enorme dificuldade de realizar pesquisas qualitativas e quantitativas sobre a população LGBTQIA+ impossibilitando muitas vezes a realização de diagnósticos e planejamentos que são funções da vigilância socioassistencial (Hanashiro, 2023, p. 12).

Vale pontuar que no sistema de dados do Cadastro Único o campo “sexo” não é permitido alterar após a primeira inserção das informações, tornando burocrático e difícil a atualização das informações ainda que a pessoa tenha feito a retificação de seus documentos. E, também que o Cadastro Único é utilizado para outros sistemas interligados como Prontuário SUAS e SISC, assim a ausência de campos qualificados para identidade de gênero ou nome social refletem também em informações desqualificadas em outros sistemas.

Jéssica prossegue e fala sobre a necessidade de instrumentais adequados que retratam melhor a realidade das pessoas:

E aí eu acho que o que os que quando a gente lida agora a gente já entrando num assunto de instrumentais técnicos por exemplo no serviço social mas não somente mas falo do serviço social porque é a nossa casa, né? A gente ainda não avançou muito em outras políticas públicas, porque lá no Centro de Referência tem um instrumental que eles utilizam é maravilhoso. Vai desde as condições socioeconômicas, familiares, culturais, sociais até como que a pessoa se identifica. Né? Então eu acho que não basta somente o campo do nome social e se eu disse pra menina lá do MDS, eu acho que a gente peca muito quando a gente não..não identifica as pessoas por por identidade de gênero e por orientação sexual também não é? (Jessica, 2023).

E prossegue:

Eu acho assim que um instrumental ele tem que refletir aquilo que você quer ele tem que refletir no objetivo e tem que ter uma finalidade. Então se eu trabalho em um espaço que é porta aberta de assistência social então no mínimo eu tenho que ter um instrumental que reflita aquela realidade ou que me dê subsídios ou que me dê aberturas pra descrever sobre as realidades que possam existir. Então eu sempre eu sempre bato muito nessa tecla dos instrumentais né? Recentemente inclusive eu fiz um curso de instrumentos técnicos no serviço social, tô dando aula sobre isso também agora, né? Porque eu acho que a gente peca muito no registro. Eu acho que a profissão em si de serviço social ela tem muita dificuldade ainda né? Em sistematizar a nossa prática e a gente tem um pouquinho de dificuldade também em colher dados. Então eu acho que isso tudo tem a ver com com com aquilo que a gente utiliza enquanto instrumental também, o que que a gente quer colher? O que que a gente quer o que que a gente quer que aquela realidade nos responda não é? Então eu acho que por exemplo nos campos de orientação sexual e identidade de gênero. Pra que que a gente ainda tem tanto medo de colocar isso né? De colocar essa informação de transformar isso em um dado? Que eu sempre digo pra minha equipe, eu digo gente até aquilo até aquilo que não chegar pra gente enquanto o número, enquanto, enquanto objetividade até isso é um dado. A falta de dados é um dado. (...) Mas que muitas vezes eles pareçam longos, extensos mas eu acho

importante da gente obter assim a integralidade das informações sobre quem é o nosso público usuário e se a gente não e se a gente não pergunta identidade de gênero e orientação sexual a gente não está trabalhando com integralidade (Jessica, 2023).

Ainda aponta uma resistência e dificuldade dos/as profissionais em realizar perguntas sobre identidade de gênero/orientação sexual:

E uma das e um dos debates que o pessoal mais faz e aí eu digo isso por conta das informações que eu que eu faço pros municípios é de dizer: “mas a gente se sente constrangido em perguntar”. “E às vezes quando a gente está visitando quando ...quando a gente está visitando uma família por exemplo pra cadastrar o Cadastro Único. Às vezes a mãe não sabe que o menino é gay. E ela vai omitir isso na ficha porque ela é a RF é a responsável familiar.” Então assim eu acho que que nem a gente vai pra um pra uma pra um ataque realmente dizer não tem que botar que tem que não sei o que não sei o quê, mas a gente também não pode se restringir a essa questão do da vergonha do profissional perguntar né? (...)Mas eu tenho essa, eu tenho essa percepção, sabe? De que ainda é muito difícil pra gente introduzir os campos de orientação sexual e identidade de gênero nas políticas públicas (Jessica, 2023).

Ou seja, ao avaliar os principais formulários e sistemas, em minha avaliação:

Constatou-se que ainda é priorizado o sexo biológico/jurídico e que não foi inserido campos com a devida atenção para nome social, identidade de gênero e orientação sexual na maioria dos instrumentais. Os formulários e manuais mais completos hoje são os Prontuários SUAS e ainda assim, necessitam problematizações/aprimoramentos. Constata-se também que formulários e manuais mais recentes passaram a tangenciar e abordar a temática, ainda que seja necessário alguns ajustes. Vale também apontar que todos os instrumentais utilizam-se em sexo das opções binárias “Masculino” e “Feminino” invisibilizando pessoas intersexo. Além disso, mesmo em alguns instrumentais que possui os campos de Nome Social, Identidade de Gênero e Orientação Sexual esses dados tornam-se dados secundários, sendo colocado em locais de maior destaque Nome e Sexo jurídico. A omissão desses campos pode incorrer em planejamentos e atendimentos equivocados ou a chamar a pessoa atendida pelo nome de registro e não pelo seu nome social, cometendo-se assim uma violência (Hanashiro, 2023, p.11-12).

Assim, ainda que o II Plano Decenal de assistência social esteja em vigor desde 2016, a Resolução Conjunta desde 2019, e diversas solicitação de adequação de instrumentais nas Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis E Transexuais em 2023 ainda estamos muito distantes do ideal, evidenciando que apesar de pequenas mudanças nesses documentos a cisheteronormatividade e o marcador “sexo” ainda estão em completa evidência.

4.1.5 Dados sobre atendimento da população LGBTI+ no SUAS

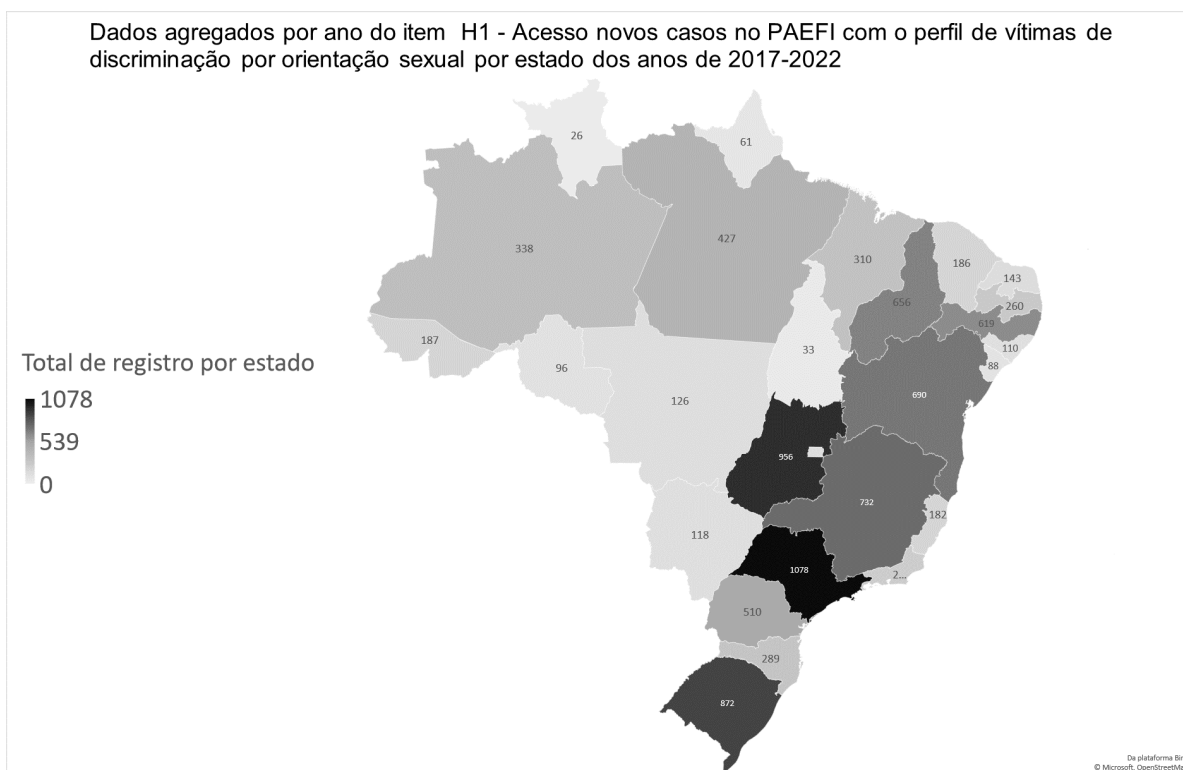
Ao verificar os dados de atendimento de novas pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual [e identidade de gênero] no RMA de 2017-2022 na tabela 7 e no gráfico 6, foi possível constatar que o ano que mais houve registro de novos casos foi em 2019, com 1821 casos registrados. Os estados com maior quantidade de registro de novos casos com esse perfil foram São Paulo, Goiás e Rio Grande do Sul com 1078, 956 e 872 respectivamente. Já os estados com menos registros foram Roraima, Tocantins, Amapá e Sergipe com 26, 33, 61 e 88, respectivamente.

Chama-se atenção ao comparar com dados dos observatórios do Disque 100 e Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ para a ausência da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, nos primeiros lugares do ranking de registros ficando em 4º, 5º e 14º lugar respectivamente. Também ao comparar o volume de atendimentos do SUAS, com o volume de atendimentos no disk 100, no SUAS houveram 1698 atendimentos, já no disk 100 constaram mais de 20.000 denúncias e dessas, 131.996 foram realizadas por amigos, parentes, pessoas com vínculos amorosos ou que já possuíram vínculos amorosos e pessoas que residem ou já residiram na mesma casa. Ainda que o SUAS não tenha o papel de investigador, cabe o questionamento sobre qual o diálogo entre os órgãos investigadores e punitivos e a política protetiva da assistência social?

Tabela 7: Total de registros de acessos de casos no PAEFI com o perfil de vítimas de discriminação por orientação sexual no período de 2018-2022

Total de registros de acesso novos casos no PAEFI com o perfil de vítimas de discriminação por orientação sexual de 2017-2022							
Estado/UF	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total Geral
Não há dados do Estado	14	10	8	6	2	9	49
BR-AC	27	31	38	27	15	49	187
BR-AL	26	15	27	12	14	16	110
BR-AM	84	101	59	29	36	29	338
BR-AP	20	12	4	3	11	11	61
BR-BA	121	95	124	63	145	142	690
BR-CE	39	40	36	25	27	19	186
BR-DF	1	12	15	13	40	40	121
BR-ES	18	53	20	32	30	29	182
BR-GO	201	109	184	135	107	220	956
BR-MA	75	45	58	37	39	56	310
BR-MG	116	96	95	90	142	193	732
BR-MS	23	14	25	12	19	25	118
BR-MT	34	10	35	16	25	6	126
BR-PA	70	53	94	68	80	62	427
BR-PB	75	43	22	22	71	27	260
BR-PE	149	131	104	65	82	88	619
BR-PI	126	190	132	58	93	57	656
BR-PR	80	91	117	75	81	66	510
BR-RJ	42	20	33	29	47	60	231
BR-RN	38	57	25	7	8	8	143
BR-RO	11	24	7	20	8	26	96
BR-RR	3	2	5	0	1	15	26
BR-RS	116	157	235	122	111	131	872
BR-SC	55	49	55	18	57	55	289
BR-SE	11	14	11	20	13	19	88
BR-SP	145	199	250	125	123	236	1078
BR-TO	9	6	3	7	4	4	33
Total Geral	1729	1679	1821	1136	1431	1698	9494

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria

Gráfico 6 - Dados agregados por ano do item H1 DE 2017-2022

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria

Ao organizar e relacionar a quantidade de registros de atendimento com perfil de vítimas de preconceito oriundo da orientação sexual por faixa de volume de registro com a quantidade de cidades que a marcaram chegou-se no seguinte quadro:

Tabela 8- Quantidade e percentual de cidades com determinada quantidade de registros agregados de 2017 à 2022 de pessoas vitimadas por orientação sexual.

Quantidade de registro de 2017-2022	Quantidade de cidades	Percentual em relação ao total de cidades que preenchem o RMA do CREAS
>100	5	0,20%
51-97	13	0,52%

11-49	162	6,47%
1-10	1376	55,00%
0	946	37,81%

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria

A partir desse quadro constata-se que mais de 90% dos CREAS a nível de Brasil registraram 10 pessoas desse perfil em 6 anos, ou seja um número ínfimo de registros em um dos países que mais comete LGBTfobia no mundo. Cidades como Belo Horizonte marcaram 0 atendimentos desse perfil em todos esses anos. Assim pode-se questionar: há erro de marcação? A população não é atendida nos CREAS, mas é atendida em outra política que cumpre o papel do CREAS, como os centros de cidadania? A população LGBTI+ vítima de preconceito oriundo orientação sexual ou identidade de gênero não é atendida no município? A população da cidade é tão conservadora que a pessoa não procura os serviços ou muda-se para outras cidades de maior porte ou menos conservadoras para preservar sua identidade?⁶⁴

As cidades que mais constam registros de 2017 e 2022 foram:

Tabela 9 - Ranking dos municípios que mais registraram casos no campo H1 de 2017-2022

Ranking	Município	Total Geral - H1	Total de Habitantes
1	SÃO RAIMUNDO NONATO - PI	382	38.934 pessoas

⁶⁴ A revisora Michelle coloca a seguinte reflexão: Os instrumentais de atendimento às famílias e indivíduos dispõem de itens que apresentam estes dados? Os profissionais compreendem a população LGBTI+ como um dos públicos prioritários da Política de Assistência Social? Como constar as informações sobre violações contra lgbts que ainda não tiveram vínculos familiares rompidos e não possuem cadúnico devido o perfil socioeconômico? Acredito muito na experiência do município de Santo André com prontuário SUAS informatizado que emite relatórios sobre as situações de acordo com os atendimentos no cotidiano dos serviços traria colaborações para a vigilância e Plano Municipal de Assistência com melhor direcionamento orçamentário e combate aos desafios postos. Hoje em Santo André, o próprio Banco de Dados do Cidadão – BDC – Prontuário emite o RMA. Sabemos que o RMA ainda possui limites de informações quando inserimos alguém ou alguma família no acompanhamento – até mesmo do perfil que não identifica violações a outros públicos que não são lgbts. Vejo o RMA ainda centralizado na rentabilidade econômica.

2	PROFESSOR JAMIL-GO	323	3.649 pessoas
3	SÃO PAULO -SP	218	11.451.999 pessoas
4	BRASILIA DF	121	2.817.381 pessoas
5	PELOTAS -RS	116	325.685 pessoas
6	LUZIANIA -GO	97	209.129 pessoas
7	IRATI - PR	94	59.250 pessoas
8	ASSIS BRASIL- AC	92	8.100 pessoas
9	SITIO DABADIA - GO	82	2.927 pessoas
10	CRUZ ALTA - RS	82	58.913 pessoas
11	BUTIA - RS	78	19.084 pessoas
12	CAMPOS GERAIS - MG	73	26.105 pessoas
13	VESPASIANO - MG	72	129.246 pessoas
14	PORTO ALEGRE - RS	67	1.332.845 pessoas
15	SOUSA - PB	65	67.259 pessoa

Fonte: Brasil, 2023

Figura 9- Novas pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual inseridas no acompanhamento do PAEFI por município- Dados agregados RMA 2017-2022



Fonte: Brasil, 2023.

Chama a atenção nessa tabela e mapa acima que cidades de diferentes portes e regiões (de pequeno porte I à metrópole) aparecem nessa listagem. Nessa pesquisa, porém, não será colocado hipóteses sobre esse *ranking*.

Já a partir dos Censo SUAS:

a) Dados dos CRAS:

Ao observar os questionários do Censo SUAS de CRAS foi possível constatar a pergunta: “Nos últimos 12 meses, a Unidade proporcionou ou facilitou a participação das(os) suas/seus profissionais em capacitação População LGBT, orientação sexual e identidade de gênero” ou semelhante nos questionários de 2017-2019. Em 2020 foi retirada a questão.

Tabela 10: Percentual de CRAS por estado que realizou capacitação nos anos de 2017-2018.

	2017		2018	
	Total de CRAS	Percentual capacitação	Total de CRAS	Percentual capacitação
AC	29	52%	24	42%
AL	137	24%	39	13%
AM	90	9%	18	39%
AP	19	37%	64	14%
BA	617	21%	183	25%
CE	390	33%	279	23%
DF	27	15%	27	11%
ES	146	32%	73	36%
GO	288	22%	61	13%

MA	317	19%	218	12%
MG	1159	20%	41	32%
MS	133	38%	42	31%
MT	177	11%	312	25%
PA	256	28%	185	13%
PB	268	35%	243	19%
PE	325	56%	190	24%
PI	273	41%	176	52%
PR	567	20%	239	23%
RJ	442	41%	302	40%
RN	222	34%	192	18%
RO	61	34%	141	16%
RR	23	35%	51	20%
RS	585	16%	22	36%
SC	371	18%	108	11%
SE	110	26%	583	19%
SP	1109	22%	30	60%
TO	151	15%	141	4%
Total Geral	8292	25%	3984	23%

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria

Tabela 11: Percentual de CRAS por estado que realizou capacitação no ano de 2017-2019.

	2019

	Total de CRAS	Percentual capacitação
AC	29	31%
AL	139	17%
AM	91	10%
AP	21	10%
BA	622	19%
CE	394	19%
DF	27	7%
ES	146	22%
GO	290	8%
MA	318	10%
MG	1172	12%
MS	130	20%
MT	178	12%
PA	258	18%
PB	266	17%
PE	328	38%
PI	274	18%
PR	563	9%
RJ	432	32%
RN	222	20%
RO	58	26%
RR	23	13%

RS	586	9%
SC	388	6%
SE	109	21%
SP	1142	13%
TO	151	3%
Total Geral	8357	15%

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria

Em 2020 foi inserida a pergunta “Quais atendimentos a Grupos Tradicionais e Específicos foram realizados neste CRAS nos últimos 12 meses?” - contendo o item Transexuais/transgênero/travestis/lésbicas/gays/bissexuais/intersexuais. Essa questão possui as opções PAIF, Equipe volante, cadastro único, PCF, outros atendimentos, não atenderam e não há no território. A pergunta é de múltipla escolha exceto se marcar que não atendeu ou que não há no território.

Tabela 12: Total de CRAS por Estado e percentual por tipos de atendidos à população LGBTI+ em 2020.

2020								
Estado	Total de CRAS	NÃO HÁ NO TERRITÓRIO	NÃO ATENDE RAM	PAIF	EQUIPE VOLANTE	CADASTRO ÚNICO	PCF	OUTROS ATENDIMENTOS
AC	29	28%	17%	31%	3%	28%	3%	31%
AL	139	29%	12%	35%	1%	25%	3%	32%
AM	91	20%	9%	44%	12%	45%	8%	34%
AP	21	19%	29%	38%	10%	29%	5%	33%
BA	622	21%	7%	55%	12%	28%	7%	41%
CE	394	23%	7%	42%	3%	27%	3%	40%
DF	27	15%	0%	70%	4%	41%	4%	30%
ES	150	19%	11%	47%	1%	45%	1%	35%
GO	289	28%	12%	34%	4%	31%	1%	28%
MA	316	36%	16%	30%	8%	23%	4%	24%

MG	1178	35%	7%	39%	4%	29%	2%	30%
MS	131	22%	6%	45%	8%	48%	2%	37%
MT	178	33%	9%	35%	3%	30%	2%	30%
PA	260	25%	12%	47%	6%	24%	1%	30%
PB	269	36%	11%	38%	3%	17%	5%	26%
PE	331	19%	10%	46%	4%	33%	4%	46%
PI	272	41%	7%	37%	10%	29%	7%	27%
PR	571	29%	7%	36%	3%	42%	2%	42%
RJ	438	18%	8%	43%	2%	43%	2%	40%
RN	220	25%	6%	50%	4%	29%	8%	35%
RO	61	34%	18%	34%	10%	26%	2%	20%
RR	23	13%	13%	52%	26%	61%	26%	39%
RS	593	37%	10%	31%	2%	28%	1%	31%
SC	384	35%	13%	34%	1%	20%	1%	32%
SE	108	24%	12%	49%	2%	42%	4%	31%

SP	1156	24%	7%	44%	2%	37%	1%	38%
TO	152	59%	9%	11%	1%	15%	1%	22%
Total Geral	8403	29%	9%	40%	4%	31%	3%	34%

Fonte: Brasil, 2023.

No ano de 2020, tem-se o destaque de Estados com maior percentual que afirmaram ter atendido pessoas LGBTI+ no PAIF o DF com 70% seguido da Bahia com 55% dos CRAS. Com menor percentual tem-se o Tocantins com 11% dos CRAS. Já em relação ao Cadastro Único, tem-se o maior percentual em Roraima com 61% dos CRAS e com menor percentual Tocantins com 15%; E em relação a outros atendimentos tem-se 46% em Pernambuco e 22% de CRAS também no Tocantins. 34% do Total dos CRAS afirmaram não haver pessoas com esse perfil no território ou não terem atendido-as. Destaca-se que o Tocantins manteve os 59% dos CRAS não haver pessoas LGBTI+ no território.

Tabela 13: Total de CRAS por Estado e percentual por tipos de atendidos à população LGBTI+ em 2021

2021								
Estado	Total de CRAS	NÃO HÁ NO TERRITÓRIO	NÃO ATENDER AM	PAIF	EQUIPE VOLANTE	CADASTRO ÚNICO	PCF	OUTROS ATENDIMENTOS
AC	29	17%	28%	21%	7%	31%	10%	34%

AL	140	35%	9%	34%	1%	19%	3%	31%
AM	91	23%	12%	47%	11%	35%	2%	38%
AP	22	18%	9%	50%	18%	45%	5%	41%
BA	626	19%	8%	56%	12%	28%	9%	39%
CE	397	19%	9%	44%	5%	35%	5%	45%
DF	27	0%	4%	93%	0%	81%	0%	37%
ES	152	14%	7%	55%	3%	52%	1%	36%
GO	290	35%	7%	33%	7%	32%	3%	32%
MA	320	35%	9%	35%	10%	30%	7%	26%
MG	1197	32%	7%	43%	5%	32%	3%	31%
MS	132	19%	5%	49%	12%	56%	5%	42%
MT	178	28%	15%	35%	4%	37%	1%	38%
PA	262	17%	13%	55%	6%	30%	3%	29%
PB	269	39%	11%	41%	3%	23%	6%	23%
PE	338	20%	6%	51%	6%	42%	5%	48%

PI	274	35%	11%	38%	12%	35%	8%	27%
PR	570	26%	7%	36%	3%	45%	2%	49%
RJ	445	16%	6%	44%	3%	45%	2%	44%
RN	223	22%	7%	52%	4%	32%	9%	38%
RO	62	42%	10%	34%	5%	34%	8%	23%
RR	23	13%	13%	57%	35%	48%	26%	48%
RS	593	35%	10%	33%	1%	26%	2%	35%
SC	386	33%	11%	38%	1%	24%	1%	29%
SE	109	19%	8%	56%	3%	35%	6%	34%
SP	1164	19%	6%	46%	2%	39%	1%	44%
TO	152	50%	11%	13%	1%	16%	1%	26%
Total Geral	8471	26%	8%	43%	5%	34%	4%	37%

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria

No ano de 2021, tem-se o destaque de Estados com maior percentual que afirmaram ter atendido pessoas LGBTI+ no PAIF o DF com 93% seguido de Roraima com 57% dos CRAS. Com menor percentual, tem-se o Tocantins com 13% dos CRAS. Já em relação ao Cadastro

Único, tem-se o maior percentual em DF com 81% dos CRAS e com menor percentual Tocantins com 16%; E em relação a outros atendimentos tem-se 49% no Paraná e 23% de CRAS também em Rondônia. 38% do Total dos CRAS afirmaram não haver pessoas com esse perfil no território ou não terem atendido-as. Destaca-se que o Tocantins pontuou em 59% dos CRAS não haver pessoas LGBTI+ no território.

Tabela 14: Total de CRAS por Estado e percentual por tipos de atendidos à população LGBTI+ em 2022

2022								
Estado	Total de CRAS	NÃO HÁ NO TERRITÓRIO	NÃO ATENDERAM	PAIF	EQUIPE VOLANTE	CADASTRO ÚNICO	PCF	OUTROS ATENDIMENTOS
AC	29	21%	10%	28%	3%	28%	3%	48%
AL	140	33%	12%	31%	1%	23%	4%	34%
AM	91	26%	9%	46%	11%	36%	4%	38%
AP	22	9%	18%	36%	14%	45%	0%	50%
BA	635	20%	7%	60%	11%	30%	7%	36%
CE	402	17%	4%	55%	7%	43%	7%	49%
DF	29	7%	0%	93%	0%	93%	0%	0%
ES	152	14%	9%	50%	1%	53%	1%	45%
GO	292	32%	7%	35%	7%	36%	3%	32%

MA	323	32%	11%	38%	8%	35%	5%	25%
MG	1214	31%	7%	45%	6%	36%	3%	33%
MS	132	14%	7%	58%	10%	65%	3%	45%
MT	179	26%	8%	39%	8%	44%	3%	38%
PA	266	20%	7%	58%	8%	44%	3%	32%
PB	270	33%	7%	48%	4%	32%	9%	27%
PE	341	18%	6%	52%	6%	44%	9%	48%
PI	274	37%	5%	43%	12%	36%	9%	26%
PR	573	23%	7%	38%	3%	49%	2%	48%
RJ	458	11%	5%	50%	4%	59%	3%	50%
RN	223	23%	5%	54%	4%	34%	10%	35%
RO	62	29%	11%	34%	5%	44%	5%	27%
RR	23	13%	4%	48%	30%	61%	26%	48%
RS	593	36%	9%	33%	2%	30%	2%	32%
SC	392	27%	10%	41%	2%	30%	1%	33%

SE	109	20%	12%	50%	5%	34%	6%	32%
SP	1179	20%	4%	49%	2%	42%	2%	45%
TO	154	48%	14%	12%	1%	19%	1%	26%
Total Geral	8557	25%	7%	46%	5%	39%	4%	38%

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria

No ano de 2022, tem-se o destaque de Estados com maior percentual que afirmaram ter atendido pessoas LGBTI+ no PAIF o DF com 93% seguido do Mato Grosso do Sul e Pará ambos com percentual de 58% dos CRAS. Com menor percentual tem-se o Tocantins com 12% dos CRAS. Já em relação ao Cadastro Único, tem-se o maior percentual em DF com 93% dos CRAS e com menor percentual Tocantins com 19%. E em relação a outros atendimentos tem-se 50% no Rio de Janeiro e Amapá e 0% no Distrito Federal. 32% do total dos CRAS afirmaram não haver pessoas com esse perfil no território ou não terem atendido-as. Destaca-se que o Tocantins pontuou em 48% dos CRAS não haver pessoas LGBTI+ no território.

Por meio das tabelas acima, foi possível constatar que em 2020, 2021 e 2022, respectivamente, 38%, 34% e 32% dos CRAS a nível nacional afirmaram que ‘não havia pessoas LGBTI+ no território’ ou que havia mas não foi atendido durante o ano. Também um baixo percentual de Programa Criança Feliz voltada para a primeira infância, evidenciando também que ainda é minoria as pessoas LGBTI+ que possuem filhos e também baixo percentual de equipe volante, tendo em vista a necessidade de diversas especificidades para haver equipe volante no território.

b) Dados dos SCFV

Nota-se que de 2017 para 2022 há uma redução de unidades de SCFV de 8041 para 7837 unidades⁶⁵, podendo sinalizar que a execução do SCFV foi sendo absorvida e realizada nos CRAS, a existência de unidades que não preencheram o questionário do Censo SUAS, ou que houve fechamento de unidades por conta da diminuição de recursos federais, repassados a partir de 2020.

No Censo SUAS foi possível constatar 3 perguntas no questionário de SCFV relativos à temática de identidade de gênero e orientação sexual: relativo ao provimento ou facilitação na participação de profissionais sobre o tema de identidade de gênero ou orientação sexual, ou presença de profissionais capacitados sobre o tema. Em 2017-2019 foi possível constatar perguntas sobre capacitação de profissionais na temática. A partir de 2020 o item “orientação sexual e identidade de gênero” foi retirado; se nos temas normalmente discutidos com os usuários havia a temática orientação sexual e identidade de gênero, questão acrescentada a partir de 2018; e se no ano de referência do Censo SUAS atendeu Transexuais/transgênero/travestis/lésbicas/gays/bissexuais/intersexuais, pergunta acrescentada a partir de 2020. Obteve-se ao compilar os dados os seguintes quadros:

Tabela 15: Informação em percentual por Estado sobre capacitação sobre a temática nos anos de 2017, 2018 e 2019

Capacitação sobre a temática			
Estado	2017	2018	2019
AC	27%	10%	5%
AL	29%	12%	6%
AM	20%	16%	13%
AP	0%	0%	0%
BA	17%	11%	16%

⁶⁵ A quantidade de SCFV por Estado e ano pode ser consultado nos anexos;

CE	24%	15%	17%
DF	14%	13%	17%
ES	15%	7%	17%
GO	16%	7%	7%
MA	13%	6%	9%
MG	11%	11%	7%
MS	24%	11%	16%
MT	9%	7%	6%
PA	15%	14%	11%
PB	22%	14%	23%
PE	23%	22%	22%
PI	61%	20%	40%
PR	13%	8%	8%
RJ	19%	11%	15%
RN	18%	11%	16%
RO	16%	0%	0%
RR	0%	0%	0%
RS	23%	21%	18%
SC	18%	5%	3%
SE	9%	9%	7%
SP	20%	16%	16%
TO	13%	0%	0%

Total Geral	18%	13%	13%

Fonte: Brasil, 2023 Elaboração Própria

Tabela 16: Informação em percentual de CRAS por Estado que afirmou ter atendimento à pessoas Transexuais/transgênero/travestis/lésbicas/gays/bissexuais/intersexuais em 2020, 2021, 2022

No ano de referência do Censo SUAS atendeu Transexuais/transgênero/travestis/lésbicas/gays/bissexuais/intersexuais			
Estado	2020	2021	2022
AC	5%	18%	0%
AL	3%	11%	16%
AM	1%	20%	20%
AP	0%	20%	33%
BA	1%	9%	10%
CE	5%	15%	18%
DF	0%	13%	18%
ES	9%	8%	8%
GO	3%	6%	9%
MA	2%	11%	7%
MG	2%	7%	11%

MS	2%	6%	7%
MT	7%	9%	7%
PA	4%	7%	19%
PB	3%	17%	13%
PE	1%	8%	9%
PI	1%	9%	17%
PR	1%	7%	10%
RJ	7%	14%	15%
RN	1%	9%	10%
RO	0%	8%	7%
RR	0%	0%	0%
RS	2%	11%	19%
SC	2%	4%	10%
SE	10%	6%	7%
SP	3%	12%	16%
TO	0%	0%	9%
Total Geral	3%	10%	13%

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria

Ao observar os dados, é possível constatar que nos anos de 2017-2019 pouquíssimos profissionais foram capacitados na temática. Também em 2020-2022 foi possível verificar que uma minoria de pessoas LGBTI+ foram atendidas no SCFV. Pela ausência de dados não é possível comparar com o período anterior à 2020.

Tabela 17: Percentual de CRAS por estado que afirmaram frequentemente discutirem com os usuários o tema: orientação sexual e identidade de gênero

Temas normalmente discutidos com usuários: Orientação sexual e de identidade de gênero					
Estado	2018	2019	2020	2021	2022
AC	38%	38%	33%	59%	50%
AL	40%	31%	41%	48%	54%
AM	41%	43%	54%	47%	47%
AP	6%	0%	8%	60%	50%
BA	42%	40%	47%	55%	45%
CE	42%	55%	58%	53%	53%
DF	37%	43%	47%	49%	54%
ES	32%	43%	43%	39%	35%
GO	29%	37%	41%	40%	43%
MA	36%	48%	54%	41%	42%
MG	32%	32%	39%	35%	36%
MS	29%	36%	40%	36%	36%
MT	25%	33%	36%	37%	39%
PA	46%	38%	64%	58%	51%
PB	62%	71%	73%	61%	62%

PE	57%	61%	70%	63%	65%
PI	55%	67%	76%	81%	70%
PR	35%	43%	49%	40%	41%
RJ	29%	39%	34%	35%	39%
RN	52%	53%	60%	53%	56%
RO	16%	33%	38%	26%	27%
RR	100%	100%	67%	33%	0%
RS	52%	51%	54%	56%	59%
SC	35%	21%	39%	38%	50%
SE	42%	35%	52%	44%	43%
SP	47%	50%	57%	54%	57%
TO	56%	0%	43%	29%	18%
Total Geral	41%	45%	51%	48%	49%

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria

Ao verificar os dados sobre temas normalmente discutidos com usuários, verifica-se que em aproximadamente 50% dos SCFV foi discutido a temática, sendo Tocantins e Amapá em 2019-2020 os estados que menos discutiram a temática e Roraima em 2018-2019 o estado com mais SCFV que discutiram a temática, totalizando 100%

c) Dados dos CREAS:

Tabela 18: Percentual de CREAS por estado que nos últimos 12 meses ofertou atendimento para Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou da identidade de gênero.

Estado	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AC	92%	77%	83%	46%	46%	46%
AL	71%	69%	70%	51%	41%	40%
AM	69%	65%	54%	35%	40%	39%
AP	91%	64%	67%	55%	36%	27%
BA	80%	79%	86%	60%	61%	58%
CE	86%	88%	86%	58%	52%	57%
DF	100%	100%	100%	82%	73%	92%
ES	81%	70%	78%	56%	56%	46%
GO	83%	82%	77%	62%	60%	54%
MA	66%	62%	70%	36%	48%	43%
MG	82%	79%	81%	57%	53%	51%
MS	87%	86%	81%	51%	47%	48%
MT	81%	81%	91%	64%	50%	51%
PA	85%	83%	82%	61%	50%	53%
PB	83%	82%	83%	56%	47%	46%
PE	80%	82%	83%	70%	57%	55%
PI	66%	74%	75%	57%	61%	61%
PR	78%	75%	77%	55%	53%	56%
RJ	82%	85%	85%	56%	57%	56%
RN	80%	78%	87%	56%	53%	57%
RO	70%	67%	70%	57%	64%	36%

RR	73%	86%	73%	71%	47%	47%
RS	79%	85%	82%	66%	61%	64%
SC	84%	83%	85%	53%	58%	59%
SE	80%	70%	73%	46%	41%	46%
SP	78%	81%	83%	62%	62%	64%
TO	86%	83%	96%	42%	50%	46%

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria

Ao observar a tabela acima é possível perceber uma drástica queda no atendimento de pessoas LGBTI+ nos CREAS, a partir de 2020, podendo ser ocasionado pela pandemia de COVID 19 ou pelo crescimento da ofensiva conservadora.

Tabela 19: Percentual de CREAS por estados que responderam que nos últimos 12 meses, a unidade proporcionou ou facilitou a participação das(os) suas(seus) profissionais em capacitação sobre o tema População LGBT, orientação sexual e identidade de gênero

Estados	2017	2018	2019
AC	31%	0%	25%
AL	42%	13%	11%
AM	22%	10%	6%
AP	27%	27%	0%
BA	28%	18%	14%
CE	35%	17%	22%
DF	50%	36%	27%
ES	26%	17%	30%
GO	35%	17%	6%

MA	29%	14%	11%
MG	27%	20%	18%
MS	50%	25%	19%
MT	12%	26%	18%
PA	29%	17%	14%
PB	49%	27%	19%
PE	55%	31%	30%
PI	60%	47%	17%
PR	28%	14%	6%
RJ	50%	33%	34%
RN	33%	9%	11%
RO	35%	29%	20%
RR	18%	7%	27%
RS	28%	11%	12%
SC	21%	17%	7%
SE	31%	18%	13%
SP	33%	19%	19%
TO	32%	4%	4%

Fonte: Brasil, 2023.

Observa-se em todos os estados o percentual de CREAS, que proporcionaram ou facilitaram formações nessa temática, tiveram como média dos Estados de 34%, em 2017, e desvio padrão médio de 9%, 19%, em 2018, com desvio padrão médio de 8%, e 16% com desvio padrão médio de 7%.

Exceto Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, há uma queda de formações com essa temática nos anos de 2018 e 2019. Totalizou-se 34% dos CREAS a nível de Brasil com formação sobre essa temática em 2017, 20% em 2018 e 17% em 2019.

Infelizmente a partir de 2019 essa questão foi descontinuada.

Tabela 20: Quantidade de CREAS que atendeu a população LGBT em 2017 e 2018 por frequência desse atendimento

	2017					2018				
Estados	Sempre	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total Geral	Sempre	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total Geral
AC		4	7	2	13		2	9	2	13
AL	1	11	38	45	95		6	44	47	97
AM	2	3	28	16	49	2	3	32	14	51
AP	2	2	6	1	11	2	2	3	4	11
BA	11	31	102	75	219	10	26	110	78	224
CE	8	18	66	22	114	3	21	67	24	115
DF	2	1	6	1	10	1	4	6		11
ES	2	6	37	28	73	1	6	38	32	77
GO	3	12	56	37	108	1	9	56	43	109
MA	1	24	56	41	122	5	17	51	49	122
MG	8	43	127	67	245	9	30	135	76	250

MS	2	8	41	19	70	1	8	38	25	72
MT		7	25	11	43		2	32	9	43
PA	2	19	56	29	106	4	10	69	37	120
PB	2	18	53	29	102	4	15	55	30	104
PE	9	23	82	49	163	6	33	99	44	182
PI	2	9	29	13	53	2	9	24	18	53
PR	5	31	88	56	180	5	21	96	64	186
RJ	7	14	69	26	116	4	17	68	28	117
RN	5	10	25	15	55	2	16	29	8	55
RO		2	10	8	20	1	1	11	8	21
RR	1		1	9	11			5	9	14
RS	6	25	56	38	125	7	16	69	39	131
SC	7	12	47	29	95		9	52	37	98
SE	2	10	35	27	74	1	4	32	37	74
SP	19	60	138	66	283	19	52	167	52	290

TO		2	11	9	22		2	12	10	24
Total Geral	109	405	1295	768	2577	90	341	1409	824	2664

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria

Na tabela acima é possível verificar que ao agregar os dados por estados, majoritariamente os CREAS pontuaram tanto nos anos 2017 e 2018 que raramente ou nunca atendem o público LGBTI+ totalizando 80% das respostas, em 2017, e 84%, em 2018. Apenas 4% dos CREAS, em 2017, e 3%, em 2018, afirmaram atenderem sempre pessoas LGBTI+. Essa pergunta infelizmente foi descontinuada então não há dados dos anos posteriores. A partir de 2020, houve uma drástica queda em relação ao atendimento de pessoas LGBTI+ em todos os perfis e estados, mas principalmente em relação às pessoas idosas. Em anexo há uma tabela com os dados por perfil (Criança e adolescente, mulher adulta, homem adulto e pessoa idosa) Já em relação ao tipo de atividade desenvolvida:

Tabela 21: Percentual de CREAS por Estado que desenvolveu determinadas atividades
(Consultas à comunidade/povo/lideranças e Metodologia específica de acompanhamento)
nos anos de 2017-2022

Consultas à comunidade/povo/lideranças							Metodologia específica de acompanhamento					
Estado	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AC	31%	15%	17%	38%	15%	15%	38%	23%	17%	15%	15%	15%
AL	14%	10%	4%	11%	12%	9%	7%	10%	3%	8%	7%	6%
AM	18%	16%	6%	20%	16%	14%	8%	18%	17%	11%	18%	18%
AP	36%	27%	8%	27%	27%	18%	36%	36%	8%	36%	36%	27%
BA	16%	15%	10%	24%	26%	25%	16%	13%	14%	19%	22%	20%
CE	23%	22%	8%	21%	25%	29%	18%	20%	7%	17%	24%	31%
DF	20%	9%	9%	18%	18%	25%	10%	9%	9%	18%	9%	25%
ES	10%	3%	3%	13%	10%	12%	14%	6%	9%	11%	9%	11%
GO	20%	12%	1%	13%	18%	20%	24%	13%	15%	18%	15%	17%
MA	22%	16%	6%	13%	20%	20%	19%	15%	8%	13%	14%	14%
MG	13%	13%	6%	8%	14%	16%	14%	13%	11%	10%	12%	14%
MS	11%	11%	10%	14%	16%	16%	10%	18%	15%	16%	9%	9%
MT	12%	9%	2%	24%	17%	15%	12%	9%	13%	16%	15%	13%
PA	16%	10%	10%	13%	16%	15%	17%	12%	14%	14%	21%	15%
PB	23%	19%	9%	19%	26%	25%	24%	18%	18%	20%	22%	20%
PE	37%	25%	19%	37%	38%	40%	30%	27%	24%	32%	32%	33%
PI	28%	25%	4%	13%	22%	24%	25%	23%	14%	19%	24%	24%
PR	8%	6%	2%	10%	10%	10%	12%	7%	13%	10%	11%	10%

RJ	21%	14%	10%	22%	28%	29%	19%	12%	13%	23%	31%	29%
RN	27%	24%	5%	13%	25%	16%	22%	27%	9%	18%	22%	21%
RO	5%	5%	0%	13%	18%	18%	15%	0%	5%	13%	14%	14%
RR	0%	7%	7%	21%	20%	7%	9%	7%	0%	7%	7%	20%
RS	6%	5%	3%	14%	14%	17%	14%	12%	13%	9%	12%	13%
SC	9%	5%	5%	6%	7%	10%	9%	9%	8%	6%	2%	10%
SE	16%	14%	6%	13%	24%	16%	15%	8%	12%	16%	11%	14%
SP	14%	12%	3%	13%	11%	13%	13%	12%	8%	12%	13%	16%
T0	27%	13%	0%	8%	13%	4%	18%	13%	4%	4%	4%	8%

Fonte: Brasil, 2023

A partir da tabela acima é possível constatar que as atividades de consultas públicas e de metodologias específicas de acompanhamento foram adotadas por poucos CREAS em todos os estados do Brasil, não chegando a 50% em nenhum estado nem no ano analisado. Vale pontuar que pelo previsto no II Plano Decenal pontuava-se a importância de desenvolver metodologias específicas para cada público.

Tabela 22: Percentual de CREAS por Estado que desenvolveu determinadas atividades (Articulação com Organizações/Movimentos Sociais de promoção e defesa dos direitos desse público e Articulação local com órgãos governamentais com atuação junto a esse público) nos anos de 2017-2022

Articulação com Organizações/Movimentos Sociais de promoção e defesa dos direitos desse público							Articulação local com órgãos governamentais com atuação junto a esse público					
Estado	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AC	31%	23%	25%	38%	23%	15%	31%	15%	25%	23%	23%	8%
AL	19%	10%	11%	13%	8%	6%	6%	5%	10%	9%	8%	7%

AM	20%	29%	19%	16%	19%	18%	8%	18%	19%	13%	19%	9%
AP	64%	27%	42%	45%	18%	27%	36%	9%	25%	45%	18%	36%
BA	29%	20%	15%	21%	18%	20%	14%	10%	19%	29%	18%	12%
CE	36%	27%	25%	19%	13%	31%	18%	19%	21%	28%	13%	16%
DF	40%	27%	27%	27%	27%	25%	20%	9%	27%	27%	27%	25%
ES	21%	14%	11%	16%	10%	11%	10%	8%	14%	18%	10%	15%
GO	31%	23%	12%	22%	15%	17%	17%	11%	14%	17%	15%	17%
MA	30%	21%	21%	19%	11%	14%	17%	16%	17%	17%	11%	11%
MG	27%	22%	13%	17%	17%	14%	14%	16%	15%	17%	17%	18%
MS	37%	24%	19%	16%	9%	9%	13%	7%	19%	23%	9%	13%
MT	14%	14%	13%	11%	7%	13%	7%	5%	7%	20%	7%	9%
PA	20%	20%	15%	14%	12%	15%	11%	11%	16%	20%	12%	10%
PB	35%	35%	25%	26%	27%	20%	18%	17%	31%	21%	27%	18%
PE	50%	40%	34%	39%	26%	33%	28%	29%	42%	36%	26%	25%
PI	40%	34%	22%	23%	22%	24%	17%	21%	17%	21%	22%	16%
PR	18%	15%	7%	7%	9%	10%	9%	6%	10%	14%	9%	7%
RJ	35%	37%	26%	40%	30%	29%	17%	26%	31%	26%	30%	26%
RN	35%	36%	22%	16%	11%	21%	9%	15%	18%	16%	11%	14%
RO	10%	19%	5%	17%	14%	14%	5%	5%	5%	17%	14%	14%
RR	0%	14%	20%	14%	27%	20%	0%	7%	13%	14%	27%	20%
RS	26%	17%	11%	16%	10%	13%	8%	11%	15%	19%	10%	16%
SC	20%	14%	12%	11%	4%	10%	7%	5%	12%	12%	4%	8%
SE	32%	16%	17%	23%	15%	14%	23%	9%	21%	15%	15%	18%
SP	31%	22%	14%	19%	11%	16%	10%	10%	19%	19%	11%	16%

T0	27%	17%	8%	8%	13%	8%	9%	8%	8%	8%	13%	8%

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria

Tabela 23: Percentual de CREAS por Estado que desenvolveu determinadas atividades (Articulação com Conselho Tutelar para questões específicas desse público e Articulação com o conselho de direitos para questões específicas desse público e outros movimentos sociais) nos anos de 2017-2022

Articulação com Conselho Tutelar para questões específicas desse público							Articulação com o conselho de direitos para questões específicas desse público e outros movimentos sociais					
Estado	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AC	23%	38%	33%	31%	8%	23%	-	31%	33%	31%	31%	15%
AL	15%	20%	16%	14%	14%	12%	-	14%	8%	14%	23%	14%
AM	14%	20%	19%	15%	18%	16%	-	16%	13%	15%	21%	14%
AP	27%	36%	25%	36%	27%	36%	-	36%	42%	36%	9%	27%
BA	26%	24%	24%	24%	25%	28%	-	17%	12%	24%	33%	22%
CE	44%	37%	33%	21%	32%	37%	-	27%	17%	21%	42%	36%
DF	20%	9%	18%	18%	9%	50%	-	27%	27%	18%	18%	17%
ES	18%	6%	13%	16%	12%	12%	-	8%	9%	16%	12%	16%
GO	31%	13%	17%	17%	15%	21%	-	12%	15%	17%	21%	16%
MA	22%	16%	21%	18%	17%	12%	-	16%	14%	18%	18%	18%
MG	27%	20%	15%	17%	16%	25%	-	16%	9%	17%	14%	21%
MS	27%	14%	19%	14%	14%	13%	-	8%	6%	14%	23%	11%
MT	12%	12%	16%	18%	17%	17%	-	9%	11%	18%	13%	21%

PA	21%	23%	16%	15%	22%	21%	-	17%	11%	15%	23%	18%
PB	38%	31%	27%	21%	30%	24%	-	22%	26%	21%	36%	17%
PE	42%	37%	37%	35%	37%	35%	-	35%	29%	35%	46%	32%
PI	36%	28%	26%	23%	34%	28%	-	28%	21%	23%	31%	28%
PR	21%	16%	15%	10%	13%	14%	-	11%	5%	10%	12%	14%
RJ	24%	31%	20%	29%	27%	26%	-	28%	19%	29%	33%	28%
RN	35%	36%	35%	22%	15%	21%	-	31%	16%	22%	31%	19%
RO	15%	19%	15%	13%	14%	23%	-	14%	10%	13%	23%	14%
RR	9%	14%	20%	14%	7%	13%	-	7%	0%	14%	33%	20%
RS	22%	17%	17%	14%	10%	21%	-	18%	4%	14%	10%	18%
SC	11%	12%	15%	7%	3%	17%	-	12%	4%	7%	7%	15%
SE	26%	20%	17%	22%	19%	19%	-	19%	13%	22%	33%	18%
SP	26%	26%	22%	14%	16%	24%	-	18%	12%	14%	13%	19%
TO	18%	17%	13%	21%	8%	4%	-	17%	4%	21%	4%	4%

Fonte: Brasil, 2023. Elaboração Própria

Tabela 24: Percentual de CREAS por Estado que desenvolveu determinadas atividades (Articulação com o conselho de direitos para questões específicas desse público e outros movimentos sociais e Ações de mobilização e sensibilização para o enfrentamento das situações de violação de direitos específicas desse público) nos anos de 2017-2022

Articulação com o conselho de direitos para questões específicas desse público e outros movimentos sociais							Ações de mobilização e sensibilização para o enfrentamento das situações de violação de direitos específicas desse público					
Estado	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AC	-	31%	33%	31%	8%	15%	46%	38%	42%	23%	31%	31%
AL	-	14%	8%	14%	14%	14%	20%	20%	20%	19%	23%	27%

AM	-	16%	13%	15%	18%	14%	20%	27%	13%	24%	21%	14%
AP	-	36%	42%	36%	27%	27%	45%	36%	42%	36%	9%	36%
BA	-	17%	12%	24%	25%	22%	31%	25%	32%	33%	33%	33%
CE	-	27%	17%	21%	32%	36%	49%	45%	29%	34%	42%	47%
DF	-	27%	27%	18%	9%	17%	30%	27%	9%	18%	18%	17%
ES	-	8%	9%	16%	12%	16%	18%	9%	16%	19%	12%	26%
GO	-	12%	15%	17%	15%	16%	32%	18%	16%	29%	21%	22%
MA	-	16%	14%	18%	17%	18%	36%	25%	24%	21%	18%	27%
MG	-	16%	9%	17%	16%	21%	27%	20%	14%	22%	14%	27%
MS	-	8%	6%	14%	14%	11%	41%	17%	18%	29%	23%	29%
MT	-	9%	11%	18%	17%	21%	14%	16%	20%	24%	13%	19%
PA	-	17%	11%	15%	22%	18%	32%	19%	27%	27%	23%	21%
PB	-	22%	26%	21%	30%	17%	53%	37%	45%	37%	36%	38%
PE	-	35%	29%	35%	37%	32%	55%	42%	43%	49%	46%	46%
PI	-	28%	21%	23%	34%	28%	51%	36%	33%	31%	31%	43%
PR	-	11%	5%	10%	13%	14%	24%	16%	9%	13%	12%	16%
RJ	-	28%	19%	29%	27%	28%	40%	29%	24%	35%	33%	39%
RN	-	31%	16%	22%	15%	19%	35%	38%	40%	27%	31%	31%
RO	-	14%	10%	13%	14%	14%	5%	24%	20%	22%	23%	14%
RR	-	7%	0%	14%	7%	20%	9%	7%	7%	29%	33%	27%
RS	-	18%	4%	14%	10%	18%	21%	19%	14%	17%	10%	21%
SC	-	12%	4%	7%	3%	15%	12%	11%	7%	12%	7%	16%
SE	-	19%	13%	22%	19%	18%	39%	23%	22%	27%	33%	24%
SP	-	18%	12%	14%	16%	19%	28%	25%	14%	20%	13%	22%
T0	-	17%	4%	21%	8%	4%	32%	17%	4%	17%	4%	4%

Fonte: Brasil, 2023. Elaboração Própria

Tabela 25: Percentual de CREAS por Estado que desenvolveu determinadas atividades (Atividades que envolvam a comunidade e Ações específicas com grupo de mulheres para o enfrentamento das situações de violência familiar/doméstica e outras violações de direitos) nos anos de 2017-2022

Atividades que envolvam a comunidade (mutirões, campanhas, oficinas, seminários etc)							Ações específicas com grupo de mulheres para o enfrentamento das situações de violência familiar/doméstica e outras violações de direitos					
Estado	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AC	-	38%	25%	15%	23%	31%	-	38%	33%	15%	8%	23%
AL	-	20%	11%	21%	23%	20%	-	10%	13%	9%	15%	8%
AM	-	27%	15%	20%	26%	16%	-	16%	13%	13%	19%	12%
AP	-	36%	33%	27%	27%	36%	-	27%	8%	36%	9%	27%
BA	-	25%	22%	26%	36%	31%	-	16%	23%	18%	25%	20%
CE	-	45%	26%	25%	46%	44%	-	24%	26%	21%	26%	30%
DF	-	27%	27%	27%	9%	25%	-	9%	18%	9%	9%	17%
ES	-	9%	12%	18%	21%	17%	-	4%	14%	11%	9%	15%
GO	-	18%	14%	24%	21%	29%	-	15%	15%	21%	19%	21%
MA	-	25%	30%	19%	25%	20%	-	20%	17%	15%	14%	13%
MG	-	20%	10%	12%	23%	21%	-	11%	14%	11%	13%	16%
MS	-	17%	17%	22%	28%	31%	-	14%	17%	21%	14%	17%
MT	-	16%	13%	22%	22%	17%	-	12%	7%	20%	15%	21%
PA	-	19%	20%	20%	34%	23%	-	18%	16%	20%	23%	15%
PB	-	37%	42%	33%	44%	36%	-	24%	31%	24%	27%	24%
PE	-	42%	38%	44%	46%	49%	-	35%	35%	34%	35%	34%
PI	-	36%	29%	24%	38%	39%	-	30%	22%	21%	28%	28%
PR	-	16%	9%	8%	18%	13%	-	8%	14%	7%	12%	10%

RJ	-	29%	19%	21%	39%	37%	-	14%	18%	20%	18%	19%
RN	-	38%	27%	24%	45%	24%	-	35%	40%	22%	36%	17%
RO	-	24%	20%	26%	18%	27%	-	14%	15%	17%	18%	27%
RR	-	7%	7%	29%	20%	20%	-	7%	0%	14%	20%	13%
RS	-	19%	11%	15%	12%	21%	-	12%	8%	13%	8%	15%
SC	-	11%	8%	5%	11%	11%	-	6%	14%	9%	4%	15%
SE	-	23%	23%	25%	38%	23%	-	15%	22%	16%	19%	21%
SP	-	25%	8%	14%	18%	16%	-	12%	18%	17%	15%	17%
T0	-	17%	4%	21%	8%	4%	-	8%	4%	17%	0%	4%

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria

Ao verificar as tabelas acima 22, 23, 24 e 25 é possível verificar percentuais anuais baixos para todos os Estados de CREAS que realizaram Articulação com Organizações/Movimentos Sociais de promoção e defesa dos direitos, com órgãos governamentais com atuação junto a esse público, com Conselho Tutelar para questões específicas desse público e com o conselho de direitos para questões específicas desse público e outros movimentos sociais; ações de mobilização e sensibilização para o enfrentamento das situações de violação de direitos específicas desse público, atividades que envolvam a comunidade (mutirões, campanhas, oficinas, seminários etc) e ações específicas com grupo de mulheres para o enfrentamento das situações de violência familiar/doméstica e outras violações de direitos. Em nenhum dos itens, nos anos e estados do Brasil, chegou-se aos 50% dos CREAS que realizaram essas ações.

Vale pontuar que dentro do grupo de mulheres inclui-se as mulheres trans e travestis, que como apresentado anteriormente é um grupo que é expulsa e marginalizada da sociedade desde a tenra idade e que estatisticamente tende a entrar em rotas de exclusão e sofrer inúmeras violências, chegando até a morte.

Tabela 26 - Percentual de CREAS por Estado que desenvolveu determinadas atividades
(Utilização do Nome Social para pessoas travestis e transexuais e Utilização do Nome

Social para pessoas travestis e transexuais - Não realiza para nenhum dos públicos mencionados) nos anos de 2017-2022.

Utilização do Nome Social para pessoas travestis e transexuais							Utilização do Nome Social para pessoas travestis e transexuais - Não realiza para nenhum dos públicos mencionados					
Estado	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AC	-	15%	25%	46%	46%	31%	-	38%	-	54%	54%	69%
AL	-	19%	10%	27%	31%	22%	-	18%	-	72%	68%	76%
AM	-	22%	2%	20%	28%	26%	-	12%	-	78%	68%	68%
AP	-	18%	33%	45%	27%	45%	-	36%	-	55%	73%	55%
BA	-	22%	19%	34%	38%	39%	-	18%	-	63%	58%	58%
CE	-	28%	29%	33%	47%	60%	-	10%	-	66%	53%	37%
DF	-	45%	100%	82%	45%	67%	-	18%	-	9%	36%	17%
ES	-	21%	20%	33%	37%	37%	-	34%	-	61%	59%	62%
GO	-	13%	11%	35%	31%	38%	-	28%	-	64%	66%	58%
MA	-	24%	16%	25%	30%	22%	-	16%	-	73%	69%	72%
MG	-	26%	20%	37%	42%	45%	-	15%	-	57%	50%	52%
MS	-	28%	31%	44%	39%	39%	-	13%	-	55%	59%	60%
MT	-	28%	22%	38%	39%	43%	-	21%	-	58%	57%	55%
PA	-	27%	15%	29%	31%	26%	-	20%	-	65%	65%	69%
PB	-	25%	25%	41%	42%	46%	-	15%	-	53%	54%	52%
PE	-	42%	32%	46%	52%	51%	-	10%	-	53%	46%	45%
PI	-	28%	10%	24%	36%	28%	-	19%	-	76%	61%	70%
PR	-	25%	24%	36%	38%	41%	-	20%	-	61%	56%	54%
RJ	-	38%	41%	56%	61%	62%	-	9%	-	41%	36%	37%

RN	-	42%	27%	44%	49%	41%	-	15%	-	56%	49%	55%
RO	-	19%	10%	17%	27%	27%	-	24%	-	83%	73%	73%
RR	-	7%	13%	21%	27%	40%	-	0%	-	79%	67%	53%
RS	-	30%	19%	36%	40%	44%	-	24%	-	62%	57%	50%
SC	-	30%	26%	30%	41%	46%	-	23%	-	67%	56%	52%
SE	-	15%	14%	23%	29%	36%	-	12%	-	75%	70%	60%
SP	-	42%	41%	52%	56%	62%	-	13%	-	42%	37%	33%
T0	-	13%	8%	4%	13%	21%	-	38%	-	92%	83%	79%

Fonte: Brasil, 2023. Elaboração Própria

Ao observar a tabela acima é possível constatar que nos anos de 2020-2022, com exceção de 2019 e 2020, do Distrito Federal, que pontuou um percentual elevado de uso de nome social, o restante dos Estados e períodos trazem dados preocupantes quando apontam um dado que variam de 4% a 67% dos CREAS nos estados que afirmaram utilizar o nome social. Inclusive ao comparar o percentual de CREAS que ofertaram atendimento para discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou da identidade de gênero verifica-se que o percentual de atendimento em decorrência de discriminação é maior do que o percentual de CREAS que utilizaram nome social, ou seja, ou foram atendidas somente pessoas cis ou o nome social não foi respeitado nesses atendimentos.

Também, há um aumento de CREAS por estado que afirmou não ter usado nome social para atendimento de nenhum dos públicos selecionados, dentre eles o público LGBTI+. Pode ser um reflexo da diminuição de atendimento de pessoas LGBTI+ no CREAS nesse período, não tendo atendido pessoas trans nesse período, mas pode ser também que em alguns CREAS houve o atendimento trans e o uso de nome social não foi respeitado, sendo essa uma hipótese e não uma afirmação. Em 2017 e 2019 não houve coleta desse dado.

d) Dados do Centro POP:

A partir dos dados do Censo SUAS percebe-se que há mais Centro Pops instalados na região Sul e Sudeste (152 unidades nessas regiões em 2022, correspondendo a 0.64% de

todas as unidades do Brasil). Nos Estados de Tocantins e Roraima, em nenhum dos anos foi respondido questionário do Centro Pop.

A questão que pergunta se o Serviço ofertado pelo Centro Pop nos 12 meses anteriores atendeu determinado perfil de pessoas foi inserido no Censo de 2020 e as respostas relativas à população LGBTI foi:

Tabela 27: Percentual de Centro Pop por estado que afirmou ter atendido população LGBTI no Serviço ofertado pelo Centro Pop nos 12 meses anteriores ao momento em que o Censo SUAS foi respondido

Estado/ano	2020	2021	2022
AC	100,00%	100,00%	100,00%
AL	100,00%	100,00%	100,00%
AM	100,00%	100,00%	100,00%
AP	66,67%	100,00%	100,00%
BA	100,00%	94,44%	100,00%
CE	100,00%	100,00%	88,89%
DF	100,00%	100,00%	100,00%
ES	85,71%	100,00%	100,00%
GO	60,00%	80,00%	80,00%
MA	87,50%	75,00%	100,00%
MG	88,46%	93,33%	96,77%
MS	100,00%	100,00%	100,00%
MT	100,00%	100,00%	100,00%
PA	100,00%	83,33%	83,33%
PB	100,00%	0,00%	85,71%
PE	87,50%	100,00%	100,00%

PI	100,00%	88,89%	100,00%
PR	88,89%	88,89%	100,00%
RJ	94,44%	94,74%	100,00%
RN	100,00%	100,00%	100,00%
RO	0,00%	0,00%	100,00%
RR			
RS	100,00%	91,67%	100,00%
SC	100,00%	100,00%	100,00%
SE	100,00%	100,00%	100,00%
SP	96,43%	98,28%	98,25%
T0			

Fonte: Brasil, 2023. Elaboração Própria

Ao observar os dados, percebe-se que com exceção da Paraíba, em 2021, e Rondônia, em 2020 e 2021, há um elevado percentual de Centro Pop que afirmaram terem atendido pelo menos 1 pessoa LGBTI+ no Centro Pop. Infelizmente, por não pedir para quantificar, não há dados de volume desses atendimentos.

Tabela 28: Percentual de Centros Pop por Estado que nos últimos 12 meses⁶⁶, a Unidade proporcionou ou facilitou a participação das(os) suas/seus profissionais em capacitação sobre os seguintes temas?

Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AC	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
AL	75,00%	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
AM	50,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%

⁶⁶ Em relação ao momento de responder o Censo Suas em determinado ano.

AP	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
BA	56,25%	41,18%	23,53%	11,76%	33,33%	42,86%
CE	66,67%	44,44%	50,00%	33,33%	11,11%	55,56%
DF	50,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%
ES	75,00%	40,00%	50,00%	28,57%	28,57%	42,86%
GO	60,00%	20,00%	20,00%	20,00%	60,00%	40,00%
MA	50,00%	25,00%	37,50%	12,50%	12,50%	50,00%
MG	50,00%	37,50%	38,46%	30,77%	30,00%	51,85%
MS	50,00%	50,00%	40,00%	40,00%	80,00%	80,00%
MT	50,00%	0,00%	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%
PA	80,00%	20,00%	40,00%	20,00%	0,00%	40,00%
PB	83,33%	83,33%	66,67%	57,14%	42,86%	50,00%
PE	75,00%	37,50%	37,50%	12,50%	14,29%	28,57%
PI	50,00%	50,00%	50,00%	0,00%	100,00%	0,00%
PR	57,14%	20,00%	20,00%	5,56%	11,11%	12,50%
RJ	47,37%	38,89%	44,44%	27,78%	36,84%	61,11%
RN	50,00%	50,00%	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%
RO	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
RR						
RS	38,46%	23,08%	23,08%	23,08%	58,33%	60,00%
SC	20,00%	30,00%	22,22%	0,00%	33,33%	37,50%
SE	50,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
SP	53,57%	42,86%	28,57%	26,79%	25,86%	43,48%

TO						

Fonte: Brasil, 2023. Elaboração Própria

Vale pontuar que os anos de 2020-2022 foram anos da pandemia de COVID 19, podendo ter impactado na oferta de atividades de formação pela necessidade de adaptação dos atendimentos nos serviços.

No questionário de 2017 havia a pergunta: “Este Centro realiza oficinas/atividades em grupo com temas transversais no âmbito do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua nesta Unidade?” e dentre as opções havia LGBTI (orientação sexual e identidade de gênero), o percentual de Centro Pop que afirmou ter oferecido oficinas/atividades com esse tema por estados foi:

Tabela 29: Percentual por estados de Centro Pop que realizaram oficinas/atividades em grupo com temas transversais no âmbito do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua nesta Unidade? com Tema LGBTI (orientação sexual e identidade de gênero)

Ano	2017
AC	100,00%
AL	50,00%
AM	50,00%
AP	0,00%
BA	71,43%
CE	66,67%
DF	0,00%
ES	100,00%
GO	40,00%
MA	50,00%

MG	41,67%
MS	0,00%
MT	0,00%
PA	60,00%
PB	66,67%
PE	50,00%
PI	100,00%
PR	18,75%
RJ	33,33%
RN	0,00%
RO	0,00%
RR	
RS	46,15%
SC	14,29%
SE	0,00%
SP	43,48%
TO	

Fonte: Brasil, 2023. Elaboração Própria

Observando os dados da tabela acima, é possível constatar que 7 estados, no ano de 2017, não abordaram a temática LGBTI+. Vale pontuar que independente de haver ou não, dentre o grupo de atendidos pessoas LGBTI+, é importante realizar atividades sobre o tema buscando romper com a LGBTI+fobia enraizada nos indivíduos para que, a partir do momento que chegue alguma pessoa LGBTI+ ela seja acolhida e não sofra preconceitos.

e) Dados dos Serviços de Acolhimento Institucional:

Ao levantar as questões relacionadas à atendimento da população LGBTI+ foi possível verificar a pergunta “Entre as pessoas que estão acolhidas hoje nesta unidade, quantas possuem alguma das características abaixo?”, dentre elas a população travesti, transexual e transgênero. Nos questionários até 2019, havia um adendo de: A Unidade aceita receber pessoas com estas características, com opção de sim ou não.

Tabela 30 - Soma de pessoas trans acolhidas no momento do Censo SUAS por Estado

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
AC	0	4	0	1	1	0	6
AL	1	6	0	0	0	1	8
AM	4	3	4	8	3	3	25
AP	0	0	0	0	0	0	0
BA	14	25	11	16	18	31	115
CE	10	11	18	21	13	37	110
DF	6	4	6	7	36	25	84
ES	11	6	12	7	12	2	50
GO	3	12	12	15	19	8	69
MA	1	1	9	4	5	1	21
MG	43	47	123	76	131	89	509
MS	23	1	4	5	8	13	54

MT	8	7	13	6	3	29	66
PA	8	3	3	12	12	8	46
PB	3	6	5	2	5	1	22
PE	3	4	3	3	17	9	39
PI	0	3	0	3	10	7	23
PR	29	24	48	27	31	37	196
RJ	34	30	46	46	112	53	321
RN	5	6	6	6	5	1	29
RO	1	1	2	0	5	1	10
RR	1	0	66	44	54	25	190
RS	68	39	38	42	73	57	317
SC	6	8	10	8	34	27	93
SE	2	3	0	0	3	2	10
SP	206	320	293	319	381	418	1937
T0	1	0	1	0	1	0	3
Total	491	574	733	678	992	885	4353

Fonte: Brasil, 2023. Elaboração Própria

O ano com maior número de pessoas trans acolhidas, em 2021, teve 992 atendimentos, seguido de 885, em 2022. Ao verificar a tabela, acima é possível constatar, em soma agregada, que São Paulo foi o Estado que teve maior quantidade de acolhimento de

peessoas trans, totalizando sozinho 44% de todos os acolhimentos, seguido de Minas Gerais com 509, Rio de Janeiro com 321 e Rio Grande do Sul com 317. Por outro lado, verifica-se que estados como Acre, Alagoas, Amapá, Roraima, Sergipe e Tocantins tiveram até 10 pessoas trans acolhidas no total do período, ou seja uma quantidade ínfima.

Ainda assim, ao verificar os percentuais de pessoas trans acolhidas em relação ao total de pessoas acolhidas foi possível verificar totais nacionais de 0,40% em 2017, 0,44% em 2018, 0,53% em 2019, 0,50% em 2020, 0,69% em 2021 e 0,59% em 2022, sendo um percentual baixíssimo.

Tabela 31 - Quantidade de unidades de acolhimento que possuíam 0 pessoas travestis, transexuais acolhidas no momento de resposta do questionário

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AC	16	13	16	20	19	19
AL	44	45	53	57	50	48
AM	24	27	23	27	33	34
AP	8	8	8	5	9	9
BA	228	219	221	256	263	251
CE	95	96	105	110	110	109
DF	33	30	29	33	42	57
ES	152	159	166	180	173	185
GO	156	183	184	227	252	257
MA	57	60	57	66	67	66
MG	912	946	938	1012	1070	1090
MS	160	162	156	157	151	156
MT	128	127	129	148	143	139
PA	91	96	100	115	119	121

PB	42	45	44	52	55	59
PE	124	131	128	141	131	138
PI	13	15	18	19	19	22
PR	517	539	514	549	540	571
RJ	303	311	318	344	333	306
RN	33	37	37	46	46	48
RO	43	44	42	48	58	59
RR	7	8	15	13	11	12
RS	407	427	408	439	455	482
SC	194	201	199	208	211	218
SE	42	47	49	52	51	54
SP	1459	1511	1472	1562	1549	1596
T0	21	24	23	29	23	25
Total	5309	5511	5452	5915	5983	6131

Fonte: Brasil, 2023. Elaboração Própria

Já, com base na tabela 31 é possível verificar que em 2017 5309 unidades de acolhimento (96%) não possuía nenhuma pessoa trans acolhida, em 2018 5511 unidades (95%), em 2019 5452 (95%), em 2020 5915 (94%), em 2021 5983 (94%) e em 2022 6131 (94%) unidades não possuíam nenhuma pessoa trans acolhida, ou seja é um percentual minoritário, correspondendo a até 6% de acolhimentos que possuíam pessoas trans acolhidas.

Nos questionários de 2017 a 2019 ainda é possível verificar a pergunta: se a unidade aceita receber pessoas trans em seu acolhimento:

Tabela 32 - Quantidade de unidades que responderam por estado se aceitam, ou não receber pessoas travestis, transexuais e transgênero

	2017	2018	2019

	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
AC	7	9	3	13	2	14
AL	15	30	15	34	25	28
AM	12	15	11	18	12	14
AP	3	5	4	4	3	5
BA	91	144	87	143	74	155
CE	20	81	36	69	43	74
DF	12	24	16	17	7	25
ES	31	130	25	140	31	143
GO	66	95	69	117	67	125
MA	15	43	16	45	12	49
MG	282	668	327	649	306	673
MS	41	120	42	121	40	120
MT	47	86	45	87	52	80
PA	21	76	27	72	28	75
PB	12	33	15	34	22	27
PE	38	89	32	102	40	91
PI	2	11	2	14	5	13
PR	164	375	144	409	124	410
RJ	95	225	100	230	104	239
RN	14	23	18	22	14	27
RO	10	34	11	34	12	31
RR	2	6	1	7	3	18
RS	85	353	100	351	98	339
SC	52	149	50	159	40	168

SE	6	37	10	38	10	39
SP	386	1176	346	1277	322	1266
TO	9	13	8	16	5	19
Total Geral	1538	4050	1560	4222	1501	4267

Fonte: Brasil, 2023. Elaboração Própria

Mais de 1500 unidades, ou quase 30% das unidades de acolhimento do Brasil afirmaram que não aceitam pessoas trans, ou seja, uma grande evidência de transfobia na política de assistência social.

Por meio da quantidade de pessoas trans acolhidas por tipo de acolhimento é possível constatar que em todos os anos a maior quantidade de pessoas trans acolhidas foram em acolhimentos para adultos e famílias (353 em 2017, 435 em 2018, 502 em 2019, 506 em 2020, 762 em 2021, 636 em 2022) seguidos de crianças e adolescentes (101 em 2017, 100 em 2018, 128 em 2019, 109 em 2020, 122 em 2021, 172 em 2022) e pessoas idosas (32 em 2017, 34 em 2018, 90 em 2019, 54 em 2020, 92 em 2021, 55 em 2022). O Estado com maior quantidade de acolhimentos em todos os anos foi em São Paulo sendo o tipo de acolhimento com mais pessoas trans acolhidas as unidades para adultos e famílias (171 em 2017, 282 em 2018, 241 em 2019, 260 em 2020, 286 em 2021, 326 em 2022). Já, ao verificar baixíssimos números de pessoas trans em acolhimentos para pessoas com deficiência cabe questionar sobre o direito à identidade de gênero e sexualidade de pessoas com deficiência, historicamente ou infantilizadas/transformadas em anjos ou demonizadas, não sendo lidas como pessoas com gostos, identidades e direito a liberdade sexual.

Ainda, até 2019 havia a questão: Nesta Unidade há profissionais que já participaram de capacitação sobre os seguintes temas? ou questões similares relativas a capacitação sobre o tema LGBT.

Tabela 33: Percentual agregado por estado de unidades que afirmaram terem facilitado ou proporcionado capacitação sobre a temática LGBT para os trabalhadores

Estado	2017	2018	2019
AC	38%	50%	19%
AL	29%	71%	11%
AM	37%	66%	23%
AP	0%	25%	0%
BA	21%	60%	18%
CE	38%	57%	12%
DF	33%	97%	25%
ES	28%	75%	11%
GO	17%	74%	4%
MA	29%	49%	25%
MG	14%	74%	8%
MS	22%	72%	8%
MT	13%	55%	4%
PA	22%	32%	16%
PB	33%	53%	22%
PE	35%	63%	33%
PI	31%	69%	17%
PR	16%	89%	9%
RJ	27%	74%	20%
RN	19%	58%	10%
RO	23%	49%	14%
RR	25%	50%	57%

RS	18%	93%	14%
SC	16%	96%	7%
SE	30%	38%	27%
SP	26%	90%	15%
TO	5%	67%	0%
Total Geral	22%	79%	13%

Fonte: Brasil, 2023.

O ano com maior percentual de oferta e facilitação de acesso à capacitações sobre o tema LGBTI foi em 2018 com 79% das unidades afirmando que sim.

Figura 10: Questão 15 do questionário do Censo Suas - Unidades de acolhimento

15. Informe o sexo e faixa etária das pessoas que estão acolhidas na Unidade neste momento: *(Atenção! Verifique se a soma do Total de Pessoas Acolhidas do sexo feminino e masculino registrado neste quadro coincide com o Total informado na questão 12. Caso não tenha, marcar 0)*

Sexo	Quantidade de pessoas acolhidas, segundo as Faixas Etárias (anos de idade)										Total
	0 a 2	3 a 5	6 a 11	12 a 13	14 a 15	16 a 17	18 a 21	22 a 59	60 a 79	80 ou mais	
Masculino											
Feminino											

Fonte: Brasil, 2023.

Em diversos questionários ainda que tenha perguntas sobre pessoas trans, outras são feitas a partir do sexo como a questão apresentada acima no questionário dos acolhimentos. Com base nos dados do Censo SUAS é possível verificar que é oferecido algum atendimento para pessoas LGBTI+ ainda que em alguns estados a quantidade foi ínfima, chegando a 0. Percebe-se também que o Centro Pop foi o tipo de equipamento que mais constou o atendimento de pessoas LGBTI+, podendo ser uma evidência de procura de serviço da assistência quando já houve todo o esgarçamento da rede de apoio. Não é possível verificar em diversas questões a aplicabilidade da Resolução 1/2018 nos serviços. Outro ponto em

relação a dados é que há uma lacuna causada pela ausência de dados sobre o pacto de aprimoramento a partir do II Plano Decenal impedindo verificar com mais qualidade se o que foi proposto no Plano foi sendo cumprido nos municípios e estados.

Ao estudar os instrumentais e sistemas utilizados pela Política de Assistência Social, pode-se constatar que apesar dos avanços nas normativas ainda se faz necessário avançar dentro dessa política social para a garantia de direitos da população LGBTI+. Sabe-se que a garantia de direitos socioassistenciais ocorre principalmente de forma relacional nos programas e serviços, porém, requer também instrumentais, e sistemas que não reiteram a invisibilidade e a violência estrutural, mas efetivem a garantia de direitos de usuários e trabalhadores LGBTI+. Assim, no próximo item será discutido acerca dos atendimentos às pessoas LGBTI+ a partir das experiências das pessoas entrevistadas

4.1.6 O atendimento: como todo concreto há contradições

4.1.6.1 Um local de proteção

Samara traz em seu relato a memória o reconhecimento de uma travesti vítima de violência física que reconheceu o Centro Pop como o único lugar seguro que ela poderia ficar após a violência, sendo o espaço um local de acolhimento e pertencimento.

Então ali e aí eu acompanhei ele durante um um tempo assim. Ixi, nossa, mas no Centro Pop teve várias histórias assim também de pessoas, muito especificamente me lembro muito bem porque ahm já tinha passado uns anos que eu tava lá um ano e pouquinho e **uma das travestis assim eu tinha muito vínculo com quem eu acompanhava, ela chegou lá no Centro POP no primeiro horário eh sangrando e eu lembro assim que o maxilar dela tava deslocada até dente quebrado e aí ela tava tremendo muito e eu fiquei, gente, como que ela veio parar aqui desse jeito, né? E ela tinha apanhado de de um um homem que estava acolhido também e ele tinha batido nela com uma madeira e tudo e eu falei: Vamos, vamos chamar o SAMU e ela, não, não, não vamos chamar o SAMU, com medo, justamente eh do cara desconfiar que ela tinha pedido um socorro, né? E não e ela não denunciou Eu ainda tentei junto lá com com a coordenadora do Centro POP**

a gente fazer uma sensibilização de que precisava e ela falou não porque senão eu vou apanhar muito mais. E esse dia me doeu muito justamente por ela ter ido no Centro Pop o único lugar que ela tinha pra se proteger e ela ficou dentro da salinha o dia todo e gemendo de dor e a gente vamos vamos. O Samu demora mesmo “**ãh, Tá bom**”, [O Samu] foi lá, fez o os primeiros atendimentos, **levou ela, ela ficou com um ponto e tudo mais**. E aí eu lembro que essa foi assim, a história que mais me chocou, porque eu estava muito envolvida afetivamente com com o com o pessoal, porque o atendimento também traz isso, né?... Então, aquele dia assim, foi o dia que eu tomei mais um choque da violência, eh que essas pessoas.. violência física eh que essas pessoas sofriam, né? Porque da psicológica, da patrimonial, as pessoas saíram e deixaram tudo pra trás e e tudo mais, eu já sabia, mas ali é como se as coisas se materializassem, né? (Samara, 2023)

A fala de Samara continua abordando o papel dos profissionais nos serviços e pontua a importância do vínculo e cuidado:

E aí eu lembro que essa foi assim, a história que mais me chocou, porque eu estava muito envolvida afetivamente com com o, com o pessoal, porque o atendimento também traz isso, né? **Não é só o atendimento, tchau, o encaminhamento, máquina de fazer encaminhamento, a gente acaba se vinculando com o pessoal também tentando cuidar de uma certa forma e foi isso que ela foi buscar lá, cuidado** (Samara, 2023).

Janaina traz em seu relato sua experiência com o CREAS de São Bernardo do Campo e como esse grupo transformou sua relação com sua filha. O grupo LGBT feito com as meninas trans e suas famílias foi essencial para que pudesse exercer sua função protetiva:

E como se diz esse negócio do LGBT? Me ajudou muito da da Pietra, porque não tem um tempo que eu não aceitava porque eu achava que isso não era de Deus, mas sou evangélica, então achava que isso não Deus, porque eu tive um menino que chamava (Nome de registro de Pietra) de repente foi por nome Pietra, então foi, foi muita dificuldade (Janaina, 2023).

Janaina, na entrevista, pontua diversas vezes a necessidade do grupo ser mais divulgado compreendendo a importância e a potência que ele tem:

Espero também tenham oportunidade para as outras pessoas que tem muita gente que são transexual, essas coisas, mas ainda estão em um escondido, ainda tem medo. Tem família também que não sabe desse grupo, porque esse grupo só tem agora fez um ano, então tem muitas famílias que ainda não conhece, né? Que através desse grupo do transexual que está tendo no CREAS que ajudou muito, me

abriu muito a minha mentalidade de aceitar o meu filho como ele é hoje. Eu não aceitava, eu não aceitava do jeito não (Janaina, 2023).

Aí com o tempo, o grupo ajudou muito, é igual, é a última vez que a gente foi para o grupo. foi dia 23. Agora eu falei, a gente tem, a gente tinha que correr atrás, que tem muitos adolescentes e muitas mães que estão igual a eu como eu comecei no grupo, escondida, trancada, com medo, sem saber que tem um grupo que é o grupo ainda não foi espan., é jogado pra pro, pro, face, para as pessoas que precisam de ajuda, então muitas pessoas ainda estão escondida porque não tem, não sabe que tem esse grupo de LGBT que pode ajudar o pai, a mãe, como estava eu que eu estava com dificuldade de aceitar aquilo do meu, da minha filha? Então tem muitos pais que ainda está assim também e ainda não conseguem se ajudar. Porque em São Bernardo não tem esse negócio dessa de LGBT para ajudar as pessoas assim não tem, não tem esse grupo. O grupo começou agora (Janaina, 2023).

Pergunto então: Você acha que... se mais pessoas, mais pais, mais mães tiverem esse apoio, também vão conseguir apoiar melhor os seus filhos? (Mariko, 2023) e ela me responde: “Vão apoiar melhor o filho” (Janaina, 2023).

Durante a conversa, diversas vezes Janaina usa o pronome masculino ou o nome de registro de Pietra, sendo uma dificuldade que ela possui de chamá-la somente pelo nome e pronome feminino. Porém ao mesmo tempo, diversas vezes ela demonstra seu apoio a Pietra e dizendo o quanto se orgulha dela:

Janaina gosta muito do atendimento do CREAS, apontando ter vínculos com a equipe técnica, passando com a assistente social D. em atendimentos individuais. Ao falar do PAEFI do CREAS ela diz: “Onde eles me ajudam muito também, não só com a parte de psicológico, como de alimentação, também ajudam (Janaina, 2023).

E ao falar sobre o grupo ela diz:

É tipo, um grupo familiar, né? Porque ali um ta colhendo o outro ali. Às vezes a gente chega triste, às vezes a gente chega chorando, então ali é como se a gente tivesse, sentamos no meio dele para desabafar o que a gente disser, é como se fosse uma família. Às vezes você não tem família que você quer contar o que está acontecendo. É, mas as pessoas a gente consegue conversar com a pessoa de fora. Às vezes a gente não tem como falar com a pessoa de dentro, mas às vezes é a pessoa de fora. Eu falo muito com a [assistente social] D. “Diga aí, D., eu não sei como é que tu aguenta eu ” (Janaina, 2023).

Ajudou.. assim a gente, ficamos amigos tanto entre elas como a mãe. A gente como as mães, a gente como amigos, trocamos o celular, trocamos mensagem, ficou como uma família ali naquele grupo. (...) Aí uma pergunta da outra, a outra pergunta: “e a mãe, como é que vai?” (...) Se tornou como se fosse uma família (Janaina, 2023).

Nessa fala é evidente o vínculo formado pelas pessoas participantes do grupo, sejam usuárias ou trabalhadoras, sendo um espaço de acolhimento, apoio e escuta mútua.

E ela me conta sobre o histórico do grupo:

Tem, só tinha é quando começou era em 4 adolescentes. Na época, eles eram adolescentes. Agora, todos já fizeram 18 anos, então foi, é, foi muito bom. A gente conversa sobre a vida, sobre o LGBT, o que é o homossexualismo? Sobre também é o que tem muitas, muitas pessoas que julga pela aparência é igual outra vez eu falei pra [assistente social] D., eu falei, D., eu fui pro a primeira vez que eu tirei a Pietra dentro de casa, fui pro..andar com ele. Na época, ele recebia pensão. Antes dele completar os 18, o pai, ele dava 200 real e eu fui no mercado com ele, falei, falei, ai, compra um batom, compra uma coisa. Então ele ficou com medo que as pessoas olhou o jeito dela andar. Então ele se reprimiu porque o ser humano ele julga muito porque tem muito homossexualismo. Tem transexual que tira a própria vida, porque ele se sente oprimido. É ele não pode botar pra fora o que eles são. O que eles, eles têm medo de ser é igual eu, eu tenho meu filho tem 18 anos, eu tenho medo da sociedade espancar, matar é esse, esse é o medo. E tem muito que, oprimido, fica escondido com medo (Janaina, 2023).

E conta como o grupo foi importante para sua desconstrução e aproximação com sua filha:

A [assistente social] D. falou que ia começar um grupo de transexual LGBT, né? Aí foi através desse grupo que a gente começou a desenvolver. E ainda vinha para o grupo, mas ainda não aceitava. Não, não aceito. Eu tive um filho chamado (nome de registro), não Pietra. Eu vim com ele, fui frequentando, frequentando, depois fui abrindo a mente que a escolha é dela, não é minha. Ela tem que aceitar, mesmo que a gente não tenha que aceitar, mas a gente tem que ir, porque se dentro da sua casa você não tem aquela liberdade, se você não apoiar você, mãe, pai, não apoiar o sexualismo do seu filho, quem vai apoiar lá fora não vai apoiar lá fora. Vai ser pior.(...)Então, abriu o mundo. Esse grupo abriu muito a minha mente. (...)Porque eu não aceitava de jeito nenhum. Aí a pastora também tinha uma pastora que eu era evangélica, estava indo para a igreja também. Ela falava que não era de Deus. Que aí eu fui botando a cabeça dele, Ah, eu comecei a ler bíblia, comer bíblia, eu falei, isso não é de Deus, mas a escolha foi dele, não foi, eu nem foi Deus. Então a gente tem que aceitar a escolha da pessoa. Por exemplo, eu tenho 47 anos, eu fui mãe, sou mãe de 5 filho, 2 netos. Pode ser que um deles depois fale assim, Ah, não quero mais homem, quero mulher e aí não é o eu vou querer, né? Eu que vou aceitar sendo que eu quero. A sociedade ainda é, o ser humano, então julga muito (Janaina, 2023).

Ainda, sobre o apoio que vem recebendo no CREAS:

Elas estão me ajudando muito na não do também do transexualismo ⁶⁷ do meu filho, da Pietra, como também na saúde que a Pietra às vezes, quando fica devido ao psicológico dela, ela fica de vez em quando ela fica internada, já é a segunda vez que interno (Janaina, 2023).

Ajuda, às vezes eles me ajudam com alimento. Eu estou passando por um processo que eu estou com [questões de saúde] e elas me ajudam. . Às vezes, às vezes, quando eu estou precisando, falo para D., D., eu preciso. Estava precisando de uma cesta. A D. me fornece um vale transporte para procurar emprego. Às vezes, quando eu estou, quando estou com um pé muito cheio de calo, eu peço para ela se ela me arruma pra procurar emprego (Janaina, 2023).

Ela também já foi beneficiária do Bolsa Família e na data da nossa entrevista ela foi atualizar o Cadastro único por estar desempregada para tentar o Bolsa Família.

A entrevista com Janaina materializa a fala de Bruno sobre considerar a família não somente como culpada ou violadora, mas compreendê-la como rede protetiva, fornecendo elementos para protegê-la e que assim elas sejam protetoras também.

4.1.6.2 Um local de proteção?

Samara ao compartilhar sua experiência também traz o fato de que em seu trabalho no Centro Pop, houve algumas iniciativas em 2019 para melhoria ainda que fosse mínima no atendimento das mulheres travestis, tendo em vista que não estava sendo garantido o uso de quartos conforme o gênero nem do nome social na Casa de Passagem (acolhimento para pessoas adultas em situação de rua):

Então no no ano de 2019 a gente conseguiu fazer os grupos, tenho fotinhas aqui se você quiser colocar depois eh a gente começou a fazer esses grupos e de repente o grupo tava imenso tava imenso e aí a **gente teve algumas questões assim na casa de passagem de passagem mas eh e aí a gente começou a tentar adaptar ahm pra que a Casa de Passagem fosse um trisco mais inclusiva que seja, né? Porque essas mulheres trans estavam indo dormindo no quarto masculino, eh não não sabiam a questão do nome social**, a gente começou a regularizar o documento dessas dessas mulheres que apareceram lá no Centro Pop porque estavam com um documento retido em casa de cafetina, essas coisas assim (Samara, 2023)

Ou seja, para estarem em um serviço protegido da chuva, do frio, da fome, da

⁶⁷ Durante a entrevista deixei Janaina falar livremente e no trabalho partes de sua fala serão transcritas. Alguns termos que ela utilizou não são os termos corretos a serem utilizados, mas serão mantidos em respeito à fidelidade da transcrição.

violência nas ruas, as pessoas trans precisavam se submeter a uma situação de transfobia, abrindo mão de sofrerem algumas violências para sofrerem outra.

Por outro lado, Samara evidencia o trabalho e esforço técnico em melhorar as condições da Casa de Passagem fazendo o mínimo, respeitando os direitos de uso de quarto e banheiro conforme identidade de gênero. Também evidencia o trabalho socioeducativo em grupos com as pessoas trans.

Samara em sua fala, aponta também que com frequência há violência institucional às pessoas LGBTI+ nos serviços da assistência social:

Pessoas que acessam CREAS, CRAS o próprio Centro Pop de chegar aqui tipo [e dizerem] “não quero ir mais lá porque estão querendo que eu me vista de outro gênero pra conseguir emprego”, “não quero ir lá porque eh insistem em chamar pelo nome civil”. Eh “não quero ir lá porque as pessoas ficam se tratando com hostilidade”. Eh e e a falta de desinformação também. Essas pessoas [LGBTI+] não existem nesses serviços simplesmente porque são muito afastados dessa realidade, né? Então acabam por não acessar também tentando minimamente se defender do que pode acontecer ali (Samara, 2023).

Ou seja, ainda não foi superado a LGBTfobia nos espaços institucionais que se dizem protetivos e em diversos casos as pessoas optam por se afastar desses espaços como uma forma de se protegerem.

Rai, no documentário da Casa Neon Cunha (2023) afirma que: O albergue não é uma alternativa para a maioria delas por conta da violência, então elas optam por ficar na rua.

Pergunto para Karen sobre qual a leitura dela [sobre a política de assistência] a partir da experiência das pessoas que passaram na casa. Ela me responde principalmente com base nos relatos da experiência dos usuários em abrigos:

Não [são bem atendidas], eh assim os relatos são justamente de violências né? Eh eh situações LGBTfóbicas em outros espaços, então por isso que eles acabam chegando aqui né? Então acontece muito isso. Eh mas assim os relatos eh são esses assim de de não respeitarem os pronomes principalmente de pessoas trans travestis ou de não poderiam estar num dormitório por exemplo feminino ou masculino eh e mesmo se estiverem é perigoso sabe? Tipo essas questões assim então acho que é de todos eles que vieram encaminhados de outros lugares sempre se queixam disso. Cem por cento. Cem por cento (Karen 2023).

Jessica Juliana também em sua experiência profissional traz relatos de LGBTI+fobia em outras políticas (relatados no capítulo anterior) e na política de assistência social: Na primeira experiência contada sobre seu trabalho no CRAS, o nome social da pessoa não foi respeitado:

Foi quando eh uma das vezes onde eu ainda estava na Secretaria de de Assistência um uma pessoa travesti né, ou transsexual, foi requerer um acesso a um benefício eventual e não foi tratada, né, pelo seu nome social. Não fui eu que fiz esse atendimento obviamente e não repassaram pra mim. E eu era assistente social de referência dos benefícios eventuais, então eu fiquei muito sem entender o motivo (Jessica, 2023).

Na segunda narrativa, apesar de ser realizado casamentos a partir da Secretaria de Assistência Social, esse casamento só era concedido à relações cisheteronormativas, havendo uma nítida LGBTIfobia:

Eh uma outra coisa que aconteceu foi quando a gente fez um casamento coletivo aqui na na secretaria e eu curiosa né já com aquele com aquela expertise fui perguntar pra equipe técnica, tinha acabado de chegar na secretaria, perguntar pra equipe técnica se todos os casais tinham acesso ao casamento se tivesse dentro do critério de renda não é? Aí todo mundo sim é só você é só ser casal baixa renda. Aí eu disse **“E se for um casal homossexual?”** Aí ela **“Não, aí a gente não pode não”**. Aí eu disse que **“Sim, mas por que?”** aí a as outras assistentes sociais que atuavam comigo, que atuavam comigo disseram abertamente que o casamento era civil com teor religioso justamente pra que pessoas homossexuais não não não tivessem acesso. (...) Não, e quando eu escutei isso eu meio que morri mas era meu primeiro emprego então eu também tenho que fazer uma média mas ainda é mas é emitir a opinião. Eu disse não. **Então se tem um teor religioso e a igreja não casa, né? Pessoas, pessoas homossexuais, mas que elas tivessem pelo menos o direito ao casamento civil ela "não mas é melhor não porque esse assunto é muito polêmico né?"** Então, isso já me deixou bem bem assim estressadíssima com com essa questão (Jessica, 2023).

Sua terceira narrativa foi sobre a performance de gênero no SCFV, limitando o que é atividade de menina e o que é atividade de menino.

No CRAS a inquietação maior que que ocorreu lá e que tem a ver com com esse debate foi quando no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, uma das crianças que participavam do grupo, **um dos meninos que participavam do grupo com muitos trejeitos afeminados ele foi tolhido no grupo porque a cozinheira do Serviço de Convivência repreendeu ele dizendo que ele não podia ficar brincando com as meninas e que ele não podia dançar o balé que as meninas estavam dançando porque ele era homem e ele tinha que ser homem e ele tinha lá que que fazer as outras atividades junto com os meninos.** Aí eu disse não, eu vou chegar pra coordenadora e vou contar isso. **E aí a gente tentou fazer um**

trabalho, né, de conscientização de que meninos e meninas podem acessar todos os serviços e podem acessar, né? Aquilo que eles quiserem, né? As meninas no, não é proibido as meninas irem tocar violão ou tocar flauta, ou jogar o futebol, enfim. E também os meninos que quiserem ser nessa balé, eles poderiam. Sendo que a gente sabe que isso é uma construção social que que não está não está somente na nossa alçada enquanto assistente sociais A gente tenta, né? Nos nossos limites profissionais, nos nossos limites institucionais também, fazer algumas alterações na realidade, mas eu compreendo que essa experiência no CRAS ela não teve não teve esse impacto que eu queria que tivesse quando a gente tá quando a gente tava trabalhando a questão LGBT e também o CRAS pra mim era meio que um que um um um ritual de passagem porque eu enquanto eu estava trabalhando no CRAS eu estava estudando pra o mestrado (Jessica, 2023).

Tomando nota tanto desse fato no SCFV, quanto no cadastro único, conforme relato de Jéssica, vale pontuarmos que a necessidade de capacitação e combate a LGBTfobia no interior da política de assistência social não se restringe apenas a formação para assistentes sociais, mas a recepcionistas, cadastradores, atendentes e educadores e equipe de apoio operacional.

Jessica Juliana, ainda, antes de trabalhar no CRAS teve experiência de estágio no Centro de Referência LGBT e foi instigada a pensar a relação entre a Política LGBT com a Política de Assistência Social.

A questão de acesso a benefícios socioassistenciais chegava também na no centro de referência LGBT. Eh inscrições pra o Minha Casa Minha Vida naquela época em que a política estava bem bem expandida também aqui na no Brasil e na Paraíba como como um todo também as questões de de de acesso também a emprego e questões de previdência também sempre transversalizavam com a política de assistência, mas eh dentre tantas e tantas outras coisas que me chamaram muita atenção durante esse período de estágio foi mais ou menos um ano que eu passei de estagiando foi estágio um, estágio dois, é como é a grade aqui na UFPB a gente faz o estágio duas vezes **uma das questões que mais me chamou atenção foi a relação mesmo na da política eh LGBT com a política de assistência social.**(Jessica, 2023)

Ao acompanhar situações de pessoas LGBTs, principalmente das trans no acesso ao Cadastro Único de João Pessoa ela constatou também inúmeras violências estruturais:

E essa questão ela se deu muito por conta de que as trans em sua maioria claro mas outros outros segmentos do do do segmento do LGBT também demandavam por isso mas as trans chegavam, né? **Afirmando que elas não eram nem bem recebidas no Bolsa Família. Aqui em João Pessoa. Diziam que que Bolsa Família era pra família, não era pra não era pra gay, eram esses tipos de comentários que chegavam até nós. Ou de que até agendavam, né? O até**

agendavam o atendimento mas quando chegavam lá com seus documentos não retificados ainda tinha a questão do preconceito no atendimento, enfim foram essas questões que foram me inquietando enquanto estudante né?(Jessica, 2023).

E transformou essa inquietação em seu tema de TCC:

Enquanto pesquisadora e aí eu disse não, então eu vou estudar o acesso da população LGBT ao programa Bolsa Família nesse contexto de rede né? Porque deveria né? Ser ser uma rede mais estruturada já que o espaço LGBT ele perpassava por toda a estrutura organizacional aqui na na cidade de João Pessoa e eu fui fazer a minha pesquisa do trabalho de conclusão de curso no setor do programa Bolsa Família, aqui em João Pessoa e eu gostaria muito de ter feito na época com os próprios sujeitos e sujeitas LGBTs que eram atendidas mas a questão da entrevista não ficou eh.. não deu pra enfim.....são os caminhos metodológicos que às vezes tem que lidar com as situações objetivas no entanto eu tinha né essa vivência e esses relatos né? Da dos usuários das usuárias lá no serviço e aí documentalmente né? Utilizei enquanto metodologia de pesquisa também e aí eu fui fazer essa pesquisa né? Lá no no no setor do Bolsa Família e isso tudo culminou com o meu trabalho de conclusão de curso né? Que o título é um pouquinho grandinho mas eu vou tentar te dizer aqui eh... Enfim, deixa eu procurar pra pra não errar...Mas uma das indagações que eu faço no título desse TCC é se a população LGBT no programa Bolsa Família em João Pessoa, ela é visível ou invisível e se ela é assistida ou desassistida. A partir desse primeiro atendimento que que era que era realizado nesse eh nesse nesse órgão né? O Bolsa Família (Jessica, 2023).

Com essa pesquisa Jessica chegou ao seguinte resultado:

Então, uma das conclusões, que se tomou era essa, **era essa dificuldade de acesso mas essa dificuldade de acesso ela não era tão em parte pelas assistentes sociais que atuavam no no setor. Ela acontecia muito mais na porta de entrada, não é? A recepcionista, enfim. E acontecia muito mais com os entrevistadores e digitadores. Mas são essas pessoas as que que onde a população chega primeiro. Não é? Então assim o o corpo do técnico de assistente sociais do do setor do Bolsa Família inclusive tinha uma mulher lésbica. Não é ? E ela era uma não somente uma mulher lésbica mas uma mulher lésbica militante então ela meio que também que fazia esse movimento ali por dentro né, do do setor no entanto existiam muitas barreiras né, que faziam com que a população ela não se sentisse acolhida naquele espaço.** Uma das questões era a questão do nome social **porque inclusive nas fichas do Cadastro Único não existia campo pra nome social nessa época.** Aí um uma algumas das da das assistentes sociais que eu entrevistei e aí assim eh isso foram falas das assistentes sociais (eu não cheguei a entrevistar os digitadores e entrevistadores do Bolsa Família) uma das falas foi que quando elas identificava que uma pessoa era travesti elas já nem perguntava o nome, o nome de registro. **Mas perguntava como é seu nome social? E aí colocava no do lado do lado na na ficha.** Porque não existia campo ainda Então assim, já existia essa consciência (Jessica, 2023).

Jessica ainda traz ao debate a questão do cadastro unifamiliar e do direito ao benefício. Apesar de na situação retratada ser há quase 10 anos, ela ainda é super atual ainda

mais com o limite que o Governo Federal fez recentemente em relação a quantidade de cadastros e benefícios unipessoais por município e o bloqueio de cadastros unipessoais para averiguação. Essa limitação, apesar de ser um gatilho para os municípios, impede o acesso de pessoas (ou famílias unipessoais) que realmente estão em situação de pobreza/extrema pobreza e necessitam desse benefício?

No entanto, quando a gente vai pra o debate por dentro da assistência social, sobre matricialidade sociofamiliar o debate aqui do que é família para o Bolsa Família então as próprias assistentes sociais ainda tinham muita dúvida porque o benefício ele é concedido para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade sendo que o nome é Bolsa Família. E quando essa família é formada por uma só pessoa. Quando essa família, quando essa pessoa, esse indivíduo essa travesti dando nome, né? Ela chega até o até o serviço. Então muitas pessoas não tinham ainda essa noção de que ela poderia requerer o benefício quanto ser né? E se a gente for debater né? Que eu não fiz esse debate porque não deu tempo, mas se a gente for debater né? A questão dos conceitos de família, a questão de como a sociedade concebe essa essa relação também da pessoa LGBT com a família porque por exemplo as travestis. Quem, onde é o primeiro espaço de violência? Né? Que pra pessoas travestis e transexuais pra noventa e nove por cento delas é espaço familiar, né? É o espaço da casa(Jessica, 2023).

Ainda, Jessica traz à tona a situação de casais LGBTI+ que não se declararam como casal no cadastro único. Apesar de não ficar claro o motivo em nossa conversa, vale as hipóteses: as famílias homoafetivas achavam que não eram reconhecidas como famílias? Tinham medo de sofrerem com a LGBTfobia no atendimento? Achavam que famílias LGBTI+ não eram reconhecidas pela política de assistência social? Havia medo de não conseguir o benefício quando soma-se a renda das duas e era uma estratégia de sobrevivência?

E outra questão também era com os casais. Tipo algumas assistentes sociais relatavam pra mim que percebia que a mulher que veio fazer o cadastro veio com uma outra mulher, isso né? Isso, né. Coisas que eu estou lembrando agora também que elas me diziam né? Sabiam que as duas era casal mas elas não se colocavam enquanto casal então assim por isso que eu discuti essa questão se ele se eram invisíveis eu acho que é acho que o título do meu TCC era política de assistência social e população LGBT no programa Bolsa Família em João Pessoa.(In)visíveis e desassistidos? Esse 'in' eu colocava em entre parênteses porque na verdade eu lancei a dúvida né? Eu estava querendo lançar a dúvida pra fazer o debate E a questão da assistência de como a questão de ser se eram assistidos ou não era de como esse acesso se dava. Se chegava até o fim e o benefício ser concedido e a pessoa ficar OK(Jessica, 2023).

Ao refletir sobre as violências que ocorriam na ponta, no atendimento nível municipal, Jessica traz questões como o conservadorismo, LGBTfobia, a formação profissional... que faziam com que mesmo tendo avanços no judiciário (principalmente STF) e um executivo progressistas, ainda assim, a execução da ponta era permeada por violências.

E aí pronto eu acho que essa esses foram os os maiores pontos mas o que mais me inquietava enquanto eu estudava era isso, era de como a gente avançou qualitativamente em estudos, em pesquisas, em levantamentos, em produção de dados, né? A nível federal na época a nível de estado a gente estava muito avançada também, mas a nível de município a gente não conseguia às vezes extrapolar isso tudo dentro do executivo que ainda era o mais era o mais progressista né? Porque o judiciário foi muito a questão do casamento igualitário, enfim, adoção por casais homossexuais, avanços muito muito bons mesmo pra população LGBT e no legislativo a gente não era ninguém né, então eu queria muito essa coisa de estudar o executivo e saber como acontecia lá na ponta porque hoje enquanto estado hoje enquanto trabalhadora do SUAS na gestão do SUAS a gente compreende um monte de coisa, inclusive a gente compreende porque não chega. Mas naquela época que eu estava enquanto trabalhadora do SUAS no município e que eu vi aqui tudo que a gente discutia ali que era super avançado não chegava até a ponta eu ficava me perguntando onde é que está essa quebra? Aí a quebra vai pro conservadorismo vai pra essa questão da LGBTfobia né, estrutural, a questão acho que da própria formação também. Então assim, são muitos muitos lemas e dilemas, e a gente tem no Serviço Social (Jessica, 2023).

Bruno durante o período em que ele esteve como pesquisador na FAPEMG estudou como as políticas de sociais apreenderam a performance de gênero. Com relação a assistência social:

Eu entrevistei um assistente social que trabalhou no CREAS eh e ela falou assim: **não, são questões de forro íntimo a gente não entra nisso né? Muitas vezes atendeu famílias em contexto de violência motivadas pela homofobia, porque o menino estava sumindo a sexualidade nanananã e esse assunto não era tratado não era, não estava na clivagem eu lembro que eu conversei com a professora de psicologia na época ela falou olha é isso, não aparece (Bruno, 2023).**

Ou seja, apesar de ser uma categoria de análise importantíssima nos atendimentos, pois muitas vezes pode ser o motivo da violência sofrida, esse assunto acaba sendo descartado ou jogado para baixo do tapete.

4.1.6.3 A política de assistência social como espaço de contradição

Na experiência de Joycee é possível constatar que a política de assistência social foi espaço de acolhimento e desenvolvimento de autonomia e ao mesmo tempo foi espaço de grande violência e opressão.

Joycee, em seu percurso de vida, chega na Política de Assistência Social por estar em situação de rua, mas sua situação é agravada por ser vítima de violências e ameaças. Assim, Joycee traz em sua narrativa sua experiência no Centro Pop, Casa de Passagem e no CRAM

Joycee ainda compara o acolhimento de Santo André com São Bernardo do Campo:

Então mas aí eu fiz assim basicamente tinha acabado de chegar nas ruas fiz nos três dias das ruas fui acolhida em Santo André que lá o albergue lá ele é particular não é igual aqui em São Bernardo que é público não lá é público privado assim a prefeitura paga pro privado a renda, orçamento da cidade. Então eu fui lá em Santo André, lá atualmente tem o masculino e o feminino e o trans né? Antigamente, quando eu cheguei lá não tinha, só tinha as mulheres eh junto com as trans. Só que as mulheres cis, elas achavam que aquilo era um desrespeito, ter nós utilizam a mesma área de banho. E nós mulheres trans, travestis né? Somos em defesa das mulheres. Não viemos pra competir com as mulheres e sim pra nos ajudar assim, pra somar juntas (Joycee, 2023).

Ao chegar em São Bernardo do Campo após sofrer ameaças ela relata ter vivido a seguinte situação em sua chegada na Casa de Passagem:

Cheguei aqui em São Bernardo foi dia 28 de fevereiro do ano passado e não quiseram me receber na casa de passagem, segui na portaria e você não vai entrar, uma coisa e outra, não tem não temos vagas Não! Mas a minha acolhida foi negociada com os dois Centro Pop Santo André e São Bernardo negociou.. Impossível a assistente social de São Bernardo não ter dito nada, entendeu? Não, você não pode entrar, não pode entrar, não pode entrar, não queria de jeito nenhum eu entrar, deixar eu entrar, nem queira entrar, não queria me chamar pelo nome social, aí depois de muita briga na porta, tive que ameaçar chamar 190, aí nisso chegou uma assistente social lá da casa de passagem, e eu falei assim ó se você não chamar o 190⁶⁸ agora e não quiser passar o final de ano no xilindró você vai também como cúmplice porque eh a transfobia já é um equivalente ao racismo então é crime inafiançável. Se não chamar 190 eu vou ligar. Agora nesse palco que vocês costumam fazer, isso é crime. Então vocês dois vão passar o final de ano no xilindró. Porque isso é isso que eu estou passando aqui agora é transfobia porque já já foi negociado minha vaga, eu sou mulher, mulher trans, meu nome é Joycee eu

⁶⁸ A revisora Ingrid pontua a necessidade de se ter uma política educacional para que as pessoas que precisam ter acesso aos equipamentos públicos saibam quais são seus direitos.

sou cinco anos documentada, como oficial, eu sou documentada e é impossível que não tenha vaga, minha vaga aqui. **Aí depois da ameaça me pediram perdão, desculpa, tal pelo equívoco, só que não me colocaram no quarto de mulher, colocaram no quarto de idosos. Aí quando foi de madrugada me tiraram do quarto de idosos e me colocaram no quarto de homens. Só que os homens, eles não queriam mais eu lá. Porque se eu cheguei me apresentando como mulher. É por causa da mulher eles ficaram super desconfortáveis comigo lá no quarto. E eu aproveitei a madrugada para organizar as coisas que não queria que existissem, né? Entendeu? Aí no dia seguinte foi uma loucura outra pra mim poder ir no quarto das mulheres sim, pra usar o banheiro das mulheres sim, entendeu? Pra comer junto com as mulheres, né?** Como eu citei pra você lá atrás, então ele falou assim, meu Deus do céu, que coisa, né? Então, tipo assim, entenda que talvez São Bernardo tenha a ideia de que eles tinham de mulher trans era só travesti. Então a travesti, que ela cometia furtos, aqueles que vendem seu corpo na Lucas⁶⁹, aqui, aqueles que ali tem ou já tinha passagem, coisa assim, então a ideia de São Bernardo quando eu cheguei que mulher trans é agressiva, existe uma mulher trans que nem eu que era mulher, seria mulher tendo as atividades de mulher, pagando boletos, aí eu tive que ensinar eles que também existiam modelos como eu, né? Diferente. **Então tipo assim, então por isso que eles estavam assim mal habituados a maltratar a travesti, acharam que era só marginalizada e quando eu cheguei quiseram fazer o mesmo comigo, só que eu deixei bem claro que aquilo não era certo, porque elas também são mulheres trans e que não é porque eu não sou travesti que eu seja diferente delas, ou que não tenha que ter o mesmo respeito, né por ainda ter um pouco da aparência masculina, né? Entendeu? Então até quando eu vi lá com muita companhia, aí fui em debates pra poder usar o banheiro, a sala de TV que eu disputei, né?** (Joycee, 2023).

Em sua experiência, coloca a violação de direitos ao não ser chamada por seu nome social e colocada em quarto que não atendia a sua identidade de gênero. E relata não uma atitude passiva, mas uma atitude de enfrentamento e disputa não aceitando o local de inferiorização colocado.

Relata também que na Casa de Passagem as mulheres sempre estavam em desvantagem tendo em vista haver 110 homens acolhidos e 10 mulheres e as votações sempre eram pela maioria, assim a escolha da programação da televisão, o uso dos tanques de lavar roupas, dos varais, sempre era dificultado para as mulheres e principalmente para as mulheres trans “que recebem a xepa da xepa”.

Sempre na sala é, ficava muito em desvantagem.. Poucas mulheres tão, e a maioria decide, então as mulheres nunca decidiam uma programação, uma diversão, um lazer também para elas. Na hora de lavar roupas também, o

⁶⁹ Avenida Lucas Nogueira Garcez

varal, não comportava as mulheres, só os homens, era sempre colocada roupa no varal. Não comportava as mulheres. Só os homens. O número de tanquinhos não comportava o agendamento de mulheres, o tanque físico não comportava o alojamento das mulheres, o número de mulheres.. as mulheres nunca eram..(...)Até porque, o pessoal fala, que tem um jargão que ele fala, esse jargão fala assim que se a mulher cis, ela já recebe a xepa do homem né? Dos homens né? Ah nós mulheres trans recebemos xepa da xepa da xepa porque mesmo quando a sobra ela vai pras mulheres como a sobra das mulheres que vem pra gente porque eles não querem aceitar nós mulheres trans fortalecidas como né? Então tipo assim então você sofre transfobia dos educadores né? Que descobri que eu queria babar, queria ser melhor tratado melhor, eu não quero isso, quero o mínimo sim, eu quero ser enxergada como mulher. **Quero que você me olhe e me veja mulher, eu e a Mariko somos duas só isso. Eu não quero receber a mais que a Mariko, eu não quero isso né.** Obtive direito dos homens, os homens já têm o direito suficiente, **porque se são cento e dez homens, então basicamente tudo gira ali em torno dos homens. Então eles não precisam mais de tanta atenção, porque ele já tem atenção, né? Então aqui por exemplo, quando eles acolhem as pessoas na rua, um número maior sempre vai ser de homens. (...)** Homens, os homens chegaram a arrancar o adesivo do banheiro feminino [da casa de passagem] pra eles poderem usar.. Tem que atravessar o pátio pra usar o piso, que são 10 banheiros e nós tínhamos só dois. E os dois das mulheres lá eles arrancaram as etiquetas da porta pra não ter que atravessar o pátio e usar os nossos que é a mais perto. Aí cheguei lá e falei aquelas são femininas. Por que não tem um aviso aqui. Vinte mulheres, só dois banheiros. Cento e dez homens, dez banheiros, então somando..(Joycee,2023).

Também fala sobre a necessidade da garantia da individualidade das mulheres, podendo escolher as roupas que desejam e que gostem, tendo o direito à escolha.

Porque geralmente uma mulher de rua ela tá ela tá muito vulnerável, ela já não se gosta mais, ela tem vergonha de tá suja, de sabe? **De não ter uma higiene, uma roupa bonita, porque não é saudável pra uma mulher, a mulher tem que se sentir bem, gostar de ficar com ela. (...)**Se você pegar uma calça de homem e colocar para uma mulher vesti-la. Ela quer uma calça que caia bem no corpo dela.Exatamente... Sobrou toda a violência, né? **Que ela não seja violada. Se eu perguntar a violência dizendo o que ela deveria vestir ou ela quer poder decidir mesmo sendo de rua, se eu gosto de uma camisa floral, porque ficar com uma básica? Ou o que sobrou de um homem.** Então, tipo assim, claro é isso e coisa. Eu também estou me acostumando com meu visual. Então eu sempre usava saias e vestido eu adoro de vez em quando eu fiz a transição do meu armário que é bem isso, quando eu, igual eu falo nas palestras, né? (Joycee,2023).

Joycee ainda relata a resistência e dificuldade de aceitação não somente das/os trabalhadoras/es, mas também das/os usuários/as e seu papel educativo na Casa de Passagem que deveria ser o que os assistentes sociais, educadores e gestores deveriam fazer.

Então, como eu falei, eu cheguei em roupa sem nada, cheguei de Santo André com um saco de lixo e umas três peças de roupas femininas que eu ganhei, né, de vestidos e saias aí o pessoal não estava acostumado a olhar no pátio ou conviver na convivência comigo eu sempre destaco isso. **Porque nem todas as minhas travestis usavam saias e vestidos, usavam mais shortinhos, leggings, coisas assim e os caras então até quando eu falei assim, o que eu tava fazendo é, com a minha atitude era basicamente o que o pessoal do assistente social que os educadores, o gestor tinha que fazer. Porque sem querer, eu com as minhas atitudes de mulher, eu tô ensinando pra eles, por mais machista, mais conservador e retrógrados que os homens de rua eles são, eles vão tratar a Joycee diferente. Ela é mulher mesmo. Então eu chegava pra eles e falava assim não peraí meu nome é ela/dela. Tá. Ensinando eles no final a maioria deles acabava aceitando. Muito mais que o pessoal do administrativo que já está tratando com respeito com educação, fazer isso que é o legal. Aí teve uma vez, que fingia que não sabia, tinha caras que chegavam lá em um casal e achavam que só para poder estar dormindo no quarto das mulheres, ele também tinha o direito de entrar no quarto das mulheres. “Não, não, não, não, não, não. Eu estou aqui porque eu sou uma mulher transitada. Agora você, se quiser falar com a sua mulher, vai ter que pedir pra outra mulher levar o recado para ela”.** Porque tem mulheres lá dentro se trocando, tem mulheres idosas.. Mulheres...que você não pode estar lá dentro “Mas você está lá dentro. (Joycee, 2023)

Joycee ainda traz a questão que sempre que houver uma briga contra uma pessoa trans tudo vai ser reduzido a identidade de gênero ou a sexualidade:

Aqui você tem aí você precisa ter uma defesa porque quando é uma discussão com uma mulher trans nunca é contra a Mariko, é por conta da sexualidade da Mariko. Então as brigas não eram com a Joycee Era porque a Joycee tinha bigulim Era porque a Joycee era assim assada Era assim assada Era porque a Joycee é viado E a mulher ..então era com as coisas pra se denegrir Até nisso eu fui exigindo que os educadores que a assistente social que o gestor trabalhassem uma proteção, porque não gostar de mim é natural ah não, eu não gosto da Joycee, mas tem que respeitar.Mas até pra dar bronca ou pra não gostar tem que respeitar uma mulher muitas vezes você não respeita nem as mulheres cis que briga com você. Imagina eu, né? Não? (Joycee, 2023)

Joycee ainda relata a resistência e dificuldade de aceitação não somente das/os trabalhadoras/es, mas também das/os usuários/as e seu papel educativo na Casa de Passagem que deveria ser o que os assistentes sociais, educadores e gestores deveriam fazer.

É muito legal, assim, da condição que eu falei, porque, assim, fora da casa Neon Cunha, **o atendimento do município e mesmo privado, eles não estão acostumados a lidar mulher trans, entendeu? Mesmo os locais de atendimento, você pode ver que em órgãos governamentais é como**

Poupatempo e outros órgãos assim, em outros órgãos, assim, eles não sabem lidar com nós. Outros já fazem, já marginalizam por lidar com a mulher travesti, eu falei, é só uma marginal vindo aqui encher o saco, então eles não veem a gente como mulher. Então, quando eu cheguei no CRAM, assim, fui a primeira, como que em quase tudo, eu sou a primeira mulher trans, em vários lugares, não tem mesmo, eu falei, eu era a única mulher trans, entendeu? Então, tipo assim, quando eu cheguei lá, elas são especializadas, no CRAM, entendem muitos dos casos sobre a mulher cis, em situações de violência doméstica, de violência em geral, elas são sociais, elas entendem, apoiam, conversam, que confesso que elas são casadas, que tem filhos, ela ajuda, ela quer, assim, com a separação, com a violência, com a violência que sofreu, ela já não pode ficar aqui, dependendo do sigilo, mas há histórias, sabe, elas sabem lidar com com perdas muito grandes, tipo assim, mulheres que foram esfaqueadas, maltratadas, recuperaram tudo, e se posicionam muito, muito ferozes mesmo, então, elas têm aquela.. Então elas tem que ter ..aquela aquele coração desde a gestora até a assistência, educadoras e as profissionais, elas são incríveis (Joycee, 2023)

Também relata que no momento em que seus pertences foram retidos pela Casa de Passagem, quem conseguiu novos pertences para ela foi o CRAM. Joycee ainda conta como tem contribuído com o CRAM, sendo esse um espaço de pertencimento e acolhimento de suas propostas.

Então, quando cheguei, todas as reuniões eram sobre a parte de legislação que a gente aprende, a parte da Maria da Penha, e de suportes assim, tem a parte de gênero então a gente falando sobre como cada um conseguiu dar o pé por cima, para estimular as outras mas ainda assim, percebi a situação elas mesmas ali, as reais recuperadas elas foram adestradas dos seus maridos, dos seus companheiros dos seus agressores que eram feias que eram gordinhas, que não seriam ninguém sem eles eles não deveriam ter dado um real para comprar um atum para comprar uma roupa, as coisas alinhadas e coisas assim então, assim, um pouquinho de treinar o curso que eu fiz, para treinar mais **então, não pensar nelas aí, cheguei, me acordo com a gestora lá, com a C. e falei uma tarde de beleza aí, um dia a gente teve reunião e eu aproveitei para fazer, pra pegar uma delas como modelo para explicar como faz uma pele simples de como esconder cicatriz no rosto, várias dicas que nós aprendemos com a própria Karen Bachini que eu tinha e com o professor Demétrio que é o das famosas e que veio aqui dar o curso para a gente . Então, foi bem encurtado, elas adoravam fazer maquiagem simples e natural com elas e a gente fazia assim, você usava a própria máscara ou outras coisas, para fazer outros pares no corpo ou no rosto, assim, né que você pode usar um tom vermelho para esconder cicatriz ou queimado o sol ou outras cicatrizes que ela teve, talvez levado uma lesão no rosto, no aparelho depois de ter feito ali com a modelo eu olhei assim e vi ela assim com aquela cara assim, abandonada com muita vontade de exercer mas nunca teve coragem porque o cara não deixou e algumas delas elas já tinham o vício de achar que não tinham direito para fazer maquiagem porque os maridos eram religiosos e achavam que mulher maquiada era coisa de prostituta, entendeu? Você a partir do momento que você lava seu rosto toda**

manhã pra despertar pra vida, pra enxergar melhor e pra ficar mais arejada ali você está fazendo todas as manhãs não é o que é maquiagem porque ela é um pecado, ela vai pro inferno ou porque ela está sendo promíscua por ter uma maquiagem. Você precisa manter a higiene. Você se amar, vem de arrumar o rosto. Aleluia aí aquela barreira do preconceito, do machismo, do marido dela que nela caiu por terra e aí todas elas fizeram. quando eu percebi que uma delas estava questionando muito uma coisa é boa, bom deixa a gente falar uma coisa assim, sabe? Para terminar aqui, e eu não vou ter medo de você porque eu quero falar com você mais beleza e maquiagem que você está fazendo você não faz, é como você tem os produtos aqui que eu tenho aqui para fazer a maquiagem sabe, desde o ponto de você começar com saúde e a limpeza e a maquiagem e você, todos os dias sem você saber você não está mexendo você é uma grande imagem para mim. **Ai esses dias, a gente estava propondo para ter uma cantada como eu te falei, de pegar assim antes era para o aniversário da..da Lei Maria da Penha Mas esse não deu tempo, Mas esse não deu tempo,** porque assim, quando eu era bem novinha e fui para a igreja e pra esse projeto durante 22 anos e elogia, ajudante eu fui uma diaconisa, eu cheguei até para ser ordenada mas eu não quis, porque muito foi errado e 22 anos da minha vida a igreja, então o tanto que eu de escândalo, mas eu aprendi, tive uma bagagem de música. **E ai pensei da gente pegar uma música. Aí eu dei duas opções: Uma música que minha mãe fez com dezasseis anos e sou órfão de pai aos vinte e seis. Então tem aquela da Maria Lima, “o mundo pode ser seu”, tem uma letra muito forte, né? Ela tem uma letra muito forte e para se juntar com as músicas, juntar ela ela queria ir agora, separar em contralto, sopranos, para se sentir motivada fazer um coral ali e tal para se sentir motivada aí eu passei por todas as coisas do teatros, como uma cantata de final de ano, juntando com o ano novo, Reveillon, Natal, com uma coisa assim mais de autoestima para a mulher. Depois eu acho que como canção da Rita Lee muito pra mim isso, né? Sobre essa essa volta por cima dela se enxergar agora, como fala Rita Lee. Porque uma coisa acontece com a mulher daquela cara tinha razão, porque ela tava sofrendo porque ela não é merecedora e quando ele sai a vida dela, ela continua assim ó, a achar que o que aconteceu foi culpa dela mesma. Que o que aconteceu foi culpa dela mesmo, ela vai levando isso para a vida dela, então todas as pessoas que estão com a filha no processo de Natal sofrem com aquele trabalho de liberação dessa culpa então essas atividades, essas atividades eh sócio, sociais....E isso eles têm eh muito legal (Joycee, 2023).**

Ao perguntar sobre Cadastro Único, Joycee relata que possui e que é beneficiária do Bolsa Família:

Tenho, porque quando eu passei no CRAS em Santo André, porque quando eu cheguei de volta nas ruas e descobri violência aí eles me mandaram para aquele prédio CRAS aham então eu nem sabia, entendeu? Aí um belo dia que a L. chegou para mim e falou precisa passar ali na rua tal pra você confirmar seu cadastro único, você precisa assinar, confirmar, que você fez o cadastro único em Santo André, então quando eu sai de Santo André, já sai com cadastro, cadastro único (Joycee, 2023).

Pergunto se em seu cadastro único há seu nome social: “E no cadastro tá com seu nome social, tudo certinho?”

É isso, exatamente, aí quando elas me mandaram com os meus dados assim, eu só precisei esperar aqui em São Bernardo dar os noventa dias, né? Pra começar a receber o primeiro auxílio. Noventa dias depois que eu cheguei em São Bernardo já comecei receber o auxílio e tinha até pensão alimentícia atrasada mas a mãe mesmo sempre entendeu, nunca me viu como um mau caráter né? (Joycee, 2023).

Joycee traz ainda um incidente ocorrido no Centro Pop que demonstra como a política de assistência social não está preparada para lidar com diferentes configurações familiares:

Entendeu? Então assim eh dos 600,00 eu devolvo 400,00 durante um mês, por isso que eu não tenho condições financeiras pra tomar altas atitudes, assim, né? E olha aqui, por falar nisso sobre uma vez lá em abril, **a própria assistente social do Centro Pop tinha que me aconselhar de não pagar a pensão e pensar mais em mim.** Mariko, você acha que a mãe dos meus filhos vai continuar boazinha comigo no momento que eu parar pensão? Pensão ainda é a única coisa que dá cadeia. Me põe em juízo. Ai pensa, que lindo pros meus filhos “Ah depois que meu pai virou mulher trans ela foi até presa”. Imagina isso aqui tanta coisa pra pra evoluir, vou dar esse exemplo pro meu filho...quis que eu não quero, que nem eles, nem ninguém, nem eu mesmo, ache que minha dificuldade de vida só aconteceu porque eu transitei, eu não quero acreditar que as minhas dificuldades não passem na vida só aconteceu porque eu transitei. Eu não quero acreditar que as minhas dificuldades não passam na vida são porque eu transitei, viu? Porque eu não acho que o meu mal foi ter transitado. Eu não quero, eu quero que o I., E., G. pense que o pai foi parar na rua, só virou moradora de rua porque ela transitou, por ter transitado. Não é. Todo ser humano vai ter dificuldades porque a gente faz o financeiro tem que parar na rua por uma dificuldade financeira não foi caso de droga, de vício, de confusão, de nada. Não que eu seja, seja melhor que ninguém, mas eu estou nas ruas por uma dificuldade financeira (Joycee, 2023).

E ainda um relato com um olhar desumano às pessoas LGBTs em sua experiência com o Centro Pop:

A própria mulher do Centro Pop, falou que não tem política pública pra LGBTs, que não tem pra mulher trans e quem dera pra morador de rua, o que ia ter pra nós trans? uma cara que não é interessante nós a própria assistente social do Centro Pop Então independente de ter política pública ou não precisa ter um olhar humano, humanizado para nós, você não quer dar privilégios, tirar direito dos outros, ter preferência, ser os coitadinhos não, nós queremos que o mesmo olhar humanizado seja um olhar pra nós que não seja uma caridade que nós sejamos dignas também disso a gente não quer brigar por banheiro a gente quer entender o que é poder, ter condições de poder ter um sustento de comprar o que a gente quiser aquela que quiser se recuperar das drogas vai se recuperar, aquela que precisa se recuperar da bebida vai se recuperar se quiser sair das ruas, você vai sair, porque o que mais elas acham o que eu li é o que elas estão fazendo de melhor não, elas foram jogadas pra prostituição, ninguém quis dizer um dia eu vou virar gay, eu vou virar trans, aí eu

vou vender meu corpo ninguém, assim todos nós fomos empurrados. Todos nós fomos empurrados pro cantinho da do pensamento (Joycee, 2023).

Joycee, ao falar sobre sua situação na Casa de Passagem, mediante a concessão de permanência do Centro Pop contou que:

E ao invés do Centro Pop estar me ajudando começou a me perseguir. (...) E mesmo eles, que eram seus próprios que estavam me ajudando a toda hora começou a me perseguir “Ela estava mais de 90 dias” Ela estava me perseguindo. Mas eu estou mais de 90 dias. Porque estou abusando. Eu não consegui ainda condições de autonomia, independência financeira para conseguir caminhar com as minhas próprias pernas Porque é o que eu sempre quis Você acha, Mariko, que eu ia passar todo esse vexame, que eu passei de transfobia que eu passei para estar ali. (...) E quando eu fui tentar renovar o passaporte para a casa de passagem com o Centro Pop né, a relação estava desgastada. Porque assim, toda vez que eu Joycee ia tentar renovar, por mais que o período básico seja noventa dias, passando esse período renova-se de trinta e trinta dias. Né?! Os homens héteros ganhavam eles ganhavam trinta dias de graça. Era só chegar lá, pedir trinta dias, né? Independente do volume que vai gastar de comida, com aquela coisa toda. E quando [eu] chegava lá toda vez que a vinha renovar era só quinze dias, catorze, doze, onze (Joycee, 2023).

Vale pontuar que o tempo médio de estadia na Casa de Passagem concedida pelo Centro pop é de 90 dias, podendo ser renovado conforme avaliação da equipe técnica do Centro Pop. Ainda contou que após um episódio em que sua roupa de cama e banho foi retida e desapareceu na Casa de Passagem, em ação higienista para vistoria,

Aconteceu uma vez que foi assim, é, um dia resolveram fazer uma então uma vistoria no no albergue no dia do aniversário da cidade de São Bernardo com sessenta anos **e sumiram com as nossas roupas de cama, roupa de cama, cobertor, toalha...E o prejuízo? Eu cheguei sem ter onde me cobrir, sem ter como tomar banho, sem ter lençol na cama, só um descartável lá.** Mas como isso acontece? Porque até mesmo quando eles querem.. as roupas que ficam semanas, quinzenas e mês no no varal, eles vão lá na sexta-feira, avisam que vão recolher do varal, ali sim descartado lá fora toda, mas avisam antes assim, mas por que não nos avisaram? É assim que tem que ser comunicado e outra, **falaram que era por causa de excessos, mas duas, duas cobertas do frio, onze graus era errado? Vocês não vão tomar uma atitude assim de tirar a roupa de cama no dia, né?** E quando se trata da Joycee ela tem um peso maior, né? Então, tipo assim, não tá compensando devolver. **Ai eu tive que me secar com roupa, com meu vestido meu, um absurdo. Foi feio assim, me secar com meu vestido e o vestido não seca. Me secar com meu próprio vestido e colocar ele pra secar nos pés da cama e dormir, duas, três noites sem as minhas cobertas.** Porque não sabiam dizer, quem tinha tomado, quem tinha expedido a ordem, aquela coisa toda. E eu falando assim, mas peraí o..é alguém tem que saber, né? Eu contei para as pessoas.

E meu referente falou que estava em um endereço e que eu poderia adquirir tudo isso (Joycee, 2023).

Como consequência adoeceu e expôs a situação vivida para a equipe da UBS:

E eu sou soropositivo, eu nunca usei isso como carta de revista pra nada. Pelo contrário, Isso é uma coisa que nós escondemos porque o preconceito pode ser ainda maior e atentado contra a gente, né? E eu falei assim, eu tava tratando de uma pneumonia com tratamento que demora mais tempo do que vocês convencional porque a nossa imunidade é mais baixa. Então uma coisa que demora pra vocês dois, três dias pra nós é semana, quinze dias pra uma enfermidade sarar mesmo tomando o coquetel aí eh eu voltei do hospital não curou a pneumonia por conta daquelas noites frias e tal né? Aí a moça ah a médica disse que está que tinha piorado minha pneumonia e tal uma que estava com uma mancha no pulmão, com dificuldades de respirar, aquela coisa toda né ? Eu passei aquelas friagens todas, todos os dias..Por causa disso passei muitos dias sem respirar direito por conta dos dias frios do inverno. Ai nisso eu eu procurei uma UBS que era na policlínica e me ajudou a ajudar aquela coisa toda, a assistente social foi lá argumentar com a casa de passagem para devolver minhas roupas, aquela coisa toda e quem mais me ajudou foi o CRAM, advogada de lá me doou com umas roupas e cobertas, essa por exemplo, que eu trago para lavar aqui (Joycee, 2023).

Após esse fato sofreu maiores sanções pelo Centro Pop:

E quando eu fui tentar renovar o passaporte para a casa de passagem com o Centro Pop né, a relação estava desgastada, elas fizeram uma reunião e falando assim que meus dias seriam supervisionados. E como o horário de entrada meu seria só nove horas da noite Aí eu falei assim, perai se qualquer albergue no planeta é das sete horas da noite às sete horas da manhã de jantar, tomar banho essas coisas. O que eu vou fazer nove horas da noite fico com uma mulher de rua, por mais que eu tenha uma casa para ficar de segunda a sexta, janta não tem, no sábado e domingo eu não tenho café da manhã nem tem almoço, eu vou entrar nove horas da noite no albergue? Ou seja, eu não vou ter mais janta na minha vida. Não. Eu não vou ter mais horário de banho e não vou ter mais café da manhã. Tem que ficar das nove horas e sair sete horas da manhã, já vai ter que sair. E o café também? Então assim, que graça tinha pra mim ficar lá dentro do albergue como mulher, como mulher trans pra sofrer mais esses maus tratos, sem cuidados só pra ser comida por inseto. Porque foram oito e pouco meses [sendo] comida por percevejos, posso abrir meu corpo, olha, olha, olha, aqui. Olha, olha aqui, tudo, tudo, tudo isso aqui ó, tudo isso aqui ó, ó São os bichos ó ó [Joycee me mostra as marcas de percevejo]. Então fica lá dentro. Sem higiene, sem condições, sem condições. Até [que] minha colega, a Nicole que faz parte da equipe da casa que trabalha aqui na limpeza, falou assim, “não, eu vou socorrer, vou levar isso pra minha casa, passar uns dias comigo (Joycee, 2023).

Relata também o entrave que houve no momento de sua saída:

Então, foi a mesma situação. Saindo da casa de passagem e eu vivi uma situação, quando eu fui buscar meus itens lá.. Os homens quando vão pegar as coisas, quando acontece oo, esqueci o nome, o cancelamento deles, da permanência deles, eles vão lá dentro e pegam as coisas, os seus armários, os seus pertences, tudo bem Como deveria ter sido possibilidade Quando eu cheguei lá..[não deixaram]. Me falaram: Qual é o seu armário que eu vou trazer pra você. Aí me trouxeram em saco de lixo novamente. Aí eles falam assim: lá no quarto, tem alguma coisa pra pegar lá? Não, não, não quero nada de lá. Quero só a toalha, que a toalha é grande, foi o CRAM que me deu (Joycee, 2023).

Por meio do CRAM ainda foi possibilitado que ela participasse da Conferência das Defensorias Públicas “Uma outra coisa legal que é da que eu participei também. Toda a conferência.. ah...na Defensoria Pública de Santo André. Que engloba [todas as defensorias.]... E eu fui escolhida pra ser a delegada da conferência em dezembro lá em São Paulo.” (Joycee, 2023)

Também representando a Casa Neon Cunha Joycee participou da Conferência Municipal de Assistência Social e em sua fala ela me conta sobre o que falou:

Como eu te falei, né? Quando teve oportunidade de fazer aquela fala porque era uma professora da PUC que tava palestrando lá sobre nós, LGBTQs, as minorias, né? Então justamente por isso que eu falei assim, né? A mulher trans é sempre, o que lhe sobra é a xepa da xepa da xepa do homem. É porque pra mulher cis se ela não é enxergada mesmo. Ela já pega seus direitos assim na maior cara de pau deles se a própria mulher que com toda a luta né? De vocês mulheres ainda não não chegaram no que vocês chegaram porque é uma queda de braço muito forte imagina só pra nós mulheres trans que não somos enxergadas como seres humanos, eles não querem saber se nós temos um CPF, temos o RG. **Ai, mulher trans, travesti, é de rua, é vulnerável, não existem, não existem. Então, tipo assim, que eu falei assim, então, sobre assistencialismo, de não querer resolver a nossa vida, só com só com cesta básica e uma coberta, chega de sobra pra nós, né? Então tipo assim quando for a entrevistar a gente, fazer uma triagem pra gente, né? para fazer o cadastro apenas para saber a situação, porque quando você entrevista uma mulher, você olha a situação da mulher sabe que a mulher ela vai ela vai precisar de cozinhar, então da vale gás, cesta básica. Por que a mulher trans não pode ter o vale gás também? Então, outra coisa, se você dá uma cesta básica a mulher trans não tem um lugar, tem várias limitações, então não pode ser um vale pra comprar alguma coisa? Assim como a mulher cis tem uma criança que não pode comer salsicha por que ou não toma leite por intolerância então por que ela vai pegar uma xepa básica que vem uma caixa de leite não tem nexo, não é porque a pessoa é uma mulher trans que ela não vai ter intolerância a alguma coisa então tá está errado então, pra um homem**

pode ser uma cesta básica, mas uma mulher não vai resolver a vida dela com uma cesta básica não resolve a situação dos filhos dela mas por exemplo porque algum filho tem uma intolerância, alguma coisa que, então se o homem o homem cis não quer a cesta básica então vamos dar a cesta básica para a mulher trans. E o que ele vai acabar fazendo? Então pra quem vai acabar vendendo isso por cem reais então isso ajudou? Não. Entendeu? Então tipo assim eh pra uma educação financeira, mas aí ajuda a mulher, a mulher trans, a desenvolver, a ser enxergada, entendeu? Por mais que diga que não tem uma política de LGBTs, não custa nada, né? Nós mulheres trans, venham caminhar com as pernas. Seja autônoma, seja independente financeira. Então por que que ela, olha, eu só preciso eu fiz entrevista de emprego na Guima e até hoje não foi chamada ninguém. Só duas mulheres pelo que eu sei que passaram. Nenhuma era trans. Então, assim, não adianta dizer que tem uma política de trabalho, mas não tem para a mulher trans, então o que vai mudar, e daí não tem política pública para a mulher trans, mas não tem vontade, então não adianta você ficar enchendo de benefício também. Aí vamos dar um auxílio ou bolsa família, vamos dar o LOAS, vamos dar pra tudo pra quem não tem participação para ah ah o bacana. A travesti vai continuar a se montar, vai vender o benefício dela em uma biqueira, vai pagar uma cafetina de bordel, mas e a construção dela como ser humano? Será que é tão difícil para uma assistente social do Centro Pop, no Creas, enxergar aquela pessoa lá também precisaria de de uma política de moradia? Porque ah a mulher trans ela é tão focada em em fugir da marginalidade ou quando tá sendo marginalizada que aí cê pode tá analisar, essa força de vontade dela aqui como ela tem obrigação, ela é responsável de pagar o aluguel, ela vai pagar o aluguel e ela é responsável quando faz financiamento de um carro vai fazer pagar, ela vai trabalhar, ela vai no mercado, pra não ser olhada no mercado, você entendeu? Olha, tem que ser um assistencialismo, não que julga mas que abre portas. Ensina um caminho que ela vai trilhar. Uma boa conduta, ela não vai se apartar do bem. Porque assim também é com homem cis. Não, não é bater com ele, né? Entendeu? tipo uma cartilha, tanto o homem hétero ensinar eles a respeitar mas pra tudo existe uma cartilha, até cartilha de vacinação porque não uma cartilha pra ensinar o homem a ser cordial. Então se você tem condições pra uma mulher trans ela nunca mais vai roubar uma carteira. Porque isso não é o intuito dela. Mas eu conheço alguém que você quiser (que roube sem intuito). Mas não necessariamente seria trans, qualquer um, porque se não fosse essa rebarba da Lei Maria da Penha ainda reflete em nós, nós não teríamos nada, que pudesse falar que é nosso (Joycee, 2023).

Sobre a participação da Joycee na Conferência Municipal de Assistência Social, Samara faz uma observação em sua entrevista:

E aí teve a conferência, a gente levou pessoas pra participarem lá, né? E é como se fosse um ah aquelas eh aquele negócio de frango assado e tipo todo mundo fica ali 'como nossa como que a pessoa sentiu. como que essa pessoa faz pra sobreviver? Então trazer pessoas LGBT pra pra dentro, né? Conversar diretamente com essas pessoas.(...)É, e exatamente [não tratar como alien], né? Porque se se a gente eh distanciar ainda mais ahm achar que essas pessoas não são capazes de fazer as coisas eh com a questão de gênero, eh de identidade de gênero e orientação sexual afetiva, essas pessoas não vão ter espaço nunca, né? (Samara, 2023)

Ainda, Joycee faz uma importante reflexão sobre assistencialismo x direitos garantidos por serviços e uma crítica à política pobre para os pobres:

Não adianta as pessoas dar aquela ajudinha né? De assistencialismo. Porque assistencialismo é aquela mente de prefeitura. O prefeito qualquer um deles aqui da ABCDMRR eh a assistência social é dar uma uma cesta básica mesmo que a pessoa não tenha onde cozinhar ou que ela tenha lactose contra, intolerância, alergia porque ele não se interessa, aquele cobertor que coça aquele fundo de geladeira pra ele tá resolvido, né? **Então isso chama assistencialismo e quando ele acha que o mínimo é o suficiente então quando a assistência social quebra com a essência do que foi, pra que surgiu a assistência social, pra que existe o CRAM, o CREAS, o CAPS e todos os CRAS, qual a finalidade?** A finalidade é fazer uma vista grossa igual a prefeitura faz, entregar uma cesta básica pra resolver tudo sempre ou será que conseguir um olhar mais humano pra cada ser humano que aparecer né? **Não sei se é através do cadastro único, agora mas enquanto LGBTs não precisamos só do da do material, mas quem vai ouvir a gente? Quem vai poder curar nossas feridas, feridas de alma. Então mesmo que não tenha algum, olhar na cara na minha cara, [e dizer] não tem política pública, para, tudo bem moça, não tem, mas sendo LGBT ou não, eu sou uma cidadã de CPF, RG. Ser mais humano, ser com carinho, né?** Por que tá aqui? Se é idoso, se é mulher, se tem se tem a trans, vai respeitar o homem também na versão dele, a mulher preta, o negro, mas eu não estaria de fora, mulheres trans. Sério. E quando a gente pedir um desodorante roll on não é frescura. Mas é que pro homem a gente dá porque ele fede, ele soa, **mas eu sou uma mulher trans, daí eu estou com frescura, quer dizer que a mulher trans e a mulher cis não sua também, é frescura sabe? Um sabonete de cheirinho e não um sabonete de pedra pra tomar banho. Já que você vai gastar com o vulnerável, então não precisa comprar um sabonete Phebo, pega um baratinho assim, pra sentir um cheirinho, no banho, um cheiro de sabonete. (..)** Você entendeu? É enxergar a outra pessoa e não um pedaço de carne, marginal ou dependente química, mas como um ser humano (Joycee, 2023).

O relato de Joycee evidencia as contradições dos serviços que deveriam protegê-la evidenciando como no mesmo município em que sofre violências do Centro Pop e da Casa de Passagem se vincula, é bem acolhida e inclusive contribui com o serviço do CRAM. Joycee ainda pontua constantemente o trabalho que é sempre que chega em um serviço ser a primeira ou uma das primeiras trans atendidas e ter que realizar um processo educativo com os profissionais.

Quando Joycee fala: não queremos somente o material, queremos alguém que nos ouça, cuide das nossas feridas, feridas de alma, ela em sua fala resgata uma das principais atribuições da política de assistência social.

Também em suas falas pontua sobre a política pobre para os pobres, algo que foi abordado no capítulo III, em que as opções de acesso e escolha são restritas ao mercado e pelo Estado as individualidades, gostos e vontades nem sempre são respeitados, mas massificados.

Neno, ao relatar sua história afirma ter tido contato com a política de assistência social quando foi realizar seu estágio:

Sim, é, cara, a minha experiência com assistência social assim entendendo o que é realmente a política foi a partir do estágio. Eu fui estagiar no CRAS. E aí me deu muito essa dimensão do que que era a política de assistência social. Mas até então eu nunca tinha ido ao CRAS, eu nunca tinha me inscrito num benefício, eu não tinha acesso, eu nem sabia na real. Como que se identificava isso. E aí meu primeiro contato foi pelo estágio e aí quando eu entrei no estágio e estudei a política e vi o que eu tinha direito eu comecei a ser usuária da política então eu fiz o meu cadastro único comecei a utilizar o ID jovem eu pedi a parada da Luz sabe? Então eu comecei a me utilizar da política a partir do momento em que eu fui um profissional e comecei a entender o que que era essa política eu pensava tipo cara minha mãe trabalha e eu não tenho uma casa alugada então não preciso do Bolsa Família, mais que a minha renda entre nisso ou não ou não sabe? Esse senso comum do tipo de alguma forma eu não sou o mais pobre. Então vou correr atrás, sabe? Eu fui entender o que era realmente esse local da proteção social no estágio (Neno, 2023).

Assim, a partir do estágio passa a acessar direitos do qual possuía e não sabia. Em diversas falas, ele pontua como a política de assistência social no imaginário popular ainda está vinculada a situações de desemprego ou extrema pobreza.

Por outro lado, pontua que constatou com uma política conservadora e com um corpo profissional tradicional e pouco diverso, com a ausência de corpos trans e corpos negros, principalmente em espalos de maior poder:

E aí quando eu entrei no estágio eu tive muito essa noção dessa política conservadora desse local eh dito desse tradicional dessa política pública é um local tradicional de corpo profissional ou seja você vê pouca diversidade sabe? assim na minha dimensão empírica não estou não sem números gerais mas na minha dimensão empírica eu via poucas pluralidades e a pluralidade que surgia não era aceita (Neno, 2023).

Relata também que sofreu violência doméstica duas vezes. Na primeira ainda não sabia exatamente onde recorrer, já a segunda vez durante o período de pandemia de covid-19 possuía maior acúmulo de informações e estratégias que poderia tomar, porém, ao retornar para casa recebeu ameaças caso prosseguisse com a denúncia e em todo o percurso relata não ter encontrado nenhum serviço que garantisse que ele ficaria vivo não dando prosseguimento judicial. Já ao acessar o serviço de saúde relatou que o médico que o atendeu se negou a registrar no SINAN alegando que não tinha como provar que era uma violência doméstica, mas que ele poderia ter caído e que o SINAN só era feito pelo assistente social, o que é um equívoco.

Conta que ao tentar buscar onde seria melhor atendido optou por buscar o CEAM, Centro Especializado de Atendimento à Mulher no Estado do Rio de Janeiro, ali foi bem atendido, porém pontua a contradição que foi ser uma pessoa trans não binária buscando um serviço dito para o público feminino:

Acho que eu demorei assim sei lá um dia e meio pra conseguir o CEAM esse local do tipo como eu vou chegar lá falando que eu sou uma pessoa trans e requerendo os serviços dito feminino sabe. E aí era muito confuso pra mim entender essas articulações, sabe? E aí mas é interessante que hoje a Associação Brasileira de Homens Trans estão requerendo isso né? Que a Maria que a Lei Maria da Penha abranja homens trans e NB. Porque é isso assim é estrutural é um ódio estrutural então e é muito contraditório, sabe? (Neno Rosa, 2023).

Por outro lado, pontua que foi graças ao ID Jovem que conseguiu viajar até a PUC e fazer seu mestrado: “Que era por onde eu conseguia pagar pra ir a PUC. Se não fosse o ID jovem eu não teria concluído, concluído não que eu ainda concluirei eu não teria nem começado o mestrado, sabe?”

Ainda durante seu estágio Neno pontua que ao pesquisar sobre BPC para garantir atendimento para:

Então quando eu, quando eu tentei pesquisar, quando o meu objetivo foi pesquisar o BPC a depressão antes eu tinha pesquisado o BPC e a relação com o HIV, a Aids. Por quê? Por quê? A gente atendia oito mil famílias num CRAS com quatro profissionais. E aí dentre essas oito mil famílias uma pessoa estava solicitando o BPC..Mas e aí esse esse rapaz, eu estagiava num distrito de um município muito

pequeninho sabe? E aí a pessoa não conseguia emprego devido ao estigma que a população tinha entorno do HIV.. E aí ele foi requerer algum benefício. Tipo cara eu não consigo um trabalho porque ainda que fisicamente saudável, a sociedade está me incapacitando. Ela não deixa eu estar trabalhando e aí nesse processo de exclusão evolui para o quadro de esquizofrenia. Essa evolução aconteceu pela exclusão ao trabalho, sabe? Enfim quando ele chegou no CRAS nenhum profissional possibilitou a acolhida, ou direcionamentos para benefícios, mesmo a pessoa em condição de extrema pobreza, porque na maioria das vezes, era visto como “vagabundagem”. E e aí eu comecei a estudar sobre isso e me deparei com o conceito de incapacidade social que foi esse processo de eh no boom da Aids quando o movimento LGBT requereu que essas pessoas tivessem algum benefício que garantissem a subsistência delas. E aí foi muito a partir também da democratização do tratamento que as pessoas começaram a se tratar e a doença já não era mais transmissível já não era nesse local desse senso comum mas ela já tinha gerado uma incapacidade social, um preconceito tão grande socialmente que aquelas pessoas não conseguiam acesso ao trabalho. Na época, pra você ter um trabalho você precisava fazer exame de HIV pra você entrar no trabalho. E aí achei uma súmula do tribunal que garantiu que essas pessoas conseguissem acesso ao BPC pela incapacidade social. E aí é isso. Foi um movimento muito forte da população LGBT dos movimentos sociais da comunidade LGBT no local do estado precisa resguardar políticas públicas pra essa situação porque até então era um problema do LGBT. A partir do momento em que homens cis heteros casados começam a transmitir HIV para suas mulheres cis sabe? (...) Então, quando esse problema começa a se desmistificar da população LGBT começa a surgir outras problematizações e aí entra esse local do BPC pela incapacidade social, sabe? (Neno, 2023).

Neno ressalta por outro lado a dificuldade do uso do nome social:

Sim, os profissionais nem sabiam o que era o nome social na real. Não consegui utilizar porque precisava ter um documento anterior e eu não tinha esse documento ainda, e enfim eu perguntei a pessoa nem sabia dizer o que era o nome social e “aí você tem algum documento que comprova?” e “não tenho”, ah então você não não pode botar aqui se não é oficial você não pode (Neno, 2023).

Ou seja, faz-se necessário uma burocracia para constar o nome social no cadastro único, não sendo meramente autodeclaratório.

CRAS por mais que seja uma instituição de local de de atenção básica desse primeiro contato da pessoa é na estrutura é isso aí a gente retorna essa estrutura profissional a essa identidade profissional você não vai chegar no caso e vai se sentir acolhido sabe.

E pontua como em sua experiência profissional constatou pessoas trans que sofreram preconceito no atendimento, seja de profissionais, seja de outros usuários:

Por exemplo, eu enquanto profissional já atendi algumas pessoas trans* que foram lá e passaram por diversos preconceitos, por ser trans*. E aí quando teve de alguma

forma eu enquanto LGBT e entre inúmeras aspas mais estereótipo LGBT, sabe? As pessoas já iam falar comigo. Tipo não, quero falar com o Neno, sabe? Ai será que aquele menino ali não pode me atender? Será que não pode ser ele? Ah eu sou uma mulher trans e eu tomo remédio de não sei o que. Sabe? Tipo eu queria ter um acompanhamento assim, queria participar do serviço de convivência e tal. É difícil, é diferente, é tipo, são várias, são várias, enfim, experiências diferentes ali. Então acho que isso é um ponto assim esse local do aqui do interior por não ter esse serviço específico, esse local de é de referência pra essas pessoas, é diferente o contato com a assistência e aí dentro desse contexto eu acho que a pessoa vai contatar a assistência a partir de alguma vulnerabilidade. Por exemplo tinha vários amigos que queriam saber o nome como que é que fazia o nome social poderiam ir o CRAS perguntar solicitar essa informação mas eh não nem sabia onde era o CRAS, agora quando eh amigos que estavam em vulnerabilidade passando fome, em situações assim já sabiam que ali que tinham o CRAS já tinham conversado com alguém que já e ali no CRAS já sabia que podia perguntado o nome sabe? (Neno, 2023).

A partir da experiência de seus amigos, pontua que ninguém sabe realmente o que é a política de assistência social, havendo grande confusão com o serviço social. Também que apesar de vivenciarem situações de violência a maioria não buscou o SUAS:

Mas não é uma política no cotidiano empiricamente do LGBT, sabe? Mas enfim eu acho que também tem a particularidade de que o meu grupo de pessoas, também com a particularidade de ser do interior, com outras oportunidades, com outras interlocuções de mobilidade financeira, de tudo. enfim, mas por exemplo teve por mais que não tenha uma vulnerabilidade muito grande de renda, teve uma vulnerabilidade muito grande em questão de violência. Todos os meus amigos passaram muita violência, sabe? E e nenhum deles fez sabe? Procurou por exemplo, uma, sabe? Uma política de assistência, ou enfim, um contato com o serviço de fortalecimento, a gente era por exemplo, a gente queria muito fazer cursos e coisas que pudessem entrar no nosso cotidiano, sabe? Ter um acompanhamento e a gente nem pensava nessa assistência social, sabe tipo e acho que até hoje assim é é muitos amigos que são trans querem fazer o nome social mas não faz ideia. Por exemplo do que precisa e aí não sabe nem aonde procurar. Sabe? E aí eu sinto que a política de assistência é isso né? (Neno, 2023).

Também a de que diversos de seus amigos não relacionaram a relação de extrema vulnerabilidade com o SUAS, não buscando-o seja para benefícios, seja para acompanhamento ou fortalecimento de vínculos:

Tive, por exemplo, a maioria dos meus amigos trans tiveram uma condição de vulnerabilidade muito maior do que amigos gays, do que sapatão, sabe? E ninguém pensou em ir ao pedir uma cesta básica, pedir um acompanhamento, enfim, até mesmo, enfim, até mesmo nesses locais que não são de renda, como eu falei de vínculos, outros locais da proteção social, sabe? E eu acho que é isso assim. Mas eu acho que independente da comunidade LGBT eu sinto que a política de assistência ainda é muito requerida a partir de uma extrema vulnerabilidade (Neno, 2023).

Já Bruno divide comigo que além de toda a experiência como pesquisador e profissional também já foi usuário da política:

Mariko, muito pessoal, eu fui uma criança muito afeminada. Quando..muito, muito mesmo. **E sou filho de um pai violento E isso foi descoberto numa agressão mais grave, né? E nesse momento eu tive que ser atendido pela política de assistência, que não deu conta de entender que o que estava motivando a violência era o meu era o meu comportamento, a minha forma de ser, sabe?** Hoje quando eu olho pra trás já com tranquilidade, né? Depois de um né? Uma década de terapia também. **Eu vejo que naquele momento faltou um olhar cuidadoso de entender porque que o pai bate, né? Por que o pai corrige dessa forma, né? Que violência é essa, né?** Eh então eu acho que tem aí alguns encontros subjetivos que aconteceram com toda certeza (Bruno, 2023).⁷⁰

E nessa experiência pessoal, Bruno relata que quando foi atendido, faltou um olhar profissional que compreendesse a raiz da agressão sofrida.

Com Bob é possível questionar a relação entre burocracia e direitos. Quando eu pergunto se a história dele se encontra com a política de assistência social ele traz sua experiência pessoal:

Se encontra, se encontra, eu nem sempre tive uma relação harmônica com a minha família desde que eu saí do armário, com o meu pai, com a minha mãe, né? Teve uma época em que eu saí da casa dos meus pais..**é..porque tava insustentável o clima e eu procurei pra fazer o tal do CadÚnico, né? Então, eu fui na rua da cidadania central da cidade e aí lá eu descobri que eu deveria ir na regional do bairro onde eu estava morando e aí eu não tinha nenhum comprovante de residência** e aí eu porque eu tive muitas coisas de demanda de vida pra fazer, eu não dei prosseguimento ao processo assim, mas o que...a política de assistência, né? Eu fui até a rua da cidadania matriz aqui em Curitiba porque a gente tem vários serviços, tipo como se fosse um poupatempo assim, mas é público, mais ou menos, né? E aí eu fui na rua da cidadania e aí fazer o tal do CadÚnico e aí aí eu expliquei pra pessoa que eu tava, né? **Tipo, olha, eu não tenho comprovante de residência, porque eu moro na casa da minha amiga, como é que faz? Aí a pessoa falou, olha, não vai dar assim, né?** (Bob, 2023)

Pergunto então:

A primeira é você acha que no momento que você procura pra fazer o Cadastro Único eles falam que sem um comprovante de endereço não dá, então de certa forma a burocracia institucional que teve em relação ao seu cadastro impede o

⁷⁰ A revisora Ingrid comenta: que assistência social é essa que às vezes falta com a integralidade no atendimento familiar, de entender não apenas as agressões sofridas pela população LGBTI+, mas que há toda uma estrutura social homofóbica por trás disso que precisa ser considerada na fazedura de políticas sociais.

acesso direto e talvez o próprio Cadastro Único não esteja preparado para lidar com essas situações como a que você viveu? (Mariko, 2023)

Ele me responde:

Totalmente. Eu vou dizer uma coisa, mas aí tem só a ver com a minha experiência, não tem como comprovar isso assim. Eu acho que o cara tava de má fé. Era um homem, eu expliquei a situação pra ele e ele não olhou no meu rosto, ele ficou olhando pra tela do computador o tempo inteiro. Então eu acho que aquela falta de acolhimento já foi, foi muito na hora, foi muito ruim assim, né? Eu estava mal, enfim. Mas eu acho que essa é uma questão que a gente precisa pensar assim, né? E ainda a minha questão nem envolve nome social porque eu não reivindico Bob como nome social. Bob é um apelido. Você pode não ter problema em não me chamar de Bob assim né, **mas assim para pensar quantas pessoas LGBTQs passam pela sensação de que eu passei de terem que sair da casa dos pais às pressas, terem lá seus dezoito, dezanove, vinte anos, vão morar na casa de um amigo, eles não vão ter comprovante de residência no nome delas. E aí como as pessoas resolvem a possibilidade de acesso ao serviço, né? De cadastro, quando uma pessoa não vai, ela não vai ter o comprovante de residência, né?** Eu lembro que eu namorei um rapaz chamado G. e ele morava no Tatuquara que é uma região de periferia de Curitiba é um dos últimos bairros da Zona Sul de Curitiba e ele morava numa zona de ocupação urbana que é irregular né? Uma zona de ocupação irregular e tinha uma Unidade Básica de Saúde que era dali, o que eles faziam? Eles davam comprovante de endereço do mercado da rua de cima. Porque a zona de ocupação irregular não tem comprovante de endereço, não têm conta da COPEL. Copel é tipo ENEL. Não tem conta de luz ou de água. Tem o gato⁷¹ né? **E aí eu lembro que tinha o mercado que era um mercado muito gente boa o cara dava o comprovante de endereço pra aí toda a UBS tinha o cadastro do mesmo mercado, sabe? Mesma coisa com o correio, todo mundo dava a caixa postal do correio.** Quando eu fiz um estágio na cachimba, que é o outro bairro de periferia aqui de Curitiba, também a mesma coisa, assim. O LGBTQ nem sempre vai ter coragem de pedir essas coisas pro mercado da região, entende? **Porque nem sempre ele vai ficar num lugar onde, porque assim, uma coisa é uma zona de ocupação irregular de direito à moradia. Outra coisa, abre aspas é um gayzinho fresco que não quer morar com o pai porque quer beijar rapazes, fecha aspas, que é como tem o estigma, né? Do gay que sai de casa, dessa violência psicológica ou emocional, essa frescura, é só não ligar pro que sua mãe diz** Então sim. Não sei como está hoje em dia. Acabou de acontecer, né? (Bob, 2023).

Ou seja, a partir desse relato há o questionamento de como garantir que o acesso ao direito seja garantido antes da burocracia. Na nota técnica do NEPSAS há a parte “Ver não é enxergar!” que traz em seus relatos como uma família não teve acesso aos seus direitos e à proteção social por conta das burocracias e da bancarização, durante as chuvas de 2020 que provocaram a perda de documentos, itens pessoais, de membros da família e de sua casa e

⁷¹ Gato = Cabeamento clandestino

ainda assim, casado com a pandemia de covid 19, não conseguiam expedir novos documentos nem acessar os benefícios ofertados.

Apresenta também um outro relato a partir da vivência recente que acompanhou:

Duas meninas, elas têm, tipo, dezenove, vinte anos, tava cada uma morando com sua família, a família descobriu que ela tem um relacionamento de igreja, né agora, recentemente, a gente fez uma vaquinha pra elas pagarem uma mudança pra um lugarzinho pequenininho. Elas iam, elas tão bem emocionalmente resolvidas, assim, né? Parece que essa nova geração é mais desprendida, não sei, não é uma análise acadêmica, tá? É só um achismo. Mas aí agora mesmo a gente fez uma vaquinha pra levantar e setenta reais. Então caminhei o frete, faça uma mudança de coisas dela. E eu falei pra elas, falei assim, procurei o CRAS né? E aí eles foram lá do Rio de Janeiro, não é bem Rio de Janeiro, é tipo Gonçalo, sei lá, Duque de Caxias..e **elas foram bem atendidas assim, inclusive esse CRAS, elas fizeram um contrato de registro no cartório de aluguel. Aluguel da.. elas eram contrato de aluguel com o dono do quartinho onde elas tão morando, que a gente pagou o frete e o cara desse CRAS (...) ele aceitou pra fazer o CadÚnico Então eu né, foi um profissional que atendeu e acolheu bem assim** (Bob, 2023).

E também pontua que a efetivação de direitos às pessoas LGBTI+ dependem que quem opera o sistema, sendo essa a diferença de ser um atendimento que garanta direitos socioassistenciais ou um atendimento com violações de direitos.

Eh então veja. Tem situações e situações né? Eu percebi que o sistema, tem situações e situações. **O sistema parece que ele funciona quando uma pessoa que está operando esse sistema quer.** Tipo assim, as meninas, as meninas de São Gonçalo, eu vou confirmar a cidade, talvez não seja de São Gonçalo. **E elas não têm elas não têm uma conta de luz, nenhuma conta de telefone, nenhuma conta de nada, mas o cara aceitou,** compreende? Então, são esses dilemas, né? Que enfim. É isso um pouco disso, né? (Bob, 2023).

Assim, apesar de ser um sistema único da política de assistência social, o acesso ou não acesso, a efetivação ou a violação de direitos varia conforme as pessoas que a executam.

4.1.6.4 A política de assistência social como um espaço de tensionamento e construção:

Hoje, Bruno está no Ministério e compartilha comigo que:

E hoje estou aqui no Ministério né? Eu coordeno, assumi uma coordenação geral de programas e ações de combate às discriminações que cuida especificamente, que tenta cuidar um pouco disso. Até ontem eu dei uma formação falando sobre isso, éé,

a gente pode dividir o SUAS, o sistema em em duas décadas, né? O SUAS do Primeiro Plano Decenal, né? A instalação do sistema, arquitetura, construção dos CRAS tatanã, tananá e agora a necessidade de voltar a olhar pros públicos. Que é a proposta do segundo plano decenal que infelizmente assim foi um pouco materializada, né? **Então a gente continua não falando de racismo, a gente continua não falando de sexismo, a gente continua não falando de relações violentas, de comunicação não violenta, eh e isso é muito marcado porque, inclusive nessa semana teve a marcha das mulheres indígenas e conversando um pouco com elas** (Bruno, 2023).

E me conta do grande desafio que tem travado no Ministério:

E na verdade é uma tarefa que eu tenho no Ministério. Fazer com que essas pessoas sejam vistas. Mas não é, não é fácil. Não é fácil, não é fácil. Pelo contrário, é desesperador. Porque a política é feita pelas mesmas pessoas pela política, é pensada hã, é isso pelas mesmas pessoas com os mesmos olhares com a mesma política de sempre (Bruno, 2023).

Jessica, relata a estratégia que fez para incluir o campo de nome social nos instrumentais do Cras:

Então eh isso também voltando um pouquinho lá quando eu trabalhava na Secretaria de Assistência eu fiz essa indagação nos instrumentais que o Serviço Social utilizava e aí eh.. ó só, ó só, a manobra que eu fiz quando eu era assistente social de lá lá tinham vários instrumentais cada cada benefício eventual tinha um instrumental diferente existiam o próprio prontuário existia as fichas de requerimento, enfim era era instrumental com força, inclusive eu até propus a diminuição porque muita coisa já me fazia retrabalho. E aí tinha só lá nome. Nome, sexo é, data de nascimento, endereço, informações básicas. **Aí eu disse, sabe qual vai ser o, sabe qual vai ser a minha sacada aqui agora? Eu vou inserir o nome social estava chegando agora, estava chegando no setor, queira ou não quando a gente vai chegando quem já tá lá e principalmente se já existe um comodismo, deixa você fazer o que você quer também, né? E aí eu fico pensando, ah é mais trabalho que ela quer, então deixa ela ter. E foi isso muito que aconteceu e aí eu inseri o novo nome social aí eu coloquei nome social barra apelido e fui apresentar pro secretário. Aí ele também não não era da área enfim, aí ele só disse nome social barra apelido eu digo é secretário por quê? Porque chega muita gente aqui que a gente não conhece pelo nome de registro né? Chega dona Maria de Fátima que é conhecida como Dora, chega seu seu José de não sei de que, que é conhecido como Zé do Fiteiro. Ou então aqui que a gente tem muito essa cultura aqui na Paraíba da pessoa ser conhecida pelo nome ou do pai ou do esposo. Horrível. Horrível isso. Mas Enfim, né? Eh é Fátima de seu Zé da Galinha. Isso acontece demais aqui, né? **Aí ele disse, “eh tá tudo bem, pode deixar, ele até disse você é da área, é você que sabe disso, então não é você que atende o povo.”** Então eu percebi naquele momento como uma abertura pra eu colocar lá o nome social, colocar o asterisco e lá no rodapé colocar né, a lei que que eh versava sobre o direito ao uso do nome social nas repartições públicas enfim, foi uma das questões que aqui eu ainda consegui deixar esse instrumental lá, não não sei como está hoje. Porque a gente sabe que por conta de**

trocas de gestão e tal as coisas também tendem a mudar (Jessica, 2023).

Jessica, ainda fala sobre a importância de capacitação e o trabalho que vem realizando:

No âmbito do Governo do Estado que é onde eu tô agora já há quatro anos uma das questões que a gente mais discutiu assim quando a gente tava formando o nosso plano de capacitação que é o capacita SUAS aqui, né, na Paraíba, foi que a gente porque os cursos eles já vem meio que prontinhos, né? Mas a gente pode mexer, a gente pode alterar, a gente pode dar a nossa cara e uma das questões que eu coloquei pra diretora da época foi que era necessário a gente fazer um curso sobre transversalidade, transversalidade de gênero e sexualidade na política de assistência. Então esse é um curso que eu dou já há quatro anos e sempre só uma vez que não fui eu e eu não entendi de porquê, mas eu creio que tenha sido alguma coisa da própria gestão mesmo, porque eu já tô há três gestões, né, nessa secretaria, então tem umas que são mais abertas, umas que não e eu acho que agora no próximo que vai ter agora eu vou dar essa aula de novo (Jessica, 2023).

Pergunto se esse curso já foi ofertado para profissionais de nível médio ou somente de nível superior, ela responde:

Eu só fiz uma vez pra profissionais de nível médio que foram orientadores sociais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Jessica, 2023).

Peço que me fale mais sobre o curso e ela prossegue:

Sempre eu fico mudando o título e mudando algumas coisas né? Mas eh... a base é a mesma que é apresentar **conceitos fundamentais sobre gênero e sexualidade, discutir um pouquinho das nomenclaturas**, discutir eh que eu sempre quando dou aula de assistência social eu sempre começo **sobre o que é assistência, o que não é assistência**. Aí nessa aula que é de gênero sexualidade eu meio que abordo, né? **O como eh o como você não tratar né? E como você e como você deve tratar. Então eu eu trato muito sobre as sobre as nomenclaturas, apresento as normativas, né? Pra o pessoal, né? As normativas do SUAS sobre identidade, identidade de gênero e orientação sexual que por mais que muita gente não conheça elas existem, né?** Eu creio que são documentos riquíssimos, documentos assim que que tinha que tá no nosso dia a dia enquanto profissionais do SUAS como um todo mas até minhas colegas, minhas pares, muitas vezes não sabem. Então assim existem cartilhas, orientações técnicas, existem eh notas técnicas, resoluções que versam sobre gênero e sexualidade dentro da sua forma mais ampla. Eu trato, abordo muito isso, abordo muito eh a dimensão social do gênero e da sexualidade e também eu meio que termino essa aula meio que provocando como que no cotidiano profissional né, nós enquanto profissionais do SUAS porque aí eu não estou falando só pra assistentes sociais né? Como que a gente pode mudar as nossas práticas né? **Como a gente pode redimensionar na verdade a nossa a nossa prática profissional de modo a atender todas as pessoas né? E enxergar né, que que elas existem, que ela é nossa população usuária e se ela não chega pra**

gente se ela não está batendo lá as portas dos CRAS né? Aonde que está a quebra, né? Nessa relação quando a gente fala por exemplo em **fortalecimento de vínculos, familiares e comunitários. Então os vínculos comunitários. Quais são os grupos LGBTs no meu território que que existem? Eles não existem realmente ou é porque eles não chegam até nós, né?** Então eu fico fazendo essas indagações, sabe? Então é um curso que ele tem, que ele se pretende ser muito teórico, mas eu vou muito pra o campo prático. E de forma lúdica também, às vezes, levando vídeos, músicas, porque como é um curso muito cansativo também, é um curso de quatro horas e eu sempre dou as quatro, né? Às vezes, várias vezes ao dia, inclusive, então a gente acaba também levando um material mais lúdico, aí eu gosto muito daqueles materiais eh vídeos no YouTube mesmo que são materiais institucionais e é por exemplo a pessoa trans chegando ao posto de saúde. Eu digo, ó minha gente, isso aqui é o posto de saúde, mas quando chega no CRAS é da mesma forma, não sei o que, não sei o que. Aí eu vou tentando dessa forma, né, dar uma acordada no pessoal, né, pra essas questões (Jessica, 2023).

Assim, em suma, Jessica aborda o que é (ou não) a política de assistência social, conceitos básicos sobre identidade de gênero, orientação sexual, faz provocações sobre onde está a população LGBTI+ nos territórios, apresenta materiais que já existem seja resoluções, cartilhas e/ou orientações não somente existentes da política de assistência social, mas também de outras políticas públicas. Sobre a reação das pessoas que participam dos cursos, Jessica fala o seguinte:

E eu percebo tem gente que só está ali pra pegar o seu certificado e cumprir carga horária e eu também tiro onda também nas salas aí eu digo ali se você não quiser assistir essa aula se você não está compactuando com aquilo que você acredita enquanto ser humano. Então você pode sair mas eu vou te dizer uma coisa vai fazer outra coisa da vida? Né? Eu fico meio que dando essas brincadeiras na na sala de aula mas eu estou falando sério mesmo e tem pessoas que no fim chegam me contando casos, chegam dizendo que nunca assistiu uma aula assim, chega dizendo que no município é muito difícil porque o povo é muito conservador. Enfim, mas aqui na Paraíba a gente tem meio que uma sortezinha de ter uns municípios que são muito pioneiros também. Tem lugar que dá certo, viu? (Jessica, 2023).

Encontrando assim, pessoas que possuem desinteresse ou resistência sobre o tema e também pessoas muito interessadas que trazem outros relatos, como a dificuldade de fazer aplicação prática do tema por conta do conservadorismo do município e da população.

O Capacita SUAS. E aí a gente ficava assim. Caramba, a gente está se matando tanto. A gente está se cansando tanto. Construindo esse negócio. A gente que vai dar aula a gente que tá fazendo tudo, porque a gente realmente faz tudo aqui. E até montar as salas. né? As vezes tipo, o município tá chegando, você tá recebendo o município e orientando onde colocar mala, de tarde a pessoa tem encontro com você sendo professora né? Então assim a gente está fazendo tudo isso, mas como é que

isso está chegando de fato? A gente monta curso de gênero e sexualidade, que que acontece quando essa galera volta pra volta pro equipamento? Eh absorve-se, muda-se realidades? Em contrapartida a gente tem alguns que são, que dão aula pra gente até. Alguns municípios, né? Se você pensar, por exemplo, Picuí, que é um município aqui longe, longe, longe, longe, longe que só. É lá, é lá no no Cariri. Né é um um município que faz uma semana toda em alusão ao dia do enfrentamento a LGBT fobia. Né? Dona Inês, município deste tamanho. Mas aí quando você vai ver quem é que está à frente desses municípios são profissionais que são referências no estado todo. Né? (Jessica, 2023).

Ainda sobre as capacitações ela afirma que na Paraíba tem ocorrido de forma intersectorial e que houve diversos avanços em relação a pautas de direitos humanos e isso tem refletido no trabalho também com esse público na política de assistência social:

Isso é tarefa da Secretaria da Mulher da Diversidade Humana, mas a gente também faz. Sendo que a gente faz isso tudo muito de forma intersectorial Porque por exemplo já aconteceu de tipo a nossa secretaria é uma secretaria que tem um pouco mais de condições em relação a recursos. Então assim não não posso reclamar também que a gente não tenha porque quando quando a gente monta esses esses esquemas de orientação até porque é o nosso trabalho princípio né a gente tem condições de a gente ter carro pra ir pro sertão, eh as condições objetivas elas são com garantidas, né? E às vezes a secretária, a outra secretaria não tem tanto. Então assim a gente quer fazer um uma ação mais conjunta a gente se junta e a gente banca a gente banca banca ação mas isso não pode ser rotina. Até porque em tese não somos nós as donas da pasta né? Até porque eu esqueci até de dizer que a gente estruturou na verdade a gente reestruturou a diretoria de direitos humanos então hoje a gente está com pautas aqui na Paraíba que são muito avançadas. A gente tá com palavras de imigrante, refugiado, a gente trabalha a dimensão do trabalho escravo e desaparecimento de pessoas tem os três programas de proteção à vida né? Pró-vita PPCAM e tem um programa que é estadual que é o programa de proteção a defensores de direitos humanos né? A gente lida com conflitos fundiários, né? Com ocupações e de direito a cidade. Então assim, tem muita pauta que antes não era nem vista quanto pauta nossa. **Aí a gente fica se perguntando, sim, mas esse povo dos direitos humanos é da assistência? É ligado a gente? Na, no, nosso organograma é ligado a diretoria de assistência. Ela funciona de forma independente porque tem muitas operacionais mas é ligado a gente. Então acho que a gente tem aí potencialidades.** Nessas questões..e a questão LGBT é só uma delas. E talvez seja mais complexa. Porque é muito fácil a gente ir lá intervir numa ocupação e pronto, faça o cadastramento e como é que a gente intervém, né? No processo... (Jessica, 2023).

Ela pontua porém, que apesar de ter alguns municípios que tem feito atividades relevantes sobre o tema, a sua preocupação com o acompanhamento posterior às formações:

Mas eu fico muito preocupada com o acompanhamento que se dá depois. Porque se a gente trabalha tanto na política de assistência sobre referência e contra referência e a gente cobra muito isso, né. Dos nossos municípios, eh das nossas equipes técnicas né? Que contra referência também a gente tá tendo daquilo que a gente deixa no

município. Não é? Então eu fico muito preocupada com isso sabe? Porque querendo ou não a gente se prepara, a gente cuida, a gente organiza, a gente vai até o município, né Hoje, esse ano não porque foi um ano muito conturbado, a gente mudou gestão, né? A gente teve um processo de ruptura meio traumático, né? Aqui no Estado né? Então assim até a gente se acostumar de novo com a nova gestão foi muito complicado pra gente também mas eh a gente tem essa prática de estar sempre junto aos municípios e quando eles não podem vir até a gente a gente vai até isso. A gente adotou agora esse ano o processo de informações regionalizadas. Então muitas vezes a pessoa não pode vir lá de Souza até João Pessoa. Veja que isso assim são muitos quilômetros né? João Pessoa é a primeira e Souza a última cidade praticamente. Mas a gente faz por polos. Então a gente está meio que tentando facilitar processos sabe? E aí a perspectiva é sempre qualificar melhor né? Qualificar melhor para o trabalho no SUAS. Então e quando a gente vai, quando a gente tá fazendo esses processos a gente busca qualificar não só melhor mas o máximo possível em outros temas. Não é? (Jessica, 2023).

A partir dessas experiências é possível notar também que as pessoas que integram a política de assistência social em diferentes esferas não estão inertes mas acumulando discussões e lutando por mudanças concretas. Relatos e acúmulo de experiências que devem ser potenciadas e escalonadas.

4.1.6.5 - Seguranças afiançadas. Seguranças afiançadas?

Conforme artigo 4º da Nob SUAS 2012 as seguranças afiançadas pela política de assistência social são:

I - acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter:

- a) condições de recepção;
- b) escuta profissional qualificada;
- c) informação;
- d) referência;
- e) concessão de benefícios;
- f) aquisições materiais e sociais;
- g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco;
- h) oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média e longa permanência.

II - renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

III - convívio ou vivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para:

- a) a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários;
- b) o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.

IV - desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para:

- a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania;
- b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão e a cidadã, a família e a sociedade;
- c) conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos e as cidadãs sob contingências e vicissitudes.

V - apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos (Brasil, 2012, p. 16-17).

A política de assistência social tem conseguido garantir as seguranças socioassistenciais que se propõe a afiançar? Essa foi a pergunta que fiz para as/os sujeitos/as participantes.

Pergunto para Atena se ela sabe dizer o que deveria ser garantido pela política de assistência social, ela diz que não sabe, “assim certinho” dizer. Então explico quais são as seguranças afiançadas pela política de assistência social Atena traz as seguintes afirmações:

Sobre a segurança de acolhida: “É, é oferecido, mas não é do jeito que a gente gosta, mas é, ele oferece pra gente “(Atena 2023)

Então pergunto: E como seria? Se falasse assim: Porque você falou que é oferecido, mas não do jeito que você deseja ... que você deseja, como poderia ser?

O nosso espaço, né? Igual, tem mulheres lá na casa lá de passagem, né que a gente fica no feminino, porém **é feminino, porém não é pra você ser aceita, né?** Então acontece é sempre ter uma ou outra de olhar, de cara feia, né? Os homens também ele não aceita, sabe fala que a gente é homem, que a gente tem que tá num quarto masculino, então, já é preconceito de ramo, já bem forte, que a gente tem que ouvir, **mas infelizmente o centro de acolhimento ainda não fornece esse espaço só para a gente**, né? Então e fica a sociedade também nos deixa tudo de fora, né? Se for assim, na minha opinião uma trans ela pode ficar no quarto feminino, até porque a gente se identifica como uma mulher, né? Então, é onde que muitas pessoas elas não entendem, né? Cês querem falar coisas a mais pra gente ter que ouvir, né. É, sim que eu não acharia necessário [ter um quarto exclusivo para mulheres trans], a gente pode se misturar com as mulheres cis do espaço, é porque se fosse assim gay

também eh poderia eh ficar no quarto eh masculino porque tem homens também que não aceita né, que recriiina, ameaça, né? Então, no meu modo de vista, eu não tenho nenhum problema (Atena, 2023).

Ao perguntar para Atena se nesses casos há alguma intervenção da equipe técnica: **“Não não não..fazer um trabalho mesmo assim pra ter mais respeito mesmo, pra ter mais respeito não.”**(Atena, 2023) E complementa ainda com as limitações do grupo realizado no Centro Pop, sendo uma tentativa de avanço, mas com suas limitações e violências:

Só o Centro Pop que eles tem com um grupo lá é de gênero, mas não é um grupo de gênero ao todo. Porque lá eles querem impor sexo feminino como mulheres cis e sexo masculino só os homens cis. Vagina e penis, cada um..é..no seu quadrado.pra mim ele[s] pode[m] até defender a nossa, a nossa eh bandeira, a nossa escolha, mas não do jeito... né?(Atena, 2023).

Ao tratar sobre segurança de convívio familiar, comunitário e social “Aí tem tem mas eles não dão aquele apoio que deveria, né? Mas mas tudo que que engloba a gente até que... até que eles... eh conseguem sim.” (Atena, 2023)

Já sobre a segurança de autonomia e a segurança de auxílio ela afirma haver.

Assim, juntas concluímos que “Eh então de certa forma você vê que a política de assistência social em alguns pontos tem sido eficiente pra atender a demanda da população LGBT mas em alguns pontos com mais dificuldades” (Mariko, 2023), sendo a maior dificuldade principalmente uma acolhida de qualidade. Já Bruno:

Bom a política assistente social ela tem seguranças afiançadas né? Renda, acolhida, nananãnanã. O que eu percebi hoje. É o que eu já disse anteriormente né? A política ela continua com uma clivagem de renda, né. **Então a gente precisa trazer o debate da assistência social para primeiro que a comunidade LGBT precisa assumir o debate. Ela precisa assumir esse debate, nós assumimos pouco o debate da assistência social. E acho que temos pouco acúmulo e pouca gente produzindo sobre. Pouco ou quase ninguém.** Eh então eu acho que ainda temos muitos acúmulos pra fazer, sabe? Muitos (Bruno, 2023).

Pergunto para ele se ele acha que a política de assistência social tem sido eficiente para atender a demanda da população LGBTI+:

Olha, eu acho assim, que ela continua, ela, se eu disser que ela não atende, não é real. Eu precisaria basear em dados, né? Mas se você olha pros dados do cadastro, você tem em todo o Brasil quatro mil pessoas inscritas no cadastro. É o número muito baixo, né? Elas acessaram os serviços? Acessam. Mas eu não sei se quando elas acessam elas são lidas como tal. Entendeu? (Bruno, 2023).

E afirma que é necessário pensar a proteção social a partir das especificidades de cada público:

Olha, eu acho assim, que ela ela continua, ela, se eu disser que ela não atende, não é real. Eu precisaria basear em dados, né? Mas se você olha pros dados do cadastro, **você tem em todo o Brasil quatro mil pessoas inscritas no cadastro. É o número muito baixo, né? Elas acessaram os serviços? Acessam. Mas eu não sei se quando elas acessam elas são lidas como tal. Entendeu? Então eu tenho essa dúvida.** (...) Eu acho que..como é isso? É a gente tem discutido muita proteção social na perspectiva dos povos indígenas, né e nós temos um evento internacional com eles e a gente perguntou o que que é proteção social pra você? A proteção social é é eu poder, eles falaram um pouco sobre isso com Wendel Tenber? É a gente poder cuidar do que Tupã deixou. Da terra, dos filhos, reproduzir culturalmente, né? É um pouco assim, né? Vamos pensar o que é proteção social para a população LGBT? Temos colocações gerais pra toda política, mas o que é proteção social pra mulher vítima de violência? O que é o pra da mulher negra..eu moro num condomínio e eu vejo né? Eu eu saio cedo e eu vejo as babás chegando. Ou seja, eu fico, eu sempre me questionei com quem é o filho dessas mulheres. (...) Então acho que [pensar de] forma unificada, mas trabalhando conforme particularidades. **Não só a gente tem que particularizar, tem que coletivizar né? A mulher negra, vítima.., enfim, acho que a gente tem que trabalhar mil questões pra dar conta aí desse universo.** É um tanto quanto angustiante, viu? Não é uma tarefa muito simples (Bruno, 2023).

Bruno então, diante de tanto trabalho me aponta o tamanho desse desafio:

Olha Mariko, que o caminho é a gente discutir muito. Muito. A gente revisa muito. A gente se requalifica muito, **eu acho que a gente tem que reeditar o plano desse anual pra mais dez anos. Pra dar conta desse, dessa curva né, de alterações**. Nós estamos fazendo isso com a Amazônia, né? Eu estou cuidando especificamente da região norte. E olha que é um buraco muito mais embaixo do que a gente imagina (Bruno, 2023).

Ou seja, é um desafio grande, e que faz necessário muito trabalho. Para tal, para além de tempo, é preciso discutir e fazer, tendo em vista a urgência de fazer acúmulo sobre essa discussão para que avanços concretos (conceituais, metodológicos..) ocorram.

Pergunto se Karen conhece os direitos socioassistenciais ou o que a política de assistência social deve ofertar. Karen se sente insegura: “Olha eu digo.. hum eu não, eu não.

eu não quero dizer que sim. Porque eu acho que eu não tenho todo o conhecimento sobre mas eu acho que eu tenho noção. Né? É. Trabalhando aqui como falei depois de dois anos acho que aprendi muita coisa.” Pergunto se ela quer falar o que ela acha que a política de assistência social deve fornecer:

Assim não sei muito o que falar. Sendo bem sincera. Mas eu acho que vai da questão dos direitos humanos básicos. Acredito eu né, porque né? Por exemplo moradia, alimentação que era pra ser fornecida deveria ter uma política para isso né? Eh eu sei que tem proteção de moradores de rua né Mas nada específico pra nossa população. Pelo menos aqui. Então eh eh prefiro não não comentar muito porque eu não tenho assim teórico pra dizer (Karen, 2023).

Sugiro então fazer o contrário de citar o que deve ser ofertado e peço para que ela me fale se é ofertado ou não:

A primeira é a segurança de acolhida em relação então a um eh a um serviço de de atendimento. Então seja em CRAS, CREAS, Centro Pop, casas de acolhimento e é uma acolhida com qualidade, com profissionais competentes numa num espaço físico com uma infraestrutura que garanta um atendimento de qualidade, com sigilo.. se for um acolhimento com a individualidade... (Mariko, 2023),

Karen afirma que: “Temos o CRAS, temos o CREAS aqui próximo da Casa Miga. Assim, nunca tivemos nenhum tipo de problema, né? Quanto aos atendimentos lá, os nossos encaminhamentos. Então, não tem muito o que colocar. Acho que acredito que é, acredito que já aconteça.” (Karen, 2023)

Rememoro então que: “Acho que anteriormente você trouxe uma informação que eu acho que entra aqui também do dos usuários da casa que trazem relatos de LGBT fobia nesses serviços né? Ou em serviços de acolhimento, que os pronomes não são respeitados...” (Karen, 2023)

Ela então me diz: “Eu acho que é mais nos abrigos né? (..) É mais uns abrigos, falando assim de Cras, dos Creas num num me lembro, não me recordo, né, de relatos”.

Assim, a partir dessa fala, é possível compreender que nos CRAS e CREAS a segurança de acolhida é garantida, ou ao menos, nunca foi reportado o contrário. Ao contrário dos acolhimentos institucionais que cometem transfobia.

Pergunto sobre a segurança de convivência e vivência familiar e/ou comunitária:

É um trabalho que traga uma aproximação ou de vivência ou convivência familiar ou eh com a comunidade também né? Então se é feito um trabalho principalmente nesses casos que têm conflitos familiares ou que têm vivência de violência, se é feito esse serviço de esse atendimento visando o convívio, convivência familiar e comunitária (Mariko, 2023).

Karen me responde problematizando essa segurança, inclusive com a experiência de trabalho da própria assistente social da Casa:

Uuuhmm.. Olha isso daí acho que é mais complicado. Eh nosso assistente social esse semestre tentou implementar a questão da eh de você estar reestabelecendo seus vínculos familiares né? E eu sentei com ele eu falei eu acho que isso não vai dar certo porque né? As violências vem da família, né? Então acho que isso não vai dar certo, vai dar certo, mas ele insistiu um pouco e achei com os nossos que estão aqui hoje pelo menos, né, foram muito resistentes quanto a isso então eh eles não gostam de participar muito de rodas de conversas com com temas assim sabe? (Karen, 2023).

Nessa fala, Karen retrata a resistência das/os usuários/as em participar de atividades com esse tema, tendo em vista as experiências negativas vividas com a famílias e complementa:

E a maioria das das propostas que chega de fora, roda de conversa de fora eh para participar e tal é muito com esse tema. “Então..vindo da secretaria. (..)Então a gente já não participa muito. Não tem muita participação quanto a isso.” (Karen, 2023)

Complemento a pergunta então:

E a questão da convivência e aí acho, que pensando a lógica tanto familiar como comunitária, acho que pra além dessa relação com os pais e mães e irmãos por exemplo mas as vezes ou de propostas de informar famílias ou até de por exemplo, um convívio vamos supor tenho quatro pessoas na Casa Miga que estão pra sair. E aí ver deles irem morar junto, ter uma proposta de um convívio coletivo ou até talvez de uma formação de família, talvez não dentro do modelo nuclear, eh que é vendido, mas deles serem uma família entre eles (Karen 2023).

Karen então me responde que morar junto não:

Também não. Não. Muito difícil. Eh eu acho que é porque eles chegam a um momento de saturação aqui da convivência coletiva, né. São poucas as pessoas que sabem viver coletivamente (Karen, 2023).

Mas que forma-se amizades e rede de apoio:

Então eles acabam, eles formam sim amizades né? Formam sim amizades, isso eu vejo mas não pra morar junto. Acho que sair daqui pra morar sozinho mesmo, mas mantém contato com o outro sim (Karen, 2023).

Complemento que nessa rede de apoio entre eles, junta também a Casa como referência e Karen concorda. Pergunto então se o CRAS, CREAS, Centro Pop e acolhimentos também trabalham essa temática. Na visão dela “Eles tentam, eu vejo o que eles tentam, só não tem mesmo a nossa participação porque não tem interesse do nosso público.” Karen, 2023.

Acrescento então: “Até porque eles focam muito mais na questão duma convivência familiar com os pais de restabelecimento de vínculo. Do que de outros vínculos com seja comunitário, seja rede amigos nesse sentido.” Mariko, 2023. E ela diz que sim, concordando.

Aqui vale a pena pensarmos que as pessoas são diferentes e as vivências intrafamiliares delas também, com potencialidades e também com fragilidades, algumas vezes permeadas por inúmeras violências. A política de assistência social, apesar de ter a matricialidade familiar e prezar o fortalecimento de vínculos familiares, e muitas vezes ainda trabalhar numa perspectiva familista culpabilizando e responsabilizando famílias, há situações em que a relação já está tão fragilizada que o caminho deve ser fortalecer outras redes de apoio, como amizades e outros modelos familiares. E tendo esse público, pensar em atividades nessa perspectiva, rompendo situações de isolamento, mas também, não revitimizando a pessoa, rememorando ou retornando-a para situações de violência e dor.

Pergunto sobre a questão do acesso à renda: “Ah Assim, todos eles acabam sendo inscritos no Bolsa Família, né? Então recebem algum tipo de benefício e a partir disso a gente começa a construir, né?” afirma ela (Karen, 2023).

Ela ainda complementa: “É também não desfocar de conseguir um trabalho formal ou informal que seja né é ou até mesmo de empreender então eles são incentivados a tudo mesmo a achar um um modo de sobrevivência mesmo.” (Karen, 2023) Em uma sociedade em que os acessos são ligados ao consumo, acaba sendo uma urgência conseguir uma renda para garantir a sobrevivência.

Emendo então a questão da autonomia, não somente financeira mas como um todo. Ela me responde: “É trabalhado, principalmente a acessos, né de saber procurar, né? Eh os

serviços que você precise.” (Karen, 2023) Complemento falando da questão de acesso a documentação, tendo em vista que Karen havia falado que diversos deles chegam a casa com documento faltando: Então esse é um trabalho que vocês também fazem de auxílio na em segunda via de emissão de documentos, essas coisas? (Mariko, 2023) Ela confirma que sim. Aproveito e pergunto: “E você acha que o CRAS, CREAS é os serviços da assistência trabalham com essa parte de autonomia também ou não.” (Mariko, 2023). E ela diz não saber: “Eh não não tenho muito como dizer. Eh o nosso público pelo menos eles nunca precisaram né?É. Então não sei dizer se trabalhariam e se com outros públicos eles trabalham. Não sei te dizer realmente.” (Karen, 2023).

Pergunto então sobre a segurança de apoio e auxílio: “Seja em em formato de dinheiro ou cartão alimentação, transporte..” (Mariko, 2023) Karen me afirma que a Casa Miga orienta sobre essas coisas, pergunto se em sua visão os serviços de assistência social fazem isso: E ela me responde, “Eu acho que sim, pelo menos a orientação acredito que aconteça lá sim.” (Karen, 2023), não sabendo afirmar se é fornecido concretamente ou não.

Assim, como conclusão, pergunto a Karen se ela acha que a política de assistência social tem sido eficiente para atender a população LGBTI+, e ela me responde:

Eh acho que dentro do que você colocou aí desse desses pontos, acredito que pelo menos os pontos mais importantes sim né? Que nem eu falei os outros eu não não tem como a gente saber né? Enquanto não for preciso, né, alguém precisar não tem como a gente saber se eles vão ser capaz ou não de de fornecer isso, né? Mas eh acredito que sim. Na questão do estado já é bem é um pouquinho mais diferente (Karen, 2023).

Pergunto para Bob se ele sabe o que a política de assistência social deve garantir, e ele me responde:

Eu acho que eu sei, mas eu posso tá enganado assim, pelo que eu sei, a política social ela tem que quando uma pessoa entra no lugar de único que ela precisa da política de assistência social. Segurança alimentar, então vai variar de município pra município, né? Tem uns que vai levar a pessoa pro restaurante popular, tem pessoa que vai levar cesta básica na casa, moradia, que aí vai ser junto com as COHABs, Albergues ou enfim, segurança alimentar, a moradia e aí eu acho que tem a ver alguma coisa na área de empregabilidade assim, né? Mas aí depende também da idade, do contexto, mas eu acho que essas são as coisas, porque eu acho que saúde vai pro SUS, segurança eu não acho que faça parte do projeto do SUAS..Mas eu

tenho a sensação de que são essas três coisas, mas posso estar enganado. Não sei se eu errei, errei muito longe, errei rude (Bob, 2023).

Explico os direitos socioassistenciais e as seguranças a serem afiançadas e pergunto para de que maneira ele compreende que esses direitos, essas seguranças chegam ao grupo LGBTI+ :

Que modo? Uau. Eu vou ser muito sincero. Eu, hoje, serei muito sincero. Eu, hoje, acho que, infelizmente, essas políticas são tão, muito mais vinculadas ao terceiro setor do que é o estado. Hoje o terceiro, tá, eu vou tirar o infelizmente, mas eu acho que hoje essas políticas elas chegam muito mais através de projetos de financiamento de terceiro setor, de ONG, de projetos sociais do que de, por exemplo, feira da empregabilidade LGBT. . Sabe? A empresa tá junta aí beleza, aí chama o CREAS, aí o CREAS faz a agência do trabalhador, aqui em Curitiba tem agência do trabalhador, mas não foi o Estado que puxou, foi uma ONG que sabe. É..as casas de acolhimento, por exemplo, o centro de convivência, você hoje não tem, tem. Em alguns lugares do Brasil você tem, mas hoje você não tem, tem? Hoje você não tem CREAS em todo o Brasil, que saibam ter grupos de acolhimento pra pessoas LGBTs pra debater diversidade (Bob, 2023).

Ainda traz a tona:

Porque eu acho que os serviços de assistência social do estado porque eles são muito mais vinculados às políticas de governo do que a política de estado, eles sofrem esses entraves. Com todo carinho assim, nunca que a FAS de Curitiba fazer alguma coisa com LGBT. Nosso prefeito.. Posso falar isso aqui? Prefeito R. G.. O nosso prefeito falou na campanha eleitoral que ele não tinha vocação de São, São, São Francisco de Assis pra pobre, que pobre fede. Tá, ele não falou que o pobre fede. Ele falou assim, eu não tenho vocação pra Francisco de Assis, que eu entrei uma vez num furgão com um pobre, ele tava fedido. Pô, você acha mesmo que..se não houver uma garantia de estado uma sabe tipo uma lei que ele tem que cumprir? Ele vai fazer algum projeto, pra..? (Bob, 2023).

E conclui:

Cê para pra pensar que essas coisas são ruins assim, a gente ainda tá a passos muito distantes, então a sua pergunta pra mim objetivamente, sua pergunta pra mim foi, como eu vejo a política chegando, eu não vejo a política chegando pelo Estado, eu vejo a política chegando pelo terceiro setor, pela iniciativa privada muitas vezes e por isso mesmo. Eu não vou falar organizações religiosas porque é uma expressividade numérica muito pequena. Tem. Então o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs o CONIC, a CCZL (Comunidade Cristã do Brasil), as igrejas anglicanas ao redor do Brasil fazem trabalhos lindos nesse sentido, mas convenhamos que a representatividade e a expressividade disso é muito pequena diante do que terceiro setor vive de uma forma geral. Resumidamente é isso assim (Bob, 2023).

Bob ainda traz ao longo de nossa conversa outro ponto sobre a garantia de direitos socioassistenciais, que é: Como garantir direitos quando estes são atrelados a lógica de matricialidade familiar e ao mesmo tempo é essa família que comete violências? Assim, vale voltarmos a essa fala já apresentada do Bob:

Mas assim para pensar quantas pessoas LGBTs passam pela sensação de que eu passei de terem que sair da casa dos pais às pressas, terem lá seus dezoito, dezanove, vinte anos, vão morar na casa de um amigo, eles não vão ter comprovante de residência no nome delas. E aí como as pessoas resolvem a possibilidade de acesso ao serviço, né? De cadastro, quando uma pessoa não vai, ela não vai ter o comprovante de residência, né? (Bob, 2023)

E me traz outro exemplo:

Porque é isso por exemplo nos casos que eu atendo né? Tem casos de o menino faz faculdade eh e faz faculdade mora longe dos pais aí se assume no meio da faculdade. Aí eu por exemplo não falo pra ninguém se assumir por enquanto depende financeiramente dos pais. Se assume financeiramente aí o pai para de dar dinheiro pro filho. Só paga a mensalidade. Aí paga o aluguel e aí esse caso que eu estou te falando Mariko, são alguns tá? O menino faz uma universidade privada numa outra cidade ou a menina conta pra família e aí a família paga o aluguel da casa onde mora ou da pensão divide quarto sei lá, paga a mensalidade ou quando a universidade pública dá, paga o dinheiro do RU e tal e aí quando a pessoa se assume o pai e a mãe só pagam as despesas. Não paga nem mais comida pra essa pessoa, entendeu? Como se fosse um tipo de pressão psicológica para que essa pessoa fale que vai deixar de ser ou termine o namoro ou como que resolve isso? Que essa pessoa vai ter um um cadastro econômico onde ela vai dizer que ela é dependente de um pai de uma mãe que talvez tenha uma condição financeira mas ela foi, como é que é, o que eu posso dizer que ela foi, Ela foi, [vítima de violência, eu completo] É, ela e aí como que protege? Como que como que garante isso assim? É muito complicado assim, é muito difícil assim, éé, eu acredito que a gente precisava pensar e aí precisava pensar com os movimentos sociais, né? Precisava pensar com, enfim, com a gente que tá lidando com isso (Bob, 2023).

Listo para Janaína as Seguranças a serem afiançadas pela política de assistência social e pergunto se na opinião dela essas seguranças têm sido garantidas e ela me diz que mais ou menos. Pergunto por que mais e porque menos e ela me diz “Ah, eu não sei, eu não sei porque assim eu sempre eu sempre, eu, eu. Eu falo assim, eu não quero ,é igual agora pra fazer esse cadastro único..” (Janaina, 2023) afirmando ser um local do qual ela não gostaria de fazer parte por precisar ser “ajudada”. Mas pergunto a ela sobre a acolhida que ela recebe e ela me diz:

Não, eu sou bem atendida, sou muito. É como se fosse uma família aqui. Eu não tenho família. Então é igual eu falo, D., para mim é como se fosse uma prima, uma irmã. Ela me apoia muito. Ela me dá bronca, ela me aquela coisa, mas eu entendo. Às vezes ela está nervosa, ela dá bronca, mas pro nosso bem, né? Ela dá uma bronquinha de vez em quando, não é assim, assim (Janaina, 2023).

Acesso a renda ela me conta que foi na data da entrevista ao Poupatempo atualizar o cadastro único para receber o Bolsa Família. Pergunto se foi a primeira vez, ela diz que não:

Uma bolsa família quando a Pietra tinha uns 13. 13 anos, eu ainda recebi. Aí depois eu comecei a trabalhar, eles tiraram aí. Eu parei, fiquei uns 4 anos trabalhando, aí não recebi. Toda vez que eu começo a trabalhar, eles tira. Aí quando eu saio do serviço eu venho atrás (Janaina, 2023).

Pergunto se todas as vezes que ela precisou ela conseguiu e ela me afirma que sim. Pergunto sobre o valor, se ela acha que é suficiente ou que precisaria ser mais e ela me responde:

Ai pra uma família, acho que tem que ser um pouco mais, mas é melhor um pouco do que nada, né? Não é aquilo que você necessita. Sim, Ah, eu vou comprar o que eu quero, mas é o que você pode colocar numa..nesse momento (Janaina, 2023).

Convívio e vivência familiar, comunitária e social o CREAS têm ajudado muito. Desenvolvimento de autonomia, ela concorda que o CREAS tem ajudado. Sobre apoio e auxílios ela afirma que sim e que tem a ajudado muito, principalmente com alimentação e transporte.

Quando pergunto para Janaína se a Política de assistência social tem sido eficiente para atender a demanda da população LGBTI+ ela afirma que tem sido eficiente mas que precisa ser ampliado:

Ela tem que fazer para mais gente, né?(...)É para alcançar mais gente, É igual eu falo, tem muitos adolescentes, 1213, 14 às vezes de 11 anos que são homossexual, são lésbica, mas a mãe não sabe para onde recorrer. Para onde correr? Como ajudar? Então? Estão muito ainda escondido, né?(...)Tinha que divulgar mais para muitas pessoas que estão escondida, ser apoiada também. Não só a família da gente, as outras famílias também (Janaina, 2023).

Ao realizar essa pergunta foi possível verificar que a maior parte das pessoas entrevistadas não soube dizer exatamente o que a política de assistência social deveria

assegurar. Há uma falta de nitidez sobre a política de assistência social, sendo disputado seu conceito atual como política social X a noção de assistência de forma horizontal, garantindo acessos variados às pessoas pobres. Essa talvez seja uma disputa no imaginário popular, mas também um material necessário a ser trabalhado em articulação com a rede, com movimentos sociais e com usuários/as. Exceto por aqueles/as que executam ou fazem parte da gestão da política de assistência, não é nítido o que ela deve ofertar, e assim sendo, é também dificultado saber como cobrá-la. Aqui, talvez tenha-se uma suspeita de porque o movimento LGBTI+ não se apropriou da política de assistência social, pois se não é sabido o que deve ser ofertado, também há dificuldade de cobrar e propor.

4.2 Particularizar o atendimento em um serviço específico ou lutar por um real pertencimento?

Com Neno, Jessica, Karen, Atena e Joyce me deparo com alguns dilemas sobre a necessidade de particularizar espaços e/ou serviços para pessoas LGBTI+ na política de assistência ou a garantia de pertencimento real e sem violência das pessoas LGBTI+ em serviços que não particularizam os corpos dissidentes.

Quanto retomo a questão dos acolhimentos/abrigos, pergunto se Karen acha que deveria ser melhorado e ela me afirma que com certeza sim, independente de ser específico para LGBTI+ ou não, deve sim ser melhorado (Karen, 2023) Pergunto se ela acha que precisaria de acolhimentos específicos para a população LGBTI+ ou nos formatos de acolhimentos gerais. Ela me responde que:

Melhoria no formato que se tem hoje eh, precisam entender as especificidades das nossas da nossa comunidade pra eles poderem saber como agir lá dentro e não somente querer encaminhar né? Pra Casa Miga sei lá pra qualquer outro abrigo que possa existir LGBT, eu acho que isso precisa ser um pouco melhor trabalhado, né? Assim como tem as peculiaridades da população eh indígena que também é trabalhada aqui bastante tem da comunidade LGBT também. Então acho que os abrigos têm que estar eh aptos a receber qualquer tipo de pessoa. Então é (Karen, 2023).

Assim, em sua visão, qualificar o serviço de acolhimento institucional respeitando as individualidades e particularidades de cada usuária/o.

Neno, por sua vez, acha importante espaços específicos e faz a defesa da importância de Centros Especializados LGBTs.

Acho que tem uma contradição, né? Desse local de sempre estabelecer espaços para e nunca integrá-los. Mas eu acho que a gente vive um contexto em que precisa, sabe? Essa contradição é a contradição fundante, sabe. **Você precisa que essas pessoas estejam reunidas e entre si pra solucionar problemas delas.** Sabe? Tipo você precisa de locais específicos pra essas soluções sabe? **Tipo, eu acho que tem que ter muito cuidado com esse discurso de vamos acabar com qualquer centro de referência pra generalizá-los num CRAS.** Porque eu acho que isso despolitiza essa população que está se encontrando ali naquele espaço com as mesmas demandas sabe, tipo, eu percebi o quanto a APAE era um espaço político pra pessoas com deficiência, sabe? Coisa que o CRAS não conseguia ser. Sabe? Porque o CRAS eram diversas e inúmeras e extremamente complexas demandas (Neno, 2023).

E mais que isso, de profissionais LGBTI+ que garantam efetivamente uma proteção social e não a reiteração da violência:

Sim. E aí quando de alguma forma você estabelece um serviço dedicado para parece que o interesse surge mais assim sabe por exemplo, eu tinha vários amigos que estavam em extrema violência dentro de casa e ninguém queria ir na delegacia porque você era viado, como você vai na delegacia sendo viado, como que você vai na delegacia sendo sapatão, como você vai na delegacia sendo trans sabe? Então eu acho que é isso, é estrutural e às vezes é um estrutural da assistência em si mas da estrutura de serviço. Sabe, no Brasil disso de não ter o ensino você sabe que vai ser muito raro pessoas LGBTs em situação desse nível de profissionalizante sabe? Tipo é difícil a gente ver pessoas trans em um nível médio de profissões em nível fundamental, sabe? Tipo e quando e aí quando entra em local de concurso público, local de processo seletivo aí que vai ser menos ainda, sabe? (Neno, 2023).

Jessica Juliana, tem experiência no Centro de Referência LGBTI+. E sobre ele ela fala da semelhança e inspiração do Centro com um CREAS.

Que segue muito o modelo dos CRAS e CREAS. Aqui aqui na Paraíba essa instituição ela pegou muito todo o modelo organizacional, né? Da tipificação nacional dos serviços socioassistenciais de CREAS. Eh era como se fosse um CREAS especializado (Jessica, 2023).

Pergunto se o Centro de Cidadania está vinculado à política de assistência social ou à de direitos humanos e ela me responde que:

Nenhuma, nem outra na verdade a gente tem aqui na Paraíba a construção de uma política estadual para gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, enfim hoje a

gente usa inclusive a gente adota inclusive a sigla LGBTQIAPN+. Antes era só o LGBT. E é uma política que está inserida numa secretaria específica. Que é a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana. Então assim, organizacionalmente a gente tem a Secretaria de Desenvolvimento Humano que é onde hoje eu atuo profissionalmente, aí na Secretaria de Desenvolvimento Humano a gente tem o eixo de assistência social. Ela marca outras políticas também. Ela abarca segurança alimentar, abarca política de emprego. Eh abarca a economia solidária. E aí um dos eixos que também é o nosso maior eixo é o eixo de assistência social. Antes lá na época que eu estagiava no Centro de Referência LGBT esse centro de referência era ligado a esta secretaria, ele tinha era uma espécie de convênio. Então assim todas as questões materiais, estrutura, quem tomava conta era a Secretaria de Desenvolvimento Humano. Quando a Secretaria da Mulher e diversidade humana se estruturou de fato, virou, entrou no organograma do Governo do Estado, ela passou a assumir o controle, né? E aí tanto organizacionalmente como estruturalmente do Centro de Referência LGBT e também a expandir os serviços eh dentro do estado. Então é uma política que ela não está nem na de direitos humanos porque nós não temos uma Secretaria de Direitos Humanos. Na verdade Direitos Humanos, ela é uma diretoria que existe tanto na Secretaria do Desenvolvimento Humano que é a que eu trabalho quanto na da diversidade humana, da mulher de diversidade humana. Então cada secretaria, cada uma dessas duas secretarias elas têm a política de direitos humanos desenvolvidas. Sendo que hoje os centros de referência LGBTs do estado da Paraíba que são dois, tamos com uma proposta de interiorizar um pra o Alto Sertão do Estado agora, vai chegar uma em Cajazeiras. Hoje é da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana. Sendo que como toda política que é transversal ela passa por todas as outras secretarias de estado. Sempre eh isso é constituído a partir de redes, de fóruns, de comitês que eu acho que a gente vai falar um pouquinho mais sobre isso depois né? Quando eu fui começar a falar de atualmente como que como que eu estou circulando nesse meio então, quando eu comecei a estagiar no Centro de Referência LGBT ele estava completando dois anos de funcionamento na Paraíba. Era um um um serviço que estruturalmente também ele não tinha um lugar próprio, ele não tinha um uma série de uma série própria era uma sala cedida na casa dos conselhos que é um órgão ligado a Secretaria de Desenvolvimento Humano por isso que eu falei que essa secretaria eh cuidava da parte estrutural né? E eh a política de de assistência deu muito como é que eu posso dizer? Deu muito.. subdisídio pra que essa política fosse, pra que ela começasse a se constituir né aqui na aqui na Paraíba tanto que as temáticas de população em situação de rua chegavam no centro de referência. Porque tinha muitas pessoas LGBTs em situação de rua (Jessica, 2023).

Conta também do seu vínculo com Centro de Referência:

Foi um trabalho [o TCC] importante também pra o Centro de Referência LGBT. Até hoje ele é referenciado, ele está lá na biblioteca do centro e passado esses dez anos mesmo mudado quase toda a equipe técnica do Centro de Referência LGBT eu ainda tenho muita ligação com com esse centro sempre estou por lá sempre estou fazendo formação, inclusive semana que vem eu vou estar com o pessoal do centro de referência num congresso apresentando os serviços e projetos né, aqui na Paraíba. Foi muito bom por isso porque o pessoal foi mudando mas eu sempre estive eu sempre estive por lá embora nunca tenha trabalhado lá de fato foi foi só estagiária né não por falta de oportunidades mas enfim os caminhos foram levando lá pra política de assistência social (Jessica, 2023).

Com base na experiência de Jéssica com a política de assistência social e com a política LGBTI+ faço duas perguntas “difíceis”:

Eh e aí acho que eu queria voltar um pouquinho no que você falou sobre o Centro de Referência e aí você fala que ele começa né, Muito parecido com a política de assistência na tipificação do que é um CRAS, um CREAS depois você fala também acho que da ausência de pessoas LGBTI+ ou da dificuldade de acesso dentro da política de assistência e aí eu queria compartilhar com você uma dúvida que eu as vezes que eu fico pensando sobre isso que: é o Centro de convivência eles acabam fazendo o papel de CRAS e CREAS na prática muitas vezes ou você acha que não? Talvez até no sentido de sobrepor mas aí ao invés de sobrepor todo o público LGBT que não chega no CRAS e no CREAS vão pro Centro de Referência e acabam tendo então o atendimento socioassistencial nesse Centro de Referência ao invés dos CRAS e CREAS? Não sei se dá pra entender mais ou menos... (Mariko, 2023).

Jessica me responde o seguinte:

Não, eu super entendi, isso é a polêmica também, né? Porque existe esse debate, né? Que se, se são uma sobreposição, **existem grupos, pessoas dentro da política de assistência social que inclusive defendem, né, que que não deveriam existir Centros Especializados porque CRAS está ali na proteção social básica, porta de entrada, acolhida, CREAS é a violação de direito, população LGBT é público do CREAS. Né? E por que existe então o Centro de Referência LGBT, aí a gente começa a ter também a então pra que tem Centro de Referência da Mulher? Então pra que a gente ter Centro Pop, Né? Que é pra população em situação de rua. Então pra que a gente ter Centro dia né? Pra pessoas com deficiência. Então assim, a gente tá discutindo mesmo o fato de existirem os centros de referência ou a gente acha um absurdo existir um Centro de Referência LGBT.** Eu costumo fazer o inverso, sabe? Tipo, porque a gente já foi muito indagado né, enquanto, enquanto rede (Jessica, 2023).

Assim, Jessica aponta para mim que o questionamento feito por mim é recorrente na rede, porém ocorre sempre com uma conotação LGBTfóbica, pontuando a existência de centros que atendem especificidades como Centro Pop, Centro de Referência para Mulher, Centro Dia... Ela prossegue apresentando para mim o que ela acredita:

O que que Jéssica acredita? E o que na verdade a política é desenhada, que todos **os outros órgãos do território tem que ser referenciados ao CRAS. Então eu vejo o Centro de Referência LGBT enquanto um primeiro acesso. É a acolhida, é o reconhecimento de que existe um espaço que é pra mim. É o reconhecimento de que talvez eu não conheça o CRAS.** Mas eu conheço aquele Centro de Referência LGBT porque ele já fez uma ação específica no meu território e o Centro de Referência LGBT daqui fazem muitas ações de documentação básica daquelas feiras de serviços que são para além da testagem né? E convida profissionais também de outras secretarias pra participarem então eu creio como um primeiro acesso (Jessica, 2023).

Jéssica coloca então que o Centro de Referência precisa estar no radar do CRAS como serviço presente no território e assim haver articulações intersetoriais. Além disso, aponta o Centro de Referência LGBT como um espaço de reconhecimento e identificação, indo essa frase no encontro da fala de Neno. É a partir do acesso ao Centro de Referência que o/a/e usuário/a/e é encaminhado/chegue ao CRAS.

E a partir daquele momento eu vou pro meu território. Até porque eu vou ser nós porque eu me sinto muito Centro de Referência LGBT ainda. Até porque a gente não faz concessão de benefício. No entanto, a gente encaminha pra o CRAS. E lá no CRAS aquela pessoa passa a ter também um acompanhamento..(Jessica, 2023).

Outro ponto relevante que Jéssica traz sobre a realidade da Paraíba, é o Centro de Referência ser um espaço de reconhecimento e acolhimento por ter pessoas LGBTI+ no atendimento e também na gestão desses serviços e da política.

[...] só que na realidade onde é que a pessoa se reconhece mais é no Centro de Referência LGBT e eu digo isso assim sem nenhuma dúvida sem medo nenhum de errar porque eu creio que é esse espaço da acolhida, é esse espaço do reconhecimento, esse espaço de você ter pessoas iguais a você e lhe atendendo, porque no Centro de Referência aqui, não somente no Centro de Referência mas um ambulatório TT na Casa de acolhida na Secretaria da Mulher e Diversidade Humana como um todo as pessoas que trabalham lá também são LGBTs. Então a gente tem homens trans, gerente de pasta de cidadania. A gente tem mulheres trans, agente de direitos humanos. O..o coordenador da pasta de direitos sexuais reprodutivos. É um homem gay. Eh a coordenadora do do Centro de Referência de Campina Grande é uma mulher trans. **Então assim, a gente tem um corpo de profissionais no governo do estado que são os sujeitos da pauta também. Então eu acho que isso fortalece a questão do reconhecimento** (Jessica, 2023).

Ainda, ela me aponta a resistência da política de assistência social em compreender que aquele público também é dela e que deve também fornecer atendimento e acompanhamento.

No entanto, às vezes **não vou mentir que rolam as dificuldades de dialogar com a política de assistência social. E dela entender que aquele também é público dela, entendeu? Muitas demandas da Secretaria da Mulher e da Diversidade humana chegam pra Secretaria de Desenvolvimento Humano. Aí sempre que chegava essas demandas o pessoal me chamava pra fazer o atendimento, né? E e a ponte. Porque enquanto o estado a gente trabalha muito com a articulação. Então lá na Secretaria de Desenvolvimento Humano eu que era da rede de enfrentamento LGBT fobia, do conselho LGBT e da comissão do plano decenal, né? Plano decenal de política LGBT aqui no estado. Então acabava dando uma sobrecarregada também porque outras pessoas lá da secretaria**

ninguém queria mexer com isso, né? Então acaba que as duas políticas elas são muito juntinhas. Elas são muito transversais só que pra você reconhecer que a política LGBT é uma política transversal e que ela vai perpassar pela minha política pública. **Pra outros profissionais é muito difícil** (Jessica, 2023)..

Ainda, ela faz a defesa da interiorização do Centro de Referência, pois apesar de ser um serviço estadual que atende de forma regionalizada, é necessária a ampliação de unidades desses centros para que mais pessoas o acessem.

Por isso que eu defendo a existência, sabe do Centro de Referência LGBT, defendo a existência de que ele se interiorize. É tanto que a gente está aqui nessa luta pra montar o de Cajazeiras. Cajazeiras é a última cidade lá lá lá lá lá lá lá longe.Né? Então assim eu acho que são várias nuances, várias questões. Eu acho que nada está dado ainda. Tudo ainda é um construto, né(Jessica, 2023)

Realizo outra pergunta então, invertendo-a: “Vou fazer uma pergunta ao contrário do Centro de Referência ainda. Você acha que faria sentido o Centro de referência LGBT entrar dentro da tipificação da assistência ou também não?” (Mariko, 2023)

Jessica me responde que acha o tema polêmico e ser um tema a ser debatido pelo Governo Federal e nas conferências.

Eita achei polêmico viu? Achei polêmico, achei que achei que isso é um debate lá pra galera lá do Governo Federal, Isso era um debate inclusive pra conferências. É o debate das conferências, né? Que a gente está em período conferencial. E houve aqui uma grata sorte da gente fazer a Conferência de Assistência Social foi esses dias inclusive por isso eu estava morrendo viu fia? Morrendo de de coisa pra fazer e em vários eixos saíram essa essa proposta porque o eixo quatro da conferência não sei se tu tem esse acesso a esse debate mas tu for lá pra pros eixos da conferência nacional de assistência social o eixos o eixo quatro fala de serviços, programas, projetos e projetos socioassistenciais. Os benefícios ficou no eixo único que é o cinco. E aí a gente fala de construção, de adaptação, de ampliação nesse eixo. E **teve muitos municípios que falaram da necessidade de ter um centro e isso a na política de assistência.** A gente estava, a gente estava na conferência de assistência, da necessidade de ter um lugar, de ter um um um centro especializado que atenda, né, casos de LGBTfobia, que atenda migrante refugiado, né, enfim, e isso saiu demais (Jessica, 2023).

E afirma, como pode ser lido acima, que nas conferências em que participou houve essa demanda de Centros Especializados no interior da política de assistência social e dentre eles um centro que atende casos de LGBTfobia. E complementa com sua experiência na Paraíba:

Então então a gente fica realmente pensando **que a estrutura do Centro de Referência ele segue todos os parâmetros da tipificação né?** Porque por exemplo aqui a gente tem uma **Casa de Acolhida LGBT que é a única olha só agora eu super me achando né, é a única nível de Brasil que é financiada cem por cento com recursos públicos.** A gente não tem recurso de ONGs, de institutos, fundações. É cem por cento com recurso público. E quando a galera e quando falando, falando, coloqui-...coloquialmente né? E quando os profissionais dos do da Secretaria da Mulher e Diversidade Humana **estavam construindo o desenho dessa casa de acolhida eles pediram ajuda pra gente lá na alta complexidade, né, na, na gerência operacional de de alta complexidade porque eles queriam entender como fazer a casa e eles queriam que a casa seguisse os parâmetros do SUAS. Então é ao qual está na tipificação é a nossa casa né?** A nossa casa que muda só um pouquinho porque na nossa tipificação a gente tem acolhimento pra criança e adolescente, tem acolhimento pra adultos e famílias, sendo que quando a gente tá lidando com LGBTs, a gente tá lidando com o público que é diferente de adolescente, diferente de adultos e famílias, é diferente de mulheres em situação de violência também que precisam ser acolhidas **mas o desenho organizacional foi todinho da tipificação então assim eu acho que a política de assistência social ela barca diversos públicos.** Eu não acho não, isso é fato. Abarca diversos públicos e todos esses públicos, né? E todos esses públicos deveriam estar dentro dos serviços existentes (Jessica, 2023).

Dessa forma, ao menos na Paraíba, os Centro de Referência LGBTI+ e a Casa de Acolhimento para pessoas LGBTI+ seguem os parâmetros da política de assistência social. Porém, ela traz um contraponto de porque não incorporar esses serviços na política de assistência social:

Se existem serviços especializados para alguns públicos distintos e aí não somente o LGBT. Então por que não isso também está dentro da nossa estrutura? **Sendo que se tiver, sendo que se tiver dentro da nossa estrutura isso vai invisibilizar, por exemplo aqui que nós temos a Secretaria da Mulher e diversidade humana, porque ela tem um protagonismo muito grande no estado, né? E se e se invisibilizar ela vai cuidar de quê? Também, né, então assim, eu acho que a gente deve dialogar enquanto entes, né?** Eu acho que também nem todo o estado tem essa estrutura que nós temos aqui e pra os estados que não tem pra inclusive porque é uma das políticas menos financiadas, né? Aqui a gente tem esse avanço todinho que o povo às vezes vem pra cá pra pegar a experiência da Paraíba pra levar e a gente já vive num perrengue imagina né. Então assim, é uma das secretarias que tem o menor orçamento, que tem o menor número de profissionais, né? (Jessica, 2023).

Porém, Jessica reconhece que nem todos os estados possuem essa estrutura (orçamentária, de profissionais). E nesses casos, ela defende que sim, os Centros de Cidadania poderiam estar dentro da política de assistência social.

Esse questionamento não acredito que tenha uma resposta única, mas reflexões sobre

a oferta de atendimento da qualidade para o público LGBTI+ . Então nem todos os estados tem essa estrutura. E os que não tiverem? Dentro da política de assistência não poderiam, né, não poderiam existir? Porque no âmbito da gestão a gente tem as coordenadorias. Sim, mas a gestão vai fazer o quê? Vai ficar somente no âmbito da articulação? Mas a execução direta que são os centros de referência que fazem essa execução direta, né? Onde eles ficariam? Né? Eu acho que eles não teriam que ficar no limbo. Acho que eles teriam que ter um lugar e se for dentro da política de assistência pra assumir né? Pra assumir essa demanda. Eu acho que deveria assumir". (Jessica, 2023).

A política de assistência social e a de direitos humanos e cidadania, que em diversos momentos se encontram, em alguns pode se sobrepor (como os acolhimentos de longa permanência) e em outros a assistência social se exime sendo uma encaminhadora para os serviços da política de direitos humanos, quando há no território.

4.3 O SUAS QUE TEMOS E O SUAS QUE QUEREMOS

Após a extinção pelo governo Bolsonaro do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) e a não realização da Conferência Nacional prevista para 2019, ocasionou a organização da sociedade civil por meio de um Conselho Nacional Popular LGBTI+. Esse conselho, reunindo o acúmulo das discussões das conferências anteriores e organização do Programa Brasil todas as Cores, lançado em 2022, buscou tratar de forma interseccional as demandas LGBTI+ integrando demandas para diversas políticas públicas, dentre elas a de assistência social. O Documento é dividido em quatro eixos: interseccionalidades, A política Nacional LGBTQIA +, áreas temáticas e legislativo.

Dentre as propostas centrais que abarcam todos os eixos é encontrada a proposta quatro:

Fundamenta-se que haja a ampliação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que impossibilite a revitimização por parte do Estado, na medida em que combate quaisquer preconceitos e discriminações no atendimento e

acompanhamento das pessoas atendidas junto à humanização. (Conselho Popular, 2022, p.10)

Também, em áreas temáticas a política de assistência social é diretamente chamada no item 52:

Fortalecimento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que atue com pessoas em situação de rua, principalmente com mulheres transexuais e travestis, as quais devem receber atendimento especializado e humanizado, dessa forma a urgência de haver capacitação de todos os servidores que atuam na Política (Conselho Popular, 2022, p. 28).

Merece destaque também outros itens que apesar de não citar nominalmente o SUAS, trazem possibilidades de qualificação do sistema.

A política nacional LGBTQIA+:

3. No âmbito municipal, determina-se que haja, além das estruturas acima citadas, ao mínimo, um Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBTQIA+, este necessariamente deve ter uma estrutura multidisciplinar que consiga atender as demandas da população LGBTQIA+ alinhado à capacitação dos funcionários, com o intuito de promover o respeito e a humanização ao atendimento psicossocial, jurídico, pedagógico e de redução de danos;

4. Outra estrutura que pode ser municipal, estadual ou territorial são as Casas de Abrigo, órgão importantíssimo à promoção de condições básicas de sobrevivência aos LGBTQIA+ que sofrem violações de direitos em âmbito familiar ou estão em situação de vulnerabilidade social. (Conselho Popular, 2022, p.16 e 17)

Áreas temáticas

26. Criação de formação continuada e capacitadora para os demais servidores públicos que visem o atendimento à população LGBTQIA+, juntamente com o ensino temáticas que impeçam e informem o servidor acerca da discriminação e da revitimização, que devem ser combatidas no âmbito institucional. (Conselho Popular, 2022, p.24)

36. Deve-se haver articulação do Governo para que haja criação de cotas universitárias, mas também em concursos públicos, para pessoas transexuais e travestis.(Conselho Popular, 2022, p.36)

50. Adicionar, indubitavelmente, em todo o sistema de registro governamental nas três instâncias da União, o nome social, e é necessário que haja respeito a sua utilização. (Conselho Popular, 2022, p.28)

53. Implementação de sistema de incentivo fiscais aos estados, municípios e distrito federal que adotarem comitês, casas de abrigo, coordenações e afins voltados exclusivamente à população LGBTQIA+ e que tenham atendimento multidisciplinar e integrado, que garanta, assim, a promoção da dignidade da pessoa humana (Conselho Popular, 2022, p.29).

58. Colação de cartazes em espaços públicos que incentivem a tolerância e o estímulo ao respeito dos Direitos Humanos, em que seja reforçado por meio de treinamento dos servidores, os quais possam atender de forma humanizada e não-discriminatória. (Conselho Popular, 2022, p.29)

65. Exigir que haja matérias relacionadas à diversidade sexual e de gênero interseccionada com as outras discriminações nos concursos públicos, analogamente que estejam presentes nos cursos de formação dos servidores públicos. (Conselho Popular, 2022, p.30)

66. Revisar todo o sistema de registro governamental e alterar os campos para “identidade de gênero” e “orientação sexual”, de mesma forma adicionar a possibilidade de colocar nome social, e no “sexo” haver o campo “intersexo”. (Conselho Popular, 2022, p.31)

76. Inclusão imediata de casais homoafetivos e LGBTQIA+ nas políticas públicas de arranjos familiares. (Conselho Popular, 2022, p.32)

77. Atendimento inclusivo, psicossocial e multidisciplinar para as vítimas de homotransfobia e outras discriminações interseccionais. (Conselho Popular, 2022, p.32)

78. Incrementação de plataforma de dados governamentais que possibilite a pesquisa acerca de violências contra a comunidade LGBTQIA+, em que haja, aliás, a possibilidade de pesquisadores no tema, logo a interconexão com as Instituições de Ensino; por fim, a expedição anual de relatórios acerca da violência e direitos. (Conselho Popular, 2022, p.32)

Legislativo:

13. Criação de projeto de lei que altere, sistematicamente, os códigos brasileiros, em que se retifique “opção sexual” para “orientação sexual” e “sexo” para “identidade de gênero”. (Conselho Popular, 2022, p.32)

27. Fundamentação de um projeto de lei que incentive a fiscalização e punição de violências contra LGBTQIA+, principalmente na esfera pública e nas relações institucionais, com o intuito de prevenir a revitimização estatal. (Conselho Popular, 2022, p.32)

29. Desburocratizar a retificação do registro civil para pessoas transexuais e travestis, além de permitir que haja a isenção de pagamento de forma facilitada. Além de garantir que os processos judiciais que tecem sobre retificação de nome e sexo devem ter prioridade. (Conselho Popular, 2022, p.32)

Com a Silvia, pode-se apreender a metodologia utilizada por ela com mães e pais LGBTI+, a partir de conversas entre pares, sem julgamento mas com perguntas reflexivas e que ao final de cada encontro sempre se pensa uma ação concreta para se realizar com os filhos, buscando aproximações paulatinas, seja perguntar “como quer ser chamado?”, “você está se relacionando com alguém?”.

Com Juliana, vimos a importância de uma secretaria ocupada por pessoas LGBTI+ que pensam as políticas públicas para essa população e também da experiência na Paraíba da Lei dos Cartazes. Enquanto isso não se transforma uma lei nacional, talvez seja importante uma resolução que obrigue os serviços da assistência social a terem cartazes informativos de combate a LGBTI+fobia e do direito ao nome social e o pronome conforme identidade de gênero.

Com Samara e Juliana, que muitas vezes tarefas dadas como “simples” possuem uma barreira enorme de LGBTI+fobia que afasta e dificulta a população LGBTI+ de concluí-las, sendo necessário muitas vezes que profissionais estejam próximos e quando necessário acompanhem-os nessas ações.

A partir da vivência de Atena e Joycee, faz-se necessária a garantia de espaços seguros para pessoas LGBTI+ nos acolhimentos, seja em quartos separados ou seja por meio da intervenção dos profissionais em relação a LGBTI+fobia de outros usuários.

Por meio do relato de Bruno, a necessidade de aguçamento do olhar dos profissionais, pois em algumas situações a LGBTI+fobia ela chega velada nos atendimentos e cabe ao profissional desvelá-la.

Bob Luiz Botelho traz a nós a necessidade que as políticas sejam de Estado e não de governo, passíveis ao desmonte em qualquer troca de gestão. Para além disso, Karen e Samara, trazem em sua fala como as relações dadas não são entre serviços, mas entre pessoas específicas que compreendem as especificidades da população LGBTI+ demonstrando a fragilidade que há no serviço prestado.

Bob ainda sugere a criação de um benefício voltado para pessoas LGBTI+ vítimas de violência intrafamiliar e a necessidade de que o acesso aos direitos venham antes da burocracia.

Foi praticamente unânime a necessidade de qualificação dos profissionais por meio de capacitações. Juliana por sua vez, compartilhou o trabalho que vem realizando de capacitação profissional.

Na cartilha de 2020, há sugestões de atividades a serem realizadas no CRAS:

- Articulação com movimentos sociais LGBT para realização de Mutirão nos Equipamentos da Assistência Social e na comunidade;
- Produção de murais informativos;
- Rodas de Conversa;
- Atividades Artísticas e lúdicas;
- Cineclube;
- Realização de Palestras, Minicursos e outras atividades de capacitação (Brasil, 2020).

Malaquias e Carvalho (2023) apontam como sugestões de melhorias no atendimento de pessoas LGBTI+ em ILPIS:

- Conhecer e respeitar a biografia da pessoa idosa, com sua identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual;
- Perguntar de que forma ela gostaria de ser chamada (nome de batismo, nome social ou outra denominação pela qual se sinta melhor representada);
- Possibilitar atividades que possibilitem diálogo e escuta entre as pessoas idosas, garantindo que possam manifestar suas opiniões, desejos e sugestões para um melhor convívio dentro da instituição;
- Respeitar a sua privacidade e liberdade. Há instituições onde a estrutura física com quartos compartilhados e a ausência de banheiros individuais podem comprometer esse direito. Caso isso ocorra, buscar maneiras onde a pessoa idosa possa ter momentos de maior privacidade, por exemplo, com a substituição de atividades coletivas por atividades mais individualizadas.
- Enfatizar a importância da espiritualidade e religiosidade de cada um, independente de qual seja;
- Estimular o debate entre os residentes, profissionais da equipe e familiares sobre temas de conscientização em relação à sexualidade, autonomia e direitos da pessoa idosa;
- Oferecer suporte psicológico;
- Disponibilizar assistência social e jurídica para legitimar direitos sociais como pensão e benefícios;
- Garantir à pessoa idosa o respeito à sua autonomia e à tomada de decisões;
- Estimular a visita e o convívio da família e de pessoas que ele possua como referência de segurança, muitas das vezes amigos, companheiros (a), parceiros (a);
- Capacitar e conscientizar a equipe com programas de treinamento para um cuidado e atendimento mais atento e especializado às necessidades dessa população. (Rebelatto, Gomes, Crenitte, 2023, p.139-140)

Pergunto então, se os/as sujeitos/as participantes tem alguma sugestão de como a política de assistência social poderia ou deveria aprimorar a proteção social às pessoas LGBTI+ deparo-me com as seguintes sugestões. Desta forma, Atena aponta que a necessidade da política de assistência conseguir articular e garantir maior acesso a recursos financeiro e ao mercado de trabalho:

Ah eu queria é...o que eu penso é de na política de assistência quando o assunto somos nós eh é seria mais ...seria mais **recursos eh financeiros**, né? Porque pra gente o mercado de trabalho é muito, é complicado, né? Porque nem todo lugar aceita, porque igual, uma trans pra entrar dentro de um mercado pra começar a trabalhar, se numa, se numa.. entrevista de de emprego e que tiver um gay e uma trans, ele pode vim querer chamar o gay deixar a trans de fora porque a sociedade nem todo mundo aceita, a a maioria só recrimina a gente então na política de assistência o que eles poderia (...) se aprofundar mais, seria mais pra levantar a gente no mercado de trabalho. (..) É entendeu? Não que tenha alguns lugares, né? Tem empresas que aceita é mulheres trans, tem lugares que tem, que tem cota trans, né? Igual tem faculdades aqui em São Paulo que aceita, mas não é em todo lugar ainda....É [um dia vai ser]. Está dependendo, né? É. E de e que na política de assistência eles conseguindo eh impulsionar mais, nós no mercado de trabalho seria muito bom (Atena, 2023).

Karen me diz que:

Eu acho que teoricamente eh está tudo certo. Entendeu? Eu acho que não tem muito o que eu, possa opinar. Que quando eu leio, quando eu vejo eu acho até bonito, né? Mas na prática é uma outra questão. Então eu acho que o que precisa ser aprimorado é mais a questão humana, né de atendimento, de acolhimento, de humanizar mais os serviços. Pelo menos aqui eu prezo muito por isso, sabe? Porque eh as pessoas elas já chegam, a gente já trabalha com o público muito sensível né? Em vários aspectos e a gente não pode ser mais uma agressão pra aquela pessoa, Entende? Então eu acho que é essa parte assim do cuidado de como você vai agir, de como você vai falar, de como você vai atender. Que precisa ser melhorada assim, sabe? Eh acho que é só é só só essa parte mesmo assim que eu consigo enxergar no momento (Karen, 2023).

Já Neno:

Nossa é difícil essa hein amiga? Cara, eu acho que a a amplitude de profissionais que se identifiquem com essas pluralidade, eu acho que é sistema de cotas profissionais em serviços públicos em em em concursos públicos pra pessoas trans e no ensino público eu acho que que eu acho que não existe uma solução pra política sabe? Eu acho que a solução tem que ser em rede porque enfim não tem como a

política mudar e a estrutura não mudar para si então acho que precisa ser uma solução integrada entre todas as políticas uma solução estrutural, sabe? E eu acho que a solução não é só o LGBT acessar o serviço, mas estar enquanto servidor. Sabe? Eu acho que isso é a maior solução pra mim de qualquer política e a gente tá eh enquanto pensador desse serviço, não só usuário enquanto pesquisador e não só pesquisa eu acho que é isso assim esse local de poder, ser compartilhado. Enquanto esse local de poder não for compartilhado acho que não ele não vai existir solução pra nada né? A questão que envolva contra hegemonias e ditas minorias que não são minorias mas estão nesse local sabe? Eu acho que é isso as soluções são integradas e eu acho que integrá-las é colocar pessoas plurais é em situação de poder, sabe? E e aí sim eu acho que a gente vai estabelecer outras soluções. Então, enfim são espaços que a gente tem que construir assim e a amplitude de debate seja na categoria profissional quanto na política, mas eu acho que dois mil e vinte e três né? Não dá mais pra gente ficar só no debate que a gente vai fazer agora eu acho que debate já está posto e a gente já tem maturidade. Mas o que a gente vai fazer agora? Sabe? Acho que é isso (Neno, 2023).

Ao perguntar para Jéssica se ela acha que a política de assistência ela tem conseguido assegurar as seguranças que ela tem que afiançar, de acolhida, renda, convívio, autonomia, apoio e auxílio, ela me dá uma importante contextualizada sobre a situação de desmonte vivida pela Política de Assistência Social nesses últimos anos:

Olha, a gente tá passando por um processo de reestruturação, né? Da política pública, reestruturação na política de assistência, essa é a discussão da vez né? Nesse processo conferencial tendo em vista que a gente passou por um processo muito pesado de desfinanciamento, de credibilidade também dessa política pública a gente chegou aqui na Paraíba ter, por exemplo, alguns CRAS que ameaçaram fechar as portas, né? Porque o cofinanciamento por exemplo federal pra os CRAS que já é muito pouquinho né? Muito pouquinho. Ele teve esse corte absurdo de de cinquenta por cento e não foi somente cinquenta por cento porque a gente teve CRaS recebendo dois mil reais só de co financiamento federal então assim a política de assistência ela passou por um período esse último período mais recente, muito complicado, muito meio que sombrio mesmo, né? Uma coisa de trevas e a gente acredita que os equipamentos eles estavam fazendo o que podiam. E era isso também que eles nos diziam, né? Nos diziam aqui enquanto estado. Então a gente teve esse processo muito pesado e eu acho que agora a gente está tentando se reerguer e tentando se recuperar (Jessica, 2023).

E me afirma que nesse momento atual, o que está se tentando é se reerguer e se recuperar, revendo inclusive a questão estrutural do SUAS, de capacidade, demanda, orçamento, RH.

Processo de recuperação né? O próprio lema da conferência, das conferências é o SUAS que temos e o SUAS que queremos. **Eu acho que tem que levar em conta levar em conta se hoje com a nossa capacidade, nossa capacidade não, com as demandas que a gente tem dentro da assistência social [se] elas ainda cabem**

dentro da nossa capacidade protetiva. Então a gente está discutindo nesse processo conferencial né? Uma reestruturação por exemplo eh do daquelas regrinhas dos CRAS, aquela regrinha do número de famílias profissionais, a gente tá discutindo a reestruturação de orçamento, a gente tá discutindo inclusive essas questões que eu te falei, né? LGBTs, migrantes e refugiados, nananá, então eu acho que isso também mexe muito com as seguranças afiançadas porque, por exemplo, se hoje a gente tem os municípios de até cinco mil habitantes e tem um CRAS só não é? E as demandas pra assistência social elas se alargaram durante esse período, então esse CRAS ele não vai dar conta, ele não dá conta. A gente já sabe que ele não dá conta (Jessica, 2023).

E aproveitar o momento de abertura política:

Então acho, assim que é mais urgente agora a gente aproveitar esse bonde da história, aproveitar o bonde, né? De que a gente está tendo é um uma abertura inclusive com o Ministério. Né, mas isso, assim, está bombando né, dentro da política de assistência esse esse período e como que a gente vai fazer pra absorver as demandas que chegaram pra assistência. **Então assim eu acho, que, que esse é o momento da história onde a gente tem que dizer o que a gente quer** (Jessica, 2023)

E ela reconhece que as/os profissionais que estão a longo tempo nos serviços conseguem melhor do que ninguém dizer o que é necessário:

E mostrar qual é o desenho que a gente tem dessa política porque principalmente por exemplo **uma profissional que atua hoje no CRAS se ela é concursada, se ela é né, profissional de carreira e ela está ali há muito tempo né, com certeza essa profissional vai vai vai identificar quais são as discrepâncias hoje na na atuação dela, né.** Então assim eu acho que são essas experiências que a gente tem que começar a dizer. Sabe, pra gente poder realmente fazer esse desenho do que é a assistência social porque é uma política pública linda, maravilhosa, mas os seus gargalos eles tem que ser colocados na na mesa. Eu creio eu acredito que tem muito disso (Jessica, 2023)

Ao perguntar a ela se ela acha que política de assistência social tem sido eficiente pra atender as demandas da população LGBTI+ e ela me aponta algumas fragilidades:

Eu acho que ainda existe muito, eu acho que existe muito ainda eh muito além do que se avançar nessa pauta. Eu acho que a política de assistência social ela tem a potencialidade, a potencialidade teórica e talvez até estrutural também, mas eu acho que a gente passa por um processo também de de eu não sei nem te dizer porque eu não quero culpabilizar os profissionais também né? **Não quero fazer esse discurso de que é somente culpa do profissional eu acho que existe também outras outras dimensões que que tem que ser colocadas né na roda dessa falta de acesso. Mas eu não posso né, isentar né, a nossa própria categoria.** Não é? Porque assim eu acho que uma coisa sempre vai levando outra e outra e outra né? Então assim, a gente tem profissionais que se recusam, não é? **E aí são essas pessoas que estão operando a política na ponta. Então, você pode ter as**

normativas mais bem elaboradas do mundo mas quem opera na ponta tem que seguir aquelas determinações. Então isso é o mínimo. O mínimo do mínimo. Mas nem isso os profissionais estão fazendo esse essa tarefinha de casa. Quem dirá, né, absorver demandas que pra eles não nem são pra nem são deles. Aí a gente fica se perguntando também onde a gente está errando. Eu vou fazer esse debate esses dias como que a gente está construindo, né? (Jessica, 2023).

E também fala sobre limitações e possibilidades conforme a gestão:

Então eu acho que que é muito mais isso passa muito mais por questões de como se você como você se reconhece dentro da profissão e dar essa rotulação e qual é o tom que você dá quando você é uma gestora? E aí assim não tem pra onde correr. **É gestão. Isso é gestão porque se a gente tiver uma gestão conservadora, uma gestão daquelas que que acha que assistência social é dar cesta básica, isso vai refletir na atuação profissional também né?** Então eu acho que tem muito essa relação ainda, eu não sei qual é a solução também (Jessica, 2023).

E faz a defesa de formação e capacitação continuada:

Mas eu acho que é um dos enfrentamentos que a gente tem que fazer também quanto a política de assistência. Eu acho que o principal ponto é a formação, informação, capacitação continuada, eu acho que a formação e a capacitação continuada elas também só são valorizadas quando também existe uma estrutura que garanta, né? Essas capacitações. Então assim, eu acho que a formação e a capacitação elas são imprescindíveis, mas há de se ter estrutura pra isso (Jessica, 2023).

Bruno coloca como sugestão para aprimorar a política de assistência social:

Olha eu acho que a gente precisa começar pelo cadastro né, **pelo Cadastro Único. Eu acho que nós precisamos investir em matrizes que dêem em conta.** Porque assim, eu dei muito curso pra sobre população LGBT, né? E aí quando eu ia dar os cursos eu perguntava assim, qual que é a ementa, eu tinha horror quando as pessoas falavam assim ‘ai, a gente aprendia queria sobre as letrinhas’. **O foco não é a letra. O foco é a sociabilidade. Então eu acho que a gente precisa avançar no debate da sociabilidade, no debate da tipificação no debate do cadastro, no debate da oferta, no debate do cardápio de atividades com o centro de convivência, as unidades de acolhimento,** e não só com o processo LGBT, que é a população negra, cigana, ribeirinha, indígena, pessoas com deficiência, eu acho que são **muitos letramentos que são necessários, mas sobretudo para a população LGBT** e assim, a violência que nós sofremos ela é uma violência pela condição que apresentamos na sociedade. Eu posso sair na rua de mãos dadas e tomar um tiro no rosto. E então é um pouco assim (Bruno, 2023).

Vale ainda resgatar outras sugestões que desenrolaram na conversa com Bruno: mapear as casas de cafetinagem e garantir atendimento e acompanhamento a elas, reconhecer a performance de gênero como uma das possíveis condições que coloca alguém em situação

de vulnerabilidade e/ou violência, fomentar a discussão entre a população LGBTI+ para que eles amadureçam o conceito e nos digam o que se entende por proteção social e para a partir daí pensarmos em formas de como proteger.

Quando eu peço sugestões, Bob me aponta inicialmente uma sugestão para os profissionais assistentes sociais, apontando uma questão na formação e necessidade de atuação das/dos profissionais.

Eu realmente gostaria de ter muito dinheiro para financiar um projeto de **treinamento de todas as assistentes sociais do Brasil**. Eu acho que **a política de assistência vai melhorar muito se todos ou pelo menos a maior parte das assistentes sociais se conscientizasse do que acontece**. Eles não sabem. Minha leitura, posso estar equivocado. Galera não sabe, a galera não ...se parar pra pensar que tem assistente social no SUS de Guarulhos que não sabe chamar nome social que o G., o meu marido lida, sabe? Tipo, putz, tem assistente social do SUS que veio falar assim, ah, o fulano tal tem cinco filhos gays, só um deles que não é porque se casou. Como assim? Porque caso eu e o Guilherme... você entende? assim... A galera das pessoas que não estão no serviço público porque também é isso. Não foram abertos novos concursos. Outros concursos são abertos. Você sabe disso. É uma vaga só. Aí as pessoas que estão nos aparelhos públicos são pessoas que estudaram serviço social numa década e numa época há um serviço social não era engajado, não era um serviço social de luta, era um serviço meio que assistencialista. **Mesmo que fosse um serviço social de luta, não tinha um estudo de gênero**. É uma galera que pode até entender de que ela é trabalhadora, mas não sabe porque é importante entender pronome e aí é uma galera da classe trabalhadora que fala que pronome não é importante pra luta de classes. Aí você entra num looping de desinformação de pessoas que atrasam a prática do serviço. Eu vou ser muito sincero. Eu entendo muito pouco do sistema. Eu não sei como é a burocracia, eu não sei como é o sistema, nunca vi o layout de preencher um formulário, não sei como funciona. Agora, a sugestão que eu teria é, bora militar horrores pra treinar igual faz igual o o CRP e o CFP, sabe? Pega os CRESS e fala assim, todas as instituições públicas tem que treinar, ter pelo menos um funcionário que vá pra esse treinamento. Aí oferece um treinamento de verdade e inclusão. Aí faz esse, essa pessoa oferecer, sabe o CRESS ele fiscaliza ele, ele não pode promover, mas como as pessoas podem fazer o CRESS? Como é... (Bob, 2023).

Vale pontuar, que há orientações técnicas e normas do CFESS, além de outros materiais sobre o identidade de gênero e orientação sexual para nossa categoria. Porém, como já apontado por Neno, Jessica e Bruno, faz-se necessário uma ação mais incisiva de capacitação de nossa categoria. Além disso, a inclusão obrigatória da temática no curso de graduação de serviço social:

Como que o CFESS pode garantir por exemplo que todos os cursos de graduação em serviço social tenham na grade curricular uma disciplina para diversidade sexual

e de gênero e de inclusão, como que a gente vai instrumentalizando essas coisas pra formar uma nova geração é muito ruim o que eu vou dizer, mas assim, são os resultados que a gente vai ver agora não, assim. Por isso que agora a gente tem que lidar. Mas assim, tem que fazer (Bob, 2023).

Esse apontamento também dialoga com a fala da Jéssica, sobre como em sua graduação ela fazia esse trabalho de transversalizar a temática nas disciplinas e sobre como ela notava essa ausência de professores/orientadores referências sobre a temática. Cabe também provocar a ABEPPS para que esse conteúdo esteja nas diretrizes curriculares.

Reforça ainda, a necessidade de capacitação para servidores públicos que já estão atuando: “Oferecer treinamento para servidores que já estão nos aparelhos públicos. Então, não sei como faria isso, né?” (Bob, 2023)

Essa sugestão do Bob dialoga com o que Jéssica pontua: capacitação profissional via Capacita SUAS para todas/os profissionais do SUAS (e não só restrita aos/as assistentes sociais) sobre a temática, sob orientação/responsabilidade do MDS.

E ele então me traz algumas sugestões que para ele são utópicas mas necessárias:

Pô, bora abrir um um cargo público de carreira, uma secretaria de carreira na área de por exemplo, você tem pessoas do Ministério da Fazenda de economia, independente se o nome vai ser Ministério da Economia, Ministério da Fazenda, tem pessoas que são concursadas pra esse ministério. Você tem Ministério da Saúde, tem pessoas que são concursadas pelo Ministério da Saúde. Não há pessoas concursadas na área de direitos humanos no Brasil, sabe? Noventa e nove vírgula nove por cento do ministério de direitos humanos é cargo comissionado. E aí quando entra uma Damares da vida faz o que faz. (...)Sim, então eu acho que a gente precisa de concurso (Bob, 2023).

E ele sugere a transversalização de profissionais de cargo público efetivo que trabalham com a pauta da diversidade sexual e de gênero de forma transversalizada:

Eu eu acho que pensando agora aqui rápido, eu falei desse cargo público, mas eu acho que talvez fosse importante. Por exemplo, o Itamarati, eu vou usar esse exemplo para explicar o que eu vou chamar de universalizar. Uma pessoa, ela faz o Itamaraty, ela vira diplomata, né? Tem diplomata no Ministério da Saúde. Então a pessoa fez Itamarati, trabalho dela não é no Itamarati, ela é funcionária, ela é uma pessoa diplomata, funcionária no Ministério da Saúde, trabalha para Nise da Silveira na área de relações designadas do Ministério da Saúde. Essa, ou seja, o Itamaraty não trabalha só pra ele mesmo, ele transversaliza. Tudo o que é relação internacional de qualquer ministério vai passar pelo Itamaraty. Você entendeu meu ponto? Acho que a gente precisa transversalizar o debate LGBT. A Symmy não

pode ser apenas um cargo aleatório. Pra fazer um edital no ano que tem vinte vagas e todas as organizações que ganharam a gente já sabia que ia ganhar. Era óbvio que a Casa Cunha iria ganhar o edital que teve no Governo Federal. Que bom que ganhou, não vou reclamar não. Era óbvio que a aliança da A.R ia ganhar, era óbvio, tudo ali era muito óbvio Por que o Evangelicxs não aplicou pro edital do Governo Federal? Porque a gente sabia que a gente não ia ganhar porque havia vinte vagas pra movimentos LGBTs do Brasil inteiro. E obviamente as vinte ganharam foram as vinte maiores. Então o carregamento da Symmy não pode ser apenas alegórico. O cargo da Symmy tem que ser como se fosse do Itamaraty transversalizar. Tem a questão do cargo por exemplo no Ministério da Saúde isso, planejamento orçamento da pro planejamento e orçamento dado Simone Tebet. Como a Simone Tebet cagou falou que não e tinha um profissional negro bom? Ah vai a ****, entendeu? Tipo assim, aí é a mesma coisa com a questão LGBT, sabe? Deveriam ter ..assim, na verdade a função da Symmy era garantir essa representação em todos os cargos e enfim, que aí seria uma quarta [sugestão], né? (Bob, 2023)

Neno traz como proposta:

Cara eu acho que a amplitude de profissionais que se identifiquem com essas pluralidade, eu acho que é sistema de cotas profissionais em serviços públicos em em concursos públicos pra pessoas trans e no ensino público eu acho que eu acho que não existe uma solução pra política sabe? Eu acho que a solução tem que ser em rede porque enfim não tem como a política mudar e a estrutura não mudar para si então acho que precisa ser uma solução integrada entre entre todas as políticas uma solução estrutural, sabe? E eu acho que a solução não é só o LGBT acessar o serviço, mas estar enquanto servidor. Sabe? Eu acho que isso é a maior solução pra mim de qualquer política e a gente tá eh enquanto pensador desse serviço, não só usuário. enquanto pesquisador e não só pesquisa eu acho que é isso assim esse local de poder, ser compartilhado. Enquanto esse local de poder não ser compartilhado acho que não ele não vai existir solução pra nada né? A questão que envolva contra hegemonias e ditas minorias que não são minorias mas estão nesse local sabe? Eu acho que é isso as soluções são integradas e eu acho que integrá-las é colocar pessoas plurais é em situação de poder, sabe? E e aí sim eu acho que a gente vai estabelecer outras soluções (Neno, 2023).

A partir das falas de Neno e de Jéssica é possível nos questionar e tensionar sobre a necessidade de uma política diversa (étnico-racial, de gêneros e orientações sexuais diversas, de povos tradicionais e outros) com diferentes profissionais, dentre eles profissionais LGBTI+ mas principalmente trans na política de assistência social, como formuladores e executores.

Vale trazer também que quando Bob está falando sobre acesso ao Cadúnico e à benefícios socioassistenciais ele comenta:

O Lula sancionou acho que faz uma ou duas semanas⁷² uma lei de auxílio moradia para mulheres vítimas de violência assim. Eu não sou contemplado por essa lei né? Eu se no meu caso eu não tive violência física e tal não tava correndo risco de vida, né? Mas muitos LGBTs estão sim correndo risco de vida e aí eu acho que a pergunta que fica é, como que a gente se instrumentaliza e as maneiras de lidar com isso (Bob, 2023).

Pergunto então: “Você acha que seria importante assim como um projeto de lei para mulheres em situação de violência, ter uma lei dessa em relação a pessoas LGBT que sofrem violência?” (Mariko, 2023)

E ele me responde que “Com toda certeza. Com toda certeza, é [a concessão de um benefício para pessoas LGBTI+ em situação de violência intrafamiliar]” (Bob, 2023).

E dá ainda outra sugestão:

Eu acho que na verdade falando assim, como ativista social, **eu acho que era importante que uma política de assistência tivesse uma pasta e um projeto de assistência que fosse igual o SUS, né. Desde o nacional até o local que foi focado na assistência a pessoas LGBTs.** Não dá pra políticas de direitos LGBTs sobre questões de mandato. Então o mandato, mandado né? Faça meu mandato o mandato do prefeito tal foi bom pra LGBTs, no outro tirou. **Então eu acho que sim, tem que ter alguma maneira de fazer o conhecimento de como acolher o LGBT que não vai ter comprovante de residência pra fazer o cadúnico dele, né? Como que vai fazer o processo de distribuição de cesta básica** (Bob, 2023).

Silvia, assim como já citado acima pontua a questão da formação:

E eu sempre fico pensando dentro da formação. Lá na graduação mesmo. As pessoas que no fim estão trabalhando nessa questão, né, e muitas vezes em diferentes áreas, não só de assistência social, em diferentes áreas. Eu me questiono se na formação dos agentes é, está se falando de diversidade sexual, está falando dessa população. Porque quando você traz desde a formação, informações sobre a sexualidade humana, sobre a diversidade sexual, sobre a dignidade de todas as pessoas. Então, se eu tivesse que dar alguma sugestão em qualquer área. A sugestão de que eu sempre trago que pode aprimorar não é apenas a proteção social, né, aprimorar em todas as áreas e a gente olhar para a dignidade do ser humano e aí a gente falar de todas as diversidades, né. Que é de se esperar que uma pessoa que atue na área de assistência esteja de fato sensibilizado para todas as diversidades. Se nós estamos construindo uma política de assistência social ela obrigatoriamente está olhando para todas as pessoas em situação de vulnerabilidade. Mas incrivelmente pensando e falando e testemunhando, vejo pessoas agentes na área de assistência social que não estão sensibilizadas para todos as vulnerabilidades, para todas as pessoas vulneráveis. Não está! A grande maioria sim, mas tem muitas pessoas que

⁷² Sancionado em setembro de 2023.

não. Mesmo dentro do nosso grupo LGBT agora ele se afastou do grupo, mas tinha um assistente social com alguns posicionamentos que me botavam pensativa e questionadora. Porque provavelmente na formação existe um déficit nessa área, né? (Silvia, 2023).

Sendo essa sugestão não somente para a política de assistência social, mas para toda sociedade:

A gente devia falar mais sobre diversidade sexual de uma forma geral. E as empresas, as prefeituras, os governos de estado. Podiam trazer mais formações nessa questão para os seus servidores. Por exemplo, os Correios de Curitiba, eles me chamaram pra fazer uma fala, eu vou estar com eles na quinta-feira. Então eles começam a trazer a questão da diversidade sexual para sensibilizar seus agentes, seus servidores e a partir dali, internamente, eles olharem que existem pessoas LGBT à sua volta e precisam de respeito, né? E aí tá indo. Então eu acho que em diferentes situações a gente tem que pensar nisso em mais formação, para que as pessoas estejam mais sensíveis (Silvia, 2023).

Também em tempo, como consta em diversos documentos, faz-se necessário de forma urgente a adequação de instrumentais e sistemas da política de assistência social para que não reitere ainda mais a LGBTfobia estrutural e permitam estudos, diagnósticos e atendimentos que não violentam mas garantam a proteção social.

Neno traz também a urgência de ação:

Então enfim são espaços que a gente tem que construir assim e a amplitude de debate seja na categoria profissional quanto na política, mas eu acho que dois mil e vinte e três né? Não dá mais pra gente ficar só no debate que a gente vai fazer agora eu acho que debate já está posto e a gente já tem maturidade. Mas o que a gente vai fazer agora? Sabe? Acho que é isso (Neno, 2023).

Podemos concluir esse capítulo com a citação de Samara que faz referência a fala de Neon Cunha:

E Mariko que eu acho que a palavra seria mais em relação a a humanização desses desses acessos, né? Eh trazer mais humanização e e que essas pessoas não querem mais ser incluídas né? A frase da Neon [Cunha] que que tá bem aqui na na parede, né? **Eh inclusão já já é pouca, agora essas pessoas querem se sentir pertencentes. Pertencentes ao serviço, pertencentes a essa proteção, né, quem de fato protege, né? As pessoas...ahm...então seria eu acredito mais isso, pertencimento e humanização** (Samara, 2023).

NOTAS CONCLUSIVAS: Gargalos e propostas para um SUAS garantidor de direitos para pessoas LGBTI+.

Tem que fazer para mais gente, né? [grupo com famílias de adolescentes LGBTI+ do CREAS] ... É para alcançar mais gente. É igual eu falo, tem muitos adolescentes, 12,13, 14 às vezes de 11 anos que são homossexual, são lésbica, mas a mãe não sabe para onde recorrer. Para onde correr? Como ajudar? Então? Estão muito ainda escondidos, né?..Tinha que divulgar mais para muitas pessoas que estão escondidas, ser apoiada também. Não só a família da gente, as outras famílias também. (Janaina, 2023)

Tecer esta dissertação foi uma grande experiência. Chego ao tema a partir de indagações em meu ambiente de trabalho e escuta/observação de experiências de pessoas ao meu redor, problematizando se política de assistência social tem sido garantidora de direitos socioassistenciais para as pessoas LGBTI+, ou tem desprotegido, ou violado direitos? Quais seriam as propostas para um SUAS garantidor de direitos? Como eram reconhecidas as demandas sociais e requisições por acessos a direitos socioassistenciais da população LGBTI+? Se esses sujeitos se reconhecem dentro da política de assistência social? Que significados eram produzidos pelos LGBTI+ usuários e pelos profissionais a partir de suas experiências sobre a proteção social ofertada pela Política de Assistência Social?

Desde o início da pesquisa, encontrei pessoas que passaram a caminhar comigo e que fazem desta dissertação um trabalho a muitas mãos. Desde minha orientadora Martinelli; passando por pesquisadores/as e alunos/as da PUC que partilharam suas vivências, pesquisas e experiências, trazendo referências bibliográficas e dividindo minhas inquietações; pelos professores Anabela, Guilherme, Bruna e Rodrigo que estiveram em minha qualificação e contribuíram de forma imensurável; às pessoas que prontamente participaram da minha pesquisa cedendo gentilmente suas experiências e trajetórias: Karen, Samara, Joycee, Atena, Bruno, Silvia, Bob, Jéssica, Neno e Janaina e às pessoas que revisaram com todo esmero o conteúdo da minha dissertação, a Comissão Revisora: Mariana (Bacon), Thiago, Ingrid, Allie e Michelle.

Antes de realizar as entrevistas me deparei com a insegurança e o medo de como realizá-las, de como ser ética e responsável e não abrir feridas em temas tão sensíveis, de como conduzir as entrevistas.. e gentilmente as pessoas me cederam belíssimos encontros com ricas entrevistas, trazendo suas experiências de vida, com trajetórias marcadas por dores

e rupturas, mas também com potências, novos afetos e como autoras de suas vidas que questionam, cobram, lutam, tensionam e transformam o cotidiano. Confesso que pela extensão da dissertação há uma preocupação pessoal de se todas as “portas abertas” foram devidamente fechadas, não ficando fios soltos. Mas também compreendo que essa pesquisa não se esgotou na dissertação, exigindo outros estudos complementares.

No capítulo I, a abordagem é sobre gênero e sexualidade no sistema capitalista. Foi feito um resgate histórico a partir de diversas determinantes sociais, econômicas e culturais desde a invasão e colonização das Américas pelos europeus que trouxeram em suas bagagem o sistema cisheteronormativo. Foi trazida à memória como identidades e práticas que rompem o sistema cis heteronormativo eram comuns em diversas comunidades indígenas e como de forma truculenta esses corpos foram normatizados. Evidenciou-se o indígena Tupinambá do Maranhão, o primeiro assassinado por esse "Cistema". Trouxemos também Xica Manicongo, a primeira travesti não indígena brasileira, mulher negra, escravizada e que foi vítima da inquisição por sua identidade de gênero, e Yaya Mariquinhas, outra mulher trans que desafiou o sistema binário no século 19. Também foi pautado como as concepções de gênero são fruto de determinado de um determinado tempo histórico e localidade a partir dos autores Prado e Machado a partir da hierarquização na sociedade, punição, patologização e uso da ciência moderna para regular papéis e comportamentos sexuais a partir de valores morais e da ideologia da classe dominante.

Posteriormente foi trazido o protoativismo e o ativismo da comunidade homossexual e depois ampliada para todo o movimento da comunidade LGBTI+ no mundo (abordado principalmente Alemanha e Estados Unidos) e no Brasil. Foi evidenciado também a invisibilidade e a luta travesti e transexual a partir de Megg Rayara e Jovanna Baby, a luta das pessoas bissexuais e intersexuais. Essa trajetória de luta é deveras relevante e foi colocada com dois objetivos: 1- contextualizar e jogar luz que os poucos direitos conquistados ocorreram graças a todo esse movimento/essas pessoas 2- subsidiar leitores que não tem proximidade com a temática alicerçando a dissertação para os próximos capítulos.

Chega-se então ao contexto do Brasil, hoje sendo evidenciado dados do IBGE, de uma pesquisa realizada em 2019 de auto identificação de orientação sexual de pessoas adultas. Das pessoas que participaram do estudo 94,8% se identificaram como heterossexuais, 2,9 milhões

de pessoas, ou 1,2% se declararam homossexuais e 1,1 milhão ou 0,7% se declararam bissexuais. Utilizou-se também duas pesquisas produzidas por Spizzirri et al, dados da ANTRA, do Observatório de mortes e violências contra LGBTI+ e do Centro de Estudos de Cultura Contemporâneo no Brasil com dados sobre estimativa da população LGBTI+ e trans no Brasil, perfil (raça/etnia, escolaridade, condições de moradia, vínculos e rupturas de vínculos familiares, ocupação e renda dentre outros) e dados sobre identidade, gênero, escolaridade, vivência de violência e homicídios na tentativa de caracterizar essa população hoje no Brasil. Para desvelar esses dados, para além da aparência foram apresentadas as categorias e os conceitos cotidiano, sociabilidade, identidade, violência, hierarquização e inferiorização, preconceito e invisibilidade, sofrimento ético-político, território e formas de resistência. Ainda abordou-se os ciclos de vida e as particularidades específicas de pessoas LGBTI+ na infância e velhice. (IBGE, 2022)

Ao final foi trazido os postulados de Guilherme Gomes Ferreira da proposta queer marxista que auxiliaram na síntese do capítulo: Gênero não é fixo nem estável, acompanhando a processualidade do real; Patriarcado, cissexismo e heterossexualidade compulsória como sistemas de opressão; Abjeção e performance dizem respeito a vidas imateriais e precárias; Gênero e sexo são independentes, andam juntos e nem sempre são “harmônicos”; Gênero e sexo, cultura e natureza?; Gênero e sexualidade devem se conectar às análises de classe social e raça/etnia; Um estudo queer marxista deve apropriar em sua análise o movimento dialético; Gênero explica as relações de desigualdade ante o modo de produção capitalista.

No capítulo II, utilizou-se a categoria experiência a partir da concepção marxista, pautada em autores como Thompson e Portelli, Lombardi, Marx, Engels, Magalhães, Tibira e Martinelli e Lima. Assim, as experiências são pautadas no concreto, sendo síntese de múltiplas determinações e que para compreendê-la na totalidade faz-se captando as mediações, contradições e particularidades dos processos sociais forjados no espaço/tempo economicamente e culturalmente determinados, marcados também pelas experiências de classe. Dessa maneira fala-se de experiências vividas, percebidas e modificadas a partir de condições objetivas e subjetivas de processos históricos estruturados que se vincula a vida material e moral da sociedade e é transmitido por meio da linguagem. A oralidade é uma

ferramenta de transmissão de narrativas que conta sobre os significados que os eventos carregam e são ligados à memória e consciência não somente individual e coletiva, contando em uma narrativa a narrativa de muitas, muitos e muitos. Neste capítulo foram apresentados os sujeitos participantes:

- Karen que reside em Manaus, AM. Mulher cis, lésbica, professora, indígena, presidenta da instituição Casa Miga.
- Silvia que reside em Curitiba, PR. Mulher cis, héterossexual, branca, mãe de uma mulher lésbica e fundadora do movimento MAMI.
- Luiz (Bob) que reside em Curitiba, PR, homem cis, branco, gay, pastor, representante da ONU e coordenador executivo do movimento Evangelicxs pela diversidade.
- Bruno que reside em Brasília, DF, homem cis negro, gay, pai, assistente social, trabalhador no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.
- Atena que reside em São Bernardo do Campo, SP, mulher trans, parda, heterossexual, usuária da Casa Neon Cunha, Centro Pop e Casa de Passagem
- Joycee que reside em São Bernardo do Campo, SP, mulher trans branca, sem orientação sexual rotulada, usuária da Casa Neon Cunha, Centro Pop, Cram, Casa de Passagem em São Bernardo do Campo e Casa de Acolhimento em Santo André.
- Samara que reside em São Bernardo do Campo, SP, psicóloga, mulher cis negra, heterossexual, trabalhadora na Casa Neon Cunha, com experiência no CRAS e Centro Pop de São Bernardo do Campo
- Janaína que reside em São Bernardo do Campo, SP, mulher cis heterossexual, mãe de Pietra (mulher trans), ambas atendidas no CREAS de São Bernardo do Campo
- Neno que reside em Rio das Ostras-RJ, trans não binário, ginossexual, assistente social, pós graduando em serviço social, assistente social com experiência de estágio no CRAS, usuário do CEAM e do CRAS.
- Jessica que reside em Cabedelo-PB, mulher cis bissexual branca, assistente social, com proximidade no Centro Estadual de Cidadania, experiência no CRAS, na

Secretaria Municipal de Assistência Social e hoje trabalha na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Humano.

A seleção dessas pessoas não foi por acaso, mas buscando captar experiências de localidades diversas, diversidade de cor/raça, identidade de gênero e orientação sexual e de diferentes relações com a política de assistência social, como usuários, trabalhadores e gestores.

A partir das entrevistas, foi possível compreender o funcionamento da sociedade capitalista cisheteronormativa e LGBTfobia e como ela atua na manutenção do status quo permeando a educação dos filhos/as/es, culpabilizando principalmente as mães na “falha” da educação filhos dissidentes, excluindo, violentando e criando barreiras de acesso aos corpos LGBTI+, ou da violência de rompimento de vínculos entre genitores e filhos por conta da identidade de gênero ou sexualidade dissidente, coloca-os em rotas de exclusão. Ao mesmo tempo, foi possível ver fissuras nessa sociedade criadas a partir da tensão entre opressores e oprimidos, com novas formas de sociabilidade e cuidado. Encontrou-se espaços contraditórios como os espaços religiosos e as políticas públicas ofertadas. E contradições entre sofrimento e acolhimento, aceitação e afeto mas não uso do pronome e nome social nos ambientes familiares. Particularidades de vivências familiares protetivas ou violentadoras. Experiências diretamente ligadas a materialidade da vida concreta, a partir do econômico e da cultura, apontando dificuldades e possibilidades contra-hegemônicas de ser e sobreviver no individual mas também no coletivo, em novas formas de sociabilidade para além da égide imposta pelo capital.

Partindo de um cotidiano duro, faz-se a leitura da sociedade e são criadas ferramentas e estratégias para mitigar riscos e viver. Talvez a maior constatação seja de que a realidade é mutável e ainda que o concreto surja a partir das construções feitas e deixadas pelos antepassados as pessoas interferem e constroem a realidade a partir das relações sociais e possibilidades cotidianas. Assim, pode-se apreender como as/os sujeitos/as participantes são autores e autoras de suas vidas, tensionando, intervindo, construindo e reconstruindo relações, afetos, tecnologias e possibilidades. Infelizmente também são histórias de resistências e

sobrevivência em uma sociedade conservadora, cisheteronormativa e LGBTfóbica que marginaliza, exclui e inferioriza corpos com identidades e orientações sexuais dissidentes.

No capítulo III, discutiu-se sobre o Estado burguês, sua gênese e características, a proteção social no Estado liberal, no Estado de Bem Estar social e no neoliberalismo, a relação entre o Estado brasileiro sua relação com a população LGBTI+ tendo um histórico de desproteção social, omissão e punição, dados do Disk 100, sendo um dos poucos dados produzidos pelo Estado a partir de informações coletadas de denúncias de violação de direitos, dentre eles violência por identidade de gênero e/ou orientação sexual dissidente com grande quantidade de denúncias em ambientes domésticos ou com relações de vínculos familiares ou afetivos entre vítima e agressor população alvo da proteção especial da política de assistência social. Também denúncias em serviços de abrigo, ILPIS e órgãos públicos, instituições de ensino e unidades de saúde, locais que deveriam trazer proteção social mas que cometem violência institucional.

É evidenciado também o ciclo de cidadanização em que há a conquista de alguns direitos como casamento homoafetivo, direito a nome social e autoidentificação da identidade de gênero, direito a adoção, dentre outros e também o ciclo de Backlash em que há o crescimento da agenda conservadora e com pautas morais, perseguindo os poucos direitos conquistados e impedindo o avanço de direitos LGBTI+. Vale pontuar que esses avanços se deram a partir de toda organização e mobilização e tensionamento dos movimentos sociais desde o século XX para que essas conquistas fossem adquiridas. Também é fruto dessa luta que pessoas LGBTI+ passam a ocupar cargos de poder no executivo e legislativo e podem afirmar sua orientação sexual dissidente, e sendo um dos últimos grupos a chegar nesses espaços as pessoas trans.

A vivência e ocupação nesses espaços, porém, são permeadas de tensões e, quando não, ameaças pois ameaçam a estrutura de poder cis-branca-masculina-hétero dos históricos detentores de poder. Porém é a partir do processo de ocupação desses espaços que, por exemplo, Duda Salabert conquista em Minas Gerais a retificação gratuita de nome e gênero para travestis e transexuais, ampliando direitos. Foi trazido também as experiências das pessoas LGBTI+ nos órgãos multilaterais a partir da vivência de Bob, Bruno e da Casa Neon Cunha. Há ainda a relação entre estado-sociedade civil-mercado, sendo compreendido que

diversos movimentos sociais realizam atividades e provêm condições materiais para a população LGBTI+ que o Estado deveria garantir e se omite, sendo essa uma característica do neoliberalismo. Esses movimentos ainda cumprem um papel de fiscalizar e cobrar o Estado para que haja avanços em relação à proteção social dessa população.

Pode-se afirmar, além do mais, que o Estado apesar de ter um posicionamento prioritário de atender aos interesses do capital, ele é permeado por interesses antagônicos e contraditório que fazem com que no mesmo momento em que uma pauta LGBTI+ avança outra pode estar ameaçada, como por exemplo: ao mesmo tempo que há pela primeira vez uma pessoa trans, Symmy Larrat, ocupando um cargo como Secretária na Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, diversas pautas anti-trans são apresentadas no legislativo brasileiro. Já o acesso ao mercado de trabalho é um desafio para pessoas LGBTI+, principalmente para as pessoas trans, como ouvido nas entrevistas de Joycee e Atena. Para Joycee o acesso a renda possibilita para além de acessos à moradia e vestimenta possibilidade de escolha de como se vestir, o que comer, quais produtos de higiene utilizar, pois o Estado fecha os olhos para essas especificidades e desejos individuais.

Por outro lado, hoje, diversas empresas em busca de redirecionamento e destinação de carga tributária para causas sociais têm adotado políticas de diversidade nas empresas na contratação de funcionários (ainda que com diversas problemáticas mas que possibilitam que pessoas trans saiam da informalidade no mercado de trabalho), mas também fornecendo capacitações, fazendo doações financeiras e parcerias com casas e projetos LGBTI+, como o custeio dos valores cobrados por cartórios para alteração de nome e gênero nos documentos. Ao final foi pontuado a compreensão sobre emancipação política e emancipação humana e os limites impostos pelo capitalismo e a convergência entre a teoria queer e o marxismo, tendo ambos um caráter revolucionário e de não conciliação mas de transgressão e problematização da ordem social.

Já o capítulo IV, é o coração da dissertação depois de discorrer e alicerçar a história do movimento LGBTI+, a categoria experiência e sobre a natureza do Estado, chegando finalmente à política de assistência social. Inicia-se o capítulo fazendo uma diferenciação entre política de assistência social, assistencialismo e o/a profissional assistente social, tendo em vista que há diversas confusões entre esses termos, transparecendo inclusive em algumas

entrevistas. Trouxe também as normativas, o percurso e avanços da política de assistência social a partir do acúmulo de experiências e discussões e os desafios presentes no cotidiano dos trabalhadores dessa política.

Abordo então, sobre a política de assistência social e sua relação com gênero e sexualidade, colocando em evidência a ausência na PNAS e em outras normativas anteriores a ausência do termo LGBTI+ ou similares e a utilização da categoria gênero apenas para se referir a mulheres cis. Ainda que o público LGBTI+ possua conjunturalmente situações que o exponha a maior incidência de risco, vulnerabilidade, violência ou violação de direitos, não há um olhar voltado para esse público colocando-o como prioridade para benefícios, programas e serviços. Dentre as principais requisições do movimento LGBTI+ para a política de assistência social está a inserção das categorias de identidade de gênero e orientação sexual no SUAS, na PNAS, a criação de serviços específicos de acolhimento e a qualificação dos profissionais que a compõem. Em normativas mais recentes como no II Plano Decenal e na Resolução Conjunta CNAS e CNCD/LGBT 1/2018 há importantes avanços constando um olhar mais direcionado para a população LGBTI+ e parâmetros para atendimento à essa população na política de assistência social. Também alguns materiais de comunicação e campanhas foram realizadas com o objetivo de informar, educar e combater a transfobia estrutural. Durante o governo Bolsonaro essas iniciativas foram suspensas retornando recentemente em 2024 com a cartilha SUAS sem transfobia, sendo uma importante sinalização do governo federal de retomada acerca desse trabalho.

A parada LGBTI+ de São Paulo de 2023 teve como tema: “Políticas Sociais para LGBTi+: Queremos por inteiro e não pela metade” e no manifesto destacam a “invisibilidade da população LGBT+, ou parte considerável desta, é fato concreto dentro das políticas públicas e assistência social do país.” Evidenciou ainda o distanciamento entre a população LGBTI+ e o SUAS cobrando um olhar específico dessa política social para essa comunidade. Foi abordado ainda particularidades LGBTI+ em importantes conceitos da política de assistência social. Assim os conceitos de família, os ciclos de vida, território, padrões de relação na assistência social, risco, vulnerabilidade e violência possuem especificidades ao se tratar dessa população que os gestores e profissionais devem estar sensibilizados sobre as

particularidades presentes e ter conhecimento no processo de pensar e executar essa política social.

Ainda, fiz uma breve análise da situação atual dos formulários, instrumentais, sistemas e manuais orientativos, pontuando como esses priorizam a categoria sexo jurídico em detrimento à categoria gênero e como ainda estão desatualizados e distantes do que é preconizado na própria Resolução CNAS/CNCD 1/2018, sendo urgente fazer adequações transformando esses instrumentais para que retratem melhor quem são essas pessoas e suas realidades, tanto para qualificação no momento dos atendimentos quanto para a realização de melhores diagnósticos e estudos.

Foram então apresentados dados de atendimentos da população LGBTI+ a partir do RMA do CREAS e do Censo SUAS. A partir dos dados apresentados não é possível afirmar que a política de assistência social não atende a população LGBTI+, mas pode-se dizer que principalmente no SCFV e em relação aos acolhimentos institucionais o volume de atendimentos ainda está muito distante dos desejados. Evidencia-se também como um alto percentual de CREAS marcou que não utiliza nome social para pessoas trans ou travestis e poucos CREAS marcaram possuírem metodologias específicas de atendimento para população LGBTI+.

Além disso, buscou-se compreender a partir da experiência das pessoas entrevistadas como eles compreendiam qualitativamente os atendimentos na política de assistência social. Pode-se constatar que assim como o Estado e a sociedade também na execução da política de assistência social há projetos e agendas em disputas.

Na experiência de Samara no Centro Pop, ela vivencia uma usuária que após sofrer violência vai buscar refúgio nesse equipamento demonstrando confiança e segurança com o local e a equipe. Já Janaína em sua experiência no CREAS tem sua relação com sua filha Pietra transformada, compreendendo seu papel de mãe em apoiá-la, sendo a identidade de gênero uma vivência de Pietra, o acesso de Joyce e Atena no bolsa família, a possibilidade de Neno acessar a PUC utilizando a carteirinha do ID Jovem, dessa forma algumas pessoas tiveram experiências de proteção social por meio do SUAS.

Por outro lado, a assistência social trouxe vivências e relatos de desproteção ou violências institucionais que podem ser vistos no relato de Samara de que em 2019 ainda o

acolhimento para pessoas em situação de rua dividia as pessoas a partir do sexo e não da identidade de gênero, da experiência de múltiplas violências no Centro Pop e na Casa de Passagem, do grupo no Centro Pop que apesar de tentar fazer uma discussão sobre diversidade trabalha a partir da divisão biologizante, na experiência de Bruno como usuário da política quando não foi percebido pelos profissionais do CREAS a raiz da agressão sofrida, na experiência de Neno de presenciar preconceitos vividos por pessoas trans em atendimentos no CRAS, quando Jessica Juliana em sua entrevista compartilhou diferentes experiências que presenciou na assistência social de LGBTfobia, quando casamentos eram realizados mas somente para pessoas heterossexuais, ou em casamentos entre homem e mulher cisgênero, na repreensão no SCFV de uma criança a partir da fala de brincadeiras de menino e brincadeiras de menina, no desrespeito do nome social, as múltiplas barreiras e preconceitos existentes que pessoas LGBTI+ se deparavam para fazer o Cadastro Único, na constatação de Bruno em sua pesquisa que na assistência social apesar de identidade de gênero e orientação sexual ser uma categoria importantíssima nos atendimentos diversas vezes o assunto era invisibilizado e não tratado como tal e também a resistência do reconhecimento da política de assistência social de reconhecer a população LGBTI+ em situação de prostituição considerando-os públicos dessa política, presentes em seus territórios, com demandas e necessidades de atendimento.

Na fala de Bruno e Neno aparece-se também o desafio de visibilizar para o população quais os serviços que a política de assistência social oferta, quem é o público alvo e como acessá-la, pois há diversas pessoas que passam por violências ou estão em situação de vulnerabilidade e não buscam esses serviços por desconhecimento ou por barreiras invisíveis.

A partir das entrevistas de Bruno e Jéssica foi possível compreender que há diversas pessoas engajadas que têm trabalhado cotidianamente para garantir melhor atendimento da população LGBTI+ no SUAS, com visão crítica, acúmulo de discussão e propostas para que tal coisa aconteça. Experiências e trabalhos como o do Creas de São Bernardo do Campo, de Jéssica na Secretaria Estadual da Paraíba e de Bruno em seus diversos locais de trabalho precisam ser potencializados, visibilizados e socializados, sendo relevante por exemplo seminários de boas práticas de atendimento à população LGBTI+ no SUAS ou incorporação/divulgação do curso que Jéssica tem ofertado no CapacitaSuas a nível nacional.

Foi possível constatar durante as entrevistas que há um desconhecimento sobre as seguranças afiançadas pelo SUAS, evidenciando uma necessidade de divulgação e comunicação sobre o que a política de assistência deve ofertar, inclusive para que seja feito o controle social pela população. A partir da pergunta se a política de assistência social tem garantido as seguranças socioassistenciais previstas foi possível verificar que em partes sim, apesar de constar alguns gargalos. Tem se como exemplo a segurança de uma acolhida sem LGBTI+fobia por parte de profissionais e usuários principalmente nos acolhimentos institucionais, o desafio apontado por Karen de que a segurança de convívio em geral é pautada a partir do fortalecimento de vínculos familiares, algo que os usuários que frequentam a Casa Miga não desejam por já terem vínculos rompidos, a necessidade pontuada por Bob da garantia de atendimento antes da burocracia e tensiona ao afirmar que essas seguranças são providas em geral por movimentos sociais ou entidades. Bruno, com base no cadastro único, pontua que o número de cadastros de pessoas trans (4 mil) a nível nacional ainda está muito distante de atender o volume real de demanda existente no Brasil.

Faço ainda uma problematização neste capítulo 4 sem a intenção de esgotá-la e sem chegar a uma resposta definitiva entre a necessidade de particularizar o atendimento em um serviço específico ou de lutar por um real pertencimento das pessoas LGBTI+ nos serviços de assistência social. Mas uma demanda é evidente, de que as pessoas LGBTI+ precisam de locais e serviços que exerçam uma real proteção social, sem serem vítimas de discriminação por outros usuários e/ou trabalhadores. Também que possuam espaços de troca entre iguais para compartilhar experiências e seja um espaço de organização política a partir de pautas comuns. Jessica Juliana pontua ainda um diferencial que é a de em serviços específicos possuírem profissionais trabalhadores e em cargos de gestão, pensando e efetivando essas políticas, ao contrário da política de assistência social. Não deve perder de vista, porém, que haver serviços específicos não significa que a política de assistência social possa se eximir de atender ou ser mero encaminhador para outros serviços e que ainda assim os seus profissionais devam se qualificar sobre essa temática para estarem preparados para atender com qualidade esse público.

Entre o SUAS que temos e o SUAS que queremos tem-se o material que condensou as pautas das conferências anteriores evitando-se a revitimização, a humanização no atendimento

e o combate a quaisquer discriminações e preconceitos no atendimento e acompanhamento realizado, o fortalecimento do atendimento a pessoas LGBTI+ em situação de rua, principalmente mulheres trans e travestis, capacitações continuadas para trabalhadores, criação de cotas em concursos públicos, registro e respeito do nome social, ampliação de casas abrigo para população LGBTI+, revisão dos sistemas governamentais incluindo campos de identidade de gênero e orientação sexual e ampliação do campo sexo para haver a opção intersexo, a necessidade de fiscalizar e punir violência contra LGBTI+s na esfera pública e nas relações institucionais, a colação de cartazes em espaços públicos que incentivem a tolerância e o respeito dentre outros pontos presentes no material Brasil de Todas as Cores.

Durante as entrevistas pode-se apreender a metodologia que Silvia utiliza com mães e pais de pessoas LGBTI+, metodologia que pode ser replicada e exponenciada. A partir da fala de Sílvia faz-se também necessária a aproximação entre movimentos que atendem pessoas LGBTI+ e os serviços da política de assistência com atuações em parceria. Já Juliana trouxe a experiência da Lei dos Cartazes na Paraíba, sendo uma possibilidade a criação de uma resolução que obrigue os serviços da assistência social a terem cartazes informativos de combate a LGBTI+fobia e do direito ao nome social e o pronome conforme identidade de gênero.

Com Samara e Juliana foi possível apreender que por conta de barreiras invisíveis e fragilidades provocadas pela marginalização e violência da LGBTfobia é necessário que os profissionais deem maior retaguarda para esse público inclusive acompanhando-os em algumas ações. Por meio das vivências de Atena e Joycee faz-se necessário garantir espaços seguros para pessoas LGBTI+ nos acolhimentos evitando e combatendo situações LGBTfóbicas. Também há a necessidade que as/os profissionais precisam estar capacitados para que quando chegarem situações de LGBTfobia veladas esses profissionais sejam capazes de desvelar.

Bob, por outro lado, sugere um benefício voltado para pessoas LGBTI+ vítimas de violência intrafamiliar, a necessidade de cargos transversais no setor público de pessoas capacitadas para intervirem, e a necessidade dos direitos sociais virem antes da burocracia e proporem mudanças nessas políticas provocando e rompendo a LGBTfobia estrutural. Também a partir da fala de Karen e Samara a necessidade de fortalecimento da compreensão

das demandas LGBTI+ nos serviços oficializando fluxos e não sendo a partir de relações pessoais. Urge ainda a necessidade de discutir para além das letras “L-G-B-T-I” mas avançando para padrões de sociabilidade e capacitações sobre fortalecimento dessas relações.

Ainda, Jessica evidencia essa disputa de agendas ao falar sobre a situação atual do SUAS após um período de desmonte e desfinanciamento como um momento propício para propor o SUAS que queremos e reconstruí-lo. Além disso, retomar o II Plano Decenal do SUAS com suas metas e objetivos e aplicar a Resolução CNAS/CNCD 1/2018 no cotidiano de todos os serviços, programas e projetos. Também há a necessidade de fortalecer a política de assistência social para que não fique dependente da agenda adotada pelos gestores e facilmente desmontada em trocas de gestões.

Foi unânime porém o impacto da atuação dos profissionais no SUAS, sendo em última instância o sujeito que garantirá ou não a proteção social e os direitos de seus usuários alterando as experiências das pessoas atendidas e as vivências a elas proporcionadas. Assim sendo, urge capacitações e também cobranças para que esses profissionais não sejam omissos sobre essa pauta. Vale pontuar que essas ações devem transbordar os profissionais de nível superior capacitando também profissionais de ensino médio e fundamental. Acresce-se ainda que deve-se diversificar o corpo profissional e a gestão colocando pessoas LGBTI+ nesses espaços de poder pensando e propondo intervenções.

Tenho ainda como sugestões encontros, assim como Symmy Larrat tem feito com os movimentos LGBTI+, no espaço da política de assistência social, capilarizando informações sobre o SUAS, construindo democraticamente propostas e trocando metodologias de trabalho, a criação de protocolos padrões de atendimento, como por exemplo, perguntar sempre no início dos atendimentos e/ou colocar um cartaz nos serviços: Qual seu pronome? Como gostaria de ser chamada/o? E a criação de algum programa na assistência social específico para a população LGBTI+ para tratar de suas demandas específicas, sendo um espaço seguro de fortalecimento da identidade e de agendas políticas comuns.

Urge também a adequação dos instrumentais e os sistemas do SUAS e a forma de diálogo entre esses sistemas exportando o nome social e informações como identidade de gênero ao invés do sexo jurídico. E a primazia nos registros, instrumentais e nos buscadores

de sistemas a partir do nome social e não do nome de registro evitando assim a revitimização constante de perguntar o nome de registro.

Vale também retomar as sugestões de cartilhas produzidas no governo Temer e de atividades para realizar no CRAS e sugestões de melhorias no atendimento de pessoas LGBTI+ em ILPIS:

Na cartilha de “O dia 17 de maio e o papel do SUAS no combate à LGBTfobia no Brasil”, há sugestões de atividades a serem realizadas no CRAS:

- Articulação com movimentos sociais LGBT para realização de Mutirão nos Equipamentos da Assistência Social e na comunidade;
- Produção de murais informativos;
- Rodas de Conversa;
- Atividades Artísticas e lúdicas;
- Cineclube;
- Realização de Palestras, Minicursos e outras atividades de capacitação. (BRASIL, 2020)

Já na cartilha Nome social há as seguintes orientações para qualificação da acolhida, informações e acompanhamento prestado às pessoas LGBT nos equipamentos da Assistência Social:

- É importante que as trabalhadoras e os trabalhadores do SUAS garantam a utilização do Nome Social das pessoas travestis e transexuais desde a recepção e primeira acolhida nos equipamentos de assistência social. Postura que deverá ser mantida durante todo o desenvolvimento do trabalho socioassistencial.
- É necessário incluir em todos os instrumentos de registro, acompanhamento e monitoramento dos equipamentos da rede de assistência social os campos “Nome Social”, “Orientação sexual” e “Identidade de gênero”.
- O preconceito institucional, que se refere a comportamentos LGBTfóbicos, encontrados em algumas instituições pautados no medo, na aversão, no preconceito,

na discriminação ou no ódio irracional dirigidos a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e a todas aquelas e aqueles que manifestem orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões heteronormativos, deverá ser evitado, denunciado e veementemente repudiado.

- A utilização do Nome Social para se referenciar as pessoas travestis e transexuais, respeitando suas autodeterminações sobre o modo de tratamento em torno de sua identidade de gênero, se refere à garantia de um direito para pessoas que historicamente vivem violações, o que pode atuar como um importante elemento para o desenvolvimento do acompanhamento socioassistencial.
- Procurar informações sobre a existência de conselhos, comitês, serviços públicos, grupos, instituições e organizações que trabalham com a temática ou que militam na causa LGBT. A articulação com estas instâncias pode potencializar o atendimento e ampliar a rede de cuidados e defesa de direitos, além de servir como parceiros para qualificação do atendimento da rede socioassistencial diante das demandas específicas da população LGBT.
- Ofereça uma escuta qualificada às pessoas LGBT que buscam o acompanhamento dos equipamentos da rede de Assistência Social. Lembre-se que este é um segmento da população que historicamente encontra-se diariamente submetida a situações de preconceito e discriminação. Ouça com atenção os relatos, procure entender os múltiplos fatores que envolvem os problemas apresentados, principalmente em relação à violência intrafamiliar que frequentemente acompanha a trajetória das pessoas LGBT, e, acima de tudo, se mantenha afastado de leituras moralistas ou de cunho religioso sobre a identidade de gênero ou orientação sexual.
- Informe sobre o acesso a benefícios, serviços e programas socioassistenciais, como o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos-SCFV e o Acesso ao Trabalho como também sobre programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.
- Em relação ao Serviço de Acolhimento, tanto nas unidades exclusivas para um gênero, quanto nas mistas, deverá ser garantido a utilização do Nome Social. Ainda, para fins de alocação dos usuários e das usuárias travestis e transexuais nos espaços destas

unidades, deverá ser considerado como critério de alocação a sua identidade de gênero, como consta na publicação do MDS “Perguntas e Respostas do Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias”.

- É importante perceber que o desafio da assistência social ao enfrentamento à violação de direitos se dá por duas frentes: A primeira voltada à provisão direta do atendimento qualificado às pessoas que sofrem violência e violações e a segunda voltada para ações que envolvem o atendimento ao usuários e também os trabalhadores do suas por meio de atividades que promovam mudanças culturais em torno dos valores que aprofundam as desigualdades e perpetuam a violência nos territórios.
- Utilizar como tema para reflexão em oficinas, seminários, debates e congêneres a questão do preconceito contra a população LGBT abordando temas como: Identidade de gênero e Orientação sexual.

Malaquias e Carvalho (2023) apontam como sugestões de melhorias no atendimento de pessoas LGBTI+ em ILPIS:

- Conhecer e respeitar a biografia da pessoa idosa, com sua identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual;
- Perguntar de que forma ela gostaria de ser chamada (nome de batismo, nome social ou outra denominação pela qual se sinta melhor representada);
- Possibilitar atividades que possibilitem diálogo e escuta entre as pessoas idosas, garantindo que possam manifestar suas opiniões, desejos e sugestões para um melhor convívio dentro da instituição;
- Respeitar a sua privacidade e liberdade. Há instituições onde a estrutura física com quartos compartilhados e a ausência de banheiros individuais podem comprometer esse direito. Caso isso ocorra, buscar maneiras onde a pessoa idosa possa ter momentos de maior privacidade, por exemplo, com a substituição de atividades coletivas por atividades mais individualizadas.
- Enfatizar a importância da espiritualidade e religiosidade de cada um, independente de qual seja;

- Estimular o debate entre os residentes, profissionais da equipe e familiares sobre temas de conscientização em relação à sexualidade, autonomia e direitos da pessoa idosa;
 - Oferecer suporte psicológico;
 - Disponibilizar assistência social e jurídica para legitimar direitos sociais como pensão e benefícios;
 - Garantir à pessoa idosa o respeito à sua autonomia e à tomada de decisões;
 - Estimular a visita e o convívio da família e de pessoas que ele possua como referência de segurança, muitas das vezes amigos, companheiros (a), parceiros (a);
 - Capacitar e conscientizar a equipe com programas de treinamento para um cuidado e atendimento mais atento e especializado às necessidades dessa população.
- (Rebelatto, Gomes, Crenitte, 2023, P.139-140)

Havia ainda uma intenção de formular materiais e/ou realizar uma curadoria de materiais e sugestões de cursos para utilização nos serviços da política de assistência social, porém não foi possível realizar nesta dissertação.

Concluo retomando a urgência que Neno pontuou de nos questionar “O que nós vamos fazer, agora?” E a fala de Samara de que é necessário para além de incluir tornar as pessoas LGBTI+ pertencentes dos nossos serviços e da política de assistência social.

Desavença do novo cotidiano brasileiro

Quando era criança
odiava saias
ou vestidos.
E chorava sempre que tentavam
colocar aqueles trapos em mim.

Não me lembro o que pensava,
se é que pensava algo.
Só sabia que não gostava.
Era quase como um instinto.

As brincadeiras que me
interessavam eram outras.
Não queria saber de bonecas.
O que eu amava mesmo
eram os carrinhos,
e as pipas, e as petecas,
e o pião rodando na mão.

Mas na escola,
não havia espaço para alguém assim.
As meninas eram chatas,
falavam de roupinhas e casinhas,
e quando grandes
falavam de namorados.

Já os meninos,
eles falavam do que eu gostava
Só que eu não podia ficar com eles.
Porque eu não era menino.
Não por fora.

Não sabendo como me comportar,
ficava sempre à deriva,
observando as outras crianças
e como elas brincavam,
e riam,
e pareciam ter tantos amigos.
Muito diferente de mim.

Me tornei um projeto de gente
que estava sempre sozinho,
que brincava sozinho,
e falava sozinho.
E quando cresci,
e entendi o que era,
continuei sozinho.

Ao que parece,
para muitos de nós,
a solidão é tudo o que resta.
Mas gosto de acreditar
que um dia não será mais assim.

Que um dia as pessoas olharão
para indivíduos transgêneros
ou transexuais
e verão apenas outro ser humano
digno de respeito
e amor,
e compaixão.

Que um dia nossos pais
nos aceitarão
sem que precisemos lutar
a vida toda
por uma simples migalha de afeto.

Que um dia não teremos
nossos direitos mais básicos
negados.
Enquanto alguns já nasceram
com todos os privilégios possíveis.

E que um dia
a tão sonhada "comunidade"
realmente exista.
Pois tudo o que temos agora,
são pessoas competindo sobre seus egos.
Ditando como devemos ser
ou o que devemos dizer.
Promovendo cancelamentos
sem sentido,
e críticas ácidas
contra seus próprios irmãos e irmãs,
ou até mesmo contra aqueles
que não se encaixam
em termos binários.

Julgamos uns aos outros,
como se enfrentar o mundo lá fora
já não fosse difícil o bastante.
Deixamos que redes sociais
nos influenciem
de tal maneira
que esquecemos o que de fato importa.

Lá fora,
há pessoas
que realmente desejam
o nosso fim.

Pessoas que nos desprezam,
nos humilham,
e nos impedem de usar um simples banheiro.
E a mídia não fala sobre isso,
não o suficiente para que o mundo inteiro saiba
sobre o que realmente está acontecendo.
Eles não falam
sobre o desemprego de pessoas trans,
ou suicídio de pessoas trans,
nem mesmo sobre a violência contra pessoas trans,
muitas vezes cometida
por seus próprios pais.
Aqueles que deviam lhes amar
e os proteger.

Eles também não falam
sobre os assassinatos,
ou a sensação de que nunca
teremos o mínimo
mesmo quando damos
o nosso máximo.

A sociedade atual,
ainda que tente negar,
não aceita pessoas como nós.
E nós,
por direito,
não devemos aceitar
uma sociedade como essa.

Nenhum de nós
escolheu ser
alguma coisa.
A única escolha
que realmente fizemos
foi a escolha de sermos
nós mesmos.

E isso é melhor
do que viver
uma mentira.
(Theodor Correa)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES da Silva Fernandes *et al.* **Antologia Escrita Trans**. Edição do Kindle, p. 77-78.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 13-14.

ARRUDA, Daniel Pericles. Espelho dos invisíveis: o RAP e a poesia no trabalho prático-reflexivo com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação em Belo Horizonte/MG. **Dissertação (Mestrado em Serviço social)** PUC SÃO PAULO. 2012. 147p;

ASSOCIAÇÃO DA PARADA DO ORGULHO DE LESBICAS, GAYS, BISEXUAIS E TRANSGÊNEROS DE SÃO PAULO - APOLGBT-SP **Queremos políticas sociais para LGBTQ+ por inteiro e não pela metade**. 18 de abril de 2023. Disponível em: <https://paradasp.org.br/queremos-politicas-sociais-para-lgbt/> Acesso em 12 de julho de 2023.

AVELAR, Brasil. **Tem um novo projeto de lei antitrans por dia**. Folha de São Paulo 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/brasil-tem-um-novo-projeto-de-lei-antitrans-por-dia-e-efeito-nikolas-preocupa.shtml> Acesso em 20 de agosto de 2023.

BARBOSA, Kaline de Souza; SILVA, Poliana Machado Gomes da; RIBEIRO, Jéssyka Kaline Augusto Ribeiro. “Entre Amores E Dissabores”: A Política De Assistência Social Voltada Aos/Às Lgbts. **Temporalis** v. 18 n. 36 p. 239–255 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivone. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2016.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. ANTRA Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf> Acesso em 22 de abril de 2023.

BEZERRA, Mariana Aguiar. Cuidados paliativos “fora do armário”: por uma análise decolonial das concepções de paliativistas sobre diversidade sexual e de gênero na cidade de São Paulo. **Dissertação (Mestrado em Serviço Social)**. PUC São Paulo. 2022 156p. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/27818>. Acesso em 12 de julho de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 01 de junho de 2022

BRASIL. **Lei nº 8742**. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 2013.

BRASIL. **Lei nº 8.662**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: DF, 1993

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais Reimpressão em 2014**.

Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf
Acesso em 3 de jan. de 2024.f

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Brasília, 2017.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Brasília, 2016.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Brasília, 2019.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição 32/2020**. Brasília, 2020.

BRASIL. **Portaria nº 2.362, de 20 de dezembro de 2019**. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica: NOB/SUAS RH** Brasília, 2014.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica- NOB/SUAS 2005**: Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica: NOB/SUAS 2012**. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2014. Disponível em:
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em 10 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL, Ministério da Cidadania. **Censo Cidadania**. Disponível em:
<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/censocidadania/>. Acesso em 01 de dezembro de 2023.

BRASIL, Ministério da Cidadania. **Censo Suas Base e Resultados**. Brasília. Disponível em:
<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index2.php>. Acesso em 05 de setembro de 2023.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **Disque Direitos Humanos (Disque 100)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acao-a-informacao/dados-abertos/disque100> . Acesso em 22 de abril de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Manual do Entrevistador: Cadastro Único para Programas Sociais 4ª Edição**. Brasília, 2017. Disponível em:

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual%20do%20En t revistador%20ed%20-%20Livro%20Consolidado%20-%202013042017.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual%20do%20En%20t%20revistador%20ed%20-%20Livro%20Consolidado%20-%202013042017.pdf) Acesso em 01 de junho de 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Registro Mensal de Atendimento CREAS Manual de instruções**. Brasília, 2018. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/doc/Manual_RMA_CREAS2018.pdf Acesso em 10 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Registro Mensal de Atendimento CRAS Manual de instruções**. Brasília, 2018 Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/doc/Manual_RMA_CRAS2018.pdf Acesso em 10 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Registro Mensal de Atendimento CENTRO POP Manual de instruções**. Brasília, 2018. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/doc/Manual_RMA_CENTROPOP2018.pdf Acesso em 10 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em 10 de maio de 2022

BRASIL. Rede Suas. **Manual do SISC Versão 3**. Brasília 2015. Disponível em: [http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2014/02/SISC Manual_Gestor_Municipal_v-3_-23.09.2015.pdf](http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2014/02/SISC_Manual_Gestor_Municipal_v-3_-23.09.2015.pdf) Acesso em 10 de maio de 2022

BRASIL. Rede Suas. **Manual do Sistema CadSUAS Agosto/2017 - Versão 4.5**. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2014/02/ManualCadSUAS-v-4.5.pdf> Acesso em 10 de maio de 2022

BRASIL, Rede SUAS. **Prontuário SUAS**. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/vigilancia-socioassistencial/prontuario-suas/> Acesso em 2 de maio de 2023

BRASIL, Secretaria Nacional de Assistência Social. **Registro Mensal de Atendimentos – RMA**. Brasília. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index2.php> Acesso em 22 de abril de 2023

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS: construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em 10 de maio de 2022

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **II Plano Decenal da Política de Assistência Social “Proteção Social para todos/as os/as brasileiros/as” 2016.**

Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/II_Plano_Decenal_AssistenciaSocial.pdf. Acesso em 22 de abril de 2022.

BRASIL. **I Plano Nacional de Direitos Humanos Brasília:** 1996. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/programa-nacional-de-direitos-humanos-1996.pdf>

BRASIL. **II Plano Nacional de Direitos Humanos Brasília:** 2001 Disponível em

http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/pndh_2_integral.pdf

BRASIL. **III Plano Nacional de Direitos Humanos.** Brasília:2009. Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdf/pndh3_programa_nacional_direitos_humanos_3.pdf

BRASIL. **I Plano Decenal.** Brasília, 2007. Disponível

em:https://www.blogcnas.com/_files/ugd/7f9ee6_9463b44e250f4100956aafc5ebd3d05d.pdf
Acesso em 2 de janeiro de 2024.

BRASIL. **II Plano Decenal.** Brasília, 2016. Disponível

em:https://www.blogcnas.com/_files/ugd/7f9ee6_01ad4d8d602641859e6e4e05e5983060.pdf
Acesso em 2 de janeiro de 2024.

BRASIL. **10 direitos socioassistenciais.** Brasília, 2005. Disponível

em:https://www.blogcnas.com/_files/ugd/7f9ee6_1ba7462934344602a55ef1811de4e1fb.pdf.
Acesso em 2 de janeiro de 2024.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social.** Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. 10ª Edição Revisão e Atual. Brasília. Conselho Federal De Serviço Social – CFESS, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução conjunta CNAS e CNCD/LGBT nº 01/2018.** DF, 2018. Disponível em:

<http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/06/CNAS-E-CNCD-2018-001-21.09.2018-Atendimento-da-popula%C3%A7%C3%A3o-LGBT-no-SUAS00000002.pdf> Acesso em 01 de junho de 2023

BRASIL. **SUAS sem Transfobia.** 2017. Brasília Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Folders/Suas_Sem_Transfobia.pdf

BRASIL. **Garantia da utilização do nome social para pessoas travestis e transexuais.** [sem ano]. Brasília. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Folders/cartilha_nome_social.pdf

BRASIL. **O dia 17 de maio e o papel do SUAS no combate à LGBfobia no Brasil:** A luta contra a LGBfobia é de todas(os) nós! 2020. Brasília. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/informe/O%20Dia%2017%20de%20maio%20e%20o%20papel%20do%20suas%20no%20combate%20%C3%A0%20lgbtFOBIA%20NO%20BRASIL%20\(1\).pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/informe/O%20Dia%2017%20de%20maio%20e%20o%20papel%20do%20suas%20no%20combate%20%C3%A0%20lgbtFOBIA%20NO%20BRASIL%20(1).pdf)

CANÇÃO NOVA. **Jornada Mundial da Juventude.** Disponível em: <https://noticias.cancaonova.com/especiais/jmj/>. Acesso em 12 de julho de 2023.

CASA NEON CUNHA. **Relatório 2020**, Neon Cunha. São Bernardo do Campo, 2021. Disponível em: <https://hlma.adv.br/wpcontent/uploads/2021/01/Relat%C3%B3rio%202020%20Casa%20Neon%20Cunha2.pdf> Acesso em 05 de setembro de 2021.

CASA NEON CUNHA. **Do sonho ao Pertencimento** – Documentário Casa Neon Cunha. 26 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fsT-Q3OPQwA&t=608s>. Acesso em 3 de jan. 2024.

CASTELO, Castelo. **O social-liberalismo:** auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular. 2013.

CENTRO DE ESTUDO DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. **Mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo:** relatório de pesquisa. São Paulo: Janeiro-2021. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/LGBT/AnexoB_Relatorio_Final_Mapeamento_Pessoas_Trans_Fase1.pdf. Acesso em 15 de setembro de 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Sociedade Autoritária.** Razão Inadequada: Publicado em: 14 de novembro de 2018 Disponível em: <https://razaoinadequada.com/2018/11/14/chaui-sociedade-autoritaria/> Acesso em 11 de julho de 2023.

CHAUÍ, Marilena. **Contra a violência.** Fundação Perseu Abramo 3 de abril de 2007 Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2007/04/03/contra-a-violencia/> Acesso em 11 de janeiro de 2024.

CISNE Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social.** São Paulo. Cortez Editora. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução CFESS Nº 489/2006.** Brasília. Conselho Federal De Serviço Social 2006. Disponível em: https://www.cfess.org.br/pdf/resolucao_4892006.pdf. Acesso em 2 de janeiro de 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução CFESS Nº 615, de 8 de setembro de 2011.** Brasília. Conselho Federal De Serviço Social 2011. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/615-11.pdf> Acesso em 2 de janeiro de 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução CFESS nº 785/2016**. Brasília. Conselho Federal De Serviço Social, 2016. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/ResCfess7852016.pdf>. Acesso em 2 de janeiro de 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução CFESS nº 845, de 26 de fevereiro de 2018**. Brasília. Conselho Federal De Serviço Social 2018. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/ResolucaoCfess845-2018.pdf> Acesso em 2 de janeiro de 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **O amor fala todas as línguas. Assistente social na luta contra o preconceito:** campanha pela livre orientação e expressão sexual CFESS Manifesta. 2007. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA-OAMORFALATODASASLINGUA S.pdf> Acesso em: 10 jan. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Nem rótulos, nem preconceito, quero respeito**. Brasília. Conselho Federal De Serviço Social 2018. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/2018CartazCFESS_VisibilidadeTrans-Atualizado.pdf. Acesso em 2 de janeiro de 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Série assistente social no combate ao preconceito: Transfobia. **Caderno 4**. 2016. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno04-Transfobia-Site.pdf> . Acesso em: 15 jan. 2024.

CONSELHO NACIONAL POPULAR LGBTI+ . **Programa Brasil de todas as cores** .2022 Disponível em: <https://cdn.brasildefato.com.br/documents/1c64babbbd0dd81262f9472d9cacb8d7.pdf> Acesso em 20 de maio de 2022.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DURIGUETO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social** (Biblioteca Básica de Serviço Social). São Paulo: Cortez Editora: 2013

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. LeBooks, 2019. 1ª Edição.

ENGELS, Friedrich. Engels. **Análise da Situação das classes trabalhadoras**. 2020. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/engels/Engels_Analise_Classes_Trabalhadoras.pdf. Acesso em 10 de abril de 2023.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As três economias políticas do welfare state**. Welfare e Experiências Neoliberais, editora Lua Nova. 1991

FACCHINI, Regina. **Mulheres Lésbicas em Movimento: LGBTQIA+ contra a ditadura e o autoritarismo** organizado pela EDEPE em Parceria com o NEMOS no dia 31/03/2023

FERREIRA, Gracyelle Costa. **Seminário Raça e Nação na origem da Política Social brasileira: união e resistência dos trabalhadores negros**. Neppos - Nucleo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Sociais, 2023

FERREIRA: Guilherme Gomes. **Diversidade sexu.al e de gênero e o serviço social no sociojurídico**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e prisões: experiência social e mecanismos particulares de encarceramento no Brasil**. Curitiba: Multideia 2015.

FERREIRA, Guilherme Gomes. A classe nos une e a sexualidade nos divide? A noção de sujeito no marxismo e nos movimentos queer. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH)**. V.3 N.10 (2020). P. 150-158. Jul/set 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2020.10>. Acesso em 10 de ago. de 2022.

FERREIRA, Guilherme Gomes. AGUINSK, Beatriz Gershenson. Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas. **Revista Katályses**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 223-232, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/SVpFs5LZPqBdDMxYy5zqzdf/abstract/?lang=pt#:~:text=Social%20movements%20of%20sexuality%20and%20gender%3A%20analysis%20of%20access%20to%20public%20policies&text=Este%20artigo%20busca%20problematizar%20as,as%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20no%20Brasil>. Acesso em 10 de nov. de 2022.

FERNANDES, Estevão R., 2015, **Decolonizando Sexualidades: Enquadramentos Coloniais e Homossexualidade Indígena no Brasil e nos Estados Unidos**. Brasília, CEPPAC, Universidade de Brasília, tese de doutorado em Estudos Comparados sobre as Américas.

FIALHO, Juliana. Assistência social x Assistencialismo. **GESUAS**. 8 de junho de 2020. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/assistencia-social-x-assistencialismo/>. Acesso em 2 de jan. de 2024.

FILHO, Joel. Curso Direitos das Pessoas LGBTQIA+ - Módulo 3, 14 de junho de 2023. **Diverso UFMG**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=K-OjL9I4g48>. Acesso em 20 de julho de 2023.

FIOCRUZ. **Fiocruz lança aplicativo que mapeia zonas de risco para a população LGBT**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-lanca-aplicativo-que-mapeia-zonas-de-risco-para-populacao-lgbt> Acesso em 10 de outubro de 2022.

FONTANA, Luciara; GOMES, Marília do Amparo Alves; SILVA, Simone Santos da. (In) visibilidade da comunidade LGBTQIA+ na assistência social: proteção social a quem

necessitar? **Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade** Vol. 5 nº 10 Jul-Dez de 2020. Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/7112>. Acesso em 04 de fevereiro de 2022.

FÓRUM BLACK TRANS BRAZIL - FONATRANS, Documentário Jovanna Baby: uma trajetória do Movimento de Travestis e Trans no Brasil. 31 de Janeiro de 2020. **Youtube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uy7FfY66YqM>. Acesso em 10 de setembro de 2023.

FURTADO, Daniela. **Construindo a história do movimento bissexual brasileiro**. Bi-sides. 2014. Disponível em:

<https://www.bisides.com/post/construindo-a-hist%C3%B3ria-do-movimento-bissexual-brasileiro> Acesso em 10 de agosto de 2023.

FRENTE BISSEXUAL BRASILEIRA. **Manifesto Bissexual Brasileiro. 2021**. Disponível em: <https://www.frentebissexualbrasileira.org/manifesto-bissexual-brasileiro> Acesso em 10 de julho de 2023.

GENTILI, Pablo, ANDERSON, Perry, SALAMA Pierre, Pós-neoliberalismo. **As políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed. - São Paulo: Atlas. 2008

GUTIERRES, Kellen Alves. **Trajetória da Assistência social como direito e futuro incerto do Sistema Único da Assistência Social**. Perseu nº 13 Ano 11, 2017. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/T04Perseu13.GUTIERRES.Kellen.pdf>

HANASHIRO, Mariko. **Como os instrumentais do SUAS contemplam especificidades da população LGBTQIA+?** ENPESS, 2023.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 6ª Edição. São Paulo: Paz e Terra 2000.

HOOKS, bell. **Tudo Sobre amor: novas perspectivas**. Tradução Stephanie Borges. Editora Elefante, 2021.

JACCOUD Luciana. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, 2009 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e UNESCO. p. 57 a 86.

JESUS, Jaqueline Gomes de. O Protesto na festa: Política e carnavalização nas paradas do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). **(Tese)**. Universidade de Brasília, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. **Revista Docência e Ciberultura (REDOC)** Rio de Janeiro. v.3 n.3 2019. p250-260. e-ISSN

2594-9004 Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/41817/29703>. Acesso em 19 de julho de 2023.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *et al* **Transfeminismo: Teorias e Práticas** Rio de Janeiro. Editora Metanoia, 2015

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O Estado de Bem Estar Social na Idade da Razão. A reinvenção do estado social no mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades. Entre Territórios de Vida e Territórios Vividos.** São Paulo: Cortez Editora. 2011

LEAL, Abigail Campos. **“Exorbitâncias: os caminhos para a deserção de gênero”** São Paulo. Editora GLAC. 2021.

LIMA, Shirley Acioly Monteiro de. Intersexo e Identidade: História de um corpo reconstruído. **Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)** São Paulo, PUC 2007.

LOMBARDI, José Claudinei. A experiência na concepção materialista dialética da história. In: **Experiência, o termo ausente?** Sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia, Minas Gerais: Navegando Publicações: 2018 p. 25-58

LOPES, Fábio Henrique. Agora, as mulheres são outras. Travestilidade e envelhecimento. in **Transfeminismo teorias & práticas.** Rio de Janeiro, Metanóia. 2014. p.157-180

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução.** Luxemburg Internet Archive , 2002. Disponível em:

http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_arq_interface/1a_aula/rosa_luxemburgo.pdf

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; TIBIRA, Lia org. **Experiência, o termo ausente?** Sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia, Minas Gerais: Navegando Publicações: 2018.

MARGARITES, Gustavo Conde. A constituição da assistência social como um campo de ação estratégica no estado brasileiro. 2019. **Tese (doutorado)** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Sociologia. 280p. Porto Alegre. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/199141>. Acesso em 10 de ago. de 2020.

MARTINELLI, Maria Lucia, LIMA, Neusa Cavalcante. Entrevista na História Oral: campo de mediações na intervenção e pesquisa. In **A história oral na pesquisa em serviço social: da palavra ao texto.** São Paulo: Cortez Editora, 2019 p.103-116

MESSIAS, Letícia. **‘Durante 33 anos vivi uma farsa’**: a luta contra a cirurgia precoce em crianças intersexuais no Brasil. O Globo. 4 de Maio de 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/medicina/noticia/2022/05/durante-33-anos-vivi-uma-farsa-a-luta-contra-a-cirurgia-precoce-em-criancas-intersexuais-no-brasil.ghtml>. Acesso em 10 de julho de 2023.

MISAKA, André Katsuyoshi, HANASHIRO Mariko, ARANHA, Thiago Aparecido, 2023 **"Formas de resistência e aquilombamento das pessoas transexuais no Brasil"** [NO PRELO]

MOTT, Luis. Igreja e Homossexualidade no Brasil. **II Congresso Internacional sobre Epistemologia, Sexualidade e Violência, São Leopoldo, RS.** 2006. Disponível em: <https://luizmottblog.wordpress.com/igreja-e-homossexualidade-no-brasil-cronologia-tematica-1547-2006/> Acesso em 10 de julho de 2023.

MUSTAFA. Patrícia Soraya. **O ecletismo da Política de Assistência Social Brasileira: Alguns Apontamentos.** Sociabilidade Burguesa e Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris 2013. p. 175-192.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo.** São Paulo: Jandaíra, 2021.

NETTO, José Paulo (org). **O leitor de Marx.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

NETTO, José. Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** 1 ed. Editora Popular, 2011

NICOLI. Pedro Augusto Gravatá, *el al.* **Envelhecer LGBT+ Histórias de vida e direitos.** Belo Horizonte: DIVERSO UFMG. 2023

NÚCLEO DE DEFESA DA DIVERSIDADE SEXUAL E GÊNERO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COM COLABORAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERSEXO - ABRAI. **Visibilidade intersexo.** Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <https://www.defensoria.rs.def.br/upload/arquivos/202211/29131204-cartilha-visibilidade-intersexo-2-web.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2023.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIA CONTRA LGBTI+ NO BRASIL. **Mortes e violências contra lgbti+ no Brasil: dossiê 2021** Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2021-ACONTECE-ANTRA-ABGLT-1.pdf>

OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor. Capital, força de trabalho e fundo público. **Novos estudos nº 22 cebrap** - outubro de 1988. p 8-28.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Por que você não me abraça? Reflexões a respeito da visibilidade de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. **SUR** 28 - v.15 n.28 p. 167 - 179 . São Paulo: 2018 Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-megg-rayara-gomes-de-oliveira.pdf> Acesso em 15 de julho de 2023.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Alternativas socialistas às políticas sociais neoliberais SER SOCIAL**, Brasília, n. 13, p. 195-222, jul./dez. 2003

PATRIARCA, Paola. **Mapa da Desigualdade**: morador dos Jardins vive em média 80 anos, já quem mora no Iguatemi, Zona Leste, até 59 anos. 23 de novembro de 2022. G1: São Paulo. Disponível em:
<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/11/23/mapa-da-desigualdade-morador-dos-jardins-vive-em-media-80-anos-ja-quem-mora-no-iguatemi-zona-leste-ate-59-anos.ghtml>. Acesso em 10 de junho de 2023.

PAVÃO, Anabella **Encontros abertos**: Corpos dissidentes nas infâncias: dialogando sobre a (des)proteção de direitos – NCA. 24/11/2023

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. Dea Ribeiro Fenelon. Proj. História, São Paulo (14) fev. 1997

PRADO, Marco Aurélio M; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, Hierarquização e Humilhação Social. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (orgs). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2011.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades**: A hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

PRECIADO, B. Traduzido por Fernanda Nogueira. **Quem defende a criança queer?** 2013. Disponível em:
<https://we.riseup.net/muzi/preciado-beatriz-quem-defende-a-crian%C3%A7a+178149>

QUINALHA, Renan Honório. Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988) (**Tese**) São Paulo, USP. 2017. (329p) Disponível em:
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde20062017-182552/publico/Renan_Honorio_Quinalha.pdf

QUINALHA Renan, **Movimento LGBTI+** - uma breve história do século XIX, aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica: 2022

REBELLATO, C.; GOMES, M. C. de A.; CRENITTE, M. R. F. **Introdução às velhices LGBTI+**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, EternamenteSou e Centro Internacional de Longevidade Brasil, 2021 Disponível em:
<https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Livro-Introducao-as-velhices-LGBTI.pdf> Acesso em 19 de agosto de 2023.

REDAÇÃO. PORVIR. **Uma conversa com Ailton Krenak sobre o tempo e a educação** .06 de outubro de 2020. Disponível em:
<https://porvir.org/uma-conversa-com-ailton-krenak-sobre-o-tempo-e-a-educacao/> Acesso em 10 de junho de 2023.

RODRIGUES Julian. **Bolsonaro extingue Conselho LGBTI** Revista Fórum. 28 de junho de 2019. Disponível em:

<https://revistaforum.com.br/opinioao/2019/6/28/bolsonaro-extingue-conselho-lgbt-57747.html>
Acesso em 22 de abril de 2023.

ROSSI, Mariana. BENITES, Afonso. “Enquanto espero na fila, pego fiado” **El Brasil**. 28 de janeiro de 2020. Disponível em
<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-28/bolsa-familia-sob-bolsonaro-fecha-a-porta-a-novos-beneficiarios-enquanto-espero-na-fila-vou-pegando-fiado.html> Acesso em 20 de novembro de 2023

SALDANHA, Inácio dos Santos. Memória e Resistência: História do Movimento Bissexual Brasileiro. 23 de setembro de 2022. **Youtube**. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=vu6OHw_cgIc&t=1315s. Acesso em 10 de julho de 2023.

SANTOS, Thais Felipe Silva dos. MARTINELLI Maria Lúcia. A sociabilidade das pessoas travestis e transexuais na perícia social. **Serviço. Social e Sociedade** São Paulo, n. 134, p. 142-160, jan./abr. 2019

SANTOS, Nathaliê Cristo Ribeiro dos, FREITAS Rita, CEARA-SILVA Glauber Lucas. Violência conjugal lésbica: relatos de assistentes sociais que atendem mulheres na cidade de Niterói. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 134, p. 124-141, jan./abr. 2019

SARAMAGO. José. **Ensaio sobre a Cegueira**. São Paulo. Companhia das Letras; 1ª edição 1995

SAWAIA, Bader Burihan. **As Artimanhas da Exclusão**. – Análise psicossocial e ética da desigualdade social Editora Vozes 2001. 2ª Edição

SBT NEWS. **Fala homofóbica de Abilio Brunini gera confusão e interrompe deputada Erika Hilton na CPMI (CMPI - 11 de julho)** . Youtube. 2023.
https://www.youtube.com/watch?v=Jl_wEK9liYQ&pp=ygUbZXJpa2EgaGlzdG9uIGFiaWxpbyBicnVuaW5p

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4ª Edição. São Paulo, Cortez Editora, 2011

SOARES, Ricardo. A concepção de família da política de assistência social - desafios à atenção as famílias homoparentais. **UNB dissertação de mestrado**. Brasília, 2012

SOUTO-MAIOR Paulo, QUINALHA Renan. **Novas Fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil**- ebook Elefante: 2023.

SPIZZIRRI, Giancarlo *et al.* Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. **Nature Portfólio**.2021 Disponível em:
<https://www.nature.com/articles/s41598-021-81411-4#citeas>. Acesso em 20 de julho e 2023.

SPOSATI, Aldaíza. MODELO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO SOCIAL não contributiva: CONCEPÇÕES FUNDANTES . in Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (**UNESCO**);

Concepção e Gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. p 13-86. Brasília, 2009

TER.A.PIA. A infância roubada de uma criança trans | Podcast Histórias para ouvir lavando louça #26. 23 de nov. de 2021. **Youtube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jE6eh3e-CDU&t=779s> Acesso em 1 de maio 2023.

THOMPSON E. P **Costumes em comum**. São Paulo Companhia das Letras, 1998.

TIZON, P. Qu'est-ce que le territoire? In: **DI MÉO, G. Les territoires du quotidien**. Paris; Montreal: L'Harmattan, 1996, p. 17-34

TOKARNIA, Mariana. **IBGE divulga 1º levantamento sobre homossexuais e bissexuais no Brasil**: Esta é a primeira vez que os dados são coletados. Agência Brasil: Rio de Janeiro. 25/05/2022 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-05/ibge-divulga-levantamento-sobre-homossexuais-e-bissexuais-no-brasil>. Acesso em 20 de julho de 2023.

TORELLI, Wellington Ricardo Navarro. **Estratégias de atenção a pessoas idosas LGBTQIA+ em ILPI na cidade de São Paulo**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100141/tde-02082023-115950/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

TORELLI, Wellington. BESSA, Thaissa Araujo de. GRAEFF, Bibiana. Preconceito contra pessoa idosa LGBTQIA+ em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI): uma revisão de escopo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.28, n 11, p. 3123-3125, nov. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320232811.02132023> Acesso em 3 de jan. de 2024.

TORRES, Thiago. **Chavoso da USP “Respondendo a “Carta em defesa da Democracia” da Faculdade de Direito da USP: “achei patética”** Publicado em 17 de março de 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/chavosodausp.02/reels/> Chavosodausp.02. Acesso em 22 de abril de 2023.

TREVISAN, João Silvério. **A igreja e a Homofobia**. Folha de São Paulo – Opinião. São Paulo, quarta-feira, 28 de julho de 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2807200410.htm> Acesso em 1 de maio 2023.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Editora Record. Rio de Janeiro, 2000.

UFMG. **Direito das pessoas LGBTIA+**, Curso Online EAD. UFMG, 2023.

VASCONCELOS, José de. **Meu pé de Laranja Lima**. 1975. São Paulo. Edição Melhoramentos. 2ª Edição.

VENTURA, MANUEL. **Fila de espera do bolsa família tem 1 milhão de pessoas.** Extra Globo, 2020. Disponível em:
<https://extra.globo.com/economia-e-financas/fila-de-espera-do-bolsa-familia-tem-quase-um-milhao-de-pessoas-24781175.html> Acesso em 03 de janeiro de 2024

WITTING, Monique. **O pensamento hetero e outros ensaios.** 2022. Autêntica, 1ª Edição.

WORLD PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **WPA POSITION STATEMENT ON SPIRITUALITY AND RELIGION IN PSYCHIATRY. 2015.** Disponível em:
<http://religionandpsychiatry.org/main/wpa-position-statement-on-spirituality-and-religion-in-psychiatry/> Acesso em 16 de março de 2024.

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada/o/e para participar como voluntário/a/e da pesquisa **“População LGBTI+ e a política de Assistência Social: proteção ou desproteção social?”**, realizada pela pesquisadora Mariko Hanashiro, discente no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social – nível Mestrado – da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, período 2022-2023, sob a orientação e responsabilidade da professora Dr^a Maria Lucia Martinelli.

Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento, poderá desistir de participar e retirar o seu consentimento. Para participar desta pesquisa não terá nenhum custo, nem receberá vantagens financeiras. Também não implicará em risco para o/a participante.

Esta pesquisa tem como **objeto de pesquisa**: Mediações da Política de Assistência Social no atendimento à População LGBTI+ e a garantia de proteção e segurança social. E como **objetivo**: Estudar de que modo a política de assistência social tem se efetivado como parte do sistema protetivo à população LGBTI+ e como essa política tem sido reconhecida e legitimada como garantidora de proteção social por esse grupo. A partir de entrevistas observaremos a trajetória, as experiências e as impressões das pessoas participantes da pesquisa e iremos tecendo as análises, com as narrativas, as teorias e as observações do cotidiano profissional a respeito do objeto da pesquisa.

Para esta pesquisa adotaremos como **procedimento de estudo**: entrevistas. As entrevistas serão abertas, embora haja algumas questões norteadoras. Esse diálogo será gravado a fim de garantir a fidelidade da fala do/a participante. As narrativas obtidas serão transcritas pela pesquisadora e serão utilizadas em trabalhos e artigos acadêmicos e nos documentos da instituição. Em nenhum momento você será identificado, há, portanto, garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, assegurando absoluta privacidade. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Na entrevista, o participante poder-a utilizar seu próprio nome ou um nome fictício.

Essa pesquisa seguirá as normas e diretrizes de pesquisas envolvendo seres humanos, respeitando a dignidade humana, a ética, utilizando o consentimento livre e esclarecidos e manifestando a anuência em participar da pesquisa, conforme define as Resoluções nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e nº 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida a você. Durante todo o período da pesquisa você poderá solicitar esclarecimentos sobre qualquer dúvida, bastando para isso entrar em contato direto com a pesquisadora por meio do endereço eletrônico: [email] e pelo contato telefônico [telefone de contato]

Apresentamos a seguir os riscos e benefícios para os participantes da pesquisa. **Riscos:** Compreendemos que o risco previsto para os participantes dessa pesquisa é mínimo, como cansaço ou aborrecimento ao responder questionários, medo de não saber responder ou de ser identificado, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio. Frente a esses riscos iremos garantir um ambiente acolhedor, assegurar a não estigmatização, observar sinais verbais e não verbais de desconforto, garantir a liberdade de interromper a participação a qualquer momento, manter o sigilo dos dados e utilização de nomes fictícios. **Benefícios:** Possibilitar melhor compreensão sobre como a Política de Assistência Social tem atendimento à População LGBTI+ permitindo aprimorar essa política social.

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP caracteriza-se por ser órgão multidisciplinar, independente no exercício das suas funções e investido de múnus público, com finalidade de salvaguardar os direitos e a dignidade dos sujeitos de pesquisa, bem como de contribuir para uma contínua preocupação e evolução dos padrões éticos na pesquisa.

A Secretaria do CEP-PUC/SP Monte Alegre está localizada no térreo do **Edifício Reitor Bandeira de Mello (Prédio Novo)**, na sala **63-C**, na Rua Ministro Godói, 969 - Perdizes - São Paulo - SP - CEP: 05015-001 Tel./FAX: (11) 3670-8466 | e-mail: cometica@pucsp.br. Horário de atendimento do CEP ao Público: ***Das 11h00 às 13h00 de 2ª a 4ª feira e das 15h30 às 17h00 de 5ª e 6ª feira.***

Eu,....., declaro que fui informado/a dos objetivos do presente estudo de maneira detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar a decisão da minha participação, se assim o desejar. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações ou retirar este consentimento durante a realização da pesquisa. Declaro, ainda, que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento. me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Autorizo a gravação de voz e imagem com a finalidade única de transcrição da entrevista.

_____, ____ de _____ 2023.

Assinatura da pessoa participante

Eu,....., responsável legal por....., declaro que fomos informados/as dos objetivos do presente estudo de maneira detalhada e esclarecemos nossas dúvidas. Sabemos que a qualquer momento poderemos solicitar novas informações e modificar a decisão de participação, se assim desejado pelo sujeito participante ou pelo responsável legal. Declaro, ainda, que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento, foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as nossas dúvidas. Autorizo a gravação de voz e imagem com a finalidade única de transcrição da entrevista.

Assinatura da pessoa responsável legal (caso necessário)

Pesquisadora Responsável
Mariko Hanashiro
[telefone de contato]
[E-mail de contato]

Orientadora
Profª. Dra. Maria Lucia Martinelli
[telefone de contato]
[E-mail de contato]

Roteiro da entrevista:

1-Breve apresentação minha e da pesquisa:

2-Apresentação do sujeito participante:

Nome:

Idade:

Você se identifica como pessoa cisgênero ou transgênero?

Qual sua identidade de gênero?

Orientação Sexual:

Raça/Cor:

3- Quem é você (de forma mais ampla), qual sua trajetória de vida? Quais as redes de proteção (ou quem) você identifica ao longo da sua vida?

4- De alguma forma sua história se encontra com a política de assistência social? Se sim, quando/como?

5- De alguma forma sua história se encontra com o grupo LGBTI+? Se sim, quando/como?

6- De que modo você compreende que o grupo LGBTI+ dialoga com os conceitos de Riscos, vulnerabilidades e violências?

7- Você sabe o que a política de assistência social deve garantir? De que modo você compreende que esses direitos socioassistenciais chegam ao grupo LGBTI+?

A política de assistência social possui como objetivo assegurar as seguranças:

I -acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização 17 da proteção social básica e especial,

II- renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

III - convívio ou vivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional

IV- desenvolvimento de autonomia

V- apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

9- Você enxerga que a Política de Assistência social tem sido eficiente para atender a demanda da população LGBTI+?

10- Diante da sua trajetória de vida, você tem sugestões de como a política de assistência social poderia ou deveria aprimorar a proteção social às pessoas LGBTI+?

11- Gostaria de escolher outro nome para fins de anonimato? Se sim, qual?

Termo de colaboração para integrar a Comissão LGBTI+ de Revisão da dissertação

Eu _____, cpf: _____ fui convidada/o/e a participar da Comissão LGBTI+ de Revisão da dissertação de Mariko Hanashiro CPF 409346478-28 “Política de assistência social e População LGBTI+: Proteção ou desproteção social?” e aceitei nos seguintes termos:

- O valor do trabalho de revisão é de R\$ 800,00 de comum acordo entre as partes
- Estou ciente que não é permitida a reprodução de nenhum trecho da dissertação enquanto ela não for disponibilizada na biblioteca da PUC/SP. Após a publicação é permitida a reprodução desde que citada a fonte.
- O trabalho consiste em revisar o conteúdo mitigando possíveis equívocos da autora, e estou ciente que os apontamentos realizados por mim, em instrumental fornecido pela autora, são sugestões de ajustes, podendo ser acatado ou não por ela.
- Estou ciente que poderei sugerir supressões, acréscimos ou reformulação/correção de palavras ou trechos.
- Autorizo que os formulários preenchidos e o conteúdo nele posto possa ser exibido como apêndice do trabalho
- Autorizo que meu nome apareça no trabalho, se vier a ser necessário
- O prazo máximo de envio de capítulos para revisão será dia 15/02/2024 e a entrega das revisões será dia 29/02/2024.

São Bernardo do Campo, __ de _____ de 202__

Instrumental sugerido para utilização pela Comissão Revisora:

Nome: _____

Alteração nº
Capítulo: <i>(colocar número do capítulo)</i>
Tópico: <i>(colocar número do item ou subitem)</i>
Trecho: <i>(copiar o trecho a que se refere)</i>
Assinale a proposta de alteração: () Supressão () Complementação () reelaboração
Sugestão da alteração: <i>(escrever o texto em caso de reelaboração ou complementação)</i>

Replicar quadro para todas as sugestões

ANEXO

Total de unidades de convivência por ano						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AC	15	21	21	21	17	16
AL	41	50	48	64	64	56
AM	79	85	84	108	119	149
AP	11	16	1	12	5	6
BA	388	447	395	421	379	331
CE	210	183	175	192	209	173
DF	72	87	88	72	68	68
ES	177	195	197	205	204	196
GO	260	279	273	291	279	286
MA	363	362	347	325	295	289
MG	895	938	876	849	867	844
MS	184	199	201	202	203	202
MT	70	83	82	83	78	76
PA	91	104	101	100	81	75
PB	153	160	153	152	150	150
PE	462	446	425	425	390	376
PI	87	84	73	70	53	53
PR	619	648	632	649	633	630
RJ	255	317	322	351	354	360
RN	161	159	156	165	159	156

RO	19	25	21	24	39	41
RR	2	2	2	3	3	3
RS	459	455	438	456	462	432
SC	300	435	384	296	299	244
SE	96	105	98	108	96	88
SP	2548	2568	2542	2582	2552	2526
TO	24	9	6	7	7	11
Total	8041	8462	8141	8233	8065	7837

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

Quantidade de CREAS por estado e ano						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AC	13	13	12	13	13	13
AL	95	97	97	97	97	97
A M	49	51	54	55	57	57
AP	11	11	12	11	11	11
BA	219	224	231	233	233	246
CE	114	115	115	115	116	116
DF	10	11	11	11	11	12
ES	73	77	76	79	78	81
GO	108	109	110	107	110	112
M A	122	122	121	118	122	122

M G	245	250	253	254	258	277
MS	70	72	72	73	74	75
MT	43	43	45	45	46	47
PA	106	120	124	128	133	136
PB	102	104	103	103	104	104
PE	163	182	185	187	189	193
PI	53	53	72	75	74	74
PR	180	186	191	191	193	195
RJ	116	117	118	117	119	119
RN	55	55	55	55	55	58
RO	20	21	20	23	22	22
RR	11	14	15	14	15	15
RS	125	131	131	133	137	141
SC	95	98	101	101	103	103
SE	74	74	77	79	80	80
SP	283	290	298	308	308	316
T0	22	24	24	24	24	24

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

Quantidade de Centro Pop por Estado e ano de resposta do Censo Suas						
Estados	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AC	1	1	1	1	1	1
AL	4	4	4	4	4	4

AM	2	2	2	3	2	3
AP	1	1	1	1	1	1
BA	16	17	17	17	18	18
CE	9	9	8	9	9	9
DF	2	2	2	2	2	2
ES	4	5	6	7	7	7
GO	5	5	5	5	5	5
MA	8	8	8	8	8	8
MG	24	24	26	26	30	31
MS	4	4	5	5	5	5
MT	2	2	2	2	2	3
PA	5	5	5	5	6	6
PB	6	6	6	7	7	7
PE	8	8	8	8	7	7
PI	2	2	2	2	2	2
PR	21	20	20	18	18	18
RJ	19	18	18	18	19	19
RN	2	2	2	2	2	2
RO	1	1	1	0	0	1
RR	0	0	0	0	0	0
RS	13	13	13	13	12	12
SC	10	10	9	9	9	8
SP	56	56	56	57	58	57

SE	2	1	1	1	1	1
TO	0	0	0	0	0	0
Total Geral	227	226	228	230	235	237

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

Percentual de pessoas trans acolhidas em unidades de acolhimento no momento da resposta do Censo Suas por ano						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AC	0,00%	1,78%	0,00%	0,24%	0,26%	0,00%
AL	0,13%	0,66%	0,00%	0,00%	0,00%	0,11%
AM	0,70%	0,52%	0,63%	0,86%	0,35%	0,29%
AP	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
BA	0,25%	0,46%	0,22%	0,29%	0,31%	0,52%
CE	0,45%	0,43%	0,68%	0,89%	0,56%	1,51%
DF	0,49%	0,39%	0,62%	0,62%	2,03%	1,48%
ES	0,40%	0,23%	0,44%	0,29%	0,47%	0,08%
GO	0,08%	0,25%	0,24%	0,28%	0,32%	0,13%
MA	0,18%	0,18%	1,56%	0,72%	0,82%	0,18%
MG	0,19%	0,20%	0,52%	0,32%	0,51%	0,34%
MS	0,92%	0,04%	0,15%	0,21%	0,32%	0,49%
MT	0,39%	0,34%	0,64%	0,30%	0,14%	1,23%
PA	0,61%	0,21%	0,21%	0,69%	0,68%	0,43%
PB	0,36%	0,70%	0,56%	0,24%	0,50%	0,10%
PE	0,12%	0,16%	0,12%	0,13%	0,66%	0,31%
PI	0,00%	0,68%	0,00%	0,52%	1,49%	0,93%

PR	0,28%	0,23%	0,46%	0,27%	0,32%	0,35%
RJ	0,44%	0,39%	0,55%	0,54%	1,37%	0,64%
RN	0,72%	0,70%	0,74%	0,61%	0,51%	0,10%
RO	0,37%	0,36%	0,64%	0,00%	0,99%	0,21%
RR	0,80%	0,00%	0,93%	1,05%	0,66%	0,39%
RS	0,76%	0,42%	0,44%	0,46%	0,79%	0,58%
SC	0,18%	0,23%	0,28%	0,24%	0,84%	0,61%
SE	0,48%	0,73%	0,00%	0,00%	0,50%	0,28%
SP	0,49%	0,69%	0,66%	0,74%	0,85%	0,86%
T0	0,36%	0,00%	0,33%	0,00%	0,40%	0,00%
Total	0,40%	0,44%	0,53%	0,50%	0,69%	0,59%

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

Percentual de CREAS por estado que nos ultimos 12 meses ofertou atendimento para Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou da identidade de gênero. - Por perfil em percentual

	2017				2018				2019				2020				2021				2022			
	CA (%)	H (%)	M (%)	I (%)	CA (%)	H (%)	M (%)	I (%)	CA (%)	H (%)	M (%)	I (%)	CA (%)	H (%)	M (%)	I (%)	CA (%)	H (%)	M (%)	I (%)	CA (%)	H (%)	M (%)	I (%)
AC	85	77	85	62	77	62	77	62	83	67	67	67	38	15	15	8	15	31	23	8	28	24	26	12
AL	63	54	56	44	61	53	61	44	59	62	65	49	33	41	35	21	28	28	28	19	25	21	25	9
AM	45	53	51	31	55	49	55	35	41	37	41	24	24	22	15	13	32	26	28	14	27	9	18	0
AP	73	73	73	45	64	36	64	36	67	50	42	33	55	18	27	18	36	27	27	18	44	35	37	18
BA	71	59	64	47	68	62	68	50	79	71	69	58	41	44	39	24	40	35	34	16	42	34	36	18
CE	75	69	68	54	77	71	77	50	78	69	73	57	36	43	32	17	33	29	34	13	75	83	83	67
DF	100	100	100	100	91	100	91	73	91	91	100	91	64	73	82	55	45	55	55	36	32	31	36	20
ES	75	70	77	63	57	57	57	43	72	70	66	58	44	43	42	29	35	41	45	26	38	40	38	20
GO	73	68	68	56	72	70	72	52	65	65	64	42	44	44	42	25	42	36	40	20	30	21	24	11
MA	56	46	49	30	53	48	53	36	57	58	57	44	25	25	19	14	31	30	30	17	39	31	34	17
MG	73	68	70	59	72	66	72	62	74	64	65	61	42	38	35	20	35	31	36	22	33	27	35	20

MS	81	77	74	67	82	75	82	63	75	75	75	57	38	42	34	30	34	30	34	16	38	21	19	15
MT	79	70	65	56	74	70	74	51	82	78	71	67	42	44	38	27	33	28	30	20	43	33	36	18
PA	77	69	67	51	75	64	75	47	73	67	68	48	47	41	41	21	37	34	37	20	32	30	32	16
PB	70	66	71	53	72	72	72	56	72	72	73	62	34	40	31	15	32	30	38	18	35	36	42	19
PE	64	71	72	50	69	68	69	50	71	72	74	49	49	56	52	31	35	41	44	20	45	46	36	20
PI	57	49	58	34	58	55	58	32	65	53	56	36	43	36	37	24	43	38	43	16	43	37	36	20
PR	74	63	62	58	69	62	69	53	72	63	65	56	41	39	36	22	38	33	35	19	34	38	44	18
RJ	77	81	80	70	79	82	79	76	79	80	81	69	34	46	40	25	36	42	48	24	29	29	40	12
RN	71	67	65	44	69	67	69	51	82	75	73	58	31	45	42	15	33	35	38	15	27	27	27	23
RO	55	55	40	35	62	62	62	48	70	60	65	50	35	35	39	30	50	50	59	36	33	27	33	20
RR	45	45	64	27	79	71	79	57	60	67	60	40	57	50	50	21	27	33	40	20	45	40	41	18
RS	74	66	68	56	77	71	77	57	74	67	70	54	49	43	45	27	50	39	39	23	51	35	36	19
SC	74	73	74	59	83	76	83	70	80	74	70	65	46	34	38	28	38	34	33	15	33	33	30	16
SE	73	68	66	59	62	57	62	45	64	68	62	52	41	32	32	25	24	25	28	11	47	42	43	24
SP	70	66	64	57	75	72	75	60	77	76	75	65	48	45	45	28	45	42	43	24	46	25	21	21
T0	86	73	73	64	75	63	75	50	88	71	71	63	38	29	29	21	38	29	25	17	39	34	36	18

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

CA = CRIANÇAS E ADOLESCENTES, H = HOMENS ADULTOS, M = MULHERES ADULTAS, I= PESSOAS IDOSAS

Quantidade de unidades que possuíam determinada quantidade de pessoas travestis, transexuais acolhidas em 2017																
Rótulos de Linha	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	22	23	30	(vazio)	Total Geral
AC	16															16
AL	44	1														45
AM	24	2	1													27
AP	8															8
BA	228	2	3	2												235
CE	95	4		2												101
DF	33	1	1	1												36
ES	152	3	4													159
GO	156	3														159
MA	57	1														58
MG	912	24	5	1			1									943
MS	160												1			161
MT	128	4			1											133
PA	91	5		1												97
PB	42	3														45
PE	124	3														127
PI	13															13
PR	517	14	2	2		1										536
RJ	303	6	1	3					1	1						315

Quantidade de unidades que possuíam determinada quantidade de pessoas travestis, transexuais acolhidas em 2017																
RN	33	3	1													37
RO	43	1														44
RR	7	1														8
RS	407	18	8	1	1	1						1				437
SC	194	6														200
SE	42		1													43
SP	1459	56	16	7	4	3	2	2			1			1		1551
TO	21	1														22
Total Geral	5309	162	43	20	6	5	3	2	1	1	1	1	1	1		5556

Fonte: Brasil, 2023 -
Elaboração Própria.

[illegible]

GO	183	1		1				1									186
MA	60	1															61
MG	946	21	5	2	1		1										976
MS	162	1															163
MT	127	4		1													132
PA	96	3															99
PB	45	3		1													49
PE	131	2	1														134
PI	15			1													16
PR	539	11		1		2											553
RJ	311	12	3	4													330
RN	37	2			1												40
RO	44	1															45
RR	8																8
RS	427	17	2	4			1										451
SC	201	8															209
SE	47			1													48
SP	1511	68	13	13	3	5	3	1		1	1	1	1	1	1	1	1623
TO	24																24
Total Geral	5511	183	27	34	5	7	5	2	1	1	1	1	1	1	1	2	5783

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

Quantidade de unidades que possuíam determinada quantidade de pessoas travestis, transexuais acolhidas em 2019																		
Quantidade de pessoas trans	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	12	16	18	19	30	50	Total Geral

PE	141	1	1														143
PI	19			1												3	23
PR	549	17	3		1											5	575
RJ	344	17	4					1				1				2	369
RN	46	4	1														51
RO	48																48
RR	13	3		3	1	1							1				22
RS	439	20	4		2		1									1	467
SC	208	4	2														214
SE	52																52
SP	1562	85	23	7	4	8	2	1	1	2	1			1	1	5	1703
TO	29																29
Total Geral	5915	216	61	16	11	12	5	3	2	2	1	1	1	1	1	28	6276

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

[illegible]

BA	263	5	1	2		1																	272
CE	110	7		2																			119
DF	42	3	1	1	1		4																52
ES	173	5	2	1																			181
GO	252	5	4	2																			263
MA	67					1																	68
MG	1070	28	7	3	3	2	1	1												1			1116
MS	151	6	1																				158
MT	143	3																					146
PA	119	3	1					1															124
PB	55	3	1																				59
PE	131	9	1				1																142
PI	19	3		1	1																	1	25
PR	540	12	1	1	2		1																557
RJ	333	16	2	1	1	1								1							1		356
RN	46	2		1																			49
RO	58	1	2																				61
RR	11	1	5	2			1					1						1					22
RS	455	15	5	2	1	2					1						1						482
SC	211	8	3				1	2															225
SE	51	1	1																				53
SP	1549	104	26	13	5	4		2	4	2			1		1			1	1				1713
TO	23	1																					24
Total Geral	5983	243	65	32	14	11	9	6	4	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	6381

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

[illegible]

RR	12	3	2			1	1	1							1	21
RS	482	24	7	2	2	1										518
SC	218	12	2	1	2											235
SE	54	2														56
SP	1596	112	22	13	6	8	4		2	1				1	3	1768
TO	25															25
Total Geral	6131	266	54	22	20	18	8	1	5	2	1	2	1	1	3	6536

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

Soma da quantidade de pessoas travestis, transexuais e transgênero acolhidas por tipo de acolhimento em 2017								
Rótulos de Linha	Adultos e famílias	Crianças/adolescentes	Exclusivamente crianças/adolescente com Deficiência	Exclusivamente pessoas adultas com Deficiência	Jovens egressos de serviços de acolhimento	Mulheres em situação de violência doméstica ou familiar	Pessoas Idosas	Total Geral
AC	0	0				0	0	0
AL	0	0		0		0	1	1
AM	3	0	0	0			1	4
AP		0				0	0	0
BA	8	6	0	0	0	0	0	14

CE	7	3		0	0	0	0	10
DF	5	1	0	0			0	6
ES	7	3		0	0		1	11
GO	2	0	0	0		0	1	3
MA	1	0		0			0	1
MG	23	10	0	0	0	0	10	43
MS	23	0	0	0		0	0	23
MT	3	5		0		0	0	8
PA	5	3	0	0		0	0	8
PB	2	0		0			1	3
PE	0	2	0	0		0	1	3
PI	0	0					0	0
PR	15	10	1	0	0	0	3	29
RJ	28	4	0	0		0	2	34
RN	2	3		0		0	0	5
RO	0	1				0	0	1

RR	0	1				0	0	1
RS	45	17	0	1	2	0	3	68
SC	3	3	0	0		0	0	6
SE	0	2				0	0	2
SP	171	26	0	0	1	0	8	206
TO	0	1					0	1
Total Geral	353	101	1	1	3	0	32	491

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

Soma da quantidade de pessoas travestis, transexuais e transgênero acolhidas por tipo de acolhimento em 2018								
Rótulos de Linha	Adultas(os) e famílias	Crianças /adolescentes	Exclusivamente crianças/ adolescente com Deficiência	Exclusivamente pessoas adultas com Deficiência	Jovens egressas(os) de serviços de acolhimento	Mulheres em situação de violência doméstica ou familiar	Pessoas Idosas	Total Geral
AC	1	0				0	3	4
AL	4	0		0		0	2	6

AM	3	0	0	0			0	3
AP		0				0	0	0
BA	18	6	0	0	0	0	1	25
CE	6	5		0		0	0	11
DF	3	1	0	0			0	4
ES	3	1		0	0		2	6
GO	8	3	0	0	0	0	1	12
MA	1	0		0		0	0	1
MG	34	7	0	0	0	0	6	47
MS	0	0		1		0	0	1
MT	5	2		0		0	0	7
PA	0	3	0	0		0	0	3
PB	3	0		1	0		2	6
PE	2	0	0	0		0	2	4
PI	3	0					0	3
PR	16	7	0	0	0	0	1	24

RJ	19	7	0	0	0	0	4	30
RN	1	5		0		0	0	6
RO	1	0				0	0	1
RR	0	0				0	0	0
RS	19	17	0	0	0	0	3	39
SC	3	3		0		1	1	8
SE	0	3		0	0	0	0	3
SP	282	30	0	1	1	0	6	320
TO	0	0					0	0
Total Geral	435	100	0	3	1	1	34	574

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

Soma da quantidade de pessoas travestis, transexuais e transgênero acolhidas por tipo de acolhimento em 2019								
Rótulos de Linha	Adultas(os) e famílias	Crianças/adolescentes	Exclusivamente crianças/adolescente com Deficiência	Exclusivamente pessoas adultas com Deficiência	Jovens egressas(os) de serviços de acolhimento	Mulheres em situação de violência doméstica ou familiar	Pessoas Idosas	Total Geral

AC	0	0				0	0	0
AL	0	0		0		0	0	0
AM	3	0	0	0			1	4
AP		0				0	0	0
BA	8	2	0	0	1	0	0	11
CE	7	9		0	1	0	1	18
DF	5	1	0	0			0	6
ES	7	2		0	1		2	12
GO	5	4	0	0	0	0	3	12
MA	7	2		0		0	0	9
MG	48	14	0	1	0	0	60	123
MS	1	1	0	2		0	0	4
MT	7	6		0		0	0	13
PA	2	0		0		0	1	3
PB	2	0		1			2	5
PE	1	1	0	0	0	0	1	3

PI	0	0		0			0	0
PR	36	9	0	0	1	0	2	48
RJ	33	10	0	0	0	0	3	46
RN	2	4		0		0	0	6
RO	0	2				0	0	2
RR	66	0				0	0	66
RS	15	19	0	0	1	0	3	38
SC	6	4		0		0	0	10
SE	0	0		0	0	0	0	0
SP	241	37	0	1	3	0	11	293
TO	0	1					0	1
Total Geral	502	128	0	5	8	0	90	733

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

Soma da quantidade de pessoas travestis, transexuais e transgênero acolhidas por tipo de acolhimento em 2020								
Rótulos de Linha	Adultas(os) e famílias	Crianças/adolescentes	Exclusivamente crianças/adolescente com Deficiência	Exclusivamente pessoas adultas com Deficiência	Jovens egressas(os) de serviços de acolhimento	Mulheres em situação de violência doméstica ou familiar	Pessoas Idosas	Total Geral
AC	1	0				0	0	1
AL	0	0		0		0	0	0
AM	5	3	0	0			0	8
AP		0				0	0	0
BA	12	3	0	0	0	0	1	16
CE	5	8		0	0	0	8	21
DF	5	2	0	0			0	7
ES	2	2		0	0		3	7
GO	7	3	0	0	0	0	5	15
MA	3	1		0		0	0	4

MG	53	10	0	0	2	0	11	76
MS	4	0	0	1		0	0	5
MT	4	2		0		0	0	6
PA	11	1		0		0	0	12
PB	0	1		0	0		1	2
PE	2	0	0	0		0	1	3
PI	3	0		0	0	0	0	3
PR	16	9	0	0	0	0	2	27
RJ	37	6	0	0		0	3	46
RN	4	2		0		0	0	6
RO	0	0				0	0	0
RR	43	1				0	0	44
RS	24	13	0	1	0	0	4	42
SC	5	3		0		0	0	8
SE	0	0			0	0	0	0
SP	260	39	0	0	4	1	15	319

TO	0	0					0	0
Total Geral	506	109	0	2	6	1	54	678

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

Soma da quantidade de pessoas travestis, transexuais e transgênero acolhidas por tipo de acolhimento em 2021								
Rótulos de Linha	Adultos e famílias	Crianças / Adolescentes	Exclusivamente crianças/adolescente com deficiência	Exclusivamente pessoas adultas com deficiência	Jovens egressos de serviços de acolhimento	Mulheres em situação de violência	Pessoas idosas	Total Geral
AC	0	1				0	0	1
AL	0	0		0		0	0	0
AM	3	0	0	0			0	3
AP		0				0	0	0
BA	16	2	0	0	0	0	0	18
CE	4	9		0	0	0	0	13
DF	34	2	0	0	0		0	36
ES	7	3		0	0		2	12
GO	8	2	0	2	0	0	7	19

MA	5	0		0	0	0	0	5
MG	107	9	0	1	1	0	13	131
MS	5	2	0	1		0	0	8
MT	2	1		0		0	0	3
PA	10	2		0		0	0	12
PB	4	0		0	0		1	5
PE	5	11	0	0		0	1	17
PI	5	1		0	0	0	4	10
PR	24	3	0	0	0	1	3	31
RJ	103	4	0	0		1	4	112
RN	4	0		0		1	0	5
RO	4	1				0	0	5
RR	54	0				0	0	54
RS	39	11	0	1	0	0	22	73
SC	30	3		0		0	1	34
SE	2	1		0	0	0	0	3

SP	286	54	0	1	6	0	34	381
TO	1	0					0	1

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

[illegible]

PB	44	5																49
PE	128	3																131
PI	18																	18
PR	514	12	1	3	1	1	1				1							534
RJ	318	16	4	3		1			1									343
RN	37	3		1														41
RO	42		1															43
RR	15	1				2				1			1			1		21
RS	408	24	2	2	1													437
SC	199	8	1															208
SE	49																	49
SP	1472	73	17	9	4	2	3	2			1	2		1	1	1		1588
TO	23	1																24
Total Geral	5452	212	41	22	12	8	4	4	1	2	2	2	1	1	1	2	1	5768

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

Quantidade de unidades que possuíam determinada quantidade de pessoas travestis, transexuais acolhidas em 2020																	
Quantidade de pessoas trans acolhidas na unidade	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	14	23	26	30	Total Geral	
AC	20	1															21
AL	57																57
AM	27	2	1		1												31
AP	5																5
BA	256	8	4													1	269
CE	110	3	2	2					1								118
DF	33	3	2														38
ES	180	5	1														186
GO	227	8	2	1													238
MA	66	2	1													1	70
MG	1012	23	8	2	1	3	2									6	1057
MS	157	1			1											2	161
MT	148	4	1													2	155
PA	115	3	1					1									120
PB	52	2															54
PE	141	1	1														143
PI	19			1												3	23
PR	549	17	3		1											5	575
RJ	344	17	4					1				1				2	369
RN	46	4	1														51
RO	48																48
RR	13	3		3	1	1							1				22

RS	439	20	4		2		1									1	467
SC	208	4	2														214
SE	52																52
SP	1562	85	23	7	4	8	2	1	1	2	1			1	1	5	1703
TO	29																29
Total Geral	5915	216	61	16	11	12	5	3	2	2	1	1	1	1	1	28	6276

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

Quantidade de unidades que possuíam determinada quantidade de pessoas travestis, transexuais acolhidas em 2021																							
Quantidade de pessoas trans acolhidas na unidade	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	13	15	16	18	20	23	30	45	65		Total Geral
AC	19	1																					20
AL	50																						50
AM	33	1	1																				35
AP	9																						9
BA	263	5	1	2		1																	272
CE	110	7		2																			119
DF	42	3	1	1	1		4																52
ES	173	5	2	1																			181
GO	252	5	4	2																			263
MA	67					1																	68
MG	1070	28	7	3	3	2	1	1												1			1116

MS	151	6	1																			158
MT	143	3																				146
PA	119	3	1					1														124
PB	55	3	1																			59
PE	131	9	1					1														142
PI	19	3		1	1																1	25
PR	540	12	1	1	2			1														557
RJ	333	16	2	1	1	1									1						1	356
RN	46	2		1																		49
RO	58	1	2																			61
RR	11	1	5	2				1					1						1			22
RS	455	15	5	2	1	2						1					1					482
SC	211	8	3					1	2													225
SE	51	1	1																			53
SP	1549	104	26	13	5	4		2	4	2				1		1			1	1		1713
TO	23	1																				24
Total Geral	5983	243	65	32	14	11	9	6	4	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	6381

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

Quantidade de unidades que possuíam determinada quantidade de pessoas travestis, transexuais acolhidas em 2022																	
Quantidade de pessoas trans acolhidas na unidade	0	1	2	3	4	5	6	7	8	10	11	12	16	19	30	Total Geral	
AC	19															19	

Total Geral	6131	266	54	22	20	18	8	1	5	2	1	2	1	1	3	1	6536

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

Soma da quantidade de pessoas travestis, transexuais e transgênero acolhidas por tipo de acolhimento em 2017								
Rótulos de Linha	Adultos e famílias	Crianças/adolescentes	Exclusivamente crianças/adolescente com Deficiência	Exclusivamente pessoas adultas com Deficiência	Jovens egressos de serviços de acolhimento	Mulheres em situação de violência doméstica ou familiar	Pessoas Idosas	Total Geral
AC	0	0				0	0	0
AL	0	0		0		0	1	1
AM	3	0	0	0			1	4
AP		0				0	0	0
BA	8	6	0	0	0	0	0	14
CE	7	3		0	0	0	0	10
DF	5	1	0	0			0	6
ES	7	3		0	0		1	11
GO	2	0	0	0		0	1	3

MA	1	0		0			0	1
MG	23	10	0	0	0	0	10	43
MS	23	0	0	0		0	0	23
MT	3	5		0		0	0	8
PA	5	3	0	0		0	0	8
PB	2	0		0			1	3
PE	0	2	0	0		0	1	3
PI	0	0					0	0
PR	15	10	1	0	0	0	3	29
RJ	28	4	0	0		0	2	34
RN	2	3		0		0	0	5
RO	0	1				0	0	1
RR	0	1				0	0	1
RS	45	17	0	1	2	0	3	68
SC	3	3	0	0		0	0	6
SE	0	2				0	0	2

SP	171	26	0	0	1	0	8	206
TO	0	1					0	1
Total Geral	353	101	1	1	3	0	32	491

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

Soma da quantidade de pessoas travestis, transexuais e transgênero acolhidas por tipo de acolhimento em 2018								
Rótulos de Linha	Adultas(os) e famílias	Crianças /adolescentes	Exclusivamente crianças/ adolescente com Deficiência	Exclusivamente pessoas adultas com Deficiência	Jovens egressas(os) de serviços de acolhimento	Mulheres em situação de violência doméstica ou familiar	Pessoas Idosas	Total Geral
AC	1	0				0	3	4
AL	4	0		0		0	2	6
AM	3	0	0	0			0	3
AP		0				0	0	0
BA	18	6	0	0	0	0	1	25

CE	6	5		0		0	0	11
DF	3	1	0	0			0	4
ES	3	1		0	0		2	6
GO	8	3	0	0	0	0	1	12
MA	1	0		0		0	0	1
MG	34	7	0	0	0	0	6	47
MS	0	0		1		0	0	1
MT	5	2		0		0	0	7
PA	0	3	0	0		0	0	3
PB	3	0		1	0		2	6
PE	2	0	0	0		0	2	4
PI	3	0					0	3
PR	16	7	0	0	0	0	1	24
RJ	19	7	0	0	0	0	4	30
RN	1	5		0		0	0	6
RO	1	0				0	0	1

RR	0	0				0	0	0
RS	19	17	0	0	0	0	3	39
SC	3	3		0		1	1	8
SE	0	3		0	0	0	0	3
SP	282	30	0	1	1	0	6	320
TO	0	0					0	0
Total Geral	435	100	0	3	1	1	34	574

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

Soma da quantidade de pessoas travestis, transexuais e transgênero acolhidas por tipo de acolhimento em 2019								
Rótulos de Linha	Adultas(os) e famílias	Crianças/adolescentes	Exclusivamente crianças/adolescente com Deficiência	Exclusivamente pessoas adultas com Deficiência	Jovens egressas(os) de serviços de acolhimento	Mulheres em situação de violência doméstica ou familiar	Pessoas Idosas	Total Geral
AC	0	0				0	0	0
AL	0	0		0		0	0	0

AM	3	0	0	0			1	4
AP		0				0	0	0
BA	8	2	0	0	1	0	0	11
CE	7	9		0	1	0	1	18
DF	5	1	0	0			0	6
ES	7	2		0	1		2	12
GO	5	4	0	0	0	0	3	12
MA	7	2		0		0	0	9
MG	48	14	0	1	0	0	60	123
MS	1	1	0	2		0	0	4
MT	7	6		0		0	0	13
PA	2	0		0		0	1	3
PB	2	0		1			2	5
PE	1	1	0	0	0	0	1	3
PI	0	0		0			0	0
PR	36	9	0	0	1	0	2	48

RJ	33	10	0	0	0	0	3	46
RN	2	4		0		0	0	6
RO	0	2				0	0	2
RR	66	0				0	0	66
RS	15	19	0	0	1	0	3	38
SC	6	4		0		0	0	10
SE	0	0		0	0	0	0	0
SP	241	37	0	1	3	0	11	293
TO	0	1					0	1
Total Geral	502	128	0	5	8	0	90	733

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

Soma da quantidade de pessoas travestis, transexuais e transgênero acolhidas por tipo de acolhimento em 2020

Rótulos de Linha	Adultas(os) e famílias	Crianças/adolescentes	Exclusivamente crianças/adolescente com Deficiência	Exclusivamente pessoas adultas com Deficiência	Jovens egressas(os) de serviços de acolhimento	Mulheres em situação de violência doméstica ou familiar	Pessoas Idosas	Total Geral
AC	1	0				0	0	1
AL	0	0		0		0	0	0
AM	5	3	0	0			0	8
AP		0				0	0	0
BA	12	3	0	0	0	0	1	16
CE	5	8		0	0	0	8	21
DF	5	2	0	0			0	7
ES	2	2		0	0		3	7
GO	7	3	0	0	0	0	5	15
MA	3	1		0		0	0	4
MG	53	10	0	0	2	0	11	76

MS	4	0	0	1		0	0	5
MT	4	2		0		0	0	6
PA	11	1		0		0	0	12
PB	0	1		0	0		1	2
PE	2	0	0	0		0	1	3
PI	3	0		0	0	0	0	3
PR	16	9	0	0	0	0	2	27
RJ	37	6	0	0		0	3	46
RN	4	2		0		0	0	6
RO	0	0				0	0	0
RR	43	1				0	0	44
RS	24	13	0	1	0	0	4	42
SC	5	3		0		0	0	8
SE	0	0			0	0	0	0
SP	260	39	0	0	4	1	15	319
TO	0	0					0	0

Total Geral	506	109	0	2	6	1	54	678

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

Soma da quantidade de pessoas travestis, transexuais e transgênero acolhidas por tipo de acolhimento em 2021								
Rótulos de Linha	Adultos e famílias	Crianças / Adolescentes	Exclusivamente crianças/adolescente com deficiência	Exclusivamente pessoas adultas com deficiência	Jovens egressos de serviços de acolhimento	Mulheres em situação de violência	Pessoas idosas	Total Geral
AC	0	1				0	0	1
AL	0	0		0		0	0	0
AM	3	0	0	0			0	3
AP		0				0	0	0
BA	16	2	0	0	0	0	0	18
CE	4	9		0	0	0	0	13
DF	34	2	0	0	0		0	36
ES	7	3		0	0		2	12
GO	8	2	0	2	0	0	7	19

MA	5	0		0	0	0	0	5
MG	107	9	0	1	1	0	13	131
MS	5	2	0	1		0	0	8
MT	2	1		0		0	0	3
PA	10	2		0		0	0	12
PB	4	0		0	0		1	5
PE	5	11	0	0		0	1	17
PI	5	1		0	0	0	4	10
PR	24	3	0	0	0	1	3	31
RJ	103	4	0	0		1	4	112
RN	4	0		0		1	0	5
RO	4	1				0	0	5
RR	54	0				0	0	54
RS	39	11	0	1	0	0	22	73
SC	30	3		0		0	1	34
SE	2	1		0	0	0	0	3

SP	286	54	0	1	6	0	34	381
TO	1	0					0	1
Total Geral	762	122	0	6	7	3	92	992

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.

Soma da quantidade de pessoas travestis, transexuais e transgênero acolhidas por tipo de acolhimento em 2022								
Rótulos de Linha	Adultos e famílias	Crianças / Adolescentes	Exclusivamente crianças/adolescente com deficiência	Exclusivamente pessoas adultas com deficiência	Jovens egressos de serviços de acolhimento	Mulheres em situação de violência	Pessoas idosas	Total Geral
AC	0	0				0	0	0
AL	1	0		0		0	0	1
AM	3	0	0	0			0	3
AP		0				0	0	0
BA	24	5	0	0	2	0	0	31

CE	28	7		1	1	0	0	37
DF	17	8		0	0		0	25
ES	1	1		0	0		0	2
GO	3	1	0	0	0	0	4	8
MA	0	1		0	0	0	0	1
MG	62	11	0	4	0	0	12	89
MS	5	3	0	0		0	5	13
MT	24	1		0		0	4	29
PA	7	1		0		0	0	8
PB	0	1		0	0		0	1
PE	1	7	0	0		0	1	9
PI	5	1		0	1	0	0	7
PR	25	9	0	0	0	2	1	37
RJ	39	13	0	0	0	0	1	53
RN	0	1		0		0	0	1
RO	0	1				0	0	1

RR	23	0				2	0	25
RS	30	17	0	1	2	0	7	57
SC	11	12		0		0	4	27
SE	1	1		0	0	0	0	2
SP	326	70	0	0	1	5	16	418
TO	0	0					0	0
Total Geral	636	172	0	6	7	9	55	885

Fonte: Brasil, 2023 - Elaboração Própria.